

Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos Correia

Castelos em Portugal

Retrato do seu perfil arquitectónico
[1509-1949]

2.^a Edição

(Página deixada propositadamente em branco)



I N V E S T I G A Ç Ã O



Coordenação editorial

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

Concepção gráfica

António Barros

Infografia

Carlos Costa

Execução gráfica

Artipol - Artes Tipográficas, Lda.

ISBN

978-989-26-0060-4

ISBN DIGITAL

978-989-26-0220-2

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0220-2>

Depósito legal

327222/11

Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos Correia

Castelos em Portugal

Retrato do seu perfil arquitectónico
[1509-1949]

2ª Edição

Prefácio de José Aguiar
Posfácio de Luís Reis Torgal

(Página deixada propositadamente em branco)

Ao Professor José António Pereira da Silva, meu sogro

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

PREFÁCIO.....	9
AGRADECIMENTOS.....	13
INTRODUÇÃO.....	15

CAPÍTULO 1

A PRESENÇA DO CASTELO NA DEFINIÇÃO DA IMAGEM DO TERRITÓRIO

1.1 NOTA INTRODUTÓRIA.....	29
1.2 ESTRATÉGIA E CARACTERIZAÇÃO DO CASTELO EM PORTUGAL.....	35
1.2.1 AS CIVITATES E OS CASTELOS ROQUEIRO E CONDAL	35
1.2.2 AS TERRAS E O CASTELO ROMÂNICO	40
1.2.3 O CONTRIBUTO DAS ORDENS MILITARES	46
1.2.4 O CASTELO GÓTICO	51
1.2.5 O REFORÇO E A CONSOLIDAÇÃO DAS REFORMAS GÓTICAS.....	66
1.2.6 O CASTELO COM FUNÇÕES RESIDENCIAIS	76
1.3 DISTRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS CASTELOS EM 1350-1450	82
1.3.1 A LEITURA DO ESPAÇO TERRITORIAL A PARTIR DAS LINHAS DEFENSIVAS.....	82
1.3.2 A REDE DOS CASTELOS PORTUGUESES EM 1350-1450.....	92
1.4 PERFIL ARQUITECTÓNICO DO CASTELO NOS FINAIS DA IDADE MÉDIA	102
1.4.1 A TRANSIÇÃO PARA O ABALUARTADO.....	102
1.4.2 O LIVRO DAS FORTALEZAS.....	105

CAPÍTULO 2

A PRESENÇA DO CASTELO NA (RE)DEFINIÇÃO DA IMAGEM DO TERRITÓRIO

2.1 NOTA INTRODUTÓRIA.....	135
2.2 PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO	142
2.3 CASTELOS E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO.....	156

2.3.1 A CONSCIÊNCIA PATRIMONIAL.....	156
2.3.2 AS VISITAS DE ESTRANGEIROS A PORTUGAL	163
2.3.3 O PERÍODO REVOLUCIONÁRIO LIBERAL	168
2.3.4 O PAPEL DA LITERATURA	172
2.3.5 O POSITIVISMO ARQUITECTÓNICO E A QUALIFICAÇÃO DE MONUMENTO NACIONAL	184
2.4 DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO À INSTITUIÇÃO DE UM REGIME JURÍDICO.....	200
2.4.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS COMISSÕES DOS MONUMENTOS NACIONAIS.....	205
2.4.2 O CONSELHO SUPERIOR DOS MONUMENTOS NACIONAIS.....	216
2.4.3 A LEGISLAÇÃO REPUBLICANA	225
2.4.4 A ESTRUTURA ORGÂNICA E AS COMPETÊNCIAS DA DGEMN	239
2.5 CASTELOS NA IDEOLOGIA DO ESTADO NOVO.....	244
2.5.1 A MEMÓRIA E A PROPAGANDA.....	244
2.5.2 OS ORGANISMOS COM FUNÇÕES DE POLÍTICA PATRIMONIAL	257
2.5.3 A REESTRUTURAÇÃO DE 1932 E O CONDICIONAMENTO IDEOLÓGICO DE 1936.....	262
2.5.4 OS CASTELOS CLASSIFICADOS.....	274
2.5.5 A IMPORTÂNCIA DA ACTIVIDADE TURÍSTICA	289
2.5.6 OS MONUMENTOS E O CONTEXTO DO LUGAR	294
2.5.7 AS EXPOSIÇÕES EVOCATIVAS E AS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS	305
2.6 VALOR SIMBÓLICO DA RUÍNA	334
2.6.1 OS CASTELOS ANTES DAS INTERVENÇÕES DA DGEMN.....	334
2.6.2 A DETERMINAÇÃO DE UM CORPO DISCIPLINAR	349
2.7 PERFIL ARQUITECTÓNICO DO CASTELO EM 1929-1949.....	371
2.7.1 AS INTERVENÇÕES REALIZADAS	371
2.7.2 O RESULTADO DA CAMPANHA.....	391
EPÍLOGO.....	419
POSFÁCIO.....	429
ANEXOS	435
DOCUMENTO 1	437
DOCUMENTO 2.....	445
BIBLIOGRAFIA.....	453
ÍNDICE DE FIGURAS	465
LISTA DE SIGLAS.....	471
ÍNDICE DOS ELEMENTOS QUE PODERÁ TRANSFERIR DO SITE DA IUC http://www.uc.pt/imprensa_uc/catalogo/investigacao/castelos	473

PREFÁCIO

Os castelos são mágicos...E os seus retratos também!

A construção da ideia da conservação é o aperfeiçoamento, gradual e cada vez mais especializado, de um mito. Totalmente conscientes da nossa própria mortalidade projectamos em alguns objectos, em arquitecturas, cidades e territórios, também nos ritos e saberes, a vontade de que perdurem para além de nós; infinitamente contra o esquecimento.

Os Castelos, imagino que não só para mim, são eternos e mágicos! Lembro-me bem, e estas são das primeiras e mais perenes memórias, dos sons do vento nos castanheiros, do cheiro a terra, colhendo ouriços e roendo castanhas, nas colinas verdes do Castelo de Montalegre (aquele que o casal Reis filmou no *Trás-os-Montes*). As muralhas e a torre de menagem eram os nossos, perigosos e preferidos, terreiros de brincadeiras, quando os fedelhos eram livres, vindos das chegas de bois, com o nariz ainda a picar da intensidade da poeira do trigo depois de malhado, ou do frio do gelo, quando a neve era tão alta.

Em Montalegre, Chaves ou Miranda do Douro, corríamos para os Castelos depois de observado o estertor do porco, na matança, antes de ir ajudar no transporte da farinha, para poder ter uma boleia de burro. Formávamos a rua e não o computador. Eram os tempos de antes dos carros, anteriores às lutas pelo quadro de honra e do soleníssimo aperto nos exames do liceu.

Como bem dizia Paul Ricour, nem todas as memórias são boas, e todos aspiramos ao equilíbrio de uma boa gestão da memória (evitando o traumatismo das más lembranças, adocicando mais e mais as boas recordações);

sempre que recorremos à memória, reconstruímo-nos, reinventamo-nos, fazemo-lo (por) nós, e fazem-no as nações.

Como quase todos os outros, também esses “meus Castelos” foram (re) inventados e reconstruídos pela DGEMN, na mira de uma “Restauração Nacional”, base da ideologia nacionalista do Estado Novo.

Reinvento-os agora e aqui mais uma vez, de novo, e será assim todas as vezes de que os (re)visite, descobrindo sempre dimensões novas, de outra escala, sempre em novo retrato, cada vez mais consciente das perdas, sonhando como quem Projecta e sabendo bem – como aqui tão bem esclarece Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos Correia - como esse sonho (projecto) sempre depende da circunstância.

Da cuidadosa concentração com o cuidado com as pedras, percebemos hoje todos também, as grandes feridas ocorridas nestes territórios, e chocam-nos as paisagens que já não são as mesmas, abandonadas pela mão do homem, acabando-se a agricultura, depois de desaparecidos as neves, os carvalhos e os lobos.

Sabemos todos hoje que no território português nunca houve o vazio, que houve castros e alcáçovas antes de Henriques e dos outros Reis; percebemos melhor (ajudou-nos Mattoso) o que sempre nos uniu e o que sempre nos irá separar, os do Norte dos do Sul, o que separa os de Chaves dos de Vila Real, ou os de Évora dos de Beja, as diferentes sementes das mesmas preexistências, nas longas escritas dos estratos, devolvidas pelo inesgotável palimpsesto da terra e das pedras.

Ajuda-nos este novo livro a saber reconhecer essas diferenças, apesar da unidade com que nos foram devolvidos, ou dados a ver, os Castelos, do norte ou do sul, do interior ou do litoral, todos com as mesmas (falsas) ameias.

Ficam bem esclarecidos nestes textos os excessos voluntaristas das comemorações dos Centenários... a produção de imagens demasiado iguais perante as óbvias diferenças, do castelo roqueiro e condal, românico ou gótico, daqueles que vieram de antigas alcáçovas ou que formaram novas residências (muito mais essenciais e simples, do que as apalaçadas fortificações da Mittleuropa, e dos seus *chateaux* e *schloss*).

Todos esses epifenómenos e os seus paradoxos ajudam-me a explicar a utilidade deste livro, mas não a sua estrutural razão, ou sequer, aquelas

que são as suas principais questões: como desenhar estes, ou nestes, lugares? Qual a sua vocação nos novos tempos? Como transformar os velhos problemas em novas oportunidades? Como (e o que) projectar aqui?

Os nossos mais de cento e cinquenta Castelos, as paisagens culturais que delimitam e os vastos territórios da sua influência, constituem uma complexa e fascinante rede, ainda hoje insuficientemente estudada e ainda menos compreendida. Definem também um fantástico recurso e uma extraordinária reserva de oportunidades.

O restauro da Arquitectura, sendo Arte (e é-o tanto o restauro como a arquitectura), nunca se resolve na pura e simples restituição funcional. Ao contrário de um artefacto, onde o propósito instrumental esclarece todas as reparações, não é a função – obsoleta como defesa, irrelevante como sentido – que esclarece o sentido contemporâneo da conservação destes Castelos. Aqui os nossos maiores problemas não estão hoje, sequer, na necessidade da reposição das pedras que faltam, ou a interminável consolidação das muralhas, a que sempre estaremos obrigados.

Na conservação temos hoje problemas cada vez mais amplos, de vasta escala territorial; na cultura, como nos outros campos das políticas urbanísticas e da paisagem, temos de assumir que enfrentamos hoje problemas de enorme impacto ambiental! Os nossos aglomerados cresceram de forma brutal, numa mancha de óleo que adulterou a paisagem e modificou brutalmente o território ...e continuamos loucamente a construir, apesar de estarem abandonados quase um quarto dos nossos edifícios (velhos ou novos), e não termos expectativas de crescer, de nos renovarmos.

Temos demografias diminutas e pirâmides etárias absolutamente invertidas! Mas, eternamente trolhas, acenam-nos de novo com as “obras”, como se o construir mais e mais - mesmo quando já não é preciso - fosse a auto-estrada para o fim da eterna crise económica. Com as periferias estouradas propõem-nos agora fingir conservação, e o fachadismo como o “bom” modelo do regresso ao centro histórico.

Sempre foi assim. Sempre adjectivamos o que, em cada tempo, estamos a perder apesar de todos os avisos. Repare-se como hoje discutimos obsessivamente a salvaguarda das paisagens culturais, ratificando cartas de boas intenções – como as cartas europeias da paisagem, acabadas de vir de

Bruxelas – no exacto momento em que as condenamos no excesso dos PIN's, abdicando de políticas nacionais, ou entregando-as ao excessivo atomismo de políticas ou interesses locais – como sucede com o fim da Reserva Ecológica Nacional ou da Reserva Agrícola Nacional.

Nas aceleradas perdas, ainda mais aceleradas por estas ineficazes políticas da cultura para o património que hoje vivemos, que sobreviva pelo menos este mito, o das pedras que se tornam(ram) rochas da memória, símbolos da vontade e das formas como habitamos, de como fizemos nossa esta terra, a nossa terra, tomando dela posse e marcando-a com marcas relevantes (como os Castelos), inscrições indeléveis de que quem quis construir um mundo de partida para um outro, grande e vasto, que quase alcançamos e depois eternamente adiamos, próprio de portugueses.

Investigar, conhecer, divulgar e publicar é, para a conservação, tão importante como recolocar pedras, proceder a drenagens, ou refazer telhados! O conhecimento é nossa grande e inegociável “utopia de esperança”. Por tudo isto, ao prefaciá-lo, recomendo vivamente a sua visita a este novo retrato dos nossos antigos castelos, de Luís Miguel Correia.

Lisboa, 30 de Outubro de 2009

José Aguiar

AGRADECIMENTOS

Não podíamos deixar sem uma palavra de agradecimento as pessoas e as instituições que de alguma forma contribuíram para a execução e publicação deste trabalho.

À Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos e à Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do Programa Fundo de Apoio à Comunidade Científica, o nosso vivo agradecimento pelo apoio dado.

Os nossos agradecimentos estendem-se, igualmente, ao Arquivo Nacional Torre do Tombo, na pessoa do Director-Geral da Direcção-Geral de Arquivos, Doutor Silvestre Lacerda, e ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, nas figuras do Coordenador do Departamento de Informação, Biblioteca e Arquivos do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Doutor João Manuel Santos Vieira e Doutor João Paulo Machado, pelas facilidades consentidas na cedência das imagens que de forma decisiva e enriquecedora ilustram o livro.

Ao Professor Doutor Mário Júlio Teixeira Krüger, pelos valiosos e frutuócos ensinamentos que nos proporcionou, que muito contribuíram para uma leitura necessariamente crítica do trabalho.

Ao Professor Doutor José Aguiar devemos agradecer o incentivo que nos transmitiu para a realização desta publicação, que gentil e generosamente aceitou prefaciar.

Do Professor Doutor Luís Reis Torgal jamais esqueceremos o afável empenho e incitamento que permitiram que este livro fosse uma realidade.

À Doutora Graça Simões a amizade e a coragem com que sempre acompanhou o processo desta obra.

*À Arquitecta Inês Stoffel a abnegada colaboração na preparação
de alguns elementos técnicos que integram este trabalho.*

*Ao longo do trabalho ficámos a dever importantes e preciosas trocas
de experiências com diversos amigos e colegas: a todos eles o nosso
obrigado.*

*À Patrícia, ao Gonçalo e ao Tiago devemos de forma insofismável
o apoio e a coragem que nos possibilitaram realizar este estudo.*

*Por último, o nosso sincero agradecimento à Imprensa
da Universidade de Coimbra, na pessoa do seu Director, Professor
Doutor João Gouveia Monteiro, pela disponibilidade e empenho
colocado na edição do livro na Série Investigação.*

*Enfim, queremos agradecer à Doutora Maria João Padez de Castro
a paciência e a forma amável que sempre nos dispensou ao longo
deste percurso, em particular em todos os assuntos que se prenderam
com a execução desta publicação.*

Luís Miguel Correia

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho foi de modo natural sugerido pela actividade académica e profissional, enquanto arquitecto, e pelas permanentes interrogações e inquietudes que se nos colocam durante o acto do *projecto*, compreendido este, de forma sucinta, como *modus faciendi* que “nasce” no primeiro “olhar” sobre o espaço da intervenção – o *lugar* – e “termina” com a execução e subsequente ocupação/vivência da obra, do espaço entretanto (re)construído.

A propósito do diálogo e cumplicidade que o lugar estabelece com o projecto, e vice-versa, recorramos a Álvaro Siza Vieira. Considera este, a certa altura, em *Architecture Writings* (1997), que o projecto se inicia aquando da deslocação ao terreno ou, por vezes, a partir da ideia de um lugar, uma descrição, uma fotografia ou de algo inspirador que lhe foi transmitido. Mais adiante, em relação ao âmbito e significado que o lugar assume no processo de construção do projecto, refere que aquele (o lugar) vale por aquilo que representa e pelo que pretende ser, circunstâncias que por vezes, segundo o próprio, ganham caracteres opostos, o que, em nossa opinião, em diversos momentos é consequência, ou depende, de critérios e factores vários, uns objectivos, outros subjectivos, que ultrapassam a própria disciplina e o autor: a arquitectura e o arquitecto.

No entanto, deixa transparecer que em ocasião alguma o lugar se encontra deserto e que sempre poderemos ser um dos seus habitantes, os seus transformadores.

Esta peculiaridade ganha especial importância e dimensão quando na prática somos confrontados com uma necessidade material casuística ou uma vontade deliberada de intervir em espaços ou construções que, pela sua natureza patrimonial, detêm um papel e um significado decisivo

na identidade e na *memória* colectiva de uma determinada comunidade, revista esta feição local ou universal.

Nestas condições e ainda que pretensões e argumentos políticos, sociais ou culturais *a priori* não o fomentem, o projecto, que representa continuamente uma reflexão e uma interpretação do *presente* sobre o lugar, o seu *passado* – *este vale por aquilo que representa e por aquilo que quer ser* –, ao deparar-se com um enquadramento caracterizado por um conjunto de valores documentais, arquitectónicos e memoriais de sentido colectivo que podem ser produto de um ou vários tempos sobrepostos, mais ou menos longínquos, levanta-nos acrescidas preocupações e responsabilidades, sobretudo por via de circunstâncias intrínsecas que lhe são inerentes.

Em consonância com o ponto de vista de Siza Vieira, Fernando Távora (1996, p.73), no ensaio *Da Organização do Espaço*¹, a propósito da atitude do arquitecto e da relação do projecto com o lugar, afirma:

“(...) é por excelência um criador de formas, um organizador do espaço; mas as formas que cria, os espaços que organiza, mantendo relações com a circunstância, criam circunstância e havendo na acção do arquitecto possibilidade de escolher, possibilidade de selecção, há fatalmente drama”.

Das muitas interrogações que se nos colocam, invariavelmente todas elas se prendem num momento inicial com uma oportunidade de eleger um determinado caminho, ou seja, com uma “ideia de projecto”. Qualquer que seja a representação final, elas pressupõem *a priori* uma decisão sobre um conjunto de factores, a *circunstância*², que condicionam e determinam a *organização do espaço* e das suas formas. Será deste modo, numa aparente liberdade de escolha do desenho inicial, condicionado pela circunstância do espaço existente, que encontramos de forma consciente, algumas vezes “involuntária”, as raízes, a legitimidade e a justificação das nossas opções.

¹ Originalmente apresentado em 1962 em provas de concurso de professor do 1.º Grupo da Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Nele, o autor elenca um conjunto de problemas considerados actuais para a época e sugere atitudes a adoptar pelos arquitectos ao abordá-los.

² Távora (1996, p.22) precisa assim o significado da palavra: “(...) conjunto de factores que envolvem o homem, que estão à sua volta, e porque ele é criador de muitos deles, a esses haverá que juntar os que resultam da sua própria existência, do seu próprio ser”.

De acordo com a atitude de Távora, que considera alguns dos factores que intervêm no processo de projecto resultantes da própria existência do homem, vem a propósito citar Peter Zumthor (2005, pp.9-10):

“Quando penso na arquitectura, ocorrem-me imagens (...) relacionadas com a minha formação e com o meu trabalho como arquitecto. Contêm o conhecimento profissional da arquitectura que pude ganhar no decorrer do tempo. Outras imagens têm a ver com a minha infância. Lembro-me desse tempo em que vivia a arquitectura sem pensar nisso”.

E, mais adiante, concretiza:

“Quando estou a projectar, encontro-me frequentemente imerso em memórias antigas e meio esquecidas, e questiono-me: qual foi precisamente a natureza desta situação arquitectónica, o que significava na altura para mim e a que é que poderei recorrer para ressuscitar esta atmosfera rica que parece saturada da presença natural das coisas, onde tudo tem o seu lugar e toma a sua forma certa? E nem era preciso detectar formas especiais. Mas sentia-se este ar de abundância e de riqueza que faz pensar: já vi isto, enquanto sei ao mesmo tempo que tudo é novo e diferente e que nenhuma citação directa da arquitectura passada trai o mistério de um ambiente cheio de memórias”.

Assim, o projecto de arquitectura procura no processo de selecção, na crítica e na síntese de um conjunto de factores que definem uma determinada circunstância específica, equilíbrio e harmonia entre o espaço existente pré-organizado e a nova condição que se vai impor, esta, por sua vez, condicionante de intervenções futuras.

Neste quadro, uma característica que pode distinguir a arquitectura das demais áreas reside numa relação inseparável e decisiva que se estabelece entre espaço e tempo. Esta relação torna-se irreversível e objecto passível de participações diversas. Neste contexto, Távora (1996, p.20) considera “(...) dois tipos de participação na organização do espaço; uma (...) horizontal, que se realiza entre homens da mesma época, uma outra (...) vertical que se realiza entre homens de diferentes épocas”.

Para além da motivação inicial que caracteriza a actividade do arquitecto, o *projecto*, a relação que se estabelece entre o binómio tempo-espaço/matéria arquitectónica constitui um enquadramento natural, talvez particular, embora prática não específica da arquitectura.

O desenho como este binómio induz no espaço organizado o modo como é condicionado e se torna condicionante, a forma como se molda aos diversos factores que nele intervêm directa ou indirectamente, são vectores que se vão delineando com o *projecto*, a partir do qual se desejam validar as opções perfilhadas e a circunstância idealizada. Numa palavra, criar uma nova organização do espaço.

Assim, tal como o tradutor lê e (r)escreve uma obra literária interpretando-a num tempo mais ou menos distante da data do documento original, o arquitecto também toma a liberdade de escolher no presente o que pretende do passado.

Embora a semântica dos termos que especializam este processo seja bastante variada³ e o resultado das intervenções redunde em formas distintas, se bem que com frequência associadas ao mesmo conceito, um princípio poderá, segundo Marc Guillaume (2003, p.45), ser considerado comum a todas elas:

“(…) lutar contra o tempo. Procurar subtrair alguma coisa aos efeitos normais da destruição, da perda ou do esquecimento”.

A oportunidade que uma prolongada colaboração com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e com o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) nos propiciou de realizar vários trabalhos em estruturas religiosas e militares classificadas⁴ confrontou-nos abertamente com esta problemática, provocando-nos naturais reflexões, em particular perante a forma peculiar como são compreendidas as intervenções

³ Ignacio González-Varas (1999) enumera um conjunto de termos que qualificam de forma específica este processo, a saber: *anastilosis, catálogo, conservação, consolidação, inventário, liberação, manutenção, preservação, protecção, recomposição, reconstituição, recuperação, reabilitação, reintegração, renovação, restauração, restituição, reutilização, revitalização, “ripristino”, salvaguarda, saneamento, substituição, tutela e valorização*.

⁴ Cf. Correia, 1999, 2000, 2001, 2002a, 2002b, 2003, 2006 e Correia e Costa, 1999.

em construções ou espaços que se distinguem pelo seu estatuto histórico, artístico ou outro relativo ao seu passado e, ainda, pelo que no presente tais estruturas representam para a sociedade contemporânea, nomeadamente através da sua *memória*.

Defrontamo-nos assim, por um lado, com o *património*, identificado e classificado de acordo com um conjunto de valores a ele harmonizados e, por outro, com o projecto, o qual implica sempre transformação pela forma como selecciona e hierarquiza tais valores, sujeitando a sua continuidade no tempo e o seu significado no espaço ao que se pretende que venham a representar no presente.

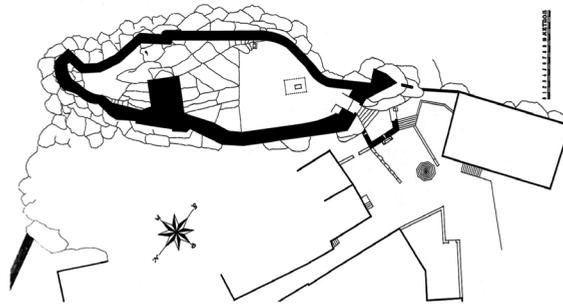


Figura 1 – Castelo de Sortelha, planta



Figura 2 – Castelo de Sortelha

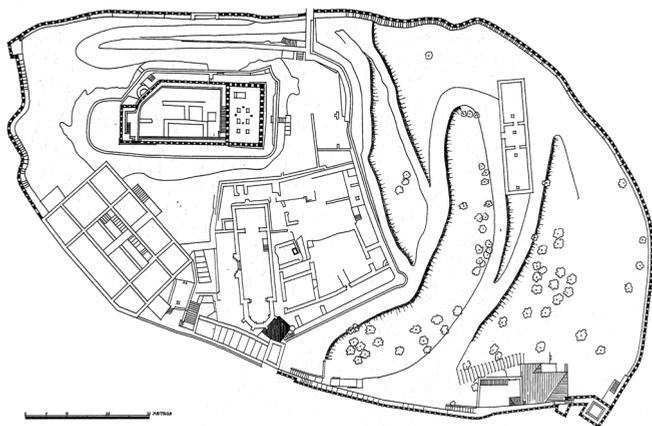


Figura 3 – Castelo de Leiria, planta

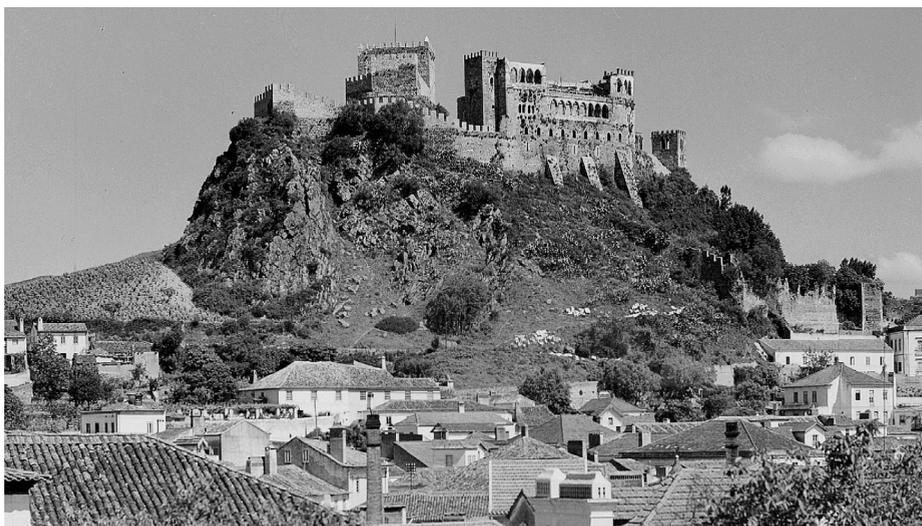


Figura 4 – Castelo de Leiria

Em particular, esta conjuntura reveste forma indiscutível e paradigmática no tecido dos *castelos* em Portugal, cuja presença material e simbólica protagoniza a identidade de qualquer paisagem rural (figuras 1 e 2) ou urbana (figuras 3 e 4) que, num sentido ainda mais amplo, pode qualificar a própria imagem do território.

Contudo, em nossa opinião, a imagem que os castelos hoje exibem revela-se ambígua. Por um lado, remete-nos de forma imediata para um tempo “primitivo”, no sentido em que a sua presença conforma uma representação próxima de uma *ruína*, o que induz consensualmente à legitimação do valor da sua antiguidade; por outro lado, pela generalidade e semelhança iconográfica de alguns dos seus elementos constituintes – desde muralhas, torres e ameias, entre outros, à própria materialidade, a pedra – e respectiva composição, que lhe determinam o perfil arquitectónico, transporta-nos para um cenário de compreensão quase universal e idílico, no mínimo paradoxal.

De facto, podemos questionar se tal cenário, composto pela repetição sensivelmente “mimetizada” de elementos que definem e caracterizam afirmativamente a presença do castelo no território, em muitos casos isolados da trama em que se integram, é uma representação da sua verdadeira antiguidade ou, ao invés, o resultado daquilo que alguém, em determinado momento, pretendeu que ele fosse.

Como constatámos no conjunto das intervenções que realizámos nalgumas de tais estruturas militares, a sua figura, que nos remete, como referimos anteriormente, de forma comum e aparente para um passado pretensamente “antigo”, na generalidade foi reflexo de uma campanha de obras relativamente recentes, realizadas já em pleno séc. XX, que tiveram como pressuposto, integradas num contexto político concreto em que os *monumentos nacionais* eram objecto de princípios predeterminados por uma ideologia política subjacente, devolver o seu perfil arquitectónico a uma forma considerada original.

Defrontamo-nos neste quadro com o propósito de analisar e reflectir sobre as intervenções ocorridas à luz do panorama ideológico do regime em vigor no período em causa, o *Estado Novo*, e na política patrimonial que se manifesta (através da DGEMN e do seu director-geral, Henrique Gomes da Silva) numa doutrina generalista assente no princípio da *unidade de estilo* e no retorno à “pureza da sua traça primitiva”⁵. Uma perspectiva que de forma intuitiva nos remete para a leitura de tempos distantes.

⁵ Cf. Silva, 1935b, p.9.

O objectivo primordial deste trabalho surge do desiderato de confrontar entre si, neste cenário dual, o perfil arquitectónico “produzido” no séc. XX – em concreto, no período que medeia entre o ano de fundação da DGEMN (1929) e 1949 – e aquele que poderia ter sido o seu “semelhante” no séc. XVI – no *terminus* da Idade Média –, a que corresponderá, como explicaremos no primeiro capítulo do trabalho, o “desaparecimento” do castelo em Portugal e porventura a imagem “primitiva” desejada em novecentos.

Esta condição apriorística, que confronta aquilo que foi, o passado, com aquilo que se deseja (desejou) ser, a sua representação no presente, motivará o desenho da estrutura deste estudo e justificará a metodologia adoptada.

Pretendemos compreender como esta circunstância específica se manifestou no projecto e na obra realizada nessas estruturas militares. Entre outras coisas, almejamos evidenciar como se tornou relevante na formulação teórica dos critérios de intervenção – *conservação versus restauro* – e como na prática estes se manifestaram em cada caso específico, ou seja, como se traduziram na relação entre cada objecto arquitectónico e o contexto social e cultural vivenciado à época.

Para a consecução do nosso programa decidimos que a estrutura do trabalho se poderia seccionar com base em dois momentos cronologicamente distintos, fazendo jus aos pressupostos que temos vindo a enunciar: aquilo que foi e aquilo que se deseja ser ou, por outras palavras, o *antes* e o *depois*.

No primeiro momento – *Capítulo 1. A presença do castelo na definição da imagem do território* –, o *antes*, pôr-se-á enfoque na definição e caracterização dos castelos em Portugal e no papel estratégico que estes desempenharam na construção do território, desde a fundação até ao final da Idade Média, período que, em virtude da introdução generalizada das armas de fogo, coincide com uma transição para outro tipo de fortificação, a abaluartada, e com a sua incapacidade face às novas circunstâncias.

Ainda respeitante a este período inicial (até finais da Idade Média), analisa-se a constituição da rede dos castelos portugueses entre meados do séc. XIV e meados do séc. XV (1350-1450) e, por fim, procede-se à leitura e análise do seu perfil arquitectónico desde os finais do séc. XV até ao

início do séc. XVI (1509). Estas duas circunstâncias concretas tornam-se relevantes no âmbito do nosso estudo porquanto constituirão não só uma base de trabalho quanto ao número de castelos e quanto à sua organização e distribuição geográfica, como também permitirão avaliar, enquanto forma e espaço, a fisionomia física, revelando a faculdade com que estas estruturas militares, através da evolução dos seus elementos constituintes dominantes, se foram moldando ao longo dos séculos, caracterizando o referido perfil arquitectónico no final da Idade Média.

Se na parte inicial abordámos o acto da fundação dos castelos em Portugal e os desígnios que estiveram na base das diversas adaptações e reformulações que estas estruturas consentiram, nomeadamente a sua adaptação ao desenvolvimento da arte da guerra e das estratégias de defesa e ocupação territorial, num segundo instante – *Capítulo 2. A presença do castelo na (re) definição da imagem do território* –, o depois, o nosso intuito é observar e apreender, partindo de um cenário geral de ruína, a imagem destas estruturas militares durante as centúrias de oitocentos e novecentos (no caso, até 1949). Em primeiro lugar abordaremos o modo como elas se foram constituindo monumento nacional, para posteriormente se avaliar como a intervenção – conservação e/ou restauro –, de forma intencional e reforçada, se tornou uma mensagem de cariz político, que tinha por pretensão remetê-los para um determinado tempo do seu passado, consentâneo com o desígnio ideológico ambicionado.

Concentraremos inicialmente a nossa atenção na leitura dos factos que levaram ao seu progressivo abandono e, numa fase posterior, ao seu enquadramento na valorização do património arquitectónico, desde o despertar de uma consciência patrimonial até ao desenho de um quadro legislativo e jurídico sob a tutela do Estado, considerando para o efeito o papel histórico e social que a estas estruturas, em ruína, foi cometido durante parte do séc. XIX e no início do séc. XX.

Mais adiante tentaremos expor e fundamentar os motivos que estiveram na base da fundação da DGEMN e a importância que os castelos assumiram no contexto ideológico do regime enquanto instrumentos capazes de gerar um corpo teórico e disciplinar de actuação própria, em que o conjunto das actividades expositivas e comemorativas – designadamente as *Comemorações*



Figura 5 – Castelo de Castelo Novo, antes das intervenções



Figura 6 – Castelo de Castelo Novo, depois das intervenções

*Centenárias*⁶, de 1940, e os *Quinze Anos de Obras Públicas*⁷, em 1948-1949 – ocorridas durante as primeiras décadas de existência deste organismo se revelaram factor impulsionador e selectivo que, de alguma maneira, viria a justificar na prática a escala, os critérios e os meios adoptados nos projectos e nas intervenções levadas a cabo.

Com base na documentação existente e em vários trabalhos realizados no âmbito desta(s) temática(s)⁸, esperamos, por fim, analisar o conjunto de mudanças operadas nestas estruturas militares medievais.

Numa leitura horizontal, confrontaremos os aspectos conceptuais e materiais que envolveram as várias intervenções, o que de algum modo pode esclarecer, com maior ou menor precisão, uma conduta particular dentro dos preceitos doutrinários definidos pelo regime político e pela DGEMN e, em simultâneo, determinar alguns procedimentos comuns às diversas intervenções efectuadas (como exemplo, figuras 5 e 6). Seguidamente, numa perspectiva vertical, tentaremos testemunhar como a imagem do castelo no início do séc. XVI influenciou, de forma intencional ou não, a construção do seu perfil arquitectónico no séc. XX, na vigência do Estado Novo, designadamente entre 1929 e 1949, num ambicionado regresso à genuinidade da construção original.

Nesta pretensão reside, concisamente, o que se pode considerar como contributo do presente trabalho: perceber no caso particular destes monumentos nacionais, os castelos, como é que eles reflectiram e tornaram tangíveis os significados, valores e simbolismos que o Novo Estado lhes atribuiu e a forma como a larga campanha operada, dirigida por um organismo recém-criado, a já citada DGEMN, à luz de critérios unitários assentes numa vontade “reintegradora” e “restauradora”, tornou a sua presença no espaço numa renovada imagem do território, “primitiva”, como antes se referiu.

⁶ Cf. CECC, 1939-1940.

⁷ Cf. CEEOP, 1948.

⁸ Dos quais podemos destacar, entre outros, no que concerne ao primeiro capítulo, a obra de João Gouveia Monteiro (1997 e 1999) e, relacionados com o segundo, os destacados contributos de Margarida Acciaiuoli (1991 e 1998), Maria João Neto (1996, 1999 e 2001), Domingos Almeida Bucho (2000), Miguel Tomé (1998 e 2002) e, mais recentemente, um artigo de Isabel Cristina Fernandes (2005).

Como fontes e referências bibliográficas de base votaremos inevitavelmente, pelos motivos acima descritos, especial atenção ao *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas (1990), facsimile da edição original de 1509, que nos permitirá, através dos seus desenhos (plantas e vistas panorâmicas), visualizar e caracterizar, com relativa solidez, o perfil arquitectónico do castelo em Portugal e, complementarmente, várias publicações da DGEMN relativas à época que retratamos, as quais constituirão suporte documental decisivo no acompanhamento, na alusão e no cotejo de assuntos que ocupam o presente trabalho. Nomeadamente, a obra *Castelos Medievais de Portugal* (MOP/DGEMN, 1949a), em conjunto com a primeira das referências bibliográficas citada, balizar-nos-á, de forma sucinta, o espaço temporal a abordar: 1509-1949.

Em nota introdutória de cada capítulo daremos notícia da metodologia de aproximação que o orienta e dos autores e obras que serviram de referência ao enquadramento específico, em cada caso e momento oportunos.

Num sentido mais amplo, destaque-se que os registos da DGEMN e do IPPAR, em particular os da primeira, se tornaram incontornáveis, pela sua capacidade de inventariação à escala do País, constituindo preciosas fontes para este tipo de pesquisa.

Dada a extensão, e por vezes complexidade, dos dados recolhidos⁹ que iremos analisar, tentaremos, sempre que possível, para tornar a informação clara e objectiva, sintetizá-los através de gráficos, mapas e quadros, a fim de permitir uma leitura cruzada abrangente, mas também pontual, dos diversos assuntos abordados¹⁰.

⁹ Os dados apresentados foram recolhidos entre os dias 12 e 18 de Dezembro de 2006 por via das fichas individuais do Inventário do Património Arquitectónico (IPA) do arquivo da DGEMN, tendo em 8 de Outubro de 2007 sido feita uma reatualização cujo resultado envolveu apenas um reduzido número de estruturas militares.

¹⁰ No trabalho que serviu de base a esta publicação são apresentadas, em complemento desta informação, fichas individuais dos castelos que foram objecto de estudo. Cf. Correia, 2008.

Estas fichas individuais, no total de 182, foram organizadas com o objectivo de sintetizar a informação recolhida sobre cada castelo, nomeadamente a designação, localização, protecção legal (até 1949), número do *Inventário do Património Arquitectónico* (IPA) correspondente aos arquivos da DGEMN, a enumeração das intervenções nele realizadas por este organismo no período de 1929 a 1949 e ainda uma lista das fontes iconográficas respeitantes às imagens apresentadas. Excepcionalmente, as fichas dos castelos de Guimarães, Pombal, S. Jorge, Lanhoso, Sesimbra, Feira, Belver, Silves, Elvas e Sabugal, os quais foram objecto de publicações

Os Quadros 01 a 08 têm como fim organizar e sistematizar em vários documentos a informação contida nos diversos mapas (excepção feita aos Mapas 03 a 06). Aqueles elementos (leia-se: quadros e mapas) serão estruturados segundo temas específicos que correspondem diferenciadamente aos dois capítulos que enformam o trabalho. Na pequena nota introdutória de cada capítulo daremos conta dos quadros e mapas que nele serão referidos¹¹.

Como síntese global, o Quadro 09 vai organizado em função das 11 províncias portuguesas e resume os dados contidos nos Mapas 01 a 59 e nos Quadros 01 a 08.

À concepção dos gráficos correspondeu o mesmo propósito. No entanto, estes não terão um papel totalmente abrangente e de cruzamento directo com todos os outros elementos anteriormente referidos (mapas e quadros). Utilizando a mesma metodologia, no início de cada capítulo especificar-se-ão os gráficos que nele serão mencionados e que articulam e resumem dados de alguns mapas e quadros.

Quanto às imagens que integram este trabalho, o critério de selecção assentou, na sua maioria, em três momentos específicos: perfil arquitectónico dos castelos na Idade Média (fonte iconográfica: *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas (facsimile de 1990 do original de 1509); perfil arquitectónico antes das intervenções da DGEMN (fontes iconográficas: revista *O Occidente* (1878-1915), *Castles of Portugal* de Almeida D'Eça (1925) e *Castellos Portuguezes* de João Grave (193?); perfil arquitectónico durante e após as intervenções da DGEMN (fontes iconográficas: *Revista dos Centenários* (CECC, 1939-1940) e *Castelos Medievais de Portugal* (MOP/DGEMN, 1949a). Dos castelos acima discriminados por haverem sido alvo de artigos publicados em *Boletins* da DGEMN serão ainda apresentadas referências iconográficas compostas por desenhos e imagens.

em *Boletins* da DGEMN (MOP/DGEMN, 1935-1990), para além das respectivas referências iconográficas, terão inserida uma descrição pormenorizada das intervenções realizadas.

¹¹ Todos os mapas foram elaborados tendo por base a *Carta Administrativa Oficial de Portugal* do Instituto Geográfico Português (IGP), <http://www.igeo.pt/caop.htm>, a *Carta Militar Itinerária de Portugal* do Instituto Geográfico do Exército (IGE), <http://www.igeoe.pt/>, e ainda Fernandes e Oliveira (2005, p.139). Cf. Mapa 01.

Doravante estas informações devem ser consideradas implícitas nas referências a todos os mapas apresentados no trabalho, pelo que não serão mais explicitadas.

Por entendermos mais adequado o agrupamento de toda a informação num registo único, os mapas, os quadros e os gráficos que acompanham a leitura desta publicação encontram-se disponíveis no site da Imprensa da Universidade de Coimbra (http://www.uc.pt/imprensa_uc/catalogo/investigacao/castelos) Deste modo, sempre que abordarmos algum dado relativo a estes registos tentaremos indicar o seu envolvimento com o corpo do texto.

Por último, na secção dos *Anexos*, incluem-se dois documentos da autoria de Henrique Gomes da Silva, durante mais de três décadas director-geral da DGEMN.

CAPÍTULO 1

A PRESENÇA DO CASTELO NA DEFINIÇÃO DA IMAGEM DO TERRITÓRIO

1.1 Nota introdutória

Para facilitar a compreensão de vários assuntos que iremos abordar neste capítulo, principiamos por recordar alguns conceitos, recorrendo a António Pires Nunes (2005, pp.74-79)¹²:

“CASTELO. Construção medieval fortificada integrando variados edifícios defendidos por muralhas, torreões, fossos e outros elementos de defesa, com um ou mais recintos interiores, destinada exclusivamente a fins militares estratégicos ou a desempenhar prioritariamente a função de residência fortificada de um senhor. Localizado normalmente em pontos altos assegurava a resistência e podia abrigar as populações próximas, em tempo de perigo. O castelo como residência senhorial não foi o castelo representativo da Península Ibérica, onde o feudalismo assumiu formas diferentes das que se desenvolveram na restante Europa. O castelo ibérico característico pertencia ao rei que assegurava a defesa do reino e não a senhores feudais, o que o torna típico pelo carácter eminentemente estratégico que daí lhe advém”.

¹² Ao longo do trabalho, se nada for dito em contrário, as descrições dos conceitos e elementos de natureza arquitectónica relativas a estruturas militares, nomeadamente a castelos, são os adoptados por Nunes (2005) no seu *Dicionário de Arquitectura Militar*. Assim, muitas vezes será omissa a referência explícita a tal autoria.

“CASTELO ESTRATÉGICO. Castelo incluído no conceito de defesa militar activa de um território formulado por quem o podia fazer. Em geral, só o rei definia a estratégia de defesa e a concretizava mas ela podia ser parcialmente delegada”.

“CASTELO IBÉRICO. Inspirado na alcáçova árabe (...) era um recinto fortificado, cercado de altas muralhas ameadas onde, de espaço a espaço, se erguem torreões ameados, alguns com funções específicas, localizado em posição estratégica e topográfica propícia à resistência (em princípio, em lugares altos), à observação, à protecção das populações vizinhas, que nele se refugiavam ou à protecção de um sítio ou povoação. O castelo ibérico cristão tinha normalmente dois pátios desnivelados e, por vezes, três, resultando, neste caso, mais compartimentada a sua disposição. No pátio baixo, correspondente ao albacar da alcáçova árabe, onde se recolhia a população com os seus haveres e gado, havia vários edifícios comunais, como o forno, o moinho, a frágua, a carpintaria, etc., além de ser bairro oficial e militar com residências. O pátio de armas era frequentemente uma parte deste recinto. O pátio acima deste era destinado ao alcaide ou ao senhor e à sua família que habitava num edifício conhecido por palácio do alcaide ou alcaidaria no primeiro caso ou simplesmente por paço, no segundo. Mais acima podia haver ainda um terceiro pátio só com a torre de menagem, de introdução cristã, que constituía o último reduto de defesa (...). O castelo ibérico era uma verdadeira cidadela dominando, muitas vezes, uma povoação que ele próprio gerou e que acabou também por ser cercada de muralhas se veio a adquirir interesse militar”.

A Península Ibérica (e em particular Portugal) é um território rico em castelos. Estes, com a sua presença, ainda hoje e de forma especial, marcam de forma indelével o contorno das nossas cidades e da nossa paisagem. Na planície ou em zonas alcantiladas eles contribuem decisivamente para o desenho territorial sob as formas mais diversas, originando identidades próprias mas também numerosos traços comuns, nomeadamente por via da repetição de vários dos elementos que os compõem, situação que em muito contribui para a generalização e identificação de um quadro, ou um cenário, universal da imagem do castelo em Portugal.

Ao contrário de outros castelos europeus, que se integram num sistema feudal diferente, assumindo em consequência uma tendência distinta (residencial e senhorial), estas estruturas militares localizadas na península foram construídas com um desígnio essencialmente militar e político, estratégico. Na sua história vivem-se momentos de conflito directo ou circunstâncias de tensão eminente, sobretudo se localizados em zonas fronteiriças.

As estruturas militares foram evoluindo em função da *arte poliorcética*, “arte de sitiar e atacar as povoações fortificadas”¹³, procurando sempre encontrar a solução defensiva mais adequada em relação a uma arma inédita ou a uma nova estratégia ofensiva. O progresso das acções defensivas e atacantes resultou de circunstâncias inerentes a cada momento histórico. Deste modo, o estado de guerra, real ou provável, foi o factor que determinou e forçou os desenvolvimentos estratégicos e técnicos da arte militar, entendida esta, como se disse anteriormente, enquanto arte poliorcética e arte e ciência de defesa.

Segundo Mário Jorge Barroca (2003), o castelo em Portugal surge em plena Idade Média, e “desaparece” no *terminus* desta, com a finalidade de corresponder a uma nova sociedade caracterizada por uma matriz de povoamento disperso, inevitavelmente associada a outras necessidades de defesa. Esta transição marca uma mudança no desenvolvimento da guerra e, mais acentuadamente, da noção de espaço territorial, que mais à frente abordaremos.

Durante este período, o País esteve submerso em permanente estado de guerra, propiciando um vasto campo de experimentação de recentes armas de ataque e de emergentes medidas de defesa, fomentando a construção de novas estruturas e a adaptação das existentes.

Por estes motivos, a imagem dos castelos não deverá ser referenciada a um período temporal estritamente delimitado, mas antes entendida continuamente no tempo, em resultado do conjunto de adaptações realizadas face a diferentes circunstâncias estratégicas, remotas ou recentes.

No estudo que ora nos propomos realizar não se pretende esboçar uma forma única ou construir uma imagem universal do castelo construído ou adaptado na Idade Média em Portugal, antes almejamos perceber a respectiva importância na construção do espaço e o correspondente perfil

¹³ Cf. Nunes, 2005, p.194.

arquitectónico num dado período histórico (em concreto, 1509), tendo em vista analisar em capítulo posterior a intervenção da DGEMN nos castelos portugueses durante as primeiras décadas da sua vigência (1929-1949).

É, efectivamente, um propósito deste capítulo compreender a distribuição geográfica dos castelos em Portugal – mais concretamente, a rede dos castelos portugueses entre 1350 e 1450 – e o correspondente “perfil arquitectónico” em finais da Idade Média.

O primeiro ponto implica o conhecimento da estratégia em rede face à conquista, consolidação e povoamento de um espaço territorial. Este entendimento passa necessariamente por uma articulação entre a História e a Geografia Física do território. Dois momentos podem revelar, ou sintetizar, a estratégia do castelo em Portugal: o período da *Reconquista* e, mais tarde, em 1297, o tratado de Alcanizes¹⁴. Se no primeiro momento as Ordens Militares desempenharam um papel determinante no alargamento, protecção e povoamento do reino, no segundo momento tornou-se imperioso um controlo mais vasto do território, o que levou a um esforço concertado de defesa, passando pela consolidação das estruturas de fronteira terrestre e costeira (*linhas de detenção*) e pelas *linhas de infiltração* que tinham por finalidade defender Lisboa. Em complemento, existiam diversos castelos situados junto a linhas de comunicação que também serviam de tampão a eventuais investidas. Estes propósitos levariam a que ao findar o séc. XIV a organização defensiva do território tivesse já atingido elevado grau de solidez e estabilidade, a reforçar posteriormente por acções da autoria de D. Fernando (1367-1383) e de D. João I (1385-1433).

Num segundo ponto, segundo Nunes (2005), o castelo português entendido como fortificação militar temporalmente limitada pelos séculos XII e XVI, ou seja, entre a Reconquista e o início do reinado de D. Manuel I, sofreu, devido a conjunturas diversas, inúmeras obras de conservação, adaptação e reconstrução. Designadamente, para Barroca (1994), o desenvolvimento das armas de defesa e de ataque promoveu a passagem de uma *defesa passiva* (*castelo românico*) a uma *defesa activa* (*castelo gótico*) que mais

¹⁴ D. Dinis e D. Fernando IV de Castela rubricaram o tratado de Alcanizes em 12 de Setembro de 1297, o qual passou a consagrar a linha de fronteira entre os dois reinos.

tarde, na Idade Moderna, com a introdução da artilharia pirobalística, estaria na origem da transição gradual (*fortificação de transição*) para um novo perfil das estruturas militares: fortificação *abaluartada*. Simultaneamente, assiste-se à progressiva *residencialização* de alguns castelos, sobretudo a partir do séc. XIV.

Como referimos, podem enunciar-se como objectivos deste capítulo a (re)definição da rede dos castelos portugueses de meados do séc. XIV até meados do séc. XV e a caracterização do seu perfil nos finais da última destas centúrias, através da análise das representações no *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas (1990). Este foi um escudeiro a quem D. Manuel I incumbiu em 1509 a tarefa de desenhar e avaliar o estado de conservação de um conjunto de castelos que integravam a primeira *linba de detenção* face a Castela, complementada ainda com visitas a Barcelos e Sintra. Neste documento encontram-se referências a 60 povoações que, excepção feita a Barcelos e Sintra, se localizam junto à fronteira. No entanto, Duarte de Armas também não deixou qualquer indicação relativa aos castelos de Alegrete, Portalegre e Marvão, pelo que são 55 as estruturas militares representadas, via plantas e vistas panorâmicas¹⁵.

Estes constituem factores relevantes no desenvolvimento do estudo, já que permitirão constituir uma base de trabalho, que se pretende segura e coerente, quer quanto ao número de estruturas militares e à respectiva distribuição geográfica e temporal no território, quer quanto à fisionomia física enquanto espaço e forma dos elementos que conformam os castelos e caracterizam a sua imagem. Na realidade, vai verificar-se que esta não resulta de um estado de pureza absoluta, num momento bem determinado; ao invés, constitui-se como processo evolutivo, de sobreposições, símbolo de um poder reconhecido pela sua expressividade material e territorial.

O capítulo inspira-se, entre outros trabalhos, de forma acentuada na investigação desenvolvida por João Gouveia Monteiro (1999) na obra *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média: Presença, Perfil, Conservação, Vigilância*

¹⁵ Cf. a *Introdução* de Manuel Castelo Branco ao facsimile de 1990.

e *Comando*¹⁶, especial importância sendo votada à apresentação de alguns mapas que o autor considera instrumentos de trabalho imprescindíveis, dentre os quais uma “nova carta” dos castelos portugueses no período 1350-1450. Adoptado tal trabalho como base do nosso estudo, aceitamos entretanto o desafio de a ajustar em função de contributos de outros autores, nomeadamente José Mattoso (1985), Carlos Guilherme Riley (1991) e Rita Costa Gomes (2001, 2003)¹⁷. A estes acrescentaremos contribuições de Humberto Baquero Moreno (1984, 1994a, 1994b) e de António Oliveira Marques (1987) que serviram de apoio à carta elaborada por Monteiro em 1999. Inevitavelmente, o já citado *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas constituirá fonte documental primeira para nos ajudar a caracterizar o perfil do castelo medieval em Portugal e a defender algumas das considerações e posições que nos propomos adoptar no decorrer do trabalho.

Conforme enunciámos na introdução, pôr-se-á de igual modo ênfase na apresentação de mapas, quadros¹⁸ e gráficos¹⁹ que propiciarão uma melhor compreensão e facilidade de síntese dos temas a abordar.

¹⁶ Publicação na sequência da sua tese de doutoramento *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (1997).

¹⁷ Como complemento, poder-se-á compulsar a obra *A Construção das Fronteiras* (1991), da autora, que aborda a definição e a construção das fronteiras do reino português.

¹⁸ Como referimos na *Introdução*, os quadros têm por fim sistematizar e confrontar de forma directa a informação contida em vários mapas referentes a cada capítulo. Assim, e no que diz respeito a esta parte, teremos:

Quadro 01: “Designação e localização da rede dos castelos portugueses” (cf. Mapa 17).

Quadro 02: “Conjunto de dados que definem a estratégia e caracterização do castelo em Portugal” (cf. Mapa 02 e do Mapa 07 ao Mapa 11).

Quadro 03: “Constituição da rede dos castelos portugueses” (cf. do Mapa 11 ao Mapa 16). Quanto a este quadro, que inter-relaciona os autores Moreno (1984, 1994a e 1994b, cf. Mapas 12 e 14, respectivamente), Marques (1987, cf. Mapa 13), Monteiro (1999, cf. Mapa 15) e Gomes (2001 e 2003, cf. Mapa 16) e que propõem uma carta com os castelos relativos ao período 1350-1450, considerámos que dado alguns deles terem como suporte o *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas (cf. Mapa 11) seria conveniente inclui-lo aqui.

¹⁹ Do mesmo modo e em relação aos gráficos, coligimos neste capítulo:

Gráfico 01: “Evolução da constituição da rede dos castelos portugueses” (cf. Quadro 01 (Mapa 17) e Quadro 03 (do Mapa 11 ao Mapa 16)).

Gráfico 02: “Evolução da constituição da rede dos castelos portugueses por províncias” (cf. Quadro 01 (Mapa 17) e Quadro 03 (do Mapa 11 ao Mapa 16)).

1.2 Estratégia e caracterização do castelo em Portugal

1.2.1 As civitates e os castelos roqueiro e condal

A imagem dos castelos não nos relata apenas a história dos feitos, a evolução das técnicas poliorcéticas e dos sistemas defensivos, mas também, e fundamentalmente, faculta-nos uma visão conjunta e articulada com a História e a Geografia da organização estratégica e do povoamento do território. Parafraseando Barroca (2003): “*Uma Paisagem com Castelos*”. Adoptando o ponto de vista deste autor no artigo referido, num primeiro instante será importante balizar o castelo no tempo, nomeadamente averiguando quando e em que condições surgiu²⁰.

Por ordem cronológica do seu aparecimento, consideram-se três estruturas militares distintas: *povoados fortificados*, *acampamentos militares* e *castelos*.

Os povoados fortificados são estruturas de *habitat* concentrado que, por motivos de segurança ou outros (religiosos, políticos, etc.), foram rodeadas por uma muralha que as circunscreve e delimita fisicamente. Espelham a necessidade de uma acção defensiva local.

Os acampamentos militares, ao contrário dos povoados fortificados, obedecem ao princípio de permanência e requerem a existência de um exército profissionalizado. Surgiram com o domínio romano, desapareceram após a sua queda e foram posteriormente retomados em meados do séc. XVII sob a forma de quartéis. Embora a sociedade medieval se organizasse em função da guerra, não se ergueram acampamentos militares, um paradoxo que, de acordo com Barroca (2003), se deve ao facto de o exército medieval não ser estável, porque sujeito a convocatórias determinadas por necessidades aleatórias e constituído por homens livres.

Quanto aos castelos, como se referiu na parte introdutória, eles surgem em plena Idade Média e desaparecem na Idade Moderna, dando lugar após uma primeira fase transitória ao sistema abaluartado, também designado por *fortaleza*²¹. Estas estruturas militares aparecem para obviar uma específica

²⁰ Para uma análise global e contínua no tempo da história das fortificações portuguesas pode-se consultar a obra *Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, dirigida por Rafael Moreira (1989).

²¹ Para Nunes (2005), à falta de outro mais adequado, este vocábulo é comumente usado para designar todo o sítio ou obra de defesa colectiva que tenha sido fortificado, independentemente da área ou época histórica.

conjuntura de ocupação do solo. Dada a impossibilidade de fortificar todos os povoados, e deste modo garantir a segurança parcial do território e das populações (solução até então comum) dispersas por extensos vales com função agrícola, o castelo surge como uma solução defensiva servindo vários núcleos. Trata-se de início de um espaço de uso temporário, sem carácter habitacional, destinado a uma utilização casuística, onde as populações poderiam, com apoio de uma guarnição militar, não permanente nem residente, acolher-se. Em tempo de acalmia poderiam servir apenas de estruturas de vigilância. O recrutamento das guarnições era baseado num sistema solidário e rotativo entre populações que viviam num mesmo território.

A localização dos castelos era altaneira, a fim de facilmente deles se poderem dominar vias e passagens importantes, pelo que as condições orográficas²² eram um factor influente para a sua implantação, reforçada ainda com a construção de uma *cerca amuralhada* simples que, em muitos casos, aproveitava os afloramentos rochosos existentes.

O incremento destas estruturas decorreu em conformidade com a adequação às funções que lhes eram atribuídas, mas também da adaptação ao tecido social e político da época. O castelo surge num contexto de povoamento esparso, onde o domínio de um espaço territorial deixou pouco a pouco de consistir na conquista de um povoado, por muito importante que ele fosse, para passar pela conquista do próprio castelo. Um factor vital para a sua disseminação resultava do facto de os castelos exibirem pequenas dimensões, o que facilitava o esforço construtivo e, naturalmente, a própria defesa. Daí que a “(...) afirmação do castelo corresponde a uma mudança no conceito de guerra (...)”, ou seja, “Controla-se o território quando se controla o castelo”²³. Encerra um conceito de defesa estática, adequado à fixação da população, por proporcionar a protecção da terra possuída, ou adquirida, e se erigir também como centro de futuras acções.

No que concerne ao aparecimento dos primeiros castelos, Barroca (2003, p.176) assevera “(...) com alguma segurança, que eles surgem na Europa Ocidental a partir dos meados do séc. IX. Em Portugal, as primeiras referências

²² Cf. Mapa 01.

²³ Cf. Barroca, 2003, p.176.

seguras a castelos surgem a partir das presúrias²⁴ de D. Afonso III das Astúrias (868)”. No entanto, ressalva que tais referências podem não documentar o momento da construção desses castelos, mas reportar-se a outros previamente erguidos. Tal atributo temporal torna-se relevante para se perceber se a introdução no território destas estruturas militares foram da responsabilidade das forças oriundas do Norte, que vieram reenquadrar as populações autóctones, ou, pelo contrário, se elas resultaram da construção por parte das populações residentes nestes territórios periféricos, que não estavam verdadeiramente enquadradas na monarquia asturiana nem na sociedade muçulmana.

O processo de implantação do castelo relaciona-se indubitavelmente com a Reconquista Cristã – encetada no séc. VIII por D. Afonso III das Astúrias, num movimento de recuperação territorial –, sendo que entre 870 e 875 se começam a multiplicar as notícias sobre tal estrutura.

Os castelos configuram então o propósito de resolver problemas de insegurança que se detectam neste período, sobretudo face às razias muçulmanas, às incursões normandas e aos conflitos internos da sociedade cristã, e para controlar e dominar pelo exercício do poder os territórios e respectivas populações.

Na verdade, a implantação do castelo e a organização do território estão intimamente relacionadas com uma linha²⁵ “móvel” de fronteira instável²⁶.

²⁴ Entende-se por *presúria* qualquer acção efectuada por um grupo armado cujo objectivo é a ocupação de terras numa base permanente. Do ponto de vista militar, a apropriação, com autorização régia ou senhorial, de terras entretanto conquistadas, mas sem proprietário, não tem a mesma importância. Segundo Pedro Gomes Barbosa (1997, pp.42-43), “(...) a presúria mais eficaz e duradoura é a que é efectuada em movimentos vastos de conquista e quando existe retracção do aparelho defensivo inimigo, acompanhado pelo abandono de parte significativa da população ou enfraquecimento de uma das formações”.

²⁵ Não confundir com *limes* ou *linba*. O termo *limes* tem origem no significado de caminho e designa o sistema de fortificação estabelecido pelos romanos em determinadas fronteiras, consistindo na construção de uma estrada estratégica ao longo da fronteira ou da linha a defender (fronteira) apoiada por estruturas defensivas. Pelo contrário, *linba* designa um esforço delineado de fortificações, organizado num sistema linear, destinado a constituir uma barreira à entrada das forças inimigas numa região ou país, em conjugação com os dispositivos e actuações de elementos armados aliados. Este conceito foi introduzido em território nacional nos primórdios da nacionalidade quando a defesa deste se fez de Norte para Sul apoiada nos rios ou quando, mais tarde, as estruturas militares se concentraram ao longo da fronteira, passando a definir uma linha fortificada. Cf. Nunes, 2005.

²⁶ A este propósito podem ver-se os artigos já referidos de Gomes (1991) e Barbosa (1997).

A Península Ibérica foi durante a Idade Média uma região de contornos vincadamente indefinidos, dependendo em cada instante a sua configuração de situações de avanço ou recuo das linhas de fronteira.

A segunda metade do séc. IX fica marcada no nosso espaço territorial por um incremento do acima invocado processo de Reconquista com as presúrias do Porto (868) e de Chaves (872). O controlo destes espaços afigurou-se fundamental para a consolidação do território a noroeste de Portugal, dando início a uma importante reorganização militar e administrativa.

Desde logo, assiste-se a um *encastelamento* massivo, organizado em redor da matriz de povoamento preexistente, com o intuito de o reorganizar, defender e ampliar, ou seja, “(...) fixar a população, proporcionar a defesa da terra adquirida e servir de base a futuras incursões”²⁷. Constata-se, em simultâneo, uma vontade predominantemente defensiva, algumas vezes ofensiva, dado que as estruturas deste conjunto militar podiam assumir um papel intermédio em campanhas que ultrapassavam os limites entretanto consagrados.

Naturalmente, perante tais condicionalismos, as estruturas mais antigas situaram-se em zonas de conflito eminente, instáveis por natureza, quais sejam o Douro Litoral e, mais tarde, o Entre-Douro-e-Minho. Organizaram-se comunidades num ou vários vales através de iniciativas locais que asseguravam a edificação de um castelo e a sua vigilância, estendendo-se desde a área noroeste até às margens do rio Douro, que até meados do séc. XI se constituiu como espaço de fronteira fundamental, prolongando-se mesmo a algumas zonas a Sul deste rio.

Os castelos de origem local, de iniciativa comunitária, denominados *castelos roqueiros*, dos primórdios da Reconquista, constituíram a resposta encontrada pelas populações locais face aos assédios a que estavam sujeitas. Tais castelos eram estruturas simples, situadas em locais elevados a partir dos quais era possível ter um domínio visual sobre as áreas envolventes, formadas por pequenas cercas amuralhadas constituídas por muros incipientes (pedra aparelhada com argamassa) e igualmente por desaterros e fossos que aproveitavam as condições naturais de defesa resultantes da morfologia do terreno de implantação – afloramentos rochosos. É o caso do castelo de Penela (figura 7), que apesar

²⁷ Cf. Barbosa, 1997, p.38.



Figura 7 – Castelo de D. Sesnando, Castelo de Penela

de ter sido objecto de diversas reestruturações, ainda hoje “(...) conserva a configuração do castelejo sesnandino que a reforma romano-gótica aproveitou como torre de menagem”²⁸. Tal forma de encastelamento originou outro tipo de estrutura, o *castelo condal* (com planta subquadrangular ou rectangular, caso da torre moçárabe de Trancoso que posteriormente foi integrada no castelo românico como torre de menagem), que para além da iniciativa condal, como o próprio nome indica, recorria a soluções arquitectónicas distintas e mais elaboradas. Esta característica revela desde logo que a segurança de um espaço não se fazia só a partir da construção de um castelo, mas também em conexão com a ajuda de outras construções, designadamente as torres, que desempenharam uma função que não pode ser excluída.

Outro facto importante, de perto relacionado com o mencionado no parágrafo anterior, residiu na reestruturação administrativa do espaço originando as *civitates*, grandes espaços territoriais controlados a partir de um lugar central. Estes locais constituíam um modelo de administração condal que obedecia a critérios militares, ao contrário dos *territoria*, também eles mencionados nalguns documentos do mesmo período, que eram grandes unidades onde as vertentes administrativa, religiosa e militar coincidiam. A existência de *civitates* não implicava que estas não se incluíssem num *territoria*. Apesar de estruturas mais estreitas, dominadas por um castelo governado por um nobre, elas aceitavam no seu interior outras construções militares, mormente de iniciativa local, os castelos roqueiros, que tinham um enquadramento particular na posição de fronteira.

²⁸ Cf. Monteiro e Pontes, 2002, p.8.

1.2.2 As terras e o castelo românico

A organização territorial de origem asturiana permaneceu operacional até meados do séc. XI, ou seja, durante dois séculos, sendo que os castelos assumiram um papel determinante na estrutura do espaço e no exercício da soberania.

A partir do início do séc. XI, com a expansão da Reconquista para Sul, sobretudo desde as campanhas de Fernando, o Magno, a organização do território em civitates revelou-se desajustada em face dos novos condicionalismos geoestratégicos. Não só as principais civitates deixaram de estar localizadas em zonas de fronteira, como se impuseram áreas mais pequenas, logicamente mais fáceis de controlar.

Esta transformação concretiza-se com a implementação de uma nova forma organizativa do território: as *terras*.

O processo de mudança não se efectuou por via de uma medida única do poder real, instituída num momento preciso, mas sim de forma continuada, evoluindo ao ritmo de necessidades locais. Para Edison Bisso Cruzen (2005), a transformação processa-se entre meados do séc. XI e meados do séc. XII. Esta transição também tem origem no modo de fazer a guerra que, paulatinamente, deixa de ser uma “guerra predatória”²⁹, de *raid*³⁰, para passar a ser um acto mais profundo e definitivo, onde a conquista de espaço territorial assume especial importância, com as progressões a tornarem-se mais demoradas.

Em comparação com as civitates, estes novos territórios, as terras, abrangiam áreas muito menores, o que permitia o seu controlo mais eficaz, sendo ajustados a uma autoridade régia (instrumentos de gestão política, militar, judicial e fiscal) mais efectiva (alguns deles eram periféricos) e dominados por um único castelo, confiado a um *tenente*³¹. Estes espaços foram-se tor-

²⁹ Cf. Barroca, 2003, p.178.

³⁰ Para Barbosa (1997), as guerras levadas a cabo pelas comunidades cristãs de fronteira tinham como intenção fustigar o inimigo, roubando-lhe ou destruindo-lhe riquezas e captando mão-de-obra.

³¹ Elemento da nobreza local, escolhido pelo rei, nele era temporariamente delegado o poder da terra, que poderia ser revogado pelo monarca quando este o entendesse, aspecto crucial para se compreender por que motivo os castelos portugueses não adquiriram a dimensão de palácios. Este modelo acentuou a distinção entre nobres e plebeus, afirmando-se como um sistema essencialmente senhorial. Cf. Barroca, 1994 e 2003.

nando precisos ao longo do processo de implementação, não só porque os seus limites se deslocaram para áreas de referência no terreno (cumes, cursos de rios, etc.), mas também devido à coincidência dos territórios militares com a sociedade religiosa³². Esta adequação à “geografia religiosa”³³ permitiu que as populações tivessem maior consciência dos territórios a que pertenciam.

Em consequência, assiste-se a um ordenamento dos castelos roqueiros, construídos em grande maioria por iniciativa local para defesa das populações residentes. Este processo de hierarquização, onde uns desaparecem e outros ganham importância, tornou-se essencial pelas razões anteriormente aduzidas, mas também porque viabilizou economicamente a reforma (*românica*) daqueles que se perfilaram como castelos *cabeça de terra*, que simbolizavam poder e ordem, neles se concentrando os principais esforços da arquitectura militar.

Esta evolução conduziu ao estabelecimento de uma rede de castelos, onde cada terra possuía o seu castelo cabeça de terra que corporizava o poder e a ordem no território, assistidos e controlados por tenentes que exerciam direitos vários (fiscais, judiciais e militares) e dos quais retiravam evidentes benefícios económicos, entre outros. Tal estruturação do território assumirá papel determinante até ao séc. XIII.

Foi neste modelo que assentou a estrutura militar de Portugal nos seus primeiros tempos de independência. Implantados em posições acentuadamente altaneiras, de difícil acesso e permitindo fácil controlo do território, os *castelos românicos* localizavam-se de forma mais concentrada no interior de Portugal, prevenindo a defesa contra possíveis avanços muçulmanos.

A sua localização era também determinada pela proximidade dos principais aglomerados e pela economia da terra, dependendo ainda dos itinerários viários que cruzavam o espaço e que era necessário vigiar. Por isso, erguiam-se sobranceiros às áreas mais povoadas, onde se concentravam as principais vias de acesso (vias de comunicação terrestre e cursos de água) e os centros de maior produtividade. Constata-se uma vez mais

³² A propósito da relação da Igreja com a história militar portuguesa pode-se consultar o artigo *A Presença da Igreja na História Militar portuguesa: Das Origens aos Finais do Século XIV*. Cf. Marques, 1990.

³³ Cf. Barroca, 2003, p.179.

uma preocupação particularmente militar em função de um povoamento que é necessário proteger, e sobretudo fortalecer, o que nas regiões de fronteira se torna difícil, perante a inevitável instabilidade e as permanentes perdas. O povoamento está directamente relacionado com a defesa do espaço, mas nas zonas conquistadas assume também o papel de garantir a consolidação e o desenvolvimento³⁴.

O castelo românico era concebido para uma *defesa passiva* cujo objectivo primeiro seria resistir a longos cercos, com a estrutura arquitectónica dispondo de soluções pouco agressivas e, em caso de cerco, dependendo da altura e espessura dos seus muros. Daí que a sua localização aproveitasse sempre que possível as condições orográficas do terreno como forma de aumentar a capacidade de defesa. Como resultado desta condição, os castelos românicos apresentam nalguns casos formas ou configurações irregulares (em planta), reflexo de imperfeições e declives do terreno onde se implantam.

O perfil arquitectónico do castelo românico (de que o de Pombal, cuja edificação se iniciou em 1156, pode ser considerado um adequado exemplo (figuras 8 e 9), no caso, templário³⁵), compreendia basicamente num diminuto

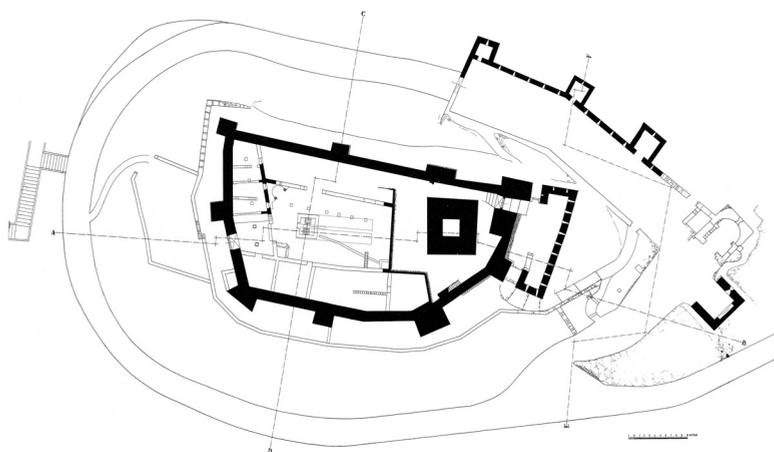


Figura 8 – Castelo de Pombal, planta

³⁴ A propósito da relação entre o povoamento e a defesa do território pode-se consultar o artigo *Povoamento e Defesa na Estruturação do Estado Medieval Português*. Cf. Marques, 1988.

³⁵ Cf. Monteiro e Pontes, 2002.



Figura 9 – Castelo de Pombal

*pátio*³⁶ amuralhado, que podia permitir a permanência de uma pequena guarnição, com uma ou duas *portas* (*porta principal*³⁷ e *porta da traição*³⁸), cujas espessas *muralhas*³⁹, construídas por silhares de pedra, eram coroadas por um *adarve* ou *caminho de ronda*⁴⁰ protegido por um *parapeito*⁴¹ com *ameias*⁴² de forma rectangular ou pentagonal, de proporções idênticas à dimensão das *abertas*⁴³. Neste período também se constata a existência de

³⁶ Recinto no interior das muralhas do castelo, podendo ser designado por *pátio de armas* ou por *pátio principal* conforme a sua posição relativa.

Como já se referiu, todas as descrições de elementos de arquitectura militar podem ver-se em Nunes (2005).

³⁷ A entrada principal de um castelo, ponto de defesa frágil, reforçada por outros sistemas associados.

³⁸ Porta dissimulada ou oculta, localizada no lado oposto ao da porta principal, destinada a permitir investidas sobre o inimigo e à salvação de uma guarnição militar.

³⁹ Muros, construídos em pedra, ladrilho ou taipa, que constituíam a defesa de um castelo ou, mais tarde, de um povoado, que pela sua altura, espessura e disposição se destinavam a evitar a escalada e destruição, bem como a dificultar trabalhos de sapa e de minagem da sua base.

⁴⁰ Caminho no cimo do muro, muralha de um castelo, com largura de 1 a 3 metros, protegido por parapeito e ameias, onde os defensores transitavam na sua missão de vigilância e defesa.

⁴¹ Muro de protecção para o exterior do adarve ou da plataforma das torres, podendo ser ameado ou liso.

⁴² As ameias, que também podem ser designadas por *merlões*, são elementos de corpo maciço e configuração variável, implantados sobre os parapeitos que coroam as torres e muralhas e destinados a proteger os defensores colocados nos adarves.

⁴³ A aberta é o intervalo entre duas ameias consecutivas.

*torreões*⁴⁴ adossados aos panos de muralha, de configuração quadrangular, de fácil execução, cujo objectivo era quebrar os longos panos de muralha e reforçar e defender os ângulos mais pronunciados.

Procurando evitar a multiplicação de aberturas, pontos frágeis e vulneráveis, o castelo românico, para além das referidas portas, apresentava *seteiras*⁴⁵ que se configuravam como dispositivos auxiliares de tiro para o exterior. Nalguns casos, sobretudo no séc. XII, foram criadas *cercas* junto dos muros a fim de abrigarem as populações em caso de perigo. Por esta altura aparecem no interior as *cisternas* para aprovisionamento da água, elemento vital em caso de cerco.

Mas a mais relevante inovação destes castelos surge com a introdução da *torre de menagem*, último reduto de resistência. Ela implantava-se isolada no interior do recinto, no ponto de cota mais elevada, erguendo-se em altura para permitir o tiro directo para o exterior sem prejuízo da presença das muralhas. Com uma planta quadrangular ou rectangular e uma altura variável entre os 10 e os 15 a 20 metros (nalguns casos poderia ser mais), estas construções assentavam, se possível, sobre afloramentos rochosos, assegurando deste modo melhores condições de defesa. O andar térreo não tinha aberturas, sendo que o acesso a uma cota superior se fazia por meio de uma escada de madeira móvel, que em caso de perigo poderia ser retirada, isolando-a no interior do próprio recinto. Inquestionavelmente, tal estrutura transformou-se num símbolo de poder e numa referência iconográfica proeminente na paisagem rural e urbana.

Os exemplares mais antigos destas construções remontam a meados do séc. XII e estão associados aos Templários, designadamente as torres de menagem de Tomar (1160), Pombal (1171), Almourol (1171), Penas Róias (1172) e Longroiva (1174), todas elas datadas por inscrições de fundação pelo mestre dos Templários, D. Gualdim Pais. A evolução destas estruturas

⁴⁴ Elementos de configuração variável, nomeadamente prismática ou cilíndrica, colocados justapostos aos panos amuralhados, principalmente nas quebras de direcção, entradas ou muros muito extensos. Eram habitualmente mais altas que a muralha, garantindo, assim, mecanismos de defesa e ataque mais adequados.

⁴⁵ Aberturas verticais rasgadas em muros ou torres e, de forma mais esporádica, em ameias (sobretudo nos castelos mais antigos) pelas quais se lançavam projecteis de armamento neurobalístico: setas de arcos e violões das bestas.

militares deve de facto muito ao contributo dos Templários e é indissociável do mestrado de D. Gualdim Pais (1156-1195)⁴⁶. A este propósito, segundo Barroca (2002), não se deve esquecer o percurso que lhe permitiu o contacto com as mais avançadas soluções de arquitectura militar da época na Terra Santa, aquando da sua participação na II Cruzada, na conquista de Escalona e na defesa de Antioquia, expedição que propiciou a aquisição de conhecimentos que não podiam deixar de se reflectir nos castelos portugueses⁴⁷. De facto, como constata Cruxen (2005), esta Ordem Militar conhecia as melhores técnicas construtivas da altura, dado que as estruturas militares do oriente eram mais desenvolvidas do que as ocidentais.

A introdução das torres de menagem nos castelos portugueses antecede nalgumas dezenas de anos o aparecimento das residências senhoriais fortificadas que surgem no último quartel do séc. XII e se projectam referenciadas a tais torres.

Ainda no âmbito das inovações projectadas nos castelos respeitantes a esta época, em Portugal, para além da torre de menagem, foram introduzidos pelos Templários o *alambor* e o *hurdício*⁴⁸.

O alambor, também designado por *talude*, é uma estrutura rampeada, criada nas bases de torres e muralhas para aumentar a estabilidade construtiva, alargando para o efeito tais bases a fim de dificultar a aproximação de engenhos de guerra e de torres de assalto. Podem-se ver exemplos desta novidade na torre de menagem de Pombal e em todo o exterior da muralha do castelo de Tomar.

O hurdício é uma galeria em madeira que coroava torres e panos de muralha, permitindo o tiro vertical sobre as bases dos muros. Surge pela primeira vez no nosso território na torre de menagem do castelo de Longroiva (1174)

⁴⁶ Monteiro e Pontes (2002) referem que para além dos Templários também os Hospitalários contribuíram, se bem que de forma mais discreta, para a evolução da arquitectura militar medieval em Portugal.

⁴⁷ Nuno Villamariz Oliveira (2002) estabelece a comparação entre duas construções templárias em Portugal e na Terra Santa (Castelo Branco e Chastel Blanc, na Síria), indicando que as semelhanças vão para além do nome e percebendo que obedecem a um plano meticolosamente implantado, capaz de gerar matrizes repetíveis em diferentes cenários.

⁴⁸ O termo hurdício provém do francês *bourd*. A sua presença em território português é testemunho da influência francesa além-Pirinéus. Cf. Monteiro e Pontes, 2002.

(figura 10), sendo ainda hoje visível na sua zona superior, onde se encontram os orifícios aos quais corresponderiam as fixações da galeria de madeira.



Figura 10 – Castelo de Longroiva

1.2.3 O contributo das Ordens Militares

Após a autonomia, em 1096, do Condado Portucalense, feudo doado a Henrique de Borgonha (conde D. Henrique) por Afonso VI, rei de Leão e Castela, com o objectivo de combater a ameaça almorávida e dar maior eficácia à progressão da Reconquista Cristã (o Condado Portucalense, que dificilmente podia ser delimitado com exactidão, estava polarizado em torno do núcleo urbano de Guimarães, sua capital) e, posteriormente, com a proclamação da independência do novo reino (1143)⁴⁹, o progresso para Sul e a guerra contra o “infiel” polarizaram as preocupações dos monarcas portugueses. Com efeito, o êxito desta missão propiciaria o alargamento do território nessa direcção e o acesso aos prósperos e desenvolvidos núcleos urbanos localizados a Sul do rio Tejo, que contrastavam com a ruralidade do Norte dominada por uma prevalência senhorial. Aliás, foi natural a opção de

⁴⁹ Desde a vitória na batalha de Ourique, em 1139, que D. Afonso Henriques se auto-proclamou rei de Portugal. Só em 1143 o rei de Leão e Castela, que então se assumia como imperador de toda a Hispânia, reconheceu Afonso Henriques, o responsável pelo Condado Portucalense, como rei de Portugal.

progressão para Sul, já que tentativas de avanço noutras direcções se deparariam com enérgica reacção da hegemonia castelhano-leonesa, apoiada na insipiência do Condado, que não lhe permitia grandes veleidades⁵⁰.

A instabilidade que caracterizava a situação do território a Sul (um dos momentos mais graves ocorreria aquando das bem sucedidas ofensivas almóadas, iniciadas em 1184, que determinaram o recuo da soberania portuguesa novamente para a linha do Tejo) iria gerar uma permanente alteração das linhas de fronteira, o que levantava a necessidade de garantir a sua defesa e povoamento, bem como a criação de condições necessárias ao apoio contra novas incursões inimigas. Deste modo, a preocupação do conde D. Henrique com a defesa de Coimbra foi reforçada com o avanço vitorioso de D. Afonso Henriques até ao primeiro plano do vale do Tejo, que culminaria, entre outros êxitos, com a conquista de cidades tão importantes como Santarém, Lisboa, Alcácer, Évora e Beja.

O avanço para Sul seria de modo natural acompanhado por um esforço concertado de intervenções diversas nos castelos existentes e na construção de novas unidades, incluindo outro tipo de estruturas de apoio (torres e atalaias), destinadas no seu conjunto a garantir a protecção das populações e a consagração definitiva dos territórios conquistados.

Até à conquista de Leiria, em 1135, o território cristão estendia-se por uma faixa a Sul do rio Mondego, de difícil controlo, cuja defesa era constituída pelos castelos de Santa Eulália, Montemor-o-Velho, Soure, Miranda do Corvo, Penela, Rabaçal e Lousã. Após a tomada de Leiria, esta assumiu-se como um marco estratégico para a defesa activa, apoiado numa trilogia constituída pelas fortificações de Ourém, Porto de Mós e Pombal. Para Saul António Gomes (1995), as praças de Leiria, Ourém e Porto de Mós terão constituído uma espécie de trilogia, as duas últimas servindo de meras atalaias destinadas a proporcionar uma adequada defesa e o povoamento do território leiriense. Por outro lado, as fortificações de origem roqueira dispostas em diagonal ao longo das faldas das serras da Estrela e da Lousã e descaídas sobre a faixa litoral garantiam a defesa da bacia fluvial

⁵⁰ Sobre o assunto consultámos as obras de Mattoso (1993-1994, I e II), Amélia Aguiar Andrade (2001) e Walter Rossa (2002). Igualmente, podem-se ver as publicações conjuntas de Marques, Gonçalves e Andrade (1990) e de Rossa e Trindade (2006).

do Mondego. Tratava-se, neste caso, de fortificações que se organizavam de forma peculiar, dado que não se constituíam como postos avançados da reconquista (estes localizavam-se então imediatamente a Sul de Coimbra). Poderiam assim, no entender de Riley (1991), ser consideradas como uma rede defensiva que protegia a retaguarda desse espaço de fronteira.

Desta forma, podemos desde já retirar a ilação de que no séc. XII, período de enormes mutações, os castelos portugueses foram criteriosamente localizados e com intentos bem definidos. Como já se referiu, durante este período algumas Ordens Militares, nomeadamente os Templários⁵¹, emergiram com apoio régio, tendo sobre elas recaído o encargo de conservação e expansão do território, numa estratégia concertada com a edificação de várias fortificações em rede ao longo de eixos de circulação, objectivo a que está por exemplo associada a fundação do castelo de Leiria.

Uma circunstância decisiva na reformulação da rede dos castelos teve, pois, origem no próprio processo de reconquista do território e na influência que os novos espaços conquistados iria exhibir em intervenções nas estruturas militares. Aquando da progressão para Sul, as forças cristãs entraram em contacto com a arquitectura militar *almobada*, à época razoavelmente evoluída, que apresentava alguns exemplos interessantes, como os casos dos castelos de Mértola, Paderne e Silves. Estas construções caracterizavam-se por terem plantas com configurações poligonais irregulares, serem munidas com um elevado número de torreões adossados aos panos de muralha, com as suas esquinas protegidas pelos mesmos elementos, *torres albarrãs*⁵² e *courças*⁵³, revelando mecanismos defensivos mais elaborados.

⁵¹ A Ordem dos Templários, de vocação fortemente militar, é referida pela primeira vez quando em 1128 recebe, por doação de D. Teresa, o castelo de Soure, em vésperas da batalha de S. Mamede.

⁵² Torres destacadas do alinhamento da muralha à qual se encontravam ligadas por uma ponte que poderia ser facilmente destruída, isolando-as, para que a protecção do conjunto não ficasse comprometida. Em sentido contrário, possibilitavam o “cerco” do inimigo em operações de escalada ou de britagem dos muros (castelos de Paderne e Silves).

⁵³ Torres avançadas e destacadas de um castelo, a ele ligadas por extensas muralhas constituídas por adarve duplo, que se destinavam a evitar a tomada de um ponto considerado primordial à defesa ou a garantir o acesso seguro a um local não muito distante (geralmente uma cisterna, um poço ou uma fonte, imprescindíveis para o abastecimento de água da guarnição). Na sua forma tardo-medieval seriam adoptadas também como comunicação com o mar ou com o rio, permitindo a fuga das guarnições e a entrada de reforços ou abastecimentos (castelo de Melgaço).

Um papel mais preciso das Ordens Militares vai resultar aparente da análise estratégica dos castelos portugueses a partir das suas *linhas de defesa*, conforme alguns mapas que adiante se referirão, o que nos permitirá aquilatar da sua importância.

De facto, o papel da Ordem dos Templários, como o das restantes Ordens Militares (Hospital⁵⁴, Santiago⁵⁵ e Avis⁵⁶) não pode ser dissociado do processo de Reconquista em Portugal⁵⁷. Elas não só promoveram alterações relevantes nas estruturas arquitectónicas, como foram determinantes na formação e consolidação do território, conforme acima se referiu a propósito dos Templários. A importância desta Ordem fez-se notar ao longo da segunda metade do século XII, quando D. Gualdim Pais era seu mestre, e foi diminuindo à medida que se aproximava o fim do século, ao contrário das outras que foram assumindo influência crescente em tempos posteriores.

Às Ordens Militares se deve grande parte das vitórias sobre as forças muçulmanas para a conquista do espaço territorial, sendo que a própria geografia traduz o momento da Reconquista e esclarece ainda os contributos significativos que cada uma teve no processo.

A fim de facilitar a descrição e justificar a sua organização no território, de acordo com o Mapa 02 e o Quadro 02, fizemos a distribuição das 47 estruturas militares respeitantes às quatro Ordens Militares pelas províncias portuguesas⁵⁸. Assim, obtivemos: Alto Alentejo, 9; Trás-os-Montes e Alto Douro, 2; Beira Alta, 2; Minho, 0; Estremadura, 3; Beira Baixa, 9; Algarve, 4; Baixo Alentejo, 6; Beira Litoral, 3; Ribatejo, 9; Douro Litoral, 0. Esta foi a ordem estabelecida no Mapa 17 e no Quadro 01, decrescente segundo

⁵⁴ A Ordem do Hospital encontra-se presente no reino desde 1126-1128. A sua vocação não era essencialmente militar, dado que no início a sua actividade se limitou a um papel assistencial.

⁵⁵ A Ordem de Santiago surge em território português em 1172.

⁵⁶ A Ordem de Avis, de filiação cisterciense, surge sob a forma de uma Milícia de Cavaleiros criada por D. Afonso Henriques, cerca de 1175, com a missão específica de defender Évora. A sua vocação era fundamentalmente militar.

⁵⁷ Sobre o papel das Ordens Militares em Portugal podem ver-se Barroca (2002), Fernandes e Oliveira (2005) e Sousa (2005).

⁵⁸ As *províncias tradicionais portuguesas* (11 regiões), também denominadas *regiões naturais*, foram criadas em 1936 pelo Estado Novo e extintas pela Constituição de 1976. Por motivos que adiante explanaremos, esta foi a base adoptada no presente trabalho para a sistematização dos dados, nomeadamente para o agrupamento dos castelos por áreas geográficas.

o número de castelos por província, e será a adoptada nas descrições seguintes relativas a cada ordem em particular⁵⁹.

Os domínios dos Templários e dos Hospitalários, instituições de origem internacional fundadas no Próximo Oriente que alargaram a sua acção ao espaço ibérico, localizavam-se maioritariamente a Norte do Tejo, com incursões pontuais no Norte Alentejano.

Quanto aos Templários, confirmando a sua implantação na zona central do território, de acordo com o Mapa 03, as 20 estruturas militares respeitantes à sua Ordem distribuem-se pelas províncias portuguesas da seguinte forma: Alto Alentejo, 1; Trás-os-Montes e Alto Douro, 2; Beira Alta, 2; Minho, 0; Estremadura, 0; Beira Baixa, 7; Algarve, 0; Baixo Alentejo, 0; Beira Litoral, 3; Ribatejo, 5; Douro Litoral, 0.

No que se refere à Ordem do Hospital, distribuindo as quatro estruturas militares relativas que lhe concernem pelas províncias portuguesas, de acordo com o Mapa 04, temos: Alto Alentejo, 3; Trás-os-Montes e Alto Douro, 0; Beira Alta, 0; Minho, 0; Estremadura, 0; Beira Baixa, 1; Algarve, 0; Baixo Alentejo, 0; Beira Litoral, 0; Ribatejo, 0; Douro Litoral, 0.

Por sua vez, a Ordem de Avis implantou-se no Alto Alentejo, enquanto a Ordem de Santiago se instalou no Baixo Alentejo e Algarve (cuja conquista protagonizou em 1249). Estas duas ordens eram ambas de génese peninsular.

Para a Ordem de Avis, de acordo com o Mapa 05, da distribuição das correspondentes 10 estruturas militares pelas províncias portuguesas resultou: Alto Alentejo, 5; Trás-os-Montes e Alto Douro, 0; Beira Alta, 0; Minho, 0; Estremadura, 0; Beira Baixa, 0; Algarve, 1; Baixo Alentejo, 1; Beira Litoral, 0; Ribatejo, 3; Douro Litoral, 0.

Enfim, distribuindo as 13 estruturas militares da Ordem de Santiago pelas províncias portuguesas, de acordo com o Mapa 06 encontrámos: Alto Alentejo, 0; Trás-os-Montes e Alto Douro, 0; Beira Alta, 0; Minho, 0; Estremadura, 3; Beira Baixa, 1; Algarve, 3; Baixo Alentejo, 5; Beira Litoral, 0; Ribatejo, 1; Douro Litoral, 0.

⁵⁹ Aliás, será ainda esta a ordem utilizada até ao Mapa 10, inclusive, sempre que façamos qualquer distribuição pelas províncias portuguesas.

O Mapa 03 foi elaborado com base em Barroca (2002), mas será interessante compulsar Gomes (2001 e 2003) que, nos dois volumes, *Beiras e Trás-os-Montes*, apresenta mapas com a indicação dos “Castelos das Ordens Militares” nestas zonas, a partir dos quais se pode verificar que quatro fortificações, Salvaterra do Extremo, Segura, Rosmaninhal (pertença dos Templários) e Bemposta (pertença de Templo/Cristo), não se encontram identificadas em Barroca. Por outro lado, no trabalho de Oliveira (2000) relativo aos castelos da Ordem do Templo, os casos de Salvaterra do Extremo e Segura são referenciados, bem como outros que também não constam no artigo de Barroca, quais sejam: Monsanto (Barroca admite-o em simultâneo nos mapas das ordens do Templo e de Avis, sendo que no primeiro está sem sigla e, daí, a opção por ele tomada), Penamacor, Castelo Novo, Seda, Monsaraz, Alpalhão, Montalvão e Castro Marim. No entanto, nos Mapas 02 e 03 nenhuma destas fortificações será integrada porque consideramos que para além de não ser propósito do estudo aprofundar o tema particular dos castelos das Ordens Militares é mais ajustado partir de uma fonte abrangente e não de várias particulares, ressaltando no entanto a sua importância. Neste sentido, esta observação pode estender-se às restantes Ordens Militares (Hospital, Avis e Santiago).

Se aos castelos templários se reconhecem, como já verificámos antes, significativas transformações durante o período românico, às ordens do Sul de Portugal, Santiago e Avis, devem-se as inovações *góticas* que se traduzem na mudança do conceito de *defesa passiva* para o de *defesa activa*, tema a abordar na próxima subsecção.

1.2.4 O castelo gótico

Com o fim da Reconquista (tomada definitiva do reino do Algarve pelos cavaleiros de Santiago) em 1249 e a assinatura do tratado de Alcanizes em 1297, a política militar e a organização do território sofrem uma profunda inflexão.

A organização administrativa e militar, que até então tinha por base as terras e os castelos de influência românica que se haviam começado a implantar na segunda metade do séc. XI, entra em declínio, revelando-se

desajustada. Não sendo possível precisar no tempo esta mutação, ela é no entanto contemporânea de outros dois dados significativos que assinalam a época de viragem: a definição e a estabilização da linha de fronteira e as primeiras soluções de *defesa activa*, o que conduzirá à reforma *gótica*. D. Afonso III (1248-1279) e D. Dinis (1279-1325) foram monarcas impulsionadores e reformistas das estruturas fortificadas do reino e das respectivas transformações administrativas do território, com destaque para o segundo.

Assinado o tratado de Alcanizes, o espaço territorial é agora bastante distinto do relativo a 1096 e mesmo a 1143. Para além de área muito maior, apresenta significativa densidade de ocupação, pese embora as constantes perdas humanas, fruto de sucessivos confrontos.

Por outro lado, tornavam-se evidentes algumas assimetrias relativamente ao que até então se tinha presenciado. O País estava dividido em duas áreas: uma, fortemente islamizada, entre o curso do Tejo e a costa algarvia; outra, cristianizada, a Norte. Enquanto a primeira era vincada por uma forte cultura urbana e dinâmica de mercado, com cidades ricas e populosas capazes de gerarem fluxos de circulação e influenciarem áreas envolventes em escala razoável, na segunda era ainda patente um poder senhorial concorrente do poder régio, protagonizado pelo clero e pela nobreza, ligado à terra, de menor povoamento (o carácter do campo prevalecia sobre a condição urbana).

Com a conquista dos territórios localizados a Sul do Tejo acentuou-se mais a já forte predilecção do rei e da corte por uma zona central e litoral, promovendo-se um maior afastamento em relação às áreas de Braga e Guimarães. Como consequência, o poder régio mudou-se de Coimbra para Lisboa, área marcadamente urbana (com importantes povoações como a própria Lisboa, Santarém, Leiria, Torres Vedras, Óbidos e Sintra, entre outras), onde a herança islâmica propiciava uma actividade urbana e comercial adequada à criação de uma sociedade pouco identificada com o poder senhorial, se bem que cúmplice com a atitude centralizadora do poder régio. Esta preferência de centralidade atribuída a Lisboa provocou o nascimento de um conjunto de periferias centrífugas que fugiam à orla do poder real, concretamente Trás-os-Montes, Minho interior e Beiras.

Percebe-se assim que uma parte do reino se achasse afastada da figura reguladora e ordenadora do rei e seus oficiais administrativos. Possibilitava-se

deste modo o alargamento incómodo de outras influências, dando azo a práticas de usurpação operadas pela nobreza e pelo clero e ainda por outros grupos (com funções guerreiras e religiosas) que pretendiam manter e alargar os direitos e privilégios adquiridos.

Esta constatação de deficiente controlo régio, com a permanência no território de poderes alheios à sua autoridade e o descrédito dos representantes locais, resultava de uma ineficaz organização administrativa, onde era até possível campear a impunidade dos que ignoravam ou desafiavam a realeza.

Tal situação decorria da própria natureza de algo que se encontrava em construção, o território, e de uma monarquia que por força das circunstâncias emergentes se viu forçada a conceder o estabelecimento de uma rede militar que assegurasse a defesa territorial das zonas de confronto e um conjunto de medidas de povoamento que enquadrassem as populações rurais em esquemas prioritariamente uniformizadores de produção, tendo em vista a arrecadação de proventos fiscais.

Algumas destas medidas passaram pela entrega a nobres de tenências de bases militares e administrativas às Ordens Militares em zonas de confronto e de oposição directa do inimigo islâmico. Outras consistiram na atribuição de *cartas de couto*⁶⁰ a instituições monásticas e na concessão de *cartas de foral*⁶¹, numa tentativa de consolidação e desenvolvimento urbano. Estas decisões trouxeram vantagens imediatas para uma política afirmativa de defesa e ocupação territorial garantida pelo poder régio e pelo apoio de outros “poderes”, entretanto aparentes, também eles vítimas da inépcia administrativa das estruturas herdadas dos tempos condais.

Em contrapartida, este incremento da influência dos poderes senhoriais levantou obstáculos em meados do séc. XIII, com o fim das hostilidades contra o inimigo islâmico e a conseqüente estabilização do espaço territorial a Sul, dado que a guerra era uma actividade lucrativa, sobretudo pela partilha dos

⁶⁰ As doações de couto, frequentes entre os séculos IX e XIII, como expressão senhorial, gozavam do privilégio de poderem proibir a entrada de funcionários régios na terra coutada, com imunidade de impostos e justiça reais.

⁶¹ Um foral é uma carta de privilégio em que o rei, uma instituição eclesiástica ou um senhorio particular se comprometem a ceder a uma certa comunidade a propriedade plena de um determinado território sobre o qual tinham jurisdição, estipulando-se os tributos que a comunidade tem de pagar como contrapartida.

despojos, que ora desapareciam. Assim, tornou-se inevitável a procura de compensações, o que redundou na dispersão de direitos e poderes.

Face a esta situação de poderes repartidos e fragmentados era imperioso criar um conjunto de regras que recuperassem o exercício da autoridade régia em todo o território, o que exigia uma maior disponibilidade humana e financeira. Por isso, D. Afonso III e D. Dinis deram continuidade às *Inquirições Gerais*, prática iniciada por Afonso II (1211-1223) em 1220, com o intuito de elaborar medidas centralizadoras.

Os resultados obtidos puseram em evidência um elevado número de situações fora do controlo do poder régio. Deste modo, “Numa palavra, tornava-se imprescindível dotar o reino com uma *administração periférica* ou, pelo menos, abrir caminho para a sua formação”⁶².

A prossecução deste objectivo, controlo a partir de uma centralidade, beneficiou indubitavelmente as estruturas urbanas já instaladas e as que por meio dos textos foralengos se desenvolveram sobretudo nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, em que atingiram um volume considerável. Criava-se assim uma rede de cidades e vilas que seriam individualmente pólos ordenadores (militares, fiscais e administrativos) de áreas mais ou menos vastas, os *termos*, com deveres precisos relativamente ao poder do rei. Este delegava nas comunidades locais, nos *concelhos*, a capacidade autónoma de selecção dos seus magistrados, que fariam cumprir regras fiscais, judiciais e militares. Este enquadramento contribuía para que as comunidades locais se integrassem num modelo central de poder régio, os concelhos sujeitos ao rei, que excluía os privilegiados do seu exercício no âmbito da organização social. Pretendia-se uma uniformização legislativa régia, tendo em vista a substituição do particular pelo geral e do local pelo global.

Tratava-se, pois, de um modelo ordenador que emanava dos centros urbanos em desfavor do campo, ao qual não era alheia a influência islâmica em que existia uma prevalência daqueles sobre as zonas rurais. Esta opção, consubstanciada na sedeação do poder administrativo nos núcleos urbanos, além de promover naturais migrações populacionais na sua direcção, vincou assimetrias entre núcleos do litoral e do interior, com especial relevo no eixo

⁶² Cf. Andrade, 2001, p.60.

Norte-Sul paralelo à costa atlântica, onde se localizavam os principais centros do reino (Braga, Guimarães, Porto, Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora).

Tornou-se óbvio que a nova organização administrativa do território iria influenciar e repercutir-se na estrutura militar que a ela se deveria adaptar.

De acordo com o acima exposto, a coroa portuguesa (leia-se: D. Dinis) reestruturou a política administrativa e militar em relação às fortificações, votando de forma natural, dada a estabilização a Sul, especial atenção às que se situavam ao longo da fronteira terrestre (Norte e Leste). A maior concentração de castelos junto à fronteira raiana acontecia predominantemente nas zonas mais vulneráveis: Alto Alentejo, Beira Interior junto ao Riba Côa, Trás-os-Montes e vale do rio Minho.

Com a assinatura do tratado de Alcanizes, a fronteira na região da Beira Alta deixa de se situar no rio Côa para se localizar no rio Águeda, pelo que o reino toma posse de vários castelos localizados nesta região, como Sabugal, Alfaiates, Vilar Maior, Castelo Bom, Almeida, Monforte, Castelo Rodrigo e Castelo Melhor. Em contrapartida, Portugal desiste de Aroche e Aracena, além de outras povoações em litígio, como Valência, Ferreira, Esparregal e Aiamonte, recebendo Olivença, Campo Maior, Ouguela e S. Felices de los Gallegos, assim como Moura e Serpa, já cedidas em 1295, mas ainda não entregues⁶³.

A malha de castelos situados no interior do território e anteriormente associados ao processo da Reconquista e a outras disposições administrativas (terras e tenências⁶⁴) finda entretanto e perde valor estratégico, a que sobrevém a decadência e o abandono. No entanto, como refere Barroca (1994, p.69), “(...) o processo não é linear e alguns castelos que outrora haviam presidido a *terras* medievais conseguem sobreviver a essa decadência e ainda recebem reformas góticas, desempenhando papel activo nas guerras fernandinas e na crise de 1383-1385”. São sobretudo os castelos que se dispõem ao longo das principais vias de acesso a núcleos urbanos importantes, designada-

⁶³ Cf. Mattoso, 1993-1994.

⁶⁴ As terras e as tenências estão directamente relacionadas com o poder senhorial da alta nobreza, integradas num conjunto de medidas de controlo do espaço e dos poderes sobre a nobreza.

mente à capital, Lisboa, os que se mantêm activos, numa clara medida de protecção às cidades litorais e de reforço do carácter centralizador.

Serão estes os castelos em que se apoiará a segurança e integridade do reino e em que se produzirão as primeiras intervenções de manutenção e reestruturação, adaptando-os a uma defesa activa. As reformas serão estendidas nos reinados de D. Afonso IV (1325-1357), D. Pedro I (1357-1367) e D. Fernando a aglomerados urbanos fortificados que sofreriam, de igual modo, movimentos de reformas e de amuralhamento.

A partir de meados do séc. XIV, num contexto cada vez mais centrado nas estruturas urbanas e respectivas actividades (administrativas, comerciais e militares), a guerra, que no período anterior tinha estado focalizada no cenário rural e nos castelos, passa a ter um novo palco: cidades, vilas e os respectivos termos que dirigem.

Paulatinamente, o controlo do território vai passando da conquista do castelo para a tomada da cidade ou da vila.

A D. Dinis deve-se, para além da reorganização administrativa do território e dos seus poderes, uma vasta obra de reforma na arquitectura militar portuguesa⁶⁵, transformando o quadro de defesa do espaço e o perfil arquitectónico dos castelos. Este esforço só viria a ter paralelo com o empenho de D. João II (1455-1495) em 1477 e de D. Manuel I (1495-1521) no último quartel do séc. XV e no início do séc. XVI, quando adaptaram as construções existentes ao tipo de guerra imposto pelo armamento pirobalístico.

A política relativa à *reforma gótica* dos castelos e à correspondente distribuição no espaço territorial não poderá, com foi referido, ser separada da determinação de D. Dinis em construir um modelo governativo central apoiado numa firme e extensiva liderança régia, em detrimento de poderes repartidos. Sobre as estruturas militares esta política reflectiu-se directamente na substituição dos tenentes por *alcaldes*, na troca dos domínios da fronteira (nas mãos de particulares) por outros bens afastados dela e na

⁶⁵ Segundo Barroca (1998), este esforço de modernização desenvolveu-se *grosso modo* de forma sistemática entre 1288 e 1315, com maior incidência entre 1290 e 1310, ou seja, no tempo que medeia entre o fim das tenências e a guerra civil que o opôs a seu filho, o Infante D. Afonso.

afirmação do *Ius Crenelandi*⁶⁶. Assim, em 1287 D. Dinis abole o cargo de tenente substituindo-o pelo de *alcaide*, funcionário de nomeação régia, e institui ainda a figura do *Corregedor das Comarcas*, ao qual incumbia a tarefa de visitar os castelos para verificação do seu estado de conservação e inspecção dos respectivos arsenais. Nos confrontos que o opuseram ao seu filho, o infante D. Afonso, as condições de paz que ele impôs passaram pela troca dos espaços de fronteira por outros de semelhante valor económico, mas de menor valor estratégico.

Baseado em referências epigráficas e de cronistas, Barroca (1998, p.810) recolhe as intervenções do período dionisino em 57 castelos (confirmados), admitindo o seu alargamento deste número para 86 face a “(...) fundamentos documentais devidamente comprovados ou com testemunhos arqueológicos coevos ainda sobreviventes”, que ele exemplifica com os casos de Lindoso, Torre de Moncorvo, Trancoso, Linhares, Penamacor, Castelo Novo, Nisa e Viana do Alentejo.

Numa análise do mapa “Intervenções em fortificações no período dionisino”⁶⁷ constata-se uma forte concentração de casos (80%) junto à fronteira terrestre, denunciando à partida um plano estratégico subjacente face à nova conjuntura. A distribuição geográfica mostra uma densa mancha ao longo da fronteira alentejana entre Monsaraz e Castelo de Vide (20 exemplares), na zona de Riba Côa, desde o Sabugal a Castelo Melhor (11) e, em menor número, nas áreas de Trás-os-Montes (6) e do Alto Minho (3).

O mapa apresentado resulta da proposta apresentada por Barroca (1998) em conjunto com um quadro onde ele discrimina as fortificações intervencionadas numa relação directa com as referências cronistas e coevas (epigráficas e heráldicas) que as consubstanciam.

A predominância de intervenções em castelos junto à raia terrestre (80%) também se pode encontrar retratada na distribuição das 57 estruturas militares. De facto, de acordo com o Mapa 07 e o Quadro 02 temos: Alto Alentejo, 18; Trás-os-Montes e Alto Douro, 11; Beira Alta, 10; Minho, 5; Estremadura,

⁶⁶ Princípio jurídico que proclama o monopólio régio de edificar fortificações ou obras militares.

⁶⁷ Cf. Mapa 07.

0; Beira Baixa, 0; Algarve, 2; Baixo Alentejo, 6; Beira Litoral, 1; Ribatejo, 0; Douro Litoral, 0. Neste mapa, de Barroca, encontram-se 4 castelos localizados em território espanhol (Olivença, Albuquerque, S. Felices de los Gallegos e Zagala), o que corresponde a 7,0% das 57 estruturas.

Porém, a intervenção de D. Dinis não foi indiscriminada em relação a todos os castelos de fronteira. Como Barroca (1998) recorda aludindo a uma passagem da *Crónica del Rei D. Diniz* redigida pelo cronista Rui de Pina entre 1504 e 1522, quase dois séculos após a morte do monarca, a propósito dos castelos de Riba Côa, onde se referem obras no Sabugal, Alfaiates, Vilar Maior, Castelo Bom, Castelo Mendo, Almeida, Castelo Rodrigo, Castelo Melhor e S. Felices de los Gallegos (datará talvez do reinado de D. Afonso IV a perda deste castelo) e se frisa ter deixado cair o caso de Monforte de Riba Côa⁶⁸. Daí Barroca concluir que tal campanha reformista se apoiou numa avaliação da posição estratégica de cada fortificação, perspectiva igualmente constatada pelo abandono de muitos dos castelos cabeça de terra localizados no interior do reino que, em épocas anteriores, na Reconquista, desempenharam papel determinante.

No Mapa 07 identifica-se um hiato de fortificações intervencionadas por ordem do monarca, designadamente na zona de infiltração através da Beira Baixa (entre Castelo de Vide e Sabugal), o que se pode justificar por esta área integrar um grande número de castelos pertencentes aos Templários. Num cruzamento entre o mapa das intervenções do período dionisino⁶⁹ e o mapa dos domínios das Ordens Militares⁷⁰ verifica-se que tal vazio coincide de facto com os terrenos daquela Ordem, que mais tarde daria lugar à Ordem de Cristo⁷¹. No entanto, Barroca e Nunes coincidem na interpretação de que existem indícios arquitectónicos evidentes do período dionisino nalguns dos castelos localizados na Beira Baixa “(...) o que

⁶⁸ Cf. Gomes, 2001.

⁶⁹ Cf. Mapa 07.

⁷⁰ Cf. Mapa 02.

⁷¹ A criação da Ordem de Cristo (1319) deve-se a D. Dinis, face à crise provocada na Europa, quando Filipe, O Belo, movido pela necessidade de se apoderar dos bens dos Templários lhes move uma perseguição impiedosa. D. Dinis, para evitar o desmembramento das posses desta Ordem, incorpora-as nos bens da coroa, não permitindo assim que outras Ordens, designadamente os Hospitalários e a Igreja reclamassem a posse das suas propriedades. Para Oliveira (2000, p.154): “A Ordem de Cristo conseguiu assim, graças à visão magistral de um rei, ser uma Ordem do Templo com uma nova roupagem”.

significará que o rei ou alguém por si (...) não descurou também a defesa nesta área fronteiriça”⁷². Em Nunes (1988) é mencionada a existência de testemunhos importantes (torres de menagem alterosas, balcões sionismos, portas góticas e ruínas de cercas) nos castelos de Castelo Branco, Penamacor, Idanha-a-Velha, Belmonte, Castelo Novo e mesmo Nisa, este situado fora da Beira Baixa.

Oliveira (2000) também refere a existência de intervenções nalguns dos castelos localizados na Beira Baixa, de domínio dos Templários, que baliza entre 1270 e 1310. Algumas destas intervenções apenas são referenciadas a décadas. Os castelos mencionados atribuídos a esta zona são Castelo Novo, Salvaterra do Extremo, Castelo Branco, Segura, Penamacor, Penha Garcia e Idanha-a-Nova.

Deste modo, constituiu-se uma linha, mais ou menos contínua, de detenção periférica terrestre no território português. A estratégia de D. Dinis centra-se vincadamente nesta *linha de detenção* da fronteira, já que as restantes tinham perdido importância após a expulsão definitiva dos muçulmanos. Trata-se de um conjunto de castelos situados numa linha avançada, ou eixo de penetração, que desempenhavam um papel directo na manutenção da segurança do território e na contenção do inimigo. Os castelos da linha do Mondego e do Tejo foram castelos de detenção, tendo-se alguns tornado castelos de *ocupação* ou *penetração*⁷³.

Esta campanha de reformas nas estruturas militares foi acompanhada, como em ocasiões anteriores, por um determinado conjunto de acções concertadas e simultâneas de consolidação do território através do seu povoamento. Neste sentido, a concretização de tais acções seria complementada com a atribuição de cartas de foral, como forma de estimular e incrementar o povoamento destas regiões raianas. Pode-se confrontar o quadro apresentado por Barroca (1998), onde este discrimina as fortificações intervencionadas numa relação directa com as referências cronistas e coevas

⁷² Cf. Nunes, 2005, p.97.

⁷³ O *castelo de ocupação* situa-se no interior de um território e tem como função apoiar logisticamente os castelos de detenção ou proteger as populações contra investidas profundas. O *castelo de penetração* é construído em território inimigo ou localizado para além da linha dos castelos de detenção.

(epigráficas e heráldicas), e os mapas de Portugal com os forais atribuídos por D. Afonso III e D. Dinis durante igual período⁷⁴.

Para Barroca, este esforço não pertenceu apenas à coroa, já que integrou outras forças, nomeadamente as Ordens Militares do Sul, com especial relevo para a de Avis, responsável por empreendimentos, entre outros, nos castelos do Alandroal, Veiros e Noudar.

Mas, como já se disse anteriormente, este foi o período do triunfo do gótico, da defesa activa.

Os primeiros indícios de mudança surgem no reinado de D. Afonso III que, numa estada em França de mais de quinze anos, ao observar uma série de reformas dotando os castelos da coroa francesa de novos meios de defesa e ataque (processo iniciado por Filipe Augusto (1180-1223)), tira daí algumas ilações que se irão repercutir na arquitectura civil e militar. Ainda segundo Barroca, o sinal de mudança foi a construção do primeiro *balcão de matacões*⁷⁵ em Melgaço (1263). Trata-se de um sucedâneo dos dispositivos de hurdícios, introduzido pelos Templários. Executados em estruturas de madeira no alto de muros de estruturas turriformes, próximas do coroamento de ameias, permitem o tiro vertical sobre a base destas, solução que se tornava frágil, não só pelo material empregue (a madeira) estar sujeito a um rápido desgaste, mas também porque em consequência destas características se tornava demasiado vulnerável a ataques com projecteis de pedra ou materiais inflamáveis. “Por isso mesmo, estas galerias acabariam por ser petrificadas, dando origem ao *balcão com matacões*”⁷⁶.

Contudo, no entendimento de Barroca (1994) foi durante o reinado de D. Dinis que se assistiu de forma sistemática à passagem do sistema de *defesa passiva* para o sistema de *defesa activa*, ou seja do *castelo românico* para o *castelo gótico* em que, sumariamente, o castelo iria deixar de confiar apenas na resistência da sua muralha para se tornar oposição agressiva sobre o sitiante.

⁷⁴ Neste último caso, elaborados por Andrade (2001).

⁷⁵ Pequeno varandim apoiado em mísulas compostas muito salientes, integrando no pavimento largas aberturas redondas, denominadas *matacões*, que permitem o tiro vertical sobre o embasamento de muros e portas.

⁷⁶ Cf. Monteiro, 1999, p.79.

Partindo do testemunho avançado por Barroca (1994 e 1998) sobre a transição do castelo românico para o gótico, Monteiro (1999) sintetiza em seis aspectos, na sua “sinopse das principais inovações”, as transformações produzidas⁷⁷.

Em primeiro lugar, as *torres de menagem*, tradicionalmente isoladas no interior do recinto, último reduto defensivo (Guimarães, Faria, Moreira de Rei, Marialva, Sortelha, Pombal, Almourol e Belver), deslocam-se para a linha da frente, conferindo-se-lhes um papel mais interventivo na salvaguarda do conjunto. Adossam-se ao pano de muralhas, muitas vezes nos cantos ou noutra posição, garantindo a defesa de zonas mais sensíveis, sendo nomeadamente uma opção comum a sua proximidade das portas de entrada (Lindoso, Montalegre, Arnóia e Lanhoso). Esta nova atitude construtiva traduz a confiança neste sistema defensivo activo, em que deixa de ser fundamental o isolamento no interior. Casos paradigmáticos ocorrem com os castelos do Sabugal (figuras 11 e 12), Vilar Maior, Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Alvito, Terena e Monsaraz, onde a torre de menagem se ergue exteriormente, adossada ao perímetro amuralhado e junto às respectivas portas de entrada. No Sabugal, Freixo de Espada à Cinta e Monsaraz deparamo-nos com torres poligonais, outra característica do período. Para além destes atributos, encontramos nas torres de Algosó, Dornes e Castelo Branco outros exemplos de plantas não quadrangulares, sem ângulos rectos (características dos castelos românicos), mais adequadas à faculdade de defesa e tiro. Gradualmente, as torres de menagem vão ganhando dimensão (Monforte de Rio Livre, Chaves e Vilar Maior), prenúncio de um processo de residencialização que culminará com as intervenções de D. João I (Bragança, Estremoz e Beja).

Um segundo aspecto reporta-se ao nível do pano de muralhas onde se multiplica o número de *torreões*⁷⁸ justapostos, por diminuição do espaçamento entre eles⁷⁹ e, por conseguinte, propiciando uma eficaz capacidade de tiro flanqueado. Maioritariamente, estas estruturas adoptam uma configuração com ângulos rectos, mas existem também poligonais, que reflectem

⁷⁷ A ordem de apresentação das “seis inovações” é de Barroca. Ela não tem relação directa com qualquer aspecto cronológico.

⁷⁸ Segundo Monteiro (2002), estes elementos poderiam atingir a altura de 8 a 15 metros.

⁷⁹ Segundo Barroca (1998), o afastamento médio entre torreões era de 8 a 15 metros. Para Monteiro (2002), este intervalo vai progressivamente diminuir, atingindo um afastamento médio de 8 a 12 metros.

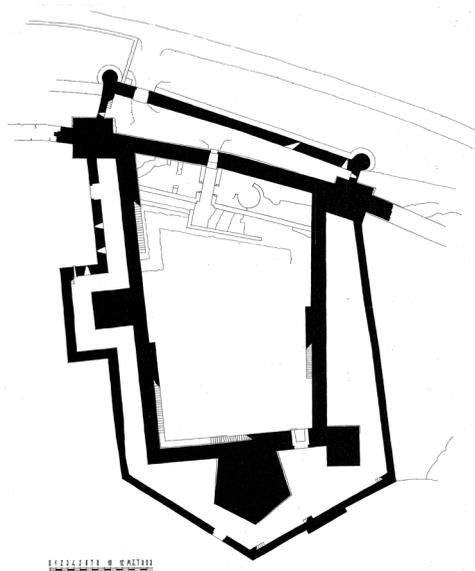


Figura 11 – Castelo do Sabugal, planta



Figura 12 – Castelo do Sabugal

fraco poder das forças inimigas e rara aplicação de máquinas de guerra. No Alentejo, em virtude da execução de um aparelho irregular e miúdo, consequência da “pior qualidade” da pedra utilizada, os torreões evoluíram para formas semicirculares, *cubelos*⁸⁰, de influência muçulmana (Redondo, Vila Viçosa, Veiros e Serpa, entre outros). Alguns deles (Terena e Mourão), designadamente os que se elevam acima da cota do adarve, encontravam-se abertos pela *gola*⁸¹, de molde a impedir que o inimigo se pudesse entrincheirar no seu interior.

Um terceiro aspecto respeita à generalização e difusão dos mecanismos de tiro vertical introduzidos por D. Afonso III (o já referido caso de Melgaço, em 1263) “(...) testemunhos mais claros e evidentes do castelo gótico e do triunfo dos conceitos de defesa activa”⁸². Tanto os *balcões com matacões* como os *machicoulis*⁸³ podem ser considerados soluções naturais e evolutivas dos hurdícios, introduzidos pelos Templários como já se referiu. Com a utilização da pedra em vez da madeira, estas duas soluções resolveram alguns inconvenientes que as últimas estruturas evidenciavam. A solução mais empregue foi o balcão com matacões, elementos que surgiram inicialmente sobre as portas de entrada das torres de menagem, para alastrar posteriormente às outras faces (Sabugal) e às próprias portas de entrada dos castelos (Castelo Rodrigo). O uso dos machicoulis é da responsabilidade de D. Dinis. Podem-se encontrar no coroamento das torres de menagem de Melgaço, Castro Laboreiro, Monforte de Rio Livre e Penamacor⁸⁴.

⁸⁰ Torreão completamente redondo (ou quase), vulgarizado no séc. xiv, como resultado da tendência geral das torres adossadas adquirirem formas poligonais. A ideia era diversificar os ângulos de disparo e garantir uma maior resistência aos projecteis arremessados pelo inimigo (os cunhais em ângulo mostravam-se frágeis). Cf. Monteiro e Pontes, 2002.

⁸¹ Termo ligado às estruturas fortificadas abaluartadas. Trata-se de uma linha imaginária que liga as uniões dos flancos de um baluarte às cortinas da praça.

⁸² Cf. Barroca, 1998, p.816.

⁸³ Também designados por *balcões corridos*, são varandas de pedra corrida, com ou sem matacões, assentes numa cachorrada, e ocupando uma face completa de uma torre ou, como era mais frequente, desenvolvendo-se em todo o perímetro de forma a permitir a vigilância e defesa em todas as direcções.

⁸⁴ Segundo Barroca (1998), esta obra não é da autoria de D. Dinis, mas sim de D. Manuel I.

Um quarto aspecto refere-se ao último elemento introduzido nos castelos góticos portugueses, a *barbacã*⁸⁵ *extensa* (Sabugal, Mourão e Santiago do Cacém, entre outros), com o inevitável desenvolvimento da *liça*⁸⁶ e da *barbacã de porta*⁸⁷ (Aguiar da Pena, Monsanto e Terena, entre outros). Segundo Monteiro (1999), esta inovação é da responsabilidade de D. Pedro I, já que os primeiros casos documentados se reportam a 1358, nos castelos do Crato e da Amieira, vulgarizando-se durante o séc. XV. Com tais estruturas, os castelos começam a ser defendidos por um primeiro obstáculo a uma maior distância.

A intervenção sobre as *portas* é o quinto aspecto que gostaríamos de realçar, dado que na realidade se trata de uma solução adoptada com frequência no período de regência de D. Dinis. Foi nesta altura que as portas passaram a estar ladeadas por um ou dois torreões (Guimarães, Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, Numão, Penamacor, Serpa, Redondo, Alandroal, Veiros, Vila Viçosa, Arraiolos e Nisa, entre outros).

Por último, deparemo-nos com as acções sobre os *adarves* ou *caminhos de ronda*. Constata-se um melhoramento das condições de circulação e defesa com o alargamento das muralhas e ainda por virtude das escadas de acesso deixarem de estar integradas na sua espessura, como era frequente no castelo românico, e passarem a ser adossadas aos muros. As ameias, integradas nos adarves, também sofrem um reajustamento. Ao invés de altas e estreitas, elas ganham espessura⁸⁸, ficando mais largas e tornando-se mais baixas, reduzindo o espaço das aberturas. Nestes elementos encontram-se aberturas de seteiras adaptadas ao tiro vertical e também ao tiro de arco ou com bestas (configuração cruciforme).

Todas estas inovações foram executadas em obra sob a coordenação de mestres construtores especializados, o que constitui para a época uma alteração de fundo. Se no castelo românico se assistia a um movimento

⁸⁵ A barbacã, também denominada por *barreira*, é um muro de altura inferior à da muralha, construído no exterior e próximo desta, formando nova cerca completa, destinada à primeira defesa.

⁸⁶ A liça é o espaço que medeia entre a muralha e a barbacã e que aumentava a profundidade de defesa.

⁸⁷ A barbacã de porta manifesta-se quando o referido muro se limita a cobrir uma porta, uma torre de menagem, ou outro qualquer elemento especialmente sensível e cuja defesa precise de ser reforçada pontualmente.

⁸⁸ Outra solução era o sistema de pedras fincadas.

construtivo de saber empírico, da responsabilidade de mestres anónimos, agora a construção de um castelo, o gótico, obedece a um conjunto de regras de construção relativamente rígidas, em função da lógica da poliorcética, um saber arquitectónico elaborado. Aliás, foi no reinado de D. Dinis que começaram a encontrar-se inscrições que revelam o nome dos autores das obras militares. Antes deste monarca apenas se conhecia o caso do balcão com matacões no castelo de Melgaço, da responsabilidade do mestre Fernando (1263) no reinado de D. Afonso III. Podem mencionar-se ainda outras autorias, nomeadamente nos castelos do Alandroal (mestre Galvo, 1294-1298), Veiros (mestre Pedro Abrolho, 1308) e Estremoz (mestre Antão, 1320).

Os castelos, agora equipados com estas estruturas de função defensiva activa, podem instalar-se em níveis planos, deixando os terrenos de difícil acesso, já que estão capacitados para se protegerem autonomamente sem recorrer, como primeiro elemento de auxílio, à orografia. Em consequência, por não estarem constringidos às irregularidades do terreno, apresentam geometrias mais regulares e, nalguns casos, surgem até em plena planície.

As fronteiras do reino no final do reinado de D. Dinis estavam estabilizadas, em grande parte devido à presença de núcleos urbanos que contribuía para o desenhar de uma disposição, que se pretendia linear, em que os castelos e as muralhas são a expressão material mais evidente do novo enquadramento. Numa leitura do espaço territorial da época (primeiro quartel do séc. XIV), a guerra ficava associada a esses espaços urbanos e à consequente importância administrativa dos territórios que lhes estavam afectos, em sintonia com o poder régio.

Como afirma Barroca (1995, I, p.379), citando José Custódio Silva:

“(...) ao longo dos sécs. XI e XII, a conquista do castelo era sinónimo da conquista de um território. No entanto, quando chegamos ao séc. XIV, o controle de um território passou a ser seguido pela conquista das suas principais cidades (...). Não admira, portanto, que as diversas empresas militares em que esta centúria foi fértil, desde as diversas guerras civis até às invasões castelhanas, se tenham centrado sobretudo nas cidades”.

Neste sentido, além do reflexo que o crescimento demográfico originou na organização dos espaços urbanos e no restante território (migrações) a partir de meados do séc. XIV, a atenção dos monarcas vai direccionar-se para “a reforma dos sistemas muralhados urbanos”⁸⁹, investindo na construção e conservação das cercas das cidades e vilas, atitude naturalmente relacionada com a importância cada vez maior dos aglomerados urbanos.⁹⁰

1.2.5 O reforço e a consolidação das reformas góticas

Analisaremos de seguida o período que vai desde o fim do reinado de D. Dinis até meados do séc. XV, altura em que se dá a generalização das armas de fogo e ocorre a transição para as estruturas abaluartadas.

A D. Afonso IV e D. Pedro I deve-se a consolidação e conclusão do processo de implantação do castelo gótico português iniciado no reinado de D. Dinis numa época marcada por conflitos internos, mas de relativa paz com os reinos vizinhos, sobretudo no que se refere ao reinado do segundo destes dois monarcas.

As medidas mais relevantes implementadas por D. Afonso IV estão relacionadas com a coordenação e direcção dos trabalhos de conservação dos castelos. Os *corregedores de comarca*, oficiais surgidos a partir de D. Dinis, que tinham por obrigação verificar o estado de conservação daquelas estruturas militares e assegurar a sua manutenção, encontram-se enquadrados por uma regulamentação específica de intervenção. Em função das inspecções realizadas cabia-lhes determinar as obras necessárias a realizar e delas dar a correspondente informação ao rei.

A D. Pedro I fica a dever-se a execução de algumas medidas que procuraram conter o despovoamento das praças e, noutro plano, a introdução de barbacãs. A propósito do despovoamento, a solução adoptada passou pela concessão de benefícios a quem habitasse no interior das *alcáçovas* ou das

⁸⁹ Cf. Barroca, 1995, I, p.377.

⁹⁰ Mais à frente daremos especial importância às intervenções efectuadas durante este período, apoiados no estudo elaborado por Monteiro (1999) a propósito da “política de obras” entre 1357 e 1448.

*cercas vilãs*⁹¹, procurando desta forma evitar o abandono de áreas com especial vocação estratégica. A presença no território de fortificações de origem árabe foi decisiva na construção do castelo ibérico de origem cristã. Refere Nunes (2005, p.76), que “No séc. XII, a presença árabe em Portugal estava já em vias de ser substituída pela cristã, resultando proveitoso fazer uma comparação entre o castelo árabe na sua fase final e o castelo cristão inicial, que dele recebeu forte influência” e, mais adiante, que “(...) os cristãos frequentemente aproveitaram os castelos árabes para sobre eles construir os seus (...); não raro na mesma fortaleza deparamos com elementos de um e de outro”. Deste modo, alguma terminologia pode ser de forma comum aplicada a estas estruturas que, apesar de serem de tempos diferentes, revelam alguma comunhão de espaços e formas⁹². Em complemento do que já antes foi dito sobre as barbacãs, aditaremos que elas assumirão papel proeminente aquando da generalização das armas de fogo, por servirem de primeira barreira ao tiroteio rasante da artilharia hostil.

O período seguinte (1367-1450), balizado pela reforma gótica que culminará com D. Pedro I e pela reforma que se irá retratar nas estruturas militares aquando da generalização da artilharia pirobalística na guerra de cerco cometida a partir de meados do séc. XV, ficará marcado pela generalização à escala nacional dos elementos morfológicos caracterizadores do castelo gótico. Caberá aos reinados de D. Fernando, D. João I, D. Duarte (1433-1438) e à regência do Infante D. Pedro (1439-1448) a grande campanha de obras efectuadas durante as respectivas e agitadas vigências, reforçando

⁹¹ Muralhas que cercavam uma povoação, fechando-se sobre si mesmas. Geralmente, as cercas da vila partiam do castelo e ligavam-se-lhe de novo.

⁹² Assim, por *alcáçovas* designam-se as fortalezas ibéricas de origem árabe, e todo o seu interior, que inspiraram a construção dos castelos cristãos da Península Ibérica. Possuíam habitualmente dois recintos desnivelados. À cota inferior, precedendo o *pátio principal*, encontrava-se o *albacar*, também designado por *pátio de armas* ou *pátio baixo*, onde se dispunham as cavalaria, residências militares oficiais e serviços. Para além de ser o local onde os militares se adestravam no manejo das armas em caso de perigo, era neste espaço que se recolhia a população. Como na generalidade os castelos cristãos eram de dimensões reduzidas, houve necessidade de nalguns exemplares construir externamente uma cerca autónoma que serviria de “albacar de refúgio” (Nunes, 2005, p.30). Veja-se também a nota anterior, a propósito das cercas vilãs. À cota superior situavam-se a *mesquita* e o *alcácer*, correspondente à residência senhorial do castelo cristão, a *alcaldaria*, normalmente localizada no pátio principal da alcáçova, a um nível superior ao do albacar.

e incrementando, sobretudo nos períodos fernandino e joanino, as inovações do tempo dionísio.

Além dos aspectos exclusivamente relacionados com as reformas efectuadas nos castelos em Portugal, cumpre-nos em primeiro lugar observar a situação patente no território nesta época e, tal como fizemos para outros períodos, cotejá-la directamente com a distribuição das estruturas militares no espaço. Este é com efeito um dos objectivos do estudo, designadamente deste capítulo: o entendimento da comunhão do castelo com o espaço onde se implanta, ou seja, a presença do castelo na definição da imagem do território.

Sendo o séc. XIV um tempo de consolidação territorial, em que a vários níveis se processa uma profunda transformação, foi natural dotar o País de uma organização estratégica militar, e não só, que lhe salvaguardasse os limites. Como antes se descreveu, o esforço militar direccionou-se na sua génese para as fronteiras terrestres entre Portugal e Castela, enquanto no período de formação da nacionalidade investiu sobre as principais linhas fluviais e em áreas de demarcação frente aos muçulmanos.

Integrada nesta política de consolidação das linhas de fronteira, assiste-se, de modo particular na segunda metade do séc. XIV e no início do séc. XV, à fundação de *coutos de homozidados*⁹³, povoamentos cujo propósito visava aumentar o número de homens em locais perigosos. O primeiro couto de homozidados (Noudar, 1308) surge ainda com D. Dinis. No entanto, foi com a crise intensa que pairava sobre Portugal no reinado de D. Fernando⁹⁴, e posteriormente de D. João I⁹⁵, que esta política de fixação humana se alastrou com significado.

⁹³ De forma sistemática, os monarcas, como forma de sustentar o abandono de localidades fortificadas, instituíram os *coutos de homozidados*. Estes seriam habitados por criminosos que, entretanto, se libertavam das penas em que tivessem incorrido (salvo os crimes de traição) e que, por decisão régia, neles permaneciam por um período variável de anos, sempre sob controlo dos funcionários do rei. A inserção destes homens fez-se sem grandes problemas, mas mais tarde D. Manuel I, considerando que se tratava de gente sempre pronta a desrespeitar a lei, acabou por limitar consideravelmente, através das *Ordenações Manuelinas*, o acesso a estes coutos.

⁹⁴ D. Fernando herda um reino em paz e um erário muito rico. Três guerras com Castela (1369-1370, 1372-1373 e 1381-1382) marcam o seu reinado.

⁹⁵ No reinado de D. João I podem distinguir-se dois períodos importantes: o primeiro, 1411-1412, marcado pela guerra contra Castela (independência e fortalecimento); o segundo, até 1433, assinalado pela expansão ultramarina.

Devido às campanhas militares que contribuíam para a perda e rarefacção humanas, D. Fernando funda coutos de homiziados na Guarda (1371), Marvão (1378), Miranda do Douro (1379) e Penamacor (1379), todos estes pontos sensíveis na fronteira. Com D. João I são criados mais dezassete: Arronches (1385), Castelo Mendo (1387), Belmonte (1387), Juromenha (1388), Caminha (1406), Freixo de Espada à Cinta (1406), Pena Róias (1407), Chaves (1412), Monsaraz (1414), Monforte de Rio Livre (1420), Ouguela (1420), Mértola (1420), Segura (1421), Outeiro de Miranda (1421), Castro Marim (1421), Penha Garcia (1431) e Melgaço (1431)⁹⁶. Consultando Gomes (2001 e 2003), constata-se que esta apresenta dois mapas para a Beira e Trás-os-Montes onde são indicados os coutos de homiziados conhecidos nos séculos XIV e XV nestas regiões, sendo que Numão, Vilar Maior, Alfaiates, Sabugal, Monsanto, Idanha-a-Velha, Castelo Branco e Ródão, fortificações referidas em a *Beira*, e Bragança, Vimioso, Mirandela e Mós de Moncorvo, referidas em *Trás-os-Montes*, são coutos de homiziados que não constam da lista de Moreno.

Esta acção “desesperada” de povoamento decorre do facto de a raia portuguesa se deparar com um despovoamento generalizado. No entendimento de Moreno (1995), vários factores concorreram para a desertificação desta área nevrálgica do território, nomeadamente a Peste Negra (chega a Portugal em 1348, associada a outras epidemias que a precederam ou lhe sucederam), a fome, a guerra, os maus anos agrícolas, tudo factores convergentes para incrementar a taxa de mortalidade e o isolamento. Este problema traduz-se em naturais mutações demográficas, com a população residente nas áreas de desconforto raiano a procurar melhores condições noutros locais, acentuando os movimentos migratórios em direcção aos núcleos urbanos mais evoluídos, localizados em grande maioria no litoral Norte-Sul do território. Pese embora o séc. XIV tenha conhecido várias crises, tal não impediu que Lisboa e Porto tivessem prosperado, de par com outras cidades e vilas com um cunho mais rural (Coimbra, Évora, Santarém, Aveiro, Setúbal, Lagos, Faro, Tavira, Braga, Guimarães, Lamego, Viseu, Guarda, Covilhã, Pinhel, Elvas e Beja, cada uma correspondente a um centro produtivo específico).

⁹⁶ Cf. Moreno, 1995.

Outra forma de ocupação de áreas do território consideradas estratégicas passou pela concessão de privilégios, através de cartas régias, às populações residentes no interior ou sua proximidade, de forma a garantir o povoamento dos castelos e cercas vilãs.

Esta inquietude com as áreas fronteiriças, cuja eventual desertificação inspiraria ainda maiores preocupações, encontra maior notoriedade com D. Fernando, em virtude da pressão das lutas com Castela e da consequente necessidade de assegurar a protecção das povoações e a integridade do reino. Apesar de as fortificações disporem de mecanismos necessários à sua defesa, de guarnições suficientemente numerosas e de ajustadas organizações de vigilância, apoiadas à distância por sentinelas instaladas por vezes em *torres-atalaias*, era essencial a existência de núcleos populacionais concentrados que assegurassem a quantidade justa de vitualhas (água, vinho, cereais, carne, etc.). Deste modo, tornava-se imperioso o povoamento dos castelos e das correspondentes cercas. Para o conseguir, a coroa atribuiu privilégios àqueles que vivendo no exterior, relativamente próximos destas estruturas militares, pudessem passar para o seu interior. Estas medidas tiveram o seu início, como se referiu, com D. Pedro I. No entanto, foi com D. Fernando que atingiram maiores proporções, sendo conhecidas pelo menos 16 praças que receberam deste monarca privilégios destinados ao reforço humano das respectivas cercas.

No mapa “Povoamento de castelos e cercas no reinado de D. Fernando (1367-1383)”⁹⁷, constata-se a seguinte distribuição: 6 casos (Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Montemor-o-Velho, Monsanto, Assumar e Elvas) situados próximo da fronteira com o reino de Castela e da costa atlântica; 4 casos (Lamego, Coimbra, Abrantes e Santarém) correspondentes a cidades ou vilas posicionadas a cavaleiro de marcantes linhas de água, para além do peso que Coimbra e Santarém⁹⁸ assumem na organização militar e comercial do País; os restantes 6 casos (Vila Real, Viseu, Covilhã, Torres Novas, Arraiolos e Montemor-o-Novo) correspondem a praças de interesse geoestratégico,

⁹⁷ Cf. Mapa 09.

⁹⁸ Coimbra e Santarém, a par de Évora, eram importantes centros de comercialização de cereais, gado, vinho e azeite.

com excepção de Vila Real, localizadas em pontos de intersecção das rotas tradicionais de invasão de Portugal pelos castelhanos, como sejam a *estrada da Beira* (Viseu e Covilhã), o *acesso a Lisboa* (Torres Novas) e a *rota do Alentejo* (Arraiolos e Montemor-o-Novo).

O Mapa 09 foi concebido com base em Monteiro (1999). Distribuindo as 16 estruturas militares pelas províncias portuguesas, como temos feito em circunstâncias anteriores, de acordo com o Mapa 09 e o Quadro 02, obtaremos: Alto Alentejo, 4; Trás-os-Montes e Alto Douro, 4; Beira Alta, 1; Minho, 0; Estremadura, 0; Beira Baixa, 2; Algarve, 0; Baixo Alentejo, 0; Beira Litoral, 2; Ribatejo, 3; Douro Litoral, 0.

Nas condições expostas, será interessante averiguar e analisar que locais foram objecto de políticas de edificação, restauro e reforço de castelos e cercas, entre 1357 e 1448 (o ano de 1357 corresponde ao início do reinado de D. Pedro I e o de 1448 ao termo da regência do Infante D. Pedro) e, simultaneamente, interpretar a sua distribuição no espaço, focando a atenção em dois aspectos: castelos palco das principais operações militares e medidas de povoamento, acima descritas.

Como iremos constatar, a preocupação com o fomento da intervenção em castelos e, mais comumente, em cercas e muralhas urbanas associadas ao povoamento de algumas áreas, denunciará, como temos vindo a relatar, a progressiva importância estratégica de que os aglomerados em ambiente urbano começavam a gozar, localizassem-se em zonas de fronteira ou no interior do território. As cidades e vilas tornaram-se, por motivos óbvios, alvos de conquista, virando objecto de especial protecção, em detrimento dos castelos propriamente ditos.

Este longo processo, que atravessará vários reinados, levar-nos-á a uma elucidação sobre a rede de estruturas militares, concretamente castelos, que obedecia nos finais da Idade Média (leia-se: 1450) a um planeamento estratégico concertado, tendo em vista a preservação da integridade territorial.

Concentremo-nos então no conjunto das obras realizadas no período 1357-1448, o que nos permitirá "(...) avaliar da existência, ou não, de uma diferença de atitude da monarquia relativamente à conservação e actualização das fortalezas do reino, consoante elas se localizassem geograficamente

próximas da fronteira ou, pelo contrário, em regiões do interior de Portugal”⁹⁹.

A apreciação terá por base um conjunto de 96 notícias de intervenções, correspondentes a 64 castelos ou muralhas urbanas, que Monteiro sintetiza no mapa “Intervenções de conservação e reforço em castelos e cercas (1357-1448)”¹⁰⁰ cartografado com as respectivas localizações e do qual o autor retira e organiza as suas conclusões, sobre as quais nos debruçaremos.

De acordo com o Mapa 08 e o Quadro 02, a distribuição das 64 estruturas militares pelas províncias portuguesas faz-se do seguinte modo: Alto Alentejo, 12; Trás-os-Montes e Alto Douro, 11; Beira Alta, 6; Minho, 9; Estremadura, 5; Beira Baixa, 1; Algarve, 4; Baixo Alentejo, 5; Beira Litoral, 7; Ribatejo, 2; Douro Litoral, 2.

Adverte Monteiro não ser possível garantir que todas as intervenções constantes das notícias tenham sido de facto realizadas, por não existirem meios de comprovação, excepto os que estão representados no *Livro das Fortalezas*. Do mesmo modo, dá conta de um pequeno conjunto de 9 notícias de derrube total ou parcial de castelos, ou seus elementos constituintes, que revestem porém significado face ao elevado número de acções contrárias.

Numa análise prévia, constata-se o enorme esforço humano e material produzido em 91 anos de obras, com vista à preservação e reforço de estruturas militares estratégicas, sobretudo no que concerne às muralhas urbanas.

Geograficamente, as intervenções¹⁰¹ ocorreram, de forma maioritária em zonas das fronteiras terrestre e marítima, delas distanciadas menos de 35 km, tendo fugido a este cenário um conjunto de dezassete localidades que, no entanto, se apresentavam decisivas na defesa do território. É o caso da linha constituída por Trancoso, Celorico da Beira, Viseu, Guarda, Covilhã, Lousã, Penela, Santarém e Alenquer que contribuiu para a defesa em profundidade de Lisboa, a capital do reino; de Vila Real, Lamego e Carrazeda de Ansiães que se encontravam a cavaleiro do rio Douro, protegendo o Porto; de Guimarães, Coimbra, Évora e Beja, localidades de acrescida importância

⁹⁹ Cf. Monteiro, 1999, pp.123-124.

¹⁰⁰ Cf. Mapa 08.

¹⁰¹ O autor contabiliza 47 intervenções nas referidas zonas de fronteira e 17 em localidades no interior do espaço territorial.

no reino. Para o autor, o caso de Mirandela reflecte uma intenção de reforçar a defesa da região transmontana.

À luz da organização administrativa territorial das províncias tradicionais portuguesas, verifica-se que as maiores concentrações de intervenções ocorrem no Alto Alentejo (12), em Trás-os-Montes (11) e no Minho (9), o somatório contabilizando metade das levadas a cabo em castelos ou muralhas urbanas. Esta distribuição justifica-se: no primeiro caso, Alto Alentejo, por esta ser a zona de mais fácil acesso, com acentuado perigo de invasões; no segundo, Trás-os-Montes, por esta se constituir uma região de extensa superfície distante do centro “militarmente nuclear” polarizado em torno do eixo Lisboa-Santarém e, deste modo, sugerir reforço por se tratar de uma área menos guarnecida; por último, no caso do Minho, por ser área fortemente habitada, o que implicava um natural propósito de dinâmica de construção e restauro das suas praças. As restantes 32 intervenções distribuem-se pela Estremadura (5), Ribatejo (2), Beira Litoral (7), Beira Alta (6), Baixo Alentejo (5), Algarve (4), Douro Litoral (2) e Beira Baixa (1), acentuando a necessidade de defender a capital a relativa distância (casos da Beira Litoral e Estremadura) e de reforçar áreas tradicionalmente cruzadas pelos castelhanos (caso da Beira Alta).

No conjunto das 96 notícias reproduzidas, algumas não seguras (Monteiro frisa que mais de metade das intervenções se encontravam em curso ou concluídas e as demais programadas mediante prazos apertados) ganha algum destaque o número de referências repetidas a obras realizadas nalgumas localidades (Lisboa 12, Coimbra 5, Lamego, Porto e Santarém 4 cada, Ponte de Lima, Braga, Trancoso, Évora e Loulé 3 cada), o que confirma a correspondente importância no contexto da organização administrativa, política, militar e comercial do reino, tendo em conta que Lisboa era a sua “chave militar”.

De iniciativa real ou concelhia, outra característica interessante diz respeito à natureza dos trabalhos mais frequentemente realizados. O grande impulso destas iniciativas pertenceu à Coroa, o que é natural, dado o papel desempenhado pelos castelos e cercas na defesa do conjunto do reino. Realce-se que os casos em que se reportam obras a executar são em grande parte de acção municipal e se localizam a norte do rio Mondego. Considerando que em cada

informação pode constar mais do que um trabalho, verifica-se que para além dos trabalhos de ordem geral, obras de conjunto de um castelo ou alcáçova (23 notícias), os que mais vezes são mencionados dizem respeito a intervenções em muralhas (47 notícias), barbacãs (22 notícias), cercas de vilas ou lugares (21 notícias), torres (20 notícias) e *fossos*¹⁰² (17 notícias). São ainda mencionadas algumas acções pontuais sem grande significado.

Mais adiante veremos que este tipo de intervenções, além de responder a uma estratégia diferente de combate, se encontra relacionado com a introdução e a generalização das armas de fogo. Mais, este conjunto de acções confirma a continuidade da reestruturação dos sistemas de fortificação e ao mesmo tempo evidencia outra alteração na modalidade de combate: à crescente relevância dos cercos como forma de fazer a guerra, sucede-se o movimento de encerramento das localidades de certa importância no interior do circuito de muralhas.

Em síntese, do trabalho de 1999 (pp.157-158), Monteiro conclui que o

“(…) “modelo de notícia” acerca de uma obra num castelo português em finais da Idade Média será aquele que nos dá conta de uma intervenção decidida por iniciativa do rei, que incide sobre o melhoramento da muralha de uma praça raiana e que se encontra em fase de execução no momento em que essa notícia é produzida”.

Se recuarmos um pouco, torna-se claro que este panorama teve início, como destaca Barroca (1998), no reinado de D. Dinis¹⁰³, consequência directa, entre outros factores, do estabelecimento do tratado de Alcanizes (e da extinção das terras) a partir do qual a coroa portuguesa se empenhará na manutenção e reforma dos castelos fronteiriços, em detrimento dos localizados no interior do reino, associados sobretudo ao movimento de Reconquista. No entanto, esta nova geografia não deverá ser encarada de modo simplista,

¹⁰² Os *fossos*, também designados por *cavas*, são escavações em redor de todo o perímetro do castelo ou circunscrevendo-se a certas zonas consideradas mais expostas ou naturalmente desprotegidas. Eles podiam ser cheios com água, dificultando a aproximação de homens e engenhos às muralhas.

¹⁰³ Lembramos que 80% das intervenções do período dionisino incidiram sobre castelos localizados na fronteira terrestre.

visto que alguns castelos, outrora cabeças de terra, continuaram, por via do seu estatuto estratégico – nomeadamente a defesa de Lisboa, o controlo de centros nevrálgicos (cidades importantes) ou de cursos de água e de vias de comunicação nucleares – a conhecer reformas, desempenhando papel activo, por exemplo nas guerras fernandinas e na crise de 1383-1385 e, desta maneira, escaparam ao abandono e à ruína.

Consultando o mapa que diz respeito aos castelos palco das principais operações militares entre 1367 e 1449, isto é, entre a subida de D. Fernando ao trono e a batalha de Alfarrobeira, elaborado por Monteiro (1999), “Castelos que foram palco das principais operações militares (1367-1449)”¹⁰⁴ é visível que nem todas as estruturas militares que foram intervencionadas conheceram a guerra.

Comprovando a tendência de estratégia de organização administrativa do território, de acordo com o Mapa 10 e o Quadro 02, a distribuição das 40 estruturas militares pelas províncias portuguesas, faz-se da seguinte maneira: Alto Alentejo, 18; Trás-os-Montes e Alto Douro, 2; Beira Alta, 3; Minho, 6; Estremadura, 5; Beira Baixa, 0; Algarve, 0; Baixo Alentejo, 2; Beira Litoral, 1; Ribatejo, 2; Douro Litoral, 1.

Porém, pode-se concluir que a razão desta nova geografia militar (leia-se: protecção da fronteira e núcleos urbanos centrais, com Lisboa à cabeça) se encontra de alguma maneira justificada se considerarmos que metade dos 40 castelos palco de operações militares se situava na raia alentejana e 7 estavam inscritos na linha escalabitano-ribatejana de protecção a Lisboa (ainda se podem ver 6 casos no Minho (Faria, Braga, Guimarães, Melgaço, Neiva e Viana do Castelo), 4 nas Beiras (Almeida, Celorico da Beira, Viseu e Coimbra), 2 em Trás-os-Montes (Bragança e Chaves) e 1 no Douro-Litoral (Gaia)). Reconhecendo que 40 representa uma percentagem muito pequena do número de castelos existentes na época, conclui-se que eles funcionariam sobretudo pela sua capacidade dissuasora.

A propósito de iniciativas efectivadas no último quartel de trezentos por D. Fernando no contexto das guerras com Castela, Gomes (2001, p.64) escreve: “Merecem particular relevo (...) Seja no sentido de reedificar lanços de muralha e castelos, como de as libertar e desimpedir de edificações – mandando

¹⁰⁴ Cf. Mapa 10.

inclusivamente demolir construções tão importantes quanto a primitiva catedral da Guarda, por exemplo – e também de as adaptar à nova guerra”.

A importância atribuída ao reforço das muralhas e das cercas de algumas cidades e vilas comprova não só o crescimento da população urbana portuguesa neste período (meados do séc. xv), como também acentua a relevância que os aglomerados urbanos assumiam na definição da estratégia no contexto territorial. Deste modo, os castelos deixariam de ser o principal alvo de cobiça, passando os núcleos urbanos (localizados, em maioria, no eixo litoral Norte-Sul) a sujeitar-se a esse papel, enquanto símbolos de domínio do território, cuja posse não implicava apenas controlo militar, mas também administrativo, comercial, etc..

Continuando a elaborar sobre o assunto, retomamos o trecho “As notícias de obras (realizadas, em curso ou a realizar) em castelos e/ou cercas de cidades e vilas”, integrado no trabalho de Monteiro que temos vindo a mencionar, em que também se dá conta das notícias correspondentes a “derrubes”. O autor relata 9 casos que de forma alguma comprometem as 96 notícias apresentadas anteriormente. Em contrapartida, refere autorizações condicionadas relativas a pedidos de construção de casas ou de outro tipo de edificações próximo das muralhas. Esta constatação evidencia assim que a defesa da integridade dos castelos e cercas das cidades e vilas era uma preocupação proeminente, a ponto de algumas construções serem, em determinadas circunstâncias, mandadas destruir pelo rei, em virtude da sua localização poder funcionar como obstáculo à defesa ou servir de apoio a ataques inimigos.

1.2.6 O castelo com funções residenciais

Refiramos agora outro aspecto que também interveio na definição do perfil arquitectónico de alguns castelos no período a que nos reportamos (1350-1450): o seu progressivo pendor residencial. Aliás, já comentámos que historicamente o castelo ibérico se iniciou com uma função militar e estratégica, ao contrário do que aconteceu na generalidade do resto do continente Europeu, onde a componente residencial se lhe encontrava associada e lhe conferia prioritariamente função de residência fortificada de um senhor.

Bem entendido, tal função militar não impediu que os castelos em Portugal não dispusessem de algumas condições residenciais, em particular nas respectivas torres de menagem. O que não acontece é que eles estivessem adaptados a uma concepção de habitação fortificada permanente, mas tão-só habilitados para a estada de uma guarnição no seu interior por períodos esporádicos, às vezes prolongados.

Com o fim da Reconquista e dos confrontos com os muçulmanos acaba a necessidade inevitável de erigir “castelos urgentes”, recintos que servissem de abrigo ou de base a guarnições.

Embora se tenha continuado o esforço construtivo, tanto na reestruturação dos velhos castelos como na edificação de novas estruturas, integrando-os numa renovada geografia estratégica (orientada a Norte e a Leste) e adaptando o seu perfil arquitectónico aos renovados conceitos de defesa e ataque, os castelos foram adquirindo um progressivo carácter civil, senhorial.

Assiste-se deste modo a partir dos séculos XIV e XV à coexistência do velho carácter militar com uma função de natureza residencial, associados em progressivo equilíbrio.

Esta situação não pode ser dissociada de uma nova tendência centralizadora da coroa (sediada na capital, Lisboa) que se expande a todo o espaço, manifestada através de medidas precisas de dependência do poder central, tendentes a garantir o domínio do rei sobre todo o território.

Com D. Dinis, a torre de menagem torna-se símbolo do poder real, onde o alcaide, funcionário de nomeação régia, jurava *preito de menagem*¹⁰⁵. Ela surge portanto associada ao posto de comando do alcaide no exercício das suas funções militares, reduto último de defesa do castelo e espaço residencial nobre, designadamente a partir do séc. XIV. Deste modo, na centúria em causa coexistem no castelo medieval português a torre de menagem e a *alcaidaria*, residência dos alcaides.

Um primeiro sinal que se manifesta nesta conjuntura surge com o alargamento das superfícies nas torres de menagem, ampliando o espaço interior e abrindo janelas nos pisos superiores, de molde a garantir iluminação

¹⁰⁵ Termo de responsabilidade, juramento de fidelidade, assumido pelos alcaides perante o rei, ou seu representante, em que se continham os seus deveres e direitos.

e ventilação adequadas (caso das torres de menagem de Bragança, Estremoz e Beja, todas elas ligadas ao reinado de D. João I).

A conversão residencial de alguns castelos traduziu-se ainda no aparecimento de equipamentos (cozinhas, lareiras, chaminés, etc.) e em requintes de acabamento, propiciando um ambiente apropriado ao uso habitacional.

Num nível mais discreto deste processo podem-se situar os exemplos dos castelos de Alenquer, Lamego, Montemor-o-Velho e Elvas, onde os monarcas se instalavam de forma temporária sem comprometer a respectiva vertente militar.

No caso dos castelos de Estremoz, Óbidos e, em especial, Leiria, esta tendência ficou marcada com a construção de paços régios de escala notória, a que não foi indiferente a longa frequência da corte nestes locais. Monteiro (1999, p.47) cita Rita Costa Gomes (1995) a este propósito:

“Em Estremoz, os paços régios compunham-se de vários corpos de edifícios, todos eles associados à famosa torre de menagem (...) frequentados pela corte portuguesa (...). Em Óbidos, deu-se a particularidade, também arquitectónica, de, sobretudo na época fernandina, se terem desenvolvido dois espaços residenciais distintos (...) os paços do rei (...) e os paços da rainha (...) “complexo residencial” (...) bastante utilizado pela monarquia portuguesa (...)”.

Quanto ao castelo de Leiria, Monteiro (1999, p.48) organiza a sua descrição segundo Saul António Gomes (1995):

“Os Paços Novos aproveitaram o pano amuralhado voltado a Sul, fechando-se as suas ameias para erguer, a partir do passo de ronda e adarve primitivo o alçado principal do edifício. O paço joanino afirmava-se na paisagem pela sua elevada volumetria (...). A sua graciosidade plena advinha-lhe, contudo, da concepção feliz da sua *loggia* (...). D. João I tinha bastantes razões para fazer esse itinerário por Leiria (...) porque tinha nesta vila os seus Paços Novos, seguramente muito cómodos, refinados e inovadores para a época”.

Esta tendência encontrou plena continuidade para além de meados de quatrocentos, mormente nalguns exemplos relacionados com as Ordens Militares

e ainda em casos posteriores, com características mais exuberantes e interventivas. Por exemplo (figura 13), para Silva (2002, p.151 e pp.156-157)

“O Paço de Ourém é simplesmente um paço cujo modelo terá vindo directamente de Itália, fruto de opção deliberada de D. Afonso V (...). Depois do paço de Ourém, Porto de Mós indicia uma outra vertente da evolução que os paços conheciam em Portugal ao longo do século XV, a adaptação dos castelos a residência, através da construção das dependências e o ganho do conforto de que até aí não dispunham”.

A evolução está relacionada com a organização da corte régia portuguesa da Idade Média, que opta por itinerâncias mais curtas, polarizadas em torno de núcleos urbanos situados no eixo litoral Norte – Sul, procurando garantir a estadia em espaços residenciais cómodos.

Quanto a alguns castelos das Ordens Militares situados na Beira raiana que foram objecto de valorizações residenciais durante o final da centúria de quatrocentos e no início da seguinte, nomeadamente Valhelhas, Longroiva, Castelo Novo, Proença-a-Velha, Salvaterra do Extremo, Segura, Idanha-a-Nova e Castelo Branco, inscrevendo alguns destes exemplos nos aposentos-tipo da época, Gomes (2001, p.46) refere que

“(…) o circuito de muros mais antigo encerrava a torre de menagem, de dois pisos, e os “aposentos do comendador”, compostos de um edifício de dois andares, com cinco divisões habitadas no piso superior e outras tantas térreas. Sinais de um certo conforto eram as chaminés existentes, feitas em tijolo, e os forros interiores em madeira. Além desta residência havia uma “casa dos hóspedes” também com o piso elevado; uma casa térrea que servia de cozinha, com um forno dentro; um celeiro e uma estrebaria.”

Um pouco mais tardios, os exuberantes casos de Penedono (figuras 14 e 15) e de Belmonte confirmam esta tendência residencial já nos inícios da época moderna, em que o destino dos castelos medievais a partir dos séculos XV e XVI fica muito ligado às famílias da nobreza.



Figura 13 – Castelo de Ourém

Sobre a situação em Trás-os-Montes, Gomes (2003) considera-a similar à que ocorre nas Beiras, dando-se a apropriação dos castelos por famílias da nobreza, a quem eram atribuídas as respectivas comendas, que depois as adaptavam para seu uso, designadamente como “castelo-residência”. Mogadouro e Penas Róias são exemplos que revelam situações distintas, enquanto o primeiro, pertença dos Távoras, é caracterizado segundo a autora (p.51) pela

“(…) presença de abundantes “aposentos” (...)” que “(...) rodeavam a torre de menagem dispondo-se em torno de um pátio central, com o seu poço”, exibindo o segundo “(...) a antiga torre isolada (...) um escasso aposento de duas “casas” adossado a um circuito de muros mais baixos (...)”.

Os castelos portugueses em meados da Idade Média já não podem ser considerados exemplos puros, retratos de um espaço temporal bem balizado. As suas características físicas resultam antes de um conjunto de acções variadas que lhes determinam um perfil resultante do somatório de várias adaptações. É evidente que por diversos motivos, nomeadamente o abandono resultante de uma mudança estratégica entre períodos (por exemplo, do românico para o gótico), se podem encontrar alguns exemplos mais puros.

Genericamente, os castelos portugueses consagram uma identidade que derivou sobretudo da sua capacidade de responder com eficácia às

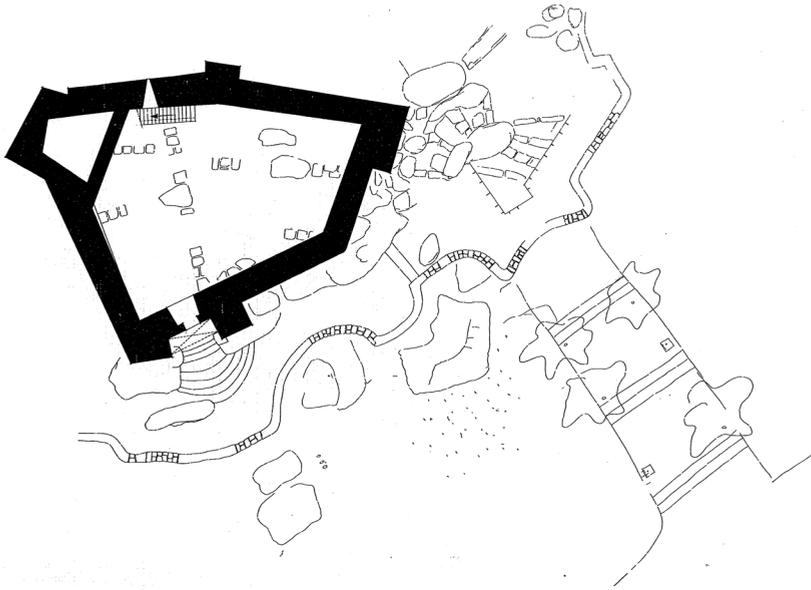


Figura 14 – Castelo de Penedono, planta



Figura 15 – Castelo de Penedono

circunstâncias de determinados momentos (guerra, defesa e povoamento do território), o que obrigou a várias mudanças do seu perfil arquitectónico.

Mas, se podemos afirmar que a sua sobrevivência esteve sobremaneira dependente da sua original actividade funcional de natureza militar, não podemos omitir as transformações que alguns sofreram no sentido de, ainda que esporadicamente, albergarem como residentes senhores da corte real, se não o próprio monarca.

1.3 Distribuição e organização dos castelos em 1350-1450

1.3.1 A leitura do espaço territorial a partir das linhas defensivas

Compreender a distribuição espacial dos castelos nos finais da Idade Média implica perceber como foi evoluindo desde cedo a sua implantação no território, não de forma isolada, puramente militar, mas relacionada com a ocupação, o povoamento. Como se verifica ao longo da nossa exposição, foi sempre atribuído grande cuidado a este propósito, porque numa análise meramente casuística não encontraríamos justificação para algumas situações, como por exemplo a transição e a evolução de um espaço territorial assinalado pela ruralidade para uma superfície marcadamente urbana. Nesta construção territorial os castelos assumem particular notoriedade, não só porque foram um factor de desenvolvimento e consolidação do território, especialmente em zonas difíceis (no caso, associadas a outras medidas: cartas de foral, coutos de homozidados, etc.), como também se constituíram como uma referência indelével da paisagem, assumindo a identidade de um poder progressivamente mais centralizado.

Porém, a figura do castelo também nos permitirá perceber a evolução da arte militar ao longo dos tempos e, conseqüentemente, as alterações produzidas na sua imagem. Mais uma vez esta situação não deverá ser considerada caso a caso, mas antes examinada numa perspectiva global que permita alcançar uma noção de conjunto da evolução do desenho arquitectónico. Como diz Barroca (1994, p.5):

“O castelo é uma das mais significativas inovações que a Idade Média introduziu na paisagem portuguesa”.

Contudo, segundo constatam Monteiro e Pontes (2002, p.6)

“(..) não há castelos “puros” ... Num castelo que tem características predominantes que o permitam integrar num determinado período, podem persistir elementos mais antigos ou terem-lhe acrescentado outros, muito mais modernos”.

Um dos objectivos primeiros do capítulo é a elaboração de uma carta com a rede dos castelos portugueses que possa servir de suporte a um estudo subsequente, tendo sempre em vista, frise-se, que o trabalho não deve naturalmente basear-se em casos singulares.

Em consequência, o Mapa 15 que se apresenta inicialmente com a “Rede dos castelos portugueses em finais da Idade Média, 1350-1450” é a base proposta por Monteiro (1999), a qual tem como suporte a carta elaborada por Moreno (1984), no artigo *Os Castelos Portugueses (1350-1450)*¹⁰⁶, e mais tarde retocada pelo mesmo autor (1994a e 1994b) no artigo *Alcaidarias dos Castelos durante a Regência do Infante D. Pedro*¹⁰⁷.

Adoptando a mesma metodologia anterior que seguiremos para a análise dos Mapas 11 e 13 a 17, subsequentes, de acordo com o Mapa 12 e o Quadro 03, a distribuição das 160 estruturas militares indicadas por Moreno (1984) pelas províncias portuguesas¹⁰⁸ faz-se desta maneira: Alto Alentejo, 32; Trás--os-Montes e Alto Douro, 23; Beira Alta, 21; Estremadura, 16; Minho, 16; Algarve, 13; Beira Baixa, 11; Baixo Alentejo, 9; Beira Litoral, 9; Ribatejo, 6; Douro Litoral, 4 (esta ordem está organizada de forma decrescente segundo o número de castelos por província)¹⁰⁹. Em relação ao castelo de Olivença, e apesar deste se localizar em Espanha, contabilizámo-lo na província do Alto Alentejo.

De acordo com o Mapa 14 e o Quadro 03, distribuindo as 112 estruturas militares propostas por Moreno (1994a e 1994b) pelas províncias portuguesas¹¹⁰ teremos: Alto Alentejo, 24; Beira Alta, 17; Minho, 16; Trás-os-Montes e

¹⁰⁶ Cf. Mapa 12.

¹⁰⁷ Cf. Mapa 14.

¹⁰⁸ Cf. Gráficos 01 e 02.

¹⁰⁹ Esta será a ordem adoptada dos Mapas 11 a 17, inclusive.

¹¹⁰ Cf. Gráficos 01 e 02.

Alto Douro, 14; Estremadura, 10; Baixo Alentejo, 8; Algarve, 7; Beira Litoral, 6; Beira Baixa, 4; Ribatejo, 4; Douro Litoral, 2. Uma vez mais, contabilizámos o castelo de Olivença na província do Alto Alentejo.

Para Moreno (1984, p.113), a consideração do período de 1350 a 1450 justifica-se por se tratar de uma época de intensa consolidação territorial, à distância de um século do termo da Reconquista de Portugal, e representar também uma fase terminal da época medieval que encerra, em si mesma, uma longa crise cujo início se ignora, mas que segundo ele “(...) conhece uma aceleração a partir da segunda metade do séc. XIV (...) que se deverá atribuir ao estado de desorganização que reinou no País após a eclosão da Peste Negra”. Outra justificação parte da instabilidade marcada pelas guerras fernandinas e pela crise de 1383-1385 que obrigam a um permanente esforço bélico, o que pressupõe um reforço das estruturas militares de forma a garantir a consolidação do sistema defensivo português.

No Mapa 12 constam 160 castelos (apesar do autor nomear 162), número que corresponde, segundo o autor (1984, p.115), apenas àqueles que se encontram directamente referenciados em documentos da época “sem qualquer margem para dúvidas”, assinalando para o efeito que a maioria dos castelos referenciados no período em causa surge nos inícios do séc. XIV, aquando das campanhas reformistas introduzidas por D. Dinis.

No Mapa 14, Moreno (1994a e 1994b) compara o mapa elaborado por si em 1984 e o resultante da pesquisa de Marques em 1987, observando que a diferença entre os 162 (na realidade somente 160) castelos propostos por si e os 94 apresentados por Marques se deve ao carácter limitado das fontes utilizadas por este último. No entanto, ele próprio, (1994a, p.48), redefine o número de castelos para 112, considerando que apesar dos restantes 50 existirem comprovadamente na documentação consultada, eles estariam inoperacionais por razões de “(...) desgaste temporal, devido à incúria dos homens e às terríveis guerras que assolaram o país (...)”. Dá particular importância ao caso de Ponte de Lima, ressaltando que a sua edificação remonta a 1464 e, deste modo, ser mencionado indevidamente.

O mapa apresentado por Monteiro não resulta apenas da investigação de Moreno, mas também, entre outras, da análise do *Livro das Fortalezas* (1509)¹¹¹ de Duarte de Armas e da proposta apresentada por Marques (1987)¹¹².

De acordo com o Mapa 11 e os Quadros 02 e 03, distribuindo as 65 estruturas militares registadas por Duarte de Armas pelas províncias portuguesas¹¹³ teremos: Alto Alentejo, 21; Trás-os-Montes e Alto Douro, 14; Beira Baixa, 8; Beira Alta, 7; Minho, 7; Baixo Alentejo, 5; Algarve, 2; Estremadura, 1; Beira Litoral, 0; Douro Litoral, 0; Ribatejo, 0.

Não foram contabilizadas as referências a Barcelos e Sintra por não dizerem respeito evidente a castelos. No entanto, apesar de não constar da rede dos castelos portugueses proposta por este trabalho, integrámos o caso de Montalvão. O castelo de Olivença foi integrado na província do Alto Alentejo.

De acordo com o Mapa 13 e o Quadro 03, distribuindo as 94 estruturas militares propostas por Marques (1987) pelas províncias portuguesas¹¹⁴ teremos: Alto Alentejo, 19; Beira Alta, 17; Minho, 15; Trás-os-Montes e Alto Douro, 13; Algarve, 7; Baixo Alentejo, 6; Estremadura, 6; Beira Baixa, 3; Beira Litoral, 3; Ribatejo, 3; Douro Litoral, 2. O castelo de Olivença foi integrado na província do Alto Alentejo.

Quanto ao *Livro das Fortalezas*, Monteiro considera que todos os castelos que Duarte de Armas nele representa já existiriam antes de 1450. Por sua vez, Marques assinala uma lista de 94 castelos e fortalezas ainda utilizados nos sécs. XIV e XV, elaborada a partir da Chancelaria de D. Pedro I e de um trabalho de Maria José Tavares (1983). Como referenciámos antes, esta proposta também foi comparada e analisada por Moreno para a redefinição da sua carta em 1994¹¹⁵.

O período balizado, 1350-1450, é ainda privilegiado por o correspondente contexto político-histórico representar um ponto de viragem e por se tratar também de um momento de transição no aspecto militar. Será a partir desta altura, com a generalização das armas de fogo, em que se vai procurar um

¹¹¹ Cf. Mapa 11.

¹¹² Cf. Mapa 13.

¹¹³ Cf. Gráficos 01 e 02.

¹¹⁴ Cf. Gráficos 01 e 02.

¹¹⁵ Cf. Moreno 1994a e 1994b.

novo equilíbrio entre os meios defensivos tradicionalmente dominantes e os novos meios ofensivos, que se assistirá de novo a uma mudança na concepção das fortificações. Assiste-se primeiro a uma transição gradual em que os antigos castelos góticos serão ajustados aos mecanismos pirobalísticos emergentes e, numa segunda fase, à prevalência do sistema abaluartado. Outro aspecto que merece atenção e que de algum modo caracteriza este tempo intermédio é a progressiva residencialização de alguns castelos. Neste sentido, julgamos que este balizamento se encontra ajustado aos propósitos deste trabalho.

Numa leitura superficial do mapa 15 constata-se à partida que Monteiro não diferenciou os castelos que segundo Moreno se encontravam operacionais dos que não se encontravam em plena actividade. Ele coloca a questão (p.30): “(...) será legítimo supor que aqueles 173 castelos foram, *todos eles*, praças “operacionais” ao longo de *todo* o período por nós considerado (c.1350-1450)?”, à qual responde: “É evidente que não”. Segundo ele próprio, e admitindo que os 173 castelos não tenham coexistido ao longo de todo este período, a informação de que dispõe não lhe permite esclarecer de forma inequívoca qual o estado de cada um. No entanto, avança com um mapa¹¹⁶ em que indica quais os castelos que foram objecto das principais operações militares entre 1367 e 1449 (40 casos). Mas tal pormenor, apesar de revestir obviamente enorme importância do ponto de vista funcional, não trará importância acrescentada a este trabalho, dado que o que nos interessa é tão-só considerar o conjunto dos castelos existentes durante o período em causa, de molde a constituir uma base consistente que nos permita outras leituras futuras.

Vejamos então que informações poderemos retirar do Mapa 15. A distribuição geográfica dos 173 castelos, apresentada em função das 11 províncias tradicionais portuguesas, de acordo com o Mapa 15 e o Quadro 03, é a seguinte:

Alto Alentejo, 36 – Juromenha, Alandroal, Terena, Arraiolos, Borba, Évora-Monte, Estremoz, Veiros, Valongo, Évora, Lavar, Montemor-o-Novo, Mourão, Olivença, Portel, Redondo, Monsaraz, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Ouguela, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Belver, Marvão,

¹¹⁶ Cf. Mapa 10.

- Assumar, Monforte, Alpalhão, Amieira, Nisa, Alegrete e Portalegre (o castelo de Olivença encontra-se contabilizado nesta província);
- Trás-os-Montes e Alto Douro, 27** – Alfândega da Fé, Gouveia, Outeiro de Miranda, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Vilarinho da Castanheira, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Penas Róias, Mós, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso, Vinhais, Castelo Melhor, Monforte de Rio Livre, Chaves, Santo Estêvão, Vilarelho da Raia, Montalegre, Portelo, Piconha, Aguiar de Pena, Vila Real e Lamego;
- Beira Alta, 23** – Avô, Aguiar da Beira, Almeida, Castelo Bom, Castelo Mendo, Celorico da Beira, Linhares, Castelo Rodrigo, Gouveia, Jarmelo, Guarda, Longroiva, Marialva, Pinhel, Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Vilar Maior, São Romão, Moreira de Rei, Trancoso, Penedono e Viseu (o concelho de Oliveira de Hospital pertence à província da Beira Alta pelo que o castelo de Avô deverá ser contabilizado nesta divisão administrativa e não na Beira Litoral, como por engano o autor referenciou; deste modo, o número de casos na Beira Alta passará de 22 para 23);
- Minho, 18** – Faria, Braga, Arnóia, Celorico de Basto, Guimarães, Lanhoso, Vermoim, Caminha, Castro Laboreiro, Melgaço, Lapela, Monção, Lindoso, Nóbrega, Fraião, Valença, Neiva e Vila Nova de Cerveira;
- Estremadura, 16** – Alcobça, Alfeizerão, Alpedriz, Óbidos, Atouguia da Baleia, Porto de Mós, Alenquer, Cascais, S. Jorge, Lourinhã, Mafra, Mouros, Torres Vedras, Almada, Palmela e Sesimbra;
- Algarve, 13** – Albufeira, Paderne, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Porches, Lagos, Loulé, Alvor, Silves, Tavira e Cacela;
- Baixo Alentejo, 11** – Almodôvar, Alvito, Noudar, Beja, Mértola, Moura, Odemira, Serpa, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Sines;
- Beira Baixa, 11** – Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Castelo Novo, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Monsanto, Penha Garcia, Salvaterra do Extremo, Segura e Penamacor;
- Beira Litoral, 9** – Coimbra, Lousã, Montemor-o-Velho, Tentúgal, Penela, Soure, Leiria, Pombal e Ourém;
- Ribatejo, 7** – Abrantes, Coruche, Alcanede, Santarém, Tomar, Torres Novas e Almourol;
- Douro Litoral, 2** – Feira e Gaia.

Tal distribuição revela que o País dispunha de uma rede de estruturas que obedecia a um planeamento estratégico concertado, apto a pôr em funcionamento os mecanismos de defesa, de molde a assegurar a preservação da integridade territorial. Ainda que a maioria dos castelos existentes em Portugal nos finais da Idade Média não tivesse sido envolvida em confrontos directos ou de significativa expressão (contabilizam-se mais de três quartos dos castelos que não foram palco das peripécias das guerras), observa-se que a sua disposição no espaço territorial permitia, mesmo nalguns casos em que a operacionalidade não era a adequada, constituir um conjunto homogéneo de dissuasão, que se articulava no terreno e defendia os pontos mais importantes do reino.

Numa conclusão imediata, evidencia-se a existência de uma concentração de castelos próximo das fronteiras terrestres bastante superior à dos exemplares situados no interior do País. Porém, ressalta igualmente uma não acidental centralização na Estremadura, na linha a Sul do Mondego, à qual não é indiferente a presença de Lisboa. Alto Alentejo, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Alta, Minho e Estremadura totalizam 120 castelos (69,4%), número que permite concluir que a defesa do território nesta altura passava em significativa maioria por estas regiões, às quais poderíamos ainda acrescentar os casos relativos a outras zonas extremas, como o Algarve, a Beira Baixa e o Baixo Alentejo (35, correspondentes a 20,2%), onde grande parte das estruturas está próxima da linha de fronteira. No total destas 8 regiões teríamos 155 castelos (89,6%), uma larga parte do conjunto, o que demonstra uma vontade estratégica de defesa do território que passava pela consolidação próximo da fronteira e pela protecção a Lisboa.

Para uma compreensão e interpretação adequadas da distribuição espacial do conjunto destes castelos torna-se imprescindível cruzar a História com a Geografia. De facto, a estratégia do castelo em Portugal foi significativamente moldada e condicionada pela orientação do relevo, bem como das linhas de água¹¹⁷. O problema em território português coloca-se, segundo Nunes (1988), na área montanhosa de Trás-os-Montes, nos contrafortes do Maciço Central (arco montanhoso constituído pelas serras da Malcata, Açor, Estrela, Gardunha,

¹¹⁷ Cf. Mapa 01.

Alvélos, Moradal e Perdigão) e no vale do rio Tejo, enquanto obstáculo, entre Lisboa e Santarém, a uma invasão de Sul (caso dos confrontos com os muçulmanos) ou a uma invasão pelo Alentejo, na luta contra Castela. De igual modo, merecem consideração os cursos do Guadiana, Douro e Mondego, este último caracterizado por um vale que conduz directamente à Estremadura e a Lisboa. A fronteira terrestre, devido às condições geográficas favoráveis, assumiu-se no tempo como uma linha natural de invasão, o que de certa maneira justifica a implantação intensa de castelos e fortalezas junto dela, com especial atenção para os casos de Almeida (Beira Alta), Elvas (Alto Alentejo), Chaves (Trás-os-Montes), Valença (Minho) e Segura (Beira Baixa). Estas circunstâncias naturais foram historicamente factores favoráveis à defesa do território e definiram inevitavelmente também linhas de entrada (eixos de penetração) propícias a eventuais invasões, sobretudo os cursos de água que, atravessando o espaço, conduziam o inimigo a áreas de considerável valor, assim limitando, ou incrementando, a construção de castelos.

Não se podendo assumir esta condição como regra em zonas de relevo especialmente acidentado ou de existência de cursos de água mais caudalosos, a presença do castelo tornou-se obviamente menos necessária, originando assim naturais “manchas brancas”.

A constituição dos castelos portugueses nos finais da Idade Média está associada a um esforço concertado que não é exclusivo dos séculos XIV e XV, como aliás já frisámos anteriormente.

Recorrendo a Nunes (1988), poderemos de forma sucinta recordar o que foi a evolução da “estratégia do castelo em Portugal”. O movimento de Reconquista foi-se efectuando de Norte para Sul, passando pelos rios Douro, Mondego (com ligações ao Maciço Central), Tejo e costa do Algarve. A estratégia do castelo a partir de D. Afonso Henriques orientou-se *grosso modo* numa primeira fase para a defesa de Coimbra e da linha do Mondego e depois do rio Tejo, centrada em Santarém e Lisboa, para numa segunda fase dedicar a sua atenção às zonas da fronteira Norte e Leste. Os sucessores deste monarca, até D. Dinis, viveram também conflitos fronteiriços com Leão, de algum modo já originados no tempo de D. Afonso Henriques quando esteve prisioneiro em Badajoz (1169) e se viu forçado a abdicar de alguns territórios (Galiza e Riba Côa) e prosseguidos pelos seus sucessores em confrontos em áreas de

fronteira de Riba Côa, Nordeste Transmontano e Minho. Às iniciais linhas de detenção que se foram definindo nos primeiros tempos da Reconquista, associadas aos cursos dos principais rios, juntou-se uma outra linha de detenção fixada na fronteira com Leão e Castela.

Com a Reconquista a Sul consumada por D. Afonso III em 1249, intensificou-se a necessidade de reforçar e manter uma frente militar em zonas da fronteira Leste do território. Este propósito acentua-se consideravelmente após o tratado de Alcanizes, com D. Dinis a proceder a um conjunto de medidas concentradas na linha de detenção na fronteira. Numa análise dos mapas apresentados por Moreno¹¹⁸ relativos às demarcações das fronteiras entre Portugal e Espanha no séc. XVI, verifica-se uma “(...) acentuada alternância entre o relacionamento bilateral pautado por normas de convivência no que toca principalmente ao intercâmbio comercial entre as partes” mas “Sucede, contudo, que noutras circunstâncias este ritmo bipolar transforma-se num clima de crispação (...)”¹¹⁹.

De algum modo, as fortificações portuguesas e espanholas correspondem-se mutuamente a partir do momento em que a linha de invasão para uns é a linha de defesa para os outros. A partir do álbum de Duarte de Armas podemos ver que alguns desenhos demonstram e confrontam, de forma intencional, castelos portugueses e castelos castelhanos, estes em pano de fundo.

Se observarmos a carta dos castelos portugueses¹²⁰ “(...) provavelmente ainda activos entre 1350-1450 (...)”¹²¹, constata-se que o território nos finais da Idade Média estava defendido por duas linhas de castelos de detenção próximas da fronteira terrestre (exceptuado o Nordeste Transmontano (região muito montanhosa e sem uma importante linha de entrada natural), a reentrante do Tejo (área escarpada onde o avanço para Lisboa pela Beira Baixa se torna difícil), o rio Guadiana (que por ser paralelo à fronteira se opõe directamente aos invasores) e a costa marítima (talvez por se considerar pouco provável um desembarque marítimo)) dispostas de Norte a Sul, complementadas por linhas de defesa em profundidade, protegendo locais estratégicos ou vias comunicantes correntemente utilizadas pelos invasores. Aparece bem

¹¹⁸ Cf. Moreno 2003a, 2003b e 2003c.

¹¹⁹ Cf. Moreno, 2003a, p.5.

¹²⁰ Cf. Mapa 15.

¹²¹ Cf. Monteiro, 2002, p.662.

demarcada a formação de uma linha de defesa em profundidade desde Almeida, atravessando o vale do rio Mondego e o interior da Estremadura, até Lisboa, considerado o mais provável eixo de aproximação à capital, uma vez que o outro possível, o eixo do Alentejo, encontra no curso superior do rio Tejo um obstáculo. Encontram-se zonas de rarefacção de castelos nas margens do rio Douro, no espaço definido pelo Douro e pelo Mondego, numa área do centro a Oeste de Castelo Branco, na reentrante do Tejo, em todo o Sul não raiano e, ainda, no interior do Algarve.

Como conclusão, citemos Monteiro (1999, pp.28-29):

“(…) a distribuição dos castelos tardo-medievais no espaço confirma a convivência de *linhas de detenção* (duas junto à fronteira terrestre e uma outra, bastante mais intermitente, na costa) com *linhas de infiltração* ou de defesa em profundidade (nomeadamente aquela que, partindo da Beira Alta, do triângulo Pinhel-Almeida-Castelo Mendo, desce em diagonal sobre Lisboa, o objectivo estratégico das principais incursões militares castelhanas – recordem-se os casos das campanhas de 1373, 1384 e 1385). Mas é também bastante visível a intenção de situar algumas praças a *cavaleiro* dos mais importantes cursos de água (Lima, Tâmega, Douro, Côa, Mondego, Tejo e Guadiana, isso é visível em todos os casos) e das principais vias de comunicação, bem como o esforço de organização de uma defesa concêntrica da capital. Por outro lado, também é interessante registar como o Porto e a sua região eram protegidos à distância, com a colocação, nas costas das linhas que passavam por Almeida (1ª *linha de detenção*) e por Pinhel (2ª *linha de detenção*), da importante fortaleza de Trancoso (para já não falar em Moreira de Rei, bastante menos representativa) (...)”.

Mais à frente observa que

“É, portanto, bastante claro que a política de construção e restauro de castelos levada à cabo pela Coroa portuguesa nos finais da Idade Média obedecia a um planeamento estratégico concertado. Variada documentação testemunha, aliás, a especial preocupação da realeza com o papel de algumas praças, bem como os direitos dos respectivos habitantes (...)”.

1.3.2 A rede dos castelos portugueses em 1350-1450

Considerando as hipóteses de trabalho levantadas por Monteiro (1999) no sentido do possível aperfeiçoamento da sua carta (rede dos castelos portugueses, 1350-1450), mormente através da leitura de outras fontes¹²², apresentamos em seguida um conjunto de castelos que os factos relatados pelos autores consultados indiciam existirem no período estudado.

Do primeiro autor indicado como possível fonte, Mattoso (1985), salientam-se dois mapas apresentados na obra *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*. O primeiro reporta-se às “Principais estradas, castelos, solares, e mosteiros de Entre Douro e Minho” e nele se encontra assinalado um conjunto de 22 estruturas militares (os castelos assinalados que não constam da carta dos castelos portugueses em 1350-1450 de Monteiro são Pena da Rainha, S. Martinho, Aboim, Bouro, Aguiar de Sousa, Monte Córdova, Baião, Castelo de Paiva, Benviver, Castelo da Maia e Penafiel de Bastuço; os restantes 11 que constam da referida carta são os de Froião (ou Fraião), Cerveira, Melgaço, Lanhoso, Celorico de Basto, Guimarães, Vermoim, Santo Estêvão, Neiva, Faria e Feira) acrescentando o autor noutra obra, 1993-1994, que algumas destas poderiam já não existir a partir do séc. XIII devido à organização territorial emergente, maioritariamente em redor dos centros urbanos e não das antigas fortalezas roqueiras que, localizadas em espaços inóspitos, seriam paulatinamente abandonadas, sendo hoje difícil precisar a sua localização. Neste sentido, torna-se pouco evidente e esclarecedor, a partir do mapa e do texto que o enquadra, saber que castelos ainda subsistiam de meados de trezentos a meados de quatrocentos. Comparando o segundo mapa, elaborado a partir da carta de Rui de Azevedo (1937)¹²³, relativa aos “Concelhos do Centro e Sul e domínios das Ordens Militares”, com os mapas de Barroca (2002) e Fernandes e Oliveira (2005)¹²⁴, que são análogos, verifica-se que os castelos de Miranda, Marachique e Monchique estão presentes na carta de Mattoso mas não

¹²² Nomeadamente, Mattoso (1985), Riley (1991) e Gomes (2001).

¹²³ O mapa apresentado por Mattoso (1985) encontra-se simplificado relativamente ao de Azevedo (1937).

¹²⁴ O Mapa 02 foi elaborado usando como base as cartas destes dois autores.

se encontram nas outras duas. Mas sabido que tal mapa foi baseado no de Azevedo respeitante apenas aos castelos portugueses a Sul do Mondego nos séculos XII e XIII, não podemos dele retirar conclusões relativamente à existência, ou não, de tais castelos no período indicado, por insuficiência de elementos.

Em sintonia, o apêndice cartográfico de Riley (1991) apresentado no artigo *A Guerra e o Espaço na Fronteira Medieval Beirã* em que é referido um conjunto de castelos localizados na Beira tendo por apoio dois mapas elaborados por Robert Durand (1982), apesar de valioso contributo, sobretudo para a descrição relativa à importância destas fortificações localizadas no espaço beirão na consolidação das fronteiras do território português, quer no processo de Reconquista, quer posteriormente na linha longitudinal constituída face a Castela, não nos permite a partir dos dados apresentados confirmar a existência, ou não, de alguns desses castelos no período de 1350-1450. As estruturas assinaladas no mapa de Riley que não constam da carta apresentada por Monteiro com os castelos portugueses entre 1350-1450 são S. Martinho de Mouros, Tarouca, Armamar, Custóias, Caria e Cernancelhe na “Beira Transmontana” e Penalva do Castelo, Tavares, Seia, S. Ovaia, Coja, Arganil, Santa Comba e Penacova na “Beira Alta”. Os outros são os castelos de Numão, Castelo Melhor, Longroiva, Penedono, Marialva, Castelo Rodrigo, Aguiar da Beira, Moreira de Rei, Trancoso, Castelo Mendo, Vilar Maior, Alfaiates, Sabugal, Linhares e Gouveia, sendo que os casos de Celorico da Beira, Pinhel, Almeida e Castelo Bom não se encontram legendados, mas pela sua referência em relação aos restantes não oferecem dúvidas. No total, são 33 fortificações.

Outro documento relativamente extenso e exaustivo no levantamento das estruturas militares portuguesas é a obra de João de Almeida (1946-1947), *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*¹²⁵, em que se encontra um considerável número de casos que não constam da carta apresentada por Monteiro com os 173 castelos. Porém, como refere Riley (1991, pp.149-150), torna-se

¹²⁵ O volume I faz o levantamento dos distritos da Guarda, Castelo Branco e Viseu, o volume II dos distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém, e o volume III dos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro.

“(...) bastante difícil datar com rigor a edificação de um castelo a partir da documentação escrita, salvo alguns casos excepcionais, pois as cartas de foral, não obstante a sua evidente articulação com o “incastellamento” medieval beirão, nem sempre são um indicador seguro a este respeito. De facto, uma coisa é a reocupação de um sítio previamente fortificado, outra é a fundação de raiz de um determinado castelo”.

Mais à frente (p.150) adianta: “Este apuramento só será possível de atingir através de escavações arqueológicas (...)”. Neste sentido, como refere o autor (p.147) relativamente ao trabalho de Almeida, é elevado “(...) o número de casos em que se sucedem estratigraficamente vestígios arqueológicos de fortificações pré-romanas, romanas e medievais” baseados numa “(...) arqueologia à superfície (...)”, pelo que seria necessário, como ele sugere, “(...) proceder a uma reavaliação do material aí reunido (...)”, mas agora “(...) apoiado num plano sistemático de escavações (...)”, integrando um conjunto de especialistas de vários períodos. Dado o contexto, e porque este trabalho se encontra já amplamente divulgado, não consideramos pertinente nem aconselhável extrair dele mais informações para o nosso intento.

Ao invés, os trabalhos de Gomes (2001 e 2003), pela sua natureza abrangente e pela capacidade de se complementarem geograficamente, constituíram-se eficaz instrumento para acrescentar outra valia ao estudo que nos propomos realizar.

A obra de Gomes subdivide-se em duas partes, *Beira* (2001) e *Trás-os-Montes* (2003), nesta dividindo as fortificações em dois grupos, “Castelos da Raia” e “Vilas Amuralhadas”, neste último incluindo os casos de Mirandela, Alfândega da Fé, Vila Flor, Vila Real, Carrazeda de Ansiães, Vilarinho da Castanheira e Torre de Moncorvo. Ambas as partes constituem uma exposição geral em que os numerosos castelos estudados são analisados em função das suas relações com a evolução histórica do reino e das regiões fronteiriças em causa, tendo como fio condutor de reflexão o *Livro das Fortalezas* que para a autora (2001, p.xii)

“(...) significou também um limite cronológico, deixando de fora da nossa [dela] indagação directa o problema fascinante das formas de habitat fortificado, nestas regiões, que sejam anteriores à existência do reino português (século XII),

e chamando necessariamente a nossa atenção para tempos mais recentes da raia portuguesa”.

Como podemos ver a partir do Mapa 16, “Castelos da Raia, *Beira e Trás-os-Montes*” os castelos de Algosó (distrito de Bragança), Proença-a-Velha, Rosmaninhal, Bemposta e Ródão (distrito de Castelo Branco) e Folgoso, Valhelhas, Ranhados e Numão (distrito da Guarda) não constam das cartas elaboradas por Monteiro¹²⁶ nem por Moreno¹²⁷ e Marques¹²⁸.

O Mapa 16 foi elaborado segundo Gomes (2001 e 2003). Distribuindo as 63 estruturas militares constantes nestas duas obras pelas províncias portuguesas¹²⁹, de acordo com o Mapa 16 e o Quadro 03 teremos: Trás-os-Montes e Alto Douro, 25; Beira Alta, 23; Beira Baixa, 15; Algarve, 0; Alto Alentejo, 0; Baixo Alentejo, 0; Beira Litoral, 0; Douro Litoral, 0; Estremadura, 0; Minho, 0; Ribatejo, 0.

Apesar de apenas registado em fundo através da vista Oeste do castelo de Mogadouro, o castelo de Algosó consta do *Livro das Fortalezas*, pelo que não oferece qualquer dúvida a sua existência física no espaço fronteiriço transmontano mas, como afirma Gomes (2003, p.145), “A localidade medieval que correspondia a esta comenda manifestou uma tendência para a desertificação a partir do século XIV”. Este castelo, sede de uma comenda dos Hospitalários desde o séc. XIII, remonta ao séc. XII e caracteriza-se por uma torre de menagem heptagonal que assenta de forma directa sobre um afloramento rochoso, apresentando várias fenestranças, uma delas munida de um balcão com matacões cobrindo a entrada do recinto, o que indicia uma utilização simultaneamente militar e residencial, como se pode comprovar pela leitura das *Actas de Numeramento* dos moradores de Trás-os-Montes de 1530, a que Gomes (2003, p.148) igualmente faz alusão através de Anselmo Braamcamp Freire (1909, p.264):

“A villa d’Algosó tem hu castello, onde nam vyve senam o alcaide (...)”.

¹²⁶ Cf. Mapa 15.

¹²⁷ Cf. Mapas 12 e 14.

¹²⁸ Cf. Mapa 13.

¹²⁹ Cf. Gráficos 01 e 02.

De modo similar ao que acontece nos castelos roqueiros desta zona (por exemplo, Piconha), a plataforma residual onde se ergue esta torre é circundada por muros que irrompem do afloramento rochoso.

Em relação aos demais oito castelos, Gomes, no volume *Beiras*, justifica a sua presença no território.

Começando pelo distrito de Castelo Branco, no que respeita ao castelo de Proença-a-Velha, a autora cita (p.43) o *Tombo da Comenda de Proença-a-Velha*, da Ordem de Cristo de 1505¹³⁰:

“Tem a dita vila de Proença um castelo, cercado de uma cava e duas cercas, a saber uma barbacã de pedra e barro, derribada per partes, e um muro largo e forte de canto lavrado, ameado de arredor de alvenaria de pedra e barro. O portal de entrada da dita barbacã está ora derribado. E à entrada da cerca está logo um portal de pedraria forte, e sobre ele as armas de el rei e a cruz da ordem, esculpido em obra (...)”.

Referindo-se à inexistência de torre de menagem, adianta que a vila em 1496 tinha somente “circuito sem nenhuma torre”, na qual D. Manuel I mandará edificar uma, como relata o mesmo documento de 1505¹³¹:

“o comendador da dita comenda, se até agora não fez menagem do castelo dela por não ter torre de menagem, deve-a de fazer, feita a dita torre que el rei nosso senhor ora manda fazer (...) que já tem feito grande parte dos alicerces, de cantaria mui bem lavrada”.

Verifica-se deste modo que em finais do séc. xv este castelo apresentava uma estrutura arcaica, mas ainda presente, que seria reforçada no reinado manuelino com a construção da torre de menagem, seguindo o exemplo de Segura, e de cubelos adaptados à artilharia.

Quanto aos castelos de Rosmaninhal e Bemposta, as referências, embora escassas, confirmam a sua existência no período estudado. No entanto,

¹³⁰ Cf. ANTT, Ordem de Cristo, Tombos das Comendas, 142. fól. 62 verso.

¹³¹ Cf. ANTT, Ordem de Cristo, Tombos das Comendas, 142. fól. 70.

a autora refere (p.69) que a propósito das reparações e reconstruções efectuadas por D. Manuel I¹³² a partir de 1490 nas estruturas militares da Beira Baixa foi dado particular cuidado às “(...) fortificações mais próximas da fronteira, enquanto alguns castelos e torres medievais pertencentes da Ordem, associados a comendas entretanto extintas ou a granjas, se encontravam em ruína nos primeiros anos do séc. XVI – como na Bemposta, no Rosmaninhal (...)”.

Citando novamente os Tombos (p.83), neste caso específico o da comenda de Vila Velha de Ródão, que confirma a existência do castelo de Ródão, da Ordem de Cristo de 1505¹³³:

“Tem a dita Comenda um castelo, junto do rio do Tejo, em uma serra alta. E chama-se o castelo de Santa Maria. E tem uma torre de canto lavrado, e soía ter dois sobrados, e ora não tem nenhum. E tem uma cerca de pedra e barro, derribada per partes”.

Tal como acontece noutros casos, o castelo de Ródão teve a sua fundação numa torre que deve ter sido uma atalaia, provavelmente remontando ao séc. XII, sob a chancela dos freires templários, à qual mais tarde se acrescentou um pequeno circuito.

No que respeita ao castelo de Folgoso, localizado no distrito da Guarda, apenas lhe faz referência quando, a propósito das *Ordenações* de Afonso V (1438-1477), verdadeira fonte de proventos mercê dos rendimentos que lhe estão conexos, menciona a posse das alcaidarias por parte de “grandes famílias”, como sucede com os Sousas que as dominavam em Folgoso e em Germelo, confirmando, deste modo, a sua vida efectiva e funcional no espaço territorial em meados do séc. XV¹³⁴.

¹³² D. Manuel I encontrava-se à frente dos destinos da Ordem de Cristo desde 1484.

¹³³ Cf. ANTT, Ordem de Cristo, Tombos das Comendas, 280, fól. 73 verso.

¹³⁴ A este respeito já vimos anteriormente, recorrendo de novo a Gomes (2001 e 2003), a importância de que estas “grandes famílias” da nobreza dispuseram nos destinos dos castelos medievais nos séculos XV e XVI, nomeadamente nas intervenções com sentido residencial.

O castelo de Valhelhas¹³⁵ pertenceu até ao séc. xv à ordem de Alcântara e segundo Gomes (p.43) “(...) parece que era composto por edifícios habitados pelos cavaleiros (século XIII), anexos a uma torre para cujo derrube o concelho da Guarda obterá autorização régia em 1423”. Apesar desta situação decorrer do facto de alguns castelos situados em pontos mais distantes da raia castelhana terem sido abandonados e outros demolidos, Valhelhas, por ineficiência estratégica, ainda existia no séc. XIV e princípios do séc. XV, como se pode constatar pela data de demolição.

A referência ao castelo de Ranhados apenas é feita no auto das cidades, vilas e concelhos que há na comarca da Beira, em 1504¹³⁶:

“Titulo das vilas que são cercadas, e outras que tem castelos somente em que ham fortelezas – Item Ranhados (...)”.

Neste documento citado por Gomes (p.72) encontram-se também todos os castelos indicados na obra desta autora, incluindo obviamente os casos já anteriormente mencionados.

Por último, Numão é exemplo de um povoamento medieval que remonta, pelo menos na sua localização, a períodos anteriores à existência do reino português, designadamente a antigas formas de *habitat* castrejo. A existência do castelo está documentada para o séc. X. Se em 1189 se verifica uma reforma no castelo envolvendo provavelmente a torre de menagem, será a partir de intervenções no período dionisino, em 1280, que se modela a forma das suas muralhas e das torres que lhe estão justapostas. É diminuta a sua importância no contexto militar devido à sua localização interior em relação à fronteira, habitando no local uma escassa dezena de moradores no início do séc. XVI, o que atesta fraca utilização mas, ainda assim, manifesta a sua presença.

Na mesma obra são referidas mais duas estruturas militares, Almofala e Touro, que, por razões diversas, que justificaremos a seguir, não se enquadram na nossa pesquisa. No primeiro caso, trata-se de uma torre e não de

¹³⁵ Fundado como Confraria de Armas no séc. XII por vários cavaleiros de Salamanca, denominava-se originalmente *Ordem de São Julián del Pereiro*, tendo em 1218 a sua sede mudado para a cidade de Alcântara, na Extremadura. Cf. Matilla, 2005.

¹³⁶ Cf. ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 15, 130.



Figura 16 – Rede dos castelos portugueses, 1350-1450¹³⁷

¹³⁷ Cf. Mapa 17.

um castelo; no segundo, constata-se que, apesar de referenciado em estado de ruína no séc. XVI, como as estruturas da Bemposta e Rosmaninhal, o seu derrube ocorre de facto no séc. XIII, por iniciativa do concelho.

Em resumo, a análise à investigação de Gomes (2001 e 2003) leva-nos a acrescentar, de forma relativamente segura, nove castelos à carta elaborada por Monteiro (1999): quatro no distrito de Castelo Branco, outros tantos no da Guarda e mais um no de Bragança. Deste modo aumenta o número de exemplares junto à raia, pese embora a maior parte deles se encontre parcialmente em ruína e assim não pertença ao conjunto dos que se encontravam activos na defesa do reino, mas isso não invalida definitivamente a sua existência nos séculos XIV e XV.

Em relação à distribuição administrativa pelas antigas províncias, Algosó e Numão situam-se em Trás-os-Montes e Alto Douro, Ranhados, Folgoso e Valhelhas na Beira Alta e Bemposta, Proença-a-Velha, Rosmaninhal e Ródão na Beira Baixa.

Renovando a carta com os castelos portugueses entre 1350 e 1450 (figura 16), de acordo com o Mapa 17 e Quadro 01¹³⁸, teremos no total 182 estruturas. Distribuindo os castelos pelas respectivas províncias obtemos:

Alto Alentejo, 36 – Juromenha, Alandroal, Terena, Arraiolos, Borba, Évora-Monte, Estremoz, Veiros, Valongo, Évora, Lavar, Montemor-o-Novo, Mourão, Olivença, Portel, Redondo, Monsaraz, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Ouguela, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Belver, Marvão, Assumar, Monforte, Alpalhão, Amieira, Nisa, Alegrete e Portalegre;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 29 – Alfândega da Fé, Gouveia, Outeiro de Miranda, Bragança, Carraceda de Ansiães, Vilarinho da Castanheira, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Penas Róias, Mós, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Algosó, Vimioso, Vinhais, Castelo Melhor, Numão, Monforte de Rio Livre, Chaves, Santo Estêvão, Vilarelho da Raia, Montalegre, Portelo, Piconha, Aguiar de Pena, Vila Real e Lamego;

Beira Alta, 26 – Avô, Aguiar da Beira, Almeida, Castelo Bom, Castelo Mendo, Celorico da Beira, Linhares, Castelo Rodrigo, Folgoso, Gouveia, Jarmelo, Guarda,

¹³⁸ Cf. Gráficos 01 e 02.

Valhelhas, Longroiva, Marialva, Ranhados, Pinhel, Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Vilar Maior, São Romão, Moreira de Rei, Trancoso, Penedono e Viseu;

Minho, 18 – Faria, Braga, Arnóia, Celorico de Basto, Guimarães, Lanhoso, Vermoim, Caminha, Castro Laboreiro, Melgaço, Lapela, Monção, Lindoso, Nóbrega, Fraião, Valença, Neiva e Vila Nova de Cerveira;

Estremadura, 16 – Alcobaça, Alfeizerão, Alpedriz, Óbidos, Atouguia da Baleia, Porto de Mós, Alenquer, Cascais, S. Jorge, Lourinhã, Mafra, Mouros, Torres Vedras, Almada, Palmela e Sesimbra;

Beira Baixa, 15 – Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Castelo Novo, Idanha--a-Nova, Idanha-a-Velha, Monsanto, Penha Garcia, Proença-a-Velha, Rosmaninhal, Salvaterra do Extremo, Segura, Bemposta, Penamacor e Ródão;

Algarve, 13 – Albufeira, Paderne, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Porches, Lagos, Loulé, Alvor, Silves, Tavira e Cacela;

Baixo Alentejo, 11 – Almodôvar, Alvito, Noudar, Beja, Mértola, Moura, Odemira, Serpa, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Sines;

Beira Litoral, 9 – Coimbra, Lousã, Montemor-o-Velho, Tentúgal, Penela, Soure, Leiria, Pombal e Ourém;

Ribatejo, 7 – Abrantes, Coruche, Alcanede, Santarém, Tomar, Torres Novas e Almourol;

Douro Litoral 2 – Feira e Gaia.

Tal como Monteiro, desejaríamos ter aproveitado este momento para, através da análise de outros trabalhos sectoriais, complementarmos e ajustarmos a carta proposta com todos os castelos portugueses no referido período.

Contudo, esta tarefa, apesar de importante e estruturante, revelar-se-ia tão morosa e abrangente que, por si só, poderia ser objecto de um novo trabalho de investigação, que vai para além do que nos motiva aqui.

Porém, gostaríamos de realçar que os contributos sectoriais de Mattoso (1985), Riley (1991) e Almeida (1946-1947), entre outros, bem como o trabalho de Bucho (2000) que estabelece continuidade geográfica com a obra de Gomes (2001 e 2003), mereceriam uma análise mais adequada, devidamente cruzada com investigação no terreno e consulta de conveniente documentação. A propósito do trabalho de Bucho, cabe esclarecer que ele abarca um conjunto de estruturas militares do distrito de Portalegre em que se incluem os casos de

Alegrete, Alter do Chão, Avis, Amieira, Arronches, Belver, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Marvão, Monforte, Nisa, Portalegre e Ouguela, e ainda Alter Pedroso, Barbacena, Cabeço de Vide, Montalvão e Seda. Estas cinco últimas estruturas não figuram no mapa entretanto actualizado. Contudo, apesar do autor as mencionar não existe sobre elas qualquer outra notícia, excepção feita a algumas obras de que foram alvo por parte da DGEMN. Se o castelo de Montalvão está documentado no *Livro das Fortalezas* e por circunstâncias próprias – não era mais do que uma muralha – Monteiro não o considerou, as restantes quatro deveriam ter sido objecto de um detalhado estudo específico. Por este motivo não achámos interessante integrá-las no nosso trabalho.

1.4 Perfil arquitectónico do castelo nos finais da Idade Média

1.4.1 A transição para o abaluartado

Conhecidas as soluções inovadoras introduzidas pelas reformas góticas, a Coroa Portuguesa, do reinado de D. Fernando à Regência do Infante D. Pedro, generalizou-as à custa de grandes campanhas de obras¹³⁹.

Recapitulando, as torres de menagem (adossadas aos panos de muralha e colocadas em posição estratégica, algumas vezes de canto), os torreões (numerosos, capazes de se defenderem mutuamente e de formato variável com tendência para a configuração circular), as barbacãs (extensas ou de portas, equipadas com cubelos e outros torreões com dispositivos de tiro integrados), os adarves (com os acessos por escadas encostadas ao interior do pano de muralha), as ameias ou merlões (parapeitos das aberturas com *esbarros*¹⁴⁰ ou cortes oblíquos de forma a facilitar o tiro mergulhante), as portas (reforço) e os mecanismos de tiro vertical (balcão com matacães, entre outros) foram as soluções eleitas e amplamente generalizadas por um número variado de castelos distribuídos pelo território.

¹³⁹ Monteiro (2002) destaca os períodos fernandino e joanino, em que para além do reforço e restauro de castelos se procedeu à intervenção em cercas urbanas.

¹⁴⁰ Degraus inclinados que a parede forma quando diminui de espessura.

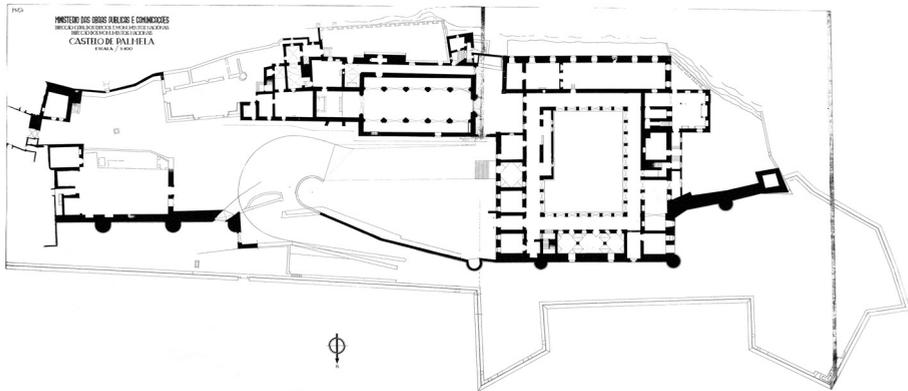


Figura 17 – Castelo de Palmela, planta



Figura 18 – Castelo de Palmela

Neste estudo temos vindo a sintetizar, com algum detalhe, a história, a configuração e a funcionalidade dos castelos durante a Idade Média, mais concretamente no período 1350-1450.

A partir de meados do séc. xv, outros desafios se colocam a estas estruturas face à utilização generalizada de novas armas de fogo, o que originou uma nova relação entre meios defensivos e ofensivos. Tal como na passagem do castelo românico para o gótico este último herdou alguns elementos do primeiro¹⁴¹, pelo menos num período de transição para o sistema abaluartado¹⁴², os castelos vão, segundo Cruxen (2005, p.302) adaptar-se às novas condições (figuras 17 e 18): “A transição portuguesa guarda em si grande quantidade de características arquitectónicas do castelo gótico; de certa forma, pode-se afirmar, que a própria transição é responsável pela “sobrevivência” do gótico medieval no início da Idade Moderna”.

Em meados do séc. xiv, com a lenta introdução das armas de fogo (*trons* ou *bombardas*¹⁴³) e, ainda, com a utilização, em simultâneo, das armas neurobalísticas, a arte militar ocidental começou progressivamente a adaptar a sua fisionomia a estes novos pressupostos, de forma a manter a inexpugnabilidade e a reforçar a capacidade de resposta. A redução dos panos de muralha e o seu engrossamento constituíam um conjunto de medidas que ofereciam à artilharia inimiga um alvo menor; no entanto, a sua introdução foi tardia (séc. xv) e, entre nós, ainda um pouco posterior.

Face ao limitado impacto das primeiras armas de fogo e, contraditoriamente, ao perigo das escaladas, não era aconselhável a diminuição dos panos de muralha. Perante este dilema, investiu-se na construção de barreiras avançadas, barbacãs e antemuros que, bastante mais baixos e suficientemente distanciados da base, ofereciam uma primeira defesa ao fogo rasante da artilharia inimiga. Na Península Ibérica, isto traduziu-se num crescendo

¹⁴¹ As torres albarrãs e as portas da traição, elementos característicos dos castelos românicos, sobrevivem às reformas góticas, ainda que deixem de ser edificadas. Cf. Monteiro 1999.

¹⁴² Esta mudança acontece de forma gradual, mesmo no referido período de transição, já que as estruturas militares medievais não responderam de imediato à introdução das novas armas de fogo no teatro de guerra. Para Cruxen (2005) os primeiros mecanismos não apresentavam poder suficiente para causar mais danos do que uma arma neurobalística, acrescida do inconveniente de portabilidade, manejo e custos.

¹⁴³ Primitivas bocas de fogo, ainda incipientes e de utilização muito incómoda devido ao seu peso e difícil manejo. Cf. Monteiro, 1999.

volumétrico do exterior para o interior, ou seja, da barbacã exterior para a torre de menagem, passando pelo recinto/castelo e torreões¹⁴⁴.

Ao mesmo tempo assiste-se a outras mutações, como a tendência para os torreões ganharem uma forma cada vez mais circular, os ângulos dos muros se tornarem mais agudos e o recurso a escarpas acentuadas, cujo prolongamento se podia consumir pelas próprias cavas ou fossos.

Entretanto, não se tratava apenas de resistir às novas armas mas também de albergá-las no interior das estruturas e delas tirar partido. Num primeiro momento, abriram-se *troneiras*¹⁴⁵ nas muralhas, torres e nas velhas barbacãs, muitas vezes no enfiamento de seteiras romano-góticas e, mais tarde, surgiram as *casamatas*¹⁴⁶.

Em Portugal, a primeira adopção destas armas e engenhos (trons e bombardas) remonta, segundo Monteiro (1999, p.44), aos “(...) inícios do decénio de 80 do séc. XIV. Poucos anos mais tarde, e em particular durante a Crise de 1383-1385, é sabido que as armas desse género colaboravam já na defesa das principais praças portuguesas (recordem-se se os casos de Lisboa e Almada, no Verão de 1384)”.

Até meados do séc. XV a utilização deste armamento pirobalístico era feita dos terraços e adarves, a céu aberto. Posteriormente, a sua localização tornou-se mais precisa, rasgando-se as primeiras troneiras nos muros, nas torres, nas barbacãs e noutros elementos.

1.4.2 O Livro das Fortalezas

Depois de enunciadas as várias transformações e adaptações sofridas pelo castelo em Portugal e de analisar a sua importância na estratégia de

¹⁴⁴ A propósito deste assunto, Monteiro (1999) cita Navareño Mateos (1988).

¹⁴⁵ Orifícios largos e circulares abertos nas muralhas, torres ou barbacãs, ao nível inferior do parapeito, debaixo das aberturas, no corpo do muro ou simultaneamente em ambos os níveis. As primeiras soluções teriam um só buraco mas, posteriormente, foi rasgada uma fenda vertical para observação do alcance. A *troneira cruzetada* dispunha, como o próprio nome indica, de rasgos em forma de cruz, destinando-se a fenda vertical à observação do alcance e a horizontal à direcção.

¹⁴⁶ Praças cobertas com estruturas abobadadas, situadas nos muros e, muitas vezes, nos flancos dos baluartes para albergar os mecanismos de artilharia.

consolidação do território e de fixação de populações ao longo de, *grosso modo*, seis centúrias (séc. IX ao séc. XV), surge o momento de visualizar o seu perfil arquitectónico nos finais da Idade Média.

Para Nunes (1988, p.134), D. Manuel I

“Aspirando a poder vir a ser jurado Rei de Leão e Castela, pelo seu casamento com a irmã de Carlos V, ordenou uma vistoria aos castelos fronteiriços. A tarefa foi efectuada por Duarte de Armas, presume-se em 1509, com grande proficiência, tendo feito vários desenhos de cada uma das fortalezas, com a preocupação de manifestar o seu estado de ruína ou de operacionalidade, de estabelecer ligação com outros castelos portugueses e de os colocar em presença de castelos castelhanos que eventualmente estivessem no outro lado da fronteira”.

No entanto, como refere Gomes (2001, p.70),

“A própria feitura do conjunto de desenhos de Duarte de Armas (datável talvez de 1509) se destinaria, seguramente, a julgar da necessidade de obras nos castelos da totalidade da raia do reino, mas também a avaliar o andamento de muitos trabalhos já encetados, que o monarca seguia de perto”.

Nos volumes, *Beira* (2001) e *Trás-os-Montes* (2003), a autora documenta com mapas os castelos onde se realizaram obras durante a época manuelina e moderna (leia-se, neste caso: século XVI). Em a *Beira* referem-se as fortificações de Castelo Rodrigo, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior, Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Penha Garcia, Proença-a-Velha, Idanha-a-Nova, Salvaterra do Extremo e Segura, enquanto em *Trás-os-Montes* se localizam Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta.

Torna-se assim evidente que a estratégia de D. Manuel I passava pelo reconhecimento da importância da primeira linha de detenção. No entanto, a sua obra como fortificador orienta-se mais no sentido de reforço das linhas naturais de entrada e para a defesa de Lisboa. Para Nunes (1988, p.135), esta vontade denuncia “(...) o começo de uma estratégia em profundidade, que provavelmente seguiu, pouco visível por ausência de dados seguros sobre as suas preocupações quanto aos castelos do interior com

os quais certamente contou”. O autor enumera a execução de obras no castelo de Almeida, Castelo Bom e Alfaiates (entrada natural pela Beira Alta), castelo Maior, Olivença, Elvas e Arronches (na entrada natural do Alentejo) e, ainda, em Santarém e Lisboa. Foram igualmente executadas obras em Évora, Moura, Mourão e Portel, evidenciando que o Alentejo era área prioritária de intervenção deste monarca.

Será a partir das visitas de Duarte de Armas e do seu valioso documento, conjunto iconográfico único, que caracterizaremos os principais elementos do perfil arquitectónico do castelo português. De facto, estes desenhos constituem uma informação preciosa sobre a arquitectura militar medieval ibérica nos inícios do séc. XVI, época que apresenta uma adaptação e transição relativamente às novas técnicas e tácticas de guerra. Considerando que os castelos de Alegrete, Marvão e Portalegre não constam do conjunto dos desenhos de Duarte de Armas, sobram-nos 55 fortificações representadas, acrescidas das povoações de Barcelos e Sintra. São 114 vistas panorâmicas (duas por cada lugar, excepto Barcelos, 1, e Sintra, 3) e 51 plantas (não constam os castelos de Assumar, Montalvão, Valença do Minho e Vila Nova de Cerveira e, ainda, de Barcelos e Sintra).

A partir do Mapa 11 pode-se ver o conjunto dos 58 castelos visitados, de Castro Marim a Caminha, e ainda as povoações de Barcelos e de Sintra¹⁴⁷. Nestas representações aparecem indexadas em fundo outras estruturas militares portuguesas e castelhanas. Assim, podem-se ver os castelos de Albuquerque (Ouguela, vista Sul), Peñafiel (Salvaterra do Extremo, Oeste e Este), Randim (Piconha, Norte e Sul) e Vilvestre (Freixo de Espada à Cinta, Sul), além de casos mais longínquos como Badajoz (Campo Maior e Olivença, Norte), Monterrey (Monforte de Rio Livre, Nordeste), Vila Nova da Barca Rota (Mourão, Oeste) e pequenos trechos de povoados como Sanlucar do Guadiana (Alcoutim, Sul) e Tui (Valença do Minho, Sul).

De forma imprecisa, também são registadas outras fortificações portuguesas, como sejam os castelos de Beja (Serpa, Este), Idanha-a-Velha (Monsanto, Oeste e Este), Estremoz e Veiros (Monforte de Rio Livre, Este),

¹⁴⁷ Lembramos novamente que os castelos de Alegrete, Portalegre e Marvão, apesar de mencionados, não se encontram representados.

Alegrete (Monforte de Rio Livre, Oeste), Guarda (Vilar Maior, Norte), Algosó (Mogadouro, Oeste) e ainda o castelo de Mouros (nas três vistas de Sintra).

Os castelos representados localizam-se em zonas fronteiriças terrestres, quase sempre na primeira linha defensiva, ainda que alguns se situem na segunda frente. Por outro lado, resulta fácil comprovar que a maioria dos castelos descritos se situa na zona central (raiana) do território, com incidência no Alto Alentejo, por razões já amplamente descritas, mas também na Beira Baixa. Atendendo à sua distribuição no território, constata-se que as preocupações de D. Manuel I não eram muito distintas das dos seus antecessores desde o fim do processo de Reconquista.

A respeito deste documento deve frisar-se que os desenhos se referem a estruturas de épocas distintas e reflectem e traduzem diversas formas de concepção e organização do espaço.

Tal como sugere Monteiro (1999), a intenção desta reflexão não será comparar castelos entre si, mas antes inventariar e destacar as suas características formais e espaciais na transição da época medieval para a época moderna¹⁴⁸. Apoiando-nos no estudo deste autor e depois num trabalho de Leonardo Villena (1984) destacaremos numa primeira fase aspectos gerais relacionados com a implantação no terreno e a organização do espaço (analisados à luz da configuração das muralhas (plantas) e da disposição das torres, incluindo as torres de menagem). Para numa segunda fase considerarmos alguns elementos particulares (cubelos, torres albarrãs, couraças, ameias, adarves, balcões com matacães, portas, barbacãs e fossos ou cavas) que se consideram relevantes na forma dessas estruturas. Neste contexto, tomámos também em consideração um artigo de Cristóbal Guitart (1984), apresentado igualmente no *I Simposio sobre Castillos de la Raya entre Portugal y España*, no qual é descrito o perfil arquitectónico de alguns castelos portugueses. No entendimento deste autor (pp.88-89), nos castelos em Portugal

“En líneas generales, se advierte mayor robustez (...) y, también, mayor antigüedad y preferencia por la planta irregular en el recinto que rodea la torre”.

¹⁴⁸ De acordo com os desenhos representados, apenas consideramos a planta do recinto do castelo propriamente dito.

As doze estruturas mencionadas são Guimarães, Chaves, Melgaço, Bragança, Mogadouro, Guarda, Salvaterra do Extremo, Tomar, Almourol, Belver, Pombal e Feira.

A descrição destes aspectos, de carácter global ou índole particular, será conduzida tendo como referência o capítulo “Análise dos principais elementos arquitectónicos” do trabalho de Monteiro (1999), e como pano de fundo o *Livro das Fortalezas*¹⁴⁹, nomeadamente as 51 plantas e as 110 vistas panorâmicas nele representadas¹⁵⁰. Na sua obra, Monteiro estrutura a reflexão sobre os castelos portugueses dos finais da Idade Média em função da análise individualizada dos principais elementos morfológicos e funcionais que os caracterizam, concretizando objectivamente a sua descrição nos desenhos e, em especial, nas plantas que Duarte de Armas nos legou.

No primeiro ponto, *O traçado das muralhas*, Monteiro considera a configuração destas, ou seja, a sua geometria e volumetria.

Tendo em conta o desenho das muralhas, ele distingue, numa sùmula elementar, “plantas extremamente irregulares ou recortadas” e “traçados de inspiração geométrica”. Em relação a estas últimas, divide-as em “plantas” de formato “rectangular”, “circular ou semicircular”, “quadrangular”, “oval” e “trapeziforme”. Ao todo, encontramos dois níveis, de um dos quais se podem destacar outros cinco *layers*, perfazendo, se quisermos, seis categorias de “plantas”.

Relativamente às “plantas irregulares”, considera 18 casos (Juromenha, Monsanto, Castelo Bom e Lapela, e também Moura, Monsaraz, Terena, Alandroal, Ouguela, Castelo Branco, Penamacor, Penas Róias, Outeiro de Miranda, Bragança, Vinhais, Portelo, Piconha e Castro Laboreiro).

As restantes distribuem-se em 14 casos de “forma rectangular” (Serpa, Mourão, Olivença, Campo Maior, Arronches, Monforte, Castelo de Vide,

¹⁴⁹ Na introdução ao facsimile do *Livro das Fortalezas*, Branco alerta para o facto de Duarte de Armas sobrepor vários pisos na mesma planta. As unidades métricas constantes nos desenhos são expressas em varas e palmos (1 vara = 5 palmos = 1,10 metros).

¹⁵⁰ Relembramos uma vez mais que dos 58 castelos referidos no *Livro das Fortalezas* apenas 51 se encontram desenhados em planta. Neste caso excluimos as vistas das povoações de Barcelos e Sintra, embora nos desenhos relativos à última povoação se encontre em vista o castelo de Mouros.

Nisa, Castelo Rodrigo, Mogadouro, Miranda do Douro, Vimioso, Monforte de Rio Livre e Chaves), sete de “traçado circular ou semicircular” (Idanha-a-Nova, Salvaterra do Extremo, Castelo Mendo, Freixo de Espada à Cinta, Montalegre, Melgaço e Monção), seis de “inspiração quadrangular” (Castro Marim, Elvas, Alpalhão, Penha Garcia (figura 19), Sabugal e Almeida), três de “tipo oval” (Segura, Vilar Maior e Caminha) e três de formato “trapeziforme” (Alcoutim, Mértola e Noudar), perfazendo assim 33 castelos de “configuração geométrica”.

A análise deste derradeiro conjunto de “plantas” revela uma preferência por “traçados de muralha de inspiração rectangular”, curtos na sua extensão, encontrando-se casos de invulgar implantação em terrenos rochosos como os de Penha Garcia, Portelo, Piconha e Castro Laboreiro. A condição primeira da orografia, associada na grande maioria das vezes à miudeza dos povoados, constituiu factor determinante na configuração e amplitude destes traçados.

A estratégia de defesa destes muros implicava, para além da escolha de uma determinada configuração e da definição da extensão dos seus limites, a incorporação criteriosa de outros componentes destinados a reforçar a sua condição de resistência e ataque face às incursões inimigas. Mercê das suas proporções, a torre de menagem¹⁵¹ (a que voltaremos no ponto seguinte) surgiu desde cedo como um dos componentes mais dominantes e afirmativos com o propósito de satisfazer aquela condição. Primeiro, em meados do séc. XII, constituindo-se como último reduto de resistência aos ataques inimigos, isolada no interior do castelo e, mais tarde, com o advento das reformas góticas, numa posição avançada, adossando-se aos panos de muralhas, defendendo zonas mais estratégicas e participando nos meios ofensivos.

¹⁵¹ A elevada altura desta torre, normalmente entre 10 e 20 metros, permitia-lhe uma subdivisão em três ou mais pisos. O nível inferior, enterrado e sem aberturas, era aproveitado como aljube, como armazém ou, ainda, como cisterna. O piso de entrada, elevado em relação à cota exterior e com a presença de algumas frestas, era aproveitado como “sala de audiências” (cf. Dias, 1990). O(s) último(s) piso(s), dispoendo de melhores condições de iluminação e ventilação, se fosse o caso, poderia(m) ser utilizado(s) como alojamento do alcaide e, em simultâneo, garantia(m) a presença do equipamento militar necessário à defesa do castelo, consumada a partir dos terraços e ameias. Na viragem do séc. XIV para o séc. XV esta torre começa a ganhar dimensão e a patentear amplas janelas, assegurando outras condições de habitabilidade. São exemplos desta evolução os casos das torres de menagem de Monforte de Rio Livre, Chaves e Vilar Maior (no reinado de D. Dinis) e as torres de Bragança, Estremoz e Beja (no reinado de D. João I).

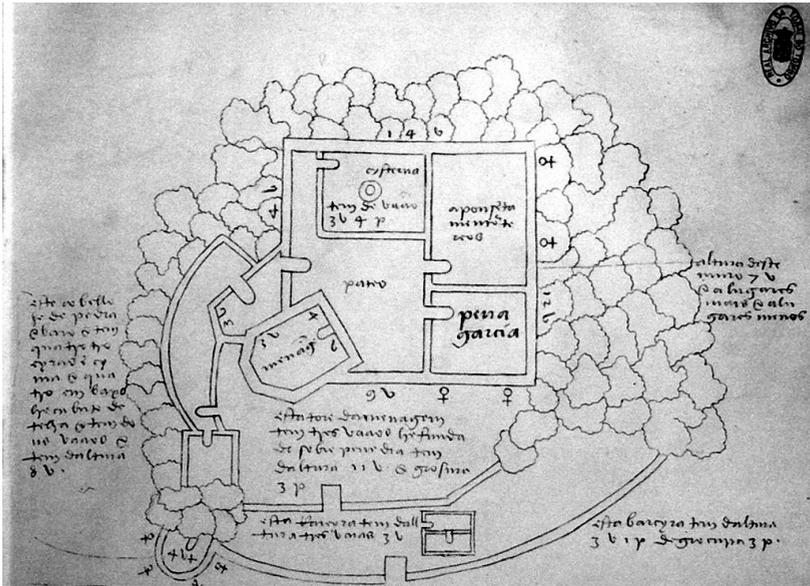


Figura 19 – Castelo de Penha Garcia, planta

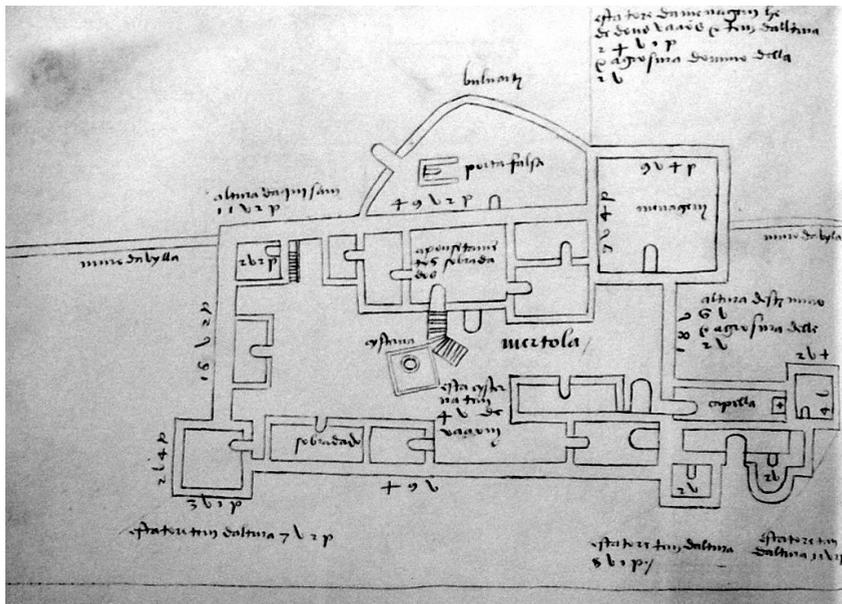


Figura 20 – Castelo de Mértola, planta

No segundo ponto, *A Torre de Menagem*, o autor analisa esta estrutura consoante a sua geometria e posição, descrevendo com detalhe as torres de menagem de Mértola (figura 20), Moura, Mourão, Monsaraz, Juromenha, Olivença, Campo Maior, Alpalhão, Castelo de Vide, Castelo Branco, Penha Garcia, Sabugal, Vilar Maior, Castelo Mendo, Mogadouro, Penas Róias, Miranda do Douro, Vimioso, Outeiro de Miranda, Bragança, Vinhais, Monforte de Rio Livre, Chaves, Montalegre, Portelo, Piconha, Lapela e Caminha.

Da sua interpretação dos desenhos de Duarte de Armas, identifica e confirma a tendência tardo-medieval para que na maioria as torres de menagem se encontrem justapostas às muralhas e em “posição de canto”. Em geral, elas apresentam inicialmente uma conformação planimétrica de tendência quadrangular ou rectangular, com acesso dificultado, e posteriormente, embora com menor frequência, outro traçado poligonal tendo em vista favorecer a diversidade de tiro.

Perante a recente função “residencializante”, torna-se visível, a partir das referidas reproduções, um alargamento das superfícies destas estruturas, sem que com isso se perca a sua tradicional propensão militar, como se constata pela presença de prisões, cisternas e armazéns de material de guerra. Esta convivência multifuncional entre a residência e o velho uso militar também é perceptível a partir da presença de vários vãos, aposentos¹⁵², abóbadas e sobrados e pela incorporação de sistemas de tiro vertical, manifestada na instalação de balcões munidos de maticões.

O recurso a outras torres, de menor dimensão e com finalidades diversas, em conjunto com a torre de menagem, constituía uma defesa concertada dos panos de muralhas dos castelos, em particular de zonas estratégicas, quais sejam os ângulos ou quebras de direcção dos muros¹⁵³.

¹⁵² Cf. Gomes, 2001 e 2003, nomeadamente a propósito do paralelo que é estabelecido entre os casos dos castelos de Mogadouro e Penas Róias.

¹⁵³ O tratadista de maior influência em arte medieval militar, Vegécio, recomendava que as muralhas não fossem construídas “a direito” mas, ao contrário, com ângulos, diminuindo a sua exposição aos ataques. Ao mesmo tempo propunha que se colocassem torres ao longo dos panos de muralha, mais especificamente nos seus ângulos, destinadas a permitir o flanqueamento pela diminuição dos ângulos de visão mortos e a reforçar pontos de protecção mais difícil.

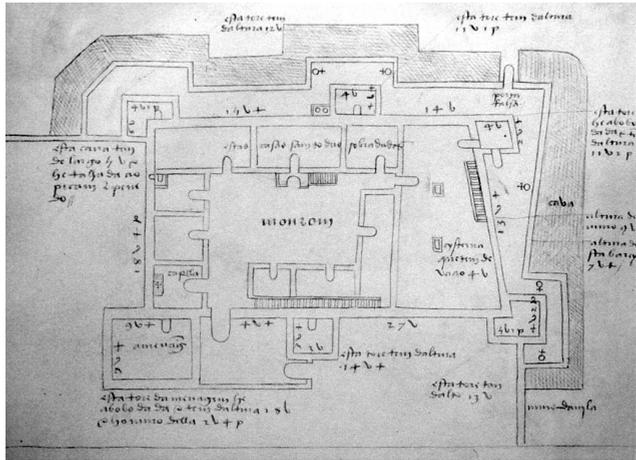


Figura 21 – Castelo de Mourão, planta

No terceiro ponto, *As torres adossadas à muralha*, Monteiro considera para análise 17 dos 51 castelos constantes do *Livro das Fortalezas*. Os casos eleitos são aqueles que, para além da torre de menagem, apresentam quatro ou mais torres adossadas à muralha, excluindo cubelos e torreões redondos. Os castelos identificados e descritos em pormenor são os de Serpa, Moura, Noudar, Mourão (figura 21), Monsaraz, Juromenha, Campo Maior, Ouguela, Arronches, Monforte, Castelo Branco, Sabugal, Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Vinhais e Caminha.

Com o reconhecimento durante o reinado de D. Dinis do conceito de defesa activa (generalizado e reforçado em períodos seguintes por outros monarcas) seria fácil imaginar que nestas representações do séc. XVI, tal como noutras inovações já apresentadas, se tornaria evidente um vasto conjunto de castelos com várias torres justapostas aos panos de muralhas.

Na sua digressão pelos casos em estudo, o autor conclui que na sua maioria as torres são mais altas do que os panos de muralha mas mais baixas do que as respectivas torres de menagem, que ainda herdavam elevada estatura, característica de épocas mais recuadas. Através das plantas verifica-se uma predominância das torres de configuração rectangular sobre as quadrangulares e poligonais. Com muros espessos e áreas diminutas, as torres, vãs ou maciças, encontram-se quase sempre adossadas “em posição de

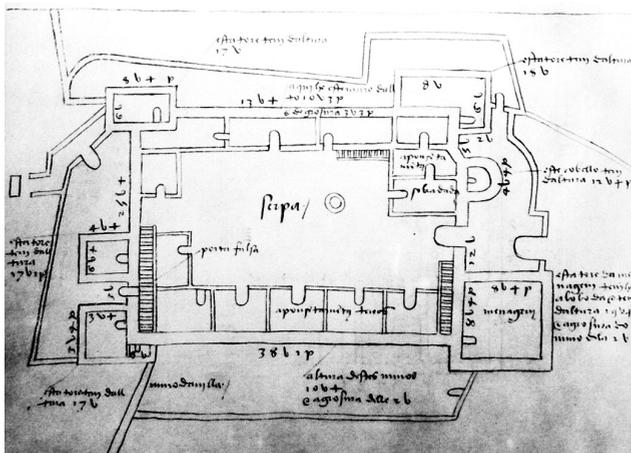


Figura 22 – Castelo de Serpa, planta

canto”, ainda que nalguns casos, a par de outras, centradas na muralha. Dada a variedade de situações, o autor, quanto ao espaçamento entre estes elementos, apenas refere que eles estavam separados por distâncias bastantes para não comprometer a sua defesa mútua.

Embora de modo menos fastidioso e sistematizado, o processo é alargado a outros componentes de natureza mais particular, quais sejam: no ponto quatro, “Os cubelos, as torres albarrãs e as couraças”, no ponto cinco, “As ameias, os adarves e os balcões com matacões”, no ponto seis, “Os diversos tipos de porta”, no ponto sete, “A barbacã” e, no ponto oito, “O fosso ou cava”. Prossigamos então com a descrição.

No ponto quatro, *Os cubelos, as torres albarrãs e as couraças*, o autor reconhece em quase metade dos castelos a presença de cubelos encostados às muralhas ou às cercas (Serpa (figura 22)), e ainda em muitos casos associados às barbacãs (Monção). Da leitura dos desenhos, verifica-se que estas torres redondas, de altura variável, compreendida entre o nível dos adarves e o das torres de menagem, se encontravam, também elas, na maior parte dos casos, em “posição de canto” (Alpalhão) e equipadas, nalguns casos, com seteiras e troneiras (Monção ou Segura). Verifica-se ainda que este modelo de torres continuava a ser construído, sendo visíveis alicerces de fundação no castelo de Vinhais.

Introduzidas pelos muçulmanos, presumivelmente no período *almohada*, tal como as barbacãs, as torres albarrãs e as couraças encontram-se pouco regista-

das nos desenhos de Duarte de Armas. Em relação às torres albarrãs, o autor apenas suspeita da existência de um caso no castelo de Olivença, onde no canto oposto à torre de menagem surge uma outra torre destacada da muralha. As couraças, por seu turno, também em reduzido número, podem-se descortinar nos castelos de Miranda do Douro e Melgaço.

Em relação ao ponto cinco, *As ameias, os adarves e os balcões com matacães*, pode-se certificar a convivência de elementos de carácter mais primitivo com outros oriundos de reformas feitas posteriormente. O castelo de Moura é um exemplo desta coabitação, onde são visíveis ameias de corpo alto estreito e encimadas com um remate piramidal e outras mais largas. O autor refere que estas últimas, mais recentes, são mais comuns nos muros das barbacãs do que propriamente no cimo dos panos de muralha (castelos de Mogadouro e Caminha).

No que respeita aos adarves, podem ver-se nos castelos de Serpa, Alandroal, Monforte, Vilar Maior e Castelo Mendo partes do seu traçado, constatando-se que este mantinha uma ligação privilegiada com as portas de variadas torres. Porém, em nenhum destes casos se regista a presença de escadas justapostas ao pano de muralha que lhe dava acesso, uma das alterações registadas com a afirmação do castelo gótico e que permitia que o adarve conservasse toda a sua superfície livre de obstáculos e disponível para a circulação da guarnição.

Ao contrário dos anteriores dispositivos, os sistemas de tiro vertical introduzidos e generalizados a partir de D. Dinis operam em grande número nos castelos representados pelo escudeiro de D. Manuel I. Como referimos anteriormente, a origem destes processos de defesa activa remonta ao séc. XII, nomeadamente aos hurdícios (com raiz nos Templários), sendo que o balcão provido com matacães e a versão corrida (*machicoulis*), mais complexa e menos frequente, só aparece mais tarde no tempo de D. Afonso III e D. Dinis. Monteiro assinala 31 desenhos onde surgem representados hurdícios ou balcões, a maioria dos casos nas regiões de Trás-os-Montes (10) e das Beiras (9). O autor reconhece a presença de hurdícios na muralha de Outeiro de Miranda, numa torre sobre a porta da cerca da vila em Castelo Bom e numa das torres da muralha de Mogadouro. Quanto aos balcões com matacães, estes estão disponíveis e difundidos em muitas fortificações,

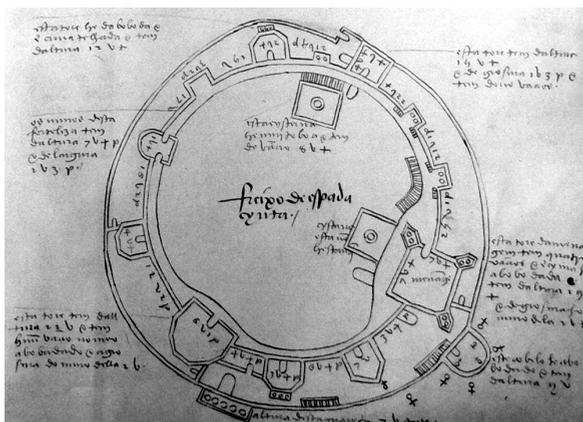


Figura 23 – Castelo de Freixo de Espada à Cinta, planta

podendo destacar-se o que, munido de uma troneira simples, figura numa das faces da torre de menagem de Segura, os colocados no cimo de cada uma das faces da torre de menagem pentagonal do Sabugal e os localizados “em ângulo”, em três dos quatro cantos da torre de menagem de Freixo de Espada à Cinta (figura 23). Os balcões corridos (machicoulis), também eles com ameias de remate piramidal (como os balcões com matacões), estão presentes por exemplo na torre octogonal de Freixo de Espada à Cinta e na torre de menagem de Melgaço. Numa das torres do castelo do Alandroal e nas torres de menagem de Monforte de Rio Livre e de Castro Laboreiro surgem estruturas idênticas associadas a uma cobertura que reveste os respectivos torreões¹⁵⁴. Através das plantas confirma-se a presença de alguns destes dispositivos, como acontece nos castelos de Segura, Freixo de Espada à Cinta, Outeiro de Miranda e Lapela, sendo que nalguns casos se situam sobre portas.

Esta cautela com as portas, assunto do ponto seis, *Os diversos tipos de porta*, também sugerida por Vegécio, é evidente na presença não só de balcões com matacões, mas ainda de outros dispositivos de defesa destes pontos vulneráveis.

¹⁵⁴ O autor, a este respeito, refere que o balcão com matacões é sempre uma estrutura aberta superiormente, sendo que neste caso, porque provido de cobertura, se deverá denominar *ladroneira*.

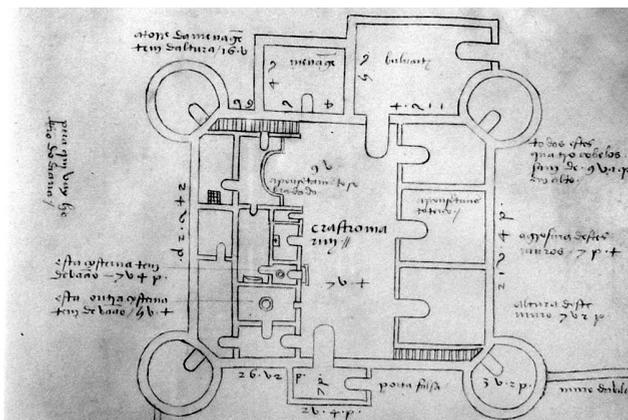


Figura 24 – Castelo de Castro Marim, planta

Para além do acesso principal, muitas vezes designado *porta da vila*¹⁵⁵, e da *porta da traição*¹⁵⁶ (oriunda do castelo românico), que estabelecia a ligação directa com os arrabaldes, existia ainda a *porta falsa*¹⁵⁷, representada no *Livro das Fortalezas* em vários castelos (Monsaraz, Terena, Elvas, Monforte, Penamacor, Castelo Mendo e Bragança). Para além destas duas últimas portas, que permitiam uma oportuna “subalternização” da porta da vila e mesmo um escape dissimulado ou oculto (porta da traição), era frequente a presença de torreões e outros meios de defesa nos acessos principais (Outeiro de Miranda, Vinhais, Valença e Caminha), nomeadamente o *acesso em cotovelo* ou a *dupla porta*¹⁵⁸, como é perceptível nos castelos de Castro Marim (figura 24) e Ouguela. Registe-se também que as portas são em “arco” ou “em ângulo recto”, neste caso em geral associadas às barbacãs. O autor menciona ainda neste ponto a existência das *portas*

¹⁵⁵ Porta de entrada principal da cerca da vila, ladeada normalmente por dois torreões. Esta denominação também é usada para a porta interior que estabelece a ligação do castelo à povoação fortificada.

¹⁵⁶ Recordamos que se trata de uma porta dissimulada ou oculta, localizada no lado oposto ao da porta principal, destinada a permitir investidas sobre o inimigo e à salvação de uma guarnição militar.

¹⁵⁷ Porta destinada a dividir as forças inimigas que, uma vez destruída, não conduzia ao interior das praças, mas antes a um espaço sem saída.

¹⁵⁸ Esta técnica, de origem muçulmana, muito divulgada durante o período almohada, consistia na colocação de dois pequenos muros paralelos, por vezes eles próprios precedidos de uma primeira porta, o que obrigava os sitiadores a manobrar em ângulo recto até alcançarem a porta principal, restando-lhes o ímpeto.

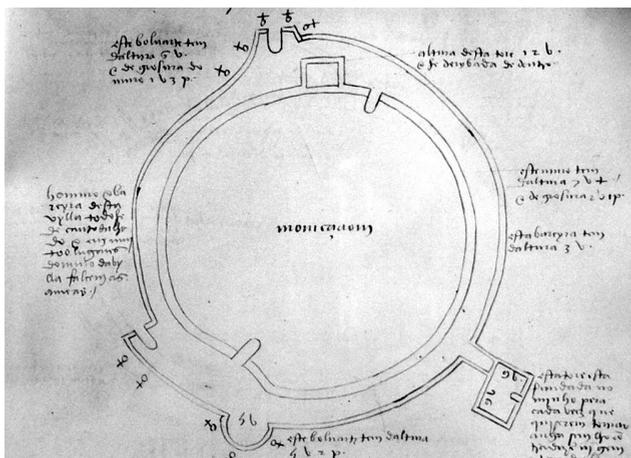


Figura 25 – Castelo de Monção, planta

ou *pontes levadiças*¹⁵⁹, exemplificando com os casos dos castelos do Alandroal, Campo Maior, Arronches, Nisa, Segura e Castro Laboreiro.

No ponto sete, *A barbacã*, o autor escolhe 16 casos de “barbacãs extensas”, pese embora se observe em mais de dois terços dos casos a existência de “barbacãs extensas” ou “parciais”, para documentar tal estrutura. De introdução mais tardia do que a dos outros elementos distintivos dos castelos góticos, a barbacã (parcial ou porta e completa ou extensa) acabaria por ser integrada um pouco por todo o reino ao longo do séc. XIV, evidenciando a sua utilidade como primeira barreira, após a generalização da artilharia pirobalística.

A análise dos casos de estudo distribui-se pelo Alentejo (Moura, Alandroal, Monforte e Castelo de Vide), Beiras (Segura, Penha Garcia, Monsanto e Vilar Maior), Trás-os-Montes (Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Miranda do Douro e Bragança) e Minho (Melgaço, Monção (figura 25) e Lapela), confirmando a difusão deste meio activo de defesa por todo o território.

¹⁵⁹ Plataformas de madeira colocadas frente a uma porta e que permitem transpor o fosso, sendo manejadas do interior através de um meio mecânico.

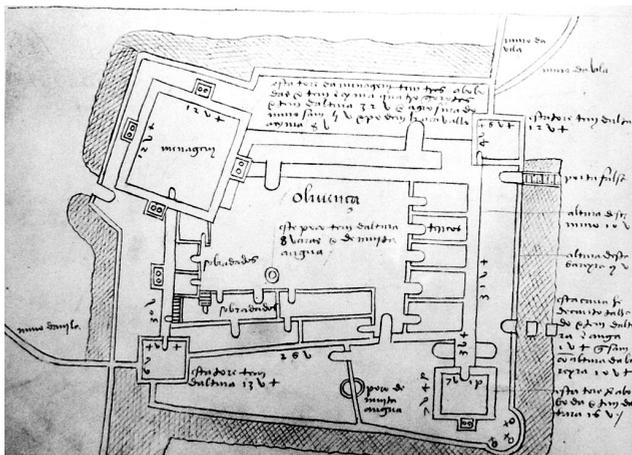


Figura 26 – Castelo de Olivença, planta

Com o ponto oito, *O fosso ou cava*, o autor conclui a observação dos elementos exteriores. Tratando-se de uma técnica conhecida dos portugueses nos finais do séc. XIV, e possivelmente nas duas primeiras décadas de quatrocentos, suspeita-se do progressivo desinteresse por este obstáculo, tendo por base as referências alusivas às obras realizadas no restauro e reforço dos castelos e cercas durante o período de 1357 a 1448. Estão documentadas 17 obras compreendidas entre 1358 (Crato e Amieira) e 1439 (Beja). O autor reforça esta suspeita ao identificar apenas escassos e inequívocos exemplos (Mourão, Alandroal, Olivença (figura 26) e Elvas) no *Livro das Fortalezas*.

Apesar de nas plantas representadas não aparecerem as cercas, já que aquelas se reportavam só aos castelos propriamente ditos, observa-se através das vistas panorâmicas a sua existência bem definida em Serpa, Elvas, Arronches, Monforte, Castelo Branco e Castelo Mendo. Em Monção, o núcleo habitacional encontra-se circunscrito ao espaço interno definido pelas muralhas do castelo.

Após a descrição física e funcional dos diversos elementos constitutivos dos castelos (pontos 1 a 8), Monteiro apresenta, à laia de conclusão, um resumo expondo o que poderia ser considerado o “castelo-modelo” português dos finais da Idade Média. Segundo ele, a finalidade é (p.97) “(...) reunir, em esquema, os principais elementos morfológicos e funcionais (...)” que pela sua natureza estratégica e formal seriam dominantes neste período.

De modo breve, usemos as palavras de Monteiro (pp.97-98) para caracterizar o seu “castelo-modelo”:

“uma *planta rectangular imperfeita* (...) uma *Torre de Menagem* (...) já adossada à muralha e colocada em “posição de canto” (...) estimámos uma planta rectangular (...) adossámos três outras *torres* à muralha, todas elas munidas de balcões com matacães, uma das quais de planta pentagonal (e em “posição de canto”) e as outras duas quadradas, ladeando uma “porta falsa”. Imaginámos também um *cubelo*, também ele implantado “em posição de canto” (...) uma *torre albarrã* de planta rectangular, munida de dois matacães no respectivo passadiço (...) ainda a hipotética presença de uma *couraça*, conduzindo no seu termo a um torreão de planta rectangular. Em matéria de *portas*, optámos por colocar, além da já citada “porta falsa”, a “porta da vila” (situada em zona não muito distante da Torre de Menagem), que imaginamos defendida por uma *barbacã de porta*; e em lado oposto ao da “porta da vila”, admitimos a presença (residual) de uma antiga “porta da traição” (...). No interior (...) a existência de uma *cisterna* e dos habituais “*aposentos sobradados*”, parte deles na retaguarda da Torre de Menagem e com ligação directa a ela (...). No exterior, incluímos uma *barbacã* mais extensa, acompanhando o lado da praça militarmente mais importante (...). Em frente a ela representámos um *fosso* ou *cava* (...) transposto por meio de uma *ponte levadiça* que se acha agarrada a uma porta da *barbacã*”.

Por último, um factor de especial relevância prende-se com a própria *construção* destas estruturas. Como assinala o autor (p.99), não existe a “(...) mínima dúvida sobre o “império da pedra” na construção das nossas fortalezas”.

A pedra, enquanto material que melhor resistência oferecia, constituiu-se como o material central na construção dos castelos, sendo que a sua textura (granito, calcário, xisto, etc.) estava ligada de modo quase exclusivo à matéria-prima próxima, característica do local. Gomes (2001, p.39 e p.43) escreve, a respeito dos materiais adoptados na construção dos castelos raianos da Beira:

“A importância da pedra é inegável (...). A robustez do conjunto edificado e a sua funcionalidade dependiam igualmente do uso de outros materiais,

para além da pedra – nas descrições que dispomos para os castelos da Beira (séculos XIV-XVI), é usual distinguir a obra de “cantaria” da de “alvenaria”, sendo muitas vezes a segunda composta pela associação da pedra não talhada (seixo ou xisto) e do barro ou argamassa (...). A madeira, fosse para sobradós, tectos ou forros interiores, era também um elemento fundamental, e com ela se faziam escadas de acesso, estruturas associadas aos muros como os “caramanchões”¹⁶⁰, passadiços (...). O uso da cal revestia-se de grande importância (...). Para além destes materiais, temos notícias de muitos elementos em ferro (...).

Algumas descrições da época, relativas aos processos construtivos adoptados nalguns castelos, podem ver-se na obra desta autora, nomeadamente em as *Beiras*, onde se encontram anunciados, através de documentos coevos, por exemplo os castelos de Castelo Rodrigo e de Segura.

Em resumo, Monteiro sistematiza inicialmente em classes independentes os vários componentes que integram as estruturas militares com o propósito final de determinar as suas predominâncias físicas e estratégicas, e daí aproximar aquela que poderia ser a matriz do “castelo-modelo” em Portugal nos finais da Idade Média, que ele próprio desde logo revela que evidentemente “nunca existiu”.

Passemos a analisar agora o trabalho de Villena (1984), que será aquele a que nos referiremos nas próximas páginas, ainda que nem sempre o digamos explicitamente. Constata-se que a linha de análise e de investigação deste autor adopta um sentido inverso ao de Monteiro, já que parte de uma prévia elucidação geral, decompondo a unidade “castelo-modelo” em vários “castelos-modelo”, para só posteriormente examinar os diversos elementos constituintes de forma autónoma, sem evidenciar uma aparente e directa relação com as considerações iniciais.

À partida, esta sistematização dos dados revela-se distinta, pelo que os resultados obtidos serão também eles necessariamente diversos. Villena (p.174) considera, desde logo que em qualquer caso ao estudar as características peculiares dos castelos da raia haveria que considerar

¹⁶⁰ Designa-se por *caramanchão* o adarve coberto com uma estrutura de madeira.

“(…) simples reductos sin torres (Montalvão, Assumar y Alcoutim). Y los castillos roqueros, algunos com Homenaje central sobre una empinada roca y rodeado de un pequeno recinto cuadrilongo (Portela, Piconha) o irregular (Monsanto, Penas Róias, Castro Laboreiro); outros com Homenaje, siempre en elevada posición, formando parte del elemental recinto (Penha Garcia, Vilar Maior). También las grandes ciudades como Bragança e Badajoz, con potentes y complicadas cercas urbanas y necesidades urbanísticas que condicionarían su fortificaciones, requerían un estudio independiente”.

Mais adiante (p.175), afirma que, por razões históricas e estratégicas, de entre todos os castelos da raia nos inícios do séc. XVI “(…) los más típicos (…)” estão localizados na zona central da fronteira: Beira Baixa e Alto Alentejo. Do artigo conclui-se que apesar de destacar e estudar também individualmente, nalguns casos, vários componentes que caracterizam estes castelos, como “Murallas y Puertas”, “Torres”, “Defensas Verticales” e “Outros Elementos”, ganha especial relevo o primeiro deles, “Plantas”, onde ele organiza e classifica em diversos “tipos” as estruturas militares desenhadas no *Livro das Fortalezas*.

A distribuição efectua-se em seis grupos de castelos, sendo que os pressupostos de interpretação se centram globalmente na configuração das muralhas, na localização e geometria da torre de menagem e das restantes torres e pontualmente noutros aspectos de menor significado.

Assim, o autor distingue-os do seguinte modo (p.175): 1. “El tipo más sencillo solo tiene una torre (que hace de Homenaje o de torre-puerta) inserta en su sencillo recinto (Castelo Mendo e Monforte)”; 2. “El tipo más abundante (20 por ciento) es también sencillo, de planta rectangular, con torres cuadradas de esquina y Homenaje en una de ellas, a veces en línea, outras sobresaliendo”¹⁶¹; 3. “Outro tipo sencillo, menos frecuente, también

¹⁶¹ O autor acrescenta ainda (p.175): “La pierta recta suele estar protegida por el Homenaje, del que en algún caso sale un pequeño recinto bajo, antepuesta o barbacana, con entrada desfilada con la del recinto principal. El Homenaje en todos estos tipos sencillos es de planta quadrada y sin bóvedas. Las almenas rectangulares y, a veces, con saeteras en su centro. Al lado contrario (el del campo si junta al castillo hay una población) se abre la poterna o “porta falsa” disimulada por la topografía del emplazamiento y, a veces, protegida y oculta por una antepuerta. Ejemplos son Elvas, Castelo Branco. Del mismo tipo, pero con torres de esquina redondas son p.e. Alpalhão, Castelo de Vide”.

quadrangular, pero con el Homenaje en un lienzo (protegiendo la puerta) lo tenemos en Castelo Rodrigo o Sabugal con torres de esquinas cuadradas, o en Castro Marim o Arronches con torres de ángulo redondas”; 4. “Un quarto tipo, también sencillo, tiene planta oval con Homenaje a un lado del recinto (Castelo Mendo, Segura) o circular con Homenaje central (Salvaterra, Melgaço)”¹⁶²; 5. “Un quinto tipo tiene planta más compleja, aunque poligonal”¹⁶³; 6. “Finalmente hay castillos de planta poligonal con una monumental torre del Homenaje, provista de buenas defensas verticales”¹⁶⁴.

Apesar de podermos encontrar nesta descrição cinco estruturas com “plantas” diferentes (“rectangular”, “quadrangular”, “oval”, “circular” e “poligonal”) estas não correspondem a outros tantos casos de estudo. De facto, o objectivo não é tanto inventariar ou organizar “plantas dominantes”, mas antes tentar classificar os “castelos-tipo” (no caso, seis) – “castelos-modelo”, na denominação de Monteiro –, onde a configuração planimétrica das muralhas, apesar de tudo, tem capital importância na categorização proposta. Contudo, nesta ordenação, e porventura não era esse o objectivo do autor¹⁶⁵, não conseguimos descortinar todas as estruturas que designadamente compõem as 51 estruturas militares desenhadas em planta por Duarte de Armas que Monteiro considerou no seu trabalho.

Comparando o primeiro ponto dos dois estudos, *O traçado das muralhas* (de Monteiro) e “Plantas” (de Villena), reconhece-se, como ressaltámos, a existência de processos distintos de exploração dos dados. Aparentemente as apreciações dos dois autores poderão parecer análogas, mas na realidade tratam conteúdos com desigual abrangência. Do conjunto de castelos constantes no *Livro das Fortalezas*, ambos os agregam em seis grupos.

¹⁶² Villena precisa (p.175): “Siempre con puerta recta y almenas rectangulares”.

¹⁶³ Mais (p.175): “Los muros son más resistentes y las torres flanqueantes más altas. Suele estar rodeado por antemural o barrera flanqueada por cubos. El Homenaje cuadrado o pentagonal, con bóvedas y ventanas, está en un ángulo (Moura, Noudar), en un paño (Monsaraz, Alandroal) o en el centro (Freixo). Las puertas tienen, a veces, defensas propias, como torres flanqueantes. Las almenas de tipo oriental, terminan en pirámide”.

¹⁶⁴ O autor refere ainda (p.175): “La puerta y la barrera, cuando existe, suelen estar defendidas por troneras. Hay ejemplos con Homenaje central (Bragança, Chaves), en un lienzo (Estremoz) o en un ángulo (Beja). Cabría añadir Olivenza y Ciudad Rodrigo”.

¹⁶⁵ O próprio autor na introdução do capítulo, (p.175), adverte: “(...) trataremos de obtener algunas conclusiones provisionales sobre los distintos elementos de estos castillos animando a portugueses e españoles a un estudio mejor documentado y más pormenorizado”.

No entanto, realce-se que esta catalogação resulta de critérios dissemelhantes. Monteiro estrutura-os de forma singular, decompondo a sua inventariação apenas em função do seu traçado, “mais ou menos geométrico”, embora, também aborde a respectiva “volumetria”. Ao contrário, Villena faz a sua análise considerando para o efeito, em simultâneo, um conjunto de vários componentes (murallas, torres de menagem, torres, etc.) obtendo vagamente uma síntese mais alargada.

Uma das vantagens do primeiro estudo reside na possibilidade de encaixar, na íntegra, todos os casos em estudo (51) em diversas categorias e daí retirar conclusões, gerais ou particulares, o que no segundo ensaio se revela de maior dificuldade, já que ele próprio ambiciona ser à partida uma síntese.

Do presente cotejo julgamos que este, como qualquer outro exercício de inventariação e catalogação, envolve alguma peculiaridade e, ao mesmo tempo, adopta procedimentos por vezes complexos. Como mero exemplo ilustrativo deste problema, podemos usar o caso do castelo de Castelo Mendo, o qual se encontra referenciado no artigo de Villena em dois “tipos de castelos” distintos: 1 e 4. Considerando a divisão proposta por este autor, verifica-se que há castelos que se inscrevem adequadamente tanto num como no outro tipo. Todavia, como dissemos antes, não foi este o seu objectivo ao pretender enquadrar e organizar um conjunto de casos distintos em “tipos”. À partida, os critérios que serviram de suporte à divisão deveriam impedir a classificação em tipos diferentes, a não ser que procedimentos prévios assim o determinassem, o que não é o caso.

Se por um lado a decomposição sistematizada dos dados apresentada por Monteiro nos parece adequada, sobretudo no que respeita à geometria planimétrica dos traçados das murallas, em que consegue abranger todos os exemplos disponíveis, por outro lado pensamos ser mais plausível e real concluir, no final, da existência de várias unidades com componentes comuns, “castelos-modelo”, que resulta da predominância dos elementos estudados, como é sugerido, se bem que o autor afirme (p.97) que o objectivo do seu estudo reveste somente “(...) propósitos puramente didácticos (...)”.

No que se refere ao esforço e risco de catalogação que Monteiro empreende ao dividir em categorias as “plantas” dos castelos desenhados por Duarte de Armas, os critérios que servem de base à sua sistematização

poderão ser enfrentados de outro modo. Porque resultam de “tempo ou tempos” de construção diferentes e de condições orográficas diversas, dificilmente são agrupáveis em categorias muito coerentes, sendo necessário, como consente o autor, alargar o espectro da amostragem (p.53):

“(…) as plantas elaboradas por Duarte de Armas insinuam preferência por soluções de traçado mais ou menos geométrico (...) apesar de haver um número considerável de plantas extremamente irregulares, ou recortadas, onde é difícil (se não mesmo impossível) vislumbrar qualquer configuração claramente poligonal (...) em muitas outras (sensivelmente em dois terços dos casos) conseguimos, com maior ou menor esforço, reconhecer um traçado de inspiração geométrica”.

Assim, ao admitir a necessidade de estabelecer critérios mais abrangentes e permissivos, o autor reconhece o sentido da diversidade dos dados.

Observando de novo as plantas mencionadas, verifica-se, não tendo em conta as de “traçado de inspiração geométrica” mas apenas as que são realmente “geométricas”, que o número de castelos inventariáveis dentro dos parâmetros definidos (“rectangular”, “circular ou semicircular”, “quadrangular”, “oval” e “trapeziforme”) poderá ser inferior ao admitido pelo autor.

Lembramos que Monteiro considera 33 castelos com plantas “mais ou menos geométricas” e 18 com plantas “irregulares”.

Na nossa leitura encontramos 28 “plantas regulares” (Castro Marim, Alcoutim, Mértola, Serpa, Mourão, Monsaraz, Olivença, Elvas, Ouguela, Arronches, Monforte, Alpalhão, Castelo de Vide, Nisa, Salvaterra do Extremo, Penha Garcia, Sabugal, Vilar Maior, Almeida, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Vimioso, Monforte de Rio Livre, Chaves, Montalegre, Melgaço, Monção e Caminha) e 23 “plantas irregulares” (Moura, Noudar, Terena, Alandroal, Juromenha, Campo Maior, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Segura, Monsanto, Penamacor, Castelo Mendo, Castelo Bom, Castelo Rodrigo, Mogadouro, Penas Róias, Outeiro de Miranda, Bragança, Vinhais, Portelo, Piconha, Castro Laboreiro e Lapela).

Entre os “traçados regulares” encontram-se os de configuração “trapeziforme”, que mais não são do que uma tentativa de reconhecimento de um

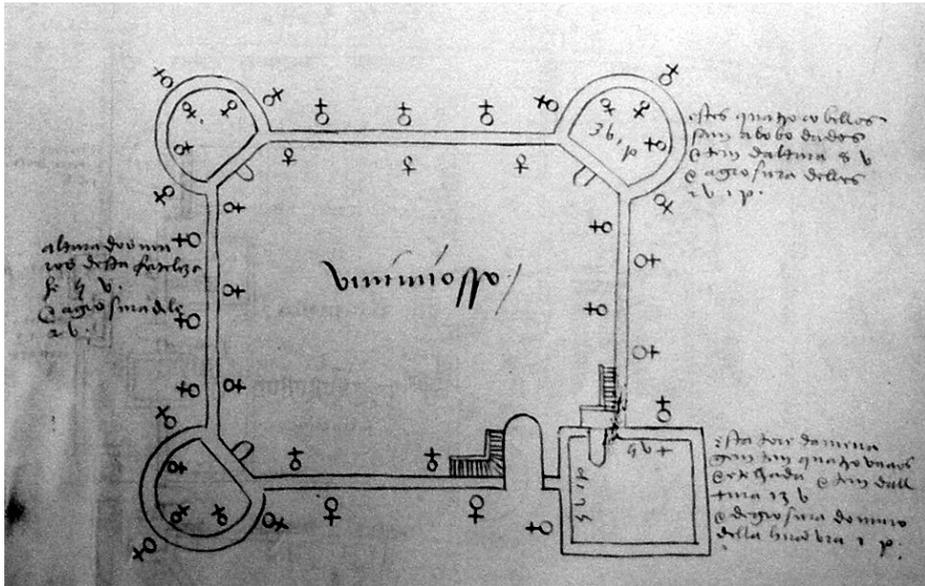


Figura 27 – Castelo de Vimioso, planta

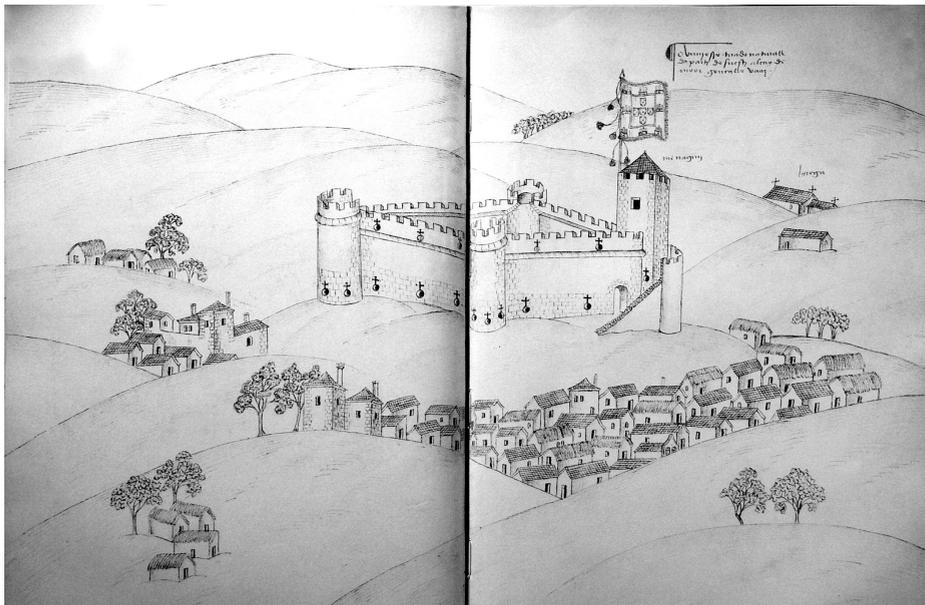


Figura 28 – Castelo de Vimioso, vista panorâmica SE

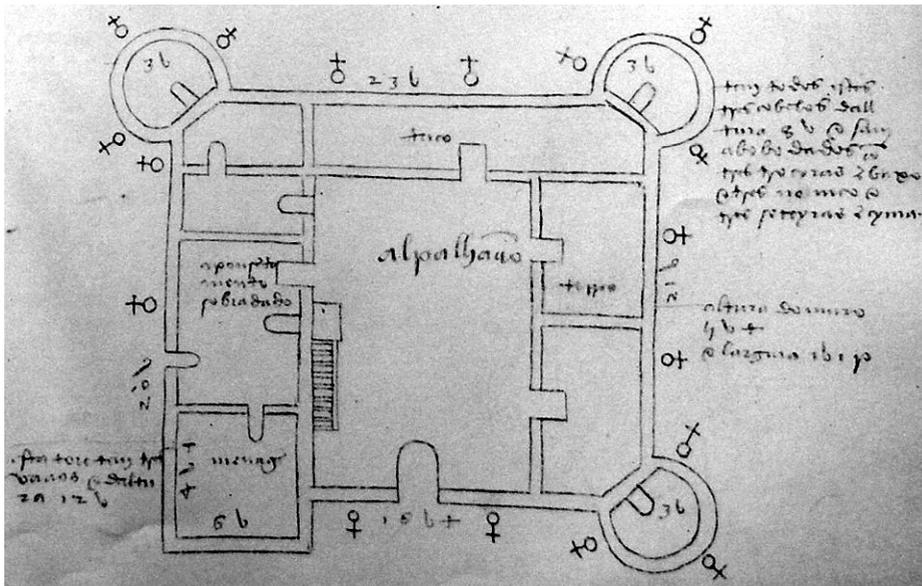


Figura 29 – Castelo de Alpalhão, planta

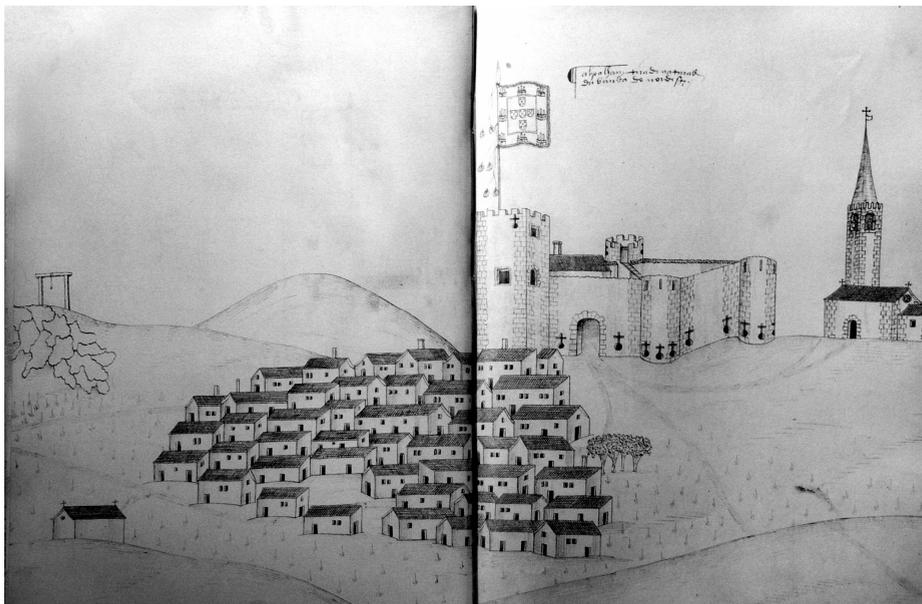


Figura 30 – Castelo de Alpalhão, vista panorâmica NE

“traçado mais ou menos geométrico”, podendo distinguir-se os castelos de Alcoutim, Mértola, Mourão, Monsaraz, Olivença, Ouguela e Sabugal sete casos que adicionados aos 23 claramente “irregulares” perfaz um número correspondente a 58,8% do total dos casos.

Os restantes 21 casos ficariam assim distribuídos: 7 casos de forma “rectangular” – Serpa, Arronches, Castelo de Vide, Miranda do Douro, Vimioso, Monforte de Rio Livre e Chaves –, 5 casos de forma “circular ou semicircular” – Salvaterra do Extremo, Freixo de Espada à Cinta, Montalegre, Melgaço e Monção –, 7 casos de forma “quadrangular” – Castro Marim, Elvas, Monforte, Alpalhão, Nisa, Penha Garcia e Almeida –, 2 casos de forma “oval” – Vilar Maior e Caminha.

Por conseguinte, os resultados que daí se extraem assumem um significado secundário relativamente à totalidade do conjunto de castelos representados e ainda muito mais limitado em vista do conjunto de castelos portugueses existentes à época.

Ainda que se aceitasse esta categorização como boa e se assumissem a localização e a configuração das torres de menagem e das restantes torres como critérios para subdivisões subsequentes, chegaríamos a uma partição cada vez mais fina, embora mesmo em tal caso ainda com evidentes ligações transversais entre diferentes “castelos-modelo”.

A este propósito, podemos ver em Gomes (2003) a relação que se estabelece entre os castelos de Vimioso (figuras 27 e 28) e de Alpalhão (figuras 29 e 30). Apesar das duas estruturas apresentarem traçados distintos (“rectangular” e “quadrangular”, respectivamente) constata-se uma similitude no posicionamento das torres de menagem (rectangulares, em “posição de canto”) e das restantes torres adossadas à muralha (cubelos, em “posição de canto”).

Confirma-se deste modo a nossa conjectura de que muito dificilmente se poderão dividir em categorias os castelos por meio de uma especificidade que exclua à partida o cruzamento entre os diversos parâmetros que temos vindo a descrever. Na verdade, a possibilidade de sistematização dos dados poderia também ser elaborada de forma inversa relativamente à proposta que temos apresentado, ou seja, efectuando subdivisões a partir de “culpidades” menores (torre de menagem, torres, etc.), ao invés da análise do traçado das muralhas. Segundo Gomes (2003, p.91), ao longo da centúria de quatrocentos constata-se

“(..) a adaptação das estruturas existentes e até algumas novas soluções formais, como aquele que acima assinalámos no castelo de Vimioso”, o que encontra paralelo no castelo alentejano de Alpalhão, edificado em igual período.

Esta tendência para “o modelo de formas geométricas regulares”, que caracteriza as estruturas da transição para a fortificação de tipo abaluartado, poderá justificar o menor número destes casos em detrimento de alguma “irregularidade” que caracteriza as fortificações da Idade Média que, ao longo do trabalho, temos vindo a descrever.

A partição mais fina acima referida de algum modo tenderia a aproximar, de forma porventura simplista, a síntese proposta por Villena ao “castelo-modelo” de Monteiro.

Ilustremos a afirmação tomando como exemplo os traçados “rectangulares” e “quadrangulares” que, para além de pertencerem à mesma “família” geométrica, em muitos casos de difícil destriça, ocorrem em maior número (14) do que os restantes (7).

Nos sete casos de forma “rectangular”, verificamos, quanto à configuração da torre de menagem, que em Serpa (quadrangular), Castelo de Vide (quadrangular), Miranda do Douro (rectangular), Vimioso (rectangular) e Monforte de Rio Livre (quadrangular), ela se encontra em “posição de canto”, enquanto em Arronches (quadrangular) está adossada a um dos panos de muralha, em posição central, e em Chaves (quadrangular) se situa isolada no interior do recinto. Em todos estes castelos se observa a presença de outras torres adossadas às muralhas, algumas delas em “posição de canto”, de várias geometrias (quadrangulares, rectangulares e redondas), excepto em Monforte de Rio Livre onde somente há a torre de menagem.

Em relação aos sete casos de forma “quadrangular”, distinguimos que em Elvas (quadrangular), Monforte (rectangular), Alpalhão (rectangular), Nisa (rectangular), Penha Garcia (hexagonal) e Almeida (rectangular), a torre de menagem está em “posição de canto”, enquanto em Castro Marim (rectangular) se encontra adossada a um dos panos de muralha com disposição central. As restantes torres estão presentes na maioria dos exemplos citados, exceptuando Penha Garcia, adossadas às muralhas, com predominância em “posição de canto”, apresentando geometrias várias (quadrangulares, rectangulares e redondas).

Do cruzamento destes dois “modelos” rapidamente concluímos da preponderância das torres de menagem quadrangulares e rectangulares em “posição de canto” e das restantes torres, com configurações diversas, distribuídas pelos diversos cunhais e panos de muralha.

Confrontando o “castelo tipo 2.”, proposto por Villena (p.175), “El tipo más abundante (20%) es también sencillo, de planta rectangular, com torres cuadradas de esquina y Homenaje en una de ellas, a veces en línea, otras sobresaliendo (...). El Homenaje en todos estos tipos sencillos es de planta cuadrada (...) Ejemplos son Elvas, Castelo Branco. Del mismo tipo, pero con torres de esquina redondas son p.e. Alpalhão, Castelo de Vide” e o “castelo tipo 3.”, “Outro tipo sencillo, menos frecuente, también cuadrangular, pero con el Homenaje en un lienzo (protegiendo la puerta) lo tenemos en Castelo Rodrigo o Sabugal con torres de esquinas cuadradas, on en Castro Marim o Arronches con torres de ángulo redondas” com o “castelo-modelo” de Monteiro (pp.97-98), “(...) *praça de planta rectangular imperfeita* (...) *Torre de Menagem* (...) adossada à muralha e colocada em “posição de canto” (...) estimámos uma planta rectangular (...) adossámos três outras torres à muralha (...) uma das quais de planta pentagonal (e em “posição de canto”) e as outras duas quadradas, ladeando uma “porta falsa”. Imaginámos também um *cubelo*, também ele implantado em “posição de canto” (...)”, reconhecemos alguma similitude nas conclusões retiradas.

Se estendêssemos este método de comparação a algumas “plantas irregulares”, em número substancial tendencialmente “rectangulares”, confirmaríamos a teoria exposta por Monteiro e, uma vez mais, a coincidência com alguns resultados de Villena, pese embora os exemplos apontados por este autor para os diversos “tipos de castelos” serem, em nossa opinião, algo discutíveis.

Assim, reconhecemos que os dois estudos fundamentam a lógica de inventariação em critérios distintos, mas que nalguns aspectos podem ser considerados complementares. Neste sentido, pode afirmar-se que têm em comum o objectivo final de caracterizar, em particular e no geral, o castelo português dos finais da Idade Média, ainda que em ambos os casos se tenha a tentação de avançar no sentido, se bem que de modo diverso, de também os qualificar.

É manifesto que esta tarefa se reveste de enorme dificuldade pelas várias razões que temos vindo a aduzir.

A primeira, que talvez por sua natureza justifica as restantes, e à qual temos dado conta em diversas ocasiões no decorrer do nosso estudo, reside no facto de o castelo em Portugal não ser uma entidade única, confinada a um instante único, mas antes uma “imagem” com várias “identidades”, uma “sobreposição de fortalezas”, segundo Nunes (1988, p.74). Por conseguinte, o seu perfil arquitectónico deverá dar testemunho da adaptação às variadas acções sobre ele empreendidas, evidenciando concomitantemente a evolução dos meios militares assinalados, o papel na defesa estratégica militar régia e o enquadramento da consolidação do território e, por outro lado, confirmar também várias semelhanças que se registam nos castelos em Portugal, fruto de circunstâncias conjunturais, que podemos designar por reformas, que afectaram a maioria em momentos comuns da respectiva história, justificando a presença dominante de alguns dos seus elementos constituintes, como aliás vimos nos trabalhos de Monteiro e Villena.

A este respeito Gomes (2001, p.39) assinala, tomando como exemplo o castelo de Castelo Mendo, que

“Tal facto implicaria a coexistência, no mesmo castelo, de troços ou partes de diversa feitura, e um aspecto geral inacabado ou mesmo parcialmente arruinado, em muitos casos. Este último aspecto está excelentemente documentado nos desenhos de Duarte de Armas, onde vemos muitas vezes a ruína coexistir com a “obra nova””.

Deste modo, resulta um facto evidente: a dificuldade em afirmar a existência de um “castelo-modelo” ou de um “castelo-puro”, ainda que os castelos localizados na fronteira, por via de numerosas semelhanças entre si, possam ser considerados paradigma de um certo castelo de Portugal nos finais da Idade Média, pelo que concluímos não se poder estipular que um particular “perfil arquitectónico” estivesse disseminado pelo território na época em causa.

Não parece despiciendo realçar que os 63 casos desenhados no *Livro das Fortalezas* correspondem apenas a 34,6% do conjunto de 182 castelos que existiam em Portugal neste período e que o nosso trabalho abrange. Portanto, apesar de representarem uma quantidade de exemplos assinalável (quase um

terço do total), as considerações anteriores não podem ser discriminadamente generalizadas pelos motivos que temos vindo a explicar e a justificar.

Esta afirmação não pode ser comprovada por dados concretos e precisos. Porém, através da observação do *Livro das Fortalezas* e das descrições de alguns factos históricos concernentes à disposição e importância do castelo nos contextos militar, económico e social e na construção e consolidação do espaço territorial a partir do final do séc. XII, será possível antever que outras estruturas, nomeadamente algumas que se localizam no interior do território e que por razões estratégicas viram a sua utilidade relegada para outro plano (leia-se: muitas vezes abandonadas) e por isso não foram objecto de tomadas de decisão de reformas de defesa activa, poderão apresentar outra “imagem”, quiçá mais próxima do seu estado “primitivo”, da sua “fundação”. Mesmo assim, recordamos que em muitos casos os castelos portugueses foram construídos e reconstruídos sobre estruturas relativas a períodos anteriores.

Contudo, cremos que perante o singular testemunho iconográfico deixado por Duarte de Armas, os trabalhos de Monteiro (1999), sobretudo, os de Gomes (2001 e 2003) e o de Villena (1984), na análise mais ou menos detalhada dos principais elementos funcionais e morfológicos dos castelos raianos, são contributos incontornáveis para a interpretação e compreensão do dito “perfil arquitectónico” do castelo português nos finais da Idade Média.

Pensamos que mais importante do que agrupar estas estruturas em categorias é a possibilidade de estudar a sua representação através dos seus elementos constituintes principais, já que a partir daí poderemos, sob risco controlado, antever aquela que seria a “imagem” (se calhar, as “imagens”) das estruturas omissas, como também pressentir a importância que elas assumiram na afirmação e consolidação de uma representação e de uma *atmosfera* figurativa dos castelos em Portugal, propósito afinal retomado séculos mais tarde na tentativa de (re)construir de uma identidade “própria”, num contexto político específico.

Pode afirmar-se no essencial que a estrutura defensiva do território no dealbar do séc. XVI se encontrava contemplada com um conjunto de castelos, velhos ou renovados, adaptados à nova arte da guerra, que seriam ainda, aquando da revolta de 1640, postos rudemente à prova nas pelejas com Castela.

Em virtude da sua vocação original, exclusivamente militar, a história das nossas fortificações confronta-se de forma directa com a capacidade de adaptação às diversas transformações que foram ocorrendo no território. A sua sobrevivência e continuidade estão associadas à respectiva funcionalidade, como afirmou Edward Cooper (2004, p.36):

“El cambio de uso de los castillos, si se puede generalizar, se remonta prácticamente a la época de su construcción, es decir, al momento en que dejaron de tener importância militar”.

Observando uma vez mais os desenhos de Duarte de Armas, percebe-se a descaracterização e a desorganização de várias estruturas, fruto manifesto da convivência de estruturações de tempos diversos que resultaram do engenho da sua adaptação. Voltamos a dizer que a “imagem” e a “identidade” do castelo português na paisagem do território encontram o maior significado na sua sobrevivência funcional – tema que retomaremos mais adiante.

Concluindo, podemos afirmar que a caracterização do espaço territorial no período sob consideração ficou indelevelmente marcada pela afirmação destas estruturas medievais, ou seja, que a presença do castelo foi crucial na definição da imagem do território.

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO 2

A PRESENÇA DO CASTELO NA (RE)DEFINIÇÃO DA IMAGEM DO TERRITÓRIO

2.1 Nota introdutória

A transmissão de geração em geração dos objectos arquitectónicos é condicionada pela caducidade dos materiais e dos sistemas construtivos e, ainda, pela capacidade com que estes se vão adaptando ao longo do tempo a novas conjunturas, normalmente outras que não as que presidiram ao objectivo da sua edificação. Quando acontece a transformação, esta prende-se, não raras vezes, com razões de carácter económico e utilitarista. Em tal caso, se à partida a deterioração ou o abandono não se apresentarem irreversíveis, será em geral menos dispendioso adaptar o objecto às novas funções do que substituí-lo.

Por outro lado, os estímulos que induzem o acto de conservar¹⁶⁶ (aqui, manutenção do estado de eficiência e de ocupação do espaço) e o acompanhamento temporal de certos objectos construídos, tidos como símbolo e testemunho valiosos de actividades e relações sociais, podem depender

¹⁶⁶ Do latim *conservatio*, composto por *cum* (valor de continuidade) e pelo verbo *servare* (salvar). Segundo González-Varas (1999, p.539), "(...) nosotros hemos definido las intervenciones de "conservación" como aquellas operaciones cuya finalidad es prolongar y mantener el mayor tiempo posible los materiales de los que está constituido el objeto; este objetivo puede realizarse mediante intervenciones de "conservación preventiva o indirecta", esto es que no actúan sobre la estructura física del objeto (...) o bien mediante la "intervención directa de conservación" que se ejerce sobre la estructura física del objeto cultural (mediante consolidación o reparaciones diversas de su estructura material)".

de razões ou motivações que se prendem com sentimentos de admiração, nostalgia, medo ou esperança.

Se o acto de conservar um objecto arquitectónico¹⁶⁷ se pode presumir à primeira vista como mera e rotineira réplica de sentido pragmático, ele pode também configurar-se como possibilidade de garantir a perenidade e a transmissão de algo com um significado de valor colectivo. Neste caso, a oportunidade de perpetuar valores memoriais, em si mesmos referências que exprimem e evidenciam a relevância de alguns espécimes, será naturalmente motivada por critérios não utilitários.

Será sob a influência destas circunstâncias, intimamente associadas a tempos políticos distintos, que debruçaremos a nossa atenção sobre os castelos de Portugal e estruturaremos este capítulo, considerando três momentos distintos.

Num primeiro instante, enquadraremos os castelos no contexto de valorização do património arquitectónico emergente a partir do séc. XIX, nomeadamente através da análise de factos que levaram ao despertar de uma consciência patrimonial, ao processo de classificação e instituição de um regime jurídico que culminaria na fundação da DGEMN e, finalmente, ao conjunto de competências deste organismo. No cômputo geral, será nosso propósito entender como se desenrolou esta acção, sobretudo se perante momentos políticos e sociais diferenciados que ocorreram durante o período que iremos abordar, existiu continuidade ou ruptura de procedimentos e mudança dos valores atribuídos aos monumentos nacionais, que entretanto foram classificados.

Num segundo momento, iremos debruçar-nos sobre o valor e o significado que os castelos representaram na ideologia do Estado Novo e na forma como se manifestaram no conjunto dos critérios predefinidos e dos instrumentos adoptados pelo regime, tendo em vista a criação de um oportuno corpo disciplinar de intervenção.

Enfim, no terceiro e último ponto, esboçaremos a interpretação de tais condições apriorísticas, considerando para o efeito a valorização de que estas estruturas militares, em ruínas, foram objecto e o modo como especificamente o projecto político e os critérios referidos no segundo momento conseguiram

¹⁶⁷ Antoni González Moreno-Navarro (1999, p.14) denomina o conjunto de objectos arquitectónicos assim valorizados por “património arquitectónico”.

justificar a dimensão do processo de intervenção e as circunstâncias particulares que por si justificaram um modo de actuação próprio, balizado pela capacidade de análise da imagem arquitectónica idealizada – “o documento a restaurar” – e pela leitura do seu passado, do seu “tempo de vida”, numa palavra, da “antiguidade a conservar”¹⁶⁸.

Em suma, se no primeiro capítulo o objectivo foi caracterizar o processo de fundação e afirmação do castelo em Portugal, fundamentando tal propósito na distribuição e organização no espaço dos castelos entre 1350 e 1450 e no seu perfil arquitectónico nos finais da Idade Média, agora pretende-se compreender, considerado *a priori* um cenário de ruína, o método de valorização e “restauro” de que tais estruturas militares foram objecto a partir do séc. XIX e, como intento último, analisar o perfil arquitectónico do castelo português em 1949.

Nesta comparação de perfis dos castelos, entre 1509 – finais da Idade Média (sécs. XV-XVI) – e 1949, procuraremos naturalmente detectar eventuais semelhanças arquitectónicas e, além disso, com base em documentação existente e trabalhos já realizados, analisar e reflectir sobre o conjunto das intervenções efectuadas. Analisaremos significados, valores e simbolismos que o Estado Novo atribuiu aos castelos e a forma como uma ampla campanha, cumprida à luz de critérios unitários assentes numa orientação reintegradora e restauradora, se serviu da imagem do castelo no início do séc. XVI, de forma decisiva, intencional ou não, para delinear o seu perfil arquitectónico no séc. XX.

Esta pretensão terá naturalmente como suporte trabalhos de autores que têm abordado o assunto, especial atenção votada, como já antes fizéramos, ao *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas¹⁶⁹, registo iconográfico único, a fim de avaliar, à luz da documentação produzida pela DGEMN¹⁷⁰ (sob forma escrita, desenhada ou fotográfica), os propósitos das intervenções empreendidas.

¹⁶⁸ Cf. Tomé, 2002, p.67.

¹⁶⁹ Cf. Mapa 11 e Quadro 03.

¹⁷⁰ Nomeadamente, os 58 *Boletins* publicados desde Setembro de 1935 – Igreja de Leça de Bailio, *Boletim* n.º 1 – a Dezembro de 1949 – Igreja de Sta. Maria, Óbidos, n.º 58 –, dos quais 10 dedicados a castelos (cf. Mapa 34 e Quadro 06): Guimarães (1937, n.º 8), Pombal (1940, n.º 21), S. Jorge (1941, n.ºs 25 e 26), Lanhoso (1942, n.º 29), Sesimbra (1943 e 1944, n.ºs 34 e 35), Feira (1944, n.ºs 37 e 38), Belver (1946, n.º 46), Silves (1948, n.º 51), Elvas (1948, n.º 54) e Sabugal (1949, n.º 57) (MOP/DGEMN, 1935-1990) mas, sobretudo, o acervo documental existente nos serviços deste organismo.

Desta documentação destacamos a publicação *Castelos Medievais de Portugal* (MOP/DGEMN, 1949a)¹⁷¹, onde se encontra inventariado um número considerável de obras executadas durante vinte e um anos de intervenções em estruturas militares, e ainda se descrevem os objectivos que lhes subjazeram, incluindo uma referência directa ao *Livro das Fortalezas*¹⁷². Aquela publicação, para além duma circunstância peculiar – de algum modo, unir dois bem tempos distantes, 1509 e 1949 –, encerra na realidade uma síntese daqueles que foram os desígnios do regime relativamente a tais estruturas militares, daí resultando oportuna importância no contexto deste estudo.

Também as fichas individuais do IPA¹⁷³ constituirão fontes essenciais para os nossos propósitos. Delas constam 155 castelos (85,2% dos 182 que constituem a rede dos castelos portugueses¹⁷⁴, distribuídos pelas províncias portuguesas, de acordo com o Mapa 29 e o Quadro 05, da seguinte maneira:

Alto Alentejo, 31 – Juromenha, Alandroal, Terena, Arraiolos, Borba, Évora–Monte, Estremoz, Veiros, Valongo, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Monsaraz, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Ouguela, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Belver, Marvão, Amieira, Nisa, Alegrete e Portalegre;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 23 – Gouveia, Outeiro de Miranda, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada-à-Cinta, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Penas Róias, Mós, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Algosó, Vinhais, Castelo Melhor, Numão, Monforte de Rio Livre, Chaves, Santo Estêvão, Vilarelho da Raia, Montalegre, Aguiar de Pena e Lamego;

Beira Alta, 24 – Avô, Aguiar da Beira, Almeida, Castelo Bom, Castelo Mendo, Celorico da Beira, Linhares, Castelo Rodrigo, Folgoso, Jarmelo, Guarda, Valhelhas, Longroiva,

¹⁷¹ Como já anteriormente foi mencionado, esta publicação diz respeito a uma comunicação apresentada pela DGEMN no *II Congresso do Centro Europeu para o Estudo dos Castelos*, em Zürich. Sobre os castelos que integram tal publicação vejam-se o Mapa 35 e o Quadro 06.

¹⁷² Também em 1965, em uma *Viagem de Estudo em Portugal* (MOP/DGEMN, 1965a), integrada na obra *Castelos de Portugal* (MOP/DGEMN, 1965b), é sublinhada na introdução do primeiro destes escritos a importância do *Livro das Fortalezas*: “(...) dá-nos um panorama da arquitectura militar da Idade Média em Portugal, fornecendo plantas e alçados de grande número de castelos e constituindo, assim, documento de inestimável valor para o estudo desta época”.

¹⁷³ Cf. Mapa 29 e Quadro 05.

¹⁷⁴ Cf. Mapa 17 e Quadro 01.

Marialva, Ranhados, Pinhel, Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Vilar Maior, Moreira de Rei, Trancoso, Penedono e Viseu;

Minho, 15 – Faria, Braga, Arnóia, Guimarães, Lanhoso, Caminha, Castro Laboreiro, Melgaço, Lapela, Monção, Lindoso, Nóbrega, Valença, Neiva e Vila Nova de Cerveira;

Estremadura, 12 – Alcobaça, Alfeizerão, Óbidos, Atouguia da Baleia, Porto de Mós, Alenquer, Cascais, S. Jorge, Mouros, Torres Vedras, Palmela e Sesimbra;

Beira Baixa, 11 – Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Castelo Novo, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Monsanto, Segura, Bemposta, Penamacor e Ródão;

Algarve, 13 – Albufeira, Paderne, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Porches, Lagos, Loulé, Alvor, Silves, Tavira e Cacela;

Baixo Alentejo, 10 – Alvito, Noudar, Beja, Mértola, Moura, Odemira, Serpa, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Sines;

Beira Litoral, 8 – Coimbra, Lousã, Montemor-o-Velho, Penela, Soure, Leiria, Pombal e Ourém;

Ribatejo, 6 – Abrantes, Alcanede, Santarém, Tomar, Torres Novas e Almourol;

Douro Litoral, 2 – Feira e Gaia¹⁷⁵.

Os 27 castelos que não constam das fichas do IPA (14,8% dos 182) estão assim distribuídos:

Alto Alentejo, 5 – Lavar, Olivença, Assumar, Monforte e Alpalhão;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 6 – Alfândega da Fé, Vilarinho da Castanheira, Vimioso, Portelo, Piconha e Vila Real;

Beira Alta, 2 – Gouveia e São Romão;

Minho, 3 – Celorico de Basto, Vermoim e Fraião;

Estremadura, 4 – Alpedriz, Lourinhã, Mafra e Almada;

Beira Baixa, 4 – Penha Garcia, Proença-a-Velha, Rosmaninhal e Salvaterra do Extremo;

Algarve, 0;

Baixo Alentejo, 1 – Almodôvar;

Beira Litoral, 1 – Tentúgal;

Ribatejo, 1 – Coruche;

Douro Litoral, 0.

¹⁷⁵ Voltou a adoptar-se a ordem estabelecida no Mapa 17 e no Quadro 01: forma decrescente segundo o número de castelos por província, a qual será em circunstâncias idênticas sempre a adoptada até ao fim do trabalho, facto que doravante deixará de ser explicitamente mencionado.

Concretizando, os trabalhos acima subentendidos relativos à temática a abordar nesta parte do trabalho (do séc. XIX até meados do séc. XX) devem-se nomeadamente a autores como José Augusto França (1966 e 1991), Jorge Custódio (1993), Marieta Dá Mesquita (1993), Lúcia Maria Rosas (1995¹⁷⁶, 1999 e 2004), Lucília Verdelho da Costa (1997a e 1997b), Maria Regina Anacleto (1997), Paulo Alexandre Rodrigues (1998) e Rute Maria Figueiredo (2002), entre outros. Daremos ainda especial relevo, pela sua amplitude e especificidade, aos estudos de Margarida Acciaiuoli (1991 e 1998)¹⁷⁷, Maria João Neto (1996, 1999 e 2001)¹⁷⁸, Domingos Almeida Bucho (2000)¹⁷⁹, Miguel Tomé (1998 e 2002)¹⁸⁰ e Isabel Cristina Fernandes (2005)¹⁸¹. Tanto Tomé, como Fernandes, pela abordagem objectiva que dedicam aos assuntos

¹⁷⁶ Cf. Mapa 28 e Quadro 05.

¹⁷⁷ Para além de dedicar parte do capítulo “A vocação patrimonial do regime: Monumentos e Exposições” da sua tese de doutoramento (1991) ao restauro dos monumentos nacionais durante a década de quarenta, a contribuição da autora destaca-se ainda pela importância e significado atribuídos às exposições e comemorações centenárias como factor impulsor da ampla operação de restauração realizada durante o período em estudo.

¹⁷⁸ Dos trabalhos desta autora salientamos a tese de doutoramento (2001), dado o seu carácter abrangente (abarca mais de três décadas de actuação da DGEMN) e a sua relevância como base para outros estudos. Nela é feita a descrição da estrutura orgânica e do quadro técnico da DGEMN e o levantamento e inventariação, através do fundo documental deste organismo, das iniciativas protagonizadas junto dos monumentos nacionais classificados.

¹⁷⁹ Neste trabalho, particular atenção é votada à intervenção da DGEMN em fortificações sitas no distrito de Portalegre, ao seu enquadramento no contexto político e cultural do regime vigente – o Estado Novo – e à metodologia de aproximação usada para tratar estas estruturas centenárias. Além da apreciação crítica das intervenções realizadas é historiado o contexto histórico e arquitectónico que antecede a conservação.

¹⁸⁰ Consideramos que uma característica interessante deste trabalho, em relação ao contributo de Neto (2001), reside no valor atribuído ao projecto. “Distinguindo os vários paradigmas da condição patrimonial que se alarga, ao longo do século XX, do Monumento à Paisagem-monumento, Miguel Tomé elucida-nos sobre a prática e os conceitos do restauro em Portugal, reflectindo na importância entre o objecto arquitectónico, envolvente física e contexto social e cultural, como um dos temas do projecto de maior importância no processo criativo” (Rosas, 2002, p.8). Na obra, dois capítulos merecem especial relevo a propósito da nossa investigação, “Castelos, ruína e restauro” e “Paisagem, história e tradição”, na medida em que enquadram a presença particular e destacada dos castelos no contexto específico do lugar e na forma como o Estado Novo os entendeu, justificando, entre outros aspectos, o significado simbólico e os processos e critérios de intervenção.

¹⁸¹ Trata-se de um trabalho apresentado no *Simposio Internacional de Arquitectura Fortificada: Conservación, Restauración y Uso de los Castillos*, que se encontra estruturado em duas partes: a primeira, relativa ao que foram os pressupostos que estiveram na origem do intento de conservação e na prática de intervenção nos monumentos no séc. XIX e início do séc. XX, incluindo um cenário das operações realizadas nos castelos em Portugal; a segunda, relativa às circunstâncias que envolveram a criação da DGEMN e na subsequente valorização, histórica e social, de que foram alvo os castelos portugueses durante o Estado Novo.

relacionados com este estudo, serão naturalmente objecto de uma leitura mais cuidada, que se irá enquadrar em muitos dos nossos propósitos e considerações finais.

Ressaltaremos ainda, quando conveniente, a imprensa escrita de oitocentos e novecentos, como por exemplo *O Panorama* (1837-1868), o *Arquivo Pittoresco* (1857-1868), *O Occidente* (1878-1915)¹⁸², a *Ilustração Moderna* (1898-1903 e 1926-1932), a *A Architectura Portuguesa* (1908-1958), a *Revista dos Centenários* (CECC, 1939-1940)¹⁸³, o *Panorama* (1941-1973), ou, com outro carácter, o catálogo da exposição *Quinze Anos de Obras Públicas* (CEEOP, 1932-1947)¹⁸⁴ e alguns dos respectivos actores deste período, desde Alexandre Herculano (1837, 1838a, 1838b, 1839a, 1839b, 1843 e 1982-1987) até Henrique Gomes da Silva (1935a, 1935b, 1941, 1949a e 1949b), passando pelo contributo relativo aos castelos portugueses propiciado nas descrições de Humberto Beça (1923), Almeida D'Eça (1925)¹⁸⁵, João Grave (1937)¹⁸⁶ e Jorge das Neves Larcher (1933-1935, 1934 e 1937), entre outros.

Na contextualização internacional do estado da arte, socorrer-nos-emos, em especial, de trabalhos de Françoise Choay (2000a, 2000b e 2002), embora Javier Rivera Blanco (1997) e Jukka Jokilehto (2002) sejam também indirectamente destacados.

Se no capítulo anterior abordámos o acto de fundação dos castelos em Portugal durante o período da Idade Média, a época da construção e os pressupostos que estiveram na base das diversas adaptações e reformulações que eles consentiram, nomeadamente a sua adaptação à evolução da arte da guerra e às estratégias de defesa e ocupação territorial, no presente capítulo ter-se-á como finalidade observar e compreender, partindo de um cenário que desde logo se antecipa, a ruína, o papel destas estruturas militares durante as centúrias de oitocentos e de novecentos (até 1949), e o modo como estas se constituíram monumentos nacionais e, num dado momento, o seu “restauro” que, como já diversas vezes se evidenciou,

¹⁸² Cf. Mapa 24 e Quadro 05.

¹⁸³ Cf. Mapa 27 e Quadro 05 e Mapa 31 e Quadro 06.

¹⁸⁴ Cf. Mapa 33 e Quadro 06.

¹⁸⁵ Cf. Mapa 25 e Quadro 05.

¹⁸⁶ Cf. Mapa 26 e Quadro 05.

envolveu uma questão política e cultural que determinou de novo a presença do castelo na (re)definição da imagem do território.

Tal como fizemos antes¹⁸⁷, procuraremos sintetizar os dados recolhidos em mapas¹⁸⁸, quadros¹⁸⁹, gráficos¹⁹⁰.

2.2 Património arquitectónico

A permanência ou a evolução de um objecto arquitectónico no tempo resultam da sua capacidade em responder ao modo como as sociedades reinterpretam as suas faculdades funcionais e espaciais, bem como à forma como permitem recuperar sentimentos culturais de épocas mais ou menos remotas.

Referindo-se ao termo “património”, Choay (2000a, p.11) afirma:

“Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no

¹⁸⁷ Lembramos uma vez mais que no trabalho que serviu de base a esta publicação são apresentadas, em complemento desta informação, fichas individuais dos castelos que foram objecto de estudo. Cf. Correia, 2008.

¹⁸⁸ Os mapas referentes ao segundo capítulo vão do Mapa 18 ao Mapa 59.

¹⁸⁹ Os quadros que se apresentam neste capítulo têm por fim sistematizar e confrontar de forma directa a informação contida em vários mapas. Deste modo, teremos:

Quadro 04: “Classificação da rede dos castelos portugueses” (cf. do Mapa 18 ao Mapa 23).

Quadro 05: “Conjunto de dados e publicações que descrevem os castelos antes das intervenções da DGEMN” (cf. do Mapa 24 ao Mapa 29).

Quadro 06: “Conjunto de dados e publicações que descrevem as intervenções da DGEMN” (cf. do Mapa 30 ao Mapa 35).

Quadro 07: “Intervenções na rede dos castelos portugueses entre 1929 e 1940” (cf. do Mapa 36 ao Mapa 47).

Quadro 08: “Intervenções na rede dos castelos portugueses entre 1941 e 1949 e no período de 1929 a 1960” (cf. do Mapa 48 ao Mapa 59).

¹⁹⁰ Quanto aos gráficos, associámos a este capítulo:

Gráfico 03: “Evolução da classificação da rede dos castelos portugueses” (cf. Quadro 04 (do Mapa 18 ao Mapa 23)).

Gráfico 04: “Evolução da classificação da rede dos castelos portugueses por províncias” (cf. Quadro 04 (do Mapa 18 ao Mapa 23)).

Gráfico 10: “Evolução das intervenções na rede dos castelos portugueses por províncias entre 1929 e 1949” (cf. Quadro 07 e Quadro 08 (Mapa 30 e Mapa 32 e, ainda, do Mapa 36 ao Mapa 57)).

Gráfico 11: “Classificações e intervenções na rede dos castelos portugueses por províncias entre 1929 e 1949” (cf. Quadro 08 (Mapa 57)).

espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico...), que fizeram dela um percurso nómada, prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório”.

E continuando, no parágrafo seguinte caracteriza “património histórico” como

“(...) um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos (...): obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos”,

para, mais à frente, eleger o “património edificado” dentre o fundo imenso e heterogéneo que representa o “património histórico” como o que respeita ao colectivo da vida de todos e, ao mesmo tempo, de cada um. A autora refere ainda (p.12) que no passado a expressão “património edificado” teria em “monumentos históricos” o seu sinónimo. No entanto, esclarece que desde os anos sessenta do séc. XX eles apenas “(...) constituem parte de uma herança que não pára de aumentar, por via da anexação de novos tipos de bens e através do alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior dos quais se inscrevem os bens”.

Para Guillaume (2003, p.41) a “política do património”¹⁹¹ acontece no sentido em que cria “máquinas da memória” que sustentam a ficção de conciliar entre si continuidade e mudança, conservação e criação, passado e presente.

Na prática, de forma consciente e premeditada, o conhecimento do passado transforma-se em importante preocupação das sociedades ocidentais do séc. XIX, em contraponto à industrialização e à máquina do tempo, enfim, à incerteza do futuro. Nas palavras de Guillaume (p.19), “A conservação procura colocar o presente em suposta continuidade com o passado, quando paradoxalmente a característica das sociedades modernas, homogéneas, é precisamente esse corte com o passado, com o heterogéneo, com o invisível”.

¹⁹¹ Esta expressão engloba a “(...) natureza *construída* do passado e a *vontade de crença* que anima essa construção” (Guillaume, 2003, p.138).

À simplicidade de actuação que caracterizava as intervenções de conservação (como conjunto de procedimentos englobando manutenção, reparação e adaptação) e que assentava sobretudo em critérios de uso e eficácia, as circunstâncias que vão estar na base da política patrimonial empreendida pelas sociedades ocidentais a partir de oitocentos contrapõem um ar decerto mais elaborado: as ideologias e os discursos assumirão papel preponderante, quer na divulgação de uma consciência protectora e valorativa das “memórias construídas”, quer de algum modo também na discussão e determinação de teorias e critérios que condicionarão a prática propriamente dita da intervenção.

Afirma Choay (2000a, p.142):

“Com efeito, quase até aos anos sessenta do século xx, a conservação dos monumentos históricos continua a resumir-se, essencialmente, aos grandes edifícios religiosos e civis (com exclusão dos do século xx)”.

E, referindo-se às práticas de intervenção,

“(…) Não se deve, no entanto, exagerar o alcance de certas ideias e de certas experiências antecipadoras, mas pontuais, surgidas durante o período de consagração do monumento histórico: elas não afectaram profundamente as práticas de intervenção que permaneceram mais ou menos idênticas durante quase um século, entre 1860 e 1960. (...) O restauro permanece quase sempre fiel aos princípios de Viollet-le-Duc, a menos que, sob a influência de determinados arqueólogos, ele não se oriente para uma reconstituição, tal como a actividade do desenho dos arquitectos e dos antiquários tinha, desde a sua origem, oferecido o modelo para as antiguidades clássicas”.

Contrapõem-se discursos sobre estruturas materiais visíveis e tangíveis a cogitações sobre aspectos invisíveis e subjectivos do imaterial, como a memória, a identidade e o simbólico, que importa não só preservar, mas até “congelar” no tempo. Sob a tutela de instituições do Estado, aos objectos arquitectónicos conferem-se preceitos de salvaguarda e controlo do espaço.

O passado devém uma narrativa em constante reformulação e negociação, que procura no seu próprio âmago significado e compreensão colectiva para os seus vestígios. Recuperando Guillaume (2003, p.19), ao mesmo tempo, o objecto conservado traduz-se em “memória vulgar (documento, arquivo)” e “memória activa (implicando o inconsciente) (monumento, guardião)”.

Assim, o carácter do projecto de intervenção em objectos arquitectónicos, acumulando vestígios do passado, que em si mesmos definem e assinalam com maior ou menor grau de nitidez o seu valor documental, arquitectónico e, ao mesmo tempo, exibem um significado colectivo – memória e identidade –, pressupõe uma inevitável interpretação crítica de todo este agregado de aspectos, que os caracterizam e distinguem das demais edificações.

Deve precisar-se “(...) o conteúdo e a diferença entre os dois termos que subtendem o conjunto das práticas patrimoniais: monumento e monumento histórico”, como Choay (2000a, p.16) esclarece, acrescentando “A sua relação com o tempo vivido e com a memória, noutras palavras, a sua *função antropológica*, constitui a essência do monumento”. O papel dos monumentos, como a autora explica, foi progressivamente perdendo importância nas sociedades ocidentais, enquanto a própria palavra foi adquirindo outros significados, lembrando (p.23) que “A expressão *monumento histórico* só entrou nos dicionários na segunda metade do século XIX” e que a sua “fase de consagração” termina (p.111) “(...) por volta de 1960, ou, se quiser[mos] encontrar uma outra fronteira simbólica, em 1964, data da redacção da Carta de Veneza”¹⁹². Apesar das contribuições originais que se sucedem entre 1820 e 1960 e demarcam com significado relevante algumas datas sobre a teoria e a prática de conservação dos monumentos históricos, a divisão cronológica que elas introduzem não põe em causa a unidade do período em questão, “(...) unidade soberana que impõe pelo seu reconhecimento, a sua coerência e a sua estabilidade o estatuto adquirido pelo monumento histórico com a chegada da revolução industrial”¹⁹³.

¹⁹² Publicada em 1966, esta retoma trabalhos teóricos relativos à protecção dos monumentos históricos que remontam a 1931, aquando da conferência internacional de Atenas.

¹⁹³ Cf. Choay, 2000a, p.112.

Na realidade, a industrialização introduz uma ruptura com os modelos de produção tradicionais e traça, por outro lado, uma linha de separação entre um *antes*, em que se situa o campo temporal dos monumentos históricos, e um *depois*, em que se inicia a modernidade. Deste modo, os monumentos históricos enquadravam-se cronologicamente quase ilimitados a montante, onde coincidem com a investigação arqueológica, enquanto a jusante não ultrapassavam as barreiras da segunda metade de oitocentos. A sua tipologia derivava da arqueologia e da arquitectura erudita, mas desde o final da II Guerra Mundial outras formas de construção “(...) eruditas e populares, urbanas e rurais e todas as categorias de edifícios, públicos e privados, sumptuários e utilitários (...)”¹⁹⁴, inscritas sob denominações como “arquitECTURA *menor*” (construções privadas não monumentais), “arquitECTURA *vernacular*” (construções características de diversos territórios) e “arquitECTURA *industrial*” (fábricas, estações, etc.) se foram nela integrando, alargando aos conjuntos edificados e aos tecidos urbanos o domínio individual do património.

Entre 1820 e 1960 merecem destaque os anos vinte de oitocentos por afirmarem uma nova mentalidade que rompe com a dos antiquários e com a atitude da Revolução Francesa, o período dos anos cinquenta do mesmo século em que a grande maioria dos países consagra o monumento histórico e a viragem do séc. XIX para o séc. XX, especialmente em Itália e na Áustria, “(...) por um questionar complexo de valores e das práticas do monumento histórico, cuja lucidez raramente foi igualada desde então”¹⁹⁵. Neste sentido, Choay evoca a obra *Der Moderne Denkmalkultus* (O Culto Moderno dos Monumentos) de Alois Riegl (1984), edição original de 1903, que considera pioneira por ter criado uma nomenclatura e permitido diferenciar *monumento* e *monumento histórico* sem ambiguidade: o primeiro, criação deliberada, *a priori* (*gewolte*); o segundo, obra não desejada inicialmente, *a posteriori* (*ungewolte*). Como complemento, para Riegl existem três géneros de monumentos: os *intencionais*, os *históricos* e os *antigos*. A diferença para este autor entre monumento histórico e monumento antigo reside no

¹⁹⁴ Cf. Choay, 2000a, p.12.

¹⁹⁵ Cf. Choay, 2000a, p.113.

facto de o primeiro se remeter a um momento particular, de algum modo não intencional, enquanto o segundo se alarga a todas as criações do Homem, independentemente do seu significado ou do seu destino originais, desde que traduzam uma prova material da passagem do tempo. Assim, como se referiu anteriormente, é substancial a diferença entre monumentos intencionais e os outros dois, na medida em que estes, não premeditados, estão dependentes do juízo ou da subjectividade da época que os avalia.

A designação *monumento* corresponderá, no presente trabalho, ao objecto cujo conteúdo equivale à caracterização anterior feita em relação a monumento histórico. O monumento tem como intuito fazer reviver um passado engolido pelo tempo, ao contrário do monumento histórico que mantém uma relação diferente com o tempo e a memória e, desta forma, porque se integra num espaço imutável e definitivo no seio de um conjunto corporizado e congelado pelo saber, pelo menos em teoria, deve ter uma conservação incondicional. Uma vez mais, “A liberdade de escolher no presente faz com que o passado seja, ele também, a todo o momento escolhido”¹⁹⁶. À partida, a possibilidade de preferência sobre o conjunto de aspectos acima mencionados irá condicionar e determinar os limites de transformação do existente, comprometendo, ou não, o equilíbrio da organização do espaço construído.

Assim, a conservação envolve simultaneamente matéria e memória: a primeira, documento (“memória vulgar”) capaz de transmitir informação histórica e cultural, constitui-se testemunho de dados artísticos e técnicos; a segunda (“memória activa”), enquanto processo diferencial, valorativo ou não, introduz variabilidade no projecto, estando o documento dependente da significação presente que se pretenda atribuir ao passado, neste caso sem a caução da neutralidade arqueológica.

Mas se a estes objectos cabe, entre outros, o papel de recordar, interpellando a memória, o modo como é transmitida a informação resulta de acções afectivas sobre uma “memória viva”, “(...) de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente”¹⁹⁷.

¹⁹⁶ Cf. Guillaume, 2003, p.71.

¹⁹⁷ Cf. Choay, 2000a, p.16.

Se ao monumento são intrínsecas estas faculdades, também qualquer acto interventivo delas é indissociável, dado que poderá revestir a matriz de um exercício, com políticas e representações diversas, que o valida no tempo, contribuindo com uma nova espessura que, para além da história e da memória presente, lhe acrescenta igualmente forma que, por sua vez, condicionará formas futuras.

Resumindo, os monumentos são símbolos, em simultâneo, da memória e da conservação (intervenção, em sentido mais lato). Constituem-se como pontos inseparáveis de ancoragem do passado no presente, através da participação horizontal e vertical que refere Távora¹⁹⁸, sobre os quais se desenvolvem diversas formas de actuação e tecem políticas patrimoniais. A partir desta ficção, que traduz em conjunto a “(...) natureza *construída* do passado e a *vontade de crença* que anima essa construção”¹⁹⁹, organizam-se discursos e metodologias que, em caso extremo, transformam os monumentos em símbolos de uma nação e a sua conservação numa mensagem política.

Em projectos políticos que colocam o passado ao serviço da credibilidade do presente, os monumentos são pois susceptíveis de se tornarem objectos de controlo e poder, a fim de configurar uma representação histórica depurada de períodos considerados decadentes. Para que tal criação se torne efectiva recorre-se inevitavelmente à mutilação e destruição de camadas da história dos monumentos, expurgando-os de memórias indesejáveis para a ideologia presente.

Esta concepção de aproveitamento dos monumentos é típica de regimes de tendência autoritária, em que a degradação, o abandono e, em último caso, a *ruína*, se considera não interpretarem a pureza, antes a desagregação da memória nacional. Por outro lado, as ruínas, pela ausência de matéria que revelam e pela sedução que motivam tornam-se facilmente instrumentos e fatores ideológicos eficazes para impor o poder e a sua representação.

A ruína, pelo vazio que anuncia, está associada, em sentido estritamente arquitectónico, à desocupação, à inexistência de funcionalidade e de eficiência pragmática. Contudo, os valores funcionais do uso não se esgotam na

¹⁹⁸ Cf. Távora, 1996.

¹⁹⁹ Cf. Guillaume, 2003, p.138.

sua exequibilidade, já que também se revestem de importância social, dado o seu significado colectivo, ou seja, assumem um papel simbólico, quer entendido num espaço local, quer considerado num âmbito territorial mais alargado, como ocorre no caso português no que concerne às ruínas medievais, designadamente os castelos, as igrejas ou os paços.

Os castelos em Portugal, pela sua natureza programática, quase exclusivamente militar, foram desde muito cedo perdendo capacidade utilitária mas, até hoje, dada a sua localização, constituíram-se elementos geradores, organizadores e referenciais do espaço: de um ponto de vista particular, na fundação e estruturação de povoados; num aspecto de carácter mais global, definindo uma rede que, por circunstâncias específicas, contribuiu decisivamente para o desenho do espaço territorial, entendido nos seus limites fronteiriços. Deste modo, poderemos afirmar que a sua origem, desenvolvimento e compreensão estiveram quase sempre dependentes da história política e social do País.

Num primeiro instante, como resulta do que expusemos no capítulo anterior, a leitura do perfil arquitectónico está directamente relacionada com a capacidade com que tais estruturas militares se foram adaptando às diferentes condições da guerra e consequentes estratégias de defesa, bem como à consolidação e povoamento do território.

Num segundo momento, e a partir do séc. XVI, na sua grande maioria os castelos medievais portugueses, perante o uso crescente da artilharia, tornam-se inconciliáveis com as novas peculiaridades de fazer a guerra, perdendo gradualmente importância estratégica e, por conseguinte, funcionalidade.

A sua posição destacada deixa de estar associada a uma imagem de poder para descobrir em muitos casos na ruína um fim anunciado, isto é, para passar a um “esquecimento colectivo”, traduzindo-se em pano de fundo do quotidiano urbano ou rural.

Mau grado já no reinado de D. Manuel I tenham ocorrido intervenções nalgumas estruturas militares limítrofes (certificadas no *Livro das Fortalezas*) integradas numa política estratégica de defesa do território assente na importância da linha de detenção da fronteira e no sentido da continuidade de uma defesa orientada para as linhas naturais de entrada (com incidência no Alentejo) como forma de defesa em profundidade de Lisboa, a maioria dos castelos portugueses tornar-se-ia obsoleta com o decorrer do tempo.

Durante o séc. XVII, em pleno período da Guerra da Restauração, integradas na estratégia de defesa terrestre do reino ocorreram intervenções significativas nalgumas estruturas militares das principais entradas do território (Alentejo, Beira Alta e Minho) que lhes alterariam decisivamente o perfil arquitectónico. Como mencionámos anteriormente, tais acções aconteceram sobretudo nas linhas naturais de penetração, como Elvas, Almeida e Valença. Aliás, e uma vez mais, este esforço, que envolveu avultado investimento financeiro e humano, já que as fortificações tinham de ser edificadas de raiz e segundo técnicas actualizadas face às novas condições de guerra, promoveu o Alentejo e as suas fortificações a locais privilegiados de defesa e, logicamente, de intervenção. Neste sentido, verificam-se obras em Elvas, Marvão, Olivença, Campo Maior, Juromenha, Moura, Mourão, Estremoz e Évora que defendiam directamente e em profundidade este último núcleo urbano que à época desempenharia papel relevante. Lisboa continuou também neste período a merecer grande cuidado, mas a sua protecção foi garantida sobretudo pelo reforço da estratégia de fortificação da orla marítima. Este conceito de defesa manteve-se durante os conflitos da primeira metade do séc. XVIII: guerras da Sucessão de Espanha e dos Sete Anos. Esta política de defesa do território em profundidade emprestava especial importância às praças terrestres que se concentravam nas entradas naturais (sobretudo no Alentejo) e teria prossecução com D. João VI, entre 1799 e 1826, que, como forma de responder à ameaça napoleónica e tendo em vista a diminuição das despesas com a manutenção de todas as fortificações que se construíram ao longo dos séculos anteriores decidiu, por Alvará de 27 de Setembro de 1805, manter a concepção estratégica de defesa assente nas linhas limítrofes do espaço territorial, designadamente Valença, Monção, Chaves, Miranda do Douro, Almeida, Monsanto, Marvão, Campo Maior, Estremoz, Elvas, Juromenha, Mourão, Mértola, Alcútem e Castro Marim, em detrimento de fortalezas interiores. Mais tarde, durante a Guerra Peninsular, face à eminência do perigo, fortificou-se o interior do País reforçando-se, entre outras, algumas estruturas existentes, como as Linhas de Torres, visando a defesa de Lisboa e da Estremadura.

Esta conjuntura será modificada de forma vincada no século XIX, sobretudo a partir do seu segundo quartel, como acontece noutros países da Europa, e manifestar-se-á em Portugal por um desejo de salvaguarda e conservação do

património arquitectónico construído, onde os castelos, na maior parte dos casos abandonados e, conseqüentemente, em ruína material, assumirão papel preponderante na afirmação de um quadro de valores que os vários regimes políticos, entretanto derrubados ou instituídos, preservarão como reflexo de novos interesses e anseios colectivos políticos, sociais ou culturais.

Em particular, debruçar-nos-emos sobre os aspectos que envolveram e caracterizaram o despertar e a consolidação da consciência da sociedade e do estado oitocentista e novecentista para problemas que ao património concernem, com especial incidência sobre os associados ao tema do nosso estudo, os castelos, cujos contornos encerram enquadramentos sociais e políticos diversificados ao longo de tal período. De algum modo, Rodrigues (1998, p.299), recordando para o efeito Pedro Navascués Palacio (1987), resume-os assim: “(...) a problemática do restauro arquitectónico dos monumentos históricos assenta em três aspectos essenciais: o legislativo, o teórico e o prático”.

Para além de providenciar informação, que entendemos não dever ser extensa, antes objectiva e resumida, acerca das medidas de salvaguarda do património construído em Portugal levadas a cabo durante o séc. XIX e nas primeiras décadas da centúria seguinte, atribuiremos especial importância àquelas que directamente, ou de forma indirecta, estão relacionadas com o papel histórico e social que estes objectos arquitectónicos, as estruturas militares, desempenharam no contexto político e cultural do período sob consideração.

Será também segundo este prisma que abordaremos o processo que se desenvolveu tendo em vista a respectiva classificação e a posterior criação de estruturas administrativas do Estado encarregues de as preservar. Esta aproximação traduzirá não só os preceitos e conceitos debatidos em torno desta temática, como identificará, numa perspectiva de continuidade, as práticas desenvolvidas à luz da concepção de um quadro crítico de intervenção posterior, neste caso já no período do Estado Novo²⁰⁰, prenunciada pelo organismo que lhe deu voz, a DGEMN.

²⁰⁰ Recorde-se que a proclamação da República Portuguesa se deu a 5 de Outubro de 1910 e que o regime político autoritário conhecido por Estado Novo (1933-1974) se iniciou após o fim da Ditadura Nacional que se seguiu ao golpe militar de 28 de Maio de 1926, terminando com a revolução de 25 de Abril de 1974. Entre 1932 e 1968 foi Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar e de 1968 a 1974 foi Presidente do Conselho Marcello Caetano.

Cabe aqui retomar o ensaio *Da Organização do Espaço* de Távora (1996, p.21) onde este explicita:

“(…) contra o que o homem por vezes pensa, as formas que ele cria, os espaços que ele organiza não são criados ou organizados em regime de liberdade total, mas antes profundamente condicionados por uma soma infinita de factores, de alguns dos quais (…) tem plena consciência (…) agindo outros inconscientemente sobre ele (…) pois acontece que o espaço organizado pelo homem é condicionado na sua organização mas, uma vez organizado, passa a ser condicionante de organizações futuras (…)”.

Como se registou, o projecto de arquitectura, enquanto possibilidade de selecção e metamorfose da circunstância, pode num dado instante definir e determinar, em maior ou menor dimensão, a organização do espaço construído e, em caso limite, do espaço vazio! Na decisão e cotejo com “o momento da intervenção” é capaz descobrir na “época da construção” ou no “tempo de vida” uma condição à partida desejada, uma representação histórica susceptível de pressupor uma ruptura com o “tempo” ou, ao invés, uma atitude de continuidade da qual o documento depende.

As considerações anteriores, de um lado a circunstância do *antes*, do outro o projecto como possibilidade de vincular uma mensagem apriorística em caso de cisão com um passado recente, que caracterizará o *depois* (condicionante de organizações futuras), são de capital importância na história da arquitectura portuguesa no período subsequente à 1ª República, transição para o regime autoritário do Estado Novo, em que a intervenção assumirá papel decisivo na transformação da imagem dos *monumentos nacionais*, ao mesmo tempo que se revelará instrumento controverso de *propaganda* de um conjunto de valores que lhes são atribuídos e eles próprios devem autenticar.

Será no período de vigência deste clima de mutação ideológica que o objectivo central deste estudo, designadamente o estudo das intervenções realizadas em castelos, se debruçará, sendo que o *modus operandi* vai denunciar um importante movimento de representação política e,

simultaneamente, renovar com significado profundo a leitura do território. Sob a tutela da DGEMN, mais concretamente do seu serviço responsável pelos monumentos nacionais, a actuação sobre estes objectos memoriais, integrada no processo de “restauração da nação” e num quadro de valores históricos e simbólicos a salvaguardar, vai assim obedecer a um desígnio supostamente superior. De forma óbvia, os castelos constituíram-se instrumento fácil e directo de celebração dos valores da nacionalidade, como “documentos vivos”, testemunhos da ancestralidade das lutas pela independência e pela consolidação e defesa das linhas de fronteira, cuja intervenção os recuperaria da degradação profunda em que se encontravam.

No entanto, para apreendermos a amplitude da intervenção nestes imóveis será não só necessário considerar o seu estado de conservação antes desta campanha, como enquadrá-los no contexto de defesa e protecção dos valores patrimoniais do regime. Enfim, há que ter em conta a medida em que eles se tornaram circunstância a acautelar e a promover.

Como Alberto Ustárroz, que em *La Lección de las Ruinas* (1997, pp.26-27) declara, as “Ruínas: saber positivo, saber negativo, saber analógico”, também nós consideramos que tais atributos constituem algumas dos requisitos fundamentais inerentes aos objectos arquitectónicos que se viram privados de uso e ocupação e testemunham a memória do que outrora representaram apenas através da matéria remanescente.

Neste sentido, e ainda inspirados em Ustárroz, consideraremos quatro elementos, a *imagem*, a *arquitectura*, o *arquitecto* e, em posição de destaque, a *memória*, cuja associação às *ruínas*, em particular às de um significativo número de castelos de Portugal, ajudarão a corroborar a sua importância, como a seguir se descreve.

A ruína e a imagem:

“En una primera mirada la Ruina aparece como un misterio. Misterio cuya oscuridad de expresión, al velar la idea del edificio, es en términos agustinianos su más bello ornamento, la causa más potente de su atractivo. Misterio que revela una unión sagrada – *sacred marriage* – entre lo que se conoce y

lo ignorado, presentes ambos en las Ruinas²⁰¹ (...). Porque las Ruinas tanto enseñan por lo que muestran como por lo que ocultan u omiten. Saber positivo, saber negativo, naciendo de las Ruinas que así representan un durar, un *permanecer encubierto* de la arquitectura”.

A ruína e a arquitectura:

“Lo oscuro y lo familiar, lo concordante y lo discordante, final de una discordia en la mirada-acción del arquitecto: presencias, ausencias, diferencias entre lo que hay, lo que hubo, lo que podría haber, que marcan la distancia exacta entre Ruina y arquitectura. Diferencias, algo añadido a la Ruina, *añadido intencionalmente*, como base de la dialéctica Ruina-arquitectura”.

A ruína e o arquitecto:

“Así el ejercicio de la restauración de estas Ruinas se convierte de un modo, si se quiere empírico, en el aprendizaje más seguro para el arquitecto; más aún, en la prueba de su capacidad como tal, pues en opinión de Leonardo, que juzgo no superada hoy: un buen arquitecto ha de ser un buen restaurador, un buen *reconstructor*, pues sólo quien es capaz de dominar la *concordantia partium* podrá resolver la *discordantia*, que arruina y deshace una obra de arquitectura, colmatando, en *sabia metamorfosis*, sus excitantes vacíos”²⁰².

A ruína e a memória:

“Esta presencia, que es a la vez ausencia de la arquitectura en la Ruina, nos lleva de lo que sabemos o pensamos en lo que vemos, a lo que no vemos o no hemos pensado nunca, pero que ahora nos parecen próximos, alcanzables, espoleada nuestra imaginación por la fragmentación de la Ruina. Reflexión que nace de una ficción creadora: lo que hay, lo que falta, lo que

²⁰¹ A este propósito, Ustárroz refere-se ao trabalho de Edgar Wind (1968), que analisou com profundidade.

²⁰² Argumento desenvolvido por Gaetana Cantone (1978).

podría haber en otro lugar, en otro espacio..., así hasta el infinito. Seguramente la memoria y el olvido tienen el mismo origen, colman el mismo vacío en las Ruinas (...)

Rafael Moneo, no prefácio (1997, p.6) à obra de Ustárroz, realça: “Las ruinas para Alberto Ustárroz no son muestra indiscriminada del paso del tiempo y de cómo esto se hace sentir en la obra de arquitectura”. Com efeito, o autor afirma (p.15) que “Por tanto, la lección de las Ruinas no busca un tiempo perdido, arqueológico y estanco, sino la vida del proyecto”.

Desde logo, e recuperando uma conclusão do capítulo anterior, percebemos que a partir do séc. XVI um expressivo número de castelos portugueses se encontrava incapaz do ponto de vista estratégico e militar, devido ao crescente uso da artilharia, anunciando-se a partir dessa época uma nova ciência da arte de fortificação – a abaluartada – que obedecia a critérios de concepção e construção distintos. Apesar de alguns exemplares, sobretudo os que se localizavam nas linhas naturais de entrada no território (Alentejo, Beira Alta e Minho) ainda terem sido, por esta razão, objecto de algumas obras de intervenção (relevantes, por vezes) que lhes alteraram significativamente a fisionomia, a maioria dos castelos exibia a sua sobrevivência à mercê do tempo, em virtude, como já anteriormente referimos, do seu quase exclusivo uso militar, entretanto delido.

Como cogitação final, não valorizaremos em demasia uma visão histórica, arqueológica, romântica ou literária do assunto, pretendendo, de outro modo, através destas características compreender as circunstâncias que estiveram na génese da relação e do enquadramento da arquitectura e do papel do arquitecto em tais estruturas em ruínas, primeiro como capacidade de juízo e de selecção dos valores pré-existentes e, depois, como projecto – o momento da intervenção –, meio de expressão conceptual e material de uma nova condição.

De igual modo, pretende-se inferir como estas pré-existências de cariz militar, caracterizadas por ausência funcional e vazio material, e o projecto de arquitectura foram utilizados e delimitados, a partir de 1929, por uma política patrimonial que se pretendia única, tendo por objectivo primeiro a representação de uma imagem simbólica e de uma identidade que se

desejava restaurar e autenticar, um benquisto passado, harmonizando a história e a memória com o projecto político.

Assim, se de um lado é necessário compreender os acontecimentos que levaram à ruína da maioria destas estruturas militares, de outro deseja-se conhecer, a partir de uma conjuntura nacional, nalguns casos mesmo internacional, como elas assumirão no séc. XIX, em contextos diversos, um significado ligado ao valor histórico, quais marcos de definição do território nacional que, associados à degradação e ao abandono, seriam mote de medidas de salvaguarda através de dispositivos de classificação legal e, mais tarde, sobretudo a partir de 1929, considerados com “(...) vocação simbólica que se ligava ao reconhecimento do sentido primário da fundação de muralhas e castelos: a de significar a *civitas* e de constituir marca visível de domínio territorial”²⁰³.

2.3 Castelos e valorização do património arquitectónico

2.3.1 A consciência patrimonial

Dominado pelo debate em torno da coesão social e moral em que o culto da memória e da tradição histórica configurava a função cultural de restabelecer a confiança nacional e a renovação do País, o séc. XIX constituiu-se como época defensora da consciência patrimonial de objectos arquitectónicos relevantes, os monumentos²⁰⁴, enquanto instrumentos privilegiados de união e reconhecimento que importava transmitir às gerações vindouras como herança do passado²⁰⁵.

²⁰³ Cf. Tomé, 2002, p.61.

²⁰⁴ O vocábulo “monumento” (derivado do latim *monere*, que significa advertir ou recordar), aqui entendido como obra que lembra, vem registado nos dicionários publicados em Portugal desde o séc. XVIII, acentuando-se a sua divulgação durante o século seguinte. Este termo-conceito será à frente amiúde retomado e desenvolvido.

²⁰⁵ Função generalizada atribuída a estes objectos arquitectónicos durante a época de novecentos e no século seguinte, por Alexandre Herculano, como havemos de evidenciar em diversas oportunidades, e mais tarde por Henrique Gomes da Silva, que desempenharão papéis determinantes, de algum modo paralelos nos respectivos propósitos.

Esta consciência protectora surge como resposta a um tempo de profundas mudanças, impostas designadamente por revoluções políticas liberais e pela Revolução Industrial, que criavam uma separação nostálgica em relação a estes proeminentes objectos arquitectónicos, incrementando na sociedade em geral uma natural necessidade da sua salvaguarda. Assim, vai assistir-se no decorrer desta época, por um lado, à atracção e ao desejo irreversível pelo progresso, por outro, a uma certa nostalgia que se reverá num retorno ao passado e seus monumentos.

Miguel Soromenho e Nuno Vassalo Silva (1993) recordam que em Portugal (de encontro ao que expusemos no capítulo anterior), já no decorrer da Idade Média haviam sido empreendidas várias iniciativas de protecção ou de conservação de edifícios, sobretudo, e no caso que aqui importa, de estruturas militares (sobretudo, castelos). Do conjunto de factos e notícias relatados, expondo com detalhe algumas das medidas de salvaguarda operadas na rede dos castelos portugueses durante a época medieval, podíamos realçar as 57 obras mandadas executar no período dionisino, que transformaram decisivamente o seu perfil arquitectónico e a estratégia de defesa do território²⁰⁶, as 96 notícias relacionadas com as operações realizadas no período que media entre 1357 e 1448²⁰⁷, e ainda o registo desenhado por Duarte de Armas²⁰⁸ que tinha por encargo aquilatar da necessidade de intervenção nestas estruturas na totalidade da raia do reino e, além disso, avaliar o andamento de muitos trabalhos já encetados, numa perspectiva espacio-global.

Destas iniciativas merecem alguma relevância, entre outras, pelo seu carácter selectivo e particular, as produzidas no último quartel de trezentos por D. Fernando, que no contexto das guerras com Castela, tanto denotaram vontade de reedificar lanços de muralhas de castelos, como de as libertar e desimpedir de edificações inoportunas. Igualmente é de referir outra figura com notoriedade neste processo, D. Afonso IV, pela implementação de medidas relacionadas com a coordenação e orientação dos trabalhos de

²⁰⁶ Cf. Barroca (1998) e Mapa 07 (“Intervenções em fortificações no período dionisino”).

²⁰⁷ Cf. Monteiro (1999) e Mapa 08 (“Intervenções de conservação e reforço em castelos e cercas (1357-1448)”).

²⁰⁸ Cf. Armas (1990) e Mapa 11 (“Castelos que constam do *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas”).

conservação dos castelos, sob a direção dos corregedores de comarca (oficiais surgidos a partir de D. Dinis), cuja tarefa era verificar o estado de conservação dessas estruturas militares e assegurar a sua manutenção. Enquadrados por uma regulamentação específica de intervenção, cabia-lhes, em função das inspeções realizadas, determinar que obras era necessário levar a cabo e delas dar o respectivo conhecimento ao rei.

Este quadro decorria essencialmente de imperativos estratégicos pontuais, mas também de um quadro mais alargado de interesse territorial. Soromenho e Silva (1993) referem, a título de exemplo, como resultado de ditames associados à necessidade de rapidez nas obras de fortificação, o aproveitamento dos trechos remanescentes de anteriores estruturas, nomeadamente de recintos muçulmanos amuralhados. A situação seria complementada por legislação régia adequada, a qual encontra eco em Afonso X, rei de Leão e Castela, que preconizava a manutenção de castelos e outras construções antigas²⁰⁹. Igualmente referem que a urgência deste esforço se revelou na prestação obrigatória de trabalhos de reparação por parte das populações, a *anúduwa*, que só viria a ser atenuada no tempo de D. Afonso III, em 1265²¹⁰. Destacam ainda o conjunto variado de acções de prevenção desempenhado pelas Ordens Militares. A propósito destas últimas, integradas nas *Visitações*, que tinham por desígnio inspeccionar tanto a conformidade do culto e as orientações papais quanto a conservação de edifícios religiosos e militares, citam, através de Joaquim de Oliveira Caetano (1990, p.82), a *Regra e Statutos da Ordem de Santiago* de 1542 que a esta conjuntura faz referência, pois “algüs alcaydes mores e comendadores de nossa ordem, esquecidos da obrigaçam que tem de olharem pelas fortalezas dela e de as terem bem repairadas e a bom recado por algüs respeytos particulares nam vivem nas tais fortalezas onde tem apousentamentos e por ysto se danificam e perdem”.

Se no cômputo geral as medidas de conservação dos imóveis se guiaram por uma preocupação relativa aos valores simbólicos de uso, outros factores, porém, se lhes vieram paulatinamente a associar. Ao interesse pelo antigo juntou-se o advento da história urbana que, sob a pena dos humanistas, fez

²⁰⁹ Cf. ANTT, Núcleo Antigo, Livro 3, “Livro das Partidas de Castela”.

²¹⁰ Cf. Larcher, 1933-1935.

incidir um olhar atento sobre as mais destacadas construções das cidades – consideradas monumentos –, investindo quer nos estudos humanísticos, quer no gosto emergente sobre conhecimento da arqueologia clássica.

Entre nós, Soromenho e Silva (1993) destacam o caso de André de Resende pelo contributo que prestou a Évora e seus edifícios históricos, os quais estimularam o reconhecimento monumental do seu património clássico no séc. XVI, afirmando a cidade e legitimando a importância do seu passado. Também em quinhentos, Damião de Góis, Gaspar Barreiros e Francisco de Holanda estenderam as suas obras a esta temática. Contudo, nem só a história antiga afluía nas preocupações contemporâneas. A monarquia, no caso a dinastia de Avis/Beja, organizou em paralelo um discurso de legitimação própria, com reflexos na tentativa de preservação e valorização ideológicas de determinados bens específicos. Assim aconteceu com as intervenções nos túmulos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I em Santa Cruz de Coimbra por iniciativa do mecenato manuelino, e na zona *non aedificandi* em redor dos Jerónimos que, visto o seu valor simbólico, foram alvo, por iniciativa régia, de medidas que iam da “ordem directa de demolição de clandestinos (...) à proibição de estender roupa na praia em frente ao Convento”²¹¹. De igual modo, as acções de Filipe II (1598-1621) descortinaram na conservação de construções antigas métodos aparatosos de afirmação e legitimação do poder, o que neste caso não passaria certamente pelo Mosteiro dos Jerónimos, nem por outros que invocassem directamente feitos patrióticos portugueses.

Para Rodrigues (1998), a reconstrução dos túmulos dos monarcas D. Afonso Henriques e D. Sancho I não deve ser interpretada como resultante de uma consciência de preservação do património histórico mas, tão-só, como uma medida de legitimação da dinastia de Avis. Contudo, segundo Soromenho e Silva (1993, p.29) é o séc. XVIII a época em que

“(…) surgem as primeiras políticas articuladas de conservação e restauro patrimoniais, condensadas agora num único quadro conceptual e acompanhadas por uma ampla produção legislativa, pelo aperfeiçoamento dos

²¹¹ Cf. Rossa, 1989, p.126.

suportes técnicos de intervenção, pelo aparecimento da ideia de “restituição” e de um discurso integrador do objecto no seu contexto histórico”²¹².

Um alvará que D. João V (1707-1750) assinou em 20 de Agosto de 1721²¹³ atribuiu à Academia Real de História Portuguesa (ARHP), de recente fundação (um ano antes), e ao seu secretário, o exame e a conservação dos “monumentos antigos” que havia e se podiam descobrir no reino, oriundos dos tempos em que nele dominaram Fenícios, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Árabes, bem como dos existentes até ao reinado de D. Sebastião (1557-1578). Este conceito de “monumento” compreendia, para além de edifícios, estátuas, mármore, medalhas, moedas e outros utensílios que remontavam às civilizações atrás referidas, cuja descoberta em muito interessava, segundo o documento, à glória da nação portuguesa. Bucho (2000) destaca a importância atribuída ao valor arqueológico dos artefactos como fonte de conhecimento e descreve que na prática as Câmaras Municipais, para além da obrigatoriedade de informar a Academia sobre as descobertas recentes, eram também responsáveis pela conservação das antiguidades. Aliás, o alvará obrigava toda a pessoa, de qualquer estado e condição, a não ocultar vestígios com valor histórico. Em consonância, também a Igreja defendia os valores históricos e artísticos que estavam sob a sua guarda. Segundo Bucho (2000), tal alvará pode ser considerado o primeiro documento de Estado sobre protecção do património, ao demonstrar o interesse pelo seu valor histórico. Porém, isso não obsta que afirme ter sido o séc. XVIII, como os anteriores, um período de contradições. Apesar da publicação do alvará de D. João V, refere (2000, p.86) que algumas intervenções se pautaram por discrepâncias de princípios que resultaram

²¹² Referência deve também ser feita às competências atribuídas aos arquitectos do reino durante os sécs. XVII e XVIII, o que comprova a importância reconhecida pela corte à “(...) manutenção das fábricas ligadas simbolicamente aos momentos fastos da monarquia portuguesa” (Soromenho e Silva, 1993, p.27).

²¹³ Cf. Alvará de D. João V sobre os Monumentos Antigos, na obra “Monumentos Nacionais” (Pereira, 1900).

Para Rosas (2004), a atitude de D. João V ao criar a ARHP nesta data e introduzir a lei de protecção e estudo de monumentos antigos integra-se no fenómeno europeu que Choay (2000a) denominou de “tempo dos Antiquários”, época de interesse pelo conhecimento das antiguidades nacionais.

“(..) de uma repartição excessiva de poderes, característica deste regime senhorial, que nos dá esta panóplia contraditória de exemplos e nos impossibilita de falar em política patrimonial” e ilustra tal conclusão recorrendo a dois casos de índole distinta: as obras de renovação realizadas em várias igrejas ao abrigo de uma intenção religiosa – o programa *tridentino*, vulgarmente denominado “Igreja Triunfante”²¹⁴ – que com a recente riqueza provinda do Brasil revestiram com “(..) um manto áureo a “singeleza” das construções anteriores” e a intervenção efectuada na igreja de São Frutuoso de Montélios, com a manutenção de partes antigas.

Acerca desta última, Soromenho e Silva (1993) relevam a política esclarecida do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles que quando se pretendeu intervir no templo sagrado de S. Frutuoso não autorizou a destruição do imóvel moçárabe, para não se perder o valor da antiguidade, custeando apenas a operação desde que permanecesse para sempre a memória da antiga.

O que os autores do séc. XVIII pretendiam com estas “memórias” era descortinar paralelos entre as origens da civilização, que aqui se confundem com a gênese da nação e o seu tempo, na tentativa de construir uma unidade cultural que expurgasse as mudanças determinadas pelo tempo e pelo espaço: “Estamos perante uma mundividência em que o belo e o bom permanecem inalterados, desde o princípio das coisas, em todas as dimensões da sua realidade. E são omnipresentes, revelando-se em Deus, na natureza, nos homens e nos objectos”²¹⁵. Para Rodrigues (1998), o conceito de “monumento histórico” (do património construído ao património na sua totalidade) é anterior ao aparecimento da sua designação específica. Em concreto, na centúria de setecentos com a denominação “monumentos antigos” – “memórias” –, pretendia-se “verificar muitas notícias da venerável antiguidade (...) & conhecimentos dos séculos passados (...)”²¹⁶.

Em 4 de Fevereiro de 1802, D. João VI (1816-1826), à data príncipe regente, confirmará aquele alvará²¹⁷, cometendo as atribuições antes atribuídas

²¹⁴ Cf. Margarida Calado, 1989.

²¹⁵ Cf. Rodrigues, 1998, p.42.

²¹⁶ Cf. Alvará de 20 Agosto de 1721.

²¹⁷ Cf. Alvará de 1802, na obra “Monumentos Nacionais” (Pereira, 1900).

à ARHP, que cessara as suas actividades académicas cerca de 1760²¹⁸ e assim inviabilizando a partir de então a continuidade da recolha de antiguidades arqueológicas, epigráficas e numismáticas, ao Bibliotecário Maior da Real Biblioteca de Lisboa²¹⁹, de algum modo prevendo o nascimento nesta instituição de uma colecção de peças antigas e raridades: um museu.

Segundo Rodrigues (1998), a vocação pedagógica dos imóveis históricos manifesta-se na responsabilidade atribuída à Biblioteca de os inspeccionar, estudar e inventariar. Desta conjuntura depreende-se um princípio em que o monumento vale por aquilo que representa do passado de uma colectividade em que se encontram arraigados valores da vida religiosa, social, cultural, económica, política e moral. Este conjunto de valores manifesta-se em obras, sejam elas de maior ou menor dimensão artística. O simbolismo de um imóvel do passado, enquanto testemunho da história da nação, sobrepõe-se à forma arquitectónica, aos incidentes artísticos.

Com o início do séc. XIX, um conjunto de acontecimentos, de que podemos destacar as invasões francesas e os conflitos políticos emergentes entre as facções absolutista e liberal, vão determinar em Portugal uma nova situação cujos contornos se reflectiriam de forma inevitável e imediata no património cultural e tornariam o alvará de 1802 na prática inconsequente.

Perante estas circunstâncias e sem recursos humanos e financeiros adequados, as câmaras, a quem cabia por competências atribuídas por tal alvará uma quota-parte da responsabilidade sobre o património, adoptariam posições que passaram por abandonar os imóveis, deixando-os à mercê da ruína, por transformá-los em espaços para serviço público quando não existia verba para construir novas estruturas de raiz, ou ainda por torná-los rentáveis através da venda dos terrenos onde tinham sido edificados, o que, a prazo, significava a sua demolição. Este conjunto de atitudes constituiu no entender de algumas pessoas um dos principais motivos para o estado de degradação em que se encontrava o património em Portugal.

²¹⁸ O vazio deixado por esta instituição cultural seria colmatado com a criação da Real Biblioteca Pública, em 1796.

²¹⁹ A este incumbia a correspondência com as câmaras, de molde a zelar pelos objectos da antiguidade e a estas a responsabilidade de comunicarem os achados feitos na sua jurisdição administrativa. Segundo Custódio (1993, p.38), “Foi por esta razão que, desde 1802 a 1870, a Inspeção dos Monumentos e Antiguidades esteve nas mãos da Biblioteca Nacional”.

Por esta razão se entende, como veremos adiante, a posição de Alexandre Herculano que, apesar de acreditar num poder descentralizado, defendia a existência de uma lei centralizadora que estipulasse que os monumentos nacionais fossem propriedade pública e não de particulares, municípios ou localidades.

2.3.2 As visitas de estrangeiros a Portugal

No final do séc. XVIII manifesta-se especial interesse internacional (sobretudo, europeu) pelo estudo dos nossos monumentos²²⁰. Este período ficou de forma apreciável assinalado pelas viagens a Portugal de ilustres estrangeiros que procuravam nas suas excursões, imbuídos de um espírito romântico que se afastava do racionalismo cartesiano que caracterizava o *Iluminismo*, contemplar edificações arcaicas e em ruínas, dispersas por paisagens agrestes. Seriam estas singularidades que levariam a incluir Portugal nos roteiros de viagem, ao contrário do que sucedia numa época em que como complemento de erudição, ou por mero prazer de viajar, os países mais visitados por aristocratas eram os do *Grand Tour* romântico, como a França, a Itália, os Países Baixos e a Alemanha.

Em oposição ao vazio metafísico ditado pelo Iluminismo, no novo quadro cultural e mental que se desenha à sombra do *Romantismo* acontece uma renovação religiosa que imprime os contornos de um misticismo apostado em recuperar a fé. Neste sentido, o mundo cristão elabora argumentos com o intuito de afirmar a originalidade e a excelência da civilização ocidental erguida sob a força e unidade do Cristianismo: se a “(...) Idade Média, na perspectiva legítima de continuidade histórica, surge, contra a Antiguidade Clássica, como a *época de ouro* da unidade e pureza do Cristianismo, o desejo de construir um conjunto de obras identificadas com a religião cristã leva, em detrimento das ordens clássicas, à gradual aproximação do gótico”²²¹.

²²⁰ Sobre este assunto podem consultar-se os trabalhos de Manuel Bernardes Branco (1983) e de Maria Clara Kulmacz (2003).

²²¹ Cf. Neto, 2001, p.27.

Em Inglaterra, onde ainda persistia uma velha tradição edificante medieval, assiste-se nos círculos mais cultos da sociedade a um crescente interesse pelo estilo gótico, a que se associa a admiração por um sentimento bucólico e pitoresco procurado por poetas e escritores.

A par da feição literária, o gótico foi objecto de contributos oriundos da arqueologia na procura e recolha de elementos medievais a partir de meados do séc. XVII. Será contudo no séc. XVIII que da colaboração destes dois grupos, literatos e arqueólogos, nasce o *gothic revival*, para dar origem, à sombra de sociedades eruditas, a um conjunto de iniciativas, como a discussão sobre a génese e a evolução do estilo gótico.

Assim se justifica que o património construído em Portugal acabasse por ser, de forma indirecta, interveniente neste processo de reflexão e debate, já que vai servir de estudo para muitos estrangeiros que nos visitavam em busca de uma consolidação teórica. Mas não foi só do ponto de vista arquitectónico que estas visitas se tornaram importantes, já que também o simbolismo e o culto católicos testemunhados nos templos medievais foram alvo de descrições as mais extraordinárias.

Na verdade, o território português e o seu património arquitectónico construído eram marcados por várias contingências, fruto de circunstâncias com origens diversas (naturais e humanas), em que os visitantes, provenientes em especial do norte da Europa, podiam vislumbrar não só razões que simbolizavam os seus ideais, como também motivos que determinavam a sua intenção de viajar, a saber: perpetuar o passado, contemplar o exótico e mirar o *pitoresco*²²². O interesse que os românticos manifestavam pelos legados monumentais encontrará a sua primeira expressão na “literatura de viagens”, com publicações descrevendo as jornadas vividas. Após um período inicial, as características dos livros de viagens assentaram nos três vectores específicos acima referidos, passado, exótico e pitoresco, que sobremaneira as incentivaram. Terá sido por esta via que a atenção pelos monumentos históricos fez a sua introdução em Portugal, nomeadamente através dos aristocratas ingleses que, para além do seu gosto

²²² O termo pitoresco provinha do italiano *pittresco* que significava “à maneira dos pintores”. Recordando Uvedale Price (1794), o pitoresco é definido em função do contraste, da variedade, da irregularidade e da rusticidade, provocando no observador a curiosidade.

inato por viajar, mantinham com Portugal sedimentadas relações económicas desde o séc. XVIII. O interesse pelo passado traduzia-se na atracção pela compreensão da história local, com seus usos e costumes. Em simultâneo, os testemunhos, agora em ruínas, demonstravam o carácter efémero das coisas, motivo para a continuidade da utopia romântica. O exótico e o pitoresco encontram referências na vetustez e na diversidade relacionando-as directamente com paisagens, climas, artes, usos e características de outros povos.

Conforme evidencia Costa (1997b, p.59), socorrendo-se a propósito dos trabalhos de James Murphy²²³, Portugal constituía um vasto campo de informação para “(...) o historiador – e, também, para o naturalista e o político (...)”. Os estudos histórico-arqueológicos de que alguns dos mais destacados monumentos foram objecto neste tempo, como os mosteiros de Santa Maria da Vitória da Batalha e de Santa Maria de Alcobaça, constituíam-se também motivos primordiais das visitas de estrangeiros, que aliavam à curiosidade artística a citada componente pitoresca, proporcionada por paisagens e costumes.

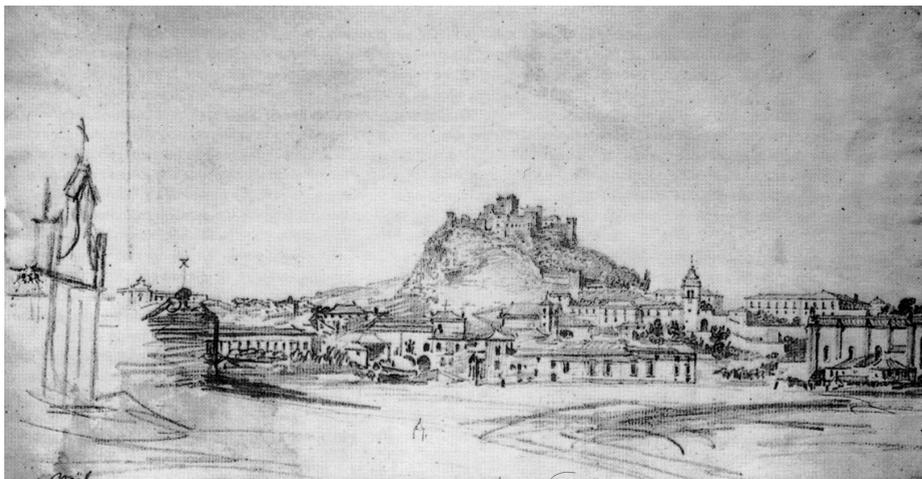


Figura 31 – Castelo de Leiria, Alexandre-Jean Noël, 1780

²²³ Vejam-se as publicações de Murphy (1795a, 1795b e 1798). As duas primeiras, *Plans, Elevations Sections and Views of the Church of Batalba* e *Travels in Portugal (In the Years 1789-1790)*, têm origem nas visitas do autor a Portugal, que percorre de Norte a Sul entre 1789 e 1790. Na terceira produz uma versão ampliada, *A General View of the State of Portugal*, onde detalha alguns aspectos sobre os usos, os costumes e a economia da sociedade portuguesa.

Para a autora (pp.61-62), os desenhos de Alexandre-Jean Noël “(...) integram-se nesta corrente pré-romântica que, nas novas fontes de inspiração, aliava à admiração pela Idade Média um devaneio romântico por cenários desconhecidos”. Alexandre-Jean Noël havia visitado Portugal em 1780 e entre os seus desenhos destacam-se, uma vez mais, os dos mosteiros de Santa Maria da Vitória da Batalha e dos Jerónimos, para além do de Santa Maria de Alcobaça e do castelo de Leiria (figura 31).

Esboçamos a seguir algumas considerações sobre o que “disseram” alguns dos visitantes que vieram até nós no final do séc. XVIII e no séc. XIX, designadamente o supracitado James Murphy, e William Beckford, Ferdinand Denis e Conde Athanasius Raczynski.

Quanto a Murphy (1795a), este põe especial enfoque no Mosteiro da Batalha que na sua perspectiva assume real interesse histórico e artístico, considerando-o a par dos mais famosos edifícios góticos da Europa. Em *Travels in Portugal (In the Years 1789-1790)* (1795b), juntamente com o Mosteiro da Batalha são mencionados o Mosteiro de Alcobaça (de igual modo, reputado de muito relevo), o Mosteiro dos Jerónimos, o Aqueduto de Lisboa, o Mosteiro (manuelino) da Serra de Sintra, o Palácio de Sintra e o Palácio-Convento de Mafra. Também dá notícia de algumas ruínas, dentre as quais, porque interessam sobremaneira a este estudo, são de realçar restos de torres, muros e fortificações de Beja.

Das excursões à Batalha e a Alcobaça em 1794, Beckford (1856) fez descrições diárias. A obra *Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaça and Batalha* traduz manifestamente a expressão de uma sensibilidade romântica que reconhecia no gótico o modelo ideal e perfeito de sociedade que melhor corresponderia aos anseios de uma nova geração. No entanto, seria na publicação *Italy with Sketches of Spain and Portugal* (1834) que descreveria a sua primeira estada em Portugal (em 1787), altura em que visitou várias outras edificações.

Embora desconhecendo-se a época concreta em que permaneceu em Portugal, Denis publica em 1846 o livro *Portugal*, onde, entre outros textos, elabora o inquérito *Statistique Monumentale* sobre os monumentos portugueses. Para além do valor arqueológico, propõe-se também evocar os monumentos pelo valor arquitectónico, usando contudo um critério que

incluiu construções contemporâneas, ou demasiado recentes, para com propriedade poderem ser consideradas monumentos históricos. Em relação a estes, optou por uma ordem que não os integra num período cronológico específico, delimitado por épocas históricas, mas antes os agrupa segundo a sua índole arquitectónica. Denis ocupa-se nas suas narrativas históricas e artísticas, entre outras construções, das ruínas do castelo de Leiria.

Por último, uma palavra sobre Raczyński e seus escritos. Chegou a Portugal em 1842 e aqui permaneceu três anos, revestindo os seus estudos a forma de um volume com vinte e oito cartas dirigidas à Sociedade Artística e Científica de Berlim, publicado em 1846 como *Les Arts en Portugal – Lettres Adressées à la Société Artistique et Scientifique de Berlin et Accompagnées de Documents*, e a elaboração do *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, que em 1847 veio dar continuidade à obra anterior. Embora considerando o Mosteiro da Batalha e o Convento de Cristo em Tomar como os monumentos históricos mais representativos da glória de Portugal, referência é feita, entre muitos outros casos, às ruínas dos castelos de Leiria, Óbidos, Palmela, Pombal e Montemor. Para França (1966, 1, p.393), as análises de Raczyński constituem “(...) a base crítica mais séria de que pode dispor a historiografia artística neste país”.

Quer pela ausência de boas vias de comunicação e alojamentos minimamente aceitáveis, quer pelos próprios monumentos escolhidos, os circuitos dos viajantes incidiram sobretudo em Porto e Lisboa e respectivos arredores (especialmente Sintra), ainda que se encontrem entre os mais procurados alguns implantados nas regiões de Coimbra e de Leiria. Do conjunto de imóveis mais visitados ressaltam o Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e Mosteiro de Santa Maria de Belém (Mosteiro dos Jerónimos), todos eles considerados como integrando o estilo gótico.

Segundo Rosas (1995), em 45 livros escritos por estrangeiros entre 1795 e 1896, somente 25 demonstram interesse e fazem referência explícita à arquitectura medieval portuguesa, sendo os monumentos mais mencionados e visitados os mosteiros góticos e manuelinos e os castelos medievais, nomeadamente, e por ordem decrescente: 1. Mosteiro da Batalha; 2. Mosteiro de Alcobaça; 3. Mosteiro dos Jerónimos; 4. Sé Velha de Coimbra; 5. Sé de

Braga, Sé de Lisboa, Igreja de Nossa Senhora de Oliveira de Guimarães e castelo de Leiria; 6. Convento de Cristo em Tomar, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, castelo de Pombal, castelo de Alcobaça, Torre de Belém, Igreja de Santa Maria do Olival de Tomar, Palácio Nacional de Sintra e Igreja de Cedofeita do Porto; 7. Mosteiro de Leça do Bailio, Igreja de Santiago de Coimbra, Igreja de Almacave, Sé do Porto e castelo da Feira.

A relevância da generalidade das obras legadas pelos estrangeiros que nos visitaram, deixando notícia sobre exemplares os mais destacados do nosso património arquitectónico, assenta no facto de ter contribuído de modo crucial para o despertar da consciência nacional para a nossa herança artística e patrimonial. A atenção dedicada por esses autores à degradação e deterioração do construído, assim com às obras mal cuidadas, viria a ter inevitável repercussão em posteriores atitudes assumidas por alguns estratos da sociedade portuguesa.

2.3.3 O período revolucionário liberal

Às reflexões que as visitas de estrangeiros a Portugal a partir das últimas décadas de setecentos haviam suscitado ir-se-iam acrescentar, como frisámos, tomadas de posição de figuras ilustres da cultura portuguesa não alheadas da conjuntura histórica que se vivia, entretanto afectada por quatro eventos que justificaram, por via dos danos provocados, um incremento da atenção votada aos monumentos históricos, “(...) o terramoto de 1755, as invasões francesas de 1807 a 1811, a Guerra Liberal de 1832 a 1834 e a vitória do liberalismo em 1834”²²⁴. Estes acontecimentos, também, constituíram móbil para a vinda até nós de significativo número de estrangeiros imbuídos de uma curiosidade exótica e romântica, perante as circunstâncias devastadores que alteraram parte da imagem do património edificado.

Embora os primeiros dois daqueles acontecimentos tenham provocado uma considerável degradação no património arquitectónico (sobretudo o segundo, dado o volume dos saques e dos actos de vandalismo perpetrados pelo invasor),

²²⁴ Cf. Rodrigues, 1998, p.25.

será um conjunto de “leis revolucionárias” da autoria do poder liberal instituído (como a decisão de em 1834 extinguir as Ordens Religiosas, com a consequente nacionalização dos respectivos bens), o responsável primeiro por uma onda de destruição que deixará moribundo um largo número de imóveis da Igreja.

A instituição do ideário liberal, após a tentativa falhada entre 1820 e 1823, só se tornou possível terminado o conflito militar de 1832-1834 entre as facções absolutista e liberal. Para os liberais a vitória traduziu-se na prática em algo mais do que uma mera conquista militar e ideológica, propiciando uma oportunidade de reestruturação política, social e religiosa. Integrados num conjunto de medidas de ruptura com o passado absolutista, que se pretendia apagar suprimindo os seus símbolos mais representativos, surgem o Decreto de 15 de Maio de 1833 e, sobretudo, o decisivo Decreto de 28 de Maio de 1834. O Decreto de 1833 prevê a extinção de todos os conventos, hospícios e mosteiros abandonados e a nacionalização dos respectivos bens, proibindo de imediato o noviciado em todos os institutos religiosos do clero regular. Pelo decreto de 1834 são abolidos todos os institutos do clero regular masculino, doze femininos e dispersas as respectivas populações, enquanto os restantes institutos femininos iriam, de forma lenta, encerrando as portas por morte das religiosas entretanto não substituídas em virtude da interdição do noviciado. Com efeito, este último decreto

“Extingue geralmente em todo o Reino de Portugal, Algarve, Ilhas e Domínios Portugueses, todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, seja qual for a sua denominação, instituto ou regra. Os bens que dizem respeito às mesmas ordens ficam incorporados nos próprios bens da Fazenda Nacional”²²⁵.

Como Neto (1997, p.51) esclarece, a abolição das Ordens Religiosas não residiu somente na necessidade de vender bens para realizar dinheiro por parte do Estado Português – “A extinção é independente da incorporação dos bens” –, embora a directiva oficial considerasse a venda de tal património medida essencial para o equilíbrio e salvação da economia da nação e,

²²⁵ Cf. Bucho, 2000, p.88.

com uma certa lógica, uma forma legítima de custear as consequências de uma guerra cuja responsabilidade caía invariavelmente sobre os derrotados. Neste sentido, percebe-se que, mais do que uma atitude económica, por detrás esteve uma decisão política, reflexo da vaga anticlerical que considerava as instituições do clero (regular e secular) obstáculos à nova ordem. A Igreja constituía-se como um dos alicerces do Antigo Regime, senhorial e feudal, que urgia eliminar por motivos económicos (clero regular) e enfraquecer por razões político-culturais (clero secular), devido à incompatibilidade entre a nova consciência revolucionária liberal, com o seu sentido individualista e de liberdade, e a estrutura monástica conservadora.

Se a reforma religiosa em que se integra a extinção das Ordens Religiosas assume importância na instituição do regime liberal, do ponto de vista do património cultural ela traduziu-se em perdas elevadas. Como refere Neto (1997, p.51), “A profanação, a destruição, o roubo e a venda abusiva foram uma constante, criando uma situação comparável ao vandalismo pós-revolucionário em França (...)”.

De facto, com a Revolução Francesa de 1789 surge também uma onda de destruição que atinge as antiguidades monumentais. Fruto de uma intenção política premeditada, aos olhos dos novos revolucionários alguns objectos do passado, entre os quais os monumentos, constituíam-se símbolos do anterior regime que interessava apagar. Neste pressuposto, seriam tomadas medidas com o intuito da nacionalização dos bens da Coroa, da Nobreza e da Igreja, o que, em consequência, levaria a que aqueles (os monumentos) fossem alvo de processos de destruição, por virtude do que representavam na antiga ordem. Consequência de um profundo sentimento anticlerical evidente, para além da pilhagem do recheio de magníficos palácios, entre outros actos de vandalismo, não se pouparam as construções religiosas, nomeadamente catedrais, igrejas, conventos, etc. Se esta onda de destruição obedeceu a fins económicos, também grande parte dos monumentos foi adaptada a outras funções que as novas necessidades públicas impunham: conventos, castelos, igrejas e outros imóveis seriam reconvertidos em quartéis, prisões, hospitais, etc. A outros bens, porém, estava destinado um desfecho mais cruel: demolição de uns, a fim de servirem de pedreiras, esvaziamento de outros, para os materiais serem utilizados com novos fins construtivos. Contudo, e de

forma paradoxal, como refere Choay (2000a), as primeiras medidas proteccionistas que tenderam a travar esta onda de destruição partiriam dos mesmos homens e instituições revolucionárias responsáveis pelos actos vandálicos. Igualmente para Neto (2001, p.35)

“É o momento de passagem da preservação iconográfica, através da fixação dos monumentos em gravuras, à preservação real e da mudança da designação de *antiguidades nacionais para monumentos históricos*. São os primeiros sinais da aparição de uma consciência social pelos problemas da salvaguarda do património ditada pelo movimento de ideias em confluência no virar da centúria”.

Se neste período, revolucionário, se podem vislumbrar as origens da conservação dos monumentos históricos em França (ainda em 1790 é formada uma Comissão de Monumentos, sem grande sucesso, diga-se), só com a restauração da monarquia, em 1830, se vai assistir à consolidação de um processo organizado de protecção e conservação do património²²⁶.

Regressando ao caso português, este movimento de libertação da sociedade, da economia e da cultura constituiu em si próprio um imperativo e um passo histórico. Mas é incontroverso que o Estado se revelou incapaz de fazer face às consequências provocadas pelo elevado número de nacionalizações, onde no dizer dos românticos portugueses se englobaram destacados valores artísticos da nação e da Idade Média, não conseguindo salvaguardar o património cultural que delas reverteu.

Das várias construções que passaram para a posse do Estado, umas seriam reutilizadas em novas funções e algumas demolidas com o consequente aproveitamento dos seus materiais para outras edificações, daí resultando “(...) casarões abandonados, arruinados ou reutilizados com funções que os descaracterizaram (nomeadamente militares)”²²⁷, à semelhança do que ocorrera aquando da Revolução Francesa.

²²⁶ Sobre este assunto, algum detalhe pode ver-se em Choay (2000a).

²²⁷ Cf. Bucho, 2000, p.94.

2.3.4 O papel da literatura

Contrariando um cenário de permanentes excessos, fruto do triunfo do liberalismo, que por oposição e em ruptura com os valores e o funcionamento do regime anterior (o Antigo Regime, absolutista) pusera em causa o património móvel e imóvel, foi também com o séc. XIX que se gerou, a partir deste panorama tumultuoso, o primeiro movimento com relativa expressão em prol da defesa e salvaguarda do património histórico-cultural. Assim, entre outras medidas, desde cedo se levantou o problema da possibilidade da inventariação e classificação dos imóveis, a fim de decidir quais se deveriam constituir em monumentos, a preservar, sobretudo pelo Estado.

Inicia-se então um amplo debate sobre a sua protecção, que encontrou eco em certos círculos eruditos dedicados à história e à literatura e, de modo saliente, na imprensa ilustrada da época, veículo privilegiado de divulgação e protesto público e, concomitantemente, de formulação “teórica”.

O aparecimento da imprensa periódica no séc. XIX está associado à vitória do liberalismo e à promulgação em 1834 da lei de liberdade de imprensa. De entre as publicações da época desempenham papel especialmente importante as revistas ilustradas, pelo contributo dado à expansão da cultura artística, em que a consagração do monumento histórico em Portugal encontrou um meio de mediatização e discussão. Com efeito, os jornais e revistas “pitorescos e ilustrados”, de influência francesa e inglesa, destinavam-se ao grande público sendo que a “(...) utilização da gravura permitiu a difusão da iconografia dos monumentos portugueses e estrangeiros, factor essencial na definição de categorias como “monumento histórico, monumento nacional, gótico, manuelino e restauro”, e da sua alargada difusão junto da opinião pública”²²⁸.

É entre 1816 e 1817 que surge em Portugal a primeira de tais publicações dedicando as suas páginas à descrição de monumentos e incluindo as respectivas gravuras, o *Jornal de Bellas Artes ou Mnemosine Lusitana*, a que se seguiu um significativo número de jornais e revistas, dos quais, por ordem cronológica, destacamos: *O Recreio*, *Jornal das Famílias* (1835); *O Panorama* (1837-1868); *O Archivo Popular. Semanario Pittoresco* (1837-

²²⁸ Cf. Rosas, 1999, p.89.

-1843); *Universo Pittoresco* (1839-1844); *Museu Pittoresco* (1840-1842); *A Revista Universal Lisbonense* (1841-1859); *A Ilustração* (1845-1846); *Archivo Pittoresco* (1857-1868); *O Occidente* (1878-1915)²²⁹.

Correspondendo num primeiro instante a uma fase em que a cultura literária em Portugal estava identificada com o romantismo e, assim, imbuída de uma necessidade e vontade de conhecimento do passado, o jornalismo foi encarado, tal como sucedia em grande parte dos países europeus, no âmbito de uma renovação da literatura, como uma nova forma de expressão, conquistando nomes destacados da sociedade da época, como Alexandre Herculano e Almeida Garrett²³⁰.

Através da imprensa periódica pretendeu-se pedagogicamente proceder à divulgação de “conhecimentos úteis”, de índole científica e literária, com relevo para questões relacionadas com o estado do património construído.

De par com outros assuntos da sociedade, o ideal da ilustração, da formação crítica e da propaganda era um esteio que poderia fomentar o relacionamento entre grande parte dos interlocutores das mudanças sociais e culturais da época, que nestes periódicos desenvolviam uma função instrutiva e civilizadora, considerada essencial para o progresso do País. É o que se pode depreender, por exemplo no primeiro número da revista *O Panorama*, em 6 de Maio de 1837 (I, p.2):

“Trabalharemos por nos instruir e melhorar nossos costumes, aumentando a civilização nacional. É esta a mais bela resposta, que podemos dar ás acusações dos estranhos: é esta a unica resposta digna do caracter generoso, que nossos avós nos herdaram, e que não acabou de todo atravez de tres seculos de decadência (...) com melhores desejos de levar a cabo o virtuoso e patriotico proposito da Sociedade Propagadora dos conhecimentos úteis”.

²²⁹ Sobre este assunto veja-se também José Augusto França (1966, I) e Paula Dias Carneiro (1999).

²³⁰ Para Rosas (1995), se Garrett (por via de uma influência de origem inglesa) demonstra uma apetência estética pontuada de alguma cultura artística, escrevendo de forma tateante em produções literárias, Herculano (de influência francesa) interessou-se pela capacidade histórica dos monumentos, numa vertente mais teórica e sistemática, como veremos adiante, e teve influência decisiva em muitos outros autores ao longo dos sécs. XIX e XX.

Devido à extinção das Ordens Religiosas e à nacionalização dos seus bens, o Estado ficou depositário de um vasto património artístico. Numa fase posterior, através da Carta de Lei de 15 de Abril de 1835 seria determinado que da venda de bens nacionais ficariam excluídas obras e edifícios antigos que merecessem ser conservados como primores de arte e monumentos históricos símbolos de grandes feitos ou de épocas marcantes.

Na sequência da circular de 19 de Fevereiro de 1836²³¹ enviada pelo então ministro do Reino Luís Mouzinho de Albuquerque à Academia Real das Ciências de Lisboa, a quem dizia respeito a conservação dos monumentos, revela-se uma primeira preocupação para com os monumentos do Reino, tendo por alvo a classificação dos edifícios pertencentes às extintas Ordens Religiosas. Reclamava-se à Academia Real das Ciências de Lisboa que elaborasse uma relação dos edifícios pertencentes às Ordens Regulares incorporados nos bens da nação, que mercê do seu valor histórico-arquitectónico merecessem ser conservados pelo Estado como “monumentos públicos”. Para tanto, eles deveriam satisfazer certos requisitos: época de fundação, inter-relação com factos históricos, serem monumentos fúnebres, possuírem relíquias e exibirem qualidade arquitectónica.

A circular não foi cumprida e em 1840, na qualidade de inspector-geral interino da Direcção de Obras Públicas, Luís Mouzinho de Albuquerque lamentava o facto à rainha D. Maria II. No mesmo ano propõe à Academia de Ciências que conceba uma classificação que permita determinar quais os edifícios públicos destinados a serviços e quais poderiam ser classificados como monumentos nacionais, sendo que os últimos deviam ser sujeitos a inspecções e obras de conservação e de restauro, quando necessário. Uma vez mais estas propostas não teriam consequências imediatas. Mas a sua dedicação à causa patrimonial não se confinou à reclamação de leis de salvaguarda, já que dirigiu também trabalhos de intervenção no Mosteiro da Batalha entre 1840 e 1843, na qualidade de inspector das Obras Públicas do Reino. As intenções de Luís Mouzinho de Albuquerque revelam vontade de preservar a concepção original do edifício sem, contudo, pretender incutir

²³¹ Cf. Portaria de 19 de Fevereiro de 1836 a incumbir a Academia Real das Ciências de Lisboa da Inventariação dos Edifícios que merecessem ser Conservados pelo Governo.

uma interpretação pessoal na reconstituição das partes desaparecidas. Para ele a obra de Murphy (1795a) constitui fonte fidedigna para a intervenção. Das suas descrições relativas, quer à análise do existente, quer às intervenções pretendidas, resulta implícita uma metodologia próxima dos princípios filosóficos franceses – que ganhariam destaque com Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc – manifestados na unidade de estilo dos monumentos e na opção de expurgar acrescentos anacrónicos estranhos.

Também D. Fernando II, rei consorte de D. Maria II, dedicou parte das suas preocupações à causa do património arquitectónico. De entre as suas iniciativas, sensível que era aos argumentos românticos da época, contam-se contributos para a protecção dos monumentos nacionais, nomeadamente dos conventos de Mafra e de Tomar, do Mosteiro dos Jerónimos, da Sé de Lisboa, da Torre de Belém e do Mosteiro da Batalha. Ao contrário do que aconteceu em França depois de 1830, à falta de disposições e de um esquema burocrático de suporte ao ponto de vista governamental, a figura de D. Fernando II seria decisiva nas acções empreendidas sobre o património arquitectónico português. Com efeito, foi grande impulsionador a nível cultural e financeiro de projectos, a par do estímulo à acção desenvolvida por sociedades eruditas. Depois de visitar o Mosteiro da Batalha advertiu o Governo para a necessidade da realização urgente de obras de conservação.

Enfim, será Alexandre Herculano, segundo Rosas (1999, p.90), quem de forma mais incisiva e determinante, com uma série de artigos publicados nas páginas de *O Panorama*, vincará o início de “(...) uma reflexão sobre os monumentos e o património, que será continuada nos anos seguintes pelo mesmo autor e por outros”, por sua influência²³², referindo em concreto o primeiro desses artigos: *A Architectura Gothica*, de 1837²³³. Mais tarde, ao

²³² Nomeadamente, José Mendes Leal, Luciano Cordeiro, Latino Coelho, António Enes e Zacarias de Aça. Algumas destas figuras irão emergir em fase posterior no contexto de uma nova geração crítica e exigente, a *Geração de 70*, como Luciano Cordeiro, a que acrescentaríamos Ramalho Ortigão e o Conde Sabugosa, que se tornaram defensores da causa patrimonialista, na esteira de Herculano. Sobre este assunto podem consultar-se algumas obras de João Medina (1977a e 1985).

²³³ Para além deste artigo, estamos-nos a referir a: *Os Monumentos* (1838a), *Os Monumentos (II)* (1838b), *Mais um Brado a Favor dos Monumentos (I)* (1839a) e *Mais um Brado a Favor dos Monumentos (II)* (1839b). Estes quatro artigos seriam posteriormente reformulados, dando origem a um outro intitulado *Monumentos Pátrios*, editado em *Opúsculos* em 1872-1873 (Herculano, 1982-1987, I).

optar pela mudança da designação “Monumentos” para “Monumentos Pátrios”, Herculano evidencia uma nova visão da história e, num nível mais restrito, uma nova concepção da história da arquitectura. Com esta última expressão, estabelece-se uma simbologia de nacionalidade assente na arquitectura, em que os valores da história e da propaganda se tendem a confundir.

Concomitantemente com o fenómeno que emerge na maioria das sociedades românticas europeias do séc. XIX, para vários autores – Custódio (1993), Rosas (1995) e Rodrigues (1998) – a consagração do monumento histórico em Portugal encontra em Herculano a sua principal figura. Como recorda Neto (2001, p.36),

“(…) a componente cultural romântica ajudava a sublinhar a necessidade do Homem conhecer a sua anterioridade, a fim de preservar e defender a sua identidade. Determinados valores do passado eram particularmente revividos nos monumentos que funcionavam, de igual modo, como um campo de deleitação, por excelência, num momento de profundas e bruscas transformações provocadas pelo fenómeno industrial, que veio alterar uma noção cíclica do tempo, em favor de um conceito de irreversibilidade”.

É no contexto de um movimento radical de índole constitucional, o Setembrismo, que se deve inserir a voz e a actividade de Herculano e que os seus textos constituirão divisa para que a defesa dos objectos arquitectónicos do passado se tornasse paulatinamente tema de pertinência pública e de debate político.

Segundo Rosas (1999), a acção e a obra de Alexandre Herculano neste contexto deverão ser enquadradas na esfera europeia oitocentista, em relação à qual se mantinha atento e actualizado, nomeadamente através da leitura de periódicos franceses onde pontificavam Victor Hugo e Charles de Montalembert.

Em França, de onde datam os primeiros decretos que constituíram matéria relacionada com a conservação dos monumentos, ganha relevo a acção de figuras proeminentes da sociedade, como Victor Hugo, que reclamavam a protecção dos monumentos, considerados herança cultural passada que urgia conservar. Neste âmbito, destaca-se o texto de Victor Hugo, *Guerre*

aux Démolisseurs, publicado em 1832²³⁴, no periódico *Revue des Deux Mondes* – aliás, já editado em 1829 na *Revue de Paris* – numa tentativa de travar os efeitos das transformações políticas e sociais da Revolução Francesa sobre os monumentos nacionais. Lembramos de forma ligeira que aos revolucionários importava apagar todos os sinais “vivos” que recordassem o passado do Antigo Regime, nomeadamente através de medidas como a nacionalização de bens, o que votou largo número de construções àquilo que Choay (2000a) denomina “destruição ideológica”. Em 1833, Montalembert escreve na *Revue des Deux Mondes* o artigo *Du Vandalisme en France. Lettre a M. Victor Hugo*, assunto que retomaria 1838, altura em que também Herculano inicia os seus escritos sobre este tema. Se compararmos os textos de Herculano com os de Montalembert constata-se a influência que este, como Victor Hugo, teve nas suas reflexões, designadamente em três ideias-chave: o vandalismo, o culto dos monumentos históricos e o progresso *versus* o monumento histórico. Para Montalembert, apesar das suas virtudes, o progresso faz-se a despeito da beleza. Para Herculano ele é responsável pela destruição de monumentos centenários, atitude típica de uma “civilização vandálica”.

Para Neto (2001, p.37)

“Não deixa de ser importante sublinhar o incentivo dado ao fenómeno da salvaguarda dos monumentos e, por consequência, do seu restauro, por parte do neocaticolismo social, compreensível pela nostalgia de um passado de pureza de ideais religiosos e sociais revivido e testemunhado através de construções arquitectónicas coevas desses tempos”.

Deste modo, para destacadas figuras da sociedade intelectual francesa interessava vislumbrar no passado, sobretudo da época medieval, valores que lhes permitissem afrontar a crise ideológica provocada pelos processos revolucionários.

Para além das anteriores alusões, registre-se também a influência decisiva de outros franceses, como Prosper Mérimée, Ludovic Vitet e Viollet-le-Duc.

²³⁴ Cf. Hugo, 1985-1990.

Com a restauração da monarquia, em 1830, assiste-se a uma renovada vontade de salvaguardar e conservar o património artístico, evocando hipotéticos valores da Idade Média com os quais se procuravam identificar os monumentos, símbolos de pressupostos históricos, religiosos e sociais, constituindo-se em si próprios instrumentos privilegiados de acção sobre o presente. Por iniciativa do ministro do Interior, Guizot, é criado o lugar de inspector-geral dos Monumentos Históricos, encarregado de recolher por todo o país informações sobre os objectos artísticos, dinamizando os municípios para o conhecimento e protecção do património histórico com o intuito de uma futura classificação, a partir da qual se pudesse elaborar um inventário. Os critérios que deviam presidir à inventariação eram sobretudo dois: o primeiro consistia em verificar a existência e elaborar uma descrição crítica dos imóveis do reino que, pela data, pelos atributos da arquitectura ou pelos factos de que tivessem sido testemunhas, merecessem a atenção do arqueólogo, do artista ou do historiador; o segundo prendia-se com a necessidade de zelar pela conservação desses edifícios, informando o Governo e as estruturas locais de meios para prevenir ou suspender a sua degradação.

Vitet foi o primeiro de tais inspectores, nomeado em 1830, sucedendo-lhe em 1834 Mérimée que se manteve no cargo durante trinta anos. Como forma de auxiliar o inspector, em 1837 é criada a *Commission des Monuments Historiques*, sob cuja tutela é publicada em 1840 a primeira lista de monumentos classificados. A partir desta data, a referida comissão entregou a direcção das intervenções a arquitectos parisienses, como Viollet-le-Duc, que marcou toda uma geração com “(...) o programa de restauro da unidade formal de estilo que deveria ser estabelecido de forma completa no edifício a recuperar”²³⁵.

Idênticos movimentos se processam em Itália, Espanha, Alemanha e Inglaterra.

A acção de Herculano não se limitou ao despertar da consciência de salvaguarda do património construído em Portugal. Ele procurou também estimular a criação de associações voluntaristas ou juntas de defesa dos valores nacionais, como a Sociedade Conservadora dos Monumentos em 1840 e, enquanto deputado, na legislatura de 1840-1842, conseguiu

²³⁵ Cf. Custódio, 1993, p.42.

que fosse aprovada uma dotação de verbas para monumentos históricos, nomeadamente para o castelo da Feira. Entre outras actividades correlacionadas com este tema, procedeu ainda ao estudo de diversos monumentos, de entre os quais avulta o castelo de Almourol.

Enquanto redactor principal de *O Panorama*, Herculano teceu uma rede territorial de correspondentes que lhe permitiu estar consciente e devidamente informado sobre os apelos e protestos que iam acontecendo no País, em especial acerca da delapidação de bens patrimoniais, onde de modo natural se incluíam castelos e outros imóveis de interesse nacional, como palácios, conventos, igrejas e túmulos de personagens históricas.

Apesar de liberal, Herculano considerava que o corte com o Antigo Regime não implicava a eliminação de vestígios do passado, assumindo de forma pública, na revista *O Panorama*, onde expunha os seus pontos de vista de denúncia da sistemática destruição do património cultural e da falta de opção e vontade políticas para pôr termo a tal destruição e ao desrespeito que se manifestava quando os edifícios eram reconstruídos ou reparados, atitude aliás também patente em Garrett. É bem conhecida a indignação deste último perante o estado ruinoso dos monumentos de Santarém, na obra *Viagens na Minha Terra* (1846), texto publicado parcial e primeiramente em 1843 n' *A Revista Universal Lisbonense*. Para Garrett os responsáveis pela degradação de tais monumentos eram a administração local e o Governo que por ignorância ou ânsia de progresso procediam, de forma voluntária ou involuntária, a desadequados reparos e concertos nos edifícios. Para o escritor, as ruínas do tempo, dos conflitos militares e das revoluções eram “belas” porque se transformavam em marcos solenes da história.

Conhecedor das perturbações que o abalo social que a Revolução de 1820 provocou na herança histórica, difíceis de prever, a Herculano importava sobretudo o reconhecimento da ideia de pátria no transcorrer do tempo e a “(...) preocupação em defender a herança cultural, que se apresentava sob a forma de património e cujo destino deveria ser analisado do ponto de vista da ciência histórica, como fonte de criatividade cultural e meio de revisão do país, ao serviço das futuras gerações”²³⁶.

²³⁶ Cf. Custódio, 1993, p.39.

Como consequência, o conceito de “monumento” para Herculano, representa no quadro relacional liberalismo/romantismo, essencialmente o “documento” cuja função primordial é instruir e concorrer para a reconstituição do modo como se criou e desenvolveu uma civilização, uma sociedade. A formação histórica de Herculano, assente nas correntes historiográficas contemporâneas, permitira-lhe apreender o significado histórico dos monumentos, delineado também por influência do historicismo alemão.

A gradual assimilação do conceito de património histórico da nação consolidou-se com o reforço da consciência histórico-nacionalista das massas, reflexo directo dos confrontos da era napoleónica. Para tanto, basta analisar as circunstâncias que envolveram o fenómeno da reabilitação do gótico e as intervenções nalguns monumentos medievais da Alemanha para entender o contributo decisivo do carácter emergente que marcou a época de oitocentos: o nacionalismo. Na segunda década do séc. XIX, o debate em torno das intervenções nas catedrais de Estrasburgo e Colónia conduziu, no caso da última, à sua reedificação (encontrava-se incompleta e em ruína desde a época medieval) como símbolo comemorativo da libertação da pátria do domínio napoleónico, demonstrando na sua essência que o gótico era a expressão natural da “raça germânica”. Para além do cariz arquitectónico, esta reedificação assumiu politicamente o símbolo de uma nova pátria, unida desde a guerra da libertação, em busca da unidade e do domínio político e cultural da época medieval, e ainda, num contexto religioso, pretendeu significar que o gótico, considerado um expoente máximo, se constituía como dom do poder e prestígio do catolicismo alemão.

Esta atmosfera já se encontra bem explícita em *A Arquitectura Gothica* de Herculano quando relativamente à catedral de Estrasburgo explica, (1837, pp.2-3), que “(...) existe uma eschola especial de architectos e esculptores, cujo mister é reparar e aperfeiçoar a celebre cathedral d’esta cidade, seguindo o systema gothico, em que ella foi construida” e, mais adiante, refere que “Se algum dia em Portugal se podesse fazer outro tanto, por ventura veríamos levado a cabo o riquissimo mosteiro da Batalha, que é a admiração de todos os estrangeiros que o examinam”.

Para Herculano, cada época histórica encerra sempre um carácter solidário consigo própria, o que permite inserir e compreender a função dos

monumentos, bem como de outros documentos, nas sociedades que os produziram. Reside neste facto uma razão pela qual importa compreendê-los na linguagem e imagem vernáculas da época em que nasceram, postura que, desde logo, independentemente do uso ou da função institucional, postula a sua protecção e a responsabilidade da sua salvaguarda.

Segundo Rodrigues (1998, p.399),

“O significado memorial e arqueológico dos monumentos foi fruto da concepção determinista da arquitectura que atravessou todo o séc. XIX: a arte imitava o mundo, os aspectos do mundo em mudança. Se as características e o valor estético dos edifícios foram determinados, no momento da sua criação, pelo sentido da história, a arquitectura era, então, um meio privilegiado de aceder ao conhecimento passado”.

Partindo desta asserção, a história da arte desenrola-se num processo analógico, em que ao progresso ou à decadência das artes corresponde sempre o progresso ou decadência dos tempos, pressuposto que elevou o “gótico” a ideal artístico do período romântico e fundamentou as teses que defenderam a existência de estilos nacionais. Concluindo, o conceito de “estilo”, fruto de um sistema de regras que explica a evolução da arte no tempo e no espaço, implicou a ordenação de um universo de formas e imagens segundo padrões que ultrapassaram a dimensão plástica dos próprios objectos.

Este papel determinista da arquitectura foi difundido em Portugal por Herculano, influenciado por Victor Hugo, que em 1832²³⁷ asseverou que os edifícios antigos permitem conhecer as épocas de construção tão bem quanto os livros de história. Este conceito de monumento, que lhe valeu a designação de *livro de pedra*, encara a arquitectura, desde a origem do mundo até ao séc. XV da nossa era, como a principal expressão do Homem nas suas várias fases de desenvolvimento, como o grande “livro da humanidade”²³⁸,

²³⁷ A primeira edição de *Notre Dame de Paris* remonta a 1831. No entanto, o capítulo “Isto há-de matar aquilo”, a que grande parte das referências aqui feitas dizem respeito, foi adicionado à obra na edição definitiva, em 1832.

²³⁸ Cf. Hugo, 2004.

a arquitectura surgiu como "(...) um alfabeto, onde cada pedra era uma letra, um conjunto de pedras era uma palavra, um edifício era um livro"²³⁹. Para as primeiras memórias era suficiente um bloco de pedra, uma letra que correspondia a um ícone, um símbolo que transmitia uma ideia. Com o desfiar dos séculos, este símbolo necessitou de se expandir construindo-se edifícios, o que leva, na perspectiva de Victor Hugo a considerar que a arquitectura se desenvolveu em harmonia com a evolução do pensamento humano. Até ao séc. xv esta reflexão traduziu-se na edificação de um grande número de catedrais pela Europa, sendo que a arquitectura era a arte concatenadora de todas, constituindo deste modo até ao final da Idade Média uma escrita crucial e universal.

A invenção da imprensa proporcionou a Victor Hugo um meio de mais fácil e eficaz divulgação do pensamento, mas constrangeu a importância da arquitectura ao nível das demais artes, encaminhando-a em sua opinião para a morte²⁴⁰. Segundo ele, a partir do séc. xvi é patente a doença da arquitectura, porque já não consegue exprimir a essência da sociedade, tornando-se miseravelmente arte clássica – de gaulesa, de europeia, transforma-se em grega e em romântica; de verdadeira e moderna, vira pseudo-antiga – a que se chamou Renascimento. Por outro lado, e mesmo assim, elogia o velho gótico, que se esconde por detrás da “gigantesca tipografia de Mogúncia”, e penetra entre as arcadas latinas e de colunatas coríntias²⁴¹.

São conhecidas várias passagens nos escritos de Herculano que directamente dizem respeito ao conteúdo implícito nesta expressão de Victor Hugo. Concretamente, é o caso da locução “uma pedra fala do passado”, usada a propósito da arquitectura gótica no artigo *A Arquitectura Ghotica*. Também nos *Opúsculos* se encontram várias referências do género. Em 1837, em *A Voz do Profeta* (I, 1836, p.76), ao falar sobre Lisboa, proclama que “em cada pedra dos templos há uma recordação das virtudes passadas”, em *Monumentos Pátrios* (1938, II, p.18) chama os monumentos de “Aqueles livros de pedra”, em 1843, no artigo *A Escola Politécnica e o Monumento* (s.d., VII, p. 284) os monumentos aparecem como “uma crónica de pedra, um documento”.

²³⁹ Cf. Rodrigues, 1998, p.120.

²⁴⁰ Cf. Choay, 2000a.

²⁴¹ Cf. Hugo, 2004.

Como já referimos, desde 1837 que Herculano procurou chamar a atenção para vários dos mais destacados monumentos de Portugal, nomeadamente através da publicação de gravuras na revista *O Panorama*. Em simultâneo com a denúncia de actos menos próprios praticados em relação a estes objectos arquitectónicos, procurou nalguns dos seus textos rebater a ideia de que a arte primitiva portuguesa era a herdada dos gregos ou dos romanos. No artigo *A Architectura Gothica* (p.2) o assunto é afluado a propósito do cuidado que França e Inglaterra dispensaram à conservação e reparação de edifícios que representavam:

“(…) a historia da intelligencia e da grandeza do paiz, e que talvez em breve serão modello para os artifices, quando de todo acabar o preconceito de que em artes só o grego e o romano é bello; quando se persuadirem que os habitos, as opiniões e as crenças de uma nação devem estar em harmonia com os seus monumentos”.

Nesse sentido e insatisfeito com o seu tempo, Herculano, na esteira de Victor Hugo, descortinava na Idade Média e na arquitectura gótica a verdadeira expressão nacional e popular que, em contraposição com as transformações presentes, tinha a capacidade de evocar um passado glorioso – a fundação de Portugal – adequado a um momento em que o País iniciava um processo comparável a uma nova fundação.

A primeira geração romântica portuguesa assimilou os temas do Romantismo, e com eles o gótico, como expressão de uma recente sensibilidade que se afastava dos pressupostos neoclássicos. Esta postura, que Herculano bem representa, encontra-se porém mais associada a uma responsabilidade política e vivencial, de que esta geração não se libertaria, do que referenciada a questões estéticas, históricas ou culturais, como assevera Costa (1997b, p.64), citando para o efeito França (1993):

“A Idade Média tornava-se o modelo da sociedade que, transportado para o século XIX, assegurava o funcionamento das novas instituições liberais – e de um novo catolicismo. O gótico transformava-se, assim, na “expressão de uma acção social que o cristianismo esclarecia e que tinha a nobre função de modelar e apressar uma nação rejuvenescida”.

Em suma, para a autora (p.65) “A Idade Média permanecia uma forma de alusão a uma espécie de consciência colectiva que se tornava urgente encarecer, e os seus monumentos uma forma de ilusão, apta a despertar sentimentos que à solene e sublime tristeza romântica sobrepunham um não menos indefinível amor pátrio”.

2.3.5 O positivismo arquitectónico e a qualificação de monumento nacional

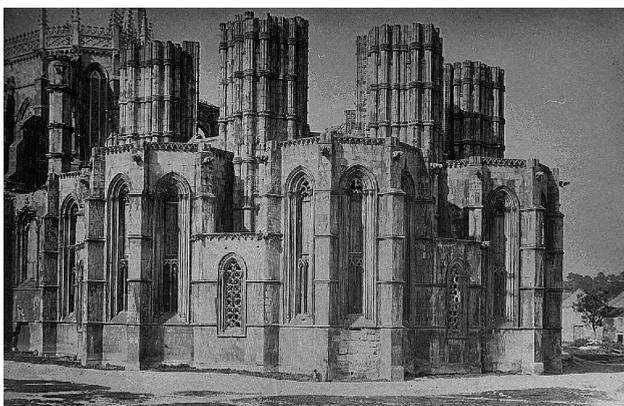


Figura 32 – Mosteiro da Batalha

Pode afirmar-se que, a breve trecho, durante o séc. XIX se vai assistir a um crescente desenvolvimento dos estudos histórico-arqueológicos, a que faremos uma muito ligeira alusão seguidamente.

Numa primeira fase, correspondente à década de quarenta deste século, segundo Costa (1997b, p.68), esses estudos estão exemplificados no Mosteiro da Batalha (figura 32) através de duas tendências diferenciadas:

“(…) consistindo uma na valorização do monumento pela sua filiação nas correntes do gótico internacional e outra pela sua especificidade como arquitectura de transição definida pelas Capelas Imperfeitas; esta última desenvolver-se-á com o triunfo do “manuelino” e dos Jerónimos, como expressão de uma arte nacional”.

Herculano (1982-1987) e Albuquerque (1854) defendiam a primeira destas tendências, considerando o “manuelino” um estilo de transição entre a “arquitectura neogótica” (que Herculano confundia com o “gótico”) e a arquitectura chamada do “renascimento”²⁴², neste sentido associado à ideia de decadência, o que desde logo explica a sua adesão ao “gótico”, ao invés da argumentação de Raczinsky (1846) para quem a “Capela Imperfeita” se afirmava como uma criação de verdadeiro carácter nacional português. Da primeira geração romântica, também Garrett reclamaria o restauro do Mosteiro dos Jerónimos que, na esteira de Francisco Adolfo Varnhagen²⁴³, defendia como o “(...) estilo nacional assim redescoberto”²⁴⁴. Nos anos sessenta e setenta Costa observa que os estudos realizados não acrescentaram nada em relação aos precedentes, designadamente às monografias de Albuquerque (1854) e às observações de Raczinsky (1846).

A partir dos anos setenta vão desenvolver-se, subjacentes à ideia já expressa por Herculano de que nos monumentos se torna visível a história das nações, estudos histórico-arqueológicos em franca relação com o positivismo e o projecto nacionalista que, num sentido mais prático, nortearia o Partido Republicano. A concepção do passado como linha temporal contínua marcada por construções exemplares começaria a ser objecto de interpretações mais dinâmicas “(...) a partir dos conceitos de movimento colectivo e de criação anónima, segundo uma perspectiva evolucionista e determinista que pretendia identificar o processo histórico duma sociedade com o das suas criações artísticas”²⁴⁵, de que é exemplo ainda anterior a esta década (de setenta) o trabalho de Joaquim Possidónio da Silva (1869) que, tal como Herculano, elege as construções, que para ele representavam os momentos míticos de desenvolvimento artístico nacional, como

“(...) espelhos onde se reflecte o estado moral e físico do povo que as cultiva (...)[] Alcobaça simbolizava as crenças simples dos Portugueses e os seus esforços para a consolidação da Monarquia e da Nação; a Batalha saudava a

²⁴² Cf. Herculano, 1982, I.

²⁴³ Cf. França, 1966, I.

²⁴⁴ Cf. Costa, 1997b, p.66.

²⁴⁵ Cf. Tomé, 2002, p.25.

independência nacional e a soberania do povo; Belém assinalava a propagação da fé e o engrandecimento da Monarquia, e Mafra o Absolutismo Real”²⁴⁶.

Ainda neste campo, para Figueiredo (2002), ao situar-se o manuelino numa dupla aparência, entre o gótico e o renascimento (alguns autores consideravam o manuelino como um grau intermédio entre o gótico e o renascimento, enquanto outros o concebiam como uma filtragem deste último), ou seja, num espaço tipológico de transição, o que de acordo com as teorias evolucionistas significava decadência, tanto estilística, quanto temporal, colocava-se a questão da sua capacidade representativa e simbólica.

No seguimento deste discurso, Ignácio de Vilhena Barbosa (1886, pp.1-2) “(..) observava que o “desenvolvimento moral” e o “impulso das ideias” atingido no estilo gótico – expressão máxima do “espírito do Cristianismo”, como defende, iniciara a sua “degeneração” no reinado de D. Afonso V, e culminaria no chamado estilo “manuelino””.

Esta percepção evolutiva prevaleceu em Portugal até finais do séc. XIX através de escritos de autores como Vilhena Barbosa, Abel Botelho e Ramalho Ortigão, entre outros, seguindo a perspectiva científica do positivismo, corrente que para Rodrigues (1998, p.126)²⁴⁷:

“(..) procurou explicar a sociedade recorrendo à metodologia das ciências naturais – observação, experiência e raciocínio –, não lhe interessando as razões por que os fenómenos aconteciam, mas de que modo se sucediam, ultrapassando, deste modo, o saber romântico, baseado numa transcendência deísta ou metafísica. O objectivo primordial da interpretação positivista da realidade humana era a regeneração social”.

Embora as propriedades da função pedagógica atribuída aos objectos arquitectónicos varie consoante os contextos políticos, sociais e culturais que se vão instituindo ao longo deste período, a ideia continuará a determinar a obra: a arquitectura do passado vale por aquilo que dá a conhecer

²⁴⁶ Cf. Costa, 1997b, p.69.

²⁴⁷ Veja-se também Fernando Catroga (1977).

da história e da memória e não só enquanto facto artístico que remete o passado directamente para o presente.

Já para Costa (1997b, p.71), “(...) o historicismo positivista aplicado às teorias de Arte, que se afirmava pelos anos 70, parecia entrar em contradição com a valorização do manuelino, como um período de decadência do “estilo” gótico”. Esta situação seria, em teoria, ultrapassada por via do evolucionismo e da adaptação ao meio natural. Referindo-se (pp.71-72) a Ramalho Ortigão²⁴⁸, se ao romantismo correspondia o gótico por via da influência estrangeira (de que franceses, como Chateaubriand e Victor Hugo eram tidos como principais protagonistas) – a Batalha deixava de reproduzir a “imagem das ideias e dos sentimentos da pátria” –, o manuelino encontrava a razão da sua existência na adaptação da sua arquitectura às “(...) condições de clima e da paisagem, à natureza dos materiais empregados, à flora, à fauna, à concepção religiosa, à história, à poesia, ao temperamento e à psicologia dos artistas, em cada região (...)”. É na preservação da identidade cultural, através das teorias evolucionistas, que o historicismo positivista vê a sua preocupação, na perspectiva de Costa (1997b).

Reforçando este pressuposto, para Figueiredo (2002, p.146), Ortigão supera o problema substituindo a noção de “transição” pela de “progresso”. Se por um lado toda a “transição” resultava num “enfraquecimento de autoridade”, descrevia, por outro, um proporcional desenvolvimento de “força livre”, que podia caracterizar estes períodos de anarquia tão propícios ao individualismo do génio – o manuelino. Advogava, deste modo, que os desenvolvimentos do manuelino fundiam uma expressão nova, de carácter local e primitivo, que residia sobretudo na adaptação dos sistemas arquitectónicos convencionais, de influência estrangeira, à realidade nacional. Porém, as motivações ligadas à exaltação deste “estilo” (o manuelino) não derivaram só de uma lógica artística mas, de forma essencial, das conotações histórico-políticas a ele associadas e de um desejo de exaltação das suas virtudes morais e emblemáticas: “Existia uma dependência directa entre a “opinião” e a vontade “colectiva” da reintegração dos símbolos e emblemas da epopeia nacional (...)”²⁴⁹.

²⁴⁸ Cf. Ortigão, 1896.

²⁴⁹ Cf. Figueiredo, 2002, p.148.

Segundo Costa (1997b), a obra de Augusto Fuschini (1904) representa um ponto de chegada na aplicação dos conceitos positivistas à evolução da arte. Também Tomé (2002) reconhece este sentido na linha programática da obra de Fuschini – influência do meio natural, do meio histórico e do meio particular e existência de uma aliança entre nação, povo e criações artísticas – acentuando a sua importância na produção historiográfica na vigência do Estado Novo. Neste contexto, a obra de Fuschini situou no séc. XII aquele que mais tarde seria considerado o “estilo” que representaria a ideia de nacionalidade: o românico.

Esta busca incessante de um “estilo nacional” incontestável, e de algum modo “original”, surgiu no universo intelectual português num momento singular, caracterizado por um ambiente de forte sentimento pátrio, em que a evolução artística segue o estado da alma.

Neste cenário emerge Joaquim de Vasconcelos que se insurgirá, designadamente no seu estudo *Da Architectura Manuelina. Historia da Arte em Portugal*, de 1885, contra as inadequadas explicações oferecidas por estas propostas interpretativas e a inexistência de uma metodologia científica. Acima de tudo, pretendia vulgarizar o mito que rodeava o manuelino, não concordando com a sua sobrevalorização, pois considerava que os elementos diferenciadores relevantes eram ornamentais, no caso insuficientes, para produzirem vislumbre de originalidade. Para este autor o românico constituiria um alfabeto novo, aplicado a uma linguagem simbólica digna de um estudo sério.

Porém, como declara Tomé (2002, p.20),

“(…) o desenvolvimento historiográfico em Portugal, principalmente a nível de conhecimento dos estilos medievais, encontrava-se, nos inícios do século (leia-se: séc. XX), ainda em estado embrionário, o que não possibilitava a identificação rigorosa de sistemas e períodos estilísticos e ainda menos de escolas regionais, reflexo da ausência de inventariação exaustiva e de datação precisa desses edifícios”.

Segundo Custódio (1993, pp.40-41), citando o artigo *Poesia: Imitação – Belo – Unidade*²⁵⁰, “Herculano via a arte como o modo de “vazar em moldes sensíveis inspirações” superiores que conferiam unidade de pensamento à obra de arte – “unidade que vem por condição absoluta da mente do artista, a unidade que resulta da síntese do ideal, antes de ser revelado pela expressão material””. De outro modo: a ideia sobrepõe-se à obra, sendo que são os “blocos de pedra” que melhor revelam a sua unidade e pureza, convicção transmitida por Victor Hugo a propósito da catedral de Notre Dame de Paris e por Herculano através do Mosteiro Batalha, que reputava a harmonia ideal entre a arquitectura e a religião.

Para Herculano, a unidade das construções góticas, igrejas e catedrais dos sécs. XII e XIII, dependia do respeito pela arte original, o que contrariava a acção desenvolvida por aqueles cujo fim era “(...) disfarçarem os caracteres originais da unidade artística do gótico, sob os efeitos de artifícios barrocos, rococós, neoclássicos e revivalistas”²⁵¹.

Corroborando este intento, de par com Herculano e Garrett, a generalidade dos autores que intervieram de forma directa na discussão deste tema nos vários periódicos do séc. XIX vê, para além da degradação reinante “(...) as transformações feitas ao monumento original, as alterações architectónicas e tudo o que encobre a aparência primordial: os rebocos e caiações, o mobiliário litúrgico, a talha dourada, a pintura fingida, etc.”²⁵² como motivo das suas principais inquietudes e protestos. A propósito desta consideração, veja-se a distinção feita por Herculano (1843) entre “monumentos úteis” e “monumentos inúteis”, publicada nas páginas da *Revista Universal Lisbonense*, onde, referindo-se ao mundo decadente dos finais do Império Romano, afirma que este produziu monumentos essencialmente inúteis:

“Modificados pela idéia capital da sociedade os da idade media foram prolificos e civilisadores: a cathedral e o mosteiro correspondiam como symbolo – e como realidade á eschola moderna; como symbolo, porque a religião foi

²⁵⁰ Cf. Herculano, 1982-1987, V.

²⁵¹ Cf. Custódio, 1993, p.41.

²⁵² Cf. Rosas, 1995, p.32.

nessas eras quase o unico instrumento de progresso moral; como realidade porque no mosteiro e na cathedral progrediu a intelligencia humana até que apareceu a imprensa”.

Depois as nações foram envelhecendo, condenadas pelo declínio. Neste sentido, declarava Herculano nas páginas d' *O Panorama*:

“O renascimento, que condenou em peso, como bárbaras, as origens das nações modernas e especialmente o que desdizia das diversas civilizações grega e romana, envolveu nesta condenação, muitas vezes injusta ou inepta, os admiráveis monumentos de arte que a Idade Média legara aos tempos modernos (...). Em alguns deles é possível suprimir, pela imaginação, o moderno e pôr em lugar deste o antigo”²⁵³.

Comungando desta visão, além de Alexandre Herculano e Almeida Garrett podemos nomear em Portugal Luís Mouzinho de Albuquerque, José Mendes Leal, Ignácio de Vilhena Barbosa, Joaquim Possidónio da Silva, António Augusto Gonçalves, Rosendo Carvalheira, Augusto Fuschini e Adães Bermudes e em França Charles de Montalembert. Por outro lado, Victor Hugo advogava uma conservação das construções com as alterações por que passaram ao longo da sua história.

Na realidade, o impedimento de uma leitura objectiva e a incapacidade de identificar determinados elementos artísticos ou construtivos que se supunham corresponderem à época da origem do monumento em causa era um factor de perda de informação histórica, portanto de valor documental e, ainda, de acrescida dificuldade da investigação histórico-artística. Configurava, além disso, um obstáculo ao reencontro com um ideal de nação e de memória colectiva que, pela referência que preserva do passado, assegura continuidade temporal.

A importância atribuída ao valor histórico não só advém da capacidade de identificar uma etapa determinada de qualquer campo criativo da humanidade, como está associada à preservação documental do monumento,

²⁵³ Citação retirada de Fernandes, 2005, p.161.

facto que para a primeira geração romântica automaticamente originava repulsa, devido às alterações efectuadas nos séculos XVII, XVIII e início do séc. XIX, épocas históricas e artísticas do País por eles desvalorizadas, já que as consideravam tempos de decadência e infortúnio.

Segundo Tomé (2002), de forma sucinta, constata-se esta situação na generalidade das construções medievais, que para aqueles autores de oitocentos, como para os vindouros do séc. XX, eram as que melhor serviam uma leitura da história, como elo de ligação entre passado e presente, à luz de nacionalismos emergentes supostamente condizentes com a formação do território e as velhas tradições cristãs. Embora num primeiro momento fosse o gótico o estilo adoptado na maioria dos países europeus, com o desenrolar do tempo outras referências lhe tomaram o lugar como forma de identificar a génese espiritual das nações.

Esta situação encontra paralelo em Portugal, num primeiro instante com a valorização do estilo manuelino, que simbolizava o espírito artístico nacional e, mais tarde, e noutras circunstâncias, com o românico.

Tal como em Itália, sob o impulso da actividade historiográfica e arquitectónica de Camillo Boito, também em Portugal se irá assistir à valorização das formas românicas. O reconhecimento desta manifestação medieval, na sua diferença em relação ao gótico, deveu-se a Gerville em 1819, data em que introduziu o termo, que seria posteriormente divulgado por Arcisse de Caumont. Entre nós, em 1823, Cyrillo Volkmar Machado faz alusão à mesma diferença, mas a ideia no entanto não teve continuidade, já que Herculano, como outros autores, não fizera distinção entre estilos medievais, compreendendo antes a Idade Média como um todo. A propósito, mencione-se a acção a desenvolvida por Augusto Filipe Simões (1875) que focaliza os seus estudos na arquitectura românica da região de Coimbra, chamada romã ou romano-byzantina.

Nas palavras de Tomé (2002, pp.20-21), com o séc. XX, nomeadamente a partir da sua segunda década, surgem algumas obras de referência, de Manuel Monteiro e Joaquim de Vasconcelos, entre outros, que vão conquistando terreno na inventariação das existências e reforçando a importância da observação de campo em contraponto com os

“(..) processos de investigação oitocentistas que assentavam ora em superficiais descrições de factos históricos (consequência da dificuldade do entendimento

da arquitectura a partir dos seus valores específicos), ora numa leitura formalista dependente de factores de juízo moral relativamente aos vários estilos e edifícios, o que revelava total falta de método ou de espírito científico”.

Desta nova geração, que patenteava conhecimento das formas e da cultura do passado e se apoiava noutra metodologia, merece realce a figura do acima citado Joaquim de Vasconcelos, pelos estudos realizados sobre a arquitectura românica. Nomeadamente, é de referir o seu processo de levantamento e inventariação, sobretudo de construções localizadas no norte do País, em colaboração com Marques de Abreu, e, ainda, o alerta para a premente necessidade da conservação desta riqueza artística pouco divulgada, apelando directamente para o Conselho de Arte e Arqueologia (CAA), entidade, criada no período republicano, responsável pela preservação do património construído, de que viria a ser membro na circunscrição artística do Norte. Estes aspectos irão revelar-se decisivos na forma como o românico se constituirá (mais tarde) como o estilo genuíno da arquitectura nacional. De facto, já em pleno Estado Novo ir-se-á assistir a um aproveitamento político da condição atribuída ao românico, enquanto estilo representativo da Reconquista da Península e da fundação da nacionalidade, que igualmente norteará a actividade intervencionista num vasto número de exemplares no final da década de vinte da República e terá continuidade na vigência da DGEMN.

Neste ambiente, torna-se interessante a análise da divulgação vinda a lume na imprensa periódica, como aliás já tinha acontecido no período anterior (séc. XIX). Assim é que Marques de Abreu assume especial protagonismo, agora como director das revistas *Arte* (1905-1912) e *Ilustração Moderna* (1898-1903 e 1926-1932), em torno das quais se aglutinaram várias personalidades em prol da defesa e protecção dos monumentos nacionais. Como refere Tomé (2002, p.25), com o período de ampliação do grupo ligado à *Ilustração Moderna* coincidiram particularmente os intentos de “restauro arquitectónico (...) encetadas pela 3ª Repartição da Direcção-Geral de Belas-Artes e pela DGEMN”, faceta a que esta revista votaria especial atenção. Este período torna-se relevante porque, para além de na estrutura dos textos retomar o modelo desenvolvido na imprensa desde o séc. XIX, “(...) articulava a contextualização histórica e a descrição formal com juízos críticos

relativos a transformações efectuadas, principalmente as que datavam dos séculos XVIII e XIX, com o incontornável restauro que justificava a frequente inclusão nos artigos de pequenos programas de intervenção”²⁵⁴, sendo que alguns dos protagonistas destacados das instituições anteriormente referidas vão ser os que estarão na origem da campanha de intervenções levadas a cabo pela DGEMN. Estamos a referir-nos, concretamente, aos arquitectos Adães Bermudes e Baltazar da Silva Castro, este último em particular, pois assumirá neste organismo, a partir de 1936, um cargo de relevância maior: director dos Monumentos.

Como vimos, na segunda década do séc. XX a historiografia de arte já identificava as principais manifestações do desenvolvimento do românico e a transição para o gótico como uma gradual assimilação das formas e da espacialidade deste último: “A identidade e a ideia de um forjado destino histórico que se atribuía ao românico fundiu-se, de certa forma, com o estilo gótico (...) na linha ideológica finissecular da busca do estilo nacional da típica “casa portuguesa” (...)”²⁵⁵. Tal processo transitivo encontrou no Estado Novo a sua expressão máxima, bem sintetizada, em 1963, por António Quadros (1963, pp.8-9):

“Nós acolhemos com entusiasmo um estilo de arquitectura, usando-o nas nossas casas, nos nossos castelos, nos nossos palácios, nas nossas igrejas e catedrais, porque esse estilo se conjugava com a nossa maneira de sentir (...) a pequena igreja românica do Norte, aquela que entre nós adquire um cunho de maior originalidade, mostra-se na verdade imbuída de naturalismo e espiritualismo, (...) moradas de um Deus não altaneiro, não distante, não inatingível, mas, pelo contrário presente em todos os actos da vida quotidiana, desabrochando com raízes do húmus”.

A série de considerações expostas precedentemente encontra-se objectivamente espelhada nas páginas do primeiro número da revista *O Panorama*, em 1837, no já referenciado artigo *A Architectura Gothica* de Herculano, onde,

²⁵⁴ Cf. Tomé, 2002, p.26.

²⁵⁵ Cf. Tomé, 2002, p.26.

segundo Rosas (1995, p.17), vem “(...) um elogio explícito da arquitectura gótica e o primeiro protesto contra o descuido a que o Governo e os municípios votaram os monumentos portugueses”, cuja unidade arquitectónica se defende contra o uso de elementos próprios de outros sistemas, como estuques, dourados e madeiras entalhadas, e se definem “(...) alguns dos tópicos fundamentais da consagração do monumento histórico em Portugal, da valorização dos edifícios góticos, apesar da imprecisão cronológica e artística sobre o estilo, e da exaltação da época correspondente”. Mais adiante (pp.22-23) a autora enuncia-os do seguinte modo:

“1. Valoriza a arquitectura da Idade Média, contra a hegemonia clássica; 2. Estabelece uma equivalência entre a arquitectura gótica e a história de Portugal; 3. Enlaça os monumentos na idiosincrasia da nação. Estes são abrangidos no *volkegeist*²⁵⁶, premissa importante no conceito de monumento nacional; 4. Apela à conservação dos edifícios porque as “pedras falam”, são testemunhas e herança do passado; 5. A conservação do passado também se justifica em nome da instrução”.

Por outras palavras, “(...) Herculano identificou nos monumentos três tipos de valores, o histórico, o artístico e o nacional”, como Rodrigues (1998, p.108) sintetiza.

A partir de agora, a concepção de monumento como “(...) meio de transmitir ao futuro uma lembrança do passado (...) [e] essencialmente só isto”, como afirmou Herculano em 1843, foi-se difundindo e sobrepondo a outros valores, com a colaboração de novos actores.

Encontrada a importância documental dos objectos arquitectónicos para a história e para a arte, foi-lhes imputada uma função didáctica, a ficção patrimonial referida por Guillaume (2003), que implicou a exaltação de determinadas épocas (principalmente a Idade Média e os Descobrimentos) e a evocação dos seus méritos, como forma de legitimação das transformações políticas e sociais desejadas. Sempre que o presente se revelava incerto e instável, os

²⁵⁶ Termo alemão que na prática nasceu fundamentalmente com a crença do romantismo nos caracteres nacionais.

monumentos, porque sobreviventes ao fluir do tempo, permitiam forjar um trajecto retrospectivo ordenado e fidedigno até um passado que se pretendia consistente e inalterável, como meio de autenticação dos novos intentos. “(...) Mesmo quando se alertava para o estado calamitoso (...) estava subjacente a ideia de que preservar o património era assegurar o futuro da nação”²⁵⁷.

Como vimos, credor da influência romântica de Victor Hugo e seus princípios, como a tal concepção do monumento como *livro de pedra*, Herculano entendeu a noção de “monumento histórico” numa lógica de património total alargado a todos os vestígios materiais que resultam da acção do homem no passado e são passíveis de serem investidos de uma determinada função histórica e memorial: de um templo a uma lápide, de um utensílio de comer a uma arma, etc.

A convicção de que os edifícios eram essencialmente documentos portadores de uma simbologia que traduzia o significado de uma ideia de nacionalidade implicou o alargamento da concepção de monumento a património total, com a conseqüente não distinção entre monumento histórico e monumento intencional, que mais tarde Riegl (1903) adoptaria, e o permanente sublinhar do valor cognitivo dos imóveis antigos. Em relação à distinção produzida por Riegl, Rodrigues (1998) considera que ela pouco atraiu intelectuais e teóricos portugueses, por razões que, por contraditórias, se prendiam com a necessidade de construir uma identidade nacional, elemento unificador de todos os portugueses. Contudo, esta problemática, segundo o autor, seria posteriormente abordada por outros via designações e interpretações diversas, como “monumentos históricos – monumentos públicos”²⁵⁸, “monumentos vivos – monumentos mortos”²⁵⁹, “monumentos puros – monumentos pluriestilísticos”²⁶⁰, “monumentos definidos – monumentos indefinidos”²⁶¹.

²⁵⁷ Cf. Rodrigues, 1998, p.401.

²⁵⁸ Cf. Cordeiro, 1876a e 1876b.

²⁵⁹ Ideia contida no documento produzido em 1898 pela Comissão Geral de Viena para a Restauração de Monumentos, divulgada no Congresso Internacional de Arquitectos em Madrid em 1904.

²⁶⁰ Cf. Magalhães, 1904.

²⁶¹ Cf. Viterbo, 1912.

Os monumentos, testemunhos irrepetíveis da história, são portadores de valores de carácter específico e geral para todas as categorias sociais e, em simultâneo, dão acesso a múltiplos conhecimentos que vão da política aos costumes, às artes e às técnicas, etc. O valor cognitivo do monumento histórico está durante o séc. XIX direccionado para este grupo de saberes, extrapolando o campo da história da arte, e passando igualmente a servir e a ilustrar o sentimento nacional. De facto, foi a importância atribuída aos monumentos como valores nacionais que levou Herculano a não os distinguir entre comemorativos e não intencionais. Desde os seus primeiros textos, e até meados dos anos setenta do séc. XIX, a designação “monumento histórico” foi comumente aplicada a todos os testemunhos materiais do passado – edifícios equiparados aos registos escritos, aos utensílios domésticos, às jóias, etc. Segundo esta concepção alargada de “monumento histórico”, em que Herculano engloba quaisquer objectos passíveis de transmitir conhecimentos do passado (artísticos ou não, escritos ou não), só no *terminus* da década de sessenta do séc. XIX se consolida a expressão “monumento nacional” aplicada ao património construído, enquanto significante de um objecto artístico isolado com interesse histórico e estético.

Para Rodrigues (1998), a concepção de que o termo “monumento nacional” só se podia aplicar ao património construído aparece implícita pela primeira vez em 1868 na obra *Monumentos Nacionaes*, de José Mendes Leal e, mais tarde, em 1886, em *Monumentos de Portugal. Históricos, Artísticos e Archeológicos*, de Ignácio de Vilhena Barbosa. Os monumentos históricos que o primeiro apresenta são constituídos por edifícios cuja selecção não vem justificada. A obra surge em Portugal na transição entre a reflexão teórica de Herculano e um período subsequente mais profícuo em estudos, medidas e acções legislativas da monarquia constitucional. Quanto ao segundo, este também não apresenta as razões que o levaram a identificar apenas edifícios como monumentos nacionais. Considera, porém, que a arquitectura é o meio privilegiado para se chegar à história antiga, centrando no património construído a natureza histórica e memorial que determina a existência de um objecto arquitectónico como monumento nacional, em consonância com as posições de Herculano.

Ao abordar esta questão, relação entre arquitectura e sociedade, ao contrário de Herculano que estabelece o conceito de “monumento” não

apenas associado à ideia de longa duração, como também à sua inscrição na vertente de “documento”, Figueiredo (2002, p.95) considera-o “(...) testemunho das circunstâncias políticas, sociais e culturais de um tempo” e, perante o desfilar das teorias positivistas e evolucionistas, integra-o na noção de transformação. Dentro de uma perspectiva *winckelmanniana* – ideia em que os períodos artísticos se baseavam numa sucessão de etapas (começo, desenvolvimento, perfeição e decadência) –, Vilhena Barbosa (1886) associa o “(...) desenvolvimento estético dos estilos a um processo de transformação biológico”. Neste quadro, a arquitectura, e consequentemente os monumentos, também tinha as suas “idades”, sendo a transição entre estilos operada de acordo com as transformações da vida social.

Já em 1908 Gabriel Pereira, em *A Architectura Portuguesa*, considera que a locução “monumento nacional” está inequivocamente associada aos imóveis revestindo interesse histórico, arqueológico e artístico nacionais, baseando-se no Decreto Orgânico de 24 de Outubro de 1901. No entender de Rodrigues (1998), sobre a transição do conceito alargado de “monumento histórico” de Herculano para as posições restritivas de José Mendes Leal (1868) e, mais directamente, de Gabriel Pereira (1908), não se encontram referências escritas que a clarifiquem.

Para o Estado Português, esta distinção entre conceito alargado e restrito vai ficar estabelecida em definitivo com a publicação, em decreto, dos monumentos classificados como nacionais em 1907²⁶² e 1908²⁶³, confirmando a concessão do título apenas ao património imóvel, o que a legislação republicana, organizadora dos serviços artísticos e arqueológicos do novo regime, viria confirmar em 1911²⁶⁴.

A classificação de “monumento nacional”, aplicada a todas as construções, edifícios e ruínas, com interesse arqueológico, histórico ou artístico, pode demonstrar que o “valor nacional” é o primeiro no conjunto de valores

²⁶² Cf. Decreto de 10 de Janeiro de 1907 designando os Edifícios Públicos que devem ser considerados Monumentos Nacionais na obra “Legislação de 1907” (cf. Fino, 1908).

²⁶³ *Relação dos imóveis a classificar como monumentos nacionais*, apresentada pelo Conselho dos Monumentos Nacionais (CsMN) em 9 de Dezembro de 1908. Cf. MOPCI/CsMN, 1909.

²⁶⁴ Cf. Decretos n.ºs 1 e 2 de 26 de Maio de 1911, do Governo Provisório da República Portuguesa. Cf. RAACAP, 1911.

hierarquizados dos monumentos históricos, legitimando todos os outros, de que é indissociável.

Esta valorização do sentimento histórico nacional que se identifica e reproduz no monumento, ideia que sobremaneira teve prioridade sobre a correspondente materialização artística, decorre, como se referiu, desde o tempo de Herculano, e assinala a produção e discussão teórica, bem como as várias posições sociais, políticas e culturais assumidas durante os sécs. XIX e XX, incluindo o período relativo a este estudo, (1929-1949), como se constatará: os monumentos são considerados “nacionais” porque contribuem para fazer e afirmar a história da nação, revelando a antiguidade e as qualidades dos antepassados, em todas as suas dimensões.

Tal concepção está bem patente nas considerações de Luís Chaves, (1922, p.76), quando afirma a respeito da classificação dos monumentos nacionais que

“(...) o que é bello, não basta. Mesmo essa noção era fallivel, quando aplicada principalmente a uma obra de arte, em que a relatividade fosse affastada e longinqua. Tem de se ligar ao criterio de classificação o conceito de relatividade historica. Quando signifique para a nação uma prova da sua existencia por padrões, que a balisem na sua historia, na sua indole, e quanto lhe indique a ancestralidade geradora do que, por facilidade de nomenclatura, se chama raça portugueza, deve ser considerado *monumento nacional*, pois é à nação que respeita”.

Para além de exprimir de forma elementar, mas elucidativa e objectiva, o que constituiu a maioria das posições em relação ao significado e conceito de “monumento nacional” durante o séc. XIX e parte do séc. XX, esta formulação revela, à partida, a imediata eleição das construções medievais, em concomitância com o alargar do conhecimento historiográfico²⁶⁵, como os factores que enformariam em grande medida, dado o seu carácter documental prévio, o processo de classificação.

²⁶⁵ Como referimos, na segunda década do séc. XX a historiografia de arte já identificava as principais manifestações do desenvolvimento do românico e a transição para o gótico.

Embora a qualidade individual por si só pudesse não justificar a sua protecção legal, a denúncia ou conotação positiva que os edifícios do gótico ou do românico representavam em si mesmos tornou-se motivo suficiente, num “espírito de colecção”, para a sua classificação, como o acima referido texto de Luís Chaves (p.76) também comprova:

“O trabalho inicial não pode ser outro senão enunciar a lista ou serie geral dos monumentos a classificar sob este aspecto, de forma que nos varios e successivos capitulos do cadastro sejam incluidos todos que da respectiva rubrica se conheçam, e de futuro se acrescentem quantos vão posteriormente apparecendo”.

Esta “normalização” torna-se relevante porque o entendimento do edifício como elo integrante de uma determinada cadeia era garantia e suporte para o desenvolvimento de intervenções por analogia. A réplica de elementos formais integrantes de um mesmo suposto sistema gramatical ajudava à reposição do seu “estado original” ou “primitivo” e, deste modo, à sua condição documental e monumental.

Neste enquadramento, os castelos, como construções particulares da época medieval, seriam obviamente objecto de um crescente processo de valorização que, entre outras consequências, levaria à sua classificação massiva²⁶⁶ e também a uma não menos proeminente campanha de intervenções²⁶⁷.

A vocação determinista da arquitectura vingará decisivamente em Portugal desde o primeiro momento da sua defesa e divulgação por parte de figuras como Herculano e durante um lapso de tempo que inclui o período a que se refere o presente trabalho, 1929-1949, apesar dos propósitos diferentes que revestem as várias alternâncias políticas sociais e culturais que marcam a história portuguesa durante os sécs. XIX e XX.

Mais adiante veremos com relativo pormenor como alguns destes princípios seriam retomados, defendidos e popularizados por Henrique Gomes da Silva (director-geral da DGEMN), no âmbito de uma política de “restauração nacional”,

²⁶⁶ No sentido de analisar a evolução das classificações dos castelos em Portugal vejam-se o Quadro 04 e os respectivos mapas (cf. do Mapa 18 a Mapa 23).

²⁶⁷ Referimo-nos concretamente ao período do Estado Novo.

empreendida sob os auspícios do Estado Novo a partir do segundo quartel do séc. XX.

É neste quadro conjuntural que se justifica, quanto a nós, a orientação geral adoptada neste capítulo no que concerne aos valores avivados e conferidos aos objectos architectónicos proeminentes da cultura portuguesa, em parte devido à obra de Herculano, mas sobretudo pelo papel histórico e social que desempenharam e pela continuidade que exibiram no resto do séc. XIX, vincando de modo profundo a actuação dos diversos intervenientes e instituições da centúria seguinte.

Se nesta secção se procurou interpretar o despertar de uma consciência patrimonial em Portugal e compreender as suas naturais influências e consequências, directas ou indirectas, designadamente quanto ao valor atribuído aos monumentos e à sua importância relativa, veremos na secção seguinte como ressalta a forma concretizada para a respectiva salvaguarda.

Nomeadamente, analisaremos a questão da classificação e como se organizaram as estruturas administrativas do Estado que se ocuparam de os enquadrar e preservar. Em particular, será importante rever como se resolveu o processo de transição entre os vários sistemas políticos, com destaque para a continuidade ou inversão de procedimentos entre a Monarquia Constitucional, a República e o Estado Novo.

2.4 Do processo de classificação à instituição de um regime jurídico

Se a contribuição dos escritos de Herculano se pôde considerar um dos primeiros alertas para a questão da preservação do património architectónico e artístico português, entre 1837 e 1872 a atitude perante o valor patrimonial não se modificou substancialmente, confirmando o predomínio de uma visão histórica e arqueológica na sua interpretação. Como se viu na secção anterior, a valorização artística e a análise em termos da história de arte só se fez mais tarde. Se num primeiro momento, sob a influência das ideias de Herculano, ele mesmo influenciado pelo que acontecia em França, foi o gótico o estilo que ocupou o espaço imagético dos românticos portugueses, num segundo instante, em época dominada por pressupostos positivistas,

seria o manuelino a ocupar tal lugar, como resposta ao facto de os anteriores (os românticos) terem entronizado aquela arquitectura estrangeira, nomeadamente o gótico da Batalha. Deste modo, o manuelino aparecia como resistência à primazia estrangeira, adquirindo carácter nacional através de um processo de aculturação de referências exteriores ligadas entre si pela consciência artística nacional.

Por esta razão, não será de estranhar que os mosteiros da Batalha e dos Jerónimos correspondam aos monumentos mais reproduzidos e visitados, como já acontecera no tempo das vindas de estrangeiros nos séc. XVIII e XIX, o que atesta a sua relevância em termos pedagógicos e de veiculação de significado político e social. Enquanto o primeiro exemplifica o estilo gótico, que remetia para o séc. XIV, século da independência nacional no tempo de D. João I, o segundo representava o manuelino, da época quinhentista subsequente a D. Manuel I, respeitante à expansão ultramarina, os descobrimentos.

A partir dos anos noventa do séc. XIX, altura em que a autonomia do discurso historiográfico começa a ganhar novo fôlego, embora só na segunda década do séc. XX identificasse as principais manifestações artísticas e tomasse consciência das influências estrangeiras e dos processos de perda de identidade cultural, assiste-se ao progressivo aparecimento da arquitectura românica como estilo considerado genuinamente nacional. Pese embora o seu despojamento espacial e formal, ele simbolizava um contexto histórico preciso, o processo da Reconquista da Península e a fundação da nacionalidade, argumentos bastantes para se constituir para alguns autores, como Joaquim de Vasconcelos e o fotógrafo Marques de Abreu, como o verdadeiro estilo da arquitectura nacional. No entanto, de início “A maioria dos textos propagandísticos e de divulgação continuara a preferir a arte do tempo dos descobrimentos, talvez porque o conceito de manuelino implicava uma relação entre a história e a arquitectura que facilitava os discursos patrióticos”²⁶⁸. Só posteriormente, na primeira, e sobretudo na segunda década do séc. XX, a sua divulgação ganhará outra notoriedade com a publicação nas revistas *A Arte* (1905-1912) e *Ilustração*

²⁶⁸ Cf. Rodrigues, 1998, p.179.

Moderna (1898-1903 e 1926-1932) dos levantamentos e intervenções realizados em edifícios românicos do norte do País.

Ao invés do que pareceria espectável, devido à crescente importância que os monumentos históricos representaram na sociedade e cultura portuguesas, sobretudo durante o séc. XIX, ao debate em redor dos conceitos e valores arquitectónicos correspondeu o Estado com uma tímida, quase inexistente, política de defesa do património arquitectónico construído.

A contrapor ao incremento de descrições sobre o estado de degradação do património arquitectónico e até às numerosas censuras dirigidas ao Governo, às autoridades municipais e ao próprio público, os primeiros por omissão legislativa e falta de boa-fé nas resoluções relativas aos bens culturais e o último por actos de saqueio e vandalismo, aumenta não só a vontade de intervenção, como o desejo de formulação legislativa adequada à sua defesa, a fim de carrear para o futuro a herança e a memória do passado.

Com a crescente orientação nacionalista da sociedade portuguesa “(...) os velhos monumentos históricos do alvará de D. João V já não eram os mesmos dos burgueses construtores do Portugal oitocentista”²⁶⁹. Segundo Custódio, para Herculano, em 1839, a preocupação de salvaguarda transfere-se dos bens móveis para o património arquitectónico de raiz histórica como fica provado quando, consciente de que a realidade era diferente daquela que tinha inspirado a lei de 1802, sugeria ao Governo modificações legislativas de modo que a guarda dos monumentos ficasse a cargo de quem pudesse, quisesse e soubesse, e que fossem sobretudo protegidas as antiguidades portuguesas, ao contrário do que estipulavam os alvarás de 1721 e 1802, que tendencialmente apontavam para cuidar das fenícias, gregas, romanas, godas e arábicas.

A propósito escutemos as palavras de Joaquim Costa Cascais (1854, pp.210-211), que de forma esclarecida identificam o estado de alma em Portugal em 1854:

“Ainda não ha muitos annos que das columnas d’este jornal [leia-se: *O Panorama*] se elevaram os primeiros e eloquentissimos brados em

²⁶⁹ Cf. Custódio, 1993, p.39.

favor da conservação dos nossos monumentos. (...) Era o que acontecia em Portugal quando a voz do sr. Alexandre Herculano se fez ouvir. E é bem se diga, que por todos foi ella escutada; a uns fortificou-lhes a propria crença; convenceu duvidosos, e até os que pareciam desdenhal-a, esses mesmos se calaram. É um facto que a vertigem demolidora afrouxou, e que se a reacção não poude chegar a restabelecer o desejado equilibrio, alguns passos se deram no bom caminho. (...) A *demolimania* felizmente passára de moda. O camartelo dos *alinbadores* retrahíra-se um pouco, é certo; porém, não só o desleixo tem contribuído para a successiva destruição de muitos dos nossos monumentos, como tambem e talvez mais as pretendidas reparações dos pseudo-conservadores. (...) A conservação de um monumento não se resume porém em havermos para occorrer a ella os capitaes indispensaveis. Se já é muito, não é tudo. (...) Se os gastos feitos com os monumentos nacionaes tivessem sido superintendidos por pessoas de reconhecida intelligencia artistica e archeologica, é certo que muito mais se houvera aproveitado. O contrário porém é o que por via de regra se tem feito. De raro se encontrará um monumento antigo, onde se não veja a cada passo estampado o sêllo bastardo do *modernisador* ignorante. (...) As ruinas de um monumento, não mutilado, podem muitas vezes enriquecer os thesouros da arte; as parvoices architectonicas nunca. Aquellas dão importantes documentos sobre a historia da civilisação de um paiz porventura gloriosa, estas mostram sempre a incuria e ignorancia. (...) Mas que ha de ser se o vereador *pelourista* da maior parte dos municipios, esse a quem por via de regra pertence a parte mais artistica, ou tão só artistica das povoações; sendo aliás perito muitas vezes em avaliar a olho o numero de jardas de uma peça de panno patente, ou as geiras de um trato de terra; ignora todavia as primeiras luzes da arte! Mas para esses perdão, que não sabem o que fazem; porém para os que têm a seu cargo evitar o mal, e que não só o consentem, mas que muitas vezes o sanccionam; para esses a culpa, que é toda sua; desde a grave responsabilidade pelos estragos provindos do seu desleixo até o ridiculo d'essas decisões falso-artisticas em que têm representado o triste papel do *medicus ex sutore*".

Mais adiante o autor (pp.211-212) propõe medidas efectivas para inverter, em sua opinião, esta conjuntura desfavorável:

“Não basta porém avisar o passageiro que se perdêra do verdadeiro caminho, é preciso que este se lhe indique. (...) Nomeie-se pois essa comissão, conselho, inspecção, (ou como queiram que se chame) para superintender quanto respeite a bellas artes e particularmente á conservação e restauração dos monumentos nacionaes. (...) Ao governo pertence dar o primeiro impulso. (...) Estabelecida uma comissão central em Lisboa, ir-se-íam successivamente creando outras filiaes suas nas capitaes de provincia ou n’aquellas terras onde a sua existencia fosse mais vivamente requerida. Nomeada pelo Governo junto do ministerio das obras publicas, e com o seu valioso apoio devêra uma tal comissão produzir necessariamente resultados artisticos do maior momento. Um dos seus primeiros trabalhos seria, quanto a nós, a classificação geral monumentos nacionaes, por ordem de suas cathegorias, acompanhada de uma succinta explicação, sobre o merito historico e artistico de cada um. A principio os mais conhecidos e importantes, depois com as informações que o tempo fosse ministrando, os mais ignorados e de menor vulto. A’medida que este ou aquelle monumento merecesse ser inscripto na lista duas vezes auctorizada da comissão, já por seu character official, já e sobre tudo pelo infallivel penhor de seus conhecimentos technicos, o interesse e respeito pela conservação de taes obras cresceria forçosamente”.

Esta extensa citação de Joaquim Costa Cascais encerra em nosso juízo um resumo claro e objectivo do debate e do conjunto de procedimentos que se viriam a desenvolver em tempos posteriores tendo em vista a salvaguarda dos monumentos nacionais. Primeiro na necessidade de inventariação e classificação dos bens culturais proeminentes e na criação de comissões e conselhos responsáveis, depois na regulamentação das atribuições dos organismos incumbidos das intervenções naquelas edificações.

Será sobre este longo percurso cujo término pode coincidir com a fundação da DGEMN que nos debruçaremos adiante, a fim de enquadrar a crescente valorização atribuída aos castelos em Portugal.

2.4.1 A institucionalização das Comissões dos Monumentos Nacionais

Se através de duas já referidas circulares de 1836 Luís Mouzinho de Albuquerque alertara para a necessidade de inventariar os imóveis pertencentes às antigas Ordens Religiosas que por via do seu valor histórico-arquitectónico merecessem ser conservados pelo Estado enquanto “monumentos públicos”, e à época se encontravam devolutos, mais tarde, em 1858, Joaquim Possidónio da Silva, por ordem de D. Pedro V (1853-1861), havia de proceder a um cadastro das construções que poderiam ser consideradas monumentos nacionais, criando um arquivo arqueológico e arquitectónico com a indicação das plantas das mais destacadas construções do reino.

Entre 1858 e 1860²⁷⁰, José Mendes Leal, na qualidade de bibliotecário principal, dá conta das atribulações sentidas para dar cumprimento à lei de 1802 numa sociedade ora sujeita a um regime administrativo distinto. Porém, as suas preocupações foram só dirigidas para o património móvel, deixando sem atenção evidente o património arquitectónico construído.

Assim, entre 1802 e 1870 a inspecção dos monumentos e sítios arqueológicos continuou a cargo do bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional, sendo que nesta última data se daria o arranque das *Comissões dos Monumentos Nacionais* (CMN), criadas pelo Estado com o objectivo de elaborar uma lista dos monumentos a classificar e a salvaguardar. Contudo, tais comissões revelar-se-iam em geral pouco profícuas, tendo o trabalho por elas realizado sido pouco relevante.

De entre tais comissões, a mais produtiva, segundo Custódio (1993), foi a constituída em 10 de Novembro de 1875²⁷¹, por decreto do Ministério do Reino,

²⁷⁰ Veja-se o relatório do bibliotecário-mor José Mendes da Silva Leal, publicado no Boletim Oficial de Instrução Pública, de 21 de Março de 1860, sobre a Inspeção dos Monumentos e Antiguidades, na obra “Monumentos Nacionaes Portuguezes: Legislação” (cf. Imprensa Nacional, 1910).

²⁷¹ Cf. Decreto do Ministério dos Negócios do Reino, de 10 de Novembro de 1875, a nomear a comissão para propor a Reforma do Ensino Artístico e a Organização do Serviço de Museus, Monumentos Históricos e Arqueologia, e também o Projecto-lei da Organização do Serviço dos Monumentos Históricos apresentados em 1876, na obra “Relatório dirigido ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretario D’Estado dos Negócios do Reino pela Comissão Nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a Reforma do Ensino Artístico e a Organização do Serviço de Museus, Monumentos Históricos e Archeologia, Primeira Parte, Relatórios e Projectos” (cf. Cordeiro, 1876a).

que tinha como objectivos: 1) a reforma do ensino das Belas-Artes nas Academias de Lisboa e do Porto; 2) o plano de organização de um museu (esculturas, desenhos, gravuras, arte ornamental e arqueologia); 3) propor um conjunto de medidas de conservação, guarda e reparação dos monumentos históricos e dos objectos arqueológicos de importância nacional existentes no reino.

Esta comissão, de carácter consultivo, seria presidida pelo Marquês de Souza Holstein²⁷², e das suas actividades foi apresentado um relatório em 1876²⁷³ que evidencia como os conceitos alargado e restrito de monumento nacional podiam coexistir no mesmo processo legislativo.

Analisando a publicação *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Históricos e da Arqueologia*, que Holstein apresentou em 1875, no início dos trabalhos da comissão, nela se constata o realce dado a vários aspectos que se tornam marcantes na contextualização do processo e da época. Assim, se por um lado fica evidenciado o estado de degradação em que se encontra o património português e de como se não procedia à sua adequada salvaguarda – inexistência de um inventário do património artístico, de técnicos habilitados para as intervenções a realizar no património arquitectónico e de um serviço de inspecção –, por outro lado são apresentadas várias propostas no sentido de inverter esta situação, de entre as quais se referem a promoção da história da arquitectura e das artes, a selecção dos monumentos, a organização dos recursos humanos, a criação de um serviço de inspecção e o estabelecimento de critérios para as intervenções. Como já antes expusemos, citando Costa (1997b) e Tomé (2002), e esta obra confirma, os estudos histórico-arqueológicos da época não manifestavam discernimento crítico, revelando frágeis conhecimentos histórico-artísticos, pelo que se impunha uma revisão de procedimentos, a que, aliás, Holstein (1875, p.46) faz alusão: “Sem estudar, medir, analysar e comparar monumentos, de nada valerão os esforços que se fizerem para escrever esse capítulo da vida do nosso povo”. Esta citação viria mais tarde a ser corroborada por Joaquim de Vasconcelos.

²⁷² Para além de Marquês de Souza Holstein, a comissão integrava nomes destacados que temos vindo a referir, como Luciano Cordeiro (secretário), Augusto Filipe Simões e Joaquim Possidónio da Silva (que viria a exercer cargos de relevo em futuras comissões).

²⁷³ Cf. Cordeiro (1876a e 1876b).

De forma contundente, a obra de Holstein (1875, p.41) assinala o estado de abandono em que se encontravam os monumentos, grande maioria em ruína, e a inexistência de verbas para as reparações mais prementes: “No orçamento do Estado apenas se encontra uma pequena verba para a conservação da Batalha (...). Por isso de todos os monumentos nacionais é este o unico que está tratado com o cuidado que pedem aquellas respeitaveis testemunhas de outras eras”. Em 1839 as Cortes classificaram o Mosteiro da Batalha como “monumento nacional” e em 1839 o Ministério do Reino autorizou o seu restauro, tendo a direcção de obra cabido a Luís Mouzinho de Albuquerque. Ainda no mesmo ano é produzida uma deliberação sobre o Convento de Mafra, autorizando o respectivo restauro. Como descreve Custódio (1993), outras intervenções foram efectuadas até finais do séc. XIX, nomeadamente e por ordem cronológica, na Torre de Belém, no Mosteiro dos Jerónimos, na Sé de Lisboa, no Mosteiro de Alcobaça e no Palácio Nacional da Pena, entre outros, algumas por iniciativa de instituições locais e organismos e associações privadas, como foi o caso do Templo de Diana em Évora, todos eles imóveis enquadrados numa mesma linha valorativa e escolhidos em função de determinados factos ou personalidades históricas como adiante (pp.41-42) Holstein revela:

“O chamado templo de Diana em Evora, entregue como está ao municipio d’essa cidade, deve á illustração dos cavalleiros que têm exercido o cargo de vereadores e ao zelo do sr. dr. Simões o bom estado de conservação em que se acha. Citados estes dois monumentos temos esgotado a lista dos que não estão inteiramente abandonados”.

Para além da descrição do estado material dos monumentos históricos, no documento (p.46) é ainda feita menção à falta de competência dos técnicos, dotados de fracos conhecimentos teóricos e práticos para a “(...) restauração dos edificios de diferentes estylos (...)”.

Em relação aos castelos, “(...) que são padrões de gloria em todas as nações que os possuem (...)”, enfatiza (p.42):

“Não está de pé um unico dos antigos (...), não diremos das raças que prece-deram a formação da monarchia portugueza, não diremos mesmo dos

alevantados pelas anudúvas no tempo da primeira dynastia, como padraustos contra as correrias mussulmanas, mas nem sequer existem, a não ser meios desabados e derrocados, os (...) erguidos pela mão poderosa de D. João I ao longo da linha extrema da nossa fronteira. Nem ao menos foram salvos da destruição ou da ruína os (...) que ás memorias gloriosas do passado ajuntavam a belleza de uma situação pittoresca ou grandiosa”.

Faz-se referência explícita (p.42) ao estado de abandono do castelo de Almourol, à ruína do castelo de Leiria e às acções de vandalismo humano e dos agentes atmosféricos que contribuíram para a degradação generalizada de “(...) outros levantados em altas serras e dominando extensas planicies, vendo cair uma após uma aquellas pedras ali dispostas para resistir ao impeto dos inimigos, e que foram testemunhas de tantos actos de esforçado valor”, referindo como exemplo os castelos da Guarda e de Numão.

Em 1880 é criada outra comissão²⁷⁴ na dependência da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (RAACAP), esta por sua vez fundada em 1863 por impulso do architecto Joaquim Possidónio da Silva, inicialmente com a designação de “Associação dos Architectos Civis” e que só em 1872 viria a passar a ter aquela denominação²⁷⁵. Na realidade, a RAACAP foi a primeira sociedade dedicada à causa patrimonial, exercendo um papel activo em torno da reflexão sobre os princípios teóricos de intervenção e estabelecendo um conjunto de acções práticas de salvaguarda, com permanentes exposições aos governos sobre a conservação dos monumentos históricos. Valendo-se do prestígio internacional de Joaquim Possidónio da Silva, a RAACAP estabeleceu relações com relevantes associações congéneres estrangeiras, o que através da permuta de correspondência e publicações originou uma frutuosa convivência científica com o exterior.

Ao reconhecimento pelo Estado dos méritos e capacidades desta organização deve-se a primeira lista com a classificação dos monumentos em

²⁷⁴ Presidida por José Silvestre Ribeiro, dela eram membros António Pedro de Azevedo, Joaquim Possidónio da Silva, Augusto Carlos Teixeira de Aragão, Valentim José Correia e Ignácio de Vilhena Barbosa.

²⁷⁵ Por portaria de 24 de Outubro do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), é solicitada à RAACAP a realização de um inventário dos edificios susceptíveis de serem classificados pelo Governo como monumentos nacionais.

Portugal. De sua iniciativa, registe-se a criação de uma publicação periódica que, entre outras, foi um importante veículo para o estudo e debate sobre os monumentos nacionais. Do primeiro boletim, *Archivo de Architectura*, foram publicados dez números entre 1865 e 1867, enquanto a partir de 1874 se inicia a edição do *Boletim de Architectura e Archeologia*²⁷⁶.

A comissão de 1880 apresentaria em 30 de Dezembro deste ano uma lista, conhecida por Monumentos nacionais e padrões históricos e comemorativos de varões ilustres e que são elementos apreciáveis para o estudo da história das artes em Portugal²⁷⁷. Nela, os monumentos nacionais considerados são “(...) padrões, que attestam simplesmente a passagem ou a existencia d’esses povos em o nosso paiz, e os que commemoram os grandes successos da sua vida (...) que nos fornecem importantes elementos para a historia das artes em Portugal; importantes por mais tosca e grosseira que seja a sua construção (...)” e que ainda revelem “(...) a fabrica da fundação; ou se, pelo menos, os reedificadores lhe deixaram a descoberto alguma das suas feições primitivas, que auctorise a tradição ou a memoria escripta, ou que esteja de accordo com o documento da sua origem, ou dos successos, que symbolisa”²⁷⁸.

Deste pequeno excerto do relatório final produzido pela comissão resulta claro qual seria a condição para as classificações propostas. Aliás, como já por diversas vezes referimos em relação a outros temas que caracterizam a ficção patrimonial desta época, o desejo de “lembrar”, mais do que qualquer facto artístico, torna aparente o objectivo e a ambição de fazer corresponder aos episódios históricos e respectivas memórias a materialidade primitiva dos monumentos, enquanto testemunhos documentais da sua ancestralidade.

Segundo Rosas (1995, p.127), de outro ponto de vista, o documento mostra que o estudo das épocas da nação eleitas a que nos temos vindo a referir se estende a todas as épocas vividas pelos diversos povos que deixaram marcas no território nacional. Como esta autora releva (p.127), “É o próprio conceito de tempo da nação que se prolonga para um passado cada vez mais

²⁷⁶ Sobre as diversas actividades da RAACAP pode ver-se nomeadamente Costa (1997b).

²⁷⁷ Cf. CMN, 1881.

²⁷⁸ Cf. CMN, 1881, III-6, p.83.

longínquo, no qual se procuram as raízes da especificidade nacional para além dos factos históricos que propiciaram a definição de território e da sua independência”. Recuperando o mesmo relatório, “É mui pequena, certamente a área de Portugal. Todavia serviu de passagem e deu abrigo a muitos povos (...). Representa, portanto, um vasto theatro de acontecimentos memoraveis em todas as edades dos povos (...)”²⁷⁹.

Sem o desejado rigor científico que a própria comissão reclamava, devido ao escasso tempo de que dispôs para elaborar a lista, os monumentos seriam, de forma breve, estruturados quanto à sua importância, em seis classes: 1ª “Monumentos historicos e artisticos, e tambem os edificios que sómente se recommendam pela grandeza da sua construcção, ou pela sua magnificencia, ou por encerrarem primores d’arte”; 2ª “Edifícios importantes para o estudo da historia das artes em Portugal, ou sómente historicos, mas não grandiosos, ou simplesmente recommendaveis por qualquer excellencia d’arte”; 3ª “Monumentos de arte militar antiga. Castellos e Torres”; 4ª “Monumentos levantados em logares publicos pela gratidão nacional em honra de homens, que bem mereceram da patria”; 5ª “Padrões de mui diferentes generos importantes para a historia e para as artes”; 6ª “Monumentos prehistoricos”²⁸⁰.

De acordo com o grupo de trabalho, era igualmente determinante a necessidade de se elaborarem estudos aprofundados sobre os monumentos, para se fundamentarem futuras acções do Governo quanto à sua conservação, entre outras medidas já defendidas por Sousa Holstein (1875).

O facto de a comissão ter incluído na classificação outros imóveis com especificidades variadas, como padrões, arcos comemorativos fúnebres, pelourinhos, cruzeiros e cipós, entre outros, que não só construções consideradas monumentos históricos e artísticos, mostra que o conceito de monumento nacional vai para além dos edifícios.

Para Rosas (1995, pp.129-130) esta distribuição em classes não pretende uma caracterização ou um escalonamento hierárquico do valor dos monumentos, mas antes “(...) determinar princípios, recomendando ao governo

²⁷⁹ Cf. CMN, 1881, III-6, p.83.

²⁸⁰ Cf. CMN, 1881.

a quem deve caber a responsabilidade de conservação e do restauro dos monumentos”. Pese embora a autora (p.127) considere clara a distinção que coloca em primeiro plano as “construções grandiosas”, todas elas, “pobres” ou “grosseiras”, foram consideradas monumentos a conservar, porque constituem importantes “(...) elos da cadeia de evolução da história da arte nacional”. Nestas circunstâncias, e de algum modo contrariando o que temos vindo a explanar em consonância com os diversos autores referenciados, onde a própria se inclui, ela (p.130) considera que nesta lista não está reflectido um “(...) medievalismo exacerbado na selecção dos monumentos”. Porém, mais à frente (p.130) constata que existe uma predominância das construções medievais e manuelinas “(...) não pelo estilo mas pela época a que correspondem (...)”, mas acrescenta que “(...) deve ser assinalada a valorização de edifícios de outras épocas”.



Figura 33 – Castelo de Guimarães

No mesmo relatório é proposta ao Governo a criação de uma Comissão Inspectoria dos Monumentos Nacionais, próxima do Ministério do Reino e do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), com atribuições consultivas, encarregada de vigiar os monumentos nacionais e de completar o inventário das edificações com relevância histórica ou artística, medida que aliás mais tarde seria implementada.

Para a comissão, o castelo de Guimarães (figura 33) constitui-se entre todos os outros como “(...) o mais apreciável, certamente, pela sua antiguidade, anterior á monarchia; por ter servido de berço e de corte ao nosso primeiro rei (...)”²⁸¹, facto que o levou a ser incluído nos monumentos de 1ª e não nos de 3ª classe. O castelo de Alvito seria classificado como de 2ª classe por ser “(...) a unica residencia da nobreza que ha no reino, construida segundo o estylo e fórma dos castellos feudaes da edade media”²⁸².

De 3ª classe consideram-se os demais 36 exemplares: Alcácer do Sal, Almourol, Alter do Chão, Carrazeda de Ansiães, Braga, Bragança, Beja, Castelo Bom, Castelo de Vide, Castelo Rodrigo, Castro Marim, Celorico da Beira, Estremoz, Feira, Freixo de Espada à Cinta, Lapela, Lamego, Leiria, Lindoso, Longroiva, Torre de Moncorvo, Monsaraz, Monsanto, Montalegre, Neiva, Óbidos, Pombal, Porto de Mós, Sabugal, Segura, Silves, Soure, Santiago do Cacém, Tomar, Torres Novas e Vila Viçosa²⁸³. Acerca desta classe, “Monumentos de arte militar antiga. Castellos e Torres”, o relatório informa, como antes o havia feito Holstein (1875), que tais estruturas militares se encontram em deficiente estado de conservação: “Alguns ainda estão de pé, parecendo desafiar a furia das tormentas (...) devem ser conservados com acatamento”²⁸⁴.

No cômputo geral, vamos encontrar um vasto número de castelos, 38 no total, incluídos na lista de construções a classificar.

Distribuindo estas 38 estruturas pelas províncias portuguesas²⁸⁵, de acordo com o Mapa 18 e o Quadro 04 temos: Alto Alentejo, 5; Trás-os-Montes e Alto Douro, 6; Beira Alta, 5; Minho, 5; Estremadura, 2; Beira Baixa, 2; Algarve, 2; Baixo Alentejo, 4; Beira Litoral, 3; Ribatejo, 3; Douro Litoral, 1.

Comparando o total dos castelos que integram esta lista publicada em 30 de Dezembro de 1880²⁸⁶ com a carta com os castelos portugueses entre 1350

²⁸¹ Cf. CMN, 1881, III-6, p.84.

²⁸² Cf. CMN, 1881, III-7, p.101.

²⁸³ Cf. CMN, 1881.

²⁸⁴ Cf. CMN, 1881, III-6, p.84.

²⁸⁵ Cf. Gráficos 03 e 04.

²⁸⁶ Cf. Mapa 18.

e 1450²⁸⁷, ou seja, 38²⁸⁸ com 182, teremos a seguinte relação nas províncias portuguesas: Alto Alentejo, 5/36; Trás-os-Montes e Alto Douro, 6/29; Beira Alta, 5/26; Minho, 5/18; Estremadura, 2/16; Beira Baixa, 2/15; Algarve, 2/13; Baixo Alentejo, 4/11; Beira Litoral, 3/9; Ribatejo, 3/7; Douro Litoral, 1/2.

Fazendo a média das percentagens das 11 províncias encontramos 25,9% de coincidências em relação aos 182 castelos que constituem a base do nosso estudo.

Analisando estes dados, concluímos que não existe uma prevalência evidente de uma ou várias áreas do território sobre as restantes. O número de castelos flutua entre seis na área de Trás-os-Montes e Alto Douro e um no Douro Litoral. Percentualmente situam-se todos abaixo dos 50%, sendo que o Ribatejo e o Douro Litoral são as províncias que mais aproximam ou igualam este valor, por via de à partida apresentarem um menor número de casos.

A lista anterior constituiu um marco proeminente na história do património cultural em Portugal, porque até princípios do séc. XX se manteve como o único documento elaborado e disponível sobre classificação de imóveis, ainda que na prática não tenha merecido aprovação oficial.

Em 29 de Dezembro de 1881²⁸⁹, Joaquim Possidónio da Silva é incumbido de percorrer o País a fim de proceder a um reconhecimento oficial e realizar o levantamento dos principais edifícios públicos e monumentos do reino, trabalho que originou um relatório apresentado em 1884²⁹⁰ que, porém, nada de muito relevante acrescentava em relação ao anterior documento da RAACAP.

Este procedimento iria continuar, sendo em 1890²⁹¹ nomeada uma comissão para a estruturação do arrolamento de riquezas e o estabelecimento de um sistema pragmático de classificação dos monumentos nacionais, desta vez

²⁸⁷ Cf. Mapa 17.

²⁸⁸ Cf. Gráficos 03 e 04.

²⁸⁹ Cf. Portaria de 29 de Dezembro de 1881 a nomear Joaquim Possidónio da Silva, na obra "Monumentos Nacionaes Portuguezes: Legislação" (cf. Imprensa Nacional, 1910).

²⁹⁰ Cf. Silva, 1885.

²⁹¹ Neste mesmo ano, em 5 de Abril, é criado o Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes (MIPBA), sendo competência da sua 1ª Repartição, "a inventariação e restauro dos monumentos nacionais" (Bucho, 2000, p.91).

presidida pelo Conde de Almedina²⁹², que Bernardino Machado, ministro do MOPCI, reestruturou em 1893 para passar a ser liderada por Luciano Cordeiro.

Em 27 de Fevereiro de 1894²⁹³, o governo regenerador de Hintze Ribeiro transformou a CMN num órgão permanente na dependência do MOPCI, tendo como atribuições: 1) estudar, classificar e inventariar os monumentos nacionais; 2) propor providências necessárias à sua guarda, conservação, reparação e exposição pública; 3) indicar as respectivas reparações, apropriações, aquisições e destinos; 4) informar acerca da restauração, remoção, empréstimo ou alienação de monumentos; 5) promover a propaganda e o culto público pela conservação, pelo estudo dos monumentos e pelo seu zelo.

Como monumentos nacionais são considerados todos os edifícios, construções, ruínas e objectos artísticos, industriais ou arqueológicos, nomeadamente:

- a) Que importem á historia do modo se ser intellectual, moral e material da nação nas diversas evoluções e influencias do seu desenvolvimento;
- b) Que testemunhem e commemorem factos notaveis da historia nacional;
- c) Os megalithicos, e em geral os que constituam vestigios dos povos e civilisações anteriores á formação da nacionalidade, quando existentes ou encontrados em territorio portuguez”²⁹⁴.

Por outro lado, a mesma portaria explicitava que os encargos descritos nos primeiros pontos ficavam sujeitos à apreciação do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas (CSOPM).

Costa (1997b) considera que nesta comissão²⁹⁵ tenderia a acentuar-se um previsível nacionalismo em redor da questão dos monumentos.

²⁹² Para além deste, compunham a referida comissão António Tomás Fonseca, Manuel de Macedo, A.J. Nunes, Silva Porto, José Luís Monteiro, Sousa Viterbo e Ramalho Ortigão.

²⁹³ Cf. Portaria de 27 de Fevereiro de 1894 a regulamentar a actividade da Comissão dos Monumentos Nacionais, na obra “Monumentos Nacionaes Portuguezes: Legislação” (cf. Imprensa Nacional, 1910).

²⁹⁴ Cf. “Monumentos Nacionaes Portuguezes: Legislação”, Imprensa Nacional, 1910, pp.19-20.

²⁹⁵ Presidida por Joaquim Possidónio da Silva, tinha como vice-presidente Luciano Cordeiro, como secretário Júlio Mardel e como vogais Alberto Pimentel, Alfredo Ribeiro, Fernando Larcher, Gabriel Pereira, Joaquim Rasteiro, Ramalho Ortigão e Sousa Viterbo.

Por outro lado, a intervenção nos monumentos continuava a ser encarada como uma mera questão técnica de obras públicas e não ainda como um assunto considerado parte integrante de um corpo disciplinar próprio, auto-suficiente.

Na convicção de que o estudo dos monumentos poderia contribuir para suavizar as dificuldades que o País atravessava²⁹⁶, a comissão recentemente empossada elaborou três questionários de âmbitos distintos (geral, militar e paroquial) com a intenção de coligir elementos de valor arqueológico, histórico e artístico sobre os edifícios e objectos que deveriam ser classificados monumentos nacionais (em 1882, a comissão presidida por Possidónio da Silva também já o havia tentado, sem resultado).

Para Rosas (1995, p.143) uma significativa diferença conceptual enforma os questionários:

“Apesar da atenção prestada aos monumentos de várias épocas, alargando o conceito a objectos arqueológicos, o Mapa de 1881 e o inquérito seguinte classificavam como monumentos construções ou objectos do passado, mantendo um universo conceptual que associa o monumento à história e cultura material, aos vestígios físicos deixados pelos povos anteriores à contemporaneidade. Os questionários de 1894 assinalam uma ruptura, e marcam outra época ao incluírem na noção de monumento os objectos do presente e alguns aspectos da cultura que excluem o objecto físico”.

Sob o impulso de alguns membros da comissão, nomeadamente Gabriel Pereira, Sousa Viterbo e Ramalho Ortigão, estudar o passado através da arte reveste uma forma de fundamentar o sentimento de nacionalidade: “(...) melhor do que todas as formas de actividade, caracteriza o modo de ser especial, a fisionomia própria de cada época e de cada povo (...)”²⁹⁷. Na generalidade, para Rosas as questões levantadas em torno do conceito de monumento são as mesmas de, por exemplo, Herculano: o património como esteio da nação e como símbolo da identidade nacional. A diferença substancial reside na forma

²⁹⁶ Cf. CMN, 1894.

²⁹⁷ Cf. Rosas, 1995, p.144.

como se atinge esta conclusão. Se no caso de Herculano era directa e pedagógica, agora procura-se fundamentar o amor pela pátria, actualizado pelo pensamento positivista, através do conhecimento.

Todavia, não estava esgotada a sequência de comissões. Podemos adivinhar na institucionalização da CMN uma vontade política de salvaguarda da arquitectura do passado, mas os factos demonstram o contrário, em virtude da dificuldade resultante das suas limitações, já que na prática desempenhavam papéis meramente consultivos.

Esta dificuldade deveu-se em grande medida à impotência das comissões actuarem no seio do CSOPM, cujo quadro era dominado por engenheiros, e pelas restrições de acção da própria RAACAP que, de modo pioneiro, reclamava a necessidade de se desenvolver o estudo da arquitectura e dignificar a profissão do arquitecto. Esta tensão crítica encontra terreno propício nas intervenções empreendidas sob os auspícios da comissão, nomeadamente nos critérios adoptados nalgumas obras, como são o caso o Mosteiro dos Jerónimos ou a Sé de Lisboa.

A propósito destas sucessivas comissões e da generalizada incapacidade em impor os seus pontos de vista, refira-se que Ramalho Ortigão, enquanto membro da comissão de 1894, afirmou que caso se não fizesse uma nova regulamentação melhor seria dissolvê-la, pois da forma como funcionava não permitia dilucidar os conceitos de conservação, restauração e conclusão dos monumentos, nem elaborar os correspondentes programas²⁹⁸.

2.4.2 O Conselho Superior dos Monumentos Nacionais

Devido à pressão da opinião pública, descontente com a fraca eficiência das sucessivas comissões, por Portaria de 9 de Dezembro de 1898, de Elvino Sousa Brito, seria aprovado um novo organograma em que o anterior órgão, a Comissão dos Monumentos Nacionais, era substituído por um recém-criado Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (CSMN), igualmente na

²⁹⁸ Sobre este tema pode consultar-se Neto (2001).

dependência do MOPCI²⁹⁹. Este Conselho era considerado como um órgão técnico consultivo, o que desde logo augurava o prenúncio da desautorização a que viria a estar sujeito.

De forma sintética, elencam-se as atribuições do CSMN: 1) classificar os monumentos (estabelecendo regras adequadas); 2) estudar e aprovar os projectos de intervenção que lhe fossem submetidos; 3) propor medidas, por iniciativa própria, para a salvaguarda dos monumentos nacionais; 4) fiscalizar os trabalhos após a sua aprovação; 5) emitir parecer sobre todos os assuntos que lhe fossem submetidos pelo ministro da tutela; 6) mandar elaborar os levantamentos técnicos considerados necessários para a “restauração gráfica” dos monumentos nacionais; 7) elaborar monografias históricas, descritivas e artísticas dos principais monumentos nacionais; 8) coligir, arquivar e classificar todos os dados que pudessem interessar à história da arte portuguesa; 9) reunir colecções, cópias e modelos susceptíveis de constituir subsídio de estudo e ensino para escolas e museus nacionais; 10) elaborar regulamentos especiais; 11) administrar os fundos próprios, para os devidos efeitos inscritos no orçamento do Estado.

O CSMN integrava personalidades³⁰⁰ de diversas tendências, algumas das quais já tinham participado em similares comissões, o que contribuía para fomentar a revisão dos diversos conceitos de monumento e estimular o debate crítico das suas funções culturais. Contudo, segundo Custódio (1993, p.53), “(...) na ausência de critérios valorativos credíveis, a missão do Conselho Superior foi antes de tudo dirigida para a publicação da Lista de Monumentos Nacionais”.

Atendendo ao papel que os monumentos desempenhavam na política deste período, realce-se que à nova orgânica, porventura em virtude das

²⁹⁹ Cf. Portaria de 9 de Dezembro de 1898 que cria o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, na obra “Monumentos Nacionaes Portuguezes: Legislação” (cf. Imprensa Nacional, 1910).

³⁰⁰ Nomeadas pelo Decreto de 27 de Setembro de 1899, eram elas: Abel Botelho, Alberto Pimentel, Anselmo Braamcamp Freire, Augusto Fuschini, Augusto Simões de Carvalho, Augusto Ribeiro, Augusto Vieira Silva, Conde Bertandos, Fernando Pimentel, Fernando Larcher, Sousa Viterbo, Gabriel Pereira, Ramalho Ortigão, José Ferreira Chaves, José Veloso Salgado, Júlio Mardel, Lino de Assunção, Luciano Cordeiro, Luís José Monteiro e Visconde de Castilho. (cf. Portaria de 27 de Setembro de 1899 a nomear os vogais do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, na obra “Monumentos Nacionaes Portuguezes: Legislação” (cf. Imprensa Nacional, 1910).

personalidades que integravam o CSMN, se atribuiu uma mais destacada consciência sobre os problemas levantados pela intervenção nos monumentos, “(...) aludindo-se à ciência que tal tarefa requeria em consonância com o “rigoroso estilo da época e a concepção de quem primeiro lhes desenhou o plano”; à sua ruína e destruição vinham acrescentar-se, muitas vezes, “bárbaras reparações que lhes encobriam o valor artístico e lhes deturpavam o estilo”³⁰¹.

Se a CMN apenas pôde exercer funções limitadas a um papel consultivo, também o CSMN não dispôs de grandes oportunidades para operar fora deste contexto restrito, embora actuasse legalmente integrado no quadro institucional e político vigente. Mas na realidade era ao MOPCI que cabia planear, em função dos escassos meios financeiros e humanos disponíveis, a política referente aos monumentos.

Outro aspecto decisivo na prática quotidiana prende-se com a concorrência e a disputa que se instalaram entre arquitectos e engenheiros³⁰². Era a própria orgânica dos planos de 1894 e 1898 que alimentava tais divergências, dado o predomínio de engenheiros nos quadros superiores do serviço de Obras Públicas, que lhes propiciava, em detrimento dos arquitectos, primazia na concepção e fiscalização das intervenções realizadas nos monumentos, cuja competência cabia ao MOPCI. Este contexto desde logo explica o facto de o maior número de projectos ser assinado por engenheiros.

Esta querela estendeu-se para além do campo da produção arquitectónica, potenciando a discussão de ideologias, conceitos e metodologias de aproximação ao projecto. Ainda a este propósito, foi, uma vez mais, relevante a acção da RAACAP, ao reclamar para os arquitectos a atribuição do direito de execução dos projectos de intervenção nos objectos arquitectónicos.

Neste âmbito foi igualmente determinante a participação de arquitectos portugueses em congressos internacionais, onde eram formuladas conclusões defendendo que as intervenções em monumentos deveriam ser da

³⁰¹ Cf. Costa, 1997b, p.83.

³⁰² Aos arquitectos e aos engenheiros correspondia à partida uma diferenciação na formação académica. Enquanto os primeiros foram de início formados na Aula de Risco e, posteriormente, na Academia de Belas-Artes, os segundos eram oriundos da Engenharia, militar ou civil.

responsabilidade exclusiva de arquitectos e, principalmente, por estes estabelecido o conjunto de princípios e doutrinas que deveriam ser seguidos no âmbito das intervenções.

Para além do interesse da participação em tais congressos, outro factor essencial para a crescente importância do papel dos arquitectos seriam as reformas dos conceitos e dos conteúdos pedagógicos que paulatinamente se foram introduzindo na área do ensino³⁰³. Contudo, como se viu a propósito do desenvolvimento historiográfico em Portugal, só a partir da segunda década do séc. XX se iria assistir a resultados práticos destas medidas.

Tomé (2002) divide os autores das intervenções em três categorias: funcionários do MOPCI, pessoas estranhas a este organismo e autodidactas³⁰⁴.

Relativamente aos primeiros, refere: Luís Mouzinho de Albuquerque, engenheiro militar e inspector das Obras Públicas do Reino (restauro do Mosteiro da Batalha, em 1840, elaborando a memória descritiva em 1843); Lucas José Santos Pereira, arquitecto (restauro do Mosteiro da Batalha, a partir de 1863, realizando também o projecto de restauro de Santa Cruz de Coimbra); António Azevedo e Cunha, engenheiro (restauro da Torre de Belém, em 1846); engenheiro Manuel Raimundo Valadas (restauro do Mosteiro dos Jerónimos, em 1882); José Maria Nepomuceno, arquitecto (restauro da Igreja Madre de Deus); Rosendo Carvalheira, com formação no Instituto Industrial (projecta e orienta o restauro da Sé da Guarda, a partir de 1899).

Quanto aos segundos, nomeia: Joaquim Possidónio da Silva (projecto não realizado para o restauro do Mosteiro dos Jerónimos, em 1867); Augusto Fuschini, engenheiro (restauro da Sé de Lisboa, em 1899, e do Mosteiro de Alcobaça, em 1905).

Finalmente, de entre os terceiros, enumera: Cinatti e Rambois, cenógrafos (intervenção cenográfica no Mosteiro dos Jerónimos na década de 1870); António Augusto Gonçalves, artista e professor de desenho (orienta a intervenção na Sé de Coimbra); Ernesto Korrodi, professor do Instituto Industrial

³⁰³ Respondendo aos anseios de Sousa Holstein e de Joaquim de Vasconcelos, foram introduzidas as disciplinas de “História de Arte” e de “Arquitectura Monumental, Conservação e Restauração de Edifícios”, consideradas indispensáveis para a compreensão dos monumentos e respectiva intervenção.

³⁰⁴ Sobre este assunto pode ver-se também Neto (2001).

de Leiria e arquitecto (elabora o Estudo de Reconstrução do castelo de Leiria em 1898 e dos Paços do Duque de Bragança de Barcelos).

O problema da salvaguarda dos monumentos nacionais não se resumia à discussão de conceitos e à elaboração de legislação protectora, nem tão pouco à existência de uma comissão (ou de um conselho) que estudasse e aconselhasse no domínio da prática da intervenção. Uma dificuldade vital, como refere Holstein (1875, p.46), residia na carência de pessoal habilitado com conhecimentos teóricos e práticos suficientes para a

“(...) restauração dos edificios de diferentes estylos que é mister acudir”, sugerindo para o efeito “(...) indispensavel tratar de organizar este pessoal, escolhendo de entre os nossos architectos alguns poucos que mais quêda tenham para este genero de estudos, dar-lhes os meios para se aperfeiçoarem n’elles (...)”.

Ao contrário do que sucedia em França, Itália e Espanha, em Portugal os arquitectos, normalmente enquadrados em estruturas administrativas do Estado com relevância no desenvolvimento teórico e prático dos conceitos, como se pode comprovar pelo anterior trecho de Holstein, não eram de forma unânime aceites como classe na posse de qualificações profissionais bastantes para assumir a autoria exclusiva nas intervenções em monumentos.

Só em plena década de trinta do séc. XX, por iniciativa de Duarte Pacheco (Ministro das Obras Públicas e Comunicações no Estado Novo), a qualificação prática de profissional de arquitectura viria a ser equiparada à de engenheiro na orgânica do funcionalismo público, passando então o arquitecto a assumir um papel de maior protagonismo.

Em 1899, Augusto Fuschini, na altura presidente da Comissão Executiva do Conselho, solicita à RAACAP alguns documentos relativos às campanhas iniciadas pelos seus arquitectos em 1897 sobre a salvaguarda dos monumentos. Por sua influência são discutidas as bases que no ano seguinte estariam na origem da classificação dos monumentos nacionais e dos bens imobiliários de valor consagradas no Decreto de 30 de Dezembro de 1901³⁰⁵, a que fica

³⁰⁵ Cf. Decreto de 30 de Dezembro de 1901 a estabelecer as bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados Monumentos Nacionais, na obra “Monumentos Nacionaes Portuguezes: Legislação” (cf. Imprensa Nacional, 1910).

também associado o Decreto Orgânico de 24 de Outubro de 1901³⁰⁶ que iria criar um novo organismo – o Conselho de Monumentos Nacionais (CsMN) – sob a presidência de Augusto Fuschini, cujas atribuições eram idênticas às do anterior CSMN, e que iria originar um novo arrolamento monumental, finalizado em 1909 e aprovado por decreto em 16 de Junho de 1910.

Importância revestiu também o plano geral de classificação apresentado por Augusto Fuschini em 20 de Janeiro de 1904. Citando Custódio (1993, p.53),

“Os caracteres de classificação atenderam ao carácter de ordem, à época (pré-história, lusitana, lusitano-romana, romana, medieval, do renascimento, moderna); ao carácter de género, à natureza ou qualidade (religiosos, históricos, etc.); ao carácter de espécie, ou seja o seu fim ou destino (citânias, pontes, igrejas, cruzeiros, castelos, torres, palácios, aquedutos, pelourinhos)”.

Todo este processo de inventariação que a RAACAP levava a cabo, em paralelo com os organismos oficiais, contribuiu decisivamente para o trabalho apresentado pelo CsMN, sendo os elementos produzidos pela Associação enviados ao Conselho.

Só em 1909, e ainda subsidiário do trabalho desenvolvido pela RAACAP, o MOPCI, com suporte directo na relação dos imóveis a classificar entretanto elaborada pelo CsMN (decisão conhecida em 9 de Dezembro de 1908³⁰⁷), publica em decreto a lista oficial dos monumentos nacionais aprovada pelo Governo em 16 de Junho de 1910³⁰⁸, trinta anos depois lista da publicada em 1880³⁰⁹, conhecida por *Monumentos Nacionais e Padrões Históricos e Comemorativos de Varões Ilustres e que são elementos apreciáveis para o Estudo da História das Artes em Portugal*³¹⁰ e após uma década de trabalho

³⁰⁶ Cf. Decreto de 24 de Outubro de 1901 a criar o Conselho dos Monumentos Nacionais, na obra “Monumentos Nacionaes Portuguezes: Legislação” (cf. Imprensa Nacional, 1910).

³⁰⁷ Veja-se *Relação dos Imóveis a Classificar como Monumentos Nacionais*, apresentada pelo Conselho dos Monumentos Nacionais em 9 de Dezembro de 1908, na obra “Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria” (cf. MOPCI/CsMN, 1909).

³⁰⁸ Cf. Decreto de 16 de Junho de 1910, que aprovou oficialmente a classificação dos monumentos nacionais, na obra “Monumentos Nacionaes Portuguezes: Legislação” (cf. Imprensa Nacional, 1910).

³⁰⁹ Cf. Mapa 18.

³¹⁰ Cf. CMN, 1881.

do CsMN na dependência do referido MOPCI. A lista compreendia um total de 465 monumentos divididos por dezoito distritos administrativos. Os monumentos encontravam-se estruturados em *Monumentos Pré-Históricos* (57 exemplares), *Monumentos Lusitanos e Lusitanos-Romanos* (48 exemplares) e *Monumentos Medievais, do Renascimento e Modernos* (360 exemplares), tendo estes últimos como limite temporal o séc. XVIII. Por sua vez, estas categorias encontravam-se também elas subdivididas. Os 54 castelos que integram esta lista encontram-se localizados no item *Monumentos Medievais, do Renascimento e Modernos* na subdivisão dedicada aos *Monumentos Militares*.

Como vogal do Conselho responsável pela relação apresentada em 1908, Sousa Viterbo manifestou o seu agrado para com o projecto de classificação apresentado (465 monumentos), embora entendesse que a lista não podia ser um fim em si mesma. Em face destas preocupações, que tinham como *leitmotiv* a necessidade de redacção de um inventário arquitectónico que serviria de suporte e orientação para as intervenções a realizar, constata-se que de alguma maneira a lista final foi-lhe sensível acrescentando mais 93 construções, pelo que ela ficou a comportar um total de 558 monumentos: os *Monumentos Pré-Históricos* passaram a 72, os *Monumentos Lusitanos e Lusitanos-Romanos* a 133 e os *Monumentos Medievais, do Renascimento e Modernos* a 353. Os 54 ou 56 castelos (veja-se adiante) que integram esta lista continuam no item *Monumentos Medievais, do Renascimento e Modernos* na subdivisão dedicada aos *Monumentos Militares*.

Neste momento, o País passava a dispor de uma lista de monumentos nacionais na qual se podia basear, pese embora entre 1906 e 1908, ao abrigo de legislação especial, alguns dos edifícios mais simbólicos da história da arquitectura portuguesa já tivessem sido classificados, como aconteceu com o castelo de Elvas em 1906 (figura 34), Mosteiro da Batalha, Convento dos Jerónimos, em Belém, Convento do Cristo em Tomar, Mosteiro de Alcobaça, Convento de Mafra, Sé Velha de Coimbra, Sé da Guarda, Sé de Lisboa, Sé de Évora, Igreja de Santa Cruz de Coimbra, Basílica do Coração de Jesus, em Lisboa, Torre de S. Vicente em Belém, Ruínas do Templo Romano, em Évora, e Ruínas da Igreja do Carmo, em

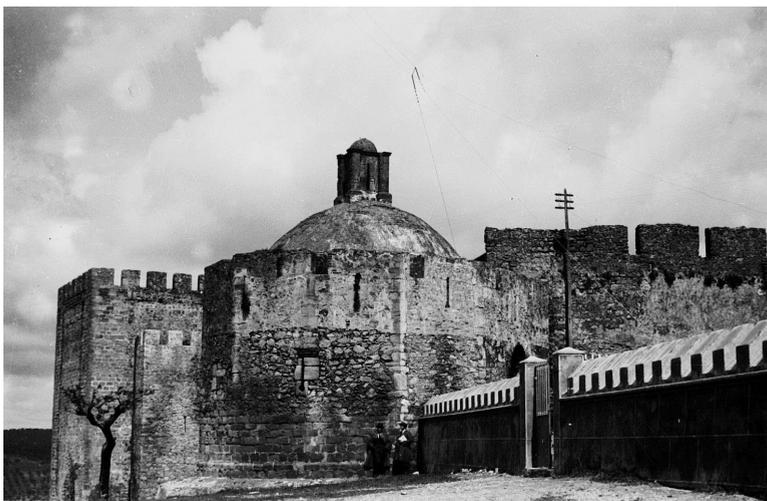


Figura 34 – Castelo de Elvas

Lisboa”³¹¹, todos em 1907, e castelo de Guimarães, em 1908. Enfim, num total de 16 imóveis encontram--se dois dos castelos mais simbólicos do País, representativos da ideia de nacionalidade que esteve subjacente à sua classificação.

No total foram classificados na categoria de *Monumentos Militares* 56 castelos, encontrando-se entre eles as estruturas de Elvas e Guimarães que já tinham sido objecto de classificação em 1906 e 1908, respectivamente. Apesar de não constarem na lista oficial dos imóveis classificados pelo decreto de 16 de Junho de 1910, tanto a DGEMN como o IPPAR consideram os castelos de Valongo e de Évora categorizados nesta data, razão pela qual também os integramos no conjunto das estruturas militares referenciadas neste trabalho³¹².

Comparando a atrás mencionada lista *Monumentos Nacionais e Padrões Históricos e Comemorativos de Varões Ilustres e que são elementos apreciáveis para o Estudo da História das Artes em Portugal* com a do Decreto de 16 de Junho de 1910³¹³, verifica-se que se encontram coincidentes 29 castelos: Feira, Alvito, Beja, Braga, Guimarães, Bragança, Carrazeda de

³¹¹ Cf. Decreto de 10 de Janeiro de 1907 designando os edifícios públicos que devem ser considerados monumentos nacionais, na obra “Legislação de 1907” (Fino, 1908).

³¹² Cf. Mapa 19.

³¹³ Cf. Mapa 19.

Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Estremoz, Vila Viçosa, Castro Marim, Silves, Celorico da Beira, Sabugal, Leiria, Óbidos, Pombal, Porto de Mós, Alter do Chão, Castelo de Vide, Tomar, Torres Novas, Almourol, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Lapela, Lindoso, Montalegre e Lamego. As outras nove estruturas que não se encontram referidas no Decreto de 16 de Junho de 1910³¹⁴ são: Torre de Moncorvo, Monsanto, Segura, Soure, Monsaraz, Castelo Bom, Castelo Rodrigo, Longroiva e Neiva. Ao invés, esta nova publicação oficial³¹⁵ incluiu 27 novas estruturas: Noudar, Lanhoso, Coimbra, Lousã, Montemor-o-Velho, Penela, Alandroal, Arraiolos, Évora-Monte, Valongo, Évora, Portel, Viana do Alentejo, Guarda, Sortelha, Numão, S. Jorge, Mouros, Avis, Elvas, Belver, Ourém, Palmela, Sesimbra, Melgaço, Monção e Penedono.

Em relação à lista apresentada em 1880³¹⁶ verifica-se um incremento na importância atribuída às estruturas localizadas na faixa litoral nas províncias da Estremadura (2 para 6) e da Beira Litoral (3 para 7) e, sobretudo, no Alto Alentejo (5 para 14). Em sentido oposto, refira-se que não foi classificado qualquer castelo na Beira Baixa.

Distribuindo os 56 castelos pelas províncias portuguesas³¹⁷, de acordo com o Mapa 19 e o Quadro 04, obtemos: Alto Alentejo, 14; Trás-os-Montes e Alto Douro, 6; Beira Alta, 5; Minho, 7; Estremadura, 6; Beira Baixa, 0; Algarve, 2; Baixo Alentejo, 5; Beira Litoral, 7; Ribatejo, 3; Douro Litoral, 1.

Comparando o total dos castelos que integram a lista publicada pelo Decreto de 16 de Junho de 1910³¹⁸ com a carta com os castelos portugueses entre 1350 e 1450³¹⁹, ou seja, 56 com 182³²⁰, teremos a seguinte relação nas províncias portuguesas: Alto Alentejo, 14/36; Trás-os-Montes e Alto Douro, 6/29; Beira Alta, 5/26; Minho, 7/18; Estremadura, 6/16; Beira Baixa, 0/15; Algarve, 2/13; Baixo Alentejo, 5/11; Beira Litoral, 7/9; Ribatejo, 3/7; Douro Litoral, 1/2.

³¹⁴ Cf. Mapa 18 e Mapa 19.

³¹⁵ Cf. Mapa 19.

³¹⁶ Cf. Mapa 18.

³¹⁷ Cf. Gráficos 03 e 04.

³¹⁸ Cf. Mapa 19.

³¹⁹ Cf. Mapa 17.

³²⁰ Cf. Gráficos 03 e 04.

Fazendo a média entre as percentagens das 11 províncias, encontramos 35,2% de coincidências em relação aos 182 castelos que constituem a base do nosso trabalho.

Como aconteceu antes, podemos concluir por estes dados que de facto neste processo classificativo já existe uma clara predominância de castelos situados na zona do Alto Alentejo (14) e, em termos percentuais, na Beira Litoral (77,8%). A esta circunstância não é alheia a crescente valorização atribuída pelos republicanos ao papel histórico desempenhado por estas estruturas na afirmação da nacionalidade.

Os governos, ao estabelecerem as diversas Comissões e Conselhos de Monumentos Nacionais (CMN, CSMN e CsmN), procuraram acalmar receios, publicamente expressos por personalidades ilustres da sociedade, perante o abandono, as vendas, a escassez de legislação e a carência de critérios que orientassem as intervenções, denunciando legítimas preocupações, mormente através das publicações periódicas. Dada a sua dependência directa do ministro do MOPCI, era comum que as várias comissões e conselhos designados fossem alvo de frequentes consultas por parte de entidades diversificadas³²¹.

Mais adiante, outras sugestões são feitas, nomeadamente por Fernando Larcher, relativamente à primeira década do séc. XX, já no âmbito do CsmN, alertando para a necessidade de classificação, tutela e conservação dos castelos.

2.4.3 A legislação republicana

Se o Decreto de 16 de Junho de 1910 consagrou a lista dos Monumentos Nacionais, foi com a República, a partir de 5 de Outubro de 1910, que para o efeito se criaram as necessárias e adequadas estruturas administrativas estatais.

³²¹ A título de exemplo, pode referir-se uma carta do presidente da *Comissão das Fortificações do Reino* enviada ao CSMN em 1901, contendo uma relação de praças de guerra e pontes fortificadas, cuja conservação, enquanto monumentos, propunha.

A primeira iniciativa com repercussões nesta matéria surge com o Decreto de 19 de Novembro de 1910³²², que estabelece novas bases de protecção do património artístico nacional³²³.

Face ao forte poder político, cultural e económico que entretanto a Igreja Católica tinha readquirido³²⁴, a República nasceu marcada por um forte sentimento anticlerical, determinando, como já havia sucedido aquando da vitória do Liberalismo em 1834, nova expulsão das Ordens Religiosas, o que veio provocar inevitáveis repercussões ao nível do património.

Na generalidade, através da *Lei da Separação do Estado das Igrejas* de 20 de Abril de 1911³²⁵, inúmeros bens imobiliários e mobiliários que estavam afectos ao culto católico transitaram para a propriedade do Estado, excepção feita aos de propriedade privada ou de corporações com personalidade jurídica. De posse de avultados edifícios religiosos, e ao contrário do que sucedera no séc. XIX, os republicanos procuraram do facto obter resultados mais eficientes, nomeadamente aproveitando o lugar deixado vago pela Igreja nos campos mecenático e de protecção das artes e dos artistas, a fim de fazer realçar a política estatal.

Enquadrados neste contexto, e em contraponto ao que se considerava ser um carácter restritivo da legislação precedente, dois decretos reformadores de 26 de Maio de 1911, do 1º Governo Provisório Republicano, tiveram por objectivo a descentralização “(...) procurando *nacionalizar a nossa arte e regionalizar o ensino*, enquanto prometia[m] *máxima protecção* ao património artístico *dentro dos reduzidos recursos do Tesouro*”³²⁶. O primeiro daqueles

³²² Cf. Decreto de 19 de Novembro de 1910, do Ministério do Interior, Direcção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 2ª Repartição.

³²³ Sobre os objectivos deste decreto, que visam essencialmente acautelar o património móvel português, veja-se Bucho (2000).

³²⁴ Para Bucho (2000), as leis liberais não afectaram o clero secular, e o clero regular foi-se restabelecendo com a lei de Hintze Ribeiro (1901), que permitia a reconstituição dos institutos religiosos que se dedicassem a actividades educacionais ou de caridade.

³²⁵ Cf. Decreto de 20 de Abril de 1911, do Ministério da Justiça. Segundo Bucho (2000), só em 1914 começa a ser revista esta lei, apaziguando-se a partir deste momento os conflitos entre o Estado e a Igreja. Algumas Ordens Religiosas dão entrada em Portugal em 1916 e dois anos mais tarde restabelecem-se as relações diplomáticas com o Vaticano, interrompidas em 1913. Em 1929 é oficialmente permitido o regresso das Ordens Religiosas expulsas que, em 1940, com a Concordata, vêm reconhecidos os seus direitos essenciais e obtêm algumas concessões em relação aos bens anteriormente confiscados.

³²⁶ Cf. Neto, 2001, p.94.

decretos dizia respeito à reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos e o segundo às Escolas de Belas-Artes de Lisboa e Porto.

Entre outras medidas, as que dizem respeito à reorganização orgânica dos serviços artísticos e arqueológicos vão ter reflexo nos monumentos nacionais. Numa atitude descentralizadora, que tinha como objectivo aproximar as populações locais do património arquitectónico responsabilizando-as pela sua salvaguarda, o País é dividido em três circunscrições, Lisboa, Coimbra e Porto, em cada uma das quais passa a funcionar um Conselho de Arte e Arqueologia (CAA), com atribuições consultivas e deliberativas, extinguindo-se os anteriores Conselhos de Monumentos Nacionais.

Das várias atribuições concedidas a estes CAA's sobressaem os aspectos relacionados com a classificação dos monumentos da respectiva circunscrição, a vigilância pela sua conservação, a proposta ou apreciação dos projectos de reparação e restauro e, ainda, todas as iniciativas de valorização do património histórico e artístico (exposições, conferências e dinamização de museus). Comparando estas atribuições com as das anteriores comissões e conselhos de monumentos nacionais verificamos que elas são muito próximas. A diferença fundamental reside no facto de a divisão em três núcleos regionais obrigar à integração de um maior número de membros³²⁷. A composição dos CAA's (com vogais efectivos, correspondentes, honorários e auxiliares), onde sobressaem figuras políticas do novo regime, homens da cultura, intelectuais e eruditos, historiadores de arte e arqueólogos, arquitectos, escultores, pintores, activistas e animadores das sociedades locais, manifesta o entendimento da 1ª República nesta matéria e a importância atribuída aos artistas e intelectuais no exercício de funções públicas, abrindo-lhes a porta à participação activa na protecção dos bens culturais, com a finalidade de proteger, salvaguardar e estudar eficazmente os monumentos nacionais.

O diploma previa ainda a constituição de comissões especiais de monumentos em cada uma das referidas circunscrições, cujas tarefas incidiam na classificação, proposta e apreciação de projectos de conservação

³²⁷ Para Custódio (1993), é igualmente relevante destacar a acção das associações voluntaristas e das sociedades locais na salvaguarda dos valores patrimoniais, de entre elas a *Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira*.

e restauro dos monumentos. De tais comissões faziam parte seis artistas, na maioria arquitectos, e cinco escritores de arte e arqueólogos, sendo que na 1ª circunscrição também tinha assento um representante da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Superintendendo esta orgânica é criado o Conselho de Arte Nacional (CAN), em Lisboa, cuja organização e funcionamento será objecto de legislação especial, passando a denominar-se Conselho Superior de Arte e Arqueologia (CSAA)³²⁸.

A vigilância e o planeamento das obras em monumentos cabiam a um arquitecto em cada uma das direcções de Obras Públicas, o qual era nomeado pelo Governo, sob proposta da respectiva comissão de monumentos. No que concerne aos monumentos militares, como castelos, pontes e outros, eles ficavam sob a atenção de inspectores *ad hoc*. Para a salvaguarda dos elementos arqueológicos era estabelecido que os administradores dos concelhos comunicassem quaisquer descobertas aos governadores civis que, por sua vez, deveriam informar a comissão de monumentos da respectiva circunscrição a fim de serem adoptadas as medidas convenientes.

No domínio das classificações, este decreto, além da categoria de “monumento nacional”, atribuída a todos os edifícios, públicos ou particulares, cuja conservação revestisse autêntico interesse nacional, dado o respectivo valor artístico, histórico ou arqueológico, incluía ainda edifícios com algum interesse artístico ou histórico, os quais seriam descritos em cadastro especial. A proposta de classificação pertencia aos CAA's da respectiva zona precedendo parecer da comissão de monumentos. Os imóveis classificados, integrando igualmente os de “segunda categoria”, não podiam ser demolidos, no todo ou em parte, nem sofrer qualquer reparação ou modificação sem parecer favorável da respectiva comissão. Visando os imóveis propriedade de particulares, estava previsto o regime de expropriação para os casos em que houvesse oposição à respectiva classificação.

Este diploma revelou-se crucial porque a partir desta altura ficavam regulamentados os aspectos de propriedade, administração, conservação

³²⁸ Cf. Decreto n.º 1422 de 13 de Março de 1915, do Ministério da Instrução Pública, Repartição de Instrução Artística.

e restauro, prevendo-se ainda a inscrição no orçamento de Estado de verbas específicas destinadas às intervenções nas diferentes circunscrições do País.

A esta nova orgânica nunca correspondeu uma efectiva e eficaz execução³²⁹, devido, entre outras circunstâncias: 1) à dificuldade económica vivida no País, agravada pela participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial; 2) à fraca eficiência dos serviços das Obras Públicas responsáveis pelas intervenções em monumentos; 3) à variedade de trabalhos com que se confrontavam as diversas direcções das Obras Públicas, o que não favorecia a boa execução dos mesmos; 4) à excessiva burocracia instituída, sobretudo em relação à aprovação e obtenção de verbas; 5) ao facto de as verbas anualmente atribuídas para as intervenções em edifícios e monumentos serem aplicadas, em grande parte, no pagamento de salários.

Na sequência destas contrariedades, em 17 de Outubro de 1920³³⁰ é criada no seio do Ministério do Comércio e das Comunicações (MCC)³³¹ a Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (AGEMN) com o propósito de absorver e centralizar, entre outras atribuições, a responsabilidade do Estado na intervenção (estudos e obras) no património arquitectónico classificado, com dotação de verbas específicas, possibilitando deste modo a concretização de maior número de operações.

Os serviços eram seccionados em internos e externos, sendo que os desta última categoria ficavam confiados a duas direcções: Porto e Lisboa. No diploma é referido que o cargo de Administrador-Geral deverá ser exercido por um engenheiro, coadjuvado por um arquitecto. Ultrapassado o período crítico do pós-guerra, e sob a direcção do MCC, desenvolvem-se várias obras nalguns dos mais destacados monumentos, como é o caso

³²⁹ Só no CAA da primeira circunscrição se chegou a criar a respectiva comissão de monumentos. Desta comissão destacam-se os processos aprovados de "(...) restauro das abóbadas do Mosteiro de Santa Maria de Belém e a consolidação da charola do Convento de Cristo de Tomar" (Neto, 2001, p.96).

³³⁰ Cf. Decreto n.º 7038 de 17 de Outubro de 1920. Este diploma previa um Conselho Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (CGEMN), com funções consultivas, que integrava algumas figuras destacadas, entre as quais um professor de Arquitectura, delegado das Escolas de Belas-Artes de Lisboa e Porto e representante, em simultâneo, do Ministério da Instrução Pública (MIP), um arquitecto delegado da Associação dos Arquitectos e um delegado dos CAA's das três circunscrições.

³³¹ Cf. Decreto n.º 5541 de 9 de Maio de 1919.

do castelo de Leiria. Para além deste, Neto (2001) refere ainda a Sé de Lisboa, o Mosteiro de Odivelas, os Palácios de Belém e Sintra, o Mosteiro de Santa Maria de Belém e o Convento de Cristo em Tomar. Embora as intervenções localizadas na zona de Lisboa tenham sido objecto de uma centralização das despesas, também foram realizadas algumas obras em monumentos no norte do País, sobretudo de consolidação estrutural e reparação de coberturas. À frente destes trabalhos encontrava-se Adães Bermudes que desempenhou o cargo de arquitecto adjunto do Administrador-Geral entre 1920 e 1926, liderando uma equipa de arquitectos onde figuravam António Couto Abreu e Baltazar da Silva Castro (Direcção do Norte).

Para a execução de qualquer tipo de obras em monumentos era necessário elaborar um projecto e obter a sua aprovação, mediante a apresentação do correspondente orçamento. Admitia-se ainda a possibilidade, para obras mais prementes, ou em caso de omissão da apresentação do projecto, de elaboração anual de um programa de trabalhos a executar, com a respectiva estimativa orçamental³³².

Porém, o património arquitectónico nacional vivia uma dispersão de serviços e competências, entre os Conselhos de Arte e Arqueologia, de acordo com o Decreto de 1911 na esfera de influência do futuro Ministério da Instrução Pública (em 1913), a nova Administração-Geral, integrada no Ministério do Comércio e das Comunicações por via deste diploma de 1920 e, ainda, o Conselho de Património, no âmbito da Repartição do Património do Ministério das Finanças (MF). As funções deste conselho, de índole consultiva, diziam respeito aos bens móveis e imóveis que estavam, ou viessem a estar, sob a tutela deste Ministério³³³.

A propósito desta sobreposição de competências e atribuições, envolvendo sobretudo os dois primeiros ministérios – MIP e MCC – cite-se António Caldeira Coelho (1923, pp.21-22):

³³² Sobre o regime de empreitadas, bem como quanto ao conjunto de obras que se desenvolveram no quadro da AGEMN respeitantes aos anos económicos de 1923-1924 a 1925-1926, veja-se Neto (2001). Nestes anos encontram-se inscritas verbas para os castelos de Leiria, Celorico da Beira, Trancoso e Alcácer do Sal.

³³³ Cf. Decreto n.º 6184 de 29 de Outubro de 1919.

“Outra anomalia que agora existe é que é pelo Ministério do Comércio que são feitos os orçamentos para as reparações, concedidas as verbas e feitas as obras, ao passo que é no Ministério da Instrução que existem os corpos técnicos (os conselhos) que por lei devem dar o parecer sobre todas as obras que interessam aos monumentos (...). E para a salgalhada ser completa depois do art. 2.º, n.º 4 do citado Decreto de 1911 determinar que é aos conselhos que compete orientar e velar pela conservação e restauração dos monumentos (...) este Decreto 7038 e no art. 10.º diz também que é à Administração-Geral (...) que cabe a restauração, reparação e conservação dos Monumentos Nacionais, embora seja certo que o Decreto n.º 7038 d’essa data que regula-menta aquele, manda ouvir os conselhos d’arte e arqueologia, sempre que se trate d’obras em monumentos”.

Com o intuito de solucionar esta situação anómala é publicada a Lei n.º 1700 de 18 de Dezembro de 1924, cuja alteração mais profunda consistiu na concentração e coordenação das diferentes entidades que tinham a seu cargo os serviços artísticos e arqueológicos no âmbito do MIP e da Direcção-Geral das Belas-Artes (DGBA)³³⁴. Todos os serviços relativos a monumentos e palácios nacionais passam a ser dirigidos pela Direcção-Geral das Belas-Artes. Citando Neto (2001, p.98),

“Em nome da coordenação e unidade de serviços, criava-se um Conselho Superior de Belas-Artes com funções consultivas e deliberativas, enquanto a 3ª Repartição da Direcção-Geral das Belas-Artes recebia o encargo de dirigir os serviços de Monumentos e Palácios Nacionais, incluindo o serviço de obras de tradicional competência do Ministério das Obras Públicas”.

Tal Conselho Superior de Belas-Artes (CSBA), sob a presidência do ministro, tinha funções e composição semelhantes às do anterior CSAA.

Esta 3ª Repartição da DGBA deveria ser dirigida por um arquitecto de 1ª classe, integrando nos seus quadros técnicos mais três arquitectos, dois

³³⁴ Criada, aquando da reestruturação do MIP, pelo do Decreto n.º 5267 de 13 de Março de 1919. O MIP fora criado pela Lei n.º 12 de 7 de Julho de 1913.

engenheiros auxiliares e dois desenhadores. As suas competências passavam pela elaboração de projectos destinados a obras de conservação, reparação e restauro, realizadas por administração directa ou empreitada, e ainda pela vigilância dos imóveis e elaboração das consequentes medidas necessárias à sua salvaguarda. Somente a administração dos Palácios Nacionais ficava a cargo do MF.

A Lei n.º 1700 corroborava o regime de classificação fixado pelo diploma de 1911, admitindo uma segunda categoria de imóveis de “reconhecido interesse”. No seu artigo 48º estabelecia que a

“concessão do título de “Monumento Nacional” aos imóveis cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional pelo seu valôr artistico, historico ou arqueológico será feita por decreto do Ministerio da Instrução Publica, sob proposta da Direcção-Geral de Belas-Artes, ouvido o respectivo Conselho de Arte e Arqueologia, o qual terá tambem para este efeito a iniciativa de proposta”.

Entretanto, no artigo 54º refere que “os imoveis que sem merecerem a classificação de monumento nacional, ofereçam todavia algum interesse sob o ponto de vista artistico, historico ou turistico serão descritos em cadastro especial”³³⁵. Na globalidade, a estes últimos não ficou atribuído nenhum título, mas apenas uma descrição em cadastro especial³³⁶.

Paralelamente, como indica Neto (2001, p.101), “A grande novidade introduzida centrava-se no conceito de salvaguarda extensível à envolvência do imóvel”. Previa-se com o seu artigo 50º a definição de áreas de protecção num raio de 50 metros em redor dos edifícios, o que desde logo possibilitaria controlar e regular por parte do Estado as construções e as transformações no interior destas zonas envolventes aos monumentos. Neste contexto, no mesmo diploma, através do seu artigo 49º, admite-se a figura da expropriação, o que em conjugação com a condição anterior iria agilizar a concretização de projectos, mais

³³⁵ Cf. Junta Nacional da Educação, 1ª Subsecção da 6ª Secção, Processo n.º 40 do Livro A-4, 1941.

³³⁶ Sobre este assunto pode consultar-se Tomé (2002).

ou menos extensos, no espaço envolvente aos monumentos. Dispõe o ponto 2 do artigo 49.º: “O Governo poderá também expropriar, nos termos deste artigo, quaisquer construções ou instalações que prejudiquem a boa conservação dos monumentos, ofendam ou desvirtuem o seu característico, dentro da zona de protecção fixada para cada um dos imóveis classificados”³³⁷.

Porém, a aplicação destas determinações não foi concretizada de forma imediata devido a conflitos gerados no terreno entre os dois ministérios, MIP e MCC, a propósito da mudança de pelouro do serviço de obras.

Finalmente, a Lei n.º 1700 é regulamentada pelo Decreto n.º 11445 de 13 de Fevereiro de 1926 que confirma as suas disposições e cuja orgânica dá continuidade ao espírito enunciado no Decreto n.º 1 de 26 de Maio de 1911, resolvendo deste modo a contenda a favor do MIP, com os monumentos a voltarem para o domínio da cultura, pouco tempo antes do movimento revolucionário de 28 de Maio daquele ano. O diploma de regulamentação é mais preciso no capítulo de classificação dos imóveis, definindo pela primeira vez uma segunda categoria classificativa como “imóvel de interesse público” e prevendo de igual modo a criação de uma “zona de protecção” em redor dos monumentos. A este propósito, ficaria também neste diploma reconhecido que cometia à 3ª Repartição da DGBA a fixação, de acordo com os CAA’s das diferentes circunscrições, uma zona de protecção em torno de cada monumento classificado, nunca inferior a 50 metros, dentro da qual nenhuma construção, demolição ou instalação de carácter provisório ou definitivo que modificasse a imagem do local poderia ser levada a cabo sem autorização do MIP, ouvidos para o efeito os correspondentes CAA’s.

Na prática, estas alterações resultam na transferência, no plano legal, do antigo serviço de monumentos da AGEMN para a 3ª Repartição da DGBA, cujas atribuições, entre outras,

“(..)

passavam pela elaboração de projectos de conservação e restauro, o estímulo à criação de comissões locais de amigos dos monumentos, a actualização do inventário geral dos imóveis classificados (...), a fiscalização da utilização dada

³³⁷ Cf. Lei n.º 1700 de 18 de Dezembro de 1924, do Ministério da Instrução Pública. Sobre este assunto pode consultar-se Tomé (2002).

aos monumentos e a promoção de processos judiciais contra todos os que os prejudiquem”³³⁸.

Neste processo de transferência, Adães Bermudes é nomeado chefe desta repartição, enquanto Baltazar da Silva Castro e António Couto Abreu o continuam a coadjuvar. Estes técnicos vão dar sequência aos projectos já empreendidos. No entanto, as verbas disponíveis não conseguiam fazer face às crescentes necessidades do património edificado.

As intervenções deste período incorporam-se em dois grupos principais: um, englobando obras de maior envergadura, algumas delas transitadas da antiga AGEMN; outro, abrangendo monumentos localizados no Norte de Portugal, realizadas com verbas de menor monta. No primeiro grupo incluem-se as do Convento de Cristo em Tomar, do Mosteiro dos Jerónimos, da Igreja de Jesus de Setúbal, da Basílica de Mafra, do castelo de Leiria, da Igreja e Claustro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, do Palácio Nacional de Sintra, do Palácio da Ajuda e da Sé de Lisboa. Quanto às do segundo grupo, refiram-se as da Igreja de São Francisco no Porto, da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães, da Igreja de São Pedro de Roriz, da Igreja de Bravães, da Igreja de Leça do Bailio, da Igreja de Santa Clara de Vila de Conde, da Igreja Matriz de Caminha e da Igreja de S. Miguel do Castelo.

Ao investimento efectuado nos últimos imóveis do segundo grupo não é alheia a emergente exaltação portuguesa do estilo românico, como manifestação genuinamente nacional, que nas palavras de António Quadros (1963, pp.8-9), ao abordar a igreja românica do Norte, a caracteriza como “(...) aquela que entre nós adquire um cunho de maior originalidade”, à qual, na perspectiva de Luís Chaves (1922), estava associado um forjado destino histórico, representativo da fundação e ancestralidade da nação³³⁹ – enfim, a “raça portuguesa” –, o que por si só era considerado argumento bastante para a sua classificação como monumento nacional.

³³⁸ Cf. Bucho, 2000, p.140.

³³⁹ Não esqueçamos que na segunda década do séc. xx a historiografia da arte já identificava fases de desenvolvimento na arquitectura da Idade Média, com particular relevo para a arquitectura românica e a consciência de influências exteriores e de processos de aculturação.

Naturalmente, a determinação vocacionada para a importância da defesa do património artístico de uma região, neste caso dirigida para o “românico nortenho”, vai impulsionar a organização de processos para a sua homologação oficial, o que inevitavelmente irá ter reflexo ao nível da sua posterior correspondente “catalogação” em massa³⁴⁰. Acerca desta lógica “coleccionista”, recorde-se que embora a qualidade individual dos imóveis por si só pudesse não justificar a sua protecção legal, a denúncia ou conotação positiva que estes representavam em si mesmos, o “estilo”, se tornou motivo suficiente para a sua classificação. Do mesmo modo, esta “normalização” foi importante porque o entendimento do edifício como elo integrante de uma determinada cadeia era garantia e suporte para o desenvolvimento de intervenções por analogia, o que em nossa opinião viria a acontecer, em particular nos castelos, como veremos adiante.

A contemplação específica de construções da época medieval, sobretudo as circunscritas a esta região do País, tem não só uma explicação no conjunto de valores que lhes são associados, designadamente como consequência do contributo de vários autores que lhes dedicaram publicações de carácter mais generalista ou mais específico, como Augusto Filipe Simões, Joaquim de Vasconcelos, Aguiar Barreiros, Manuel Monteiro e Nogueira Gonçalves³⁴¹, mas também nas circunstâncias próprias do local, ao qual o ministro do MIP do Governo da ditadura na época, Alfredo de Magalhães (minhoto), emprestou especial acolhimento.

Outra condição fundamental emerge, despertada pelos trabalhos de história de carácter regional ou local de Martins Sarmiento e Alberto Sampaio, publicados na revista portuguesa *Ilustração Moderna* (1898-1903 e 1926-1932), dirigida pelo fotógrafo Marques de Abreu, cuja acção sensibilizadora da importância da defesa deste património artístico iria consagrar e valorizar de forma decisiva as construções medievais nortenhas. Em concreto, nos

³⁴⁰ Neto (2001, p.130) refere o Ofício-Proposta de Classificação de Imóveis, da autoria de Baltazar da Silva Castro, de 20 de Setembro de 1927, e o Ofício-Decreto de Classificação de Imóveis, de 14 de Outubro de 1927, que se encontram no Arquivo da DGEMN.

³⁴¹ Destes autores, alguns dedicaram parte do seu trabalho a estes exemplos românicos, como sucedeu com Joaquim de Vasconcelos, Aguiar Barreiros e Manuel Monteiro.



Figura 35 – Lourosa, assistência à conferência de Marques de Abreu, sentados da esquerda para a direita, Baltazar da Silva Castro, Henrique Gomes da Silva, Alfredo de Magalhães, Aguiar Barreiros e José Vilaça

números respeitantes à 2ª série³⁴² estariam envolvidas personalidades ligadas a diversas vertentes da sociedade (figura 35), que para além do estudo e divulgação dos exemplares da arquitectura românica contribuiriam para motivar o interesse de “restauradores”, como Baltazar da Silva Castro, José Vilaça ou Rogério Azevedo, dando conta de várias iniciativas empreendidas pela 3ª Repartição da DGBA e, mais tarde, pela DGEMN.

Nas páginas desta revista surgem escritos da autoria de indivíduos que se interessavam por assuntos associados a estas construções, como visitas aos monumentos, denúncias relativamente ao estado de degradação em que se encontravam, estudos históricos ou artísticos, propostas de intervenção, acções de sensibilização das autoridades e das gentes locais e, ainda, apelo ao Estado no sentido de providenciar apoio técnico e financeiro para a realização de obras.

³⁴² Já anteriormente à publicação desta 2ª série, tanto Marques de Abreu como Joaquim de Vasconcelos haviam promovido várias iniciativas, de entre as quais é de referir uma do primeiro autor, em 1914, ao realizar uma exposição dos seus trabalhos fotográficos relativos às visitas aos imóveis românicos do Norte de Portugal (alguns desses trabalhos já tinham sido publicados na revista *Arte*, que Marques de Abreu dirigiu entre 1905 e 1912 e onde Joaquim de Vasconcelos publicou alguns artigos sobre a arte românica).

Em relação à estrutura dos artigos, particular interesse era votado à análise do suporte gráfico e iconográfico que acompanhava o texto. Os desenhos que se apresentavam tinham por intuito responder a várias solicitações, ora pretendendo constituir um levantamento apenas ilustrativo ou rigoroso (com escala gráfica e cotagem), ora tentando reconstituir aquela que poderia ter sido a sua forma original.

Segundo Tomé (2002, p.26), esta prática denuncia, desde logo, duas atitudes: primeiro, perante um rigor relativo, pois havia tendência a ligar um registo objectivo a procedimentos subjectivos de invenção e reconstituição, “(...) eram identificados acrescentos, elementos entaipados ou fases de construção, o que denunciava a necessidade crítica de sintetizar nos desenhos determinados pontos de vista e conceitos”; depois, retomando aquela que já fora prática adoptada pela imprensa oitocentista, “(...) articulava a contextualização histórica e a descrição formal com juízos críticos relativos a transformações efectuadas, principalmente as que datavam dos séculos XVIII e XIX, com o incontornável (...) restauro que justificava a frequente inclusão nos artigos de pequenos programas de intervenção”.

Esta prática seria também, *grosso modo*, cultivada pela DGEMN nos seus *Boletins*³⁴³, cujos primeiros números serão dedicados em grande parte a tais intervenções nortenhas. O primeiro *Boletim* dedicado a um castelo português reporta ao número oito desta publicação e refere-se ao castelo de Guimarães, em 1937 (MOP/DGEMN, 1935-1990, 8)³⁴⁴, que seria o único caso versado com desenvolvimento nas páginas da *Ilustração Moderna*, em 1928 (1926-1932, 25-26). A importância atribuída a esta conjuntura particular, em que se integra o papel decisivo da revista *Ilustração Moderna* (1898-1903 e 1926-1932) quanto à valorização do românico, sobretudo nas construções localizadas a Norte de Portugal e na divulgação da acção empreendida pela 3ª Repartição da DGBA, torna-se proeminente porque as obras realizadas, bem como as demais intervenções que se projectariam nos anos seguintes³⁴⁵, “(...) anunciavam

³⁴³ Cf. MOP/DGEMN, 1935-1990.

³⁴⁴ Cf. Mapa 34 e Quadro 06.

³⁴⁵ Sobre o conjunto de obras que se desenvolveram no quadro da 3ª Repartição da DGBA respeitantes aos anos económicos correspondentes, veja-se Neto (2001). Relativamente a castelos, são mencionados os casos de Marvão e de Castelo de Vide.

uma das orientações de “eleição” deste organismo: a recuperação do “carácter” ou “traça primitiva” dos monumentos”, e que vão constituir em si próprias “(...) um primeiro e significativo *corpus* conceptual, afirmando critérios que norteariam as práticas futuras”³⁴⁶.



Figura 36 – Paço de Sousa, Adães Bermudes e Baltazar da Silva Castro

Na realidade, a transmissão legal/jurídica que se iria processar em 1929, desta 3ª Repartição para o novo organismo, a DGEMN, para onde transitará grande parte da equipa responsável pelos projectos e obras realizadas (casos de Adães Bermudes, António Couto Abreu e Baltazar da Silva Castro (figura 36)), não representará uma ruptura, pelo contrário, configurará uma continuidade de anteriores procedimentos e instrumentos que o novel regime, com uma dinâmica de actuação diferente, aproveitará e incorporará num quadro ideológico específico.

A alteração mais significativa consistiria na integração da actividade de “restauro” num órgão mais centralizado e produtivo, mas igualmente mais amplo, na dependência de um director-geral de formação em engenharia, no caso Henrique Gomes da Silva, recuperando a velha tradição das “Obras Públicas”, o que no entender de Bucho (2000, p.142), “(...) se

³⁴⁶ Cf. Tomé, 2002, p.34.

viria a revelar estratégico e decisivo para a definição da filosofia de intervenção e para a eficácia geral das obras de “reintegração”.

De facto, assistiremos a uma postura organizativa que pretendia eliminar a dispersão, se quisermos, a descentralização, que até então deliberadamente predominava, impondo uma unidade de pensamento, na realidade uma prática antecipadamente subordinada a uma doutrina ideológica determinada pelo novo enquadramento político.

2.4.4 A estrutura orgânica e as competências da DGEMN

Ainda em 1928, Alfredo de Magalhães pretendeu no plano legislativo proceder a uma reorganização cujo objectivo era dar maior efectividade ao CSBA³⁴⁷. Neste diploma clarificam-se as suas competências, nomeadamente explicitando que o CSBA devia ser consultado sobre propostas respeitantes à classificação de monumentos nacionais e que uma das suas atribuições consistia em proceder à emissão de pareceres sobre quaisquer obras que envolvessem grandes reparações ou restaurações.

No entanto, estas medidas revelar-se-iam de curta duração, já que em 1929 o processo culminaria com a criação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), pelo Decreto n.º 16791 de 30 de Abril, no âmbito do Ministério do Comércio e Comunicações, devolvendo assim o serviço de monumentos, sobretudo a competência sobre a execução de obras, à tradicional dependência das “Obras Públicas”³⁴⁸.

Estava encontrada aquela que iria ser a estrutura que empreenderia, enquadrada numa doutrina política e ideológica superiormente prescrita, uma vasta campanha de obras no património arquitectónico em todo o território continental português, classificado ou não, e que ultrapassaria não só as questões administrativas até ao momento objecto de preocupações

³⁴⁷ Cf. Decreto n.º 15216 de 14 de Março.

³⁴⁸ Para Custódio (1993), este tipo de instituição é o reflexo da criação em 1920 da AGEMN, no seio do MCC, que já contemplava a Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DEMN), tentando centralizar num só organismo todos os serviços de arquitectura e construção civil do Estado, as obras nos monumentos nacionais incluídas (cf. Decreto n.º 5541 de 9 de Maio de 1919).

constantes, como também a limitada e aleatória acção das intervenções realizadas – na generalidade, as grandes obras eram circunscritas aos monumentos do País com maior representatividade.

Como constata Bucho (2000, p.141), vigoraria “(...) a preponderância de uma visão mais tecnocrática e centralista da intervenção dos monumentos (...) por oposição à republicana, mais culturalista e descentralista (...) se bem que subordinada a ditames políticos e ideológicos claros”.

As hesitações, com a instituição da ditadura, iriam pender de novo para o lado das “Obras Públicas”. No entanto, e de um modo geral, seriam conferidas à nova Direcção-Geral, numa solução de continuidade, as funções anteriormente atribuídas à 3ª Repartição da DGBA³⁴⁹. Estas consistiam

“(…) na elaboração de projectos completos para obras de reparação, restauro e conservação de monumentos e palácios, e respectiva execução, por administração ou empreitada, sem deixar de ser exercida uma rigorosa fiscalização sobre os trabalhos (...), promover a cooperação entre o Estado e as entidades particulares possuidoras de imóveis classificados, em relação aos encargos a assumir (...), estimular a criação de comissões locais de antigos monumentos, extraindo todos os elementos de ordem técnica, artística, histórica e arqueológica que pudesse auxiliar as entidades oficiais na defesa do inventário e fiscalização dos monumentos da região (...), actualização do inventário geral dos imóveis classificados, bem como a organização do catálogo e o arquivo iconográfico desses imóveis (...), formular os preceitos técnicos e todas as regras a serem observadas, quer no tratamento e conservação, quer na execução de obras de reparação ou restauro de monumentos nacionais (...), promover e zelar pela observância de alguns aspectos legais e jurídicos relativos aos monumentos nacionais, como fixar, de acordo com os Conselhos de Arte e Arqueologia, uma zona de protecção em torno dos monumentos classificados, *não inferior a 50 m, dentro da qual nenhuma construção, demolição ou instalação de carácter temporário ou permanente que viesse a modificar o aspecto local podia ser levada a efeito sem a*

³⁴⁹ Estas atribuições mantiveram-se mais ou menos inalteradas durante o período a que se refere este estudo, ou seja, até 1949.

aprovação do Ministério do Comércio e Comunicações (...), a passagem de licença para obras a executar em zonas protegidas, bem como o embargo dos trabalhos iniciados sem licença, ou aqueles que se afastavam do conteúdo dos projectos aprovados (...), promover os respectivos processos jurídicos aos prevaricadores destas disposições, assim como os processos de expropriação por utilidade pública dos imóveis de valor histórico e artístico de propriedade particular, sempre que os seus proprietários se opusessem à sua classificação ou se recusavam a prover à sua boa conservação depois de classificados (...), organizar e submeter à aprovação superior, antes do fim de cada ano económico, o plano geral das obras de conservação, reparação ou restauração a realizar no ano económico seguinte e o cômputo geral das despesas, a fim da respectiva verba ser inscrita no Orçamento Geral do Estado, em rubrica especial com destino às referidas obras”³⁵⁰.

Os técnicos da Direcção dos Monumentos Nacionais tinham por incumbência visitar os monumentos e palácios nacionais e propor medidas necessárias para a sua conservação, procedendo a consultas sempre que lhes fossem solicitadas informações.

Como lembra Neto (2001, p.206), outro dado relevante, consistia no facto de que para

“(...) obras de simples conservação, reparação ou consolidação, que não impunham alterações de forma ou de estrutura, os projectos e orçamentos podiam ser reduzidos a um programa claro, com os trabalhos a executar devidamente discriminados e com a respectiva estimativa das despesas, não podendo começar as obras sem aprovação superior”.

Dado o gigantesco estaleiro em que o País e os seus monumentos se irão transformar, esta circunstância irá tornar-se carácter comum a muitas intervenções.

Em termos de estrutura orgânica, o decreto de 1929 que criou a DGEMN contemplava uma Repartição Central, a Direcção dos Edifícios Nacionais

³⁵⁰ Cf. Neto, 2001, pp.205-207.

(Norte e Sul) e ainda a Direcção dos Monumentos Nacionais. Todos estes organismos, excepto o último, eram dirigidos por um engenheiro. Ao invés, a Direcção dos Monumentos ficava sob a responsabilidade de um arquitecto, tornando-se assim herdeira da equipa da 3ª Repartição da DGBA, cujo responsável, Adães Bermudes, seria uma vez mais acompanhado pelos arquitectos António Couto Abreu (que durante este ano viria a substituir o próprio Adães Bermudes) e Baltazar da Silva Castro.

Nesta data ainda se mantinha em funções o CSBA, na dependência do MIP, como principal organismo técnico de consulta, do qual continuavam a fazer parte os três CAA's. Em intervenções relevantes, a aprovação dos projectos da DGEMN carecia de parecer prévio daquele Conselho – de que fazia parte como vogal o director dos Monumentos Nacionais –, embora estivesse previsto que quando os montantes orçamentados para as obras não fossem superiores a um determinado montante (10.000\$00), elas poderiam ser aprovadas directamente pelo director-geral da DGEMN.

De 1929 a 1949 a DGEMN foi alvo de reformulações que alteraram com algum significado a sua orgânica, designadamente em 1930³⁵¹, 1935³⁵² e 1947³⁵³. Neste período, o director-geral foi sempre o engenheiro Henrique Gomes da Silva, cargo que de resto ocuparia até 1960³⁵⁴. Posteriormente, a DGEMN seria objecto de outras reestruturações que, por não se enquadrarem no período acima referido, não serão aqui abordadas.

Em 1930, a DGEMN foi objecto de uma reestruturação orgânica, sendo a Direcção dos Monumentos extinta e substituída pela Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte (Porto) e a Direcção dos Monumentos Nacionais do Sul (Lisboa), tendo por responsáveis Baltazar da Silva Castro e António Couto Abreu (desde 1931), respectivamente. Agora, o próprio director-geral seria vogal do CSBA.

³⁵¹ Cf. Decreto n.º 18070 de 10 de Março de 1930.

³⁵² Cf. Decreto n.º 26117 de 23 de Novembro de 1935.

³⁵³ Cf. Decreto n.º 36314 de 31 de Maio de 1947.

³⁵⁴ Sobre o seu processo individual, bem como também o de alguns técnicos (arquitectos) proeminentes referidos ao longo do trabalho, quais sejam Adães Bermudes, António do Couto Abreu, Baltazar da Silva Castro, Raul Lino, Martinho Humberto dos Reis e João Filipe Vaz Martins, entre outros, pode ver-se Neto (2001).

Em 1935, no âmbito da reorganização do novo Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC)³⁵⁵ a DGEMN vê os seus serviços, também eles, reformulados. Neste novo registo são diferenciados os serviços centrais e os serviços externos. No interior dos primeiros é constituída uma Repartição de Estudos e Obras em Monumentos (que terá Raul Lino como responsável desde 1936 e João Filipe Vaz Martins a partir de 1950) e no interior dos segundos, quanto aos monumentos, novamente considerados sob uma perspectiva centralizadora, volta a existir apenas uma Direcção de Monumentos (mantendo-se Baltazar da Silva Castro de 1936 a 1947 como figura principal). No serviço de edifícios acontece uma desconcentração com a sua divisão em quatro direcções³⁵⁶.

No âmbito do recente Ministério das Obras Públicas (MOP), em 1947, face ao crescente desenvolvimento dos trabalhos e ao alargamento do campo de acção da DGEMN, impôs-se a necessidade de actualização da sua estrutura, desconcentrando serviços. Entre as novas direcções surge a Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais que possuía uma Repartição Técnica dividida em várias secções e uma Secção de Expediente Técnico. A Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais teve a dirigi-la Baltazar da Silva Castro durante 1947 e 1948 e Raul Lino e João Filipe Vaz Martins em 1949. Até 1949, a Repartição Técnica foi dirigida por Raul Lino, substituído ainda no mesmo ano por Martinho Humberto dos Reis.

Registe-se ainda que este decreto criou um Conselho Consultivo, ao qual competia acompanhar “(...) a elaboração dos planos de restauro dos Monumentos Nacionais e dos Imóveis de Interesse Público, bem como a emissão de pareceres sobre a estética dos edifícios (...)”³⁵⁷. Procurava-se assim estabelecer uma ponte entre o Serviço de Monumentos Nacionais e os outros organismos estatais envolvidos na questão dos edifícios e monumentos do País, nomeadamente a 6.^a Secção da Junta Nacional de Educação (JNE) e o Secretariado Nacional de Informação (SNI)³⁵⁸.

³⁵⁵ Designação entretanto introduzida pelo Decreto-Lei n.º 21454 de 7 de Julho de 1932.

³⁵⁶ Só em 1970 esta medida seria estendida ao Serviço de Monumentos.

³⁵⁷ Cf. Neto, 2001, p.208.

³⁵⁸ Cf. Neto, 2001.

Como referimos, este processo de centralização de serviços, iniciado com a criação da DGEMN, e que teria nas suas posteriores reestruturações orgânicas importantes impulsos, seria ainda reforçado, em 1932 e 1936, por um outro conjunto de medidas que condicionariam e concentrariam na figura central do Estado e de algumas personalidades destacadas do regime a gestão, a salvaguarda e a própria intervenção do património arquitectónico em Portugal.

2.5 Castelos na ideologia do Estado Novo

2.5.1 A memória e a propaganda



Figura 37 – A Lição de Salazar, Deus, Pátria, Família:
A Trilogia da Educação Nacional, Martins Barata, 1938

Recordando o contexto ideológico antecedente ao Estado Novo, constata-se que entre a concepção romântica do monumento como expressão social e a subsequente fase positivista, em que a arte obedece a leis supra-artísticas que moldam as suas características e a amplificam, houve um acréscimo da valorização da função cognitiva atribuída ao património construído.

Como lembra Rosas (1995, p.34), “A centúria de oitocentos é francamente histórica e nacionalista – embora não possamos englobar todos os fenómenos

culturais do século nessas categorias – e por isso é igualmente a época dos heróis nacionais, míticos, reais ou mitificados”. Deste modo, valorizam-se as construções da Idade Média e o significado do que representam, nas quais são incluídas as respeitantes à época *manuelina* (porque nestas se encontra uma arte verdadeiramente portuguesa), em detrimento daquelas que correspondem a momentos menos heróicos da história portuguesa (como as décadas de domínio espanhol), a outros de degradação nacional e ainda aos demasiado recentes.

Apesar da imprecisão muitas vezes manifestada em relação aos estilos artísticos deste período (em oitocentos a diferenciação ainda se encontrava no seu início), estas construções têm um valor semelhante, porque se consideram todas coevas “(...) das mais nobres épocas da nação ou dos seus ilustres heróis, ou seja, porque são *monumentos históricos* antes de serem objectos artísticos”³⁵⁹.

Reconhecendo-se alguns aspectos comuns aos vários regimes políticos que em Portugal vigoraram desde o séc. XIX, desde o eclodir do liberalismo até ao séc. XX podemos afirmar que os monumentos (sobretudo ligados à época medieval) se revelaram quase sempre instrumentos privilegiados da pedagogia do nacionalismo – culto da memória e da tradição histórica que legitimava as medidas políticas e sociais adoptadas em ruptura com as anteriores. Tinham assim por objectivo harmonizar a representação histórica (livre dos períodos considerados decadentes) com o novo projecto político, colocando o passado ao serviço da credibilidade do presente.

Contudo, será no período de transição de um regime liberal, já republicano, para outro de cariz absoluto que a intervenção (sobremaneira prática) sobre os monumentos nacionais, tutelada pela DGEMN, vai conhecer e experimentar um profícuo movimento, concertado à escala do País e enquadrado no processo de “restauração material, restauração moral, restauração nacional”^{360, 361} (figura 37), ou seja, integrada, também ela, num quadro de valores históricos e simbólicos a salvaguardar e a promover pelo regime

³⁵⁹ Cf. Rosas, 1995, p.35.

³⁶⁰ Cf. Salazar, 1935-1937b, p.147.

³⁶¹ Este discurso também se encontra transcrito no jornal *O Século* de 29 de Maio de 1936, número especial dedicado à jornada comemorativa do 28 de Maio, *Ano X da Revolução Nacional*.

instituído, que se contrapunha ao passado recente, caracterizado por “in-cúria e destruição”³⁶².

Tal como no artigo de Joaquim Costa Cascais (1854), a propósito da contextualização do conjunto de procedimentos oitocentistas e novecentistas, encontramos nas palavras de Luís Chaves (1933, p.219) um sentimento paralelo sobre “as injúrias do Homem nos monumentos” e sobre a ideologia do Estado Novo subjacente às intervenções que então se realizariam. Deste modo,

“Dos castelos de Portugal, como dos pelourinhos, não resta nenhum intacto. Todos estão tocados pela negligência ou crime dos homens, acrescidos dos estragos irreparáveis do tempo. (...) Aqui e acolá tôda a gente rouba pedra do castelo para construções particulares, quando não é a própria câmara que incita o povo a desmanchar em proveito próprio as muralhas, por economia de interêsse municipal na mão de obra. Os monumentos portugueses foram desprezados e entregues à destruição do tempo, quando não arruinados pelo uso que lhes deram, e mascarados, por vezes como palhaços, pelas restaurações estúpidas com que lhes pretenderam benefício. Se tal não se dêsse, não se gastava agora tanto dinheiro em restauros cuidados mais ou menos cientificamente seguidos, nem precisaríamos de tamanha fortuna para consolidar ruínas e restaurar o que fôsse possível, nos monumentos em cuja restauração melhor será nem pensar”.

Sem qualquer presunção de proceder, ainda que de modo breve, a uma análise dos princípios perfilhados por António de Oliveira Salazar³⁶³ que estariam na base e na afirmação da estrutura ideológica e política do regime então instituído, tentaremos nesta parte do trabalho, de forma o mais sintética possível, relevar apenas medidas que consideramos terem tido repercussão de forma directa, ou indirecta, sobre o património construído

³⁶² Cf. Salazar, 1935-1937b, p.146.

³⁶³ Sobre este assunto – ideologia Salazarista – podem consultar-se, de entre as numerosas obras existentes, por exemplo, os trabalhos de João Medina (1977b e 1993a), Manuel Braga da Cruz (1980 e 1988) ou Luís Reis Torgal (1989).

em Portugal, designadamente sobre a rede dos castelos do território continental³⁶⁴.

Na realidade, com a implantação do Estado Novo vai assistir-se a um enquadramento político e jurídico ideologicamente condicionado pela cúpula que se traduzirá na adopção de critérios e instrumentos de memória e propaganda que, em teoria, e sobretudo na prática, emprestariam uma renovada dinâmica aos monumentos nacionais.

A conjuntura política emergente da Revolução de 28 de Maio de 1926 caracterizava-se por uma indefinição ideológica e programática, onde sobressaíam grupos e personalidades distintas. Se por um lado uma facção encarava a ditadura militar como uma alternativa restabeecedora da ordem, integrada num quadro de tendência conservadora e manobrando num regime de transição que previa a continuidade do sistema constitucional liberal, outra, agrupada à volta de Salazar, preferia a instituição de uma ordem revitalizada, contraposta ao anterior regime republicano e alicerçada numa nova estrutura constitucional. Como é bem sabido, a segunda destas facções acabaria por recolher uma consensual simpatia e Salazar viria a ser incumbido de formar governo em 7 de Julho de 1932.

Desde o instante da fundação do novo regime foram congeminados a estrutura e o programa ideológicos que norteariam e moldariam as suas principais ferramentas político-institucionais³⁶⁵.

Salazar tinha por intenção desenvolver para o regime uma doutrina ideológica e mental que definisse e conduzisse de forma clara a um tipo de nacionalismo apropriado que promovesse a nova ordem. Neste sentido, como refere Neto (2001, p.140), na sua ideologia não só são “(...) nítidas as influências católicas (...)” como também “(...) aspectos do ideário integralista, da corrente tradicionalista portuguesa formada na oposição à causa liberal, no decurso do século passado e até do *presidencialismo* ou *pessoa-*

³⁶⁴ Lembramos que na base deste trabalho constam 182 estruturas militares distribuídas pelos 18 distritos de Portugal continental constituintes das 11 províncias portuguesas (cf. Mapa 17).

³⁶⁵ Designadamente a União Nacional (1930), a Constituição de 1933 e o Estatuto do Trabalho Nacional (1933).

lismo sidonista”³⁶⁶. Embora sejam reconhecíveis algumas destas influências no discurso adoptado, em que também é identificável referência directa ao fascismo italiano protagonizado por Mussolini, procurou-se no entender da autora (p.140) “(...) isolar o *Nacionalismo Português da Ditadura* dos nacionalismos católico e integralista” e igualmente “(...) fracturar uma correspondência com o substrato nacionalista dos regimes autoritários europeus (...)”³⁶⁷.

Em contraposição ao individualismo liberal implementou-se um sistema corporativo como ideologia predominante e estruturante do Estado Novo, patenteando uma postura anti-individual e anti-liberal, anti-socialista e anti-sindicalista que se pretendia constituir como instrumento de conciliação forçada dos conflitos económico-sociais. Nas próprias palavras de Salazar³⁶⁸, que Jorge Ramos do Ó (1999, p.29) cita, tornam-se claros estes desígnios:

“politicamente só existe o que o público sabe que existe: a ignorância das realidades, dos serviços, dos melhoramentos existentes é causa de descontentamento, de frieza nas almas, de falta de orgulho patriótico, de não haver confiança, alegria de viver. O facto tem interesse político, porque o tem no terreno da coesão, da vitalidade nacional (...) a preocupação constante de contrapor ao facto singular a universalidade dos factos, ao caso pessoal e local o caso nacional, de corrigir a ideia que cada um involuntariamente forme das realidades nacionais, filosofando à soleira da porta, com o que todos devem conhecer dos mesmos factos no conjunto da vida da Nação”.

Para Luís Manuel Cunha (1995)³⁶⁹ é de crise que se fala no momento da fundação do Estado Novo.

³⁶⁶ Sobre a ideologia e evolução histórica deste movimento – ideário integralista – podem consultar-se, entre outros, Medina (1978 e 1979) e Cruz (1982). Sobre o movimento sidonista pode-se igualmente consultar Medina (1993b).

³⁶⁷ Sobre este assunto pode-se consultar o artigo de Stuart Woolf (1987): *Fascismo e Autoritarismo: Em busca de uma tipologia do Fascismo Europeu*.

³⁶⁸ Cf. Salazar, 1935-1937a, 1.

³⁶⁹ Do mesmo autor (1994), veja-se o trabalho: *A Nação nas Malbas da sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*.

Tendo como objectivo primordial a *regeneração*, ambicionava-se desde logo como prioridade instantânea o restabelecimento do fio condutor interrompido com a Revolução Liberal e Constitucional de novecentos e com a experiência da 1ª República. Uma vez mais, tal como nos movimentos revolucionários de oitocentos, a transformação regeneradora é apresentada como forma de salvação capaz de libertar a pátria da anarquia em que se considerava mergulhada e de se opor como esperança redutora à generalizada ideia de decadência. Neste sentido, as acções desenvolvidas traduziam, sobretudo nos primeiros tempos do regime, uma vontade de contrapor à decadência anterior o discurso da regeneração, conjuntura que só poderia ser revertida pela obra *restauradora* do Estado Novo.

A *era de restauração* foi então a locução adoptada por Salazar para caracterizar os primeiros tempos da política do Estado Novo³⁷⁰. Restauração essa que teve o seu primeiro momento aquando da presença de Salazar na pasta das Finanças, que em oposição à crise económica decorrente da República desejava marcar a distinção entre o *antes* e o *depois* da Revolução de 28 de Maio de 1926. De um modo genérico, esta postura seria reivindicada para todos os sectores da sociedade, a fim de recolocar a pátria no caminho da sua tradição histórica.

Assim, também os monumentos nacionais se tornariam um instrumento na afirmação do conjunto de valores histórico-ideológicos do regime, aos quais ficaria associado o emprego do mesmo léxico. Nas palavras de Salazar (1935-1937b, 2, p.147),

“Restauração material, restauração moral, restauração nacional: não me acode ao espírito nenhum outro exemplo mais expressivo que a dessa magnífica peça arquitectural – hoje a Biblioteca e Arquivo de Braga – há setenta anos incendiada, em destroços, aguardando através de dois regimes diferentes de muitos governos contrários que nós a restaurássemos, restituíssemos à pureza das suas nobres linhas (...)”.

³⁷⁰ Este período, decorrente entre 1926 e 1936, ficaria pelo próprio Salazar celebrado como *era de restauração*.

Na perspectiva de Neto (2001), o emprego desta terminologia no discurso proferido em Maio de 1936 por Salazar conduz à instituição de um paralelo entre a recuperação dos referidos valores e os critérios de intervenção no património arquitectónico o que, desde logo, concretiza ou traduz uma vontade de reintegração estilística dos monumentos nacionais na sua concepção primitiva, contribuindo para que os preceitos da unidade de estilo encontrem neste suporte ideológico um incentivo para se instalarem e desenvolverem³⁷¹.

Esta metáfora “arquitectónica” em redor da reconstrução da Biblioteca e Arquivo de Braga pode considerar-se uma síntese do programa e da acção de regeneração geral que se pretendia impor ao País, salvando-o da ruína. Advogando uma política alicerçada em “(..) acudir ao que precisava de mais auxílio, impedindo que se desmoronasse o que ainda estava de pé (...)”³⁷², de par com um ressarcimento financeiro, pretendia-se que sob o mesmo signo se percorresse uma reparação económica, social e patrimonial.

Como Salazar frisa no mesmo discurso, se a “restauração material” fosse visível e se estendesse a todo o território ela acabaria por inscrever-se na acção do governo e da administração pública e a circunscrita “restauração financeira” alargar-se-ia, redimensionando-se à escala “moral e nacional”³⁷³.

Em contraponto ao discurso de decadência, no julgamento de Medina (1993a, p.12), Salazar

“(...) procurou afinal fazer convergir todos os tropismos do conservadorismo nacionalista numa frente ampla de atitudes, mundivisões e ideários que coincidissem na manutenção dum regime de imobilismo, de cariz cristão, saudosista da *pax ruris* medieval e renitente a tudo quanto representasse alguma forma de modernidade novecentista”.

Assim, e em continuidade com o raciocínio de Medina, Cunha (1994, p.3) sintetiza que o processo de *regeneração* ou *restauração* da nação se pode avaliar sob a acção de três planos convergentes:

³⁷¹ À semelhança deste discurso de Salazar podem consultar-se as obras de D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1917-1918 e 1936) e de António Sardinha (1922-1923).

³⁷² Cf. Salazar, 1935-1937b, 2, p.146.

³⁷³ Cf. Acciaiuoli, 1998.

“(…) a valorização de um *viver rural* feito de tradição e quase beatude, longe do bulício da modernidade dissolutora”; “(…) o *enaltecimento da história*, daqueles momentos nos quais se procurava ver como condensação das virtudes da nação, expressas na coragem e vigor empreendedor dos seus antepassados”; “(…) a *vocação imperial*, aquilo que é afinal, a continuidade no presente e projecção no futuro da grandeza do passado”.

Na realidade, o que se procurava não era mais do que uma política de refundação da nação, que passava pela reconciliação com a história, com a valorização de um quotidiano pacato e “pré-moderno” e pela crença na “missão civilizadora”.

Tal como tinha sucedido no séc. XIX, caminhava-se a par do nacionalismo no duplo sentido da unidade nacional e da independência, circunstâncias que ficariam objectivamente condicionadas pelo carácter triunfal atribuído pelo regime e pelo seu chefe político à evolução histórica da nação. Seria neste contexto que algumas épocas do passado seriam contempladas e evocadas, onde os seus méritos triunfais serviriam de testemunho e justificariam a mesma grandeza e estatuto que se pretendia dar às acções do presente.

Foi assim com naturalidade que se deu particular acuidade a alguns símbolos que assinalavam as épocas de formação e restauração da nação, e ainda àquelas que representavam a expansão de Portugal no mundo, com vista a uma campanha de reeducação colectiva.

No âmbito das transformações operadas no ensino, podemos descortinar no *Livro de Leitura da 3ª Classe* (MEN, s.d.)³⁷⁴ um documento que nos permite exemplificar o cariz messiânico e a visão própria do regime em relação à História de Portugal. No seu primeiro texto (p.5), a que corresponderia a aula de abertura, são objectivas as suas intenções:

“Menino, sabes o que é a Pátria? A Pátria é a terra em que nascemos, a terra em que nasceram os nossos pais e muitas gerações de portugueses como nós.

³⁷⁴ A 1ª edição corresponde ao ano de 1951. Para este trabalho servimo-nos de uma das últimas edições (sem data concreta).

É nossa Pátria todo o território sagrado que D. Afonso Henriques começou a talhar para a Nação Portuguesa, que tantos heróis defenderam com o seu sangue ou alargaram com sacrifício de suas vidas. É a terra em que viveram e agora repousam esses heróis, a par de santos e de sábios, de escritores e de artistas geniais – os que já se foram, os que vivemos e os que depois de nós hão-de vir”.

Mais adiante, vão encontrar-se referências directas não só a fundadores ou restauradores da nação que tiveram como encargo assegurar e consolidar a defesa do território, bem como também aos próprios monumentos, que remetem para a acção das mesmas figuras, quais sejam, entre outros, D. Afonso Henriques, D. Dinis, Deuladeu Martins, o alcaide do castelo de Faria, D. João I ou D. João IV e, para os monumentos, os castelos de Guimarães, de S. Jorge e os mosteiros de Alcobaça e da Batalha. A alusão alarga-se igualmente a outras figuras e monumentos que contribuíram para a expansão de Portugal além fronteiras, como o Infante D. Henrique, o Infante Santo (Fernando de Portugal, filho de D. João I), Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Afonso de Albuquerque ou Camões e aos Jerónimos.

Em nossa opinião, um conjunto de três textos (leituras) merece importância especial no presente cenário: *Conquistas e Descobrimientos* (pp.91-92), *A Restauração* (pp.159-160) e *O Estado Novo* (pp.161-162). Apesar de distantes no tempo, os dois primeiros textos relatam de forma gloriosa a história desses momentos, recordando o carácter corajoso e a capacidade de comando das suas personagens. O terceiro denota os intentos do regime em associar as suas acções actuais aos episódios marcantes da defesa da nacionalidade e da independência e, ainda, dos valores cristãos, reservando para o Presidente do Conselho o papel desempenhado pelos heróis de outrora:

“Com o Estado Novo abriu-se para Portugal uma época de prosperidade e de grandeza, comparável às mais brilhantes de toda a sua história. (...) Essa acção há-de prosseguir sem descanso, e com ela o engrandecimento de Portugal, que, pela profunda transformação operada, é hoje respeitado e admirado pelas outras nações”.

Deste modo, o papel dos monumentos nacionais é indissociável da perspectiva de conduzir o País na memória do seu passado homérico e civilizador. No mesmo livro, na leitura *O que dizem os nossos Monumentos* (pp.37-38), fica claro o significado que lhes é imposto, especialmente o sentido acordado ao seu valor cognitivo:

“A História de Portugal não se estuda só nas páginas dos livros. Há por todo o País monumentos sem conta a atestar o valor dos nossos antepassados. Alguns são tão antigos que a memória da sua fundação se perde na noite dos séculos. Muitos outros, mais modernos, são padrões vivos da nossa fé, ou recordam factos de que todos os portugueses justamente se orgulham. Uns são imponentes e majestosos, verdadeiras maravilhas de arte, admirados por nacionais e estrangeiros. Outros são modestos e singelos, que falam especialmente à nossa devoção patriótica. Temos castelos antigos, testemunhas das lutas dos primeiros tempos da nacionalidade. (...) Todos nos falam do que tem sido, pelos séculos fora, a vida do povo português, com o seu trabalho, a sua arte, o seu sacrifício e a sua fé. Há pedras que são páginas sublimes do livro da nossa História. Saibamos, como bons portugueses, compreender, sentir e amar as lições que elas nos dão”.

Esta maquinação do uso dos monumentos como objectos de controlo e poder, fora, como já referimos, também utilizada em Itália por Mussolini ao servir-se dos vestígios da Roma antiga e da sua *restauração* como instrumentos de importante papel de propaganda política: “(...) continuidade com um passado tranquilizador e, sobretudo, *esquecer* o passado recente”³⁷⁵. Na ideia de *romanidade*, peça central na ideologia e na oratória do fascismo italiano, estava implícita uma vontade de instruir uma identidade expurgada de influências estrangeiras³⁷⁶.

³⁷⁵ Cf. Guillaume, 2003, p.143.

³⁷⁶ Para António Nuno Rosmaninho (2006, p.3), a ideia de uma arte nacional, surgida com o romantismo, adensou-se, como temos vindo a descrever, com os regimes de tendência autoritária, onde sobressai um discurso que assenta em “tópicos identitários”: *romanidade*, *italianidade* e *mediterraneidade* (Itália); *nordicidade* e *arianismo* (Alemanha); *herrerianismo* (Espanha); *classicismo proletário* (União Soviética); *reaportuguesamento* e *tradição* (Portugal).

Em Portugal, Salazar, comungando do mesmo horizonte triunfal, construiu um cenário ideológico assente sobretudo na narrativa histórica em redor do período medieval ligado às lutas pela independência e consolidação territorial, conquanto, como expusemos, conferisse igualmente importância a outras épocas que confirmam momentos de glória da nação secular – os descobrimentos e a restauração. Os monumentos nacionais seriam usados como um instrumento governativo ao serviço da produção de uma verdade construída sobre uma atmosfera sonhada que, numa sequência temporal previamente determinada, privilegiava a nova crença histórica contra a historicidade, como forma de legitimar a grandiosidade das suas acções.

Em síntese, os monumentos nacionais que seriam *restaurados* eram eleitos segundo critérios assentes na dimensão histórica do seu passado, entendida esta como um conjunto de factos e acontecimentos a eles associados e não de forma individual, como especificidade histórica de alguma circunstância artística. Deste modo, como aliás atrás relatámos aquando da análise ao *Livro de Leitura da 3ª Classe*, em que aos monumentos correspondiam “figuras heróicas” e momentos específicos, seriam evocados, por exemplo: o conjunto formado pelo castelo de Guimarães e a Capela de S. Miguel – formação do reino de Portugal; a Catedral de Lisboa – conquista da cidade de Lisboa aos mouros por D. Afonso Henriques; o Mosteiro da Batalha – vitória sobre os castelhanos e início da dinastia de Avis com D. João I; o Mosteiro dos Jerónimos – descoberta do caminho marítimo para a Índia; o Palácio de Vila Viçosa – restauração da independência por D. João IV.

Como refere Ó (1999, p.89), “A valorização dos vestígios naturais da actividade humana no passado tornou inevitável o triunfo do monumento sobre o documento”. Ao valor documental e artístico, “memória vulgar”, iriam sobrepor-se outros atributos almejados pelo regime, creditando a concepção do monumento como memória de um passado nacional, “memória activa”, de uma determinada identidade “prescrita”, que se desejava, em continuidade e em paralelo com o presente, *restaurar*.

Este pressuposto não condicionaria apenas a escolha dos objectos arquitectónicos, como também seria responsável pela definição de uma doutrina intervencionista. As intervenções deveriam pautar-se por uma filosofia de reintegração e integridade arquitectónicas assegurando a reposição

dos monumentos no seu estado primitivo e expurgando-os dos acrescentos de épocas posteriores, de modo que estes aparentassem uma imagem consentânea com o correspondente período histórico. Creditava-se a herança e a memória do passado à prova que os monumentos por si próprios conseguiriam autenticar, encontrando-se obviamente o documento, a imagem do objecto arquitectónico, dependente desta circunstância.

Neste enquadramento ideológico, os castelos surgem como objecto natural de interesse do regime por se constituírem sinais distintivos da defesa e consolidação das fronteiras territoriais de Portugal e originários de figuras heróicas. Como se pode ver manifestado numa carta de um técnico superior da DGEMN ao seu director-geral, onde igualmente fica claro que por si só a vertente espacial e formal dos monumentos não era o critério decisivo de selecção: “Na extensa e patriótica cruzada em que andamos empenhados que é a da restauração dos Monumentos Nacionais, destacam-se os Castelos de Portugal, senão pela sua importância arquitectural, ao menos pelos muitos factos históricos e patrióticos, que a eles andam ligados”³⁷⁷.

A respeito do crédito que se imputou a estas estruturas militares encontramos nas palavras de Henrique Gomes da Silva³⁷⁸ um espelho das intenções do regime e dos propósitos das campanhas que se realizaram:

“(…) esses monumentos, apesar de militares não deixam de ser nacionais. Como tais, quaisquer obras a executar neles devem tender à sua conservação ou restauro, isto é, a evitar a sua ruína ou reintegrá-los no seu estilo e arquitectura primitivos e nunca a satisfazer possíveis necessidades militares. Se alguns deles se tornarem precisos para este último fim, não deve ser classificado monumento nacional, mas apenas como edifício militar”.

Se por um lado os preceitos ideológicos acordados pelo poder político ao património arquitectónico por si próprios justificam um enquadramento geral das intervenções realizadas, por outro, as campanhas sobre os castelos

³⁷⁷ Citação retirada de Fernandes, 2005, p.183. A autora refere que esta carta consta do arquivo da DGEMN relativo ao processo do castelo de Óbidos (1934).

³⁷⁸ Citação retirada de Fernandes, 2005, p.177. A autora indica que a fonte se encontra no Arquivo da Academia de Belas-Artes, Igrejas-MV, CSMN, Documento 115.

portugueses demonstram, sobretudo pela sua dimensão e escala, o lugar destacado que assumiram neste processo. Complementando esta análise prévia, consideramos que a especificidade e complexidade das obras que se realizariam vão revelar-se também elas distintas da generalidade dos processos adoptados nos restantes imóveis, apesar de imbuídas numa atmosfera pretensamente ecuménica.

Sobre a importância relativa dos grupos de imóveis que constituem os monumentos nacionais, Neto (2001) elabora dois gráficos³⁷⁹, “Gráfico 4.6 – Distribuição percentual das verbas despendidas com os diversos grupos de imóveis classificados entre 1929 e 1960”³⁸⁰ “Gráfico 4.7 – Distribuição percentual do número de intervenções nos diversos grupos de imóveis classificados entre 1929-1960”³⁸¹, a partir dos quais se pode verificar, no período estudado por esta autora (1929-1960), a importância e o lugar destacado que os castelos ocuparam no conjunto das campanhas efectuadas pela DGEMN nos monumentos nacionais, tanto no que concerne ao número de acções, como ao investimento realizado.

Em relação ao número de intervenções, os castelos ocupam a segunda posição, com 18% do total das acções realizadas, sendo que as igrejas, com 36%,

³⁷⁹ Os dados que serviram de suporte à elaboração dos gráficos foram retirados pela autora (p.242) de um (...) conjunto de folhas manuscritas, compiladas por grupos de imóveis, com base na sua tipologia construtiva e funcional, distribuídas pelas diferentes secções de serviços. Nestas folhas são mencionadas, por imóvel, as verbas gastas, oriundas das dotações orçamentais do Estado e as quantias procedentes do Fundo de Desemprego, perfazendo os totais reais, anualmente gastos com os monumentos nacionais”.

Os grupos de imóveis considerados neste acervo documental são os seguintes: sés; mosteiros e conventos; igrejas; capelas; castelos; muralhas, fortes e torres; palácios, paços e alcáçovas; aquedutos, pontes e fontes; estações arqueológicas, citânias, *domus* e sinagogas; estátuas; teatros; pousadas; museus.

Desde logo se ressalva que o conjunto das estruturas militares intervencionadas e que fazem parte do grupo de imóveis designados por “castelos”, indicadas por Neto, não responde exactamente ao conjunto de exemplares que serve de base a este estudo, como se pode comprovar analisando o Gráfico 09.

Confrontando as curvas respeitantes às intervenções realizadas nos castelos referenciados por Neto nos anos de 1929 a 1960 (cf. Gráfico 06) e as que tiveram lugar nos castelos constantes deste estudo (cf. Gráfico 09) verifica-se que, apesar de alguma aparente dissemelhança em relação aos valores apresentados, os seus comportamentos são na realidade bastante próximos, o que nos permite concluir que as referências enunciadas por Neto servem adequadamente não só aos propósitos de enquadramento geral dos castelos relativamente ao total das intervenções e ao respectivo investimento financeiro, como também justificam o espaço temporal adoptado neste trabalho.

³⁸⁰ Cf. Gráfico 08.

³⁸¹ Cf. Gráfico 06.

são o conjunto mais numeroso de imóveis classificados em análise. Nas verbas despendidas nas obras, constata-se que a despesa efectuada nas estruturas militares foi de 9%, enquanto nos mosteiros foi de 25%.

2.5.2 Os organismos com funções de política patrimonial

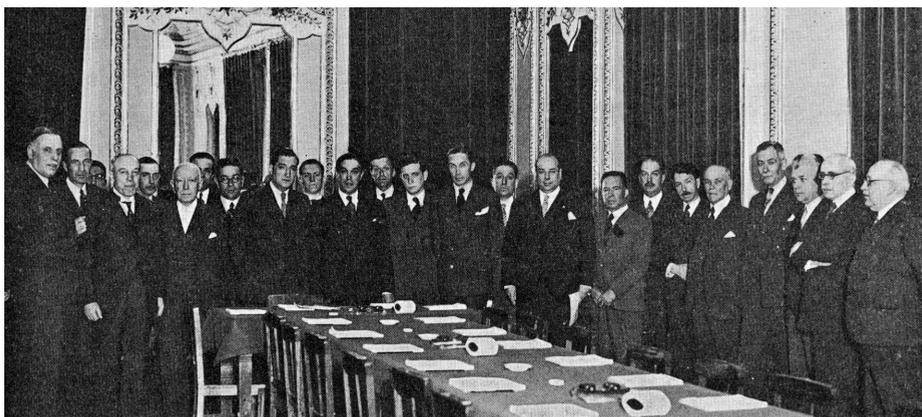


Figura 38 – Primeira reunião dos membros da Comissão Nacional dos Centenários. Entre os presentes encontram-se, da esquerda para a direita, Oliveira Salazar, Duarte Pacheco, António Ferro e Henrique Gomes da Silva

“Há, pois, uma lamentável confusão no que respeita à restauração de monumentos militares. Esta Direcção-Geral não pode, portanto, proceder a quaisquer trabalhos em castelos, já por verificar que diversas entidades se propõem fazer obras de restauração sem plano devidamente aprovado, já por não lhe ser reconhecido o direito de fazer obras em monumentos militares, apesar das verbas a despendar serem pagas pelo orçamento do Ministério do Comércio. Em tais circunstâncias, esta D.G. desinteressa-se das obras em castelos militares, embora classificados de monumentos nacionais, por entender que a sua acção não seria profícua e a responsabilidade pelos erros porventura cometidos dificilmente podia ser destrinchada”³⁸².

³⁸² Citação retirada de Fernandes, 2005, p.177. A autora indica que a fonte se encontra no arquivo da DGEMN de 21-III-1931. C.f. Ferro, 1978, pp.123-124.

Nesta carta dirigida ao Ministério da Guerra (MG) fica explícito, já no período inicial da ditadura, a quem cabia por competência técnica o encargo de intervir nos monumentos nacionais em Portugal e em particular nas estruturas militares.

Embora já antes de formar governo, em 1932, Salazar alertasse para a necessidade premente de salvaguarda dos monumentos nacionais, elogiando para o efeito e em diversas ocasiões o trabalho “sem descanso” de “(...) *reconstituição meticulosa, quase religiosa*, do que tínhamos e estava em risco de perder-se, ou quase perdido (...)”³⁸³ desenvolvido pela DGEMN desde 1929, considerava que o resultado da acção empreendida até ao momento não era ainda bastante para inverter a situação existente. A atenção ao património justificava-se pela ruína e estado de abandono em que se encontravam os monumentos nacionais, o que desde logo, e de acordo com o programa ideológico predeterminado, impedia dar voz às glórias do passado e transformá-las em incentivos políticos mais actualizados, ou seja, levava ao incumprimento do projecto regenerador/restaurador prometido à nação, mais concretamente à “restauração moral” e à “restauração nacional”.

No sentido de modificar este rumo, à entrada de Salazar para a chefia do governo corresponderia a reforma de vários organismos existentes e, em simultâneo, a criação de novas estruturas. No conjunto, pretendia-se com estas medidas exhibir outra face e patentear eficácia, quer na coordenação do programa celebrado, quer na capacidade de intervenção.

Embora a DGEMN e, num plano diverso, a União Nacional (UN) já existissem em 1932, Salazar com o intuito de afirmar os seus propósitos dotaria a esta última organização de estatutos próprios e, ainda no mesmo ano, prepararia uma nova Constituição política que seria plebiscitada e promulgada em 1933³⁸⁴. As bases da UN, lançadas no decurso de 1930, tinham como objectivo defender os princípios de reconstrução nacional e de representação da ordem social. O culto das celebrações e das exposições seria outro dos aspectos a que a UN se associaria, com destaque para o *I Congresso*

³⁸³ Este é um excerto uma entrevista concedida por Salazar a António Ferro em 1932. Cf. Ferro, 1978, pp.123-124.

³⁸⁴ O plebiscito nacional teve lugar em 19 de Março de 1933, sendo em que o voto era obrigatório e as abstenções consideradas votos favoráveis. A promulgação ocorreu em 11 de Abril de 1933.

da União Nacional em 1934 que marcaria o “início” de outras efemérides com o propósito de enaltecer a obra governativa do regime em contraponto à “incúria” dos seus antecessores.

No quadro de tais reorganizações, em 1932 é reformado o Ministério do Comércio e Comunicações (MCC), que passaria a designar-se Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), adaptando-o ao perfil de Duarte Pacheco. Este seria o responsável pela revisão e reorganização dos estatutos e serviços das obras públicas, às quais ficaria associada, em 1935, como já antes analisámos, uma nova orgânica da DGEMN. Duarte Pacheco seria ministro de 1932 a 1936, ano em que Salazar o afastou do Governo, para o voltar a chamar para dirigir o mesmo ministério em 1938, altura em que foi oficialmente decidido comemorar os oitocentos anos da Fundação de Portugal e os trezentos anos da Restauração da Independência.

Em 1933, junto da Presidência do Conselho e sob a orientação de António Ferro³⁸⁵ é criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) com o propósito de divulgar e dilucidar a obra realizada pelo regime e inculcar no povo a consciência moral que devia nortear a nação³⁸⁶. António Ferro dirigiu o SPN, transformado em Secretariado Nacional da Informação (SNI) após o final da II Guerra Mundial, até 1949, sendo o responsável por um vasto e variado conjunto de iniciativas que cunhariam em definitivo a acção material e moral do Estado Novo.

Seria essencialmente com estas estruturas e estes dois “colaboradores”, Duarte Pacheco e António Ferro, que o regime, personificado no Presidente do Conselho, tentaria concluir obras antigas, evidenciando o esplendor da concretização, e também exibir a grandeza de novas iniciativas.

Numa análise sumária desta conjuntura, constata-se que o sentido das reformulações se orientou na direcção de uma centralismo do poder de decisão em determinadas figuras notáveis que comungavam dos princípios ideológicos da cúpula do regime. Pese embora em diversas situações tenham esboçado sinal contrário a esta orientação, tanto Duarte Pacheco como António Ferro desempenhariam um papel maior e decisivo na concretização

³⁸⁵ Sobre os anos de António Ferro à frente destas estruturas pode-se consultar Ó (1999).

³⁸⁶ Cf. Decreto n.º 26611 de 19 de Maio de 1936.

deste projecto reformador, com reflexos directos na política patrimonial em Portugal.

Como revela Acciaiuoli (1998, p.32),

“(...) o que importa para já sublinhar é que tanto para Pacheco como para Ferro a realidade do passado estabeleceu a sua cidadania e fizera atrasar ou desvirtuar um a um os projectos mais ambiciosos que inicialmente pareciam sustentar uma quase exclusiva aposta na vertente moderna ou de modernização”.

Se em relação a Duarte Pacheco, Salazar admirava a sua entrega à causa pública, quanto a António Ferro (figura 38) esperava que cedesse, o que viria a acontecer: se inicialmente o jornalista foi um grande impulsionador da “arte moderna”, ele acabaria por se converter, como refere a autora (p.101), “(...) num arauto da cor nacional (...)”.

No contexto dos monumentos nacionais e da DGEMN a responsabilidade máxima concentrou-se obviamente no seu director-geral, Henrique Gomes da Silva. Partilhando da mesma política ideológica do regime, este engenheiro de carreira militar confiou na missão em que se viu investido, sustentando o seu discurso superficial num fervor patriótico de exaltação do passado, acreditando serem os monumentos nacionais a sua extrema representação.

Contudo, na prática foi Baltazar da Silva Castro quem se constituiu como figura incontornável do processo, não só pela importância que assumiu na transição e continuidade de procedimentos da 1ª República para o Estado Novo, o que por si só ultrapassa uma simples comunhão política com o regime, mas também por ter sido durante os anos trinta e quarenta do séc. XX o artífice das intervenções realizadas: nas palavras de Medina (1993a, p.34), “(...) um pequeno ditador do restauracionismo medievo (...)”. Desempenhando funções na DGEMN até 1948, Baltazar da Silva Castro foi durante estas duas décadas, tanto a nível teórico como técnico, um cultor da escola francesa em Portugal. É de registar a relevância de várias notícias relativas a algumas das suas viagens pela Europa, primeiro para observar a arquitectura religiosa medieval (visigótica e românica) que serviria de

referência construtiva a empregar nos “(...) restauros estilísticos das igrejas portuguesas (...)”³⁸⁷ e, mais tarde, em 1938, as incursões em Espanha e França onde, a propósito das *Comemorações Centenárias* de 1940, iria observar fortificações medievais, a fim de aproveitar eventuais sugestões numa altura em que se projectavam intervenções nos castelos portugueses.

Se é correcto evidenciar que a DGEMN tentou agir sempre segundo um critério de coerência generalizada, omitindo a individualidade em favor de um anonimato comum, e contornando deste modo as fracturas internas que emergiam entre alguns técnicos, também se revela incontestável que sobre a prática realizada se produziram inúmeros textos em contraposição a uma corrente seguidista, sobretudo de cariz mais teórico.

Neste quadro sobressai a personagem de Raul Lino³⁸⁸ que se constituiu um crítico interno à orientação de Baltazar da Silva Castro. Arquitecto com formação diversa da deste último, Raul Lino perfilhava critérios divergentes de actuação, mais influenciados por correntes anglófonas que se opunham aos valores e efeitos decorrentes da Revolução Industrial. Este confronto ganhou alguma notoriedade quando, como chefe da Repartição de Estudos e Obras, foi chamado a emitir pareceres sobre projectos então postos em prática em várias construções classificadas, não se inibindo, no caso, em discordar publicamente dos critérios de intervenção adoptados, entrando em conflito directo com os princípios e directrizes definidos pelo director-geral e pela ampla corrente intervencionista. Os seus textos constam do seu processo individual nos arquivos da DGEMN e alguns dos mais destacados podem ser consultados em Neto (2001, pp.322-336), nomeadamente do “Documento 2” ao “Documento 6”. Pelo interesse que revestem para o nosso trabalho, ressalvam-se os que dizem respeito manifesto aos castelos. Deste modo, no “Documento 2” encontram-se dois pareceres: “Obras no Castelo de Alvito”, de 3 de Janeiro de 1939, e “Obras no Castelo de Portel”, de 29 de Julho de 1939. Num âmbito mais abrangente, o “Documento 3” revela a circular datada de Julho de 1949 em que Raul Lino, na qualidade de director do Serviço de Monumentos, descreve os princípios de “Conservação

³⁸⁷ Cf. Bucho, 2000, p.183.

³⁸⁸ Sobre a obra de Raul Lino pode-se consultar Irene Ribeiro (1994).

de Monumentos” por que se regem os serviços congêneres dos países representados no *Congresso do Instituto Internacional de Castelos* realizado em Zurique (formulados pela primeira vez por Linus Birchler na publicação *Restaurierungspraxis und Kunsterbe in der Schweiz* de 1948 – em português, *A Prática do Restauro e o Património Artístico na Suíça*). No “Documento 4”, como vogal da JNE, encontramos os pareceres emitidos entre 1948 e 1949: “Acesso à Torre de Menagem dos Castelos de Melgaço, Lapela e semelhantes” e um “Parecer” que aborda, entre outros temas, o castelo de Leiria.

Nesta conjuntura, as disposições legais que se iriam adoptar, a par das restantes que de forma sucinta enunciámos, nomeadamente a centralização e a clarificação das competências das instituições que intervinham em tais imóveis, emprestariam uma dinâmica renovada ao processo e aos instrumentos de intervenção. Naturalmente estas condições reflectir-se-iam na redefinição do perfil arquitectónico e no cenário envolvente dos monumentos nacionais e, de forma visível e destacada, nos castelos de Portugal.

2.5.3 A reestruturação de 1932 e o condicionamento ideológico de 1936

Prosseguindo de algum modo as afirmações dos últimos parágrafos da subsecção anterior, Neto (2001, p.173) cita o Decreto n.º 20985 de 7 de Março de 1932, o qual

“(…) reafirma a competência do Ministério da Instrução Pública por intermédio da Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas-Artes, na *coordenação dos trabalhos de carácter artístico dos serviços públicos e a guarda e conservação do património artístico e arqueológico do País, bem como da organização do inventário artístico de móveis e imóveis*”.

Entre várias medidas e no sentido de aligeirar a complexidade e aumentar a eficácia do sistema, procedeu-se à extinção dos três CAA's que representavam para os republicanos um quadro inverso (descentralizado), com poderes consultivos e deliberativos, concentrando no CSBA as questões técnicas e administrativas, sob o controlo do MIP, deixando os estudos

académicos a cargo da novel Academia Nacional de Belas-Artes (ANBA). Anteriormente liderado pelos CAA's, este CSBA convertia-se num órgão de cúpula na dependência e controlo directo do ministro do MIP, no qual o director-geral da DGEMN tinha lugar como vogal³⁸⁹.

As atribuições deste renovado CSBA passavam pela organização do inventário dos imóveis nacionais³⁹⁰, pela emissão de pareceres sobre propostas de classificação e sobre obras de grandes “restaurações” que tivessem por finalidade a reintegração de monumentos e palácios nacionais, bem como pela fixação das respectivas zonas de protecção, antes a cargo dos CAA's, ora extintos.

Neste contexto, para obviar o afastamento entre o poder político central e as regiões e seu património é prevista a constituição, com carácter facultativo, de uma Comissão Municipal de Arte e Arqueologia (CMAA) nos concelhos em que existissem monumentos nacionais³⁹¹. Estas comissões, corporativas, não dispunham de poder interventivo, mas tão-só consultivo, competindo-lhes, entre outras tarefas: 1) incentivar a criação de grupos de amigos dos monumentos e museus municipais; 2) angariar fundos para obras de intervenção nos monumentos; 3) aconselhar obras nos monumentos;

³⁸⁹ Como se referiu, a presidir a esta nova orgânica do CSBA estava o ministro do MIP, tendo como vice-presidente o director-geral do Ensino Superior e Belas-Artes (DGESBA) e como vogais o director-geral da DGEMN, o presidente da ANBA, o inspector-geral das Bibliotecas e Arquivos, o director da Escola de Belas-Artes de Lisboa, os directores dos museus de Arte Antiga, de Arte Contemporânea, dos Coches e Etnográfico do Dr. Leite de Vasconcelos, um representante da Academia de Ciências, um representante da Associação dos Arqueólogos Portugueses, um representante da Sociedade dos Arquitectos, um pintor, um escultor, um arquitecto escolhido pelo ministro do MIP e o chefe de repartição do Ensino Superior de Belas-Artes, neste caso como secretário sem direito a voto.

Em 1933, pelo Decreto-Lei n.º 22680 de 20 de Julho, a constituição do CSBA seria reestruturada, no sentido da centralização absoluta do poder de decisão relativamente ao património edificado. Sobre a constituição deste CSBA veja-se Bucho (2000).

³⁹⁰ A organização do inventário dos imóveis nacionais cabia em conjunto ao CSBA, à ANBA e à Inspeção-Geral das Belas-Artes (IGBA), sob a supervisão da DGESBA.

³⁹¹ A composição destas Comissões era fixada pelo ministro da tutela, sob proposta do CSBA. Eram compostas por cinco vogais (no mínimo), dos quais fazia parte o presidente da Câmara, o director do Museu Municipal, se existisse, um professor local, também escolhido pelo ministro, os párocos das freguesias que possuísem monumentos religiosos, e ainda três vogais escolhidos, uma vez mais pelo ministro, de entre os sócios dos grupos de amigos dos monumentos.

Com a redacção do Decreto-Lei n.º 22680 de 20 de Julho de 1933 a representatividade destas CMAA's veria as suas possibilidades de intervenção reduzidas, aumentando assim ainda mais o centralismo de decisão no poder central, facto a que já aludíramos anteriormente.

4) promover acções culturais centradas nos monumentos; 5) colaborar na inventariação dos bens artísticos.

Como sustenta Bucho (2000, p.145), “(...) estas comissões não representam os municípios, mas sim o Governo nos municípios”, ou seja, de algum modo desempenham um papel de controlo das actividades municipais.

No capítulo das obras, abre-se uma excepção à DGEMN, ao admitir que esta apenas submeta à apreciação do referido CSBA os projectos que julgue necessário, não se encontrando neste caso dependente de qualquer limite orçamental ou de outra condição, como acontecia anteriormente. Esta circunstância particular consentia uma redução nos procedimentos, o que desde logo ultrapassava algumas das contrariedades com que outros organismos precedentes se tinham confrontado, nomeadamente o excesso de burocracia. Por outro lado, também constituía em si própria um encargo mais centralizado e personalizado na DGEMN e nalguns dos seus dirigentes e técnicos, o que à partida antecipava uma maior autonomia e, talvez em sentido oposto, uma menor reflexão crítica.

Conjuntamente, era possível realizar obras de pequena envergadura em monumentos à custa de receitas de associações de amigos constituídas localmente, à sombra das CMAA's, com a fiscalização a cargo da DGEMN.

Nesta data, estabeleceram-se as categorias de “monumento nacional” (MN) e de “imóvel de interesse público” (IIP)³⁹², cuja classificação poderia ser proposta por entidades públicas ou por particulares que, neste caso a deveriam requerer.

A classificação dos imóveis continuava ser elaborada por decreto emanado do MIP, reafirmando-se a intenção de qualquer monumento classificado

³⁹² Sobre este assunto, um relatório de 1941 da JNE (Processo n.º 40 do Livro A-4, 1941) considera que “A fundamental diferença entre o texto do artigo 54º da lei nº 1700 e o artigo 30º do decreto nº 20985 (...) consiste, no primeiro caso, em se fazer referencia a imóveis que ofereçam algum interesse sob o ponto de vista artistico, historico ou turistico, e, no segundo, se fazer referencia a imóveis que ofereçam consideravel interesse público, mas, em ambos os casos, quando se trata de imóveis que não mereçam a classificação de monumento nacional” (cf. Tomé, 2002, p.278). No mesmo texto é também expresso que não se encontra outra justificação para a atribuição a um monumento do título de IIP que não seja o facto de não merecer a categoria de MN.

Na generalidade, a lei de 1924 atribui aos monumentos nacionais um cadastro especial, a que a regulamentação de 1932 acrescenta um título: IIP. Sobre o assunto pode consultar-se Tomé (2002).

não poder ser parcial ou totalmente demolido, nem alvo de alguma obra de importante restauro cuja finalidade fosse a sua reintegração, sem prévio parecer afirmativo do CSBA e permissão do ministro do MIP. No mesmo ano, regularizou-se a parte respeitante aos monumentos arqueológicos, definindo-se quais poderiam ser classificados como tal e regulamentando-se o regime de escavações, guarda e vigilância deste tipo de valores³⁹³.

Num sinal claro e objectivo daqueles que eram os propósitos ideológicos do regime, em particular a forma como se entendia o monumento e a sua vocação, a integração e a relação com o cenário envolvente – em contexto urbano ou rural – foi adoptado outro conjunto de medidas cautelares com o intuito de os salvaguardar, no sentido mais lato do termo, e também instruir projectos e intervenções de vários procedimentos legais que se revelassem imprescindíveis às operações nestes objectos arquitectónicos, nomeadamente a possibilidade da limpeza em seu redor que ocorrerá de forma generalizada, mas não análoga, em grande parte das obras realizadas.

Revelava-se uma efectiva consciência legal e política o facto de um monumento, ou qualquer edifício, ser resultado dos seus valores intrínsecos, mas também da sua envolvente: o dito contexto do lugar. Esta situação, como veremos adiante, vai ser determinante na definição dos critérios e mesmo de limites para as intervenções, abarcando de forma simultânea “(...) conceitos de “renovação” e de “expropriação-destruição”, ou seja, “a conservação dos monumentos e a destruição do tecido envolvente”, como refere Tomé (2002, p.98). O contrário também se revelará verdadeiro, o que confirma, na nossa perspectiva, que não houve uma vulgarização dos comportamentos, mas antes se estabeleceu um quadro que se desejava comum e que em certo sentido determinaria os limites das intervenções, no qual participavam em igualdade de circunstâncias o objecto e a sua envolvente.

Voltando ao Decreto n.º 20985 de 7 de Março de 1932, nele se preconizava, além da subordinação dos terrenos e construções em redor dos monumentos numa área de 50 metros, a possibilidade de expropriar construções que por algum motivo desvirtuassem ou atentassem contra a conservação e leitura do monumento, condições estas já decorrentes

³⁹³ Cf. Decreto n.º 21117 de 18 de Abril de 1932.

da Lei n.º 1700 de 1924, o que comprova continuidade em muitos dos princípios e procedimentos que atravessam os diversos momentos políticos que abordamos. Esta situação torna-se mais evidente quando no preâmbulo do próprio decreto não se regista qualquer “(...) tom de censura em relação á legislação precedente da 1.ª República (...)”, embora no caso específico se sublinhe “(...) que se obtiveram melhores resultados em relação ao desenvolvimento da cultura estética, em geral, do que à excelência do *complexo sistema administrativo* então criado”³⁹⁴. A diferença entre este regime e os anteriores em nossa opinião residirá na dinâmica que o sistema administrativo, entretanto criado, centralizado e *a priori* ideologicamente condicionado por via de um conjunto de medidas legais, vai empreender em torno da prática em projecto e obra, sobre o património cultural em Portugal.

A perseguição desta consciência atribuída a uma predeterminação de tendência monumental que se concentrava nos monumentos de cunho mais evoluído, de que fazia parte integrante a respectiva envolvente, levou a que em 1932, pelo Decreto n.º 21875 de 18 de Novembro, se legislasse no sentido de proteger com maior cuidado “zonas de protecção”, no interior das quais se poderiam localizar áreas interditas à construção. A este propósito, dizia assim o primeiro parágrafo do preâmbulo de tal decreto:

“O valor e beleza architectónica de um grande edifício ou de um monumento artístico não provêm somente da harmonia das suas proporções, da elegância das suas linhas, do arrojo da sua concepção, da riqueza ou bom gosto dos seus materiais; resultam ainda, e por vezes muitíssimo, do ambiente em que o edifício vive, da moldura em que o enquadra o conjunto de edificações que o cercam”.

Por este diploma, a prerrogativa de criar as zonas de protecção cabia ao MOPC, mediante parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, sob proposta da DGEMN.

³⁹⁴ Cf. Neto, 2001, p.173.

Em 1938³⁹⁵, no âmbito da protecção legal a seres vivos existentes nas zonas de protecção dos monumentos nacionais, tais como manchas de arvoredo, jardins de interesse artístico ou histórico e, inclusive, espécies vegetais pontuais, vai prever-se e recomendar-se uma cuidadosa conservação em função do correspondente porte, idade ou raridade. Assim, consciência da moldura decorativa dos monumentos nacionais e da paisagem circundante estava, também ela, vertida neste diploma. Mas o Ministério das Finanças, na qualidade de administrador e gestor de monumentos e palácios nacionais³⁹⁶, contempla igualmente no mesmo decreto, conforme Neto (2001, p.177), “(...) o corte e o derrube de árvores em jardins, parques, matas ou manchas de arvoredo existentes em zonas de protecção de monumentos nacionais, edifícios de interesse público ou edifícios do Estado de reconhecido valor arquitectónico”.

Deste modo, revela-se no documento outra via que permitirá de forma legal contribuir para operações de “saneamento estético”, com o intuito de eliminar todos os elementos construídos (no caso, vivos) que se opusessem à revelação do objecto monumental e, em simultâneo, salvaguardar espécies que segundo determinados parâmetros de selecção contribuíssem para a composição do quadro apetecido. Se por um lado se reforçava uma vontade de conservação, por outro ficava claro o desejo de isolamento físico e simbólico dos monumentos nacionais como produtos simultaneamente de domínio e de exposição. Na mesma intervenção podiam coexistir posturas *conservacionistas* e *devastadoras-restauradoras* que fossem de carácter objectual ou de âmbito alargado à condição de envolvência.

Os castelos, devido ao seu estado físico calamitoso, a ruína, seriam objecto desta aparente ambiguidade de tratamento. Embora pudessem ser integrados numa comunhão conjunta de princípios de intervenção, foram caso a caso objecto de actos particulares que dependeram, também eles,

³⁹⁵ Cf. Decreto-Lei n.º 28468 de 15 de Fevereiro. A intervenção sobre os bens a que se refere o decreto carecia de autorização prévia da Direcção-Geral da Fazenda Pública mediante pareceres favoráveis da DGEMN, da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Agrícolas e da JNE.

³⁹⁶ Cf. Decreto-Lei n.º 22728 de 24 de Junho de 1933 e Lei n.º 23565 de 12 de Fevereiro de 1934.

entre vários aspectos, do grau de degradação do próprio objecto e do “estado” do cenário que os rodeava.

Recuando a 1933, com a modificação da constituição do CSBA, as CMAA's tinham visto as suas possibilidades de intervenção ainda mais cerceadas. Esta decisão foi mais uma achega para o centralismo absoluto do poder decisório em relação ao património construído, a que se seguiria em 1936 “(...) total constrangimento ideológico através da nova reestruturação orgânica que criará a toda poderosa Junta Nacional da Educação”³⁹⁷.

Em 1936³⁹⁸, esta tendência vai acentuar-se aquando da remodelação do MIP, que se tornará no Ministério da Educação Nacional (MEN). Com o desaparecimento do CSBA, as questões relacionadas com os monumentos nacionais passam a ser enquadradas e de forma literal comandadas pela 6ª Secção (Belas-Artes) – 1ª Subsecção (artes plásticas, museus e monumentos) – na recém-criada Junta Nacional de Educação (JNE)³⁹⁹. As outras três subsecções que integravam esta 6ª Secção eram a 2ª Subsecção (antiguidades, escavações e numismática), a 3ª Subsecção (música, arte cénica e canto coral) e a 4ª Subsecção (literatura, bibliotecas e arquivos).

Dirigida pelo presidente da ANBA, esta 6ª Secção era copresidida pelos representantes das respectivas quatro subsecções. Na composição da referida 1ª Subsecção (artes plásticas, museus e monumentos) estavam presentes, entre outras figuras, o director-geral da DGEMN e o director do SPN, o que desde logo era prenúncio das predisposições ideológicas e propagandísticas do regime e do seu Presidente, Salazar, que a par do ministro da tutela fazia com que a 6ª Secção da JNE estivesse integrada numa pirâmide hierárquica em que estes dois representantes máximos ocupavam o vértice e, deste modo, controlassem e, quando bem o entendessem, manietassem os seus propósitos.

De facto, mesmo comparando com a estrutura anterior que, note-se, já evidenciava uma predisposição centralizadora e pouco alargada à sociedade civil e local, fica evidente que esta reformulação, exibindo uma falha de independência e um enviesamento da função científica, decerto esteve mais

³⁹⁷ Cf. Bucho, 2000, p.146.

³⁹⁸ Cf. Decreto-Lei n.º 26611 de 19 de Maio de 1936.

³⁹⁹ Cf. Lei n.º 1941 de 11 de Abril de 1936.

preocupada com a certeza de satisfazer os propósitos políticos e propagandísticos do governo. À mesma mesa sentavam-se os que decidiam a estratégia política e ideológica do regime e escolhiam os instrumentos de propaganda e outros que na prática (no caso dos monumentos nacionais, o director-geral da DGEMN) tinham por obrigação, através das intervenções a realizar, os expor publicamente, atestando a ambicionada acção regeneradora e pedagógica.

Das atribuições de tal subsecção merecem destaque: 1) a realização do inventário dos bens móveis e imóveis; 2) a definição dos perímetros de protecção dos imóveis classificados; 3) a proposta, orientação e fiscalização dos trabalhos de reintegração, restauro, conservação ou valorização; 4) a emissão de pareceres sobre os projectos de urbanização, construção de edifícios públicos, etc..

Por outro lado, a JNE, órgão consultivo e técnico a funcionar junto do MEN e, de forma implícita, junto do Presidente do Conselho, tinha por finalidade o estudo dos problemas relativos à formação do carácter, ao ensino e à cultura do cidadão português, a par do desenvolvimento integral da sua capacidade física⁴⁰⁰. O mesmo decreto daria origem à *Mocidade Portuguesa* que em si mesma encerraria um meio de concretização dos objectivos da JNE: promover tudo quanto pudesse contribuir para a incrementar o vigor da raça portuguesa.

Ainda fruto do mesmo decreto, em 1936 seria criada a *Academia Portuguesa de História* com a incumbência de estimular e coordenar esforços revisionistas no sentido da reintegração da verdade histórica. Como nas intervenções nos monumentos, pretendia-se com tal legitimar as acções presentes, o que implicava rever, se necessário rescrever, a historiografia produzida. Assim, a partir do ano lectivo de 1936-1937 introduz-se no ensino a unicidade dos manuais escolares, sobretudo dos que se prendiam com a História Geral e a História de Portugal.

Como constata Bucho (2000, p.150), “A promiscuidade entre a propaganda política, a História e as intervenções nos monumentos estava consagrada em lei!”, podendo acrescentar-se que a ideia subjacente ao “restauro” de todo o património monumental e artístico passou a ser objectivo ora do MEN, ora do MCC.

⁴⁰⁰ Cf. Decreto-Lei n.º 26611 de 19 de Maio de 1936.

Muitos historiadores aderiram a esta pretensão, prontificando-se a com ela colaborar. Tal como acontecera com os técnicos que viriam a intervir nos monumentos nacionais, o objectivo produzido pela História funcionou do exterior para o interior, ancorando-se o regime e Salazar num conteúdo humano e científico já disponível e predisposto à exaltação dos momentos de triunfo da história de Portugal e à preservação do *Volksgeist*.

Na senda oitocentista, a historiografia produzida nos anos trinta e quarenta do séc. XX denota uma forte tendência para estudos da arte medieval, em particular para o românico, mas também para o gótico e o manuelino, conformando sobretudo uma história épica. São valorizados os monumentos que se identificam com certos acontecimentos históricos (fundação e consolidação da nacionalidade, era dos descobrimentos ou da Restauração) a partir dos quais se induzem leituras imbuídas das concepções nacionalistas do momento. Serão estes objectos, referenciados na sua maioria à época medieval e manuelina, que reclamarão a acção dos restauradores para a necessidade de uma conservação profícua que permita identificar os factos históricos que representam.

Entre vários autores, Reynaldo dos Santos foi quem superiormente espelhou a História de Arte sob o espectro da visão heróica e triunfalista, documentada aliás através de várias das suas obras. Entre elas encontramos um discurso inflamado, citado por Ó (1999, p.84)⁴⁰¹, em 1940, onde fica esclarecida a sua posição e por consequência também a dos governantes com a qual se identificava:

“(…) perante a evolução comemorativa destes oito séculos de história, um dos problemas mais apaixonantes que se apresentam é o de indagar se a independência de Portugal representa apenas uma autonomia política, militar e económica ou financeira, ou se também representa a autonomia da língua, da literatura e da arte. Porque tudo o que garante a independência de um país, através das vicissitudes da história, não é apenas a posse do

⁴⁰¹ Este texto encontra-se publicado no n.º 7 (pp.63-64) do *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*.

território, mas a consciência duma personalidade colectiva (...). Se Portugal existe como nação, deve-o, não apenas aos que talharam e conservaram o seu território, mas aos que criaram a língua, a literatura e a arte nacionais (...). A Pátria é feita da densidade da História, da originalidade do seu espírito e do carácter da sua sensibilidade e da sua alma. Se o território representa a autonomia do corpo da Nação, a língua, a literatura e a arte, o seu folclore e os seus costumes, representam a autonomia da alma – o mais inalienável título à independência dos povos”.

Sobre o mesmo assunto – a Arte como linguagem plástica e a arquitectura como expressão de um sentimento colectivo –, mas em data anterior, Reynaldo dos Santos (1927, pp.258-259 e p.262), sob a influência directa de Joaquim de Vasconcelos, Manuel Monteiro e Marques de Abreu, havia destacado a importância atribuída ao período românico e aos feitos a ele associados:

“¿Como devemos ler o românico em Portugal, através das suas origens, evolução, características e influências?”

E mais adiante questiona novamente o significado do românico referindo que os primeiros elementos são oriundos do estrangeiro e outros foram desprezados, ou exagerados, obtendo-se deste modo algumas características nacionais. À laia de conclusão, acentua o tom:

“¡Mas estas minhas palavras não são reflexo de exagêro nacionalista, nem de mera apologia! (...) Nas repercussões do românico vemos nós o fundo de sentimento próprio que possuímos; e devo lembrar que se diz que o românico se prolongou, aqui e em Espanha, até ao século xv, mostrando-se que tal facto define a feição do país; mas, o românico avançou até ao próprio Manuelino, cujas decoração, expressão, etc., são românicas, nada havendo nele de Renascimento ou greco-latino. ¡O que renasce em Portugal é o românico!”



Figura 39 – Cartaz do Arquitecto Keil do Amaral e de Maria Pires Keil do Amaral, de Lisboa

O aproveitamento que o poder político vai fazer desta conjuntura terá como produção final as comemorações centenárias (figura 39) e as datas a elas associadas, 1140, 1640 e 1940, ou seja, a fundação da nacionalidade, a restauração e, por assim dizer, a sua refundação contemporânea, tarefa que o regime se encontrava empenhado em concretizar e para a qual os monumentos nacionais e os castelos seriam um instrumento adequado, não só pela sua presença dominadora e expositiva no território, mas sobretudo pela mensagem colectiva que em si acumulavam. Estes factos deveriam ser validados não só por via material, as obras, mas também pela sua conotação histórica, a memória.

Num balanço sobre a actividade jurídico-legislativa produzida ao longo do período que vimos retratando no trabalho, podemos reconhecer que os governos da 1ª República tentaram dar sequência às controvérsias que se colocaram sobre existência de uma lista de monumentos classificados, passando de uma fase embrionária e voluntarista (ainda durante a monarquia constitucional) de constituição de comissões e conselhos com poderes meramente consultivos, organizados em torno de personalidades, algumas com destaque na opinião pública, para uma outra etapa em que era o próprio aparelho de Estado que assumia organicamente a inventariação, a valorização e as intervenções no património construído.

Do conjunto de medidas adoptadas durante a 1ª República destacam-se duas, fulcrais: uma, a organização dos serviços que deviam ter a seu cargo os monumentos nacionais em redor do MIP, que resultaria de uma vontade de descentralização – três circunscrições administrativas, à frente das quais os CAA's tinham poderes de decisão a vários níveis; outra, consequência da anterior circunstância, que se prendia com a intenção de devolver o problema à esfera do domínio cultural, ao invés da situação precedente que a considerava uma questão técnica, então sob a alçada das Obras Públicas.

Pelo contrário, a política do Estado Novo orientou-se no sentido da centralização absoluta, apesar da aceitação de um certo municipalismo aparente através das CMAA's na esfera das competências municipais, o que na perspectiva de Custódio (1993, p.56) constituiu, em virtude dos propósitos ideológicos do Estado Novo, uma barreira "(...) contra tendências de crescimento urbano, tendo influenciado as Câmaras na manutenção de valores artísticos locais ou, por vezes, no condicionamento de planos de urbanização de grande impacte patrimonial". Por outro lado, segundo este autor (p.56), no balanço da actividade do Estado Novo as instituições que cuidaram do património português não apresentaram medidas reformadoras decisivas em relação às tradições e experiências por si herdadas, quer da monarquia constitucional, quer da 1ª República, ou seja, do ponto de vista legislativo este regime "(...) foi mais prolixo e pródigo em códigos, regulamentos e portarias do que os governos seus antepassados".

Contudo, apesar dos desenvolvimentos de âmbito administrativo e jurídico realizados pelos sucessivos governos da monarquia e da república, incluindo a sua mais recente manifestação, a ditadura, a questão da salvaguarda dos monumentos nacionais não se limitaria à elaboração de medidas de legislação de protecção nem à constituição de instituições ou organismos de tutela.

Se os procedimentos e os instrumentos legais e institucionais entretanto estabelecidos se revelam de importância decisiva na conformação e no enquadramento da política que o regime pretendia, "É precisamente a conceptualização dos critérios de intervenção e a reflexão sobre os instrumentos especificamente projectuais que constituem os aspectos mais significativos e interessantes na abordagem desta problemática", como afirma Tomé (2002, p.17).

Ou seja, e também na nossa perspectiva, foi a forma como na prática do projecto e da obra o confronto e o equilíbrio entre valores do passado e da contemporaneidade foram integrados, seleccionados e hierarquizados em função de um quadro predeterminado por via de uma apriorística circunstância de raiz ideológica e sobretudo arquitectónica, que condicionou (ou não) caso a caso, os limites das intervenções.

2.5.4 Os castelos classificados

Ao mesmo tempo que se verificava esta reestruturação orgânica, alternando atribuições e competências entre vários ministérios e repartições, a lista de monumentos classificados não mais parou de aumentar. Tal facto decorria da necessidade de valorizar a reserva do passado, mas era igualmente fruto da emergente e contumaz atitude de elogio das actividades do presente: as intervenções.

Analisando em particular os procedimentos relativos aos castelos, vai analogamente constatar-se um relativo incremento do número de exemplares classificados a partir do Decreto de 16 de Junho de 1910, o que, cruzado com as intervenções efectuadas pela DGEMN, confirmará a afirmação feita no parágrafo anterior.

Deste processo, que apreciaremos em seguida com algum detalhe, ressaltará que perante a rede dos castelos portugueses que compõem a base deste trabalho (182 estruturas, recorde-se) as duas campanhas, classificação e intervenção, abrangeram o território continental na sua globalidade e em termos percentuais foram coerentes, registando-se apenas ligeiros reajustamentos.

Entre os anos de 1911 e 1928 seriam classificados, em consequência da publicação de vários decretos, vinte estruturas militares desta natureza. Em relação à lista publicada com o Decreto de 16 de Junho de 1910⁴⁰², onde constavam 56 castelos classificados, encontram-se cinco casos coincidentes⁴⁰³ (Coimbra, Estremoz, Évora, Celorico da Beira e Tomar) e 15 novas estruturas

⁴⁰² Cf. Mapa 19 e Quadro 04.

⁴⁰³ Cf. Mapa 20 e Quadro 04.

(Belmonte, Lagos, Loulé, Aguiar da Beira, Almeida, Linhares, Castelo Rodrigo, Trancoso, Campo Maior, Marvão, Amieira, Nisa, Portalegre, Santarém (IIP) e Viseu). Todas as restantes estruturas são MN's⁴⁰⁴.

Distribuindo os 15 novos castelos pelas províncias⁴⁰⁵, de acordo com o Mapa 20 e o Quadro 04, como vimos fazendo, teremos: Alto Alentejo, 5; Trás-os-Montes e Alto Douro, 0; Beira Alta, 6; Minho, 0; Estremadura, 0; Beira Baixa, 1; Algarve, 2; Baixo Alentejo, 0; Beira Litoral, 0; Ribatejo, 1; Douro Litoral, 0.

Em relação à lista anterior respeitante ao Decreto de 16 de Junho de 1910 verifica-se sobretudo um incremento nas estruturas localizadas na raia beirã e alentejana, nas províncias da Beira Alta (6) e, uma vez mais, no Alto Alentejo (5).

Comparando as listas dos 56 castelos classificados pelo Decreto de 16 de Junho de 1910 e dos 15⁴⁰⁶ castelos classificados por decretos aprovados até 1928 com a lista da carta dos castelos portugueses entre 1350 e 1450⁴⁰⁷ (portanto 71 castelos classificados) com as 182⁴⁰⁸, obteremos em cada uma das províncias: Alto Alentejo, 19/36; Trás-os-Montes e Alto Douro, 6/29; Beira Alta, 11/26; Minho, 7/18; Estremadura, 6/16; Beira Baixa, 1/15; Algarve, 4/13; Baixo Alentejo, 5/11; Beira Litoral, 7/9; Ribatejo, 4/7; Douro Litoral, 1/2. Fazendo a média das percentagens das 11 províncias, encontramos 41,8% de coincidências em relação aos 182 castelos que constituem a base do trabalho.

Como antes, podemos concluir em face destes dados que de facto nesta classificação existe preponderância de castelos situados na zona do Alto Alentejo (19) e na Beira Alta (11) e, em termos percentuais, de castelos situados na Beira Litoral (77,8%), no Ribatejo (57,1%) e, uma vez mais, no Alto Alentejo (52,8%), reforçando os resultados relatados anteriormente.

⁴⁰⁴ Como fontes para a elaboração destas classificações adoptaram-se as fichas do IPA (cf. Mapa 29 e Quadro 05), da DGEMN e do FPI, constantes no sistema de informação do IPPAR.

⁴⁰⁵ Cf. Gráficos 03 e 04.

⁴⁰⁶ Cf. Mapa 20.

⁴⁰⁷ Cf. Mapa 17.

⁴⁰⁸ Cf. Gráficos 03 e 04.

Este número 71 corresponderia igualmente ao primeiro suporte físico para as futuras campanhas a realizar pelo novo regime político, o Estado Novo, via a DGEMN. Numa análise do Mapa 57⁴⁰⁹ podemos verificar que 61 dessas 71 estruturas seriam objecto de obras até 1949.

Analisando os anos posteriores, correspondentes ao período de 1929 a 1940, aos quais as intervenções entretanto realizadas não poderão ser consideradas indiferentes⁴¹⁰, verificamos um total de oito castelos classificados⁴¹¹, entre os quais duas estruturas coincidentes em relação aos decretos precedentes.

Distribuindo estes seis novos castelos pelas províncias⁴¹², de acordo com o Mapa 21 e o Quadro 04, como temos vindo a fazer, vem: Alto Alentejo, 0; Trás-os-Montes e Alto Douro, 2; Beira Alta, 2; Minho, 0; Estremadura, 0; Beira Baixa, 0; Algarve, 1; Baixo Alentejo, 1; Beira Litoral, 0; Ribatejo, 0; Douro Litoral, 0.

Comparando o número 56⁴¹³ de castelos classificados que integram a lista publicada pelo Decreto de 16 de Junho de 1910 e por decretos aprovados até 1940 (15+6)⁴¹⁴ com a carta com os castelos portugueses entre 1350 e 1450⁴¹⁵, ou seja, 77 (56+15+6) em 182 estruturas⁴¹⁶, respectivamente, teremos para cada uma das províncias: Alto Alentejo, 19/36; Trás-os-Montes e Alto Douro, 8/29; Beira Alta, 13/26; Minho, 7/18; Estremadura, 6/16; Beira Baixa, 1/15; Algarve, 5/13; Baixo Alentejo, 6/11; Beira Litoral, 7/9; Ribatejo, 4/7; Douro Litoral, 1/2.

⁴⁰⁹ Cf. Quadro 08.

⁴¹⁰ Com excepção dos castelos de Folgoso e Sines, as restantes 6 estruturas classificadas durante este período sofreriam obras até 1949. No entanto, alargando o espaço temporal até 1960, verificamos que Sines seria objecto de intervenção até essa data. Uma outra circunstância revela que somente Chaves teve intervenção em ano anterior à sua classificação.

⁴¹¹ Em relação aos períodos anteriores (cf. Mapa 19 e Mapa 20), onde constavam 71 castelos classificados, encontram-se (cf. Mapa 21) 2 casos coincidentes (Coimbra e Almeida) e 6 novas estruturas (Tavira, Folgoso (IIP), Moreira de Rei, Sines (IIP), Chaves e Santo Estêvão). Todas as restantes estruturas são MN's.

Como fontes para a elaboração destas classificações adoptaram-se as fichas do IPA (cf. Mapa 29 e Quadro 05), da DGEMN e do FPI constantes no sistema de informação do IPPAR.

⁴¹² Cf. Gráficos 03 e 04.

⁴¹³ Cf. Mapa 19.

⁴¹⁴ Cf. Mapa 20 e Mapa 21.

⁴¹⁵ Cf. Mapa 17.

⁴¹⁶ Cf. Gráficos 03 e 04.

Fazendo a média 11 das percentagens das províncias, encontramos 44,7% de coincidências em relação aos 182 castelos que constituem a base do trabalho.

Apesar de alguns reajustamentos pontuais, nomeadamente em termos percentuais, não se manifestam relativamente aos resultados anteriormente obtidos alterações significativas.

Entre 1940 e 1949, período em que o território vivia um vasto número de intervenções no âmbito de algumas efemérides⁴¹⁷, seriam classificados 18 novos castelos⁴¹⁸.

Distribuindo estes 18 castelos pelas províncias⁴¹⁹, e de acordo com o Mapa 22 e o Quadro 04, teremos: Alto Alentejo, 5; Trás-os-Montes e Alto Douro, 3; Beira Alta, 3; Minho, 2; Estremadura, 0; Beira Baixa, 1; Algarve, 0; Baixo Alentejo, 2; Beira Litoral, 1; Ribatejo, 1; Douro Litoral, 0.

Em relação à lista produzida para o intervalo de 1911 a 1928⁴²⁰, verifica-se que o período entre 1941 e 1949⁴²¹, em conjunto com o de 1929 a 1940⁴²², sofreu um incremento mais significativo nas estruturas localizadas na raia transmontana, beirã e alentejana, em concreto nas províncias de Trás-os-Montes e Alto Douro (5), da Beira Alta (5), Alto Alentejo (5) e Baixo

⁴¹⁷ Das 18 estruturas classificadas só 7 (Monsanto, Soure, Terena, Redondo, Castelo Bom, Castelo Mendo e Alcanede) foram objecto de obras até 1949, e destas somente Castelo Mendo teve intervenção posterior à data de classificação. Neste período verifica-se que 11 dos castelos classificados (Mértola, Moura, Arnóia, Mogadouro, Penas Róias, Vinhais, Monsaraz, Longroiva, Ouguela, Alegrete e Castro Laboreiro) não tiveram obras até 1949. No entanto, alargando o espaço temporal até 1960, os castelos de Mértola, Moura, Mogadouro, Vinhais, Monsaraz e Ouguela seriam alvo de intervenções, totalizando com os 7 casos descritos inicialmente, a percentagem de 72,2 %.

Em relação ao período anterior (1929-1940), em que só um castelo (Chaves) teve obras anteriores à sua classificação, no espaço de tempo entre os anos de 1941 e 1949 regista-se um incremento das intervenções em data anterior à sua salvaguarda legal, o que desde logo pode ser considerado demonstrativo da importância das acções do presente.

⁴¹⁸ Em relação aos períodos anteriores (Mapas 19, 20 e 21), onde constavam 77 castelos classificados, foram somadas estas 18 novas estruturas (Mapa 22): Mértola, Moura (IIP), Arnóia, Mogadouro, Penas Róias, Vinhais, Monsanto, Soure, Terena, Redondo, Monsaraz, Castelo Bom, Castelo Mendo, Longroiva, Ouguela (IIP), Alegrete, Alcanede (IIP) e Castro Laboreiro. Todas as restantes estruturas são MN's.

Como fontes para a elaboração destas classificações adoptaram-se as fichas do IPA (Mapa 29 e Quadro 05), da DGEMN e do FPI constantes no sistema de informação do IPPAR.

⁴¹⁹ Cf. Gráficos 03 e 04.

⁴²⁰ Cf. Mapa 20.

⁴²¹ Cf. Mapa 22.

⁴²² Cf. Mapa 21.

Alentejo (3). Desta distribuição geográfica uma vez mais se comprova a relevância que sempre se atribuiu às estruturas próximas da fronteira terrestre, o que naturalmente se traduz num maior número de castelos classificados.

Comparando o total dos castelos classificados até 1949⁴²³ com a carta com os castelos portugueses entre 1350 e 1450⁴²⁴, ou seja, 95 (56+15+6+18) em 182⁴²⁵, respectivamente, teremos para cada província: Alto Alentejo, 24/36; Trás-os-Montes e Alto Douro, 11/29; Beira Alta, 16/26; Minho, 9/18; Estremadura, 6/16; Beira Baixa, 2/15; Algarve, 5/13; Baixo Alentejo, 8/11; Beira Litoral, 8/9; Ribatejo, 5/7; Douro Litoral, 1/2.

Fazendo a média das percentagens das províncias, encontramos 53,5% de coincidências em relação aos 182 castelos que constituem a base do nosso trabalho.

Numa conclusão geral, verificamos que neste processo de classificação, que culmina em 1949, existe de facto uma predominância de castelos, com número superior a 10 exemplares, na zona do Alto Alentejo (24), da Beira Alta (16) e de Trás-os-Montes e Alto Douro (11), zonas de contacto com Espanha. Em termos percentuais, igual ou acima de 50,0% de coincidências com a rede dos castelos portugueses em 1350 e 1450⁴²⁶ temos a Beira Litoral (88,9%), o Baixo Alentejo (72,7%), o Ribatejo (71,4%), o Alto Alentejo (66,7%), a Beira Alta (61,5%), o Minho (50,0%) e o Douro Litoral (50,0%), neste caso o panorama sendo bastante disperso.

No total dos 95 exemplares classificados (figura 40) encontram-se 89 MN's e 6 IIP's. Redistribuindo os 95 castelos classificados pelas províncias⁴²⁷, de acordo com o Mapa 23 e o Quadro 04, tem-se:

⁴²³ Cf. Mapa 19 a Mapa 22.

⁴²⁴ Cf. Mapa 17.

⁴²⁵ Cf. Gráficos 03 e 04.

⁴²⁶ Cf. Mapa 17.

⁴²⁷ Cf. Gráficos 03 e 04.



Figura 40 – Castelos classificados entre 1910 e 1949⁴²⁸

⁴²⁸ Cf. Mapa 23.

Alto Alentejo, 24 – Alandroal, Terena, Arraiolos, Évora-Monte, Estremoz, Valongo, Évora, Portel, Redondo, Monsaraz, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Alter do Chão, Avis, Campo Maior, Ouguela, Castelo de Vide, Elvas, Belver, Marvão, Amieira, Nisa, Alegrete e Portalegre;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 11 – Bragança, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Penas Róias, Vinhais, Numão, Chaves, Santo Estêvão, Montalegre e Lamego;

Beira Alta, 16 – Aguiar da Beira, Almeida, Castelo Bom, Castelo Mendo, Celorico da Beira, Linhares, Castelo Rodrigo, Folgoso, Guarda, Longroiva, Sabugal, Sortelha, Moreira de Rei, Trancoso, Penedono e Viseu;

Minho, 9 – Braga, Arnóia, Guimarães, Lanhoso, Castro Laboreiro, Melgaço, Lapela, Monção e Lindoso;

Estremadura, 6 – Óbidos, Porto de Mós, S. Jorge, Mouros, Palmela e Sesimbra;

Beira Baixa, 2 – Belmonte e Monsanto;

Algarve, 5 – Castro Marim, Lagos, Loulé, Silves e Tavira;

Baixo Alentejo, 8 – Alvito, Noudar, Beja, Mértola, Moura, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Sines;

Beira Litoral, 8 – Coimbra, Lousã, Montemor-o-Velho, Penela, Soure, Leiria, Pombal e Ourém;

Ribatejo, 5 – Alcanede, Santarém, Tomar, Torres Novas e Almourol;

Douro Litoral, 1 – Feira.

Em relação à ordenação definida pelo número de casos em função das províncias da rede dos castelos portugueses entre 1350 e 1450⁴²⁹ registam-se três alterações com algum significado: a troca de posições entre Trás-os-Montes e Alto Douro e a Beira Alta, a subida do Baixo Alentejo e da Beira Litoral, e o reduzido número de castelos classificados na Beira Baixa. Embora se registem estes reajustamentos, podemos realçar que o processo de classificação produzido desde 1910 até 1949 está relativamente coerente em relação à distribuição por províncias estabelecida pela rede dos castelos portugueses definida por este trabalho.

⁴²⁹ Cf. Mapa 17.

Numa leitura cruzada entre as classificações e as intervenções realizadas até 1949⁴³⁰, de acordo com o Mapa 57 e o Quadro 08, verifica-se que das 95 estruturas classificadas⁴³¹ 72 foram objecto de obras até essa data. A sua distribuição é a seguinte:

Alto Alentejo, 16 – Alandroal, Terena, Évora-Monte, Estremoz, Évora, Portel, Redondo, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Belver, Marvão, Amieira e Nisa;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 7 – Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Numão, Chaves, Santo Estêvão e Lamego;

Beira Alta, 14 – Aguiar da Beira, Almeida, Castelo Bom, Castelo Mendo, Celorico da Beira, Linhares, Castelo Rodrigo, Guarda, Sabugal, Sortelha, Moreira de Rei, Trancoso, Penedono e Viseu;

Minho, 5 – Braga, Guimarães, Lanhoso, Lapela e Lindoso;

Estremadura, 6 – Óbidos, Porto de Mós, S. Jorge, Mouros, Palmela e Sesimbra;

Beira Baixa, 2 – Belmonte e Monsanto;

Algarve, 4 – Castro Marim, Loulé, Silves e Tavira;

Baixo Alentejo, 4 – Alvito, Noudar, Beja e Santiago do Cacém;

Beira Litoral, 8 – Coimbra, Lousã, Montemor-o-Velho, Penela, Soure, Leiria, Pombal e Ourém;

Ribatejo, 5 – Alcanede, Santarém, Tomar, Torres Novas e Almourol;

Douro Litoral, 1 – Feira.

Se por outro lado alargarmos o espectro temporal até 1960⁴³² esse número aumenta em 13 castelos, distribuídos do seguinte modo:

Alto Alentejo, 4 – Arraiolos, Monsaraz, Alter do Chão e Ouguela;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 2 – Mogadouro e Vinhais;

Minho, 2 – Melgaço e Monção;

Algarve, 1 – Lagos;

Baixo Alentejo, 4 – Mértola, Moura, Alcácer do Sal e Sines.

⁴³⁰ Cf. Gráficos 10 e 11.

⁴³¹ Cf. Mapa 23 e Quadro 04.

⁴³² Cf. Mapa 58 e Quadro 08.

No total são 85 casos. Assim, somente 10 castelos não teriam sofrido qualquer intervenção nestas datas, observando-se ainda que quatro foram alvo de classificações anteriores a 1929 e 6 já na época da DGEMN, cuja distribuição é a seguinte:

Alto Alentejo, 4 – Valongo, Avis, Alegrete e Portalegre;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 2 – Penas Róias e Montalegre;

Beira Alta, 2 – Folgoso e Longroiva;

Minho, 2 – Arnóia e Castro Laboreiro.

Comparando estes 72 castelos intervencionados até 1949⁴³³ com os 95 castelos classificados em igual período⁴³⁴, obtemos para cada província: Alto Alentejo, 16/24; Trás-os-Montes e Alto Douro, 7/11; Beira Alta, 14/16; Minho, 5/9; Estremadura, 6/6; Beira Baixa, 2/2; Algarve, 4/5; Baixo Alentejo, 4/8; Beira Litoral, 8/8; Ribatejo, 5/5; Douro Litoral, 1/1.

Fazendo a média das percentagens das províncias, encontramos 82,1% de coincidências em relação aos 182 castelos que constituem a base do nosso trabalho.

Desta relação destacam-se as estruturas localizadas na faixa litoral do território – Douro Litoral, Beira Litoral, Estremadura e Ribatejo – compreendida entre os rios Douro e o Tejo, que tiveram todas intervenções neste espaço temporal.

Ainda assim, existem 20 estruturas que até 1949⁴³⁵ foram objecto de intervenções, embora não estivessem classificadas, cuja distribuição é a seguinte:

Alto Alentejo, 4 – Veiros, Montemor-o-Novo, Mourão e Crato;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 2 – Miranda do Douro e Algosó;

Beira Alta, 4 – Avô, Marialva, Pinhel e Alfaiates;

Minho, 2 – Faria e Valença;

⁴³³ Cf. Mapa 57.

⁴³⁴ Cf. Mapa 23 e Gráficos 10 e 11.

⁴³⁵ Cf. Mapa 57 e Quadro 08.

Estremadura, 2 – Alenquer e Torres Vedras;
Beira Baixa, 3 – Castelo Branco, Castelo Novo e Penamacor;
Algarve, 3 – Aljezur, Faro e Cacela.

Este número seria acrescido de mais 8 castelos até 1960⁴³⁶, cuja distribuição é a seguinte:

Alto Alentejo, 1 – Juromenha;
Trás-os-Montes e Alto Douro, 1 – Mirandela;
Estremadura, 2 – Alcobaça e Almada;
Beira Baixa, 1 – Idanha-a-Velha;
Baixo Alentejo, 1 – Serpa;
Ribatejo, 2 – Abrantes e Coruche.

Assim, o total passa a ser de 28 estruturas.

Deste modo, podemos concluir que entre 1929 e 1949⁴³⁷ a DGEMN interveio em 92 castelos, 72 classificados e 20 não classificados.

Se alargarmos o espaço temporal até 1960⁴³⁸, a contabilidade passa a ser a seguinte: 113 castelos, 85 classificados e 28 não classificados.

Por conseguinte, apura-se que até 1949 a DGEMN interveio em 50,5% da lista das 182 estruturas, percentagem que passa para 62,1% se alargarmos o período até 1960.

Comparando o total dos castelos intervencionados até 1949⁴³⁹ com a carta dos castelos portugueses entre 1350 e 1450⁴⁴⁰, ou seja 92 (72+20), com 182⁴⁴¹, respectivamente, teremos para cada uma das províncias: Alto Alentejo, 20/36; Trás-os-Montes e Alto Douro, 9/29; Beira Alta, 18/26; Minho, 7/18; Estremadura, 8/16; Beira Baixa, 5/15; Algarve, 7/13; Baixo Alentejo, 4/11; Beira Litoral, 8/9; Ribatejo, 5/7; Douro Litoral, 1/2.

⁴³⁶ Cf. Mapa 58 e Quadro 08.

⁴³⁷ Cf. Mapa 57.

⁴³⁸ Cf. Mapa 58 e Mapa 59.

⁴³⁹ Cf. Mapa 57.

⁴⁴⁰ Cf. Mapa 17.

⁴⁴¹ Cf. Gráficos 10 e 11.

Fazendo a média das percentagens das províncias, encontramos 52,6% de coincidências relativamente aos 182 castelos que constituem a base do nosso trabalho.

Numa análise deste cenário, averiguamos que existe uma superioridade de intervenções, tal como sucedia no processo de classificação, situadas na zona do Alto Alentejo (20) e da Beira Alta (18), províncias a que correspondiam um elevado número de castelos. No restante, o quadro é equilibrado variando entre quatro e nove castelos por província que tiveram obras, exceptuando o caso do Douro Litoral, somente com uma. Em termos percentuais, igual ou acima de 50% de coincidências com a rede dos castelos portugueses em 1350 e 1450⁴⁴², tem-se a Beira Litoral (88,9%), o Ribatejo (71,4%), a Beira Alta (69,2%), o Alto Alentejo (55,6%), o Algarve (53,8%), o Douro Litoral (50%) e a Estremadura (50%). De forma objectiva, torna-se evidente que o processo de intervenção acompanhou a configuração do de classificação, como aliás já foi indicado antes e se pode ver através da redistribuição que se apresenta abaixo.

Repartindo os 92 castelos pelas províncias⁴⁴³, e de acordo com o Mapa 57 e Quadro 08, que tiveram intervenções, temos: Alto Alentejo, 20; Trás-os-Montes e Alto Douro, 9; Beira Alta, 18; Minho, 7; Estremadura, 8; Beira Baixa, 5; Algarve, 7; Baixo Alentejo, 4; Beira Litoral, 8; Ribatejo, 5; Douro Litoral, 1.

Tal como acontecia no cenário das classificações, e apesar de se registarem algumas predominâncias, através deste panorama fica claro que todo o território foi abrangido pela campanha de intervenções realizadas pela DGEMN entre 1929 e 1949.

Noutro âmbito e como demos atenção antes, a maioria das obras registaram-se em datas posteriores às classificações. No entanto, a partir de 1941 iria assistir-se a um processo inverso, demonstrando a crescente importância atribuída à actividade do presente.

⁴⁴² Cf. Mapa 17.

⁴⁴³ Cf. Gráficos 10 e 11.

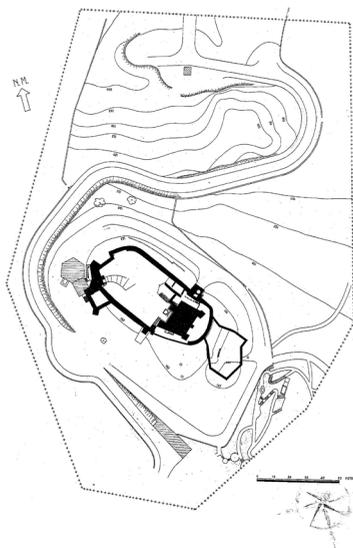


Figura 41 – Castelo da Feira, Zona Especial de Protecção

No que diz respeito às *zonas especiais de protecção* (ZEP's) conferidas até ao ano de 1949 verifica-se que se encontravam fixadas por decreto 16 áreas⁴⁴⁴, assim distribuídas:

Alto Alentejo, 4 – Évora-Monte, Viana do Alentejo, Belver e Amieira;

Beira Alta, 1 – Sabugal;

Minho, 2 – Melgaço e Vila Nova Cerveira;

Estremadura, 3 – Porto de Mós, Óbidos e Sesimbra;

Algarve, 1 – Silves;

Baixo Alentejo, 1 – Santiago do Cacém;

Beira Litoral, 1 – Pombal;

Ribatejo, 2 – Alcanede e Tomar;

Douro Litoral, 1 – Feira (figura 41).

Como fontes para a elaboração destas classificações adoptaram-se as fichas do IPA⁴⁴⁵, da DGEMN e do FPI constantes no sistema de informação do IPPAR.

⁴⁴⁴ Cf. Mapa 23.

⁴⁴⁵ Cf. Mapa 29 e Quadro 05.

Todas estas zonas foram fixadas entre os anos de 1945 e 1949, posteriores às intervenções, o que traduz a importância das obras realizadas a partir de meados dos anos trinta até meados da década seguinte e que o Governo quis naturalmente salvaguardar através deste meio de classificação. Deste grupo, somente as estruturas militares de Melgaço e Vila Nova de Cerveira não foram objecto de obras antes de 1949. De igual modo, pode constatar-se através do mesmo mapa⁴⁴⁶ que os castelos que integram as ZEP's já tinham sido classificados de forma individual em datas anteriores, uma vez mais com o caso excepcional de Vila Nova de Cerveira.

Distribuindo estas 16 áreas pelas províncias, de acordo com o Mapa 23 e o Quadro 04, obtemos: Alto Alentejo, 4; Trás-os-Montes e Alto Douro, 0; Beira Alta, 1; Minho, 2; Estremadura, 3; Beira Baixa, 0; Algarve, 1; Baixo Alentejo, 1; Beira Litoral, 1; Ribatejo, 2; Douro Litoral, 1.

Uma vez mais, o Alto Alentejo surge, tal como aconteceu no processo de classificação, como a zona com maior número de casos. Em situação oposta, nenhuma estrutura localizada em Trás-os-Montes e Alto Douro ou a na Beira Baixa foi objecto de qualquer ZEP.

Em conjunto com o processo de classificação dos imóveis, um acto de carácter individual, a criação das ZEP's traduziria em nossa opinião não só a vontade de “cristalizar” no espaço a qualidade material de um dado objecto, simbolizador de acontecimentos históricos e tradições seculares, mas também a possibilidade de propiciar uma oportunidade, a “ficção patrimonial”, de “congelar”, alargada ao contexto envolvente, a representatividade das intervenções realizadas ou que se anteviam realizar no futuro.

Como propósito final, o que se pretendia era confirmar que os valores do passado e do presente têm conotações similares e, daí, que as intervenções nos monumentos nacionais estivessem associadas à conservação de um passado heróico que importava restaurar como forma de legitimar a acção gloriosa dos seus heróis. Nas palavras de Ferro (1934, pp.8-10):

“(…) queremos um aproveitamento *dinâmico* da tradição – que chame o País às suas responsabilidades históricas, lhe recorde o orgulho legítimo de antigas

⁴⁴⁶ Cf. Mapa 23.

glórias (...). Mas isto de tal maneira que terá de operar-se uma *transposição* indispensável. O nosso passado não deve “pesar demais no nosso presente” (...). Trata-se dum recurso permanente às fontes de energia nacional e dum viril propósito de continuar a tarefa. A Tradição não é mais que do que a *soma dos progressos realizados*; e o Progresso não outra coisa senão a *acumulação de novas tradições*”.

A não abertura à mudança criou desde os anos 30 o “complexo das crenças”, remetendo de modo unânime a liberdade e a identidade para a solidão baseada na ruralidade das gentes do campo, isenta das marcas da evolução e da abundância características da vida citadina. Ao Estado caberia a responsabilidade de produzir um discurso assente nos valores da tradição.

Desta maneira, a adopção de convicções independentemente do tempo era pedra basilar e essencial de inteligibilidade da tradição de épocas patrióticas distantes. A concepção de que a consciência da nacionalidade se cultivava através da veneração patriótica estendia-se até ao tempo presente e estava já sendo inculcada na população, em particular por via do ensino, como aliás já expusemos, ao abordar o *Livro de Leitura da 3ª Classe* usado em diversas décadas de vigência do Estado Novo.

Esta postura aproximava posições de algumas figuras, como Ramalho Ortigão, que consideravam a classificação uma possibilidade de retenção de um determinado tempo histórico e social e, em simultâneo, a intervenção uma outra via para a sua salvaguarda. Como realça Rodrigues (1998, p.232), para Ortigão não só “(...) a conservação dos monumentos históricos (...) não pode ser sinónimo de impotência para construir no presente” como também “A arquitectura não se pode transformar no paradigma da auto-contemplação da criatividade passada, antes pelo contrário, a sua função deverá ser a abertura de portas para uma estética mais adequada a outros tempos, aos novos tempos”.

A possibilidade de um objecto adquirir a denominação de monumento histórico nasce em geral quando ele corre o risco de “morrer”, o que aconteceu sobremaneira no início do séc. XIX. Aliada ao desejo de proteger da ruína os monumentos, cresce a natural ânsia de também preservar usos,

crenças e costumes do passado que o tempo ia delindo. Por isso, os hábitos de antanho adquirem por vezes o estatuto de maravilhas de cunho intelectual que urge manter ou recuperar de par com os monumentos propriamente ditos. Tudo isto envolve o procedimento de classificação do património.

Esta condição fica bem marcada, por exemplo, nos questionários elaborados pela CMN em 1894 e na extensão dos objectos na altura considerados monumentos. Ela torna-se bem significativa na compreensão de alguns dos seus membros, como Ramalho Ortigão, Sousa Viterbo e Gabriel Pereira, que consideravam arte o jeito especial de ser, o carácter específico de cada tempo e de cada povo, que em conjunto constituem o alicerce ímpar e firme do progresso. Compreender o pretérito sob o ângulo expressivo da arte é um meio de alicerçar e revigorar o amor pela pátria.

Já no texto *Um Brado a Favor dos Monumentos*, Ramalho Ortigão revelava em 1905 alguns dos princípios que se encobriam nesta forma de protecção dos monumentos (leia-se: classificação):

“São as províncias que, por sua contribuição de sangue, sucessivamente inoculam na população das capitais a fecunda seiva ethnica, que nela sucessivamente se abastarda e se dessora; as vilas e as pequenas cidades provinciais são os preciosos repositórios de todas as forças vivas da raça. Ellas são em Portugal as reclusas guardadoras da casa portugueza, da integridade do seu lar, do respeito dos seus penates, da interpretação authentica dos seus arcanos. Representar o passado é a sua missão, o seu destino, a sua força, o seu proveito e o seu encanto”.

Estes propósitos são, afinal, o retomar de ideias já expressas por Herculano (1839a) no artigo *Mais um Brado a Favor dos Monumentos*.

Como refere Rosas (1995), para Ramalho Ortigão a viabilidade da conservação do património reside na crença das virtudes intocadas do povo, guardião das tradições e da cultura material do passado, enquanto o progresso, próprio da vida das capitais e do cosmopolitismo, desgastam e desnacionalizam o indivíduo. Deste modo, a forma de conservar consiste em representar o passado, cristalizando-o, afastando as vilas e aldeias do caminho do progresso.

Estas obstinações tornam-se categóricas se recuperadas em períodos como o que estamos a descrever, o Estado Novo. Assim, ideias envolvendo a identidade cultural portuguesa, debatidas por alguns intelectuais ao pretenderem criar arquétipos de arquitectura e panorama nacionais, viriam a ser recuperadas pelo SPN e ostensivamente usadas, se bem que deturpadas, por António Ferro em acções de propaganda oficial, na sua “Política do Espírito”⁴⁴⁷.

Como reflexo desta política, que traduzia a mensagem ideológica do regime, podemos considerar em certa medida que as iniciativas que se iriam empreender seriam responsáveis pela intervenção directa em muitos monumentos nacionais, com incidência na maioria dos castelos de aparência predominantemente rústica. Como veremos, a estes desígnios não foi indiferente a actividade turística representada no culto pelas viagens e no valor económico que lhes está intimamente associado.

2.5.5 A importância da actividade turística

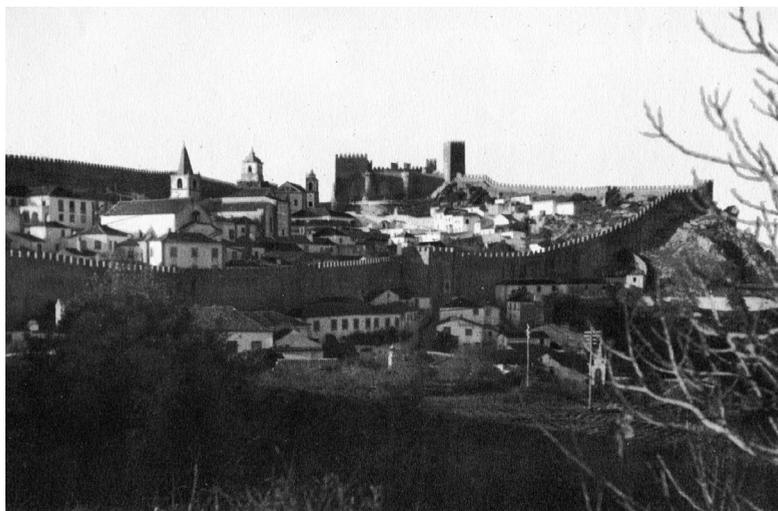


Figura 42 – Castelo de Óbidos

⁴⁴⁷ Cf. Ó, 1999.

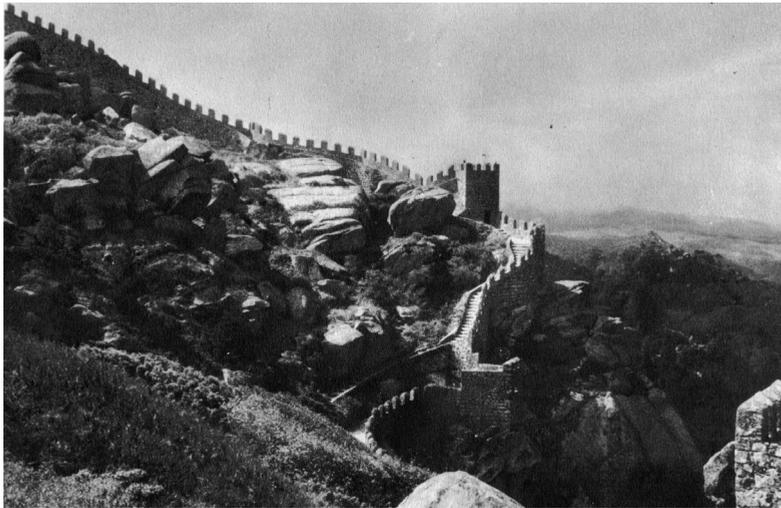


Figura 43 – Castelo dos Mouros

Como referimos anteriormente, a partir do séc. XVIII o território português passou a integrar os circuitos internacionais de viagens. Assim, seria visitado por vários estrangeiros que procuravam o contacto com civilizações não contaminadas pelos progressos emergentes da Revolução Industrial, caracterizadas pelo exótico e pitoresco das tradições, das paisagens e da componente artística. Esta foi uma época que ficaria assinalada pelo culto romântico atribuído às ruínas e que associava a ideia bucólica da paisagem natural à paisagem monumental determinada por um conjunto de valores históricos.

Mais tarde, tanto Alexandre Herculano como Ramalho Ortigão, entre outros, expressaram a importância das viagens e, em consequência, do turismo como mais um argumento de motivação para a salvaguarda dos monumentos nacionais. Consideravam que estes podiam ser alicerces para um património arquitectónico cuidado que produziria receitas significativas.

Interrogava-se Ramalho Ortigão (1905) sobre o que atraía os viajantes nas cidades portuguesas:

“Convem ou não convem á esthetica de uma cidade e ao seu enriquecimento artistico e material, pois que toda a obra d'arte é um valor económico, sacrificar ao alargamento de uma rua ou á abertura de uma avenida alguns dos seus palacios historicos, dos seus velhos castellos ou dos seus antigos conventos?”

A resposta pode ser a posta na pena de Herculano (1982-1987, pp.199-200):

“Calculai quantos viajantes terão atravessado Portugal neste século. Decerto que não vieram cá para correrem nas nossas cómodas diligências pelas nossas belas estradas, ou navegarem nos nossos rápidos vapores pelos nossos amplos canais; decerto que não vieram para aprenderem a agricultar com os nossos agricultores, nem a fabricar com os nossos fabricantes; mas para admirarem os mosteiros da Batalha, de Alcobaça e de Belém, a sé velha de Coimbra, a catedral a igreja de S. Francisco e o templo romano de Évora, a matriz de Caminha e a colegiada de Guimarães, os castelos da Feira e de Almourol, e enfim, tantas obras-primas de arquitectura que encerra este cantinho do mundo. Credes que esses romeiros da arte voltam da romagem aos seus lares sem despende muito ouro, e esqueceis que esse ouro ficou por mãos portuguesas? – E falais de economia política; e aniquilais o capital dos monumentos? (...) Quando a arte ou os factos históricos os tornam recomendáveis, convertem-se em capitais produtivos”.

No início do séc. xx, e sob o impulso da Sociedade de Propaganda de Portugal, fundada em 1906, Portugal descobriu o ensejo de se projectar no estrangeiro através da promoção turística. Depois, após a implantação da República, foi criado pelo Decreto de 16 de Maio de 1911 o primeiro órgão oficial orientado para este assunto: o Conselho e Repartição de Turismo.

Com o dealbar do Estado Novo, à representação de Portugal no estrangeiro e no próprio território⁴⁴⁸ foi incutido outro cunho e outra dinâmica, adequando-a a um aparelho de propaganda da capacidade turística do País e da ideologia do regime. Desde cedo que Salazar e o seu governo se aperceberam do potencial económico desta actividade e da possibilidade de exibirem para o exterior um cenário baseado na regeneração económica e, por conseguinte, na regeneração patrimonial, assentes nos valores tradicionais, ancestrais e históricos do País, que a paisagem e os monumentos

⁴⁴⁸ Como, por exemplo, nas representações de Portugal nas exposições e feiras internacionais de Sevilha (1929), Paris (1937) e Nova Iorque (1939), ou nas *Comemorações Centenárias* (1940) e nos *Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947* (1948-1949). Cf. Acciaiuoli, 1998.

podiam retratar. Com a integração da tutela do turismo na esfera de acção do SPN confirmava-se especial vocação para tal actividade se tornar mais um meio de propaganda do regime e seus valores.

Após o *I Congresso Nacional de Turismo*, realizado em 1936, onde sobressai o trabalho desenvolvido pela DGEMN, é sublinhada a necessidade de se prosseguirem as campanhas de restauro nos monumentos nacionais para que estes atraíam no futuro a atenção de viajantes eruditos. Mais tarde, reclamando que a questão do turismo integrasse as grandes linhas de preocupação do País, António Ferro solicita a colaboração interdisciplinar de vários organismos do Estado, pois sem tal colaboração qualquer intenção executora dos propósitos ideológicos do regime se tornava difícil de concretizar.

No âmbito destas solicitações encontravam-se o MOPC e a DGEMN, responsáveis primeiros pela intervenção nos monumentos nacionais. De algum modo fica esclarecido, e é isso que importa neste ponto relevar, que a política das Obras Públicas se aliou ao braço de propaganda do regime, o SPN, enquanto veículo administrativo e técnico com a missão pôr em prática os desígnios políticos/ideológicos do regime. Na sequência desta relação, as obras nos monumentos nacionais tornaram-se um claro meio de afirmação interna e de divulgação exterior, na defesa dos ideais preceituados.

Assim, se à actividade do turismo não pode ser atribuída a causa primeira da extensa campanha de obras realizadas no património arquitectónico em Portugal, não deixa de ser certo que ela se constituiu um veículo de influência decisiva neste processo, quer pela motivação e pressão desenvolvidas no sentido de dar satisfação à necessidade da protecção dos monumentos nacionais, revelando-se valiosa fonte de receitas, quer pela divulgação e promoção externa do País, seus costumes e sua paisagem, em que se integrava de forma determinante a causa patrimonial e, como veremos, em particular os castelos.

Imbuídas num clima determinado por uma doutrina ideológica acentuada por referências à cultura e identidade nacionais de índole tradicional, em contraposição a um possível cenário de importação cultural de vanguardas artísticas europeias que regeu as primeiras acções de António Ferro⁴⁴⁹,

⁴⁴⁹ Veja-se Acciaiuoli (1998) no que respeita ao papel de António Ferro nas representações Portugal nas exposições de Paris, em 1937, e Nova Iorque e S. Francisco, em 1939, que antecederam as *Comemorações Centenárias* em 1940. Como refere a autora, o percurso de

as actividades realizadas pelo SPN incluíram com alguma naturalidade, e quase em exclusividade, a reapropriação da ruralidade que ainda marcava a paisagem do território. Carregada de virtudes que interessava enfatizar e que escondiam a realidade dual do país – vida urbana *versus* vida rural –, a valorização atribuída aos “(...) traços marcantes e característicos da raça e da feição portuguesa de construir (...)”⁴⁵⁰ solicitava uma intervenção directa na preservação por parte do Estado e dos municípios. Estas diligências, além de revestirem um cunho marcadamente cenográfico, determinariam uma vez mais as viagens como indispensáveis para conhecer os valores paisagísticos, étnicos, arqueológicos e arquitectónicos do País. Nas palavras de Ramalho Ortigão (1942), citando Tomé (2002, p.99):

“(...) o contacto da natureza é sempre purificador e salutar (...) [pelo] (...) doce aspecto dos seus montes, dos seus vales, dos seus rios; pelo sorriso, melancólico, mas contente, dos vinhedos, dos olivais, dos soutos, das hortas e dos pomares; pela tradição vivida nos monumentos arquitectónicos, nas romarias, nos contos e nas cantigas populares, nas indústrias caseiras, nas alfaias agrícolas, nas ferramentas dos ofícios rurais, na configuração dos lares”.

No sentido de concretizar estes propósitos, várias iniciativas foram levadas a efeito sob a égide do SPN, umas de feição global, outras de carácter mais local. De entre elas, as exposições e comemorações realizadas a partir de meados dos anos 30 determinaram uma revisitação do território de cariz rural, convergindo naturalmente com o interesse do turismo e com a mensagem do regime. Como destaca Tomé (2002), nomeando a “campanha do bom gosto rural” apresentada nos anos trinta como relevante actividade económica, o turismo seria na sua opinião um dos factores directa ou indirectamente responsáveis pela intensificação das campanhas de restauro nos monumentos nacionais.

António Ferro, de Paris às representações de Portugal nos Estados Unidos da América, mudaria de um discurso modernizante e internacionalizante para a defesa de compromissos com os valores nacionais de continuidade histórica.

⁴⁵⁰ Cf. Tomé, 2002, p.100.

Desde sempre que os castelos (figuras 42 e 43), pelo papel estratégico que assumiram no controlo do espaço, e as igrejas, mais ligadas ao campo espiritual, se constituíram como símbolos de identificação e de domínio territorial, o que em certo sentido era convergente com os temas caros ao regime e ao braço de propaganda relativos à identidade da cultura portuguesa, aspirando construir um paradigma da arquitectura e das paisagens nacionais⁴⁵¹. Naturalmente, a eles ficariam ligadas as actuações da DGEMN em monumentos de implantação rural, entre eles, as estruturas religiosas e as militares.

Com estas considerações sobre princípios ideológicos e processos metodológicos políticos do Estado Novo foi nosso propósito levantar duas questões: primeiro, identificar como se processou a continuidade da reflexão sobre determinados assuntos, como a confiança na autenticidade que se espelha na forma de estruturação e ocupação do território, com seus monumentos e aglomerados populacionais, e no modo de viver de suas gentes, com seus hábitos, crenças e formas projectadas de organização; segundo, como tais princípios, através dos instrumentos de propaganda do regime, tiveram reflexo e consequência práticos na imagem dos monumentos nacionais e da sua envolvente e sobretudo como se reconheceu no campo do projecto e da obra a ascendência atribuída ao carácter objectual sobre o contexto, rural ou urbano.

2.5.6 Os monumentos e o contexto do lugar

Nesta época, já em Portugal se encontrava difundida ideia do valor patrimonial alargado à dimensão cultural da paisagem, por via das recomendações descritas nas conclusões gerais da conferência realizada em 1931 em Atenas – *Carta de Atenas*. Como no seu epílogo se adverte, especial incidência deve ser votada à envolvente dos monumentos:

⁴⁵¹ Sobre este tema pode consultar-se a obra *Paisagem e Monumentos em Portugal*, de Luís Reis Santos e Carlos Queiroz (1940).

“La conférence recommande de respecter, dans la construction des édifices le caractère et la physionomie des villes, surtout dans le voisinage des monuments anciens dont l’entourage doit être l’objet de soins particuliers. Même certains ensembles, certaine perspectives particulièrement pittoresques doivent être préservés. Il y a lieu aussi d’étudier les plantations et ornements végétales convenant à certains monuments ou ensembles de monuments pour leur conserver leur caractère ancien. Elle recommande surtout la suppression de toute publicité, de toute présence abusive de poteaux ou fils télégraphiques, de toute industrie bruyante, même des hautes cheminées, dans le voisinage des monuments d’art ou d’histoire”⁴⁵².

Contudo, a interpretação do teor da *Carta* deparou-se com outra realidade e despertou nova consciência no nosso País. Por exemplo, segundo o preceituado no Decreto n.º 26957 de 28 Agosto de 1936, as *Missões Estéticas de Férias*, por ele criadas e cuja realização ficaria a cargo da ANBA, terão por intuito “(...) facilitar aos artistas e estudantes portugueses de artes plásticas o conhecimento dos valores de carácter paisagístico, étnico, arqueológico e arquitectónico de Portugal (...) e tomarão por centro de irradiação, sempre que possível, um histórico castelo ou monumento nacional”.

Embora a importância do contexto, num pressuposto mais ou menos amplo, esteja quase sempre implícito no conteúdo das propostas realizadas, o monumento foi essencialmente entendido como o “(...) ornamento primário e insubstituível da suave paisagem que o enquadra (...)”⁴⁵³, sujeitando a sua fronteira a um quadro de valores históricos e simbólicos que ele, objecto do passado e do presente, enquadrava e transmitia.

Esta ideia sobre o papel central dos monumentos relativamente ao seu contexto também se encontra expressa na área de investigação dos historiadores de arte. Na prossecução dos intentos de Joaquim de Vasconcelos (1918), Reynaldo dos Santos (1943) referiria a propósito deste assunto, em particular em relação à arquitectura românica, que esta se integra de tal forma nos ambientes paisagísticos que a envolvem, que dir-se-ia concebida

⁴⁵² Cf. Choay, 2002, p.104.

⁴⁵³ Cf. MOP/DGEMN, 1935-1990, 7, p.19. Este número diz respeito ao *Boletim* dedicado à Igreja de S. Pedro de Ferreira, publicado em 1937.

à escala das suas grandezas. Porém, na sua perspectiva, só a arquitectura podia exprimir através das suas formas, da sua essência e do espírito que lhes estão associados a expressão de um sentimento colectivo.

Os monumentos existem referenciados a teias rurais e urbanas onde concretizam a sua dimensão social e cultural, podendo *ab initio* definir a estrutura do espaço envolvente ou, ao invés, serem por este condicionados e nele integrados. Nesta dicotomia poderá residir uma diferença substancial de objectivos na aproximação do projecto ao local, ou seja, do objecto arquitectónico à sua envolvente (o contexto do lugar).

Numa análise ligeira, verifica-se contudo que as motivações que se encontraram na retaguarda das disposições legais que se adoptaram e a que anteriormente fizemos referência⁴⁵⁴, não são aquelas que enformam uma intenção abrangente que ultrapasse directamente os limites espaciais do monumento mas, pelo contrário, são o resultado de uma ambição oposta, encarando-os de forma isolada e sujeitando-lhes neste caso, sempre que necessário e conveniente, o contexto. Ao arripio do que defende Gustavo Giovannoni e do que preconizam as conclusões de Atenas, nas quais ele teve influência directa, bem como da *Carta del Restauro*, de 1931, apresentada em Itália e da qual também foi o principal redactor, a envolvente dos monumentos raramente seria considerada como reservatório territorial do objecto cujo valor patrimonial detém uma identidade própria e consequente, cúmplice de uma prática de salvaguarda conjunta.

Para Gustavo Giovannoni os monumentos inserem-se na matriz urbana e ambiental que os envolve e integra, considerando deste modo imprudente qualquer intervenção que pretenda o seu isolamento físico, eliminando para tanto elementos que se oponham à sua limpeza visual. De facto, para este autor italiano o carácter de um monumento é não só intrínseco mas também extrínseco, sendo que a condição externa constituiu o ambiente que por vezes se estendeu ao conjunto urbanístico de uma rua, de uma praça, de um bairro. As condições ambientais têm tal valor que desvirtuar a visualidade de um monumento pode equivaler à sua destruição por completo. Em suma, defende a relação do objecto com o seu contexto, enunciando uma concepção

⁴⁵⁴ Cf. Decreto n.º 20985 de 7 de Março de 1932.

de ambiente num âmbito mais alargado à condição urbana, estendendo assim o conceito de monumento ao conjunto histórico, igualmente portador de valores artísticos. Esta concepção conduziu-o a uma reflexão sobre problemas relacionados com os núcleos urbanos históricos. Opondo-se às operações higienistas, com o recurso aos *sventramenti* criou a sua teoria assente no *diradamento*, que consistia numa política de salvação dos centros históricos que se encontravam em condições de insalubridade e ruína. Em síntese, condenava as demolições maciças, substituindo-as por um processo de *clareamientos*, com intervenções localizadas, selectivas, através das quais se conseguiam novos espaços que cumpriam funcionalidades modernas, salubres e, em simultâneo, se salvava um grande número de ruas e casas, conseguindo deste modo conservar os denominados centros históricos “(...) en condiciones próximas a las originales, porque el viejo hábitat tenía su orden, su lógica, su higiene, su decoro”⁴⁵⁵.

Neste sentido, determinados por apetências políticas, sociais, culturais e turísticas, os “monumentos nacionais” iriam assumir-se como motores da reestruturação do respectivo contexto e não como meros componentes de um projecto de âmbito e escala mais alargados.

Dominados por uma vontade inflexível de reconstituição de reservas de expressão tradicional e de memórias colectivas, em que o sentido urbano ou rural de uma igreja ou de um castelo é “(...) inferido da forma como domina a paisagem e da vontade de nela se instituir como um signo”⁴⁵⁶, os monumentos são sobretudo considerados uma referência onde se concretizam um desejo e uma exaltação de valores de índole nacionalista e tradicionalista, aos quais o lugar se deveria adaptar ou, em última análise, como na generalidade viria a acontecer, acomodar. Perante o quadro existente, o problema reduzir-se-ia à forma como os objectos arquitectónicos concretizavam a sua dimensão patrimonial no valor cultural da paisagem, urbana ou rural, não influenciados por esta, antes caracterizando-a, revertendo não raras vezes em intervenções de ruptura e de grande escala determinadas por fins rememorativos e “museificantes”, essencialmente pedagógicos.

⁴⁵⁵ Cf. Blanco, 1997, p.144.

⁴⁵⁶ Cf. Tomé, 2002, p.87.

Perante um quadro natural de comunhão entre objecto arquitectónico e contexto, fosse este de matriz rural ou urbana, os castelos constituíram, pela sua presença territorial dominante, um meio directo desta forma de exercício. Na verdade, a envolvente, outrora complemento da defesa, deveria ser compreendida como uma ampliação formal e funcional das estruturas militares. Paradoxalmente, como antes fizemos referência, entre nós esta situação ocorreu no reinado de D. Fernando, quando este monarca, de par com a construção de numerosas cercas e muralhas, mandou eliminar edificações que se lhes encontrassem adossadas.

Na realidade, o que se veio a constatar foi uma preponderância de intervenções de pequena dimensão no objecto arquitectónico, implementadas mercê de preceitos excepcionais, cuja óptica pretendia tornar monumentais os símbolos da nova ordem social e cultural. Com tal finalidade, as obras acentuaram a artificialidade do objecto e da correspondente localização, traçando de novo a envolvente, enquanto protecção territorial e zona de conveniência mútua, adoptando de preferência três maneiras de agir, nomeadamente reestruturando o guarnecimento arborescente em função de cenários seleccionados, procedendo à demolição de edificações consideradas espúrias ao local e à criação de caminhos viários de deleite visual.

Esta orientação centrada na submissão do contexto ao objecto arquitectónico, que resultaria na maioria das situações no seu isolamento físico, encontraria forte oposição nos próprios quadros técnicos da DGEMN, nomeadamente por influência de Raul Lino, que de algum modo defendia os preceitos enunciados por Gustavo Giovannoni. A sua posição fica clara num parecer de 1949 – em que, entre outros assuntos, aborda o castelo de Leiria – onde esclarece:

“A convicção de que os monumentos têm de existir independentes de quaisquer elementos paisagísticos, desacompanhados de construções acessórias, desguarnecidas de natural ornamentação vegetativa (...) é uma convenção que depaupera esses mesmos monumentos arquitectónicos no que eles têm de mais sugestivo para o nosso espírito e de mais encantador para a nossa sensibilidade visual. Um castelo arruinado não tem que ser posto em tabuleiro raso, apresentado com preparação de laboratório à luz crua e desobstruída de uma sala de disseções. Não falando já de artistas pintores, qualquer fotógrafo de nível acima

da mediocridade estima o interesse que uma boa árvore acrescentava ao motivo principal do seu quadro. (...) Apetece-nos ver em contacto com a ruína uma vegetação bem rústica que lembre os tempos rudes em que se desenrolaram as vicissitudes que maior honra e fama teriam dado ao nobre monumento”⁴⁵⁷.

Mau grado esta posição de Raul Lino, bem como de outros autores, as intervenções iriam reduzir-se a um “(...) problema de cosmética ou de cenografia urbana”, rivalizando, em certo sentido, com a “(...) consagração da percepção emotiva e esteticizante da paisagem (...) de oitocentos, momento em que (...) passou a vincular-se ao culto romântico das ruínas”, como indica Tomé (2002, p.99). Para este autor, a formulação centrada no objecto arquitectónico teve a sua origem no séc. XIX. Nesta época, transformaram-se os monumentos em modelos plásticos, cuja representação deveria ser perfeita, liberta de todos os elementos parasitários que de alguma forma contrariassem o carácter tridimensional e a leitura visual dos seus planos. Esta problemática acarretaria, recomendava mesmo, o isolamento dos monumentos, o que no caso da sua integração em ambiente urbano⁴⁵⁸ levaria, em maior escala, a demolições maciças, contrariando nomeadamente as prevenções reproduzidas mais tarde pela *Carta de Atenas* e por autores que estiveram na base da sua redacção, como o supracitado Gustavo Giovannoni.

Neste campo podemos recordar, como exemplo externo, as intervenções realizadas por Viollet-le-Duc em áreas vizinhas de algumas catedrais em França, como Reims, Chartres ou Paris, que levaram à destruição de alguns grandes quarteirões. Em Portugal, Tomé (2002) refere que não eram usuais as intervenções de grande dimensão para a redefinição do espaço público em redor dos monumentos mas, no entanto, sempre menciona que as propostas para o Mosteiro da Batalha, formuladas em 1854 por Luís Mouzinho de Albuquerque, o desafrontamento da Igreja de S. Pedro de Rates, em 1905, e vários projectos para a área envolvente da Sé do Porto constituíram projectos com alguma amplitude.

⁴⁵⁷ Cf. *Documento 4* (Neto, 2001, p.332).

⁴⁵⁸ Questões relacionadas com a envolvente dos edifícios podem ver-se tratadas na obra de Reinhard Baumeister.

Por outro lado, em sentido inverso ao enfoque no objecto arquitectónico erudito que envolvia alguma área em seu redor, assistia-se a intervenções sobre o tecido urbano que raramente tinham em conta o seu valor patrimonial de conjunto, ao qual estava associado um carácter histórico e cultural próprio, testemunho de atributos morfológicos, funcionais e simbólicos. De facto, o cuidado concedido aos monumentos, entendidos na sua relativa indefinição territorial (leia-se: envolvente) não foi em Portugal considerado extensível ao tecido urbano durante o séc. XIX, e mesmo durante a ditadura, mau grado contribuições pontuais de alguns autores, como Étienne de Gröer ou Marques da Silva. Como antes mencionámos a consagração do conjunto sucedeu à do objecto arquitectónico.

As intervenções de carácter urbano a partir de meados de oitocentos tiveram como princípio a demarcação de grandes traçados reguladores que, mediando a expansão e a reestruturação do tecido existente, dilaceravam conjuntos antigos e isolavam objectos arquitectónicos, acentuando o seu valor monumental, atitude simbolizadora de uma nova ordem. Vigorava uma perspectiva inflexível da realidade urbana, pouco preocupada com o reconhecimento dos espaços e edifícios das áreas mais antigas, hoje denominadas *centros históricos*, mais emanadas de sensibilidades relacionadas com infra-estruturas ou condições de habitabilidade face à necessidade de mobilidade e do aumento populacional.

Porém, como sempre, a excepção confirma a regra. Nem sempre no séc. XIX se assistiu a este respeito pelos monumentos e ao desrespeito pelo tecido urbano antigo, e também por vezes durante o período da ditadura o valor do objecto arquitectónico não se sobrepôs de forma absoluta ao espaço próximo e à cidade. Basta recordar que Ramalho Ortigão em 1896 indicava como principal razão para o desaparecimento de muitas construções históricas a modernização urbana das principais cidades com as suas colecções de ruas e praças novas, referindo-se a Évora, Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Coimbra, Tomar, Santarém e Beja.

Mais tarde, ainda em data anterior à implantação do Estado Novo, José Pessanha (1911, p.2) escrevia a propósito do conflito entre desenvolvimento urbano e devoção aos monumentos nacionais:



Figura 44 – Castelo de S. Jorge

“A pretexto de melhoramentos locais, têm-se cometido, em muitas das mais interessantes e características povoações da nossa terra, com uma leviandade ou uma ignorancia que não é justo averbar de criminosas, (...) verdadeiros attentados, não só contra a inviolabilidade e o culto dos seus monumentos e a integridade das suas pequenas construcções typicas, mas, ainda, contra o encanto e a acentuação especial da paisagem que os envolve”.

Em relação a processos adoptados durante o Estado Novo podemos descortinar, a pretexto do plano para a dupla *Comemoração dos Centenários e da Independência de Portugal*, em 1940, intervenções operadas nos cinco locais considerados divisas da lusitanidade – Guimarães (berço da nacionalidade), Porto (núcleo de formação), Braga (capital religiosa), Lisboa (capital do império) (figura 44), Vila Viçosa (restauração da independência). Em nossa opinião, também as intervenções realizadas na Alta de Coimbra a partir dos anos quarenta, atestam uma prova da ambiguidade e conveniência de procedimentos.

Se em qualquer dos casos as intervenções foram impregnadas de significação política e ideológica, verificamos contudo que as transformações, em maior ou menor escala, efectuadas em Guimarães, Porto, Braga, Lisboa

e Vila Viçosa, se conformaram numa visão monumental orientada para os edifícios históricos, em detrimento dos espaços urbanos envolventes. Corroborando as palavras de Tomé (2002, p.93 e p.98):

“(…) Se, em Braga, a intervenção se limitou à abertura de uma praça la-deando a Sé, no Porto, em Guimarães e em Lisboa, partindo da analogia permitida pela situação topográfica, foram projectadas três “acrópolis sagradas”, espaços com forte presença na paisagem urbana envolvente, produto de intensos esforços demolidores. Em Vila Viçosa, a reestruturação estendeu-se a toda a povoação e teve como núcleos compositivos o Castelo, o Paço Ducal e o Centro Cívico da Vila. (...) O reconhecimento da especificidade da qualidade e valor das situações urbanas reconhecia-se nas distintas soluções projectuais, pelas opções formais e conceptuais e pelas escalas de acção: o “Parque-necrópole” de Guimarães, a “Acrópole” portuense, a “Praça” de Braga, o “Monumento” em Lisboa, o “Aglomerado urbano” em Vila Viçosa”.

Pelo contrário, em Coimbra vigorou uma visão oposta, pese embora a escala da operação ter estado próxima dos critérios e preceitos adoptados nalgumas das obras operadas nos locais antes referenciados, designadamente a expropriação e a demolição. Neste caso particular, Rosmaninho (2006, p.312) alerta:

“Havia na área da Cidade Universitária monumentos classificados e outros que, naquela época, mereciam a atenção patriótica do País. No entanto, enquanto os políticos e os jornais enalteciam as apaixonadas reintegrações de castelos e, em geral, a intensa actividade restauradora, em Coimbra assistiu-se ao arrasamento da base de uma torre de menagem do castelo de Martim de Freitas, da Igreja de S. Pedro, de um arco do aqueduto quincentista, de quatro colégios e de vestígios arqueológicos pré-pombalinos [mas] (...) nesta circunstância, conveio mais ao regime afirmar a sua capacidade empreendedora do que invocar as glórias passadas. (...) Estas determinações subjugaram totalmente o arquitecto dos Monumentos Nacionais, Baltazar de Castro, que se atreveu a emitir um parecer segundo o qual a base da torre

medieval “não tinha interesse histórico e [...] podia ser demolida sem prejuízo para o Património Histórico e Arqueológico do País”⁴⁵⁹.

Em comum, estes seis exemplos, a coberto da égide da DGEMN, demonstram que a ideologia instrumentalizava de forma decisiva e implacável a política patrimonial, definindo-lhe sobretudo os limites de intervenção, e que os critérios e os conteúdos muito dificilmente podem ser generalizados a todas as intervenções por razões as mais diversas, dentre as quais a preponderância, ou não, do objecto erudito sobre o tecido urbano, ou vice-versa.

Estas condições programáticas e simbólicas vão ser, também elas, determinantes no contexto da política de fomento de infra-estruturas e obras públicas.

Em resultado da sua escala e presença no território, os castelos seriam uma das faces visíveis desta pretensão de “intervenção urbana” centrada no objecto arquitectónico, revestida de contornos essencialmente monumentais e cenográficos, a que o Decreto n.º 21697 de 30 de Setembro de 1932⁴⁶⁰ e as verbas que por via dele foram disponibilizadas vieram dar um impulso decisivo, confirmando as pretensões do regime em evidenciar uma acção eficaz, restauradora e renovadora, sinónimo de progresso e, de algum modo, de respeito pela tradição. Este diploma denota as primeiras preocupações com os “planos de urbanismo”, da responsabilidade da DGEMN. Porém, tais planos não iam além de estudos de natureza limitada e superficial, sobretudo destinados a salvaguardar as construções mais nobres da cidade, abdicando de qualquer projecto global de ordenamento do espaço urbano.

Contudo, esta disposição iria ter considerável impacto na acção interventiva sobre os monumentos nacionais à escala do País, porque permitia, de acordo com a criação do Comissariado do Desemprego⁴⁶¹, a utilização de verbas do Fundo do Desemprego. Este Comissariado fora criado em 1932 no seio do MOPC com o intuito de combater o crescimento do desemprego em Portugal

⁴⁵⁹ Este parecer encontra-se, segundo Rosmaninho (2006), no Arquivo da Universidade de Coimbra, Processo 3 da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra – cópias excedentes de propostas e informações diversas.

⁴⁶⁰ Cf. Catarina Cláudia Frade, 1999.

⁴⁶¹ Cf. Decreto n.º 21699 de 19 de Setembro de 1932.

e, deste modo, diminuir as consequências económicas e sociais que daí resultavam. Para o Estado o serviço de apoio aos desempregados não passava pela instituição de um subsídio, argumentando-se que tal medida não solucionava o problema social e económico. Antes tinha em vista a promoção de emprego, onde em troca o trabalhador receberia o seu salário. Neste sentido, aos desempregados inscritos era oferecido trabalho e assistência através de iniciativas laborais financiadas ou subsidiadas pelo Fundo do Desemprego, que angariava verbas oriundas do imposto de desemprego.

Entre outros, a DGEMN foi um dos organismos preparados para proporcionar emprego sob a forma de projectos subsidiados, contribuindo para o fomento geral das obras públicas. Assim aconteceu, em particular, no período decorrente entre a Guerra Civil Espanhola e a 2ª Guerra Mundial, o qual, para além de coincidir com um tempo de taxa de desemprego alta, foi uma época em que as participações para obras em monumentos foram igualmente elevadas, sobretudo devido às numerosas intervenções realizadas por ocasião das *Comemorações Centenárias* de 1940⁴⁶².

Ao analisar o gráfico 3.1, “Comparação percentual entre os valores totais e os despendidos com obras em monumentos nacionais 1935-1936”, elaborado por Neto (2001), verifica-se que houve um aumento considerável da proporção percentual nas importâncias atribuídas aos monumentos no período que vai do final da década de trinta (1937) até meados da década seguinte (1945), facto a que não são indiferentes as referidas efemérides.

Neste caso, são conhecidas participações especiais atribuídas pelo Governo às intervenções nos castelos, que no contexto das comemorações assumiriam papel determinante quanto aos propósitos políticos e ideológicos do regime⁴⁶³.

Voltaremos a este assunto quando abordarmos especificamente o papel dos castelos nas *Exposições Evocativas* e nas *Comemorações Centenárias*.

Como refere Acciaiuoli (1998), na sequência do Decreto n.º 21697 de 30 de Setembro de 1932, os “planos de regularização e embelezamento” que

⁴⁶² Cf. Gráficos 06 a 11.

⁴⁶³ Cf. Portaria do Ministério das Obras Públicas e Comunicações de 23 de Fevereiro de 1939 (cf. CECC, 1939-1940, 4). Cf. Mapa 31 e Quadro 06.

se seguiram e ocorreram no sentido de “embelezar” os monumentos, por necessidade de desafogo, por regulação do trânsito, etc., não encontraram na sua consideração argumentos que os justificassem. Como também temos defendido, este contributo nos casos do MOPC/DGEMN e de Duarte Pacheco (ainda antes da criação do SPN) reitera uma vontade de salvaguarda do passado e, em simultâneo, afirma os valores da acção do presente que em muito viriam a marcar a paisagem que castelos, igrejas ou outros imóveis de reconhecido interesse nacional entretinham.

Compunha-se um cenário idílico, pretensamente universal, onde sobremaneira os castelos surgiriam como “novos”, colando a textura da pedra recentemente aparelhada sobre a estrutura existente, numa aparente continuidade temporal “(...) abrindo-se na sua “pureza original” a supostos usos em primeira mão”⁴⁶⁴. Nesta confusão entre passado e presente traduzia-se (in)capacidade de reconstrução metafórica do património.

2.5.7 As exposições evocativas e as comemorações centenárias

Como temos vindo a referir, na passagem do regime republicano para a ditadura houve, mau grado o antagonismo político entre os dois sistemas, alguns pontos de vista que se mantiveram – estamos a referir-nos, por exemplo, a certos aspectos legislativos. Nesta subsecção iremos debruçar-nos sobre instrumentos e meios de divulgação determinantes do esforço que desde o séc. XIX se foram produzindo na colectividade para reconstruir o sentimento de Pátria que naturalmente ambos os regimes prezavam.

Numa época de suposta “decadência”, o discurso regenerador de índole nacionalista irá surgir como argumento resgatador para encontrar respostas e fazer renascer uma renovada identidade colectiva de Pátria.

O positivismo histórico postulava a maior exactidão na restauração do passado. A partir da década de setenta de oitocentos, o projecto de alguns intelectuais portugueses era de algum modo reconstituir uma sociedade homogénea, unida pela cultura. Mas quando estes pensadores do final de século

⁴⁶⁴ Cf. Acciaiuoli, 1998, p.14.

falam de cultura, não se estão a referir à grande cultura clássica e iluminista comum a toda a Europa, nem à da civilização universal. Referem-se, tão-só, à sabedoria das tradições, dos costumes, das artes e da literatura nacionais, ou seja, a uma ideia de cultura portuguesa. A “Geração de 70” não pretendia desencadear uma revolução, mas penas reencontrar um desenvolvimento estabilizador da sociedade que estimava historicamente descontinuada.

Assim se difundiram sinais na nova função ideológica da história: as comemorações, “espécie de *religião intelectual*” ou “positiva”. A “pátria devia ser o meio próprio para desenvolver o sentido colectivo, a primeira etapa em direcção à concepção da humanidade”⁴⁶⁵. Cria-se que na revitalização daqueles traços se redescobriria a identidade nacional perdida. Destarte, as celebrações surgem como autênticos rituais de apelo a arquétipos remotos, com o objectivo de regenerar, desenvolver e consolidar o conceito de Pátria. Assinalam-se efemérides históricas recorrendo a conferências públicas e a publicações a elas alusivas, a colóquios, ao levantamento de estátuas e à realização de cerimónias de autêntica deificação.

Outro processo de avisar o culto da memória colectiva dos portugueses passava pela via do ensino, nomeadamente da História. É compreensível a importância decisiva que a elite intelectual conferiu a partir dos anos oitenta do séc. XIX à formação cívica do indivíduo, sabido era que a taxa de analfabetismo em Portugal atingia níveis extraordinariamente elevados, fruto de uma ténue e assaz lenta escolarização que alheava a maioria do povo da “cultura letrada”. O debate a este propósito despertou quase sempre especial atenção sobre o lugar que a História deveria ocupar na cultura do cidadão comum. Por conseguinte, o instrumento privilegiado para nortear a sociedade para uma relativa homogeneização cultural e revigorar o espírito patriótico era a instrução. Por isso, os autores que se estrearam literária e jornalisticamente nos anos sessenta e setenta sempre insistiram no valor educativo e formativo da História, destacando-se os republicanos como defensores de uma história regeneradora da sociedade e da moral da nação. O próprio Estado, como já vimos, vai orientar o sistema de ensino público para a formação de um espírito histórico, com o objectivo de o utilizar

⁴⁶⁵ Cf. Rodrigues, 1998, p.136.

como instrumento privilegiado na instrução patriótica do povo. É neste contexto que o valor cognitivo dos monumentos nacionais vai desempenhar papel relevante na formação cívica e moral das populações.

Mas, mais que o claro apoio que proporcionava à actividade escolar, o monumento histórico viabilizava a afirmação da consciência patriótica sem necessitar do recurso à cultura erudita ou mesmo à alfabetização. O simples olhar sobre o monumento arquitectónico detinha a capacidade de transmitir, muito mais rápida e eficazmente do que qualquer outro meio, toda a informação histórica que as suas formas plásticas conservavam, desde o tempo da edificação até ao presente. Deste modo, o património construído tornava-se peça fundamental na qualidade da instrução.

Voltando de novo a Ramalho Ortigão, defendia este que para a evolução do pensamento nacional era indispensável o ensino da história elementar da arquitectura: os portugueses deviam conhecer o património edificado para o poderem defender e amar. A arte desempenha uma função social específica que transmite notícia sobre os diversos elementos que contribuem para a formação da consciência da unidade nacional, não sendo susceptível de ser traduzida de qualquer outra maneira. A arte deve contribuir para a construção de uma uniformidade ideológica e para a coesão das consciências patrióticas. Assim encarada, surge como agente modelador de ideias, sentimentos e instintos de um povo, influenciando inclusivamente a orientação da mentalidade e cultura nacionais.

Por outro lado, para Joaquim de Vasconcelos o que importa destacar numa aprendizagem das obras artísticas, em especial da arquitectura, é a relação entre a arte e a história, ou seja, é testemunhar o significado histórico dos monumentos. Preconizava, por isso, não um ensino meramente técnico da arquitectura, mas antes, com a inclusão da História da Arte no programa dos liceus, despertar o interesse dos alunos pelos monumentos nacionais e dirigi-los para o conhecimento das tradições, dos costumes, da terra e da história pátrios. O fim último era fomentar o patriotismo, razão por que os monumentos que seleccionava eram construções de cariz medieval – românico e gótico – e do período dos descobrimentos – manuelino –, as épocas mais gloriosas da história de Portugal. As primeiras representam a génese da nacionalidade, as segundas o seu apogeu político, cultural e económico,

o que leva Joaquim de Vasconcelos a considerá-las as mais intimamente ligadas à história da nação portuguesa.

Com o advento do movimento republicano o debate à volta do patriotismo atinge um patamar nunca antes conseguido. O conhecimento científico da história, sobretudo da Idade Média, e da origem da nacionalidade tornava-se um meio fundamental para o povo granjear a liberdade. O patriotismo republicano é factor de inovação relativamente ao passado próximo, de continuidade do tempo remoto e de união em torno de novos ideais. Para os republicanos a escola é uma sorte de incentivo à nova organização do Estado, ao patriotismo e à probidade cívica. O que se almejava era promover uma pedagogia que tivesse por fito integrar os jovens na nova pátria republicana, inculcando-lhes a consciência do que é o País e despertando-lhes o amor à terra, à paisagem, aos produtos, às tradições, ao pensamento e à arte, através da vivência permanente na atmosfera onde se integravam os monumentos nacionais. Contactando deste modo com edificações de outros tempos ia-se consumando uma educação patriótica. “O monumento já não era apenas um instrumento da história, era a própria história, porque, como “lugar da memória” estruturava o passado”⁴⁶⁶. Assim, visitar um monumento era um acto de patriotismo, já que a arte veicula o amor e o culto da pátria.

A propaganda do nacionalismo que utilizava os monumentos históricos visava, outrossim, impressionar os visitantes estrangeiros que nos visitavam. Já antes se expôs a importância de tais visitas no final do séc. XVIII e princípios de XIX e se referiu a importância atribuída pelo Estado Novo ao sector do turismo, num enquadramento político de especial interesse, considerando igualmente que o contacto com os monumentos nacionais era uma forma objectiva e afirmativa de valorização do sentido pátrio e de pedagogia da história do País.

A maior parte das actividades intelectuais em Portugal vai investir a sua criatividade na produção de uma cultura portuguesa autónoma, étnica e nacionalista, apelando aos ideais de povo, pátria e nação. Chegou-se a uma espécie de sacralização das actividades e realizações dos portugueses, onde a cultura surge concebida quase como uma religião, dotada de um valor

⁴⁶⁶ Cf. Rodrigues, 1998, p.149.

absoluto e onisciente. Neste rumo, os republicanos organizaram um calendário de festividades e comemorações com o propósito de transmitir a sua mensagem ideológica, transformando tais eventos em manifestações políticas, embora até pudesse não ser essa a sua intenção⁴⁶⁷.

Uma vez mais verificamos – confrontar com parágrafos anteriores quando abordámos a continuidade no que a certos aspectos de legislação concernia – que os processos adoptados pelo regime ditatorial não eram muito distintos dos seguidos pelos seus predecessores, designadamente no que respeita ao valor atribuído aos monumentos nacionais e sua relação com a história, aos estilos eleitos para relacionar o passado com a mensagem do presente, etc..

Mas, segundo Tomé (2002, p.243),

“É no final dos anos 30 que se acentua a valorização do significado histórico de alguns edifícios e se manifesta a vontade de lhes recuperar a condição de monumentalidade e a capacidade de evocação visual de factos do passado da nação, imbuída ainda das preocupações de “instrução”, herdada da República, numa aposta no espectáculo histórico e no monumento-museu para consumo estético e turístico”.

Uma de tais manifestações, já antes proclamada, iria ser a realização das *Comemorações Centenárias* e das *Exposições Evocativas*, erigidas em veio de transmissão de propaganda política.

Embora no espaço temporal que ora se retrata, 1929-1949, se tenham registado outros acontecimentos de índole comparável a fim de evocar e enaltecer os sucessos da estruturação ideológica do regime, num pretenso sistema de regeneração dos destinos da nação, é aqui nosso intuito analisar apenas os que tiveram influência directa no património arquitectónico, mais concretamente nos castelos portugueses.

Antes de particularizar o conteúdo e o programa da dupla *Comemoração dos Centenários e da Independência de Portugal*, em 1940, inspiradores de um conjunto de iniciativas que iriam genericamente alterar com significado a imagem do território, importa salientar que a actividade política do País

⁴⁶⁷ Cf. Rodrigues, 1998.

desde cedo pretendeu ver aprovada a sua acção recorrendo a realizações de carácter mais específico, renunciando o extenso programa que iria ser desenvolvido entre 1937 e 1940. Assim aconteceu com as *Grandes Exposições Industriais Portuguesas* (1932 e 1933), com o *I Congresso da União Nacional* e a 1ª *Exposição Colonial Portuguesa* (ambos em 1934), com a celebração do *Ano X da Revolução Nacional* (1936), cujo objectivo foi legitimar o 28 de Maio de 1926, e com as representações portuguesas na *Exposição de Paris* de 1937 e com a *Exposição Internacional de Nova Iorque* e de *S. Francisco* de 1939, acontecimentos que prepararam e demarcaram as opções a adoptar nas efemérides de 1940. Parte delas, em concreto as iniciativas de 1934, 1937 e 1939, tiveram como autor António Ferro que, num primeiro instante, fixou uma imagem moderna do regime, mas mais tarde inverteria a sua prática “adaptando-se” ao discurso e às convicções dos homens do poder:

“E Ferro, que em Paris conferira uma demão internacionalizante à nossa representação, tornava-se agora [já o recordámos] no arauto da cor nacional (...) cuja missão confessada era a de representar o País no estrangeiro, acabou por se converter aos ditames que cada uma delas exigia e, como consequência, facilitar a instauração oficiosa de uma imagem que só podia vingar por entre os escombros das suas iniciais convicções”⁴⁶⁸.

As comemorações do 10º *Aniversário da Revolução Nacional* em 1936 merecem referência particular porque marcariam a transição processual do fim da “era da restauração” para o início da “era do engrandecimento”. Nesta iniciativa, na sequência do *I Congresso da União Nacional* de 1934⁴⁶⁹, cujo objectivo foi evidenciar, via uma montagem fotográfica (no pavilhão do Parque Eduardo VII), a contradição entre a desordem reinante na pré-*Revolução* de 1926 e a nova ordem instaurada, foi organizada uma mostra

⁴⁶⁸ Cf. Acciaiuoli, 1998, pp.100-101.

⁴⁶⁹ Seria neste momento que pelo então director-geral da DGEMN, Henrique Gomes da Silva (1935a), se definiria a doutrina ideológica do regime relativamente à intervenção a seguir nos monumentos nacionais – *Monumentos Nacionais – Orientação Técnica a seguir no seu Restauro* (Cf. Documento 1, no Anexo).

documentando a obra levada a cabo, 10 anos volvidos. A realização desta acção propagandística (realizada no mesmo local da anterior), que ficaria também a cargo da União Nacional, destacaria a dimensão da actividade restauradora empreendida pelo MOPC e pela DGEMN nos monumentos nacionais, numa espécie de antevisão do que se concretizaria nos anos seguintes e a que as efemérides dos anos quarenta iriam dar forte estímulo. Numa das pinturas de Armando de Lucena localizada na sala *As Belas Artes e os Monumentos Nacionais*, a correspondente legenda apregoava a obra da ditadura em prol dos monumentos nacionais:

“Protege-se o desenvolvimento das Belas-Artes e valoriza-se o património artístico da Nação. As verbas anuais para a aquisição de obras de arte nos museus de Lisboa e Porto subiram de 38 contos em 1929 para 168 contos em 1936. Além disso, despenderam-se 2500 contos na compra de obras de arte em leilões. Melhoraram-se as instalações dos museus regionais. Criou-se a Academia Nacional de Belas-Artes. Empregaram-se 12800 contos na beneficiação e restauração de Monumentos Nacionais e 2000 contos em obras nos Palácios Nacionais”⁴⁷⁰.

O mesmo discurso em favor das obras nos monumentos nacionais voltaria a estar presente no 10º aniversário da tomada de posse da pasta das Finanças, por Salazar. No quadro de Martins Barata, dedicado à construção de novas edificações e à restauração do património histórico, expressa-se uma imagem valorativa dos objectos do passado e a importância dedicada à fixação de uma eficaz forma de actuação da sua salvaguarda.

Contudo, seria com o anúncio em Março de 1938 da *Comemoração dos Centenários e da Independência de Portugal*⁴⁷¹, comprovado pelo número de intervenções e pelo esforço humano e financeiro despendidos (que teve o seu início nas campanhas levadas a cabo desde 1932 pelo MOPC e pela DGEMN, esta a partir de 1929 no seguimento do trabalho desenvolvido pela 3ª Repartição da DGBA), que os monumentos nacionais ganhariam uma

⁴⁷⁰ Cf. O Século, 1936, p.9.

⁴⁷¹ Cf. CECC, 1939-1940.

imagem e estatuto renovados. Pretendeu-se passar para o exterior um vigoroso espectáculo de exposição permanente, à laia de pretexto e prova de integração da história presente na história de oito séculos. De facto, tal acção constituiu-se como uma oportunidade para associar aos seculares feitos heróicos e épicos, ao nascimento ou morte de heróis nacionais ou a momentos apoteóticos da história, os “legítimos” desígnios de regeneração empreendidos desde 1926.

A estas efemérides ficavam deste modo associadas três datas: a fundação da nacionalidade (1140), a restauração da independência (1640) e a refundação que já se anunciara (1940), frisa António Ferro (CECC, 1939-1940, Vol.1, 1, pp.19-23) – ele e Duarte Pacheco obreiros máximos da programação e realização das comemorações, por delegação de Salazar nos organismos que dirigiam (SPN e MOPC, respectivamente) – na *Carta Aberta aos Portugueses de 1940*:

“Que significam essas comemorações? A alegria e o legítimo orgulho, sem dúvida, de completarmos oito séculos de História e quatro de restauração da nossa eterna independência! O pretexto único para lembrar ao Mundo que fomos gente quando a maior parte das nações europeias não existia sequer na imaginação dos homens! A admirável oportunidade de mostrar, aos inimigos e aos amigos, o eterno desenho das linhas das nossas fronteiras, que nunca deixaram de existir na alma dos portugueses! A ocasião excepcional de ensinar à terra convulsa, agitada, revolucionada a firmeza do solo que pisamos, o mesmo, nos seus limites e configuração, que os nossos primeiros reis sonharam e traçaram... Eis, em síntese, o que dizem as comemorações de 1940 no conteúdo das suas datas; mas dizem ainda mais, muito mais. Para além dessas datas, iluminado pelo seu fulgor, o panorama que se descobre atinge a nossa época, alcança os nossos dias, 1140 (1139 foi o seu prólogo) explica 1640, como 1640 prepara 1940. São três anos sagrados da nossa história, o ano do nascimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento! (...) Agora sim, porque o passado já não pesa tanto sobre o nosso presente, porque passado e presente se medem e se igualam, porque nos vão aparecer confundidos nas comemorações que se preparam, porque 1940 chega a parecer a soma ideal (aritmética da

história...) de 1140 mais 1640... É necessário, portanto, que todos se compenentrem de que o ano das comemorações não será um ano saudosista, mas o ano triunfal dos portugueses de hoje!”.

Por outro lado, como refere Joaquim da Costa Lima (1940, pp.626-627):

“A Arte, nas festas centenárias de 1940, devia ser síntese e interpretação magnífica, em feitos de beleza, da história de milagre de Portugal (...). Não foi sem acêrto que se olhou para o passado pátrio e nêle se buscaram os pergaminhos de Portugal para a organização das celebrações centenárias. Impunha-se à nossa e à consciência alheia que feitos de imortalidade e documentos preciosos se revissem na fôrça máxima dos benefícios de tôda a ordem, resultantes da Independência e da Restauração da Monarquia lusitana. Ou se apresentassem na sua verdade insofismável ou se vertessem em côres e formas, em selecção de formosuras, davam razão da ufanía portuguesa pelo passado singular das realizações de civilização. Ora entre as provas de vitalidade lusíada, através dos tempos da sua hegemonia, avultam os monumentos de Arte, padrões pêtreos de arquitectura, maravilhas de escopro e de goiva, cinzeladas de ourivesaria com peças inigualáveis, sonhos de arroubado pincel, em tábuas e telas, filigranas e arabescos de luz e de colorido, em iluminuras de fadas. Castelos e catedrais, mosteiros régeos e ermidas de singelas linhas erguem-se em exposição permanente, na afirmação perene do heroísmo e da piedade de antanho. Só quem não quiser vê-los, desdenha a causa formal da existência e expressão irredutível da lusitanidade”.

A ideia de uma exposição permanente, capaz de testemunhar estas premissas históricas, presidiu às intervenções a realizar no património arquitectónico. Como revela Neto (2001), à autenticidade destes valores deveria corresponder a integridade e leitura dos monumentos. Este tom ecoaria na própria *Nota Oficiosa da Presidência do Conselho* divulgada em 1938⁴⁷², a propósito da ligação histórica das figuras centrais dos factos a celebrar, D. Afonso Henriques e D. João IV, e os respectivos contextos,

⁴⁷² Cf. CECC, 1939-1940.

Lisboa e Vila Viçosa, respectivamente. Assim, em relação à capital, Salazar (CECC, 1939-1940, Vol.1, 1, p.4) refere:

“(…) quando se considera Lisboa na sua sintética expressão de capital portuguesa, e com pensamento no fundador da nacionalidade se busca o meio mais próprio de consagrar-lhe a memória, nenhuma outra ideia sobreleva à da reconstituição e aproveitamento do Castelo de S. Jorge, pois se a cidade está, por tradição, valor e direito consagrada como o centro vital da própria Nação, é no Castelo que se encontra a afirmação da conquista e do domínio da terra, que quer dizer o penhor da independência de Portugal. Despido dos estabelecimentos militares que ali se encontram, aliás em más condições, e restituído ao traçado e beleza das suas muralhas, ainda que fiquem parcialmente em ruínas e mesmo sem se levantar estátua ou qualquer outro monumento, o Castelo, que materialmente domina Lisboa e o Tejo, deve dominar espiritualmente o País, deve ser a acrópole sagrada, o lugar eleito das peregrinações patrióticas. Acresce que dali se desfruta – nem os lisboetas o saberão – um dos mais belos panoramas que em qualquer cidade do Mundo pode existir; e não há o direito de desperdiçá-lo”.

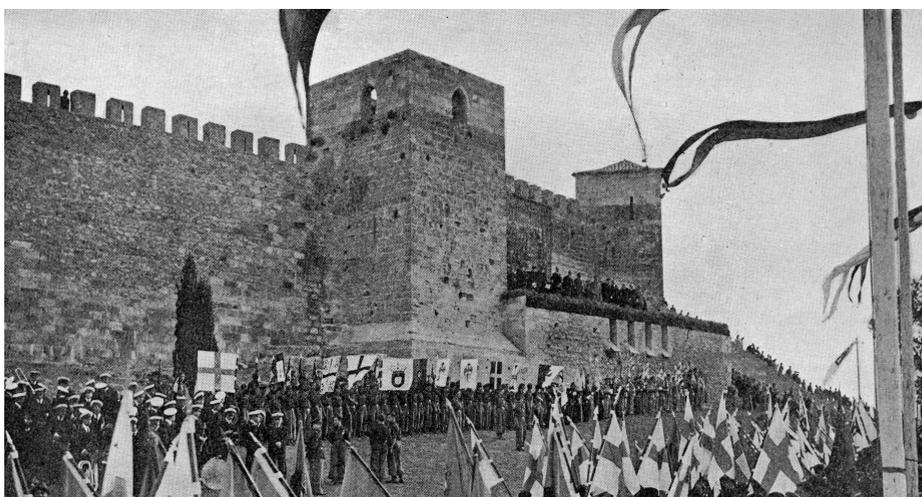


Figura 45 – Castelo de S. Jorge

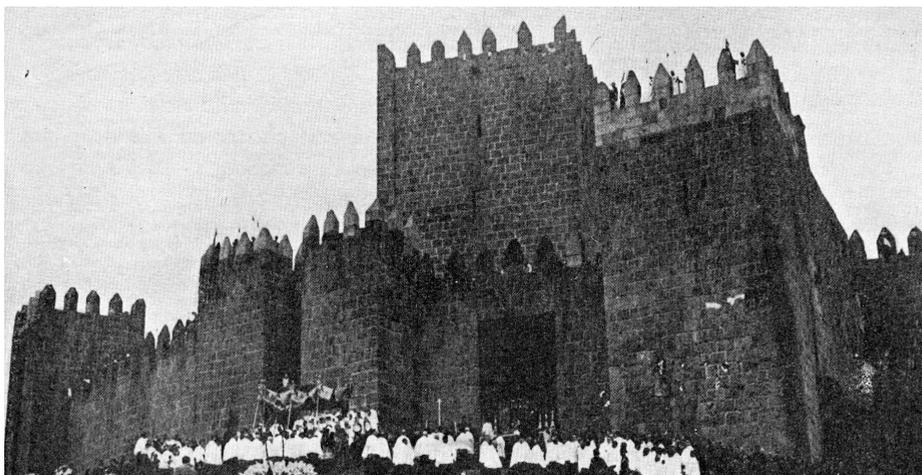


Figura 46 – Castelo de Guimarães

Neste sentido, várias intervenções em monumentos nacionais foram iniciadas ou continuadas, com o intuito de integrarem o programa das festas e avaliar o cenário político e ideológico do regime. Além do castelo de S. Jorge (figura 45), várias outras estruturas militares (como exemplo, o castelo de Guimarães (figura 46)) iriam ser objecto deste plano.

Assim, em complemento e no âmbito destas comemorações, ocorreu *A Grande Exposição Histórica do Mundo Português*⁴⁷³ na qual especial ênfase é posta na encenação das épocas triunfalistas da história nacional, em que os castelos seriam figuras destacadas nalguns dos seus pavilhões, sobretudo nos da *Fundação, da Formação e Conquista e da Independência*.

A partir deste cenário, a importância atribuída aos castelos vai ser generalizada.

De entre um conjunto de vários autores e obras que abordam a relevância histórica e também artística destas estruturas, devemos destacar os artigos publicados sob o título “Castelos de Portugal” na *Revista dos Centenários* (CECC, 1939-1940). Pela pena de Jorge das Neves Larcher, Vaz Ferreira

⁴⁷³ Sobre a finalidade desta exposição podem-se consultar, entre outras, as obras de Augusto de Castro (1940) e de Margarida Acciaiuoli (1998) intituladas *A Exposição do Mundo Português e a sua Finalidade Nacional e Exposições do Estado Novo: 1934-1940*, respectivamente, e, ainda o artigo de Jorge Ramos do Ó (1987) *Modernidade e Tradição – Algumas Reflexões em torno da Exposição do Mundo Português*.

e Carlos de Passos, estes dois últimos abordando em particular os castelos da Feira (que também será objecto de menção particular por Larcher) e de Bragança, respectivamente, pretendeu-se, no âmbito das comemorações de 1139 (na realidade, 1140) e 1640, recordar, nas palavras do primeiro autor (CECC, 1939-1940, Vol.1, 5, p.21), “(...) os mais evocativos padrões da independência de Portugal”. Para Larcher, os castelos seleccionados corresponderiam aos que em sua opinião se encontrariam em melhor estado de conservação, referindo sempre que muitos foram completamente destruídos pela acção do homem e do tempo. Deste modo, o relato da ruína estaria subjacente à maioria destes artigos. No prosseguimento de anteriores publicações, Larcher, para além da descrição da conjuntura histórica que envolve os castelos mencionados, apela não só ao seu “restauro” e “conservação”, como pugna pela promulgação de leis que punam severamente atentados contra eles.

Nos castelos citados, no total de 31, encontramos referência a obras que estão ou vão ser executadas (casos de Guimarães, Almourol, Tomar, Pombal, Porto de Mós, Leiria, Óbidos e Torres Novas) ou, em última instância, a indicação de verbas atribuídas pelo Governo para futuras intervenções (casos de Celorico da Beira, Sabugal, Belmonte, Sortelha e Penedono). A distribuição destes castelos pelas províncias, de acordo com o Mapa 27 e o Quadro 05, é a seguinte:

Alto Alentejo, 1 – Marvão;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 1 – Bragança;

Beira Alta, 7 – Celorico da Beira, Longroiva, Marialva, Ranhados, Sabugal, Sortelha e Penedono;

Minho, 3 – Arnóia, Guimarães e Lanhoso;

Estremadura, 4 – Óbidos, Porto de Mós, Palmela e Sesimbra;

Beira Baixa, 1 – Belmonte;

Algarve, 1 – Silves;

Baixo Alentejo, 3 – Mértola, Serpa e Alcácer do Sal;

Beira Litoral, 5 – Montemor-o-Velho, Penela, Soure, Leiria e Pombal;

Ribatejo, 4 – Abrantes, Tomar, Torres Novas e Almourol;

Douro Litoral, 1 – Feira.

Embora referida no citado conjunto de artigos, não se contabilizou a Torre de Ucanha.

Destas 31 estruturas seriam alvo de comparticipação para as comemorações de 1940 (CECC, 1939-1940)⁴⁷⁴ 16 castelos, distribuídos pelas províncias da seguinte forma:

Trás-os-Montes e Alto Douro, 1 – Bragança;
Beira Alta, 2 – Celorico da Beira e Sabugal;
Minho, 1 – Lanhoso;
Estremadura, 4 – Óbidos, Porto de Mós, Palmela e Sesimbra;
Beira Baixa, 1 – Belmonte;
Algarve, 1 – Silves;
Beira Litoral, 3 – Montemor-o-Velho, Leiria e Pombal;
Ribatejo, 2 – Tomar e Almourol;
Douro Litoral, 1 – Feira.

No total representam 53,3% dos 30 castelos financiados e que, portanto, seriam objecto de intervenção nos anos seguintes (considerámos o intervalo 1939-1949), exceptuando Pombal que apenas sofreu intervenções em datas anteriores⁴⁷⁵. Das restantes 15 estruturas, as sete seguintes, Marvão no Alto Alentejo, Marialva, Sortelha e Penedono na Beira Alta, Penela e Soure na Beira Litoral, e Torres Novas no Ribatejo teriam, sem o referido financiamento, sofrido intervenções entre 1939 e 1949, totalizando com as 15 anteriores 22 unidades (o castelo de Pombal não foi contabilizado) nestas condições. Os oito castelos sobrantes, Longroiva e Ranhados na Beira Alta, Arnóia e Guimarães no Minho, Mértola, Serpa e Alcácer do Sal no Baixo Alentejo e Abrantes no Ribatejo, entre 1939 e 1949 não seriam objecto de obras da responsabilidade da DGEMN⁴⁷⁶. No entanto, nos castelos de Guimarães e de Pombal tinham ocorrido intervenções antes de 1939⁴⁷⁷.

⁴⁷⁴ Cf. Mapa 31 e Quadro 06.

⁴⁷⁵ Cf. Mapas 36 a 45 e Quadro 07.

⁴⁷⁶ Cf. Mapas 46 a 56 e Quadros 07 e 08.

⁴⁷⁷ Cf. Mapas 36 a 45 e Quadro 07.

Concluimos assim que 22 dos 31 castelos que constam dos vários números da *Revista dos Centenários* (CECC, 1939-1940) foram alvo de intervenções entre 1939 e 1949, confirmando, em nossa opinião, a importância relativa do tal conjunto de artigos, não só para a divulgação destes imóveis, como para a sua efectiva salvaguarda, por via de uma intervenção física. Em última análise, podemos ainda constatar que apenas cinco destas 22 estruturas não sofreram intervenção entre 1939 e 1940 (Óbidos, Marvão, Marialva, Penela e Soure). Deste modo, às 17 estruturas que resultam do quadro antes descrito poderíamos acrescentar os castelos de Pombal e Guimarães, bem como também os de Óbidos e Marvão, alvos de obras em período anterior (1929-1938), manifestando-se assim também a sua relevância para as festividades de 1940. Num cruzamento com as classificações⁴⁷⁸ verificamos que os 17 castelos intervencionados no período em causa, 1939-1940, estavam todos classificados, comprovando a tendência, de que já anteriormente déramos conta, de as intervenções incidirem sobre estruturas classificadas.

As *Comemorações dos Centenários – VIII Centenário do Nascimento de Portugal e III Centenário da Restauração da Independência Nacional* –, centradas nas figuras de D. Afonso Henriques e de D. João IV, elegeram naturalmente os castelos, dado o seu papel decisivo nas datas em causa, 1140 e 1640, de par com outras construções medievais (catedrais, igrejas, etc.), como alvos de referência maior para intensas campanhas de obras e palcos privilegiados das festividades, como se pode comprovar através da programação que inclui várias cerimónias e circuitos de visita a alguns deles.

À tendência crescente do número de obras realizadas durante as décadas de trinta e quarenta não foram por conseguinte indiferentes as celebrações em 1940 da *Comemoração dos Centenários* e mais tarde, em 1948 e 1949, em Lisboa e Porto, respectivamente, se bem que com menor impacto, as solenidades dos *Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947*⁴⁷⁹, nas quais os castelos assumiram de novo papel proeminente na programação e na mensagem política difundida.

⁴⁷⁸ Cf. Quadro 04.

⁴⁷⁹ Estas comemorações coincidiram com os quinze anos da constituição do 1º Governo presidido por Salazar.

Como referimos, alguns castelos foram alvo de reforço financeiro. Através de legislação específica do ministro do MOPC, em 23 de Fevereiro de 1939 o Governo concedeu à DGEMN a comparticipação de 475.000\$00, via o Fundo de Desemprego, para distribuir por diversos castelos. Variando entre 2.400\$00 e 28.800\$00, estes castelos foram divididos por quatro rubricas correspondentes ao término das obras a realizar: 31 de Agosto de 1939, 31 de Dezembro de 1939, 24 de Abril de 1940 e 26 de Abril de 1940⁴⁸⁰.

Entre eles figura um conjunto de 30 estruturas distribuídas, segundo o Mapa 31 e o Quadro 06, da seguinte forma:

Alto Alentejo, 4 – Estremoz, Vila Viçosa, Avis e Belver;
Trás-os-Montes e Alto Douro, 3 – Bragança, Montalegre e Lamego;
Beira Alta, 3 – Celorico da Beira, Sabugal e Trancoso;
Minho, 4 – Faria, Lanhoso, Melgaço e Valença;
Estremadura, 5 – Óbidos, Porto de Mós, Mouros, Palmela e Sesimbra;
Beira Baixa, 1 – Belmonte;
Algarve, 1 – Silves;
Baixo Alentejo, 1 – Beja;
Beira Litoral, 4 – Montemor-o-Velho, Leiria, Pombal e Ourém;
Ribatejo, 3 – Santarém, Tomar e Almourol;
Douro Litoral, 1 – Feira.

Foram ainda comparticipadas obras nos imóveis da Flor da Rosa e Torre de Giella (Arcos de Valdevez). Em geral, constata-se que as comparticipações abrangeram estruturas de todas as províncias, sem nítida predominância de alguma delas sobre as demais.

Dos 30 castelos mencionados a que foi concedido financiamento e que deveriam ver as correspondentes obras concluídas entre 31 de Agosto de 1939 e 26 de Abril de 1940, 24 sofreram intervenções durante este período, o que representa 26,1% das 92 estruturas que teriam obras entre 1929 e 1949 e 13,2% dos 182 castelos que integram a rede dos castelos portugueses. A distribuição desses 24 exemplares pelas províncias é a seguinte:

⁴⁸⁰ Cf. CECC, 1939-1940.

Alto Alentejo, 3 – Estremoz, Vila Viçosa e Belver;
Trás-os-Montes e Alto Douro, 2 – Bragança e Lamego;
Beira Alta, 3 – Celorico da Beira, Sabugal e Trancoso;
Minho, 3 – Faria, Lanhoso e Valença;
Estremadura, 4 – Porto de Mós, Mouros, Palmela e Sesimbra;
Beira Baixa, 1 – Belmonte;
Algarve, 1 – Silves;
Beira Litoral, 3 – Montemor-o-Velho, Leiria e Ourém;
Ribatejo, 3 – Santarém, Tomar e Almourol;
Douro Litoral, 1 – Feira.

Dos restantes seis castelos, que não constam, segundo os dados disponíveis nos arquivos da DGEMN, nas intervenções efectuadas entre 1939 e 1940, verificamos que nos casos de Óbidos, Beja e Pombal teria havido intervenções anteriores às participações, entre 1929 e 1938⁴⁸¹, e que destes seis, entre 1941 e 1949, só o castelo de Óbidos foi alvo de obras⁴⁸². Uma vez mais, retirando Valença e Faria, todos os outros eram imóveis classificados até 1940, assim distribuídos: Avis no Alto Alentejo, Montalegre em Trás-os-Montes e Alto Douro, Melgaço no Minho, Óbidos na Estremadura, Beja no Baixo Alentejo e Pombal na Beira Litoral.

Confrontando os Mapas 36 a 56⁴⁸³ comprovamos que alguns dos castelos veriam as suas intervenções continuadas em anos subsequentes às comemorações de 1940.

Em resumo, as intervenções realizadas, ou não, nestes 30 castelos distribuíram-se espacial e temporalmente do seguinte modo:

Alto Alentejo (4 castelos) – Estremoz (2 anos de intervenções, de 1939 a 1944);
Vila Viçosa (12 anos, 1933 e de 1939 a 1949); Avis (0 anos, não houve intervenções); Belver (8 anos, de 1939 a 1946);

⁴⁸¹ Cf. Mapas 36 a 45 e Quadro 07.

⁴⁸² Cf. Mapas 48 a 56 e Quadro 08.

⁴⁸³ Cf. Quadros 07 e 08.

Trás-os-Montes e Alto Douro (3 castelos) – Bragança (11 anos, de 1936 a 1940 e de 1944 a 1949); Montalegre (0 anos, não houve intervenções); Lamego (4 anos, de 1940 a 1941 e de 1943 a 1944);

Beira Alta (3 castelos) – Celorico da Beira (4 anos, 1936 e de 1939 a 1941); Sabugal (11 anos, de 1939 a 1949); Trancoso (8 anos, de 1939 a 1946);

Minho (4 castelos) – Faria (6 anos, 1929 e de 1936 a 1940); Lanhoso (2 anos, de 1938 a 1939); Melgaço (0 anos, não teve intervenções); Valença (11 anos, 1929, de 1934 a 1936 e de 1939 a 1945);

Estremadura (5 castelos) – Óbidos (8 anos, de 1932 a 1935 e de 1946 a 1949); Porto de Mós (11 anos, de 1936 a 1937 e de 1939 a 1947); Mouros (1 ano, 1939); Palmela (7 anos, 1930, de 1939 a 1940 e de 1942 a 1945); Sesimbra (13 anos, de 1933 a 1945);

Beira Baixa (1 castelo) – Belmonte (11 anos, de 1939 a 1949);

Algarve (1 castelo) – Silves (10 anos, de 1940 a 1949);

Baixo Alentejo (1 castelo) – Beja (1 ano, 1938);

Beira Litoral (4 castelos) – Montemor-o-Velho (3 anos, 1933, 1936 e 1940); Leiria (3 anos, 1936-1937 e 1939); Pombal (3 anos, 1936-1938); Ourém (11 anos, 1936-1945 e 1947);

Ribatejo (3 castelos) – Santarém (14 anos, de 1936 a 1949); Tomar (8 anos, 1934, 1936 e de 1939 a 1944); Almourol (1 ano, 1939);

Douro Litoral (1 castelo) – Feira (8 anos, de 1935 a 1936 e de 1939 a 1944).

Considerando como caso-estudo os 30 castelos financiados, verificamos que 18 seriam objecto de obras posteriores, entre 1941 e 1949 (o castelo de Óbidos apesar de não ter tido obras entre 1939 e 1940 foi aqui contabilizado), distribuindo-se pelas províncias da forma seguinte: Estremoz, Vila Viçosa e Belver no Alto Alentejo, Bragança e Lamego em Trás-os-Montes e Alto Douro, Celorico da Beira, Sabugal e Trancoso na Beira Alta, Valença no Minho, Óbidos, Porto de Mós, Palmela e Sesimbra na Estremadura, Belmonte na Beira Baixa, Silves no Algarve, Ourém na Beira Litoral e Santarém e Tomar no Ribatejo.

Se retirarmos os cinco castelos que não tiveram obras entre 1939 e 1949, Avis, Montalegre, Melgaço, Beja e Pombal, verificamos que apenas em 7 deles, Faria, Lanhoso, Mouros, Montemor-o-Velho, Leiria, Almourol e Feira, que foram alvo de intervenções entre 1939 e 1940, não houve continuidade para além deste período.

Assim, confrontando os 18 castelos com a sua distribuição provincial, de acordo com os Mapas 31 e 32 e o Quadro 06 obteremos: Alto Alentejo (3); Trás-os-Montes e Alto Douro (2); Beira Alta (3); Minho (1); Estremadura (4); Beira Baixa (1); Algarve (1); Baixo Alentejo, (0); Beira Litoral (1); Ribatejo (2); Douro Litoral, (0).

Vê-se que os trabalhos foram coerentes na generalidade das províncias, com a excepção evidente do Minho (quatro castelos com comparticipação em 1939-1940 contra um com intervenções entre 1941 e 1949) e na Beira Litoral (quatro contra um, de igual modo).

Destes 18 castelos registe-se que 14 deles têm obras imediatamente a seguir ao período de 1939-1940, salientando-se os 12 casos de Vila Viçosa, Belves, Sabugal, Trancoso, Valença, Porto de Mós, Sesimbra, Belmonte, Silves, Ourém, Santarém e Tomar, em que ocorreram intervenções entre seis a 14 anos consecutivos. Lamego e Celorico da Beira apenas viram prolongadas as obras em dois e três anos, respectivamente. Para além dos 14 referenciados anteriormente, os restantes quatro, Estremoz, Bragança, Óbidos e Palmela, tiveram também intervenções com carácter contínuo, embora com alguns anos de hiato após 1940. Como teremos ocasião de verificar, alguns destes castelos, que viram continuadas as intervenções para além de certos limites temporais, integraram outras iniciativas de igual género, embora com amplitudes desiguais.

Se num primeiro momento as comemorações se constituíram como factor determinante na escolha dos imóveis, para simbolizar as intenções do regime e, em consequência, na adopção do princípio que justifica o número de intervenções e os investimentos efectuados, numa segunda fase o tempo disponível para a execução de tais tarefas tornou-se condição fundamental para o estabelecimento de critérios e meios a adoptar. De algum modo, esta última circunstância condicionou algumas das obras encetadas e a imagem do perfil arquitectónico dos monumentos intervencionados, como aconteceu no caso dos castelos.

Como frisa Tomé (2002, pp.65-66),

“Foi então concretizado um vasto conjunto de operações, consistindo geralmente em trabalhos de simples conservação, reservando-se as acções de maior

envergadura para os monumentos investidos de especial representatividade no programa das comemorações [de 1940] (...). Para outros castelos, os trabalhos efectuados resumiram-se à consolidação ou limpeza de cantarias e a pequenas reintegrações, efectuadas com a necessária urgência, para conclusão nos prazos previstos. Só após a conclusão das comemorações foram desenvolvidas obras de maior envergadura, com maior flexibilidade temporal”.

Na senda das festividades atrás referidas, com a exposição evocativa dos *Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947*⁴⁸⁴ pretendeu não só demonstrar-se que as iniciativas anteriores não se haviam restringido a 1940 mas também, e sobretudo, transmitir num tempo conturbado de pós-guerra e de futuras eleições presidenciais (1949) a imagem da obra produzida com eficiência em prol do progresso e da modernização, onde uma vez mais os monumentos e os castelos seriam objecto de vasta representatividade.

Em 1947 tiveram lugar as comemorações do *VIII Centenário da Tomada de Lisboa* aos mouros por D. Afonso Henriques, nas quais o castelo e a catedral seriam palcos principais das cerimónias, por se constituírem monumentos ancestrais do período afonsino.

Retomando a exposição evocativa dos *Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947*, embora esta fosse organizada em três grupos diferentes a que corresponderiam três pavilhões, *Comunicações*, *Hidráulica* e *Urbanização*, a estrutura responsável pelo evento considerou indispensável alargar, de forma isolada, a representação relativa à obra dos *Edifícios* e *Monumentos*.

Tendo Baltazar da Silva Castro como delegado aos *Monumentos Nacionais*, das palavras do director-geral, Henrique Gomes da Silva (CEEOP, 1, 1948, p.55 e p.57), respigamos:

“A obra efectuada nos últimos anos é das que afirmam que o país, sem deixar de acalentar naturais anseios pela conquista da civilização moderna, voltou ao passado no culto dos seus monumentos, reintegrando uns, conservando outros, procurando dar a todos a pureza da sua traça primitiva (...). E nem ao de leve pretendi descrever a obra realizada, porque não seria possível,

⁴⁸⁴ Cf. CEEOP, 1948.

ainda que a resumisse aos trabalhos de maior valor artístico, executados dentro dos princípios orientadores de toda a obra restauradora – tão vasta e delicada que não nos podem causar admiração os clamores dos primeiros tempos pelo que se estava fazendo, ao contrário do que acontecia desde 1721 até há poucos anos, em que se protestava por nada se fazer”.

No espaço dedicado aos *Monumentos Nacionais* estava exposto um conjunto de elementos figurativos, de entre os quais: um mapa de Portugal com a indicação dos principais monumentos existentes no território; uma planta de Lisboa com a localização dos seus monumentos nacionais; várias maquetes⁴⁸⁵; várias fotografias com o aspecto de diversos imóveis; o filme *Quinze Anos de Obras Públicas* (1948), de António Lopes Ribeiro, Felipe de Solms e Carlos Filipe Ribeiro, com a imagem de um património arquitectónico cuidado e limpo de acrescentos à “traça primitiva”, exaltando as épocas ancestrais da sua construção⁴⁸⁶, em cuja legenda se podia ler: “Dar vida às velhas pedras é tornar o passado presente. Monumentos nacionais, padrões da raça nos caminhos da História”⁴⁸⁷.

Os 23 castelos que integraram esta exposição⁴⁸⁸ distribuem-se pelas províncias da seguinte forma, de acordo com o Mapa 33 e o Quadro 06: 7 no Alto Alentejo (Alandroal, Arraiolos, Montemor-o-Novo, Vila Viçosa, Elvas, Marvão e Amieira); 0 em Trás-os-Montes e Alto Douro; 1 na Beira Alta (Sabugal); 2 no Minho (Guimarães e Lanhoso); 4 na Estremadura (Óbidos, Porto de Mós, S. Jorge e Palmela); 0 na Beira Baixa; 1 no Algarve (Silves); 2 no Baixo Alentejo (Beja e Santiago do Cacém); 3 na Beira Litoral (Leiria, Pombal e Ourém); 2 no Ribatejo (Alcanede e Almourol); 1 no Douro Litoral (Feira).

⁴⁸⁵ Entre estas maquetes estavam representados os castelos de Guimarães, S. Jorge e Feira.

⁴⁸⁶ A este propósito, assinalemos outros filmes que se enquadram neste contexto, sob a realização de António Lopes Ribeiro: *As Festas do Duplo Centenário* (1940), *A Exposição do Mundo Português* (1941) e *Exposição* (1948).

Sobre este tema podem-se consultar, entre outras, as publicações de Armindo Baptista de Morais (1987) e Luís Reis Torgal (1996), intituladas *Vinte Anos de Cinema Português, 1930-1950: Conteúdos e Políticas e Cinema e Propaganda no Estado Novo: A “Conversão dos Descrentes”*, respectivamente.

⁴⁸⁷ Cf. CEEOP, 2, 1948, p.157.

⁴⁸⁸ Cf. Mapa 33 e Quadro 06.

Embora descrito como castelo, não foi contabilizado o imóvel respeitante à Flor da Rosa.

Nesta representação resulta evidente uma tendência manifesta para a localização de tais estruturas no Alto Alentejo. Por outro lado, revela-se igualmente uma preponderância relativa de castelos situados na faixa litoral e na zona de fronteira alentejana que conformam a zona central do território. Assim, se somarmos os casos do Alto Alentejo e Baixo Alentejo temos nove unidades, número que se repete se aglutinarmos os casos da Beira Litoral, Ribatejo e Estremadura. Assim, dos 23 castelos 18 situam-se nestes dois conjuntos de áreas. Ao contrário do que sucedeu em análises anteriores, em que existia uma concentração em províncias como Trás-os-Montes e Alto Douro e Beira Alta, nesta exposição estas estão equilibradamente representadas, chegando mesmo a não existir nenhum na primeira delas, tal como sucede na Beira Baixa.

De entre os 23 castelos que integraram esta exposição⁴⁸⁹ (só Montemor-o-Novo não estava classificado à data deste evento) 13 são comuns à lista dos 30 do caso-estudo que abordámos aquando das *Comemorações Centenárias*⁴⁹⁰, sendo a distribuição provincial a seguinte: Alto Alentejo (1, Vila Viçosa), Beira Alta (1, Sabugal), Minho (1, Lanhos), Estremadura (3, Óbidos, Porto de Mós e Palmela), Algarve (1, Silves), Baixo Alentejo (1, Beja), Beira Litoral (3, Leiria, Pombal e Ourém), Ribatejo (1, Almourol) e Douro Litoral (1, Feira).

Estes 13 castelos estão distribuídos pelas mesmas províncias do conjunto total das 23 anteriores com um exemplar por província, excepção feita à Estremadura e Beira Litoral, onde se localizam três. Outra ilação que poderemos retirar desta listagem é que em oito destes 13 castelos, concretamente, Vila Viçosa, Sabugal, Óbidos, Porto de Mós, Palmela, Silves, Ourém e Feira, ocorreram intervenções posteriores a 1940, e viram assim a sua representatividade novamente exposta. Dos restantes 10 castelos, Alandroal, Arraiolos, Montemor-o-Novo, Elvas, Marvão, Amieira, Guimarães, S. Jorge, Santiago do Cacém e Alcanede que integram a exposição dos *Quinze Anos de Obras Públicas*, em maioria localizados no Alto Alentejo e que não tiveram participação

⁴⁸⁹ Cf. Mapa 33 e Quadro 06.

⁴⁹⁰ Cf. Mapa 31 e Quadro 06.

para as comemorações de 1940 (embora os castelos de Guimarães e S. Jorge constituíssem um pólo estratégico e político destas últimas) constata-se que, exceptuando Arraiolos, todos os outros foram objecto de obras.

Resumindo, as intervenções realizadas, ou não, nestes 10 castelos distribuíram-se espacial e temporalmente do seguinte modo:

Alto Alentejo (6 castelos) – Alandroal (4 anos de intervenção, de 1943 a 1946); Arraiolos (0 anos, não houve intervenções); Montemor-o-Novo (9 anos, de 1937 a 1945); Elvas (8 anos, de 1940 a 1941 e de 1943 a 1948); Marvão (2 anos, 1938 e 1948); Amieira (9 anos, 1934 e de 1942 a 1949);

Minho (1 castelo) – Guimarães (1 ano de intervenção, 1936);

Estremadura (1 castelo) – S. Jorge (12 anos de intervenção, 1929 e de 1938 a 1948);

Baixo Alentejo (1 castelo) – Santiago do Cacém (11 anos de intervenção, de 1936 a 1937 e de 1940 a 1948);

Ribatejo (1 castelo) – Alcanede (7 anos de intervenção, 1941 e de 1944 a 1949).

Se os castelos foram sem dúvida protagonistas em várias celebrações sobrevividas entre 1929 e 1949, justificando o elevado número de intervenções que sofreram e as significativas verbas neles investidas (referimos apenas os mencionados em duas publicações, CECC, 1939-1940 e CEEOP, 1948), foi sobretudo nas *Comemorações Centenárias*, em 1940, e nos *Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947*, em 1948-1949, que eles assumiram especial relevância, o que de alguma forma elucidará, em função dos condicionalismos oportunamente anunciados, a escolha do período de 1929-1949 para análise das intervenções efectuadas nos castelos portugueses.

No entanto, também outros acontecimentos marcantes contribuíram para adoptar tal limite temporal, para além das celebrações realizadas durante este período e do papel que os castelos nelas desempenharam. Com efeito, este espaço de tempo, para além do desejado distanciamento crítico, justificava-se por o seu início coincidir com as circunstâncias que envolveram a criação e a actuação da DGEMN, enquanto 1949 marca, de acordo com Fernando Rosas, a transição para um “(...) longo processo de agonia”⁴⁹¹.

⁴⁹¹ Cf. Mattoso e Rosas, 1993-1994, p.15.

Esta crise, resultante da guerra e do pós-guerra, teria reflexos também no plano ideológico e propagandístico do regime, que em 1949 ficaria assinalado pela demissão de António Ferro, grande responsável da política cultural do regime, enaltecida e celebrada primeiro nas actividades do SPN e depois do SNI, a que a DGEMN ficou devedora de forma directa, às vezes indirecta, dos seus princípios propagandísticos.

Se durante a década de quarenta se assiste a alguma contestação em redor dos critérios de intervenção, “conservação” *versus* “restauro”, e vice-versa, será no final desta década que vão aumentar as censuras à orientação da DGEMN, não focalizando já aspectos particulares das obras realizadas, mas antes denunciando a forma como o património arquitectónico era posto ao serviço do projecto e discurso políticos.

Um último aspecto que nos parece merecer particular relevo, e de que demos conta na introdução ao demarcar o intervalo temporal que íamos tomar em linha de conta, prende-se com a comunicação da DGEMN apresentada no *II Congresso do Centro Europeu para o Estudo dos Castelos* em Zürich intitulada *Castelos Medievais de Portugal*⁴⁹², à qual devemos acrescentar inevitavelmente os *Boletins*⁴⁹³ da DGEMN.

Quanto a estes, os *Boletins*, relembramos que entre Setembro de 1935 (Igreja de Leça de Bailio, Boletim n.º 1) e Dezembro de 1949 (Igreja de Sta. Maria, Óbidos, n.º 58) são publicados 58, dos quais 10 dedicados a castelos⁴⁹⁴, Guimarães (1937, n.º 8), Pombal (1940, n.º 21), S. Jorge (1941, n.ºs 25 e 26), Lanhoso (1942, n.º 29), Sesimbra (1943-1944, n.ºs 34 e 35), Feira (1944, n.ºs 37 e 38), Belver (1946, n.º 46), Silves (1948, n.º 51), Elvas (1948, n.º 54) e Sabugal (1949, n.º 57) e que eles compreenderam 10 exemplares dos 92 castelos alvos de intervenções, assim distribuídos por províncias:

Alto Alentejo, 2 – Elvas e Belver;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 0;

Beira Alta, 1 – Sabugal;

⁴⁹² Cf. MOP/DGEMN, 1949a.

⁴⁹³ Cf. MOP/DGEMN, 1935-1990.

⁴⁹⁴ Cf. Mapa 34 e Quadro 06.

Minho, 2 – Guimarães e Lanhoso;
Estremadura, 2 – S. Jorge e Sesimbra;
Beira Baixa, 0;
Algarve, 1 – Silves;
Baixo Alentejo, 0;
Beira Litoral, 1 – Pombal;
Ribatejo, 0;
Douro Litoral, 1 – Feira.

Nesta disposição, verifica-se que as províncias de Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Baixa, Baixo Alentejo e Ribatejo, não contempladas com nenhum exemplar, se situam em maioria junto à raia, em terrenos de forte implantação destas estruturas militares.

Por outro lado, cruzando esta informação com dados anteriores, apesar das datas dos *Boletins* serem diversas (variando entre 1937 e 1949), destes 10 castelos, todos classificados, verificamos que só Belver e Sesimbra não participaram na exposição dos *Quinze Anos de Obras Públicas*.

Também na publicação em causa, MOP/DGEMN (1949a, p.3), sobre um conjunto de estruturas militares denominadas *Castelos Medievais de Portugal* (de alguns dos quais para além do aspecto iconográfico, figuram desenhos e imagens e é apresentado um pequeno texto introdutório), faz-se a menção: “(...) recentes trabalhos de consolidação e de restauração (...)” que “(...) procuraram dar o aspecto que apresentavam, quando [o perigo] das ameaças das invasões muçulmanas não havia desaparecido e era latente o perigo da guerra com Castela”. Mas ainda outro aspecto merece destaque (p.3): a referência directa ao *Livro das Fortalezas* e à sua importância para o “(...) estudo da arquitectura militar da Idade Média (...)”, nomeadamente aludindo às “(...) características da planta e dos alçados dos castelos românicos e góticos de Portugal, e do seu estado de conservação ao começar o séc. XVI”.

De algum modo, esta publicação, para além de semelhanças com o *Livro das Fortalezas* na forma de apresentação – plantas e vistas panorâmicas –, exhibe um conjunto vasto de trabalhos realizados, o que em nossa opinião se revela como uma notável síntese não só da vastidão territorial desta campanha como dos princípios e critérios adoptados.

Continuando com a obra *Castelos Medievais de Portugal*⁴⁹⁵, constatamos que nela são apresentados em planta e vista panorâmica 29 castelos, acrescidos de mais 100 que apenas estão indicados na “Carta dos Castelos Medievais de Portugal”⁴⁹⁶, organizada igualmente de acordo com a sua distribuição pelas 11 províncias portuguesas. Para além destas 129 estruturas, não foram contabilizadas as construções de Flor da Rosa, Murallas do Porto e Torre de Ucanha, que também constam das imagens relativas a plantas e vistas panorâmicas e, ainda mais 20 outras construções que apenas estão presentes na referida carta, e que no seu conjunto (23 casos) não fazem parte da rede dos castelos portugueses proposta por este trabalho⁴⁹⁷. Os 20 imóveis são Arcos de Valdevez, Ponte de Lima, Amares, Barcelos, Vila Pouca de Aguiar, Vila Moreira, Almendra, Condeixa, Redinha, Ansião, Lagalhão, Dornes, Zebreira, Montalvão, Mora, Barbacena, Vidigueira, Ferreira do Alentejo, Salir e Estômbar.

Assim, no total temos 152 imóveis indicados como *Castelos Medievais de Portugal*⁴⁹⁸ dos quais somente 129 se contam entre os 182 que compõem a rede dos castelos portugueses⁴⁹⁹.

A distribuição destas 129 estruturas militares pelas províncias dá origem à seguinte informação:

Alto Alentejo, 31 – Juromenha, Alandroal, Terena, Arraiolos, Borba, Évora-Monte, Estremoz, Veiros, Valongo, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Monsaraz, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Belver, Marvão, Monforte, Amieira, Nisa, Alegrete e Portalegre;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 15 – Outeiro de Miranda, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Mogadouro, Penas Róias, Vila Flor, Algozo, Vinhais, Numão, Chaves, Montalegre, Vila Real e Lamego;

⁴⁹⁵ Cf. Mapa 35 e Quadro 06.

⁴⁹⁶ Cf. MOP/DGEMN, 1949a.

⁴⁹⁷ Cf. Mapa 17 e Quadro 01.

⁴⁹⁸ Cf. Mapa 35 e Quadro 06.

⁴⁹⁹ Cf. Mapa 17 e Quadro 01.

Beira Alta, 20 – Avô, Aguiar da Beira, Almeida, Castelo Bom, Castelo Mendo, Celorico da Beira, Linhares, Castelo Rodrigo, Guarda, Longroiva, Marialva, Pinhel, Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Vilar Maior, Moreira de Rei, Trancoso, Penedono e Viseu;

Minho, 12 – Braga, Arnóia, Guimarães, Lanhoso, Caminha, Castro Laboreiro, Melgaço, Lapela, Monção, Lindoso, Valença e Vila Nova de Cerveira;

Estremadura, 7 – Óbidos, Porto de Mós, Alenquer, S. Jorge, Torres Vedras, Palmela e Sesimbra;

Beira Baixa, 13 – Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Castelo Novo, Idanha--a-Nova, Idanha-a-Velha, Monsanto, Penha Garcia, Proença-a-Velha, Rosmaninhal, Salvaterra do Extremo, Segura e Penamacor;

Algarve, 7 – Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Loulé, Alvor, Silves e Tavira;

Baixo Alentejo, 9 – Alvito, Noudar, Beja, Mértola, Moura, Serpa, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Sines;

Beira Litoral, 8 – Coimbra, Lousã, Montemor-o-Velho, Penela, Soure, Leiria, Pombal e Ourém;

Ribatejo, 6 – Abrantes, Alcanede, Santarém, Tomar, Torres Novas e Almourol;

Douro Litoral, 1 – Feira.

Numa análise sumária verificamos que relativamente à rede dos castelos portugueses⁵⁰⁰ esta distribuição é abrangente. No entanto, revela algumas diferenças, nomeadamente uma ainda maior representatividade do Alto Alentejo, enquanto em sentido contrário se encontram Trás-os-Montes e Alto Douro e Estremadura. Noutro âmbito, destes 129 casos concluímos que 42 não sofreram intervenções até 1949, faltando nesta lista apenas 5 castelos (Santo Estêvão, Faria, Mouros, Faro e Cacela) para perfazer os 92 que foram objecto de obras neste espaço temporal⁵⁰¹. Temos assim 87 castelos com intervenções.

É ainda de realçar a importância deste documento, não só pelo levantamento que propicia sobre as estruturas militares existentes no território continental, como pela selecção dos 29 casos representados, que abrangem

⁵⁰⁰ Cf. Mapa 17 e Quadro 01.

⁵⁰¹ Cf. Mapa 57 e Quadro 08.

todas as províncias, com destaque para o uso de meio de elementos iconográficos, como veremos adiante.

Assim, no que respeita a estes 29 castelos⁵⁰², a sua distribuição pelas províncias é feita do seguinte modo:

Alto Alentejo, 7 – Estremoz, Viana do Alentejo, Alter do Chão, Elvas, Belver, Amieira e Alegrete;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 2 – Bragança e Montalegre;

Beira Alta, 3 – Sortelha, Trancoso e Penedono;

Minho, 2 – Guimarães e Lanhoso;

Estremadura, 5 – Óbidos, Porto de Mós, S. Jorge, Palmela e Sesimbra;

Beira Baixa, 1 – Belmonte;

Algarve, 1 – Silves;

Baixo Alentejo, 1 – Beja;

Beira Litoral, 3 – Montemor-o-Velho, Leiria e Pombal;

Ribatejo, 3 – Alcanede, Tomar e Almourol;

Douro Litoral, 1 – Feira.

Tais castelos são representados de forma elevada nesta publicação e correspondem a 15,9% dos 182 castelos que integram a rede dos castelos portugueses⁵⁰³, constatando-se que a maioria deles sofreu alguma intervenção entre 1929 e 1949⁵⁰⁴, exceptuando os casos de Alter do Chão, Alegrete e Montalegre. No final, restam 26 dos 92 castelos com obras no período sob consideração. De imediato se reconhece que mais uma vez o Alto Alentejo surge com o maior número de casos e que, de um modo geral, é prevalente a presença de estruturas militares na faixa litoral, em particular com concentração mais densa na Estremadura, Beira Litoral e Ribatejo.

Continuando a nossa análise, que se precipitou com o anúncio em 1938 das *Comemorações Centenárias* de 1940⁵⁰⁵, verificamos que dos 29 castelos

⁵⁰² Cf. Mapa 35 e Quadro 06.

⁵⁰³ Cf. Mapa 17 e Quadro 01.

⁵⁰⁴ Cf. Mapa 57 e Quadro 08.

⁵⁰⁵ Cf. CECC, 1939-1940.

que assumem papel especial nesta publicação⁵⁰⁶ 19 foram objecto de participação pelo Fundo de Desemprego por deliberação de 23 de Fevereiro de 1939 de Duarte Pacheco, ministro do MOPC⁵⁰⁷. A saber:

Alto Alentejo, 2 – Estremoz e Belfer;
Trás-os-Montes e Alto Douro, 2 – Bragança e Montalegre;
Beira Alta, 1 – Trancoso;
Minho, 1 – Lanhoso;
Estremadura, 4 – Óbidos, Porto de Mós, Palmela e Sesimbra;
Beira Baixa, 1 – Belmonte;
Algarve, 1 – Silves;
Baixo Alentejo, 1 – Beja;
Beira Litoral, 3 – Montemor-o-Velho, Leiria e Pombal;
Ribatejo, 2 – Tomar e Almourol;
Douro Litoral, 1 – Feira.

Em relação à exposição *Quinze Anos de Obras Públicas* (CEEOP, 1948) constatamos haver 15 castelos coincidentes, que a seguir se discriminam:

Alto Alentejo, 2 – Elvas e Amieira;
Minho, 2 – Guimarães e Lanhoso;
Estremadura, 4 – Óbidos, Porto de Mós, S. Jorge e Palmela;
Algarve, 1 – Silves;
Baixo Alentejo, 1 – Beja;
Beira Litoral, 2 – Leiria e Pombal;
Ribatejo, 2 – Alcanede e Almourol;
Douro Litoral, 1 – Feira.

Igualmente com recurso a esta listagem podemos verificar que de entre as 29 estruturas em causa só Viana do Alentejo, Alter do Chão e Alegrete no Alto Alentejo e Sortelha e Penedono na Beira Alta não constam dos

⁵⁰⁶ Cf. MOP/DGEMN, 1949a.

⁵⁰⁷ Cf. CECC, 1939-1940.

casos que acabámos de descrever, o que demonstra a adequação desta publicação em relação aos anteriores acontecimentos.

Comuns a estes três episódios – lembremos: financiamento de 1939-1940⁵⁰⁸, exposição dos *Quinze Anos de Obras Públicas*⁵⁰⁹ e *Castelos Medievais de Portugal*⁵¹⁰ – encontram-se 10 castelos, Lanhoso no Minho, Óbidos, Porto de Mós e Palmela na Estremadura, Silves no Algarve, Beja no Baixo Alentejo, Leiria e Pombal na Beira Litoral, Almourol no Ribatejo e Feira no Douro Litoral, todos com intervenções. Outro facto que ressalta desta relação é a localização destes castelos, quase todos próximos da faixa litoral, o que confirma uma tendência já antes sublinhada.

Cruzando estas informações com as dos 10 *Boletins* (MOP/DGEMN, 1935-1990)⁵¹¹ publicados até 1949, verificamos que de entre os 29 castelos presentes nos *Castelos Medievais de Portugal* (MOP/DGEMN, 1949a)⁵¹² nove constam em tais *Boletins* (só o castelo de Sabugal não se encontra neles referido) e que em relação à síntese anterior estão integrados quatro castelos, a saber: Lanhoso, Silves, Pombal e Feira (todos de novo na faixa litoral do País).

Comparando as publicações MOP/DGEMN (1949a) e *Livro das Fortalezas*⁵¹³ verificamos que apenas seis dos 29 castelos são comuns (Estremoz, Elvas e Alegrete no Alto Alentejo, Bragança e Montalegre em Trás-os-Montes e Alto Douro e Beja no Baixo Alentejo), embora se considerarmos os 129 castelos a percentagem seja bem superior. Por outro lado, dos 64 castelos presentes no *Livro das Fortalezas* apenas nove não constam da *Carta dos Castelos Medievais de Portugal* inclusa em MOP/DGEMN (1949a): Olivença, Ouguela, Assumar e Alpalhão no Alto Alentejo, Vimioso, Monforte de Rio Livre, Portelo e Piconha em Trás-os-Montes e Alto Douro e Mouros na Estremadura.

Podemos ainda concluir que, apesar da referência explícita na publicação *Castelos Medievais de Portugal* (MOP/DGEMN, 1949a) ao *Livro das Fortalezas*, as 29 estruturas não estão localizadas no interior raiano de forma evidente e

⁵⁰⁸ Cf. Mapa 31 e Quadro 06.

⁵⁰⁹ Cf. Mapa 33 e Quadro 06.

⁵¹⁰ Cf. Mapa 35 e Quadro 06.

⁵¹¹ Cf. Mapa 34 e Quadro 06.

⁵¹² Cf. Mapa 35 e Quadro 06.

⁵¹³ Cf. Mapa 11 e Quadro 03.

clara mas, pelo contrário, se situam em locais próximos da faixa litoral, confirmando uma tendência já frisada. Esta conjuntura não deverá ser alheia à presença de alguns castelos considerados pelo regime mais representativos da tradição histórica que se desejava exaltar. Enfim, talvez possamos considerar que, de forma implícita, da imagem dos castelos portugueses que se deseja “restaurar” ou “conservar” seja esta última a ficção construída pelo regime.

2.6 Valor simbólico da ruína

2.6.1 Os castelos antes das intervenções da DGEMN

Quanto ao estado de conservação em que se encontravam os castelos em Portugal no período antecedente às campanhas executadas pela DGEMN, torna-se inevitável nesta altura do trabalho proceder não só a uma breve descrição da sua condição material, recorrendo a adequadas fontes documentais e iconográficas relativas ao panorama geral e a alguns casos particulares que integram a base do nosso estudo, como dilucidar em que medida a condição apriorística que se lhes associava – a ruína – contribuiu, num contexto nacional e internacional, para a formulação de um corpo disciplinar próprio: restauro *versus* conservação.

Para a consecução deste objectivo analisar-se-á documentação coeva que testemunhe o estado de abandono ou de demolição intencional que, em conjunto com a destruição ocasionada pela função própria (militar) dos castelos, conduziu à sua ruína. Ver-se-á, com o contributo de alguns autores que em tempo invocaremos, como foi possível identificar valores conferidos aos castelos no sentido de lhes associar uma carga ideológica, símbolo de uma consciência nacionalista de que o regime ditatorial posteriormente se arrogaria.

Nesta subsecção, cronologicamente votaremos a nossa atenção à revista *O Occidente* (1878-1915) e aos já invocados trabalhos de Almeida D’Eça (1925), João Grave (193?) e Jorge das Neves Larcher (1933-1935, 1934 e 1937). Deste último, realçaremos de novo o seu papel na *Revista dos Centenários* (CECC, 1939-1940) que em nosso juízo contribuiu de modo insofismável para a valorização dos atributos históricos e pedagógicos dos castelos

portugueses e ainda para o seu inegável interesse na área do turismo. Além disso, veremos como outros factores contribuíram para delinear e justificar empreendimentos concebidos pelo regime político, confirmando a tendência da historiografia do início do séc. XX para a descrição de factos e dados evocativos ornados de fortes conotações ideológicas e morais, apesar da leitura dos monumentos, enquanto objectos artísticos, para isso não se considerar vocacionada.

Por último, teremos em conta, entre outros, os trabalhos de Rosas (1995) e de Fernandes (2005), concretamente no que se refere às intervenções em estruturas militares realizadas durante o séc. XIX e princípios do séc. XX, com particular destaque para o projecto de reconstrução do castelo de Leiria, de Ernesto Korrodi⁵¹⁴.

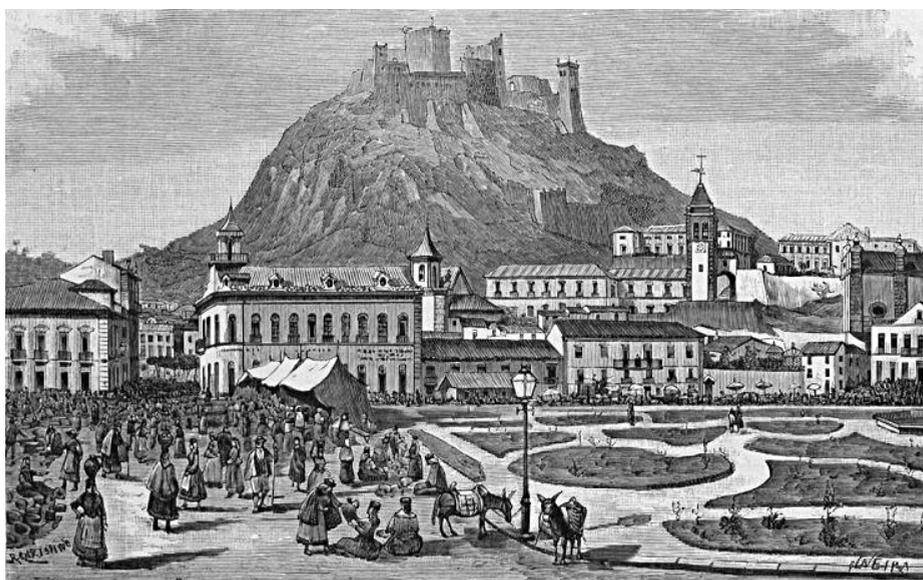


Figura 47 – Castelo de Leiria

Começando a análise pela revista *O Occidente*, de que o primeiro número data de 1878 e o último de 1915, abrangendo assim uma transição de séculos

⁵¹⁴ Complementarmente, a este propósito, pode consultar-se a obra de Costa (1997b) intitulada *Ernesto Korrodi: 1889-1944: Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*.

e dois regimes políticos diferentes – monarquia e república –, nos vários exemplares publicados⁵¹⁵ vamos encontrar referência, através de imagens ou textos, a 34 dos 182 castelos que integram a rede dos castelos portugueses⁵¹⁶, de acordo com o Mapa 24 e o Quadro 05 assim distribuídos pelas províncias:

Alto Alentejo, 9 – Évora-Monte, Montemor-o-Novo, Portel, Alter do Chão, Castelo de Vide, Belver, Marvão, Monforte e Portalegre;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 3 – Bragança, Monforte de Rio Livre e Montalegre;

Beira Alta, 4 – Celorico da Beira, Pinhel, Sabugal e Trancoso;

Mínho, 2 – Guimarães e Lapela;

Estremadura, 4 – Óbidos, S. Jorge, Palmela e Sesimbra;

Beira Baixa, 1 – Covilhã;

Algarve, 1 – Silves;

Baixo Alentejo, 2 – Alvito e Alcácer do Sal;

Beira Litoral, 3 – Montemor-o-Velho, Leiria (figura 47) e Pombal;

Ribatejo, 4 – Abrantes, Tomar, Torres Novas e Almourol;

Douro Litoral, 1 – Feira.

Observe-se que alguns destes castelos serão mencionados mais de uma vez e em diferentes números da revista.

Comparando a lista anterior com o quadro das intervenções realizadas entre 1929 e 1949 pela DGEMN⁵¹⁷, verificamos que das 34 estruturas referenciadas, 26 viriam a ser sujeitas a intervenções. Os oito castelos remanescentes, não intervencionados, mas que ainda assim se acham referidos em diversos números da revista, foram Alter do Chão, Monforte e Portalegre no Alto Alentejo, Monforte de Rio Livre e Montalegre em Trás-os-Montes e Alto Douro, Covilhã na Beira Baixa, Alcácer do Sal no Baixo Alentejo e Abrantes no Ribatejo.

De um modo geral, as imagens e descrições apontam para um cenário basicamente caracterizado pelo abandono e pela ruína, facto que não significa necessariamente uma presença menos visível na paisagem, urbana

⁵¹⁵ Somente não foram consultados os volumes 23 (1900), 24 (1901), 31, n.ºs 1068 e 1069 (1908) e 33, n.º 1130 (1910).

⁵¹⁶ Cf. Mapa 17 e Quadro 01.

⁵¹⁷ Cf. Mapa 57 e Quadro 08.

ou rural. Oscilando entre a valorização da ruína e a sua condenação, o que traduz o descrédito do Homem pela natureza histórica dos objectos arquitectónicos, deparamo-nos logo a partir de um dos primeiros números (a propósito do castelo de Monforte de Rio Livre⁵¹⁸) com o discurso que, *grosso modo*, viria a ser adoptado nos restantes:

“Do castello que defronta com Galliza, cujos montes se veem além representados na nossa gravura, restam hoje umas solitarias e pittorescas muralhas, que parecem recordar-se saudosas dos bellos tempos em que constantemente ouviam os bramidos do leão de Castella que lhe vinha rugir ás portas. Hoje é uma ruina característica, muito venerada por certo e muito digna de figurar no album do *touriste* ou nas paginas onde se reservam as reliquias das passadas glorias nacionaes. O nosso desenhador Manuel de Macedo, divagando ha dois annos, em excursão artistica, pelas faldas de Monforte, entendeu salvar o velho castello do esquecimento publico, e eis o motivo porque elle veio na sua decrepitude receber o baptismo da gravura nas paginas do Occidente, rejuvenescendo assim por um momento para a curiosidade dos contemporaneos, já que não lhe é dado renascer para as façanhas militares do nosso tempo. A paizagem que se estende ao sopé da velha fortaleza, é lindissima, celebrada mesmo pela sua amenidade, como é a extensa veiga de Chaves, villa que fica distante alguns kilometros. O horisonte é vasto, soberbo mesmo, e póde dizer-se que do alto do velho castello se offerece aos olhos do viajante um dos panoramas mais pittorescos e interessantes do paiz”.



Figura 48 – Castelo de Leiria

⁵¹⁸ Cf. O Occidente, 1878-1915, Vol.1, 12, p.94.

Em *Castles of Portugal*, Almeida D'Eça (1925) assinala, por meio de imagem ou texto, os seguintes 86 castelos⁵¹⁹ que integram a rede dos castelos portugueses⁵²⁰:

Alto Alentejo, 20 – Juromenha, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Portel, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Belver, Marvão, Monforte, Alegrete e Portalegre;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 9 – Outeiro de Miranda, Bragança, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Algosos, Chaves, Montalegre, Vila Real e Lamego;

Beira Alta, 9 – Celorico da Beira, Guarda, Marialva, Pinhel, Alfaiates, Sabugal, Trancoso, Penedono e Viseu;

Minho, 11 – Braga, Guimarães, Lanhoso, Caminha, Castro Laboreiro, Melgaço, Lapela, Monção, Lindoso, Valença e Vila Nova de Cerveira;

Estremadura, 7 – Óbidos, Porto de Mós, S. Jorge, Mouros, Torres Vedras, Palmela e Sesimbra;

Beira Baixa, 8 – Belmonte, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Monsanto, Penha Garcia, Rosmaninhal, Salvaterra do Extremo e Penamacor;

Algarve, 5 – Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Silves e Tavira;

Baixo Alentejo, 7 – Alvito, Beja, Mértola, Moura, Serpa, Alcácer do Sal e Sines;

Beira Litoral, 6 – Lousã, Montemor-o-Velho, Penela, Leiria (figura 48), Pombal e Ourém;

Ribatejo, 3 – Tomar, Torres Novas e Almourol;

Douro Litoral, 1 – Feira.

Além disso, dá ainda notícia de outros imóveis, a saber: Palácio da Pena, Peniche, S. João da Foz, Leça do Bailio, Salir, Torre de Belém, Vila do Conde, Arcos de Valdevez, Santiago, Giella, Outão, S. Filipe, Vila Nova de Milfontes e Sagres.

Seguindo o método de análise adoptado no caso anterior (revista *O Occidente*) constatámos que das 86 estruturas referenciadas 57 viriam a ser alvo de obras. Por conseguinte, apenas 29 castelos, Juromenha, Arraiolos, Borba, Alter do Chão, Arronches, Avis, Monforte, Alegrete e Portalegre (no Alto Alentejo), Outeiro de Miranda, Torre de Moncorvo, Montalegre e Vila

⁵¹⁹ Cf. Mapa 25 e Quadro 05.

⁵²⁰ Cf. Mapa 17 e Quadro 01.

Real (em Trás-os-Montes e Alto Douro), Caminha, Castro Laboreiro, Melgaço, Monção e Vila Nova de Cerveira (no Minho), Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Penha Garcia, Rosmaninhal e Salvaterra do Extremo (na Beira Baixa), Alcoutim (no Algarve) e Mértola, Moura, Serpa, Alcácer do Sal e Sines (no Baixo Alentejo) não seriam objecto de qualquer intervenção.

Outro dado a reter é que 25 destes 86 castelos integram a lista dos 31 casos descritos na *Revista dos Centenários*, distribuindo-se do seguinte modo no que diz respeito às províncias:

Alto Alentejo, 1 – Marvão;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 1 – Bragança;

Beira Alta, 4 – Celorico da Beira, Marialva, Sabugal e Penedono;

Minho, 2 – Guimarães e Lanhoso;

Estremadura, 4 – Óbidos, Porto de Mós, Palmela e Sesimbra;

Beira Baixa, 1 – Belmonte;

Algarve, 1 – Silves;

Baixo Alentejo, 3 – Mértola, Serpa e Alcácer do Sal;

Beira Litoral, 4 – Montemor-o-Velho, Penela, Leiria e Pombal;

Ribatejo, 3 – Tomar, Torres Novas e Almourol;

Douro Litoral, 1 – Feira.

Como se constata, a publicação (p.5) retrata uma possível viagem em torno dos castelos em Portugal, onde, para além de relatos sobre a história de algumas das estruturas representadas, se descreve o respectivo estado de conservação e, nalguns casos, se detalham e comentam obras que se encontram a decorrer, indo desde o elogio ao carácter pitoresco da ruína ao sentimento oposto, quando se clama contra o abandono:

“Portugal, too, has Castles, Portugal also can show picturesque ruins, ruins and castles which are the pages of stone on which her History is inscribed; pages, too, which are filled with most enchanting legends”.

Para D’Eça, o turismo é uma das formas possíveis e interessantes de valorização destas estruturas.

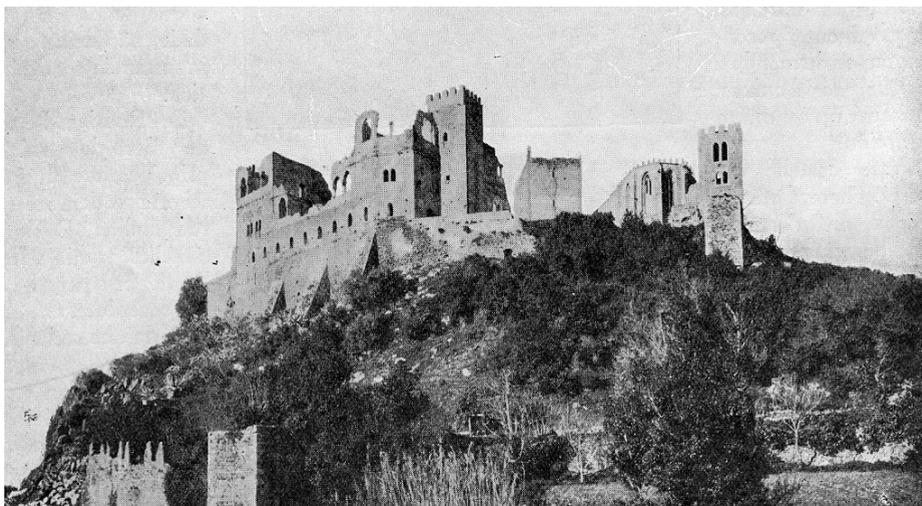


Figura 49 – Castelo de Leiria

Na obra *Castellos Portuguezes*, de João Grave (193?), encontramos, sob a forma de texto ou imagem, referidos 44 castelos. De acordo com o Mapa 26 e o Quadro 05 são assim distribuídos pelas províncias:

Alto Alentejo, 5 – Évora-Monte, Estremoz, Alter do Chão, Campo Maior e Amieira;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 9 – Bragança, Carrazeda de Ansiães, Miranda do Douro, Mogadouro, Penas Róias, Numão, Chaves, Montalegre e Vila Real;

Beira Alta, 7 – Celorico da Beira, Guarda, Pinhel, Sabugal, Sortelha, Trancoso e Penedono;

Minho, 4 – Guimarães, Lanhoso, Melgaço e Monção;

Estremadura, 4 – Óbidos, Mouros, Torres Vedras e Palmela;

Beira Baixa, 1 – Belmonte;

Algarve, 1 – Silves;

Baixo Alentejo, 4 – Alvito, Beja, Mértola e Sines;

Beira Litoral, 4 – Lousã, Montemor-o-Velho, Leiria (figura 49) e Ourém;

Ribatejo, 4 – Santarém, Tomar, Torres Novas e Almourol;

Douro Litoral, 1 – Feira.

Igualmente, é dada notícia de mais oito estruturas acima não contabilizadas: Vilharigues, Leça da Palmeira, Torre de Belém, Palácio da Pena, Leça do Bailio, Giella, Ponte de Lima e Viana do Castelo. Aliás, noutras partes

da publicação, nomeadamente em a *Carta dos Castelos de Portugal* e na lista *Outros Castellos*, são ainda mencionados mais 26 imóveis.

Verificámos que das 44 estruturas referenciadas 35 iriam sofrer obras. Deste modo, conclui-se que apenas nove castelos, concretamente, Alter do Chão (no Alto Alentejo), Mogadouro, Penas Róias, Montalegre e Vila Real (em Trás-os-Montes e Alto Douro), Melgaço e Monção (no Minho) e Mértola e Sines (no Baixo Alentejo) não seriam alvo de intervenções.

Um outro dado relevante é que destes 44 castelos os 18 seguintes, Bragança (em Trás-os-Montes e Alto Douro), Celorico da Beira, Sabugal, Sortelha e Penedono (na Beira Alta), Guimarães e Lanhoso (no Minho), Óbidos e Palmela (na Estremadura), Belmonte (na Beira Baixa), Silves (no Algarve), Mértola (no Baixo Alentejo), Montemor-o-Velho e Leiria (na Beira Litoral), Tomar, Torres Novas e Almourol (no Ribatejo) e Feira (Douro Litoral) fazem parte da lista dos 31 descritos na *Revista dos Centenários*.

É nossa opinião que a obra de Grave se reveste de enorme interesse, sobretudo por duas ordens de razões. A primeira, porque é publicada, apesar da imprecisão da sua edição (foi na década de trinta, até 1934, ano em que faleceu), no período vigente do Estado Novo e da DGEMN e, daí, fazer referência a obras em curso. A segunda que reputamos merecer destaque prende-se com o próprio conteúdo do texto, que aborda, entre outros, os seguintes temas: 1) a descrição e a valorização dos factos históricos associados às estruturas militares (os aspectos artísticos são subalternizados face aos factos históricos); 2) a caracterização destas fortificações em função da história da nação e da evolução do armamento; 3) o carácter de ruína em que se encontra a maioria dos castelos e as respectivas causas. Este conjunto circunstancial encontra-se explicitado nas palavras do próprio Grave (p.5):

“Muitas das mais antigas e nobres paginas da historia da nacionalidade portugueza estão gravadas nos seculares granitos que formam as muralhas dos velhos castellos solitarios erguendo no espaço as torres que as aguias coroom com o seu vô e a que o tempo deu uma bella patina. Cada um d’elles tem seus heroismos e suas lendas. Foram alcaçovas de realezas e moradas de nobres. Resoaram nos seus lagedos as balugas ponteagudas dos guerreiros medievos vestidos de ferro. As pedras das suas fortes paredes,

algumas millenarias que se desconjuntam lentamente, amontoando-se em ruínas que os musgos parasitarios recobrem, são mudas testemunhas de feitos épicos ou de acontecimentos terríveis, conservando a recordação de assaltos repellidos fulgurantemente, de prolongados cercos em que a lealdade e a intrepidez dos antepassados tantas vezes se affirmaram sem vacillações, de desesperadas surtidas, de incendios, de alaridos, de terrores, de matanças, de sangue!”.

Mais à frente, Grave realça de novo, nas suas conclusões os aspectos d’
“A Significação Patriótica dos Castellos” (p.55):

“Não são apenas documentos importantes para a ethnographia, para a archeologia, para a anthropologia; são também vivos e intensos capitulos em pedra dos Annaes de Portugal. Todos teem a sua historia. (...) Os castellos, surgindo dos seculos findos com as suas muralhas, seus torreões, suas pedras oscilam de decrepitude, caem agora lentamente, amontoando as ruínas á sua volta; todavia representam a principal actividade, a mais elevada preocupação, a crença mais ardente, a aspiração mais alta d’uma epoca, affirmando com eloquencia a sua poderosa acção nos acontecimentos militares de que foram conjuntamente espectadores e actores. Por isso mesmo é que elles não inseparaveis da historia nacional, de que fazem a illuminura maravilhosamente expressiva e d’um tão poderoso relevo artístico. (...) Mais claramente do que nenhum trabalho historico, explicam estes castellos abandonados e recobertos de ervas parasitarias, as retomadas origens da Nação Portugueza!”

Uma tónica que se descortina na obra de Grave e, de algum modo, também na de D’Eça, viria mais tarde a ter ressonância nos trabalhos de Larcher, concretamente nos artigos anteriormente abordados e que constam da *Revista dos Centenários* (como por exemplo o castelo de Leiria, figura 50).

Fazendo apelo à salvaguarda dos castelos como pretexto para o desenvolvimento do turismo, Larcher (1933-1935, 1, p.7) cita D’Eça: “Municipalities of Portugal! Preserve your Castles; in order to see them large numbers of excursionists will visit your districts”.

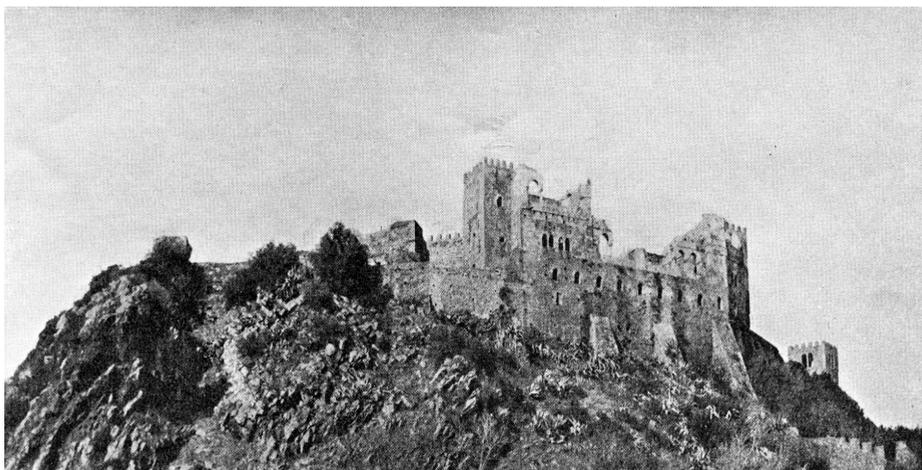


Figura 50 – Castelo de Leiria

Por outro lado, ilustrando o pensamento de Grave, Larcher (1933-1935, 1, p.14) declara: “Os castelos foram pois os formidáveis redutos da independência da Pátria, as testemunhas mudas dos épicos feitos dos nossos antepassados, padrões imorreduiros das glórias portuguesas”.

Tal como o havia feito Grave, Larcher no artigo *Em Defesa dos Castelos Portugueses* (1937, p.55), enfatiza o significado patriótico de tais estruturas, com estas palavras:

“(…) é motivo bastante que todos os portugueses se convençam de que é indispensável cuidar com urgência da conservação dos nossos castelos, evitando novas ruínas, e procurando restaurar não com critérios fantasistas, mas com o mais rigoroso escrúpulo, essas vélhas fortalezas que são não só monumentos de subido valor histórico, como também preciosos elementos para o desenvolvimento do turismo em terras portuguesas”.

Para estes autores (D’Eça, Grave e Larcher) resulta claro que do significado, sobretudo o histórico, atribuído aos castelos é indissociável a intervenção, podendo inferir-se que a maioria dos castelos em Portugal se encontrava em deficiente estado de conservação.

À iconografia destas três publicações, *O Occidente, Castles of Portugal* e *Castellos Portuguezes*, poderíamos acrescentar as representações na *Revista*

dos Centenários, extraindo-se do conjunto uma oportuna descrição imagética do panorama geral dos castelos em Portugal entre os finais do séc. XIX e o fim da década de trinta do séc. XX, altura em que se testemunha um acentuado crescendo de intervenções a propósito das *Comemorações Centenárias* de 1940, que se avizinhavam.

Como manifesta Luís Chaves no prefácio da obra de Larcher (1934, p.8 e p.10) à valorização dos castelos como “(...) declamação romântica inspirada em ruínas (...)” é atribuída a decadência, assumindo-se, porém, que à intervenção não devem obedecer:

“(...) restauros fantasiosos nem reconstituições poéticas ou modernistas em aspecto e técnica. Sejamos mais modestos, mais heróicos. Acuda-se aos castelos; segurem-se para não caírem; detenha-se a ruína com obras de fixação; o mínimo que tiver de ser reconstruído seja-o com escrupulo máximo, e guardem-se como se guarda museu, estátua ou jardim”.

Ao invés da aclamada generalização dos critérios de intervenção, orientados por decisões políticas figuradas, estes textos tornam-se relevantes dado que antecipam a própria consciência e prática do regime e dos organismos estatais que teriam por responsabilidade a salvaguarda dos monumentos, em particular dos castelos.

Assim, este conjunto de publicações permite enunciar os seguintes aspectos que reputamos evidentes: 1) a valorização dos castelos enquanto factores de promoção da actividade turística; 2) à ruína é associada a imagem de decadência e por esse motivo passível de intervenção; 3) a recusa de processos de restauros fantasiosos, defendendo-se de forma explícita obras reduzidas, pretensamente rigorosas; 4) a recusa da aplicação de materiais e técnicas novos; 5) o quadro simbólico que estas estruturas militares, de forma implícita, sem função programática, deviam desenhar e desempenhar na paisagem.

Fruto deste cenário, ressaltavam dois dados que pressentiam o conteúdo e a orientação das futuras intervenções em castelos portugueses: o valor da antiguidade que se desejava conservar, para o que não seria fundamental que fossem reintegrados na sua totalidade, e, por outro lado, o carácter simbólico que a sua presença no território devia testemunhar.

De outra forma e, talvez paradoxalmente em face do caso eleito – o castelo de S. Jorge – encontramos também esta percepção na *Nota Oficiosa da Presidência do Conselho* de 1938, já atrás parcialmente citada, justificando assim, em nosso entendimento, a adopção de procedimentos diversos para tais construções. Como já referimos, o exemplo acima – o castelo de S. Jorge –, não se pode considerar caso paradigmático das intervenções realizadas, pois se proveu de procedimentos e processos de transformação de grande envergadura, por se tratar de uma estrutura à qual foi atribuída especial representatividade no âmbito das *Comemorações Centenárias*.

Apesar do estado dos castelos em Portugal antes da instauração do Estado Novo denotar uma destruição e abandono generalizados, devido a circunstâncias que se prendem com factores decorrentes da perda de uso, de demolições ou, ainda, em resultado da acção do tempo, podem ainda assim descortinar-se algumas intervenções nas estruturas que nos encontramos a analisar, limitadas a consolidações estruturais ou a transformações pesadas da estrutura física e geralmente de ocupação funcional.

Consultando o *Catálogo Analítico* de Rosas (1995), relativo às ocorrências entre 1835 e 1928⁵²¹, constatamos que são referenciados 15 castelos (já distribuídos por províncias):

Alto Alentejo, 2 – Évora-Monte e Alter do Chão;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 1 – Bragança;

Minho, 2 – Braga e Guimarães;

Estremadura, 3 – Porto de Mós, S. Jorge e Palmela;

Beira Baixa, 1 – Covilhã;

Baixo Alentejo, 1 – Noudar;

Beira Litoral, 2 – Coimbra e Leiria;

Ribatejo, 2 – Torres Novas e Almourol;

Douro Litoral, 1 – Feira.

A autora enquadra estes castelos em três conjunturas: “restauros e projectos de restauro”, quando se refere a Alter do Chão, Feira, Leiria e Noudar,

⁵²¹ Cf. Mapa 28 e Quadro 05.

“demolições e reutilizações”, se aborda as estruturas de Braga, Coimbra, Torres Novas e Covilhã, “edifícios descritos antes dos restauros da DGEMN”, ao falar de Almourol, Bragança, Évora-Monte, Guimarães, Palmela, Porto de Mós e S. Jorge.

Também Fernandes (2005) faz a sua análise do cenário anterior à DGEMN. Para além de confirmar os dados referidos por Rosas (1995), observa alguns aspectos que contribuem de outro modo para a interpretação que temos vindo a efectuar. Assim, salienta a responsabilidade do Ministério da Guerra na maioria das obras realizadas nestas estruturas militares durante o séc. XIX e refere ainda outras reparações em exemplares de propriedade particular. De forma destacada, releva as operações realizadas nos castelos da Feira (de iniciativa local, através da *Comissão de Vigilância, Guarda e Conservação*) e o carácter excepcional do projecto que rodeou o castelo de Leiria, sob a direcção de Ernesto Korrodi⁵²².

O conceito que preside a este estudo (figura 51) estrutura-se sob a influência directa das teorias de Viollet-le-Duc, demarcando-se das intervenções até

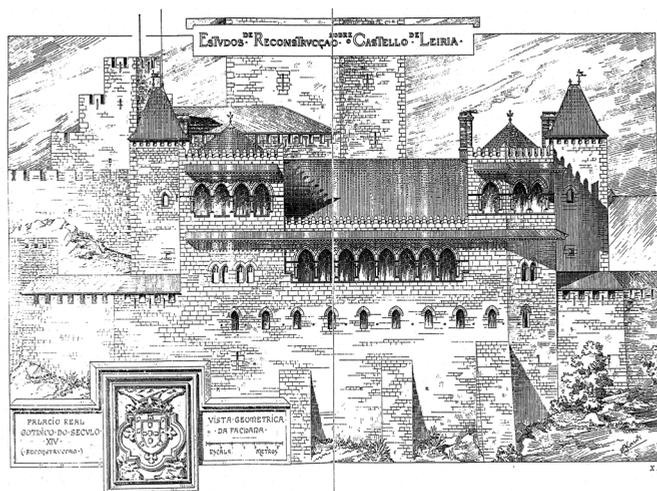


Figura 51 – Castelo de Leiria, Ernesto Korrodi, 1898

⁵²² Para uma análise pormenorizada deste trabalho veja-se a publicação do próprio autor *Estudos de Reconstrucção sobre o Castelo de Leiria: Reconstituição Graphica de um Notavel Exemplo de Construcção Civil e Militar Portuguesa* (1898). Ainda sobre este projecto pode-se consultar Costa (1997b).

Refira-se, a propósito, que embora o projecto date de 1895, só em 1916 as obras foram iniciadas e sem a supervisão de Korrodi. Posteriormente, a obra ser-lhe-ia entregue, permanecendo na sua direcção até à década de trinta, altura em que a DGEMN a assumiria.

ao momento registadas, sobretudo do ponto de vista metodológico. Korrodi partiu de um pressuposto de “reconstituição científica” do conjunto, onde a leitura da situação existente se complementava com a interpretação do objecto arquitectónico, resultando, no final, num estado que o castelo pode nunca ter apresentado. Deste modo, o projecto desenhava-se, em simultâneo, numa perspectiva dedutiva e indutiva⁵²³. A primeira partia de uma observação objectiva dos vestígios materiais recolhidos no lugar e a segunda resultava dos estudos arqueológicos e históricos desses elementos que, em sequência, permitiriam não só a sua identificação numa determinada tipologia e estilo, como também a reconstituição exemplar das estruturas ausentes com base no critério enunciado anteriormente: a unidade de estilo. Porém, às obras associaram-se pressupostos menos intervencionistas, permitindo-se nuns casos a presença da ruína, noutros a sua recomposição parcial.

Como esclarece Tomé (2002), apenas a perspectiva adoptada em Leiria se iria tornar referência importante para as futuras campanhas conduzidas pela DGEMN a partir de 1929. Esta constatação pode nascer de duas realidades: por um lado, a valorização atribuída à intervenção como forma de resgatar a ruína e o significado simbólico a ela associada; por outro, o cariz metodológico desenvolvido no projecto e na obra realizada.

Apesar deste reconhecimento, nas páginas do primeiro *Boletim* (MOP/DGEMN, 1935-1990, 1, pp.15-16) podemos encontrar nas palavras do director-geral deste organismo (leia-se: da DGEMN) uma crítica incisiva e direccionada a esta obra:

“Neste Monumento os erros ressaltam mesmo para aqueles que não se têm dedicado ou não têm acompanhado as obras de restauro. A destacar-se está a construção, na Torre de Menagem, de um alpendre de madeira e telha, que é uma fantasia; a construção de um piso em betão armado num canto da referida Torre, a fim de servir de miradouro e que foi elevada de 2,5m; a cobertura e pavimentos da Torre em betão armado em vez de madeiramento, como era uso na época; construção do pavimento da Alcáçova real em betão em vez de madeira, como se verifica com os elementos existentes nas paredes para

⁵²³ Cf. Tomé (2002).

a colocação das linhas e barrotaria; a falsa construção de uma escada de acesso à Alcáçova, sem haver qualquer vestígio; a não menos falsa reconstituição de uma casa medieval de guarda, da qual não há também vestígios. Nas obras de restauro que estão sendo realizadas não poderá deixar-se de demolir tudo quanto foi executado sem o objectivo de uma reconstituição séria”.

Neste excerto sobressai a recusa à aplicação de novos materiais e a técnicas construtivas recentes, bem como a condenação de qualquer tipo de obras que não resultassem do achado de vestígios que justificassem a sua realização. Esta situação converge na aparente condenação ao carácter indutivo resultante da matriz metodológica do projecto proposto por Korrodi. Na generalidade, os critérios de intervenção propostos iam no sentido de recuperação de uma imagem primitiva de um castelo, de uma igreja ou de outro qualquer monumento, situação que à partida implicava o uso de materiais e técnicas construtivas próximas das ancestrais, que associadas à reutilização dos vestígios e materiais descobertos em escavações arqueológicas, das demolições ou mesmo de estruturas envelhecidas de forma artificial, conjugavam a fictícia conservação de uma pretensa antiguidade que estes objectos arquitectónicos, por via do seu valor documental e de memória, permitiam validar e testemunhar.

Perante o carácter simbólico que deveriam manifestar no contexto dos lugares onde se implantavam, e ainda face ao vazio programático e funcional que lhes estava associado, aos castelos ficaria somente implícita a construção de uma imagem íntegra, onde por via da realização de sondagens e escavações nos espaços interiores e exteriores próximos era garantido o material necessário para a execução dos trabalhos que permitissem configurar-lhes a expressão física primitiva, no caso militar. À composição deste quadro era plausível e desejável que, em sincronia, coexistissem a imagem da ruína, que em si mesma era garantia do fluir do tempo e da acção do homem sobre o espaço e sobre a forma, ou seja, o valor da antiguidade, e a marca política e ideológica do presente, que se manifestava na aparência destas estruturas, libertas de construções e outros elementos considerados espúrios na definição da imagem do território.

A validação e a autenticação das recomposições espaciais e formais através do auxílio decisivo dos indícios arqueológicos descobertos no espaço

dos monumentos, e no caso específico destas estruturas militares, são também elas destacadas na publicação *Obras em Monumentos Nacionais* apresentado no *Congresso Internacional de História de Arte*, realizado em 1949 (MOP/DGEMN, 1949b):

“Principalmente os Castelos, as Torres de Menagem e de Atalaia, as Muralhas, os Mosteiros, as Igrejas, os Aquedutos e Pelourinhos, foram libertados de impróprios acrescentos, tendo sido reconstituídos de acordo com os vestígios que foi possível encontrar e que em muito contribuíram para a sua restauração dentro do estilo arquitectónico do seu primitivo traçado”.

2.6.2 A determinação de um corpo disciplinar

A partir do documento elaborado em 1898 pela *Comissão Geral de Viena para a Restauração de Monumentos*, posteriormente divulgado no *Congresso Internacional de Arquitectos* realizado em Madrid em 1904, foram introduzidos os conceitos de “monumentos mortos” e “monumentos vivos”. Estas determinações decorrem tão-só de uma análise funcional. Enquanto “monumentos mortos” foram designadas todas as construções que com o decorrer do tempo viram perecer o uso para que foram criadas e nunca adquiriram uma reutilização. Como “monumentos vivos” eram consideradas as que, ao invés, mantinham funcionalidade, de carácter ancestral ou não. Para os “monumentos mortos” advogava-se uma política de conservação e de consolidação, enquanto para os “monumentos vivos” se prescrevia, se o primeiro preceito não fosse bastante, o restauro.

No caso das ruínas medievais os valores de uso não se esgotaram apenas em avaliações de funcionalidade. De facto, castelos, igrejas ou paços revelam uma identidade social decorrente de uma função de cariz simbólico que se sobrepõe de algum modo à sua ocupação prática. Deste modo, tais construções foram consideradas como “monumentos vivos”, acolhendo operações de restauro. Segundo as reflexões saídas do Congresso, as “restaurações” deveriam fazer-se segundo o estilo primitivo do monumento, a fim de preservar a sua unidade, embora salvaguardando que se devem admitir partes

executadas em estilo que não o do conjunto, quando tal atitude tiver mérito em si mesma e não colocar em causa a harmonia e o equilíbrio estéticos do monumento em causa.

Noutra perspectiva, à valorização da ruína podem associar-se também duas concepções diferentes: a ruína como objecto arquitectónico, detentor de uma comunhão com o tempo ou com factos ousados do homem, fruto de movimentos revolucionários portadores de significados próprios, e a ruína enquanto processo de decadência. À primeira ideia associa-se também o efeito tranquilizador que se cumpre através de processos ruinosos morosos que ligam a arquitectura com a natureza, enquanto ao segundo conceito se apontam somente impressões de causas bruscas de destruição, que ele pressupõe e ambiciona apagar.

No Portugal romântico de oitocentos, ao gosto poético da ruína vai opor-se uma vontade de ressurreição, posição que se vulgarizará durante as primeiras décadas do séc. XX. De forma objectiva, se no séc. XIX estas duas vertentes seriam defendidas, entre outros, por Almeida Garrett e Alexandre Herculano, a partir da criação da DGEMN, o confronto de critérios encontrará no seu ambiente interno um debate em redor das figuras de Raul Lino e de Baltazar da Silva Castro, este último arquitecto responsável pelo serviço que tutelava as intervenções da DGEMN. A estas duas visões vão corresponder políticas de intervenção distintas: a simples “conservação” física e o “restauro”, desde que se garantisse um adequado rigor histórico na respectiva reconstituição.

Perante tais propósitos, de um lado o confronto “monumentos mortos” *versus* “monumentos vivos” e, de outro, o elogio ou a censura face ao carácter material da ruína, a pretensão do Estado Novo ficou bem reflectida num documento orientador elaborado em 1935 pelo director-geral da DGEMN, onde se explanaria a doutrina ideológica do regime relativamente aos preceitos a adoptar nas intervenções: *Monumentos Nacionais - Orientação Técnica a seguir no seu Restauro*⁵²⁴. Este texto seria também publicado, ainda no mesmo ano, no primeiro dos *Boletins* da DGEMN, agora com uma nota

⁵²⁴ Cf. Silva, 1935a.

introdutória, do próprio autor, intitulada *O Boletim dos Monumentos Nacionais*^{525, 526}.

Daqui em diante, muitas das referências e observações que irão ser expandidas reportam-se a este documento que, em nossa opinião, passou a conter informação mais relevante por via do acréscimo da referida nota introdutória.

Como indica Tomé (2002), as intervenções da DGEMN realizadas nas décadas de trinta e quarenta em monumentos medievais têm erroneamente sido interpretadas pela historiografia especializada. Vários autores consideram-nas uma aplicação genérica e homologada de critérios de restauro orientados por motivações políticas e portadoras de mensagens extra-artísticas. Não se negando o sentido social do processo de recuperação patrimonial e a importância do factor político como impulsionador para a grande quantidade de intervenções, as obras efectuadas demonstram quão frequentemente a prática supera e contradiz o texto.

Nas palavras do mesmo autor, deve reconhecer-se que alguns factores contribuem para uma relativa unidade metodológica, quais sejam: a) a semelhança das características arquitectónicas e das patologias construtivas dos objectos a serem intervencionados; b) a centralização das decisões e o pesado controlo institucional; c) a longevidade de funções de alguns técnicos; d) a inexistência de normas vinculativas ou de recomendações que, como se verificou em Espanha ou em França, cerceassem ou patrocinassem a revisão dos procedimentos adoptados⁵²⁷.

À condição imposta à intervenção no monumento estava associada a necessidade de autenticação de certos factos históricos, assentes em momentos de triunfo e de glória, cuja leitura final dependia obrigatoriamente da sua (do monumento) integridade formal relativamente à realidade que o determinou e de que ele era representante físico, creditando a “época de construção” e, posteriormente, o “momento da intervenção” como dois instantes que definiam o seu carácter. Isto, ao contrário de posições assumidas por alguns críticos, sobre a conduta do regime e da DGEMN, que defendiam leituras de pendor

⁵²⁵ Cf. Silva, 1935b.

⁵²⁶ Cf. Documento 1, no Anexo.

⁵²⁷ No caso de Espanha podem ver-se entre outras obras: DGVAU (1958), Susana Mora Alonso-Muñozerro (1993), Isabel Ordieres Díez (1995) e Ignacio González-Varas (1996).

historicista e operações mais conservadoras que elessem como primordial a continuidade temporal do monumento, bem como a sua capacidade de incorporar marcas da presença cultural de cada época, ou seja, a sua dupla de condição de documento e de contentor de memórias: “o tempo de vida”.

No plano teórico, os restauros dos monumentos nacionais traduziam-se numa política de intervenção que se balizava entre um determinado passado, a “época de construção”, e o “momento de intervenção”, e que tinha por princípio devolvê-los à genuinidade do projecto original.

Se à partida a vontade de crença na universalidade dos factos e no projecto de unidade do colectivo, em torno de uma ficção histórica planeada, poderá ser considerada o paradigma imposto para a desejada “unidade de estilo”⁵²⁸ arquitectónica, na prática o resultado das várias intervenções evidencia, para além de uma natural diversidade, um relativo encontro de critérios e de meios adoptados em razão das circunstâncias anteriormente expostas, remetendo-se, em simultâneo, para o mesmo universo filosófico de reintegração, num indefinido estado original, dois termos com significados aparentemente opostos: *restaurar* e *conservar*.

O termo “restaurar” remete para os princípios de Viollet-le-Duc, já incorporados no *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siècle* (publicado entre 1854 e 1868), no verbete *Restauration* (1967), com o sentido de restabelecimento de “ (...) um edifício (...) num estado completo (...)”, ou seja, renovação e reintegração formal pressupondo a sua reconstituição a um estado primitivo, mas admitindo também uma reconstituição “ (...) que pode nunca ter existido num dado momento”⁵²⁹.

Por sua vez, o termo “conservar” está associado às posições de John Ruskin, enunciadas na obra *The Seven Lamps of Architecture*, de 1849, em que, para além da crítica às intervenções de restauração, o autor defende

⁵²⁸ Com esta expressão, já várias vezes encontrada ao logo do texto, pretende aqui filiar-se a linha de actuação da DGEMN nos princípios restauradores e reintegradores enunciados por Viollet-le-Duc (1967), que encontram nos preceitos ideológicos do regime incentivo para se instalarem e desenvolverem. Porém, como defende Rodrigues (1999, p.73), “(...) muitos dos restauros não tinham suficientemente em conta o valor de *documento* dos monumentos restaurados, à maneira de Viollet-le-Duc, mas antes o seu sentido *simbólico* – privilegiando o seu valor histórico em detrimento da sua *historicidade*”.

⁵²⁹ Cf. Viollet-le-Duc, 2000, p.29.

o respeito absoluto pela autenticidade da matéria, que se caracterizava não só pela sua originalidade, mas também pelas transformações sofridas no transcorrer dos tempos. Preconiza a manutenção dos edifícios e a sua consolidação ou reparação sob a condição de se proceder de forma invisível:

“Take proper care of your monuments, and you will not need to restore them. A few sheets of lead put in time upon the roof, a few dead leaves and sticks swept in time out of a water-course, will save both roof and walls from ruin. Watch an old building with an anxious care; guard it as best you may, and at *any cost*, from every influence of dilapidation. Count its stones as you would jewels of a crown; set watches about it as if at the gates of a besieged city; bind it together with iron where it loosens; stay it with timber where it declines; do not care about the unsight-liness of the aid: better a crutch than a lost limb; and do this tenderly, and reverently, and continually, and many a generation will still be born and pass away beneath its shadow”⁵³⁰.

Secundada por William Morris, também Choay (2000a, pp.151-152) cita aquele autor como defensor de uma posição contrária à definição de restauro (que constitui referência implícita à qual se prendem todas as outras) de Viollet-le-Duc:

“Preservar os edifícios antigos significa conservá-los no próprio estado em que nos foram transmitidos, reconhecíveis, por um lado, enquanto relíquias históricas, e não como as suas cópias e, por outro lado, enquanto obras de arte executadas por artistas que teriam sido livres para trabalhar de outra forma se assim o tivessem desejado”.

Para Viollet-le-Duc, o monumento histórico era sobretudo um objecto arquitectónico que pressupunha, como ponto de partida, uma reflexão teórica sobre a arquitectura do presente, ao invés de Ruskin, que o considerava um meio de contrariar a mecanização do mundo e recuperar a primitiva ordem das coisas, que se acredita ser natural e verdadeira.

⁵³⁰ Cf. Ruskin, 1989, p.196.

Pese embora deixe ao critério do restaurador a subjectividade da avaliação sobre elementos estilisticamente dissonantes do resto da construção, segundo Viollet-le-Duc o caminho para a preservação de um monumento era a sua “refuncionalização”, desde que as novas atribuições não implicassem quaisquer alterações das características arquitectónicas da obra. Era fundamental reconstruir o que o tempo e o homem destruíram, ou concluir o que ficou incompleto, de modo a que o monumento se apresentasse como um documento histórico preservado e completo, nem que para tal fora necessário, para além da possibilidade de eliminação de alguns elementos de épocas diferentes, a utilização de materiais e processos construtivos contemporâneos, para que o futuro destes fosse mais duradouro.

E assim é que a diferença está em acreditar ou não de que o presente é capaz de construir o futuro, pressuposto que Ruskin e seus seguidores, como Morris, não admitiam, porque a glória do monumento está na sua idade, incluindo todas as intervenções, acidentes e mutilações sofridas que documentam o seu tempo de vida, situação que qualquer acto de restauro comprometeria.

Temos deste modo em confronto dois modos de actuação distintos, o primeiro com carácter “intervencionista” e o segundo “anti-intervencionista”, ou seja, uns admitindo intervenções maximalistas conclusivas e outros prevendo operações minimalistas. Estas posições resultam de pressupostos antagónicos sobre os monumentos. Como afirma Choay (2000a, p.132), “Viollet-le-Duc sente nostalgia pelo futuro e não pelo passado”, o que de certa forma vinca a diferença entre aqueles que em nossa opinião defendem “o momento da intervenção”, o valor do presente sobre o passado, dos que proclamam o valor da historicidade, “o tempo de vida”.

Na realidade, se a matriz ideológica que orientou a política de significação e representação dos monumentos nacionais pode justificar a dinâmica e a escala do processo e, de algum modo, o valor da integridade arquitectónica (formal e espacial) a ele atribuída, por outro lado a metodologia e as soluções adoptadas encontrarão a sua especificidade na circunstância própria de cada caso. Nomeadamente, as características tipológicas, o estado de conservação (ocupação e eficiência), o programa pretendido e as motivações e objectivos que presidem ao momento da intervenção podem

fundamentar o seu limite num sentido maximalista ou minimalista: no fundo, optar entre restaurar ou conservar.

Corroborando esta posição, constatamos no mesmo documento o reconhecimento de monumentos religiosos e militares aos quais estão associadas circunstâncias dissemelhantes e que, por via da sua imagem e do seu estado de eficiência, estão sujeitos, ainda que imbuídos no mesmo princípio integrador, a critérios e metodologias de intervenção diferenciados.

Para Choay (2000a), será no final do séc. XIX que sobrevém, após o trabalho fundador da primeira geração, uma reflexão crítica e complexa sobre o binómio *restaurar/conservar*. Neste cenário, surge em Itália, em finais de oitocentos, Camillo Boito que, aquando do *III Congresso dos Arquitectos e Engenheiros Civis Italianos*, realizado em Roma em 1883, contribui para os conceitos-base de uma teoria moderna de restauro: o *restauro filológico* ou *científico*. Neste ano o tema seria retomado pelo mesmo autor e publicado sob a forma de um ensaio em diálogo com o título *Conservare o Restaurare* – texto que integra a obra *Questioni Pratiche di Belle Arti*. Neste documento, Boito⁵³¹ formula um conjunto de oito directivas para a conservação e restauro dos monumentos históricos, fundamentadas nas ideias de Viollet-le-Duc e Ruskin. Concede, alternadamente, a palavra a dois técnicos: um que defende as ideias de Viollet-le-Duc e outro, o seu *alter-ego*⁵³², que as critica apoiando-se nos argumentos de Ruskin e Morris (os nomes destes não são mencionados). Para Boito, o monumento é um testemunho de natureza artístico-arquitectónica e histórica, defendendo, como afirma José Aguiar (2002, p.46), “(...) estratégias de conservação integral, opondo-se às teorias reconstitutivas”. Por um lado, deve a Ruskin e Morris a face “conservacionista” da autenticidade do monumento, ou seja, a concepção de que as diversas justaposições ao estilo original que foram introduzidas ao longo dos tempos devem ser, se necessário, preservadas e reparadas de modo a garantir o seu carácter singular, não admitindo a hipótese de reconstrução das partes desaparecidas, também elas partes da história. Por outro lado, partilha, com Viollet-le-Duc, a importância da “refuncionalização” dos monumentos e, deste modo, a “(...) prioridade do presente

⁵³¹ Cf. Boito, 2000.

⁵³² Cf. Choay, 2000a.

sobre o passado e afirma a legitimidade do restauro”⁵³³. Esta tendência intervencionista de último recurso, quando todas as outras formas possíveis de conservação (manutenção, consolidação e reparações não visíveis) falharem, é condicionada pela autenticidade histórica e arquitectónica do monumento, admitindo-se que as zonas restauradas devam ser visivelmente diferenciadas dos elementos originais.

Em resumo, o seu contributo residiu na conciliação entre dois princípios opostos, o que conduziu a uma concepção complexa e contraditória, na medida em que não estabelece nenhum critério a partir do qual saibamos avaliar com justeza a oportunidade, natureza e limites da intervenção. Reconhecendo a necessidade de reutilização dos monumentos e a complexidade que se advinha da consequente actividade restauradora, Boito estruturou-a em três tipos de intervenção, hierarquizados consoante o estilo e idade dos objectos. Assim, para os “monumentos da antiguidade” sugere um *restauro arqueológico*, uma consolidação técnica e de acção mínima, preocupada, antes de mais, com a exactidão científica; para os “monumentos góticos”, um *restauro pitoresco*, que concentre a sua preocupação ao nível estrutural e abandone à ruína os elementos decorativos; para os “monumentos clássicos e barrocos”, um *restauro arquitectónico*, envolvendo todo o imóvel.

A obra de Boito e, mais em concreto, a de Alois Riegl mostram que na fronteira entre os séculos XIX e XX a conservação dos monumentos históricos tinha atingido um estatuto disciplinar que só o questionar dos seus conceitos e procedimentos lhe podia conferir. No entanto, Choay (2000b, p.17) atribui aos dois importâncias diversas:

“La différence entre le relativisme tempéré de Riegl et le relativisme radical de Boito tient à ce que le premier est le résultat d’une analyse abstraite et théorique alors que le second, issu d’une autoanalyse, est le fruit d’une expérience professionnelle que Riegl ignorait: la pratique de la restauration. C’est dans la référence à cette expérience et à cette pratique “qui consomme le cerveau et ne laisse jamais l’âme en paix” que réside l’originalité du texte de Boito”.

⁵³³ Cf. Choay, 2000a, p.137.

Os ideais de Boito foram em grande parte incluídos na redacção da legislação italiana de protecção do património e a sua influência foi importante na *Carta de Atenas* de 1931 sobre o restauro, pela mão do seu discípulo Gustavo Giovannoni, como já recordámos.

Em particular, pela sua importância na histórica política da nação e consequente dimensão territorial, aos castelos foi atribuído um significado simbólico, pátrio, e à sua presença no contexto construído e paisagístico foi associado um sentido icónico. Face à ruína generalizada destas estruturas, as intervenções balizaram-se, com maior ou menor envergadura, numa vontade de integridade estrutural que se exprimia na reconstituição formal do perfil arquitectónico como testemunho e identidade da sua mensagem primitiva, ou seja, na capacidade de denotar a sua função militar.

Se a alguns casos se reservaram obras de alguma dimensão, especialmente nos castelos que sobressaíam pela sua representatividade e exposição mediática, a maior parte das intervenções pautou-se por alguma contenção, como refere Tomé (2002, p.67): “A vontade de ressurreição física e moral implicava tão-somente um subtil equilíbrio entre a concepção da ruína como documento a restaurar ou como antiguidade a conservar”.

Tomé recorre a Riegl para enunciar esta síntese. Como dissemos anteriormente, este distingue “monumento” de “monumento histórico”. Estrutura o monumento histórico como oposição entre duas categorias de valores: uns, ditos “de rememoração” (*erinnerungswerte*), memoriais, ligados ao passado e à sua memória; outros, ditos “de contemporaneidade” (*gegenwartswerte*), atinentes ao presente. Em relação aos primeiros sustenta, a par dos *valores históricos* (tão maiores quão menores forem as alterações sofridas pelo estado original), a importância dos da *antiguidade*, que não resultam de interpretações diversas (artísticas ou históricas), mas que foram adquiridos pela sobrevivência do objecto à passagem do tempo: a idade do monumento. Os valores da *contemporaneidade* são entendidos como *valores artísticos relativos* (referentes a uma sensibilidade contemporânea), *valores do novo* (atribuídos pela sociedade ao recém-acabado – preferência do novo sobre o velho) e *valores do uso*.

A análise de Riegl põe a descoberto exigências simultâneas e contraditórias de valores que envolvem os monumentos históricos ao longo dos tempos, como descreve Choay (2000a, pp.140-141):

“(...) o valor da antiguidade, último a aparecer, exclui o valor de novidade e ameaça também o valor de utilização e o valor histórico. Mas, o valor de utilização contraria frequentemente o valor de arte relativo e o valor histórico”, o que, desde logo, também demonstra e explica a ambiguidade em que podem cair as doutrinas e as práticas de intervenção.

Neste sentido, julgamos que a posição de Tomé (2002) relativamente à maioria das intervenções nos castelos, encontra eco nos compromissos relativistas de Riegl, porque este autor, austríaco, além de sugerir a negociação particular, caso a caso, dos valores enunciados anteriormente, em função do estado do monumento e do contexto social e cultural em que se insere, esclarece que o uso é a circunstância que pode distinguir o monumento histórico da ruína, que por ausência de utilização encontra nos valores “de rememoração” a sua mais-valia, opondo-se, desta maneira, aos “de contemporaneidade”. E, contrariamente à prática generalizada de ambição da já referida unidade de estilo, constata-se que a intervenção nos castelos teve em consideração o peso diferente de alguns destes valores e a existência de oposição relativa entre eles, o que de alguma forma encontrou nos critérios e meios adoptados, não em todos os casos, como veremos adiante, a harmonia entre a capacidade de reconhecimento da imagem arquitectónica idealizada (integridade), “o documento a restaurar”, e a leitura do seu passado, “a antiguidade a conservar”.

No caso particular da acção da DGEMN, durante o Estado Novo, os castelos revelam um enquadramento específico em que os critérios e metodologias de aproximação poderão ter uma interpretação diferente em relação à generalidade do discurso promovido em redor da doutrina da unidade de estilo e do retorno à “pureza da sua traça primitiva”. Esta situação decorre fundamentalmente do facto de, na maior parte dos casos, os castelos se encontrarem em ruína e, assim, em nosso juízo, não demonstrarem ter sido objecto de diferentes transformações ao longo do tempo, que lhes alterassem a imagem pretendida e, desde logo, os aproximassem de um estado aparentemente primitivo, não se tendo o “momento de intervenção” radicalizado na procura da “época de construção”.

Embora também envoltas no mesmo discurso político, as obras realizadas nestas estruturas militares revelam que não só os princípios adoptados

foram de alguma forma sensíveis à realidade existente, caracterizada pela ausência de matéria, programa e ocupação, como também inspirados numa leitura de conjunto, à luz da contemporaneidade, da campanha realizada durante várias décadas. Uma percepção consensual da importância de tão vasto empreendimento para a sobrevivência revelou-se força catalisadora no debate em curso sobre o património arquitectónico, como afiança Alexandre Alves Costa (1999, p.67): “(...) força catalisadora, como referência radical, no debate em curso sobre o património edificado (...) exemplos paradigmáticos do bem e do insuportável, para ilustrar pela positiva ou negativa conceitos que queremos defender”.



Figura 52 – Henrique Gomes da Silva

Aprofundemos então algo o teor do texto de Henrique Gomes da Silva (figura 52) consubstanciando a “Orientação Técnica” a seguir no restauro em Monumentos Nacionais.

O texto de Henrique Gomes da Silva (1935b, pp.5-7) para além de “(...) submeter à apreciação do País certos factos que melhor traduzem o resultado do seu esforço (...)” e destacar que “Não se procura – deve ser supérfluo acentuá-lo – fazer uma obra de ostensão, mas somente de elucidação”, ressalta a diferença entre aquilo que foi a adiantada “(...) faina demolidora (...)” dos seus antecessores e “Uma nova actividade (...)” que “(...) se desenvolveu

então, à sombra do Estado, guiada pelo dever, engrandecida pelo culto da Arte e da Tradição, aquecida pela mais viva fé nacionalista”. Enfatiza (p.9) mais adiante que “A obra realizada nos últimos anos (...) é das que afirmam que o País, sem deixar de acalentar os naturais anseios pelas conquistas da civilização moderna, voltou ao Passado no culto dos seus Monumentos, restaurando uns, conservando outros, dando, enfim, a todos a pureza da sua traça primitiva”.

De facto, este documento, de considerável importância, encontra-se entre o que poderemos denominar o *antes* e o *depois*, entre *O que Eles Fizeram...* *O que Nós Fizemos*⁵³⁴, ou ainda entre o que foi a construção de uma consciência e de um desejo de protecção do património histórico e a concertada acção intervencionista sobre este, à escala do País, durante algumas décadas.

Contrariamente ao clima do final do séc. XIX e princípio do séc. XX, caracterizado por algum ecletismo⁵³⁵, os critérios enunciados por Henrique Gomes da Silva “filiam-se nas concepções oitocentistas de restauro de carácter medievalista e na estrita observação dos princípios do purismo arquitectónico, segundo a teoria de Viollet-le-Duc”, representando um recuo temporal em que “(...) anacronicamente, se revisitava Alexandre Herculano com a sua teoria de unidade formal de estilo, integradora da arquitectura gótica medieval, contra todos os barroquismos e excrescências modernistas de Luís XIV”⁵³⁶. Citando Henrique Gomes da Silva (1935b, p.19):

“(...) presidir a essas delicadas obras de restauro não poderá desviar-se do seguido com assinalado êxito, nos últimos tempos, de modo a integrar-se

⁵³⁴ Cf. SNI (1945).

⁵³⁵ Tanto do ponto de vista teórico como do prático, em Portugal o clima não foi indiferente às correntes internacionais. Se no campo das obras realizadas se revelou, por parte de arquitectos e demais técnicos intervenientes no património arquitectónico, uma comunhão da concepção romântica de reconstituição dos monumentos num suposto estado original (por exemplo, Joaquim Possidónio da Silva, Rosendo Carvalheira, Augusto Fuschini e, de forma híbrida, Adães Bermudes), no campo da discussão dos critérios a situação anterior à DGEMN demarca-se de uma certa uniformidade de discursos. Se atendermos aos textos de Alexandre Herculano, Luís Mouzinho de Albuquerque, José Mendes Leal, Ignácio de Vilhena Barbosa, Ramalho Ortigão, Luciano Cordeiro, Gabriel Pereira, Sousa Viterbo ou o Conde de Sabugosa verificamos que o debate interno (leia-se: em Portugal) estava ciente das teorias internacionais, designadamente, as concernentes a Viollet-le-Duc, Ruskin e Boito. Apesar deste conhecimento, não existiu na prática um reflexo deste debate.

⁵³⁶ Cf. Custódio, 1993, p.58.

o monumento na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores, reparando as mutilações sofridas, quer pela acção do tempo, quer por vandalismos dos homens”.

Tanto nacional, como internacionalmente, a defesa dos monumentos não se resumiu durante oitocentos e novecentos apenas à elaboração de legislação adequada. Também a reflexão sobre os critérios e metodologias dedicou ao projecto de intervenção nos testemunhos pré-existentes um relevante significado, não só na caracterização da imagem pontual de cada um deles, mas sobretudo na forma que o estudo deverá revestir no âmbito da (re)construção do cenário de aglomerados urbanos e rurais do território.

Nas palavras de Tomé (2002, p.128),

“O confronto de ideologias de restauro e conservação, contemporâneo da intervenção em monumentos desde a sua consagração como património histórico e artístico no século XIX, apresentava-se, no entanto, como uma falsa bipolarização, uma vez que os dois conceitos raramente eram aplicados na íntegra, afirmando a prática uma constante revisão e cruzamento de teorias, que se contrariaram frequentemente. Se o mítico confronto entre as atitudes restauradoras e reintegadoras de Viollet-le-Duc e as conservadoras de Ruskin se completou na síntese de Boito, a ambiguidade e utopia que todas encerravam proporcionaram a riqueza de interpretações que as inúmeras intervenções em monumentos foram confirmando”.

Em caso extremo, *in abstracto* poderíamos dizer que se *a priori* existe uma doutrina ou um determinado conjunto de critérios de carácter abrangente, na prática do projecto, enquanto processo de síntese da circunstância e transformação da mesma, essa normativa dificilmente é aplicável de forma genérica e inequívoca.

A primazia de valores simbólicos, invisíveis, desejados pelo regime, pautados por uma filosofia de reintegração e de integridade arquitectónica, sobrepunha-se ao valor documental e artístico dos monumentos restaurados, preferindo a nova crença histórica à historicidade, enquanto processo contínuo e irreversível.

À relação transversal e contínua entre tempo e espaço, podemos também associar “(...) a forma final do organismo arquitectónico – a época de construção, o tempo de vida, o momento de intervenção (...)”⁵³⁷.

Para os defensores da política conservacionista de Ruskin, como Raul Lino, entre outros, o tempo de vida era o carácter do monumento pelo qual o momento de intervenção deveria ser condicionado, implicando a consciência de que tal acto seria mais uma camada, contemporânea, sobre a pré-existência.

De forma oposta, no plano teórico, os restauros subordinavam-se a uma relação política entre um determinado passado que representaria a pureza da sua traça primitiva e o momento de intervenção, qual ponte ideológica entre dois pólos, descontínuos no tempo mas irreversivelmente continuados no espaço. Neste caso, mais do que condicionados serão condicionantes de intervenções futuras.

Numa análise menos medida poderíamos cuidar que se trata de uma ambiguidade de estilo. No entanto, em nossa opinião as considerações de Henrique Gomes da Silva revelam alguma consciência, ainda que não premeditada, mas com significado sustentado, sobre a obra então executada:

“(...) esses monumentos, apesar de militares não deixam de ser nacionais. Como tais, quaisquer obras a executar neles devem tender à sua conservação ou restauro, isto é, a evitar a sua ruína ou reintegrá-los no seu estilo e arquitectura primitiva e nunca a satisfazer possíveis necessidades militares. Se algum deles se tornar preciso para este último fim, não deve ser classificado monumento nacional, mas apenas como edifício militar”⁵³⁸.

Se existiu de facto um ponto de partida universal de “restauração material, restauração moral, restauração nacional (...)”⁵³⁹, traduzida numa crença restauradora em torno de valores comprovativos de factos e figuras de épocas de glória, que ao mesmo tempo fossem símbolos de uma nova identidade nacional, a forma e limites como se conseguiu tal integridade arquitectónica revelou-se diversa.

⁵³⁷ Cf. Tomé, 2002, p.132.

⁵³⁸ Citação retirada de Fernandes, 2005, p.177. A autora indica que a fonte se encontra no Arquivo da Academia de Belas-Artes, Igrejas-MV, CSMN, Documento 115.

⁵³⁹ Cf. Salazar, 1935-1937, 2, p.147.

Apesar de o discurso aparentar uma intenção educativa e formativa da forma unívoca como se deve intervir, pensamos, em todo o caso, que Henrique Gomes da Silva reconhece implicitamente a diferença entre uma integração parcial próxima da conservação, ou mesmo reconstrução, admitindo a reposição do estado de eficiência estrutural e o restauro como intervenção de reintegração do monumento no seu estado primitivo, como no caso particular de uma acção de demolição e posterior reconstituição estilística.

No entanto, a atribuição da denominação “traça primitiva” poderá justificar algo sobre esta válida questão: conservar (acção minimalista) monumentos que se apresentem dentro, ou próximo, do estilo pretendido, e restaurar (acção maximalista) outros que, à luz de pressupostos *a priori* definidos, se encontrem desfigurados, mormente por via de intervenções cometidas nos séculos XVII e XVIII (períodos menosprezados pelo Estado Novo).

Apesar de não se vislumbrar o termo integridade no documento, ele seria porventura o que melhor se conjugaria de um ponto de vista político e arquitectónico, considerando tais estruturas funcionais portadoras de uma significação simbólica e estilística, com os propósitos, a escala (mínima ou máxima) e os limites das intervenções realizadas.

Prosseguindo a análise do documento, comprova-se o já mencionado reconhecimento de monumentos religiosos e militares sujeitos, ainda que imbuídos do mesmo princípio integrador, a processos de intervenção também eles formalmente opostos: conservação ou restauro. Neste sentido,

“Religiosos ou militares, em todos palpita a mesma fé e transluz o mesmo ideal. Sem embargo disso, conta-se por séculos o tempo em que jazeram arredados da veneração ou sequer da comiseração geral – esquecidos como verdadeiros mausoléus, do alto pensamento que os gerou. As raras vozes que se erguiam para reclamar a sua conservação não achavam eco nos lugares onde deviam ser escutadas; e, se excepcionalmente alguma hesitante obra de defesa se empreendia, quase sempre a desorientação comum, secundada pela ignorância dos interventores, a tornava inútil e até por vezes nociva. Assim,

alguns edifícios monumentais, que o tempo havia de certo modo respeitado, muitas vezes foram vítimas daqueles que pretenderam defendê-los”⁵⁴⁰.

Se por um lado na citação acima se dispõem os monumentos em duas categorias, também se constata, no espírito que enforma o documento, que a imagem da pré-existência se situa entre adulteração e abandono. Associam-se estas diferenças, de forma sucessiva, primeiro aos templos, sejam eles catedrais, meras igrejas ou singelas capelas, sujeitas a obras de adaptação, gostos modernos ou pretensos quesitos culturais – crimes de lesa-arte ferindo tradições históricas e pudor da inteligência –, e depois às fortificações militares, sejam elas fortalezas, castelos ou outras que, ido o espírito guerreiro de tempos passados, sofreram intervenções de modernização – de igual modo deformadoras, pressionadas pela satisfação de novos usos – sendo que o equívoco mais comum residiu em destruições de duvidoso carácter legal levadas a cabo por algumas autarquias, em nome do progresso, ou por meros particulares para satisfazer interesses mais ou menos ilegítimos, chegando muralhas notáveis e provectas cantarias de acreditado valor artístico ou documental a ser usadas no empedrado de ruas, na construção de tugúrios, de muros de vedação, entre outras utilizações banais.

Continuando, se em relação aos monumentos religiosos o documento classifica o vandalismo do homem como causa imediata da deturpação, em relação aos militares a tal vandalismo acresce o tempo como factor de desmoronamento, e daí que, restaurando aqueles depurando-os de superfluidades ulteriores, e conservando ou reparando estes de estropiações sofridas por acção do tempo ou por incúria humana, a todos se deve procurar devolver a integridade da traça original, de molde a que permaneçam símbolos do heroísmo pátrio, que na sua generalidade eles carregam como autênticas minas de excelência artística, para que sirvam de lição às gerações vindouras, seja na vertente do culto religioso e da pátria, seja no fruir da arte.

Em síntese, podemos conjecturar que se, de forma inata, para os monumentos religiosos se preconizava o restauro, numa linha da recomposição formal e estilística a fim de os fazer reverter ao seu estado inicial, sobrepondo

⁵⁴⁰ Cf. Silva, 1935b, pp.5-6.

a transformação produzida ao documento, já para os de índole militar se concediam medidas menos intervencionistas, mais próximas do equilíbrio proposto por Boito.

Neste sentido, se por um lado a matriz ideológica que orientou a política de significação e representação dos monumentos nacionais pode justificar a dinâmica do processo, a escala de intervenção e, de algum modo, a sua integridade, por outro lado a metodologia e soluções adoptadas encontrarão a sua especificidade na circunstância casuística, designadamente em características, programa, motivações e finalidades, entre outros factores.

Como síntese desta diferença de procedimentos, que advogamos, de que os monumentos, em particular, castelos, foram objecto, podemos referir como exemplo o conteúdo do texto de Paulino Montez⁵⁴¹ a propósito do “Tratamento dos edifícios classificados. Princípios Gerais” (AHME, Junta Nacional da Educação, 1ª Subsecção da 6ª Secção, processo n.º 75 do livro A-4). Assim:

“No tratamento judicioso dos diferentes edifícios não se aplica sempre, como é sabido, o mesmo critério. Um bom critério estabelecido, por exemplo, para o tratamento das muralhas dum castelo desmantelado, pode ser um mau critério se aplicado a uma igreja aberta ao culto. Há monumentos que sufocam pelo que lhes acrescentaram em épocas sucessivas; outros tomam tal interesse com obra de sobreposição, que retirá-la equivaleria a subtrair-lhes a própria alma. Edifícios existem que perderiam o seu valor se lhes tirassem o aspecto de ruína que apresentam. Neste caso, “defender” e “conservar” é manter êsse aspecto de ruína. A contradição de critérios, que pode verificar-se em exemplos múltiplos de tratamento, resulta, claramente, do desconcerto das doutrinas. (...) Ao arquitecto interessa, naturalmente, a realização artística e a sua integridade. E assim, para êle, é de admitir que o monumento seja expurgado de tôdas as construções que maculem essa integridade; ou, quando inacabada, seja concluído em obediência ao sabor arquitectural de que se trate. (...) O tratamento dos imóveis classificados é sempre relativamente fácil de orientar, quando se trate apenas de fazer limpeza, arrancar ervas daninhas, substituir pequenos elementos de construção – mortos ou enfraquecidos. O tratamento

⁵⁴¹ Este texto foi retirado do “Documento 2” do trabalho de Tomé (2002, pp.286-291).

é mais melindroso, quando haja que substituir elementos estruturais ou decorativos que se intégrem nas linhas de composição arquitectural. O tratamento complica-se, quando o edifício se apresenta em perigo de segurança, ou modificado por obras de épocas diferentes, ou ferido por acidentes graves – tremores de terra, incêndios, bombardeamentos, etc. Ao problema dos tratamentos junta-se, quási sempre, o problema dos emolduramentos. A obra de arquitectura, como a de pintura e a de escultura, vive no meio em que foi creada e em íntima relação com êle – ora avassalando-o, ora obedecendo-lhe. O problema do emolduramento transforma-se, assim, muitas vezes, num delicado problema de urbanismo em que se torna necessário pesar interesses de ordem oposta, inerentes ao culto do passado e às imposições do presente. Há monumentos que pedem, apenas, a conservação do quadro acanhado de que são motivo principal. Muitos exigem a demolição de construções que os envolvem, dentro de determinado raio. Mas outros – especialmente os que se encontram em núcleos urbanos onde a circulação se congestiona – manda o progresso que se condenem, no todo ou em parte, à demolição; e logo surge novo aspecto – o da conservação das massas apeadas. É difícil, pois, como atrás dissemos deduzir princípios de ordem diferente dos que ficaram formulados, e que possam aplicar-se a todos os casos, sempre especiais, que se nos deparem para tratamento. (...) Haverá, evidentemente, que analisar, sempre, caso por caso”.

Neste relato é manifesta não só a diferença que deve existir na abordagem e nos critérios de intervenção – conservação ou restauro –, consoante o tipo de objecto arquitectónico a ser intervencionado, como também a preocupação e a reflexão que deverá determinar o trabalho do arquitecto, nomeadamente na procura da integridade destas construções. A este último desígnio vão subjacentes duas perspectivas com dimensões diferentes: o próprio monumento e o seu contexto. À integridade, que igualmente poderemos designar por unidade, pode obedecer a necessidade de restaurar um edifício na sua totalidade, quiçá envolvendo a demolição de construções ou cobertos arbóreos pré-existentes, ou simplesmente a conservação e consolidação parcial das estruturas presentes como forma de manifestar, em ambas os casos, a presença destas edificações na definição da imagem do território.

Em nosso entendimento, se o quadro político e ideológico condicionou e determinou de forma indubitável a imagem simbólica que os monumentos deveriam manifestar, na prática o critério primeiro que orientou as intervenções foi, espontaneamente, a necessidade de atribuir às estruturas uma espacialidade e uma forma íntegras. Se a muitos casos, e perante circunstâncias várias, presidiu uma restauração monumental, como sucedeu por exemplo com o castelo de S. Jorge, em outros, nos quais podemos incluir a maioria das intervenções realizadas nas estruturas militares que nos encontramos a estudar, vingou uma perspectiva de maior contenção, como fizemos referência em páginas anteriores e, em face da sua incapacidade funcional, também o valor da antiguidade dos castelos se manifestou, dado o estado incompleto, dentro de determinados parâmetros. De facto, e de forma ligeira, podemos afirmar que apenas bastava completar o quadro existente, de ruína, sobretudo dos seus elementos mais distintos, como muralhas, torres, ameias, etc., de molde a manifestar na paisagem e no contexto do lugar a sua presença. Contudo, na definição deste contorno era possível, e assim aconteceu, coexistirem no mesmo castelo obras de consolidação e reconstrução, ou seja, de cariz mais dedutivo, com o recurso ao processo mais indutivo de *anastilose*⁵⁴², com base no princípio da unidade de estilo, em que a repetição de elementos comuns ou características de tais estruturas garantia rigorosos procedimentos reconstitutivos. Em relação a estes dois processos, a *Carta de Atenas* de 1931 defenderia os segundos em detrimento dos primeiros:

“La conférence a entendu l'exposé des principes généraux et des doctrines concernant la protection des monuments. Quelle que soit la diversité des cas d'espèces dont chacun peut comporter une solution, elle a constaté que dans les divers états représentés prédomine une tendance générale à abandonner les restitutions intégrales et à en éviter les risques par l'institution

⁵⁴² González-Varas (1999, p.538) escreve sobre *anastilose*: “El sentido etimológico originario del término “anastilosis” sería, por tanto, volver a levantar las columnas caídas de un edificio clásico; sin embargo, con el tiempo, el término “anastilosis” se ha empleado también para designar las operaciones de recomposición de aquellos edificios cuyos materiales originales se encuentran caídos y dispersos en el mismo lugar donde se ubica el edificio”.

d'un entretien régulier et permanent propre à assurer la conservation des édifices. Au cas où une restauration apparaît indispensable par suite de dégradation ou de destruction, elle recommande de respecter l'œuvre historique et artistique du passé, sans proscrire le style d'aucune époque. La conférence recommande de maintenir l'occupation des monuments qui assure la continuité de leur vie en les consacrant toutefois à des affectations qui respectent leur caractère historique ou artistique [e] La conférence constate avec satisfaction que les principes et les techniques exposés dans les diverses communications de détail s'inspirent d'une commune tendance, à savoir: lorsqu'il s'agit de ruines, une conservation scrupuleuse s'impose, avec remise en place des éléments originaux retrouvés (anastylose) chaque fois que le cas le permet; les matériaux nouveaux nécessaires à cet effet devront être toujours reconnaissables. Quand la conservation des ruines mises au jour au cours d'une fouille sera reconnue impossible, il est conseillé de les ensevelir à nouveau, après bien entendu avoir pris des relevés précis. Il va sans dire que la technique et la conservation d'une fouille imposent la collaboration étroite de l'archéologue et de l'architecte. Quant aux autres monuments, les experts ont été unanimement d'accord pour conseiller, avant toute consolidation ou restauration partielle, l'analyse scrupuleuse des maladies de ces monuments. Ils ont reconnu en fait que chaque cas constituait un cas d'espèce"⁵⁴³.

Se podemos concluir que coexistiram comportamentos comuns a várias obras realizadas, seja no mesmo espectro tipológico, seja num panorama mais abrangente, conotadas por um determinado discurso político, e que encontram no documento que observámos nesta parte do trabalho uma das suas expressões mais significativas – *Monumentos Nacionais – Orientação Técnica a seguir no seu Restauo* –, também é evidente que a doutrina enunciada por Henrique Gomes da Silva (1935b, p.9), cujo objectivo era remeter os monumentos nacionais a uma "(...) pureza da sua traça primitiva (...) restaurando uns, conservando outros (...)", revela, como vimos, contradições no seu conteúdo.

⁵⁴³ Cf. Choay, 2002, p.103 e p.106.

O próprio Henrique Gomes da Silva, em 1941, numa altura em que o país se encontrava em estaleiro, em sede própria, os *Boletins* (MOP/DGEMN, 1935-1990), voltaria a mencionar o exposto em 1935. No entanto, ao contrário do primeiro, neste documento⁵⁴⁴ revela uma consciência mais precisa sobre os critérios adoptados e a obra, entretanto, realizada:

“Ao ser iniciada a reintegração dos Monumentos recebeu-se que uma obra de demolição antecederse a do restauro e, em tão alto grau que não se pouparia qualquer construção nitidamente definida dentro de um estilo qualquer. (...) Há quem defenda a tese de que as construções posteriores, anexadas ao Monumento, mostram uma obra do seu tempo, e, por consequência, não devem ser demolidas. Analisando, porém, detalhadamente o que nela há de teórico, concluiremos que não é de aconselhar segui-la em todos os casos. Os nossos Monumentos sofreram a acção destruidora do tempo e dos homens. É certo que em diversas épocas lhes foram feitas várias modificações, donde resultaram os diferentes estilos que se encontram em muitas das nossas igrejas e castelos. (...) Um critério único não é possível impor-se na reintegração de todos os Monumentos. As construções anexas que foram adossadas não são todas da mesma natureza; se há, de facto, partes de Monumentos que foram substituídas por outras de estilo diverso, mas de real valor arquitectónico, que devem ser mantidas, há, contudo, aquelas que nenhum valor têm e, a manterem-se, só redundariam em prejuízo do Monumento. (...) Vários são já os exemplos em que se demonstra a seriedade que houve na obra de reintegração, mas àqueles que se propuserem defender o ponto de vista do ilustre académico, que entende que se está transformando os Monumentos em noviantigos, pergunta-se quais os processos que seguiriam para manter autenticidade, evocação, poesia, conveniência de ordem prática e pitoresco nos Monumentos que estão em ruínas. É, sem dúvida, muito interessante e de bom efeito a frase já corrente: deve-se «manter as ruínas». Mas o que será «manter as ruínas» no nosso País? É deixar cair, arruinar, perder-se para sempre todo o Património Artístico da Nação? Se uma ruína está a cair, só há uma forma de a manter: consolidá-la. Se se trata de uma muralha, tem de ser apeada e reconstruída;

⁵⁴⁴ Cf. Documento 2, no Anexo.

se se trata da cobertura de uma igreja tem também de ser apeada e reconstruída e a seriedade na obra de restauro está em fazer, escrupulosamente, as reintegrações, dispensando-lhe uma cuidadosa atenção para que os trabalhos sejam realizados em conformidade com os elementos existentes. Fora disto é tudo poesia com a qual só se conseguiu que, durante mais de um século, os Monumentos ficassem abandonados e no estado de ruína em que estavam os que têm sido restaurados e se encontram ainda aqueles que aguardam a obra de salvação para lhe dar autenticidade, evocação, utilidade prática e pitoresco”⁵⁴⁵.

Por último, em 1949, num período em que a contestação à política empreendida no património era revelada nos periódicos⁵⁴⁶, pelo confronto directo entre os seus intervenientes, a obra realizada nos castelos é marginalizada em relação às restantes. Nas palavras de Adriano de Gusmão (1949b. p.3):

“A longa transcrição que S. Ex.^a [Henrique Gomes da Silva] fez dos princípios recomendados pela Conferência de Atenas, que conheço da publicação do “Office Internacional des Musées”, não altera aquilo que é basilar e a Conferência acordou: os grandes riscos das reconstituições integrais. Bem entendido, há casos, sempre excepcionais, em que o restauro se impõe, mas estes reclamam muita seriedade de processos e muita prudência nos trabalhos – a Conferência soube chamar a atenção para o devido respeito da obra histórica e artística do passado. Lauterbach, antigo director de Colecções de Arte da Polónia, escreveu justamente que o restauro histórico moderno “será tanto mais racional quanto mais desprovido for de todo o romantismo”. Não se poderá negar que no restauro dos nossos castelos medievais não se tenha empregado um critério bem romantico, como que preparando-os para resistir a novos e romanescos ataques da mourama ou dos castelhanos... Convida-me S. Ex.^a a citar os castelos em que há excesso de obra nova. Não é preciso ir mais longe. Basta ver o de S. Jorge, em Lisboa, de que o respectivo Boletim é um documento elucidativo.

⁵⁴⁵ Cf. Silva, 1941, pp.I-XIV.

⁵⁴⁶ Sobre esta acesa discussão metodológica, mas fundamentalmente política, podem consultar-se os artigos de Adriano de Gusmão (1949a e 1949b) nas páginas da *República* de 10 de Fevereiro e 13 de Março de 1949 e uma entrevista e uma carta de Henrique Gomes da Silva (1949a e 1949b) no *Diário de Popular* de 29 de Janeiro e 21 de Fevereiro do mesmo ano, respectivamente.

(...) Todavia, o caso dos castelos não é ainda o mais grave da obra dos Monumentos Nacionais, pois os erros que aí se possam cometer, geralmente, não trazem consequências nefastas, sob o ponto de vista artístico, que já se verificam no capítulo das igrejas. Já vimos o que se passou em Rates (...).”

Mesmo perante estas considerações, Tomé (2002) defende que nas estruturas religiosas, apesar de algumas semelhanças metodológicas, existiu na prática igualmente uma diferença de procedimentos. Este autor (p.38), tomando como exemplo desta questão, as igrejas “gémeas”, de estilo românico, de Travanca e de Rates, revela que se na primeira se identificou a impossibilidade de restabelecer uma abside primitiva, aceitando-se a modificação moderna, pelo contrário, na segunda foi possível, face dos vestígios descobertos – resultando daí a segurança da veracidade da operação – reconstituir a capela-mor, concluindo, que a “(...) recuperação da unidade ideal só aparentemente constituiu um objectivo, revelando-se somente em casos específicos, nos quais a grande integridade dos elementos originais permitia o preenchimento seguro das lacunas”.

2.7 Perfil arquitectónico do castelo em 1929-1949

2.7.1 As intervenções realizadas

Numa apreciação das intervenções efectuadas de 1929 a 1960⁵⁴⁷ constata-se que, tanto a nível geral⁵⁴⁸, como no caso particular dos castelos⁵⁴⁹, se assiste a comportamentos similares, apesar de se confirmarem, como seria

⁵⁴⁷ Para uma melhor perspectiva da evolução numérica das intervenções realizadas alargaremos o período até 1960 (cf. Mapa 59 e Quadro 08), ano que se pode considerar interessante por nele ter ocorrido a aposentação de Henrique Gomes da Silva do cargo de director-geral da DGEMN, que ocupou ininterruptamente desde 1929.

⁵⁴⁸ Cf. Gráfico 05. Este, tal como Gráficos 06 a 08, foi elaborado tendo por fonte Neto (2001).

⁵⁴⁹ Cf. Gráficos 06 e 09. O Gráfico 09 tem como fontes Neto (2001) e a rede dos castelos portugueses, 1350-1450, proposta por este trabalho, baseada em Monteiro (1999) e Gomes (2001 e 2003). A análise das intervenções realizadas tem como fonte dados constantes nas fichas individuais do IPA (cf. Mapa 29 e Quadro 05) da DGEMN, recolhidos entre 12 e 18 de Dezembro de 2006, conforme já se disse em nota anterior.

de esperar, alguns desajustamentos em função de conjunturas particulares que mais tarde abordaremos.

Se a partir de tais gráficos se observa no período inicial (1929 a 1935) uma relativa irregularidade das intervenções realizadas, a partir deste último ano a tendência irá coincidir com uma certa estabilidade económica, caracterizada pelo fim da “era de restauração” e o princípio da “era do engrandecimento”⁵⁵⁰, assistindo-se *grosso modo* a um aumento significativo do número de intervenções até início/meado da década de quarenta. O primeiro aumento, mais acentuado, regista-se aquando das *Comemorações do Ano X da Revolução* (1936) e com a tomada de decisão em 1938 de realizar as *Comemorações Centenárias*, às quais corresponde forte encargo financeiro⁵⁵¹, mesmo comparando os castelos com outros tipos de imóveis⁵⁵².

Embora o número de intervenções permaneça relativamente estável até 1945 (no período 1942-1945 já se vislumbra uma tendência geral decrescente), assiste-se posteriormente, apesar da preparação das festividades dos *Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947*, a uma quebra acentuada até 1953, para de seguida se observar uma recuperação significativa desde este ano até ao final da década. A esta tendência crescente do número de intervenções não é alheio, entre outros, o último acto celebrativo do regime, as *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, que envolvem directamente a DGEMN num significativo número de imóveis.

Esta circunstância é comprovada quando se consulta a evolução das despesas atribuídas às intervenções em monumentos⁵⁵³, apurando-se que existe uma diminuição brusca da despesa realizada entre 1940 e 1941, seguida de

⁵⁵⁰ Neto (2001) situa estes dois momentos com base nos *Discursos* de Salazar (1935-1937b, 2), em particular, em *Era de Restauração. Era de Engrandecimento*. No jornal *O Século* de 29 de Maio de 1936, aquando do acto de inauguração da exposição *Ano X da Revolução Nacional*, Salazar refere-se explicitamente a este tempo do seguinte modo: “Findaram-se dez anos, disse há dois dias no Norte, que apenas constituíram na história pátria uma era de *restauração*; vão começar outros dez, que hão-de constituir uma era de *engrandecimento* (...)”. Para Acciaiuoli (1991), “Os Anos da Restauração” correspondem aos tempos anteriores a 1940 e “Os Anos de Engrandecimento” ao período de 1940 a 1945. Quanto ao período de 1945 a 1950, a autora define-o como “Os Anos da Contestação”.

⁵⁵¹ Cf. Gráfico 07.

⁵⁵² Cf. Gráfico 08.

⁵⁵³ Cf. Gráfico 07.

uma estabilização até 1953, data a partir da qual se assinala uma inversão que vai até ao fim da década de cinquenta, como se referiu acima.

Analisando em concreto e com maior detalhe o que passou quanto aos castelos, vamos observar também estes movimentos crescentes e decrescentes em relação às intervenções executadas, em muito influenciados pelos acontecimentos assinalados.

O estudo das intervenções realizadas pela DGEMN vai focalizar-se em dois intervalos de tempo, 1929-1940⁵⁵⁴ e 1941-1949⁵⁵⁵, que têm como charneira as *Comemorações dos Centenários (VIII Centenário do Nascimento de Portugal e III Centenário da Restauração da Independência Nacional)*, efemérides a que com frequência vimos aludindo e mais uma vez aqui iremos reencontrar.

O ponto de partida para a análise vai centrar-se nos 92 castelos intervencionados entre 1929 e 1949 (figura 53)⁵⁵⁶, cuja distribuição pelas províncias recordamos:

Alto Alentejo, 20 – Alandroal, Terena, Évora-Monte, Estremoz, Veiros, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Belver, Marvão, Amieira e Nisa;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 9 – Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Algosó, Numão, Chaves, Santo Estêvão e Lamego;

Beira Alta, 18 – Avô, Aguiar da Beira, Almeida, Castelo Bom, Castelo Mendo, Celorico da Beira, Linhares, Castelo Rodrigo, Guarda, Marialva, Pinhel, Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Moreira de Rei, Trancoso, Penedono e Viseu;

Minho, 7 – Faria, Braga, Guimarães, Lanhoso, Lapela, Lindoso e Valença;

Estremadura, 8 – Óbidos, Porto de Mós, Alenquer, S. Jorge, Mouros, Torres Vedras, Palmela e Sesimbra;

Beira Baixa, 5 – Belmonte, Castelo Branco, Castelo Novo, Monsanto e Penamacor;

Algarve, 7 – Aljezur, Castro Marim, Faro, Loulé, Silves, Tavira e Cacela;

⁵⁵⁴ Cf. Mapa 30 e Quadro 06.

⁵⁵⁵ Cf. Mapa 32 e Quadro 06.

⁵⁵⁶ Cf. Mapa 57 e Quadro 08.



Figura 53 – Castelos com intervenções entre 1929 e 1949⁵⁵⁷

⁵⁵⁷ Cf. Mapa 57.

Baixo Alentejo, 4 – Alvito, Noudar, Beja e Santiago do Cacém;
Beira Litoral, 8 – Coimbra, Lousã, Montemor-o-Velho, Penela, Soure, Leiria, Pombal e Ourém;
Ribatejo, 5 – Alcanede, Santarém, Tomar, Torres Novas e Almourol;
Douro Litoral, 1 – Feira.

Na primeira fase, de 1929 a 1940⁵⁵⁸, foram objecto de obras 59 dos 92 castelos que tiveram intervenções até 1949⁵⁵⁹. Distribuídas estas 59 estruturas militares pelas províncias portuguesas, de acordo com o Mapa 30 e o Quadro 06, obtivemos:

Alto Alentejo, 15 – Terena, Évora-Monte, Estremoz, Veiros, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Castelo de Vide, Elvas, Belver, Marvão e Amieira;
Trás-os-Montes e Alto Douro, 5 – Bragança, Freixo de Espada à Cinta, Chaves, Santo Estêvão e Lamego;
Beira Alta, 7 – Castelo Bom, Celorico da Beira, Linhares, Sabugal, Sortelha, Trancoso e Penedono;
Minho, 5 – Faria, Guimarães, Lanhoso, Lapela e Valença;
Estremadura, 7 – Óbidos, Porto de Mós, Alenquer, S. Jorge, Mouros, Palmela e Sesimbra;
Beira Baixa, 4 – Belmonte, Castelo Branco, Castelo Novo e Monsanto;
Algarve, 4 – Aljezur, Faro, Silves e Tavira;
Baixo Alentejo, 2 – Beja e Santiago do Cacém;
Beira Litoral, 5 – Lousã, Montemor-o-Velho, Leiria, Pombal e Ourém;
Ribatejo, 4 – Santarém, Tomar, Torres Novas e Almourol;
Douro Litoral, 1 – Feira.

Comparando com a distribuição geográfica dos 92 castelos que totalizam a campanha da DGEMN⁵⁶⁰, constatamos que neste espaço temporal se regista

⁵⁵⁸ Cf. Mapas 36 a 47 e Quadro 07.

⁵⁵⁹ Cf. Mapa 57 e Quadro 08.

⁵⁶⁰ Cf. Mapa 57 e Quadro 08.

uma tendência coerente nas províncias do Alto Alentejo e Estremadura, enquanto ocorre o inverso na Beira Alta.

A estas 59 estruturas corresponderam nos 12 anos em causa 135 intervenções⁵⁶¹, ou seja, 31,6% do total das 427 realizadas entre 1929 e 1949, assim discriminadas por províncias, de acordo com os Mapas 36 a 47 e o Quadro 07:

Alto Alentejo, 26 – Terena (1), Évora-Monte (1), Estremoz (1), Veiros (1), Évora (1), Montemor-o-Novo (4), Mourão (4), Portel (1), Viana do Alentejo (1), Vila Viçosa (3), Castelo de Vide (3), Elvas (1), Belver (2), Marvão (1) e Amieira (1);

Trás-os-Montes e Alto Douro, 9 – Bragança (5), Freixo de Espada à Cinta (1), Chaves (1), Santo Estêvão (1) e Lamego (1);

Beira Alta, 12 – Castelo Bom (1), Celorico da Beira (3), Linhares (2), Sabugal (2), Sortelha (1), Trancoso (2) e Penedono (1);

Minho, 19 – Faria (6), Guimarães (1), Lanhoso (2), Lapela (4) e Valença (6);

Estremadura, 25 – Óbidos (4), Porto de Mós (4), Alenquer (1), S. Jorge (4), Mouros (1), Palmela (3) e Sesimbra (8);

Beira Baixa, 6 – Belmonte (2), Castelo Branco (1), Castelo Novo (2) e Monsanto (1);

Algarve, 4 – Aljezur (1), Faro (1), Silves (1) e Tavira (1);

Baixo Alentejo, 4 – Beja (1) e Santiago do Cacém (3);

Beira Litoral, 15 – Lousã (1), Montemor-o-Velho (3), Leiria (3), Pombal (3) e Ourém (5);

Ribatejo, 11 – Santarém (5), Tomar (4), Torres Novas (1) e Almourol (1);

Douro Litoral, 4 – Feira (4).

Estes dados revelam de igual modo que em cada um destes 12 anos, em média, existiram 11,3 estruturas em obras e que cada castelo, de entre os 59, foi também objecto de intervenções com 2,3 anos de duração média⁵⁶² e confirmam o incremento a partir de 1936 (ano das *Comemorações do Ano X da Revolução*) do número de intervenções, que atingiu um máximo em 1940, pela razão já aduzida: a realização das *Comemorações Centenárias*.

⁵⁶¹ A distribuição anual foi a seguinte: 1929 (3), 1930 (1), 1931 (0), 1932 (1), 1933 (6), 1934 (5), 1935 (5), 1936 (18), 1937 (16), 1938 (15), 1939 (28), 1940 (37).

⁵⁶² Subentendendo que por ano é feita uma intervenção por estrutura, interpreta-se uma intervenção como um ano.

A partir desta altura, e até 1949⁵⁶³, estão registadas obras em 72 dos 92 castelos que sofreram intervenções até 1949⁵⁶⁴, assim distribuídos, de acordo com o Mapa 32 e o Quadro 06:

Alto Alentejo, 15 – Alandroal, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Redondo, Vila Viçosa, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Belver, Marvão, Amieira e Nisa;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 8 – Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Algosó, Numão, Santo Estêvão e Lamego;

Beira Alta, 17 – Avô, Aguiar da Beira, Almeida, Castelo Mendo, Celorico da Beira, Linhares, Castelo Rodrigo, Guarda, Marialva, Pinhel, Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Moreira de Rei, Trancoso, Penedono e Viseu;

Minho, 4 – Braga, Lapela, Lindoso e Valença;

Estremadura, 6 – Óbidos, Porto de Mós, S. Jorge, Torres Vedras, Palmela e Sesimbra;

Beira Baixa, 4 – Belmonte, Castelo Novo, Monsanto e Penamacor;

Algarve, 5 – Aljezur, Castro Marim, Loulé, Silves e Cacela;

Baixo Alentejo, 3 – Alvito, Noudar e Santiago do Cacém;

Beira Litoral, 5 – Coimbra, Lousã, Penela, Soure, e Ourém;

Ribatejo, 4 – Alcanede, Santarém, Tomar e Torres Novas;

Douro Litoral, 1 – Feira.

À partida, este período parece revelar em relação ao primeiro uma actividade intervencionista mais intensa. Mas comparando as distribuições dos dois períodos constata-se um nível global similar, excepção feita à Beira Alta que aparenta um cenário mais favorável (leia-se: com maior número de intervenções).

A estas 72 estruturas vão corresponder nestes nove anos as 292⁵⁶⁵ intervenções seguintes, de acordo com os Mapas 48 a 56 e o Quadro 08:

⁵⁶³ Cf. Mapas 48 a 56 e Quadro 08.

⁵⁶⁴ Cf. Mapa 57 e Quadro 08.

⁵⁶⁵ Distribuição anual: 1941 (33), 1942 (42); 1943 (44), 1944 (49), 1945 (43), 1946 (25), 1947 (22), 1948 (18), 1949 (16).

Alto Alentejo, 55 – Alandroal (4), Estremoz (1), Évora (3), Montemor-o--Novo (5), Mourão (1), Redondo (1), Vila Viçosa (9), Campo Maior (3), Castelo de Vide (2), Crato (1), Elvas (7), Belver (6), Marvão (1), Amieira (8) e Nisa (3);

Trás-os-Montes e Alto Douro, 30 – Bragança (6), Carrazeda de Ansiães (2), Freixo de Espada à Cinta (2), Miranda do Douro (4), Algosó (1), Numão (6), Santo Estêvão (5) e Lamego (4);

Beira Alta, 65 – Avô (1), Aguiar da Beira (3), Almeida (7), Castelo Mendo (1), Celorico da Beira (1), Linhares (5), Castelo Rodrigo (4), Guarda (6), Marialva (4), Pinhel (4), Alfaiates (1), Sabugal (9), Sortelha (5), Moreira de Rei (3), Trancoso (6), Penedono (3) e Viseu (2);

Minho, 13 – Braga (2), Lapela (1), Lindoso (5) e Valença (5);

Estremadura, 29 – Óbidos (4), Porto de Mós (7), S. Jorge (8), Torres Vedras (1), Palmela (4) e Sesimbra (5);

Beira Baixa, 13 – Belmonte (9), Castelo Novo (1), Monsanto (2) e Penamacor (1);

Algarve, 27 – Aljezur (1), Castro Marim (8), Loulé (8), Silves (9) e Cacela (1);

Baixo Alentejo, 10 – Alvito (1), Noudar (1) e Santiago do Cacém (8);

Beira Litoral, 20 – Coimbra (4), Lousã (4), Penela (4), Soure (2) e Ourém (6);

Ribatejo, 26 – Alcanede (7), Santarém (9), Tomar (4) e Torres Novas (6);

Douro Litoral, 4 – Feira (4).

Estes dados revelam de igual modo que em cada um destes nove anos, em média, existiam 32,4 estruturas em obras e que cada castelo, de entre os 72, foi também objecto de intervenções com 4,1 anos de duração média. De novo, relativamente ao conjunto de anos que estamos a analisar, se reconhece continuidade no esforço da campanha global no território, facto que não se pode alhear da necessidade de concluir e efectuar intervenções nalguns casos de índole mais profunda.

Constatamos através destes dados, que reportam ao período de 1929 a 1940 (a que correspondem 59 castelos) e ao seguinte, que vai até 1949 (a que correspondem 72 castelos), a existência de 39 casos comuns. Se cotejarmos este facto com o resultado obtido aquando da investigação que fizemos a propósito da continuidade, ou não, das intervenções nos castelos que foram objecto de financiamento através do Fundo do Desemprego entre 1939 e 1940, concluímos que 18 dos 30 castelos do caso-estudo tiveram sequência

interventiva nos anos seguintes (até 1949). A estes devemos acrescentar outros 21, reafirmando assim a superação dos próprios eventos que foram indubitavelmente o ponto de partida para a campanha efectuada.

Distribuindo os 39 dos 92 castelos intervencionados entre 1929 e 1949 pelas províncias portuguesas, de acordo com os Mapas 30 e 32 e o Quadro 06, encontramos:

Alto Alentejo, 10 – Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Vila Viçosa, Castelo de Vide, Elvas, Belver, Marvão e Amieira;

Trás-os-Montes e Alto Douro, 4 – Bragança, Freixo de Espada à Cinta, Santo Estêvão, e Lamego;

Beira Alta, 6 – Celorico da Beira, Linhares, Sabugal, Sortelha, Trancoso e Penedono; **Minho, 2** – Lanhoso e Valença;

Estremadura, 5 – Óbidos, Porto de Mós, S. Jorge, Palmela e Sesimbra;

Beira Baixa, 3 – Belmonte, Castelo Novo e Monsanto;

Algarve, 2 – Aljezur e Silves;

Baixo Alentejo, 1 – Santiago do Cacém;

Beira Litoral, 2 – Lousã e Ourém;

Ribatejo, 3 – Santarém, Tomar e Torres Novas;

Douro Litoral, 1 – Feira.

Este panorama realça a cobertura de todo o território, destacando-se um número significativo de exemplares no Alto Alentejo e Estremadura, *vis-à-vis* de uma menor contribuição da Beira Alta e da Beira Litoral.

Enfim, distribuindo de acordo com os Mapas 36 a 56 e os Quadros 07 e 08 as 427 intervenções que correspondem aos 92 castelos⁵⁶⁶ alvos de obras pelas províncias portuguesas, obtém-se:

Alto Alentejo, 81 – Alandroal (4), Terena (1), Évora-Monte (1), Estremoz (2), Veiros (1), Évora (4), Montemor-o-Novo (9), Mourão (5), Portel (1), Redondo (1), Viana do Alentejo (1), Vila Viçosa (12), Campo Maior (3), Castelo de Vide (5), Crato (1), Elvas (8), Belver (8), Marvão (2), Amieira (9) e Nisa (3);

⁵⁶⁶ Cf. Mapa 57 e Quadro 08.

Trás-os-Montes e Alto Douro, 39 – Bragança (11), Carrazeda de Ansiães (2), Freixo de Espada à Cinta (3), Miranda do Douro (4), Algosó (1), Numão (6), Chaves (1), Santo Estêvão (6) e Lamego (5);

Beira Alta, 77 – Avô (1), Aguiar da Beira (3), Almeida (7), Castelo Bom (1), Castelo Mendo (1), Celorico da Beira (4), Linhares (7), Castelo Rodrigo (4), Guarda (6), Marialva (4), Pinhel (4), Alfaiates (1), Sabugal (11), Sortelha (6), Moreira de Rei (3), Trancoso (8), Penedono (4) e Viseu (2);

Minho, 32 – Faria (6), Braga (2), Guimarães (1), Lanhoso (2), Lapela (5), Lindoso (5) e Valença (11);

Estremadura, 54 – Óbidos (8), Porto de Mós (11), Alenquer (1), S. Jorge (12), Mouros (1), Torres Vedras (1), Palmela (7) e Sesimbra (13);

Beira Baixa, 19 – Belmonte (11), Castelo Branco (1), Castelo Novo (3), Monsanto (3) e Penamacor (1);

Algarve, 31 – Aljezur (2), Castro Marim (8), Faro (1), Loulé (8), Silves (10), Tavira (1) e Cacela (1);

Baixo Alentejo, 14 – Alvito (1), Noudar (1), Beja (1) e Santiago do Cacém (11);

Beira Litoral, 35 – Coimbra (4), Lousã (5), Montemor-o-Velho (3), Penela (4), Soure (2), Leiria (3), Pombal (3) e Ourém (11);

Ribatejo, 37 – Alcanede (7), Santarém (14), Tomar (8), Torres Novas (7) e Almourol (1);

Douro Litoral, 8 – Feira (8).

Estes dados revelam de igual modo que em cada um destes 21 anos, em média existiram 20,3 estruturas em obras e que cada castelo, de entre os 92, foi também em média objecto de intervenções com 4,6 anos de duração. Verifica-se que o mero facto da existência de um maior número de castelos em determinada província não é por si só bastante para permitir inferir uma correspondente relação proporcional ao número de anos de intervenção.

Fazendo a distribuição das 427 intervenções (correspondentes aos 21 anos de campanha) pelos 92 castelos, obtemos, tendo em conta o número de castelos intervencionados em cada província, os resultados seguintes (duração média entre parênteses): Alto Alentejo, 81/20 (4,1 anos); Trás-os-Montes e Alto Douro, 39/9 (4,3 anos); Beira Alta, 77/18 (4,3 anos); Minho, 32/7 (4,6 anos); Estremadura, 54/8 (6,8 anos); Beira Baixa, 19/5 (3,8 anos);

Algarve, 31/7 (4,4 anos); Baixo Alentejo, 14/4 (3,5 anos); Beira Litoral, 35/8 (4,4 anos); Ribatejo, 37/5 (7,4 anos); Douro Litoral, 8/1 (8,0 anos). Podemos agrupar estes resultados em dois intervalos: um contendo durações médias compreendidas entre 3,5 e 4,6 anos (inclusive) e outro contendo durações médias não inferiores a 6,8 anos. Se no Douro Litoral os oito anos ficam associados ao castelo da Feira, são também elucidativos na Estremadura os casos de Porto de Mós, S. Jorge e Sesimbra e no Ribatejo o do castelo de Santarém. Note-se que estas duas últimas províncias compreendem áreas próximas de Lisboa, a esfera do poder. Contudo, e numa perspectiva individual, podemos reconhecer que o trabalho realizado não se circunscreveu de forma redutora apenas a estruturas em redor da capital, mau grado a destacada importância que concretamente envolvia o castelo de S. Jorge. Analisando de novo os dados, encontramos com obras de duração não inferior a 10 anos os seguintes 12 castelos: Vila Viçosa (12 anos) no Alto Alentejo, Bragança (11 anos) em Trás-os-Montes e Alto Douro, Sabugal (11 anos) na Beira Alta, Valença (11 anos) no Minho, Porto de Mós (11 anos), S. Jorge (12 anos) e Sesimbra (13 anos) na Estremadura, Belmonte (11 anos) na Beira Baixa, Silves (10 anos) no Algarve, Santiago do Cacém (11 anos) no Baixo Alentejo, Ourém (11 anos) na Beira Litoral e Santarém (14 anos) no Ribatejo. Tendo em conta estes dados, verificamos que os 12 castelos com 10 ou mais anos de obras coincidem todos, à excepção de S. Jorge e Santiago do Cacém, com os que foram participados em 1939-1940⁵⁶⁷. Em contrapartida, relativamente à exposição dos *Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947*⁵⁶⁸ a coincidência diminui, sendo que agora essa circunstância se passa com apenas sete dos 12 castelos, a saber: Vila Viçosa, Sabugal, Porto de Mós, S. Jorge, Silves, Santiago do Cacém e Ourém.

Comparando as duas publicações que temos vindo a admitir como referência base para a nossa análise – *Castelos Medievais de Portugal* (MOP/DGEMN, 1949a) e *Boletins* (MOP/DGEMN, 1935-1990) – concluímos que dos 12 castelos com 10 ou mais de anos de intervenções seis deles, concretamente, Bragança (figuras 54 e 55), Porto de Mós (figuras 56 e 57), S. Jorge

⁵⁶⁷ Cf. Mapa 31 e Quadro 06.

⁵⁶⁸ Cf. Mapa 33 e Quadro 06.

(figuras 58 e 59), Sesimbra (figuras 60 e 61), Belmonte (figuras 62 e 63) e Silves (figuras 64 e 65), constam da primeira publicação, enquanto quatro, Sabugal, S. Jorge, Sesimbra e Silves, constam da segunda.

Em comum temos, pois, os castelos de S. Jorge, Sesimbra e Silves. Em relação às restantes 23 estruturas presentes em *Castelos Medievais de Portugal* (MOP/DGEMN, 1949a)⁵⁶⁹, elas distribuem-se da seguinte forma:

Alto Alentejo (7 castelos) – Estremoz (2 anos de intervenções), Viana do Alentejo (1 ano de intervenção), Alter do Chão (sem intervenções), Elvas (8 anos de intervenções), Belver (8 anos de intervenções), Amieira (9 anos de intervenções) e Alegrete (sem intervenções);

Trás-os-Montes e Alto Douro (1 castelo) – Montalegre (sem intervenções);

Beira Alta (3 castelos) – Sortelha (6 anos de intervenções), Trancoso (8 anos de intervenções) e Penedono (4 anos de intervenções);

Minho (2 castelos) – Guimarães (1 ano de intervenção) e Lanhoso (2 anos de intervenções);

Estremadura (2 castelos) – Óbidos (8 anos de intervenções) e Palmela (7 anos de intervenções);

Baixo Alentejo (1 castelo) – Beja (1 ano de intervenção);

Beira Litoral (3 castelos) – Montemor-o-Velho (3 anos de intervenções), Leiria (3 anos de intervenções) e Pombal (3 anos de intervenções);

Ribatejo (3 castelos) – Alcanede (7 anos de intervenções), Tomar (8 anos de intervenções) e Almourol (1 ano de intervenção);

Douro Litoral (1 castelo) – Feira (8 anos de intervenções).

Constata-se que 10 delas tiveram obras de duração média superior a 4,6 anos e igual número teve obras com duração abaixo desse limite⁵⁷⁰. Conforme já antes mencionámos, Alter do Chão, Alegrete e Montalegre não foram objecto de qualquer campanha. No total, dos 29 castelos que integram a publicação, temos seis castelos com 10 ou mais anos de intervenções, 10 castelos com intervenções entre 4,6 e 10 anos, 10 castelos com intervenções

⁵⁶⁹ Cf. Mapa 35 e Quadro 06.

⁵⁷⁰ Cf. Mapas 36 a 56 e Quadros 07 e 08.



Figura 54 – Castelo de Bragança, planta



Figura 55 – Castelo de Bragança, vista panorâmica

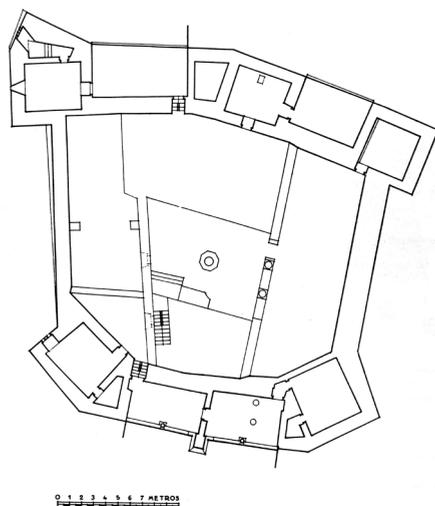


Figura 56 – Castelo de Porto de Mós, planta



Figura 57 – Castelo de Porto de Mós, vista panorâmica

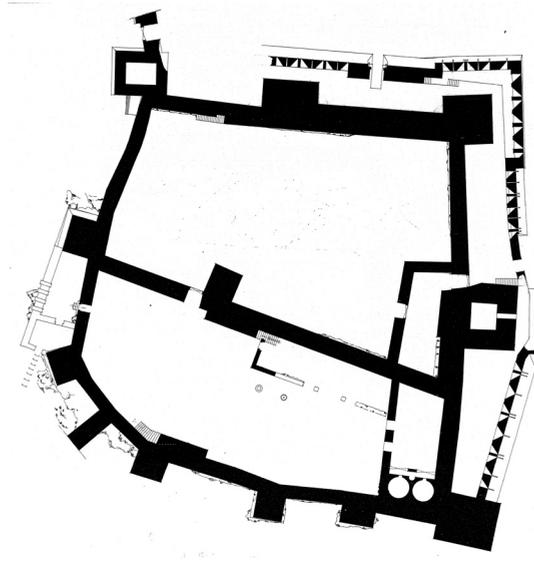


Figura 58 – Castelo de S. Jorge, planta



Figura 59 – Castelo de S. Jorge, vista panorâmica

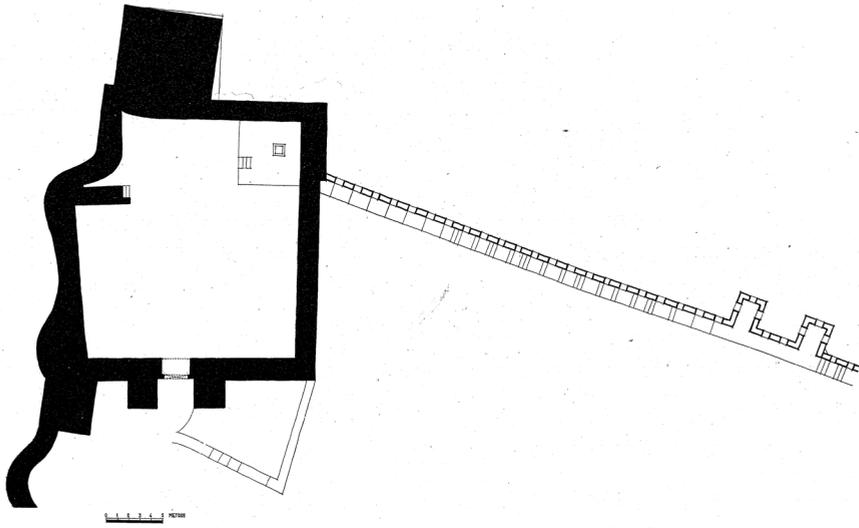


Figura 60 – Castelo de Sesimbra, planta



Figura 61 – Castelo de Sesimbra, vista panorâmica

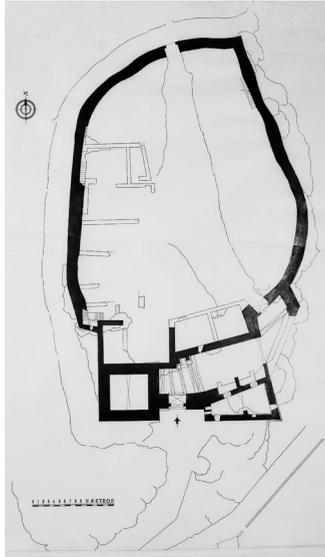


Figura 62 – Castelo de Belmonte, planta



Figura 63 – Castelo de Belmonte, vista panorâmica

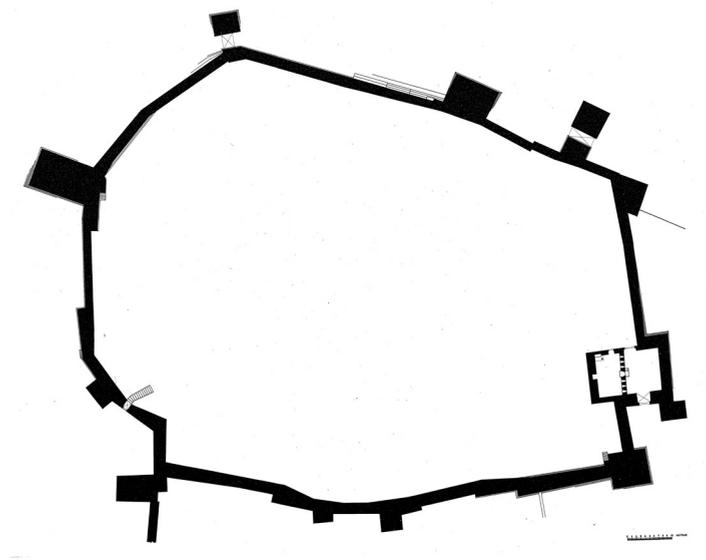


Figura 64 – Castelo de Silves, planta



Figura 65 – Castelo de Silves, vista panorâmica

entre um e 4,6 anos e três castelos sem qualquer intervenção, a que no conjunto corresponde a média de 5,7 anos por castelo. Por conseguinte, dos 29 castelos em 55,2% ocorreram obras de duração não inferior à média geral (4,6 anos), enquanto nos restantes 44,8% houve obras com duração inferior a tal média.

Em suma, nesta publicação são apresentadas em simultâneo, e de forma equilibrada, “grandes” e “pequenas” intervenções, que no conjunto apontam para uma “imagem comparável”, mau grado os já referidos casos de Alter do Chão, Alegrete e Montalegre, que não tiveram intervenções até esta data (1949), e outros, que apontam, tal como sucedia no *Livro das Fortalezas*, para comunhão da ruína e do restauro em curso, de que é exemplo mais destacado o caso de Porto de Mós (este detalhe é também observável em Palmela, Belmonte, Montemor-o-Velho, Leiria, Tomar e, ainda, em Montalegre⁵⁷¹). Este último pormenor pode comprovar-se não só através do registo fotográfico dos vários castelos que integram a publicação, como do Mapa 58 e do Quadro 08 – “Classificações e intervenções na rede dos castelos portugueses entre 1950 e 1960” – em que se encontram os seguintes 17 casos distribuídos por nove províncias, Alter do Chão no Alto Alentejo, Bragança em Trás-os-Montes e Alto Douro, Sortelha, Trancoso e Penedono na Beira Alta, Guimarães e Lanhoso no Minho, Óbidos, Porto de Mós e S. Jorge na Estremadura, Belmonte na Beira Baixa, Beja Baixo no Alentejo, Montemor-o-Velho, Leiria e Pombal na Beira Litoral e Tomar e Almourol no Ribatejo, justificando assim que as suas obras foram iniciadas (apenas no caso de Alter do Chão) ou prolongadas pela década de cinquenta. De igual modo, esta conjuntura fotográfica pode induzir ou revelar à partida diferentes estados físicos anteriores às obras, que implicaram, na nossa perspectiva, procedimentos dissemelhantes, mas apresentando no entanto um mesmo fim iconográfico. Como já referimos, tal fim deveria apenas representar a integridade arquitectónica, que não necessitava de uma reintegração absoluta das estruturas. Era unicamente essencial

⁵⁷¹ Apesar de não se encontrar referido na respectiva ficha do IPA, e por isso dele não constar qualquer referência nos nossos dados, através desta publicação é aparente a existência de obras neste castelo, confirmadas, aliás, por Tomé (2002). De facto, este refere que entre as primeiras operações de restauro de monumentos nacionais está, entre outros, a do castelo de Montalegre (1934).

reproduzir aqueles constituintes (muralhas, torres, ameias, escadas, etc.) que pudessem caucionar a valia histórica e o valor da antiguidade.

Na realidade, apesar de a ruína ser generalizada à maioria dos castelos em Portugal, como se pode ler em *O Occidente* (1878-1915)⁵⁷², D'Eça (1925)⁵⁷³ e Grave (193?)⁵⁷⁴, devido sobretudo ao fim do uso militar, o estado de conservação de algumas das estruturas representadas em *Castelos Medievais de Portugal* em data anterior às campanhas da DGEMN resulta de situações diversas como, por exemplo, os casos de obras de recuperação realizadas nos castelos de Alter do Chão, da Feira e de Leiria⁵⁷⁵ ou, em sentido oposto, a mescla de diversas construções com as muralhas de algumas estruturas, casos de Elvas e Beja, ou o aproveitamento das pedras de ruínas para a construção de outras edificações, como sucedeu em Guimarães.

No que respeita aos *Boletins* (MOP/DGEMN, 1935-1990)⁵⁷⁶, para além dos quatro casos mencionados, temos outros seis⁵⁷⁷, concretamente, Elvas e Belver, com oito anos de intervenção cada, no Alto Alentejo, Guimarães, com um ano de intervenção e Lanhoso com dois anos de intervenção, no Minho, Pombal, com três anos de intervenção, na Beira Litoral e Feira, com oito anos de intervenção, no Douro Litoral, que apresentam na mesma percentagem obras não inferiores e inferiores à média de 4,6 anos. Porém, em conjunto, apesar da presença dos castelos de Guimarães, Lanhoso e Pombal, alvos de um, dois e três anos de campanha, respectivamente – mas que viram as suas obras prolongadas, tal como sucedeu com o castelo de S. Jorge, até à década seguinte –, os *Boletins* revelam um ascendente de estruturas que implicaram *a priori* intervenções de maior profundidade. Enfim, a média dos 10 castelos representados nos *Boletins* publicados até 1949 é de 7,6 anos de duração, valor claramente superior aos de 5,7 anos dos castelos constantes de *Castelos Medievais de Portugal*.

⁵⁷² Cf. Mapa 24 e Quadro 05.

⁵⁷³ Cf. Mapa 25 e Quadro 05.

⁵⁷⁴ Cf. Mapa 26 e Quadro 05.

⁵⁷⁵ Cf. Rosas (1995), Mapa 28 e Quadro 05.

⁵⁷⁶ Cf. Mapa 34 e Quadro 06.

⁵⁷⁷ Cf. Mapas 36 a 56 e Quadros 07 e 08.

Da análise acabada de fazer com recurso às publicações consideradas podemos, à maneira de ilação geral, inferir de forma sequencial as três afirmações seguintes: em determinados momentos, do decurso dos 21 anos que nos encontramos a investigar, alguns castelos foram objecto de maior protagonismo do que outros, por terem estado implicados em efemérides comemorativas; este eventual maior protagonismo pode não ter necessariamente correspondido a obras de superior envergadura; mais importante para o regime era na realidade o significado ideológico e político que estas estruturas, imbuídas de forte conotação histórica, deviam propagandear, traduzindo-se o seu “desenho” num “quadro” comum determinado em várias circunstâncias por intervenções, de maior ou menor escala, consoante o seu estado de conservação, às quais corresponderiam critérios porventura diversos: *restauro* ou *conservação*.

2.7.2 O resultado da campanha

Salvaguardando desde logo as diferenças e assimetrias entre as várias intervenções realizadas, tentaremos de seguida sintetizar alguns dos procedimentos que no conjunto podem configurar uma estratégia comum de actuação no processo genérico das intervenções.

Perante a imagem idealizada pelo regime, os programas de intervenção nos castelos foram essencialmente de carácter estrutural, parciais na sua grande maioria, sustentando-se sobretudo nos vestígios existentes e nos que resultavam de escavações realizadas antes e durante as obras. Refira-se, a este propósito, que as escavações não procediam de um interesse científico, antes emanavam da procura de materiais fidedignos para a operação, o que à partida assegurava uma continuidade textural e cromática com o existente, reforçando o carácter antigo de tais estruturas, condição primordial para a mensagem que se queria transmitir. A primazia recaiu, assim, na reconstituição do traçado perimetral – o *perfil arquitectónico* – e, inevitavelmente, dos elementos que integravam e definiam a forma destas construções (murallas, torres de configuração vária, adarves, ameias, escadas, etc.), condição que naturalmente expressava o domínio territorial que estas estruturas

militares deveriam simbolizar. A esta circunstância não era indiferente o contexto do lugar e o emolduramento respectivo do castelo, que se encontrava sujeito a obras de maior ou menor amplitude, consoante o estado perceptível. Ao contrário, intramuros, assiste-se a um vazio que resulta não só das demolições, que igualmente sucediam no exterior, mas ainda da incapacidade em proceder a reconstituições apoiadas em provas arqueológicas, o que no contexto da representação destas estruturas não era determinante. Uma vez mais, por este caminho podia-se assestar a sua antiguidade.

A este propósito Fernandes (2005), usando dos *Boletins*⁵⁷⁸ da DGEMN, distingue as principais acções levadas a efeito no cumprimento deste programa, se assim o podemos designar. Na sua consideração, que igualmente subscrevemos, são destacadas cinco operações principais: *demolições* internas, *eliminação* de obstruções, *nivelação* de terrenos, *consolidações* e *restauração ou restauro*. A autora efectua uma análise percentual deste tipo de intervenções referidas nos *Boletins* (no caso, entre as décadas de 30 e 50), e a partir do quadro apresentado, conclui que em todos os casos existiram obras de reconstrução e que na maioria deles (percentagens superiores a 60%) se procederam a demolições, eliminações de construções adossadas, movimento de terrenos e consolidações. Em menor número (percentagem inferior a 25%) regista-se limpeza de paramentos.

Continuando a valer-nos do artigo de Fernandes (2005) e, em conjunto, dos 10 *Boletins* publicados entre 1935 e 1949, passamos a descrever, com breve pormenor, cada um dos procedimentos acima anunciados (nos *Boletins* as exposições das obras são normalmente situadas no ponto II, sob o título *A Restauração*).

Às *demolições* realizadas no interior dos recintos estão também associadas obras como *apeamentos*, procedidas de *reconstruções*. Num segundo plano, são mencionadas *demolições* dos elementos que se consideram secundários, sem valor histórico ou artístico, e que no caso podiam comprometer a unidade do conjunto, construído ou em ruína.

⁵⁷⁸ Cf. MOP/DGEMN, 1935-1990.

Recapitulando, os 10 castelos publicados, entre 1929 e 1949, nos *Boletins*, por ordem cronológica, são: Guimarães, 8; Pombal, 21; S. Jorge, 25-26; Lanhoso, 29; Sesimbra, 34-35; Feira, 37-38; Belver, 46; Silves, 51; Elvas, 54; Sabugal, 57.

Às operações de *eliminação*, *desobstrução* e *escavação* (sobretudo no interior dos recintos e no perímetro determinado pelas barbacãs) cumpre o objectivo de descobrir troços de muralhas, torres e elementos que se encontravam enterrados ou entaipados por outras estruturas, desperdícios resultantes da ocupação humana. Para além da descoberta fundamentar a reconstituição, o material recuperado assegurava também a identidade e legitimava a obra a empreender, nomeadamente nas situações de ruína profunda. A *anastilose* constituía o processo adoptado na reposição de elementos encontrados que, perante a sua eventual repetição, fundamentava a restante reconstituição, sobretudo das estruturas que se circunscreviam ao perímetro do castelo em causa.

A *nivelação dos terrenos* – aterros e desaterros (estes, menos frequentes) – em associação com as actividades de desobstrução tinha por regra recuperar cotas consideradas primitivas e facilitar circulações e acessos, estendendo-se este tipo de procedimento a áreas exteriores aos recintos.

As *consolidações*, entendidas como acções de conservação, eram executadas nos elementos que apresentassem pequenos sintomas de degradação.

A *restauração*, para a qual se usavam outras denominações – *restauo*, *reconstrução*, *reconstituição*, *recomposição*, *complemento* ou *construção* – correspondia à incorporação de novos elementos no existente, com cunho mais ou menos global, ou pontual, sempre que possível caucionadas pela presença de vestígios que assegurassem a legitimidade destas acções.

Refira-se, enfim, que a estes procedimentos presidia um forte carácter indutivo que se multiplicava nalgumas invenções. Como frisámos, as operações de índole maximalista estavam constrangidas à indispensabilidade de recuperar uma fisionomia íntegra destas estruturas militares, fiel ou não ao seu original.

Foi nossa intenção averiguar se *a imagem do castelo no início do séc. XVI influenciou, de forma intencional ou não, a construção do seu perfil arquitectónico no séc. XX, na vigência do Estado Novo, designadamente entre 1929 e 1949, num ambicionado regresso à genuinidade da construção original*⁵⁷⁹. Como se pode comprovar, lendo de forma transversal as várias memórias que integram os *Boletins*, nem sempre esta intenção constituiu de facto

⁵⁷⁹ Cf. Introdução.

o objectivo primordial. Com efeito, para além da dificuldade em saber que estado corresponderia à dita “traça primitiva” de um determinado castelo, às intervenções presidiu em primeiro lugar a restituição da integridade do monumento. Ainda assim, e comparando as estruturas comuns ao *Livro das Fortalezas* e aos *Boletins*, Elvas (Figuras 66 a 68) e Sabugal (Figuras 69 a 71), verificamos algumas similitudes, seja no traçado, seja nos elementos que caracterizam de forma determinante a configuração da sua imagem. Assim, respigamos dos *Boletins*:

“Obras rudes (se bem que algumas obras delicadas também houvesse), as que restituíram agora ao Castelo de Pombal [figuras 72 e 73] o aspecto fixado pela grande reconstrução do século XVI nem sempre se apresentaram simples e fáceis a quem as dirigiu e a quem as executou”⁵⁸⁰;

“Dos esforços de vários alcance e vários mérito que se congregaram com o fim de restituir ao Castelo de S. Jorge [figuras 74 e 75], senão a verdadeira fisionomia primitiva, a unidade, a grandeza e os mais eloquentes títulos do seu valor documental, ficou uma lembrança que perdurará, sem dúvida, para exemplo e estímulo de vindouros: a inscrição gravada sobre a porta (que se reabriu agora) da chamada muralha de Martim Moniz”⁵⁸¹;

“Com o que restava da obra primitiva, e que algumas reparações antigas não conseguiram ocultar ou descaracterizar inteiramente, a restauração actual [figuras 76 e 77] fez-se, de ordinário, como se a planta original estivesse ao alcance dos restauradores. É possível, entretanto, senão provável, que em determinados pormenores haja pequenas divergências, aliás sem valor de infidelidade ou de desatenção, e talvez provenientes da influência que o desnível cronológico das duas épocas poderia ter exercido no critério interpretativo dos reconstrutores; no conjunto, porém, a identidade entre a obra do passado e a do presente afigura-se-nos indubitável”⁵⁸²;

⁵⁸⁰ Cf. MOP/DGEMN, 1935-1990, 21, p.29.

⁵⁸¹ Cf. MOP/DGEMN, 1935-1990, 25-26, p.35.

⁵⁸² Cf. MOP/DGEMN, 1935-1990, 51, pp.24-25.

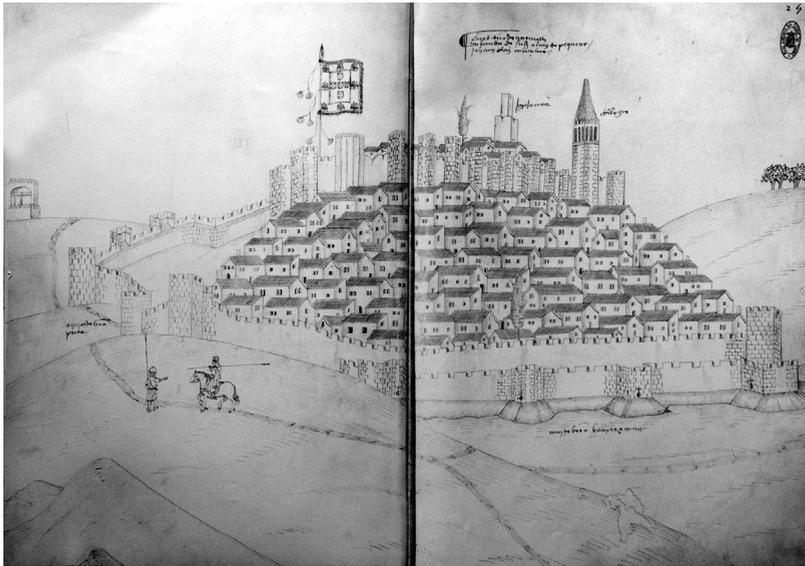


Figura 66 – Castelo de Elvas, vista panorâmica S

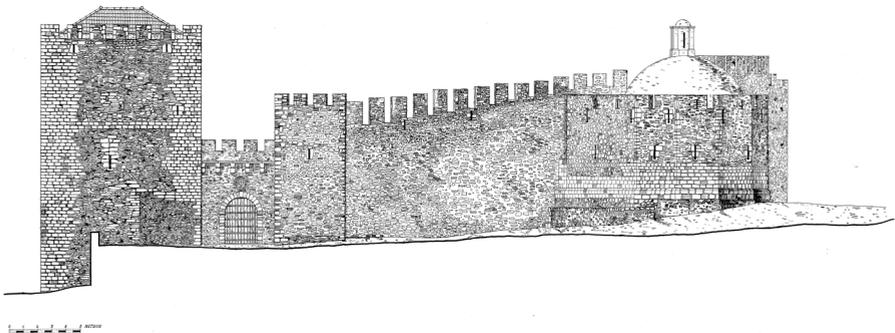


Figura 67 – Castelo de Elvas, alçado poente



Figura 68 – Castelo de Elvas, vista panorâmica

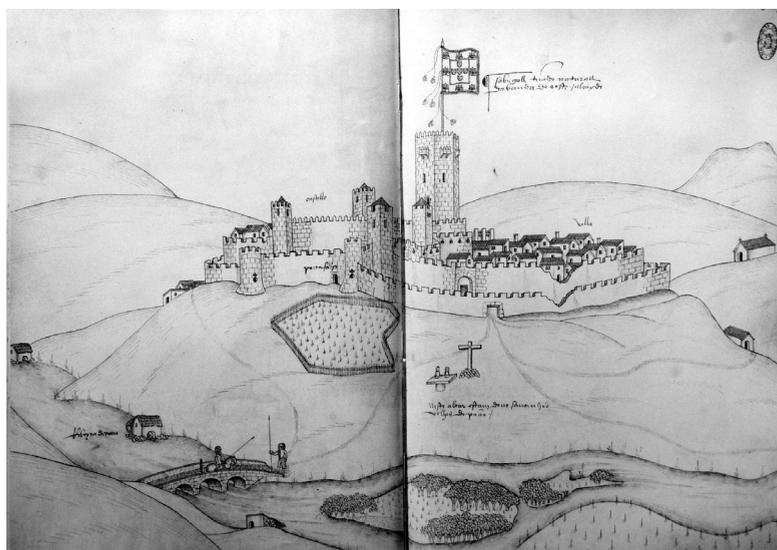


Figura 69 – Castelo do Sabugal, vista panorâmica O

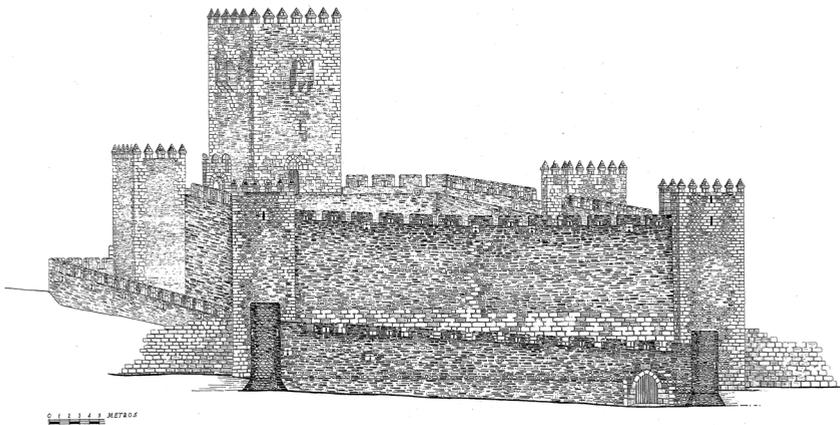


Figura 70 – Castelo do Sabugal, alçado poente



Figura 71 – Castelo do Sabugal, vista panorâmica

“Em meio desse mundo morto, qual devia ser o pensamento-guia da obra de restauração que a Direcção-Geral se julgou obrigada a promover? – Um só, em verdade, podia considerar-se permitido: o de reconstituir o Castelo tal como o conheceu, no século XIII, o Rei Fundador, sem todavia enjeitar o que ali deixou, com honra própria e a bem da Nação, outro rei que, como aquele, soube compreender e amar Portugal. Assim, por ser essa a obra que cumpria fazer, essa foi, de facto, a obra que resolutamente se fez”⁵⁸³,

“De facto, ali, no Castelo de Elvas, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais pretendeu sobretudo fazer, e diligenciou deveras fazer, uma restauração completa, de corpo e de espírito – não apenas uma incerta e inexpressiva imitação da obra original – Conseguiu-o, em verdade? Outros o dirão. A sua consciência, porém, mais de uma vez interrogada, ainda o não negou”⁵⁸⁴.

Deste cenário, embora consideremos, tal como o fizemos no primeiro capítulo a propósito da tentativa de constituir um castelo-modelo, passível de outra interpretação, nomeadamente face ao número reduzido de casos-estudo, é possível comprovar um dos desígnios deste trabalho⁵⁸⁵: *perceber no caso particular destes monumentos nacionais, os castelos, como é que eles reflectiram e tornaram tangíveis os significados, valores e simbolismos que o Novo Estado lhes atribuiu e a forma como a larga campanha operada, dirigida por um organismo recém-criado, a já citada DGEMN, à luz de critérios unitários assentes numa vontade “reintegradora” e “restauradora”, tornou a sua presença no espaço numa renovada imagem do território, “primitiva”.*

Recorrendo de novo ao apoio dos castelos mencionados nos *Boletins* tentaremos extrair conclusões deste trabalho.

Através de um conjunto de sobreposições de imagens que se encontram no site da IUC (http://www.uc.pt/imprensa_uc/catalogo/investigacao/castelos), correspondentes ao estado *antes* e *depois* das intervenções efectuadas pela

⁵⁸³ Cf. MOP/DGEMN, 1935-1990, 57, p.23.

⁵⁸⁴ Cf. MOP/DGEMN, 1935-1990, 54, p.24.

⁵⁸⁵ Cf. Introdução.

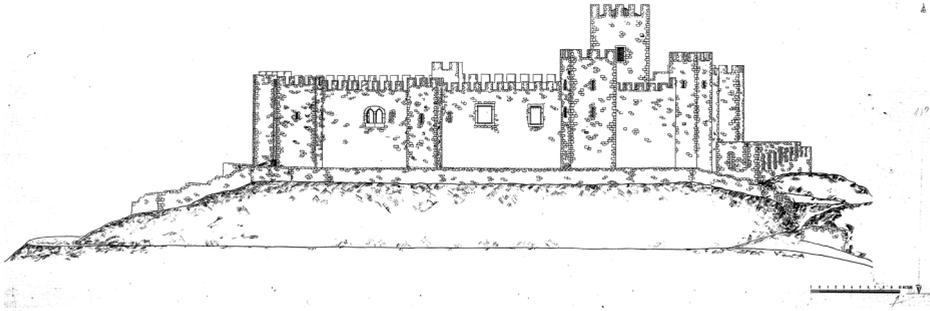


Figura 72 – Castelo de Pombal, alçado sul

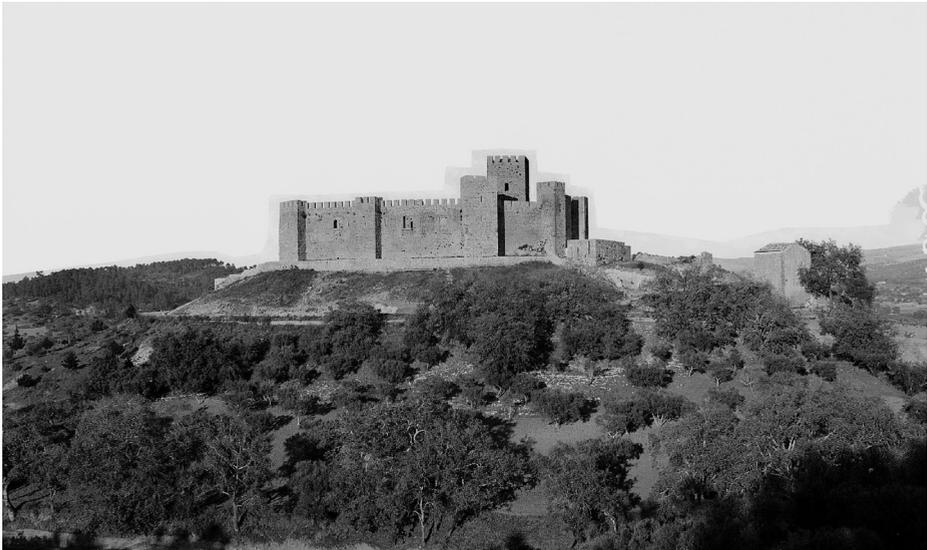


Figura 73 – Castelo de Pombal, vista panorâmica

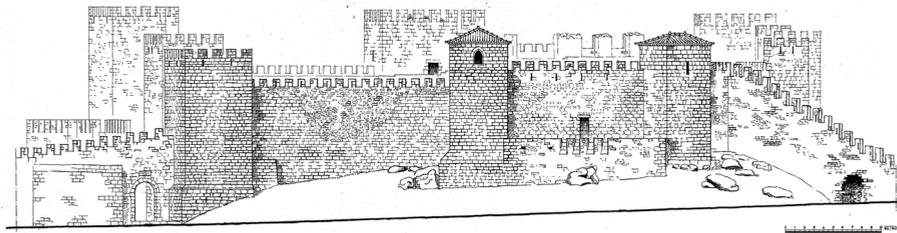


Figura 74 – Castelo de S. Jorge, alçado norte



Figura 75 – Castelo de S. Jorge, vista panorâmica

DGEMN, cremos ter encontrado um contributo, porventura inédito, para o tema em estudo.

As imagens produzidas revelam, em tons de amarelo e de vermelho, as obras realizadas: *demolições* e *construções*, respectivamente. A mostra pretende, para além do valor iconográfico, destacar nas obras produzidas algumas das actuações mais comuns que expusemos.

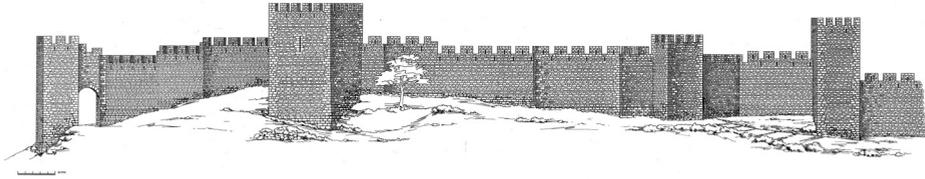


Figura 76 – Castelo de Silves, alçado norte



Figura 77 – Castelo de Silves, vista panorâmica

Fazendo-nos acompanhar, em sintonia, por estas sobreposições e pelas memórias transcritas das páginas de alguns dos *Boletins* poderemos de forma breve e sintética constatar a diferença de procedimentos que existiram entre os castelos representados. Nessa diferença, residiram os próprios limites das obras a realizar.

Aliás, não podemos olvidar que

“Quase todos os castelos erigidos em Portugal na Idade Média desapareceram ou envelheceram, depois de findo o período da sua actividade combativa, sem que outros danos, além dos do Tempo, lhes tivessem abreviado a decomposição precursora do fim total. Com efeito, menos infortunados que os monumentos religiosos da mesma idade, raramente a devoção dos seus amigos ou protectores os sujeitou a sacrifícios idênticos àqueles de que tantas e tantas igrejas de alta nobreza artística ainda hoje conservam os mais dolorosos estigmas. Os homens a quem incumbia a sua defesa, entendendo que todo o esforço era vão, desde que a guerra moderna não temia torres nem muralhas, jamais promoveram, por actos bem decididos ou sequer bem definidos, a conservação do que restava das velhas construções militares entregues à sua guarda; limitaram-se, na maioria dos casos, a usar e preconizar uma certa benevolência contemplativa – convencidos entretanto de que a Natureza não renunciaria, como boa obreira, aos seus porfiados trabalhos de subversão ou transformação. Não foram portanto amigos-inimigos, como certos reformadores de templos avoengos; foram simplesmente cúmplices – cúmplices passivos – de um eterno e implacável demolidor: o Tempo. Os seus actos não podem em verdade condená-los; condena-os porém, e irremissivelmente, a sua inércia”⁵⁸⁶.

Apesar de se reconhecer que tal conjuntura seria comum a estas estruturas militares e que o Tempo e a Natureza, mais do que a acção do Homem, se assumissem como responsáveis e contribuíssem para a sua subversão, aos castelos a “libertação” não era vedada, podendo contemplar formas de intervenção opostas.

Por exemplo, a propósito do castelo de Guimarães (figuras 78 a 81) podemos ler:

“Felizmente, outra vereação, eleita mais tarde, mostrando inteligência, brio e consciência das suas responsabilidades, reparou de algum modo os erros assim cometidos. Desistindo, segundo parece, de recompor a muralha mutilada em homenagem aos progressos da viação urbana, empreendeu todavia uma obra ainda mais difícil e não menos meritória:

⁵⁸⁶ Cf. MOP/DGEMN, 1935-1990, 21, pp.21-22.

a da libertação do castelo. Energicamente, sem escutar vozes de queixa ou vozes de revolta, expropriou quintais, casas e casebres, arrasou todos os muros que se firmavam na muralha medieval, e conseguiu assim restituir ao monumento grande parte da independência de outrora. Mas essa guerra de desobstrução, talvez demasiado cruel – porque abrangeu algumas árvores cuja vizinhança mais favorecia do que prejudicava a velha fortaleza – não foi secundada, conforme poderia esperar-se, por quaisquer providências tendentes a valorizar o fruto da vitória; e assim o nobre edifício, embora liberto, continuou abandonado à sorte vária e a ter como principal fiança de conservação a prodigiosa solidez da sua estrutura. Prodigiosa, em verdade. Quando a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais iniciou os seus trabalhos, encontrou sem dúvida, em determinados lanços da muralha, alguns desaprumos precursores de ruína; mas seria injusto dizer-se que o castelo, embora ferido, caíra em tamanha decadência que embaraçasse de dificuldades ou problemas graves a obra da restauração. Os estragos eram reparáveis; as deformações quase sempre superficiais (...). A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, chamando à vida actual o glorioso castelo, curou sobretudo de apagar antigas injúrias, de cicatrizar as chagas mais dolorosas. Moderou o seu fervor reconstrutivo, para que a renovação não fosse destruição”⁵⁸⁷.

Em sentido inverso posiciona-se o castelo de S. Jorge (figuras 82 a 85) onde a intervenção seria devastadora, fruto do cariz exemplar que lhe foi atribuído pelo regime:

“O Castelo de S. Jorge, o mais antigo Monumento de Lisboa, verdadeira acrópole da Nação, talvez a peça de maior e melhor nobreza do nosso Património de glória, merece incontestavelmente que se dignifique, desafrontando-o de malefícios construtivos, isolando-o na sua solene beleza evocadora, reintegrando-o enfim, quanto possível, na sua rude e expressiva estrutura de fortaleza de outros tempos. (...) O Governo da República Portuguesa, ao preparar a comemoração centenária da Fundação da

⁵⁸⁷ Cf. MOP/DGEMN, 1935-1990, 8, pp.20-21 e p.24.



Figura 80 – Castelo de Guimarães, vista panorâmica, antes das obras



Figura 81 – Castelo de Guimarães, vista panorâmica, depois das obras

Nacionalidade e da Restauração da Independência reunidas na data conjunta de 1940, intenta levar a cabo a reintegração do Castelo de S. Jorge, a sua dignificação completa, mostrando de novo a Lisboa e ao País o glorioso monumento em toda a sua expressão militar, numa tentativa de recomposição histórica em que todos os portugueses se vão decerto empenhar, uns com o seu trabalho, outros com o seu conselho e todos com o seu amor pátrio”⁵⁸⁸.

Confrontando-nos com o relato posterior à obra realizada, confirmam-se os pressupostos inicialmente enunciados:

“Hoje, totalmente desobstruídas e recompostas as muralhas que sobreviveram a tantos séculos de desamparo; reedificadas outras, de que só restavam simples vestígios; reconstituído, no seu todo gigantesco, muito do que se julgava perdido para sempre – a famosa acrópole ulissiponense, a que Júlio de Castilho, em 1884, convictamente chamava “um caos sem valia senão para arqueólogos” [o Castelo de S. Jorge] pode esperar, com dignidade e culto de verdadeiro monumento nacional, um novo centenário que se aproxima, também festivo e merecedor de inextinguível memória: o do glorioso acontecimento que o fez incorporar, assim como a cidade, sua filha, na recém-nascida pátria portuguesa. Pouco mais de cinco anos dista de nós o dia 25 de Outubro de 1947. Será porventura então a primeira vez (pelo menos depois de se terem cerrado as portas de ferro da Idade Média) que a data centenária de tão memorável passo histórico não deixará de despertar os ecos de toda a terra portuguesa com um reanimador, uníssono *Sursum Corda!* – e isto mais uma vez nos convencerá de que, após o ensanguentado ocaso de 1580, hoje somente o Portugal-Nação, nascido há 8 séculos, tem plena consciência da sua glória e dos deveres que essa mesma glória lhe impõe”⁵⁸⁹.

⁵⁸⁸ Cf. MOP/DGEMN, 1935-1990, 25-26, pp.5-6.

⁵⁸⁹ Cf. MOP/DGEMN, 1935-1990, 25-26, pp.28-29.

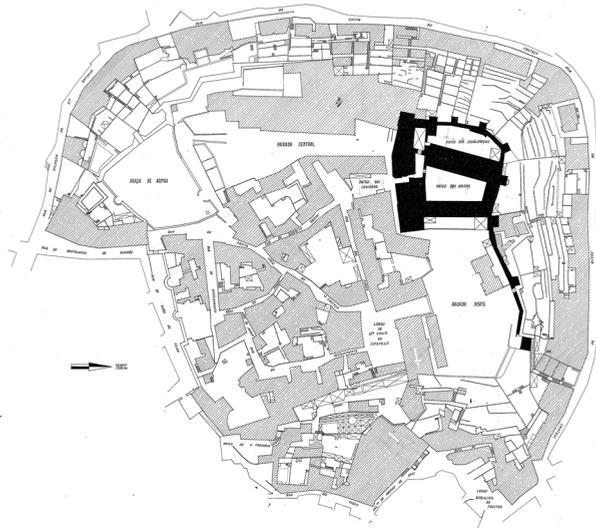


Figura 82 – Castelo de S. Jorge, planta, antes das obras

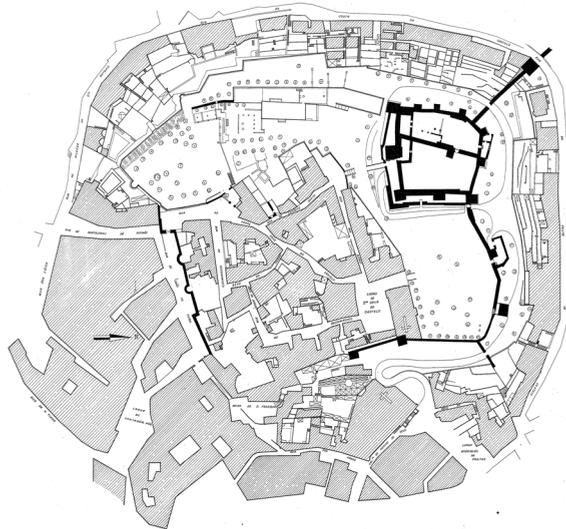


Figura 83 – Castelo de S. Jorge, planta, depois das obras



Figura 84 – Castelo de S. Jorge, vista panorâmica, antes das obras



Figura 85 – Castelo de S. Jorge, vista panorâmica, depois das obras

De facto:

“As escavações e as demolições foram, na realidade, os trabalhos que maior e mais penoso esforço exigiram ao pessoal operário chamado a cooperar, durante longos meses, na restauração do Castelo de S. Jorge”⁵⁹⁰.

No entanto,

“Concluída a restauração do monumento, com o respeito e o carinho que o seu alto valor “nacional” impunha – conforme o pôde verificar toda a população de Lisboa (e muitas outras populações forasteiras), nos inolvidáveis dias de exaltação patriótica que Portugal viveu em 1940 – reconheceu-se que alguma coisa faltava ainda: uma vasta obra exterior, de valorização estética e histórica, que dotasse o Castelo de S. Jorge de quadro próprio e demarcasse bem visivelmente, no urbanizado monte ribeirinho, os limites do seu senhorio de muitos séculos. Essa obra complementar, cuja utilidade não carece de demonstração, acha-se ainda em curso – e, como todas as anteriores, tem permitido que se avolume de dia para dia, com o descobrimento de novos e preciosos testemunhos do passado construtivo do castelo, a importante documentação arqueológica que desde as primeiras escavações se está diligentemente coligindo. O que já houve ensejo de recolher, nesta segunda fase dos trabalhos gerais – restos de muralhas, de torres e até de uma igreja desconhecida, além de outros elementos não menos valiosos – convence-nos de que, após a conclusão definitiva desta última tarefa, será possível reunir uma colecção variada e rica, bem digna de apreço. Cremos que o minucioso estudo de tal colecção, a empreender em ocasião oportuna, determinará algum dia a publicação de um boletim suplementar acerca da imponente fortaleza que foi berço de Lisboa”⁵⁹¹.

Numa terceira via, com atributos históricos, escala e presença na paisagem distintos dos castelos de S. Jorge e de Guimarães, a descrição das intervenções

⁵⁹⁰ Cf. MOP/DGEMN, 1935-1990, 25-26, p.33.

⁵⁹¹ Cf. MOP/DGEMN, 1935-1990, 25-26, pp.34-35.

no castelo de Lanhoso (figuras 86 a 89) comprovam o desequilíbrio intencional dos limites que a cada castelo foram impostos, mas que no conjunto manifestam o mesmo desejo de unidade e integridade que conformam um cenário idêntico e idílico como ventilámos na *Introdução*, ao invés da uniformidade de critérios que, erradamente, em nosso entendimento, tem sido concebida. Podíamos até de algum modo considerar este exemplo um paradigma do *modus operandi* das operações levadas a cabo pela DGEMN nos castelos em Portugal, não só na comunhão dos interesses ideológicos atribuídos a tais construções e na sua capacidade de promover a sua restauração material, moral e nacional como também na tentativa de compreender a sua feição actual e o seu carácter antigo. Neste sentido, consideramos seguirem as longas, mas interessantes, palavras de D. João de Castro (29, pp.17-24, secção *I. Antes da Restauração*), que a seguir reproduzimos.

“Quase pode afirmar-se que a memória daquele desmembrado Castelo de Lanhoso, que há tantos séculos negreja, sem vida própria, sobre um bárbaro monte de fragas, na terra minhota que se alonga entre o Ave e o Cávado, só foi conservada até os nossos dias por uma das construções do seu conjunto primitivo: a gigantesca torre de menagem que ali, em meio de informes ruínas, nunca deixou de vigiar as montanhas e os vales circundantes com firmeza de sentinela que nenhum perigo desvia do seu posto. Na realidade, de tudo quanto constituía a inexpugnável praça de guerra onde outrora, em boas ou más horas, tantas vezes se acolheu a rainha D. Teresa, somente essa velha torre, que parece ter sido edificada e habitada por titãs, conseguiu resistir ao incessante batalhar dos séculos, com valor igual àquele que em longínquas idades lhe permitiu afrontar, ao longo de cruéis cercos, as arremetidas e os engenhos destruidores das hostes inimigas. Destelhada, sem pavimentos, escondendo em si, como na sombra de um poço, os destroços dessa ruína interior, sofreu todavia sem feridas graves, quase incólume nos seus potentes membros de gigante arquitectónico, todas as guerras de morte que o Tempo lhe moveu, durante anos sem conta, naquele ermo de penitência onde nenhuma força estranha podia socorrê-la. Quando se iniciou a restauração do Castelo, a sua robustez era ainda a de um velho guerreiro que nenhuma peleja fatiga ou desanima. Alta, larga, com os muros eriçados de ameias pontiagudas,

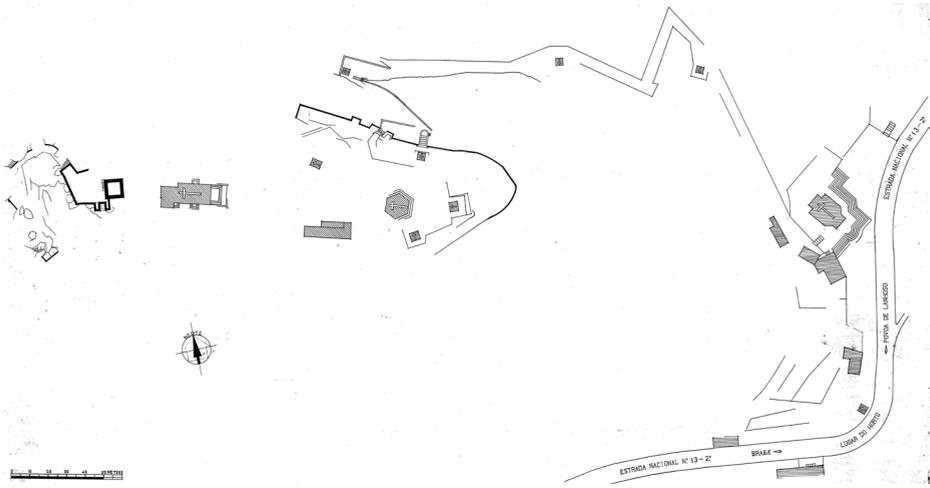


Figura 86 – Castelo de Lanhoso, planta, antes das obras

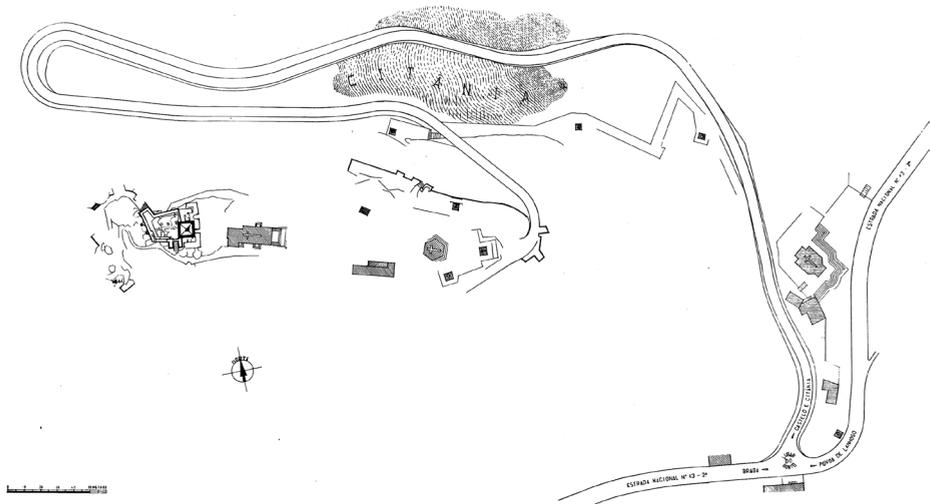


Figura 87 – Castelo de Lanhoso, planta, depois das obras



Figura 88 – Castelo de Lanhoso, vista panorâmica, antes das obras



Figura 89 – Castelo de Lanhoso, vista panorâmica, depois das obras

dir-se-ia que aguardava ainda, para lhes oferecer a sua hercúlea força defensiva, os besteiros e homens de armas que outrora havia protegido; apenas um dos cunhais, tendo cedido às raízes gulosas das heras os interstícios das suas grossas pedras esquadradas, começava a ser minado por uma lenta desagregação. As obras de reparação efectuadas nesse poderoso reduto medieval – onde talvez fosse firmado, há 818 anos, o famoso *Tratado de Lanboso*, que pôs termo a uma das mais perigosas desinteligências suscitadas entre a mãe de D. Afonso Henriques e sua irmã, a rainha D. Urraca – não demandaram, portanto, quaisquer estudos ou cuidados de verdadeira responsabilidade técnica; e, assumindo embora relativa importância, pelos esforços e pelo tempo que foi necessário despender para as executar, limitaram-se à construção de um novo telhado, com a armação adequada; à reposição dos dois antigos pavimentos (que uma escada de madeira ficou entreligando); à remoção dos entulhos acumulados profundamente, na base da torre; e por fim a numerosos trabalhos de reajustamento e consolidação, que incidiram principalmente no cunhal danificado pela invasão das heras, nas juntas interiores e exteriores, nos adarves, nas ameias, nos parapeitos – tudo precedido ou seguido pela criteriosa limpeza das cantarias. Além da torre de menagem, eram escassos e de escassa importância os vestígios úteis à obra da reconstituição do velho Castelo. Foi perto desta mesma torre, e talvez por mercê da vizinhança das suas formidáveis paredes, que se encontraram os mais notáveis em aparência e valor documentário: os restos da porta principal e dos dois fortes cubelos que a defendiam. A porta, aberta no alto de uma penha toscamente escadeada, desenhava-se na sombra do caos interior com o seu arco de volta quebrada – ainda airoso, mas já condenado a próximo desmoronamento, visto acharem-se destravadas e sem encontros as pesadas pedras que o compunham. Dos cubelos laterais restavam apenas as bases, também já meio esboroadas, mas ainda imponentes de força. Deviam ser coevos da torre de menagem, a que uma cortina ameada os ligava. Desta ligação se acharam claros vestígios durante as obras do restauro – vestígios que permitiram determinar sem erro a altura dos muros derruídos. Foi portanto de acordo com tal indicação, na verdade preciosa que se procedeu à reconstituição dos cubelos e de toda a muralha contígua. Assim esta, partindo da torre de menagem, e depois de se fechar sobre a

porta –já então fortemente consolidada, não só pela recomposição do arco exterior, mas também pela reconstituição do arco interior e respectivas ombreiras, que haviam desaparecido – foi prolongada, com rumo ao poente, até encontrar outro lanço da cerca forte: o que, no extremo do planalto, e com grande extensão, corre do sul para o norte sobre os alcantis da vertente. As ruínas da porta e dos cubelos, juntamente com a torre de menagem, constituíam na realidade os únicos restos bem visíveis do Castelo de Lanhoso. Tudo o que outrora devia ter engrandecido, em vulto e arrogância, a velha fortaleza – muralhas, torreões, obras de defesa de maior ou menor antiguidade – sumira-se completamente nas sombras do Passado. Tanto como os malefícios do Tempo, concorreram sem dúvida para tão vasta obra de dispersão e aniquilamento os obscuros feitos de alguns vândalos das cercanias, a quem o abandono total do Castelo naturalmente induziu a explorarem como pedreira sem dono o que ali ruíra e o que não ruíra; contudo, o maior quinhão de responsabilidade em todos esses desmandos cabe, segundo parece, àqueles que no século XVII, como se disse no capítulo antecedente, julgaram talvez prestar um alto serviço a Deus e à Pátria, substituindo as mutiladas construções militares por novos e aparatosos edifícios religiosos. Assim, toda a área abrangida, em tempos idos, pela cerca forte se foi convertendo, pouco a pouco, em um sarçal que ninguém desbravava – terra pedregosa e quase hostil, semelhante àqueles “maninhados” de que falavam as cartas foralengas da Idade Média. Foi pela escavação geral desse recinto desnaturado e desmurado que começaram as obras da restauração – trabalho ingrato, sempre demorado pelo cuidado de evitar que o alvião dos cabouqueiros destruísse inadvertidamente quaisquer elementos úteis ao conhecimento do passado histórico ou construtivo do castelo. Certo, aquele acervo de entulhos, transformado pela acção do tempo em dura terra de brejo, não tinha antiguidade suficiente para poder guardar em si valiosos segredos arqueológicos; mas, como recobrirá inteiramente, durante os últimos séculos, o primitivo chão fortificado, devia sem dúvida ocultar numerosos vestígios relacionados com a remota actividade militar do Castelo. Os factos ocorrentes em breve corroboraram esta fácil conjectura. Assim, embora se não registasse, ao longo do desaterro, algum desses achados em que por vezes são férteis idênticas escavações (armas, utensílios, moedas, etc.), não deixaram contudo

de aparecer, logo que se desobstruiu todo o pavimento da antiga praça de armas, vários restos de construções de remotíssima origem, o envasamento de carácter romano da torre de menagem, e ainda (conforme se esperava) a base de toda a primitiva cerca. Esta última descoberta permitiu que os grandes panos de muralha edificados durante a restauração do monumento fossem assentes nos alicerces dos que ali existiram outrora e delimitassem portanto, com plena exactidão, a área ocupada pela fortaleza propriamente dita nos primeiros tempos da Monarquia. Cumpre entretanto observar que a reconstrução de alguns desses muros – de valor secundário pela sua situação – não se fez integralmente. Reconhecendo-se que nem a dignificação do conjunto monumental, nem quaisquer outros interesses estéticos ou arqueológicos aconselhavam mais dispendiosa obra, resolveu-se que de certos lanços da antiga cerca forte apenas se reconstituísse a parte indispensável para definir os limites do Castelo e vedar apropriadamente o seu ressurgido chão histórico. Por tal motivo, os novos muros, tendo embora toda a extensão dos antigos, nem sempre os igualam em altura; todavia, foram sempre construídos com o vulto necessário para poderem valorizar, sem nenhuma deficiência desairosa ou míngua de nobreza, o aspecto geral do monumento, pois atingem, e até excedem, o elevado nível dos adarves. Concluída a restauração, um novo problema se suscitou. Com efeito, só nesse momento se acusou verdadeiramente – e quase imperativamente – a necessidade de recompor o quadro natural em que é forçoso ver o Castelo de Lanhoso, e que por isso mesmo participa deveras do seu admirável pitoresco arcaico. Sim, se é certo que essa relíquia militar dos tempos pré-afonsinos, apesar das honrosas tradições do seu passado, não pode competir em garbo arquitectónico com outras construções guerreiras que os nossos avós da Idade Média nos legaram, certo é igualmente que o áspero monte de penhascos onde ela se nos depara, constituindo como que um prolongamento das suas muralhas, a amplifica e enobrece tanto e de tal modo que admirar a atrevida obra dos homens corresponde em verdade a admirar a gigantesca obra da Natureza. Nos remotos anos da sua actividade bélica, o Castelo, identificado, senão confundido, com os rochedos onde se embebem os seus alicerces, não consistia somente nas fortificações ali erguidas por engenho humano; compunha-o, na realidade todo o monte. Impunha-se portanto a obrigação

de evitar que de qualquer modo fosse prejudicada, na sua grandiosa aparência, tão singular unidade de aspectos. A obra da restauração, limitada exclusivamente ao Castelo, ficaria sem dúvida incompleta. Além disso, cumpria também impedir que o monumento continuasse, por efeito de dificuldades de acesso quase invencíveis, desagregado da vida actual, como padrão de algum feito de negra memória. Efectivamente, só a pé, em longa, difícil e fatigante ascensão, podia atingir-se a larga chapada granítica onde campeiam as suas muralhas. Algumas das estreitas veredas que conduziam ao cume do monte eram talvez as mesmas que há mais de 8 séculos reabriram, com as suas abarcas ferradas, os soldados da rainha D. Teresa; outras deviam datar do último quartel do século XVII, época em que o povo dos arredores começou a concorrer, em alegres romarias, à igreja de Nossa Senhora do Pilar, então ali construída, no limite das desaparecidas barbacãs, conforme já se referiu. A principal obra empreendida consistiu, portanto, na abertura de uma estrada de acesso – obra que se estudou e executou logo após a conclusão dos trabalhos do restauro, com a participação da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso. Das escavações então efectuadas nas vertentes do monte, que a nova estrada rasgou no seu sinuoso traçado, resultaram algumas descobertas inesperadas – e uma de relativa importância. Com efeito, quando os trabalhos atingiram maior altitude, começaram a surgir das entranhas do rude solo escavado numerosos e valiosos vestígios de uma povoação pré-romana – semelhante a tantas outras que afamam diversas eminências da Península. Lanhoso tem hoje, como Guimarães, Viana do Castelo, Condeixa e mais algumas terras comarcãs do Norte e do Centro do País, uma “citânia” – modesta, sem dúvida, mas digna de atenção e estudo. Em outros lugares, o achado de alguns objectos de vários usos concorreu para demonstrar que o monte de Lanhoso, apesar da sua natureza hostil (ou por isso mesmo), foi outrora um lugar de notável povoamento sedentário e, depois de ter atraído e retido alguns desses vagos dêmos que antecederam as grandes invasões históricas, conheceu também, como fruto de vitoriosas empresas militares, alguns dos benefícios da civilização romana. O aparecimento de várias estátuas mutiladas e consumidas pelo tempo, assim como pedras esculpidas e ainda outros documentos arqueológicos, reforça ainda mais tão natural conjectura. Aberta a estrada, procedeu-se à limpeza ou

recomposição geral do terreno – sobretudo na parte mais vizinha do monumento. Por efeito dessa obra – não de modernização (deve ser supérfluo notá-lo), mas de saneamento estético – foram abatidas algumas árvores que prejudicavam a harmonia do conjunto, plantadas outras, em grande número, e demolidas várias construções indesejáveis (muros, casebres, etc.), que por ali tinham brotado, como plantas bravias, do solo sem defesa e sem dono. Hoje, pode afirmar-se que o Castelo de Lanhoso, bem visível no seu píncaro de rochas, recuperou plenamente o direito de reviver um passado em que há sombras impenetráveis e talvez fugazes lampejos de glória – passado que só ele conhece de veras e que já não é obrigado a defender dos cruéis inimigos a que o haviam abandonado: o Tempo malfazejo, o esquecimento ingrato, o desprezo imerecido. O seu lugar no nosso haver monumental não se distingue, evidentemente, por qualquer título de superioridade, entre os mais honrosos; mas é, sem dúvida, de legítima posse. Embora não tivesse prestado serviços de grande fama à causa da nacionalidade, o vetusto monumento foi um dos mais obscuros e diligentes obreiros da Fundação. Confidente de muitos segredos, fiador de muitas esperanças, animador e defensor de muitos esforços, conspirou longamente com a infanta-rainha D. Teresa, para conquista da independência de Portugal. Não lhe faltam, como à nobre viúva do Conde Henrique de Borgonha, e como ao próprio Conde, merecimentos, virtudes e até grandeza de precursor. A ruína em que tanto tempo jazeu era iníqua. Tendo-o reconhecido, e promovendo sem maior demora a dignificadora restauração que se lhe devia, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais não obedeceu apenas, como se vê, a razões de ordem sentimental; obedeceu também, e principalmente, a imperativas razões de ordem histórica”.

Noutro âmbito, como referimos no primeiro capítulo a respeito da forma como Monteiro (1999) ou Villena (1984) tentaram agrupar e qualificar os castelos, também agora consideramos que a tentativa de conceber de forma superficial um cenário-tipo para as intervenções realizadas poderá ser considerada inapropriada, se sujeita a um escrutínio mais profundo e específico, nomeadamente porque os casos com os quais exemplificámos um conjunto de procedimentos mais ou menos comuns constituem uma pequena parcela da vasta campanha

realizada, que em si própria conforma processos dissemelhantes, como enfatizámos ao longo do trabalho.

Mas a finalidade que nos sobreveio com este estudo não foi elaborar de forma explícita uma notícia-tipo ou um perfil arquitectónico-tipo das intervenções realizadas no período em causa, 1929-1949, mas sobremaneira capturar a relação que se estabeleceu entre a política e o património (em particular, os castelos), as motivações que presidiram à origem das referidas intervenções e, por último, confrontar procedimentos adoptados no projecto e na interferência nestas estruturas, escorados numa doutrina que se apetecia comum mas que mais não seria do que uma *atmosfera* que tinha como objectivo principal entrelaçar com obstinação os pressupostos e as circunstâncias políticas do momento. Em nosso entendimento, uma coincidência e uma oportunidade!

EPÍLOGO

Iniciámos este trabalho referindo a importância decisiva que o projecto tem na nossa actividade profissional e académica. Do mesmo passo, descrevemos como as circunstâncias ligadas ao *lugar* se revelavam decisivas na construção do nosso olhar sobre ele – *este vale por aquilo que representa e por aquilo que quer ser*.

À luz desta condição, um dos nossos objectivos traduziu-se na vontade de inventariar as intervenções efectuadas em monumentos portugueses (concretamente, castelos), confrontando critérios e metodologias utilizados e enquadrando-os nos planos ideológicos dos regimes em vigor e consequentes políticas patrimoniais.

De forma breve revisitaram-se tais intervenções, particular atenção tendo sido votada ao papel proeminente do Estado Novo no caso específico dos *castelos*, enquanto testemunhas de um *passado* pretensamente invocado para legitimar a aprovação dos valores de um certo *presente*. Assim, os castelos tornaram-se objecto proeminente de estudo, já que a sua relevância no desenho do território assume papel fulcral na articulação entre um passado velho, quantas vezes carente de conservação, e um presente cada vez mais globalizante, transformador e mercantilizado.

Para a prossecução de um tal plano, a estrutura do trabalho foi seccionada em duas partes cronologicamente distintas.

Na primeira, *A presença do castelo na definição da imagem do território*, foi posta ênfase na definição e caracterização dos castelos em Portugal e no papel estratégico que eles desempenharam na configuração do território, desde a fundação até ao final da Idade Média, ocasião que, face

à evolução das estratégias militares e da arte da guerra, mormente com a introdução generalizada das armas de fogo, coincidiu com transições de tipos de fortificação, de que sobressaiu a abaluartada. Aprofundou-se a constituição da rede dos castelos portugueses entre 1350 e 1450 e analisou-se o correspondente perfil arquitectónico neste intervalo de tempo. Estas circunstâncias concretas viriam a influenciar o trabalho, concretamente quanto ao número de castelos a considerar.

Na segunda, *A presença do castelo na (re)definição da imagem do território*, procurou apreender-se, partindo de um cenário geral que desde logo se antecipava, a ruína, a imagem castelar durante o séc. XIX e meados do séc. XX. Abordou-se a metodologia que levou à classificação de muitos como monumentos nacionais e examinaram-se as intervenções neles operadas – conservação ou restauro – que intencional e veementemente veicularam mensagens de propaganda política, ao pretender transformá-los em transmissores genuínos dos desígnios ideológicos nacionalistas que presidiam ao regime político vigente, o Estado Novo.

Feita a leitura de factos que levaram num primeiro tempo ao seu progressivo abandono e, numa fase posterior, analisado o seu enquadramento na valorização do património arquitectónico, nomeadamente com o despertar de uma consciência histórica e artística, referiram-se os passos legislativos capitais que conduziram à criação da DGEMN. Explanou-se como os castelos contribuíram para a génese de um corpo teórico e disciplinar de actuação própria, bem como o papel que foram induzidos a desempenhar no âmbito de actividades expositivas e comemorativas – sobretudo as *Comemorações Centenárias* de 1940 e os *Quinze Anos de Obras Públicas* em 1948-1949 – festivamente celebradas para auto-glorificar a obra do regime.

Enfim, procedeu-se a uma descrição pormenorizada e a uma inventariação profunda das intervenções operadas sob a alçada da DGEMN de 1929 a 1949, com a apresentação de figuras, gráficos, mapas e quadros gerais, detalhando a escala, os critérios e os meios adoptados nos projectos e nas obras realizadas (trabalho que se supõe inédito).

A encerrar não resistimos à tentação de apresentar excertos de dois textos (de Luís Chaves e Cesare Brandi) que reproduzem, sob o mesmo cenário (no caso, o castelo de Óbidos (figuras 90 e 91)), a *atmosfera* tocante a épocas



Figura 90 – Castelo de Óbidos



Figura 91 – Castelo de Óbidos

distintas: *antes e depois* das intervenções da DGEMN. Em nosso entendimento, o conteúdo desses textos espelha que mais importante do que o discurso político e ideológico ou a discussão dos critérios é aquilo que Peter Zumthor (2006) denomina por “atmosfera” e que David Lynch (2007) refere e demarca como “realidade de superfície” e “realidade íntima das pessoas”.

Nas palavras de Peter Zumthor (2006, pp.11-19) tal “atmosfera” reproduz a hegemonia da qualidade arquitectónica do objecto face ao indivíduo:

“Qualidade arquitectónica só pode significar que sou tocado por uma obra. Mas porque diabo me tocam estas obras? (...) Uma denominação para isto é a atmosfera. Todos nós a conhecemos: vemos uma pessoa e temos uma primeira impressão. E eu aprendi: não confies nisto, tens de dar uma oportunidade a esta pessoa. Agora estou um pouco mais velho e tenho de dizer que voltei para a primeira impressão. Em relação à arquitectura também é um pouco assim. Entro num edifício, vejo um espaço e transmite-se uma atmosfera e numa fracção de segundo sinto o que é. A atmosfera comunica com a nossa percepção emocional, isto é, a percepção que funciona de forma instintiva e que o ser humano possui para sobreviver. Há situações em que não podemos perder tempo a pensar se gostamos ou não de alguma coisa, se devemos ou não saltar e fugir. Existe algo em nós que comunica imediatamente connosco. Compreensão imediata, ligação emocional imediata, recusa imediata. (...) Existe um efeito recíproco entre as pessoas e as coisas. E é com isto que me identifico como arquitecto. E é isto a minha paixão. Existe uma magia do real. No entanto, conheço bem a magia dos pensamentos. E a paixão dos pensamentos belos. Mas aqui estou a falar daquilo que muitas vezes acho ainda mais incrível: a magia do verdadeiro e do real”.

Atendamos então às descrições, à “realidade íntima”, de Luís Chaves (1913) e Cesare Brandi (2006) e à similitude dos seus conteúdos. Examinando as figuras 83 e 84 do castelo de Óbidos, verifica-se que o quadro era diferente. No entanto, os espectadores também o são. Tal como um pintor cria um discurso sobre um quadro e o espectador compõe sobre ele a sua experiência individual, sempre que o último muda, o círculo transforma-se, mantendo-se inalterado o quadro e o seu discurso. Neste caso, o quadro

não é o mesmo mas a experiência individual pode indiciar um mesmo discurso, a mesma “atmosfera”, em contextos distintos.

O texto de Luís Chaves (1913, pp.380-381), intitulado *A Vila Museu*, foi publicado na revista *O Occidente* em 10 de Dezembro de 1913, Vol.36, 1258, e reza assim:

“Viagem rápida, levada num antegoso, e lá está, hirto na hierática póse de divindade nemésica, o velho Castelo de Obidos, no cocuruto de morro escavado e inexpugnável. (...) Ao entrar pela *Porta do Cerco*, de arco baixo, a curva de meia volta, a pedra da muralha em fiadas regulares, sentira-me entrar no recinto da História. Havia silencio: a paz dos séculos, vivos apenas ao recorda-los. Emanavam evocações. Em redor, ruínas e mais ruínas, dormia – tudo o que alí viveu –, um sôno de olvido e abandôno á sombra pífia de duas ou três árvores infêzadas, perdidas, únicos guardas no recinto. Acarneiram-se as pedras, sôltas dos aparêlhos das muralhas; desventra-se uma torrêla como velhíssima mumia de veterano a pulverizar. Tudo silencio, ermo e desolação. Pela corredoiira da muralha que cinge a vila num cinto de pedra e de morte, os fantasmas dos séculos ganhavam fórmias plásticas. Nos adarves e terrados alvejava o albornoz do Mouro, defensor heróico em nome da Fé; ás portas era o Português ousado e valente, aventureiro como o sol, que ía em busca de uma independencia de féria altiva, e de um enriquecimento da terra – merecedor devéras da liberdade doméstica que procurava. (...) O castelo esbelto, e altivo como um repto, dava sombra á multidão de espétros: o Rei Lavrador, – a simpática Dona Isabel, Raíinha e Santa, a quem o marido entregára em doação a *notavel e sempre leal vila de Obidos*, – Dona Leonor èssoutra simpática figura de mulher, envolta na cruciante lenda infinita dôr de mãe, – e *alcaides-môres*, cavaleiros, açafates, donzéis... (...) Sentia-me enlevado num Museu, numa *Vila Museu*, cheia de lembranças formosas, de construcções evocadoras em perspectivas pitorescas (...) E havia guardas ás portas, fardados de *adaís* ou *almocadens*”.

Quanto ao de Cesare Brandi (2006, pp.195-198), que se inscreve no capítulo “Portogallo”, do seu livro *A Passo D’Uomo*, editado em 1970, reflecte

de forma poética e eloquente a passagem do autor pelos nossos lugares e monumentos e, ainda, o clima cultural do Portugal da década de sessenta, que vivia um tempo fora do tempo, em plena guerra colonial, já expectante do fim da ditadura. Assim diz:

“Não estava prevista uma paragem em Óbidos; nem sequer sabia que existia, visto que não tem nada de fundamental para a arte portuguesa. Mas feliz a ignorância e feliz a descoberta. Porque, se há muito mais em Portugal, e Batalha e Alcobaça, Coimbra e Tomar, esta aldeiazinha branca, entre paredes com ameias, quase oferecida como que numa bandeja, é qualquer coisa que está fora de tempo, como uma cidade morta, e dentro do tempo, como uma coisa viva (...). Óbidos não é nada mais do que estas velhas casas limpíssimas e floridas, a rua que manobra entre as casas, como pequenos degraus para descer, pequenas subidas para chegar ao castelo, nem sequer muito restaurado (...). Agora poder-se-á argumentar: e é preciso ir a Portugal para uma imersão assim tão barata do passado? Talvez não exista em Itália... e como eu o desejaria. Porque em Itália já não há lugar nenhum que esteja conservado como Óbidos, e como, à parte as características únicas e modestas de Óbidos, é em Portugal a norma constante. Em Itália, uma aldeiazinha como Óbidos (...) tem subitamente o seu ridículo quase-arranha-céus, as casitas presunçosas que quiseram nascer junto às muralhas, sem graça, sem respeito, sem altruísmo, nem pelos homens, nem pelas coisas (...). Respondamos a outra objecção: Portugal não teve o milagre económico, está enfraquecido pela ditadura, pela guerra colonial, está atrás do tempo em que se vive. Tudo isto é, mais que verdadeiro, sacrossanto. Mas também em Portugal se constrói, por mais enfraquecido que esteja (...). Mas as cidades estão intactas: e mesmo que os monumentos às vezes estejam restaurados de mais, como Alcobaça, nunca me aconteceu ver um campanário gótico em competição com um arranha-céus (...). O decoro da cidade e da paisagem portuguesa é reservado e silencioso (...). Não quero acreditar, não poderei nunca acreditar que este milagre de educação, de respeito, numa palavra, de civilidade, seja pelo contrário o produto de um regime de força (...).”

Rematando estas citações, que de alguma forma conformam as nossas conclusões em relação à obra realizada e estudada, e porventura a nossa perspectiva, como arquitecto, sobre a imagem do real, sobre as circunstâncias do presente, entendemos que “Faça-se o que se fizer, reconstrói-se sempre o monumento à nossa maneira. Mas já é muito empregar somente pedras autênticas”⁵⁹².

À memória das razões acrescentaremos sempre a memória dos sentidos, o lugar com uma dimensão existencial capaz de gerar uma identidade espacial, com limites e com uma escala, remetendo-nos para o diálogo entre elementos com tempos e conteúdos aparentemente diferentes. Constrói-se um significado, uma identidade sobre um lugar, que se situa para além de simples limites espaciais e formais, confrontando-nos com uma presença material abstracta, por vezes um gesto geométrico arrogante, e com um vazio e um silêncio carregado de palavras que nos questionam, capazes de gerar essa capacidade de reflexão, de provocação e de inquietude.

A vontade de resgatar uma identidade nacional levou à construção de *novos* monumentos, imagens de como algo que alguma vez foram, ou talvez porventura devessem ter sido. A campanha consumada foi, mau grado naturais críticas, sem dúvida eficaz, ao reanimar imóveis moribundos, em avançado estado de ruína e degradação, veros testemunhos de abandono. O resultado revela ainda uma outra serventia: ser ponto de partida e força catalisadora como referência indispensável para o confronto de ideias. Quando hoje se intervém constata-se a sua presença, a sua transformação: uma identidade (figuras 92 a 95). É verdade que em cada lugar não existe só um lugar, mas muitos lugares. Os lugares das lendas e dos discursos, dos sonhos e das memórias, ligados de forma inseparável ao lugar da terra e da pedra. Ao lugar construído sobrepõe-se o lugar da identidade. Lugar, cujo valor não começa quando se constrói, mas antes quando se torna crença dos seus habitantes e estes a noticiam. O lugar está em todos, e todos não se podem equivocar já que o erro pode não estar no lugar: o equívoco pode residir na imagem do discurso⁵⁹³.

⁵⁹² Cf. Yourcenar, 1988, p.265.

⁵⁹³ O conteúdo deste excerto teve como base o artigo *Sobre a Intervenção no Património em Portugal: Uma Questão de Identidade* (Correia, 2002a) que aborda a relação entre as campanhas realizadas pela DGEMN durante o Estado Novo e algumas intervenções contemporâneas – identidade(s) e conceitos impostos.



Figura 92 – Castelo de Sesimbra, vista panorâmica, antes das obras



Figura 93 – Castelo de Sesimbra, vista panorâmica, depois das obras



Figura 94 – Castelo da Feira, vista panorâmica, antes das obras



Figura 95 – Castelo da Feira, vista panorâmica, depois das obras

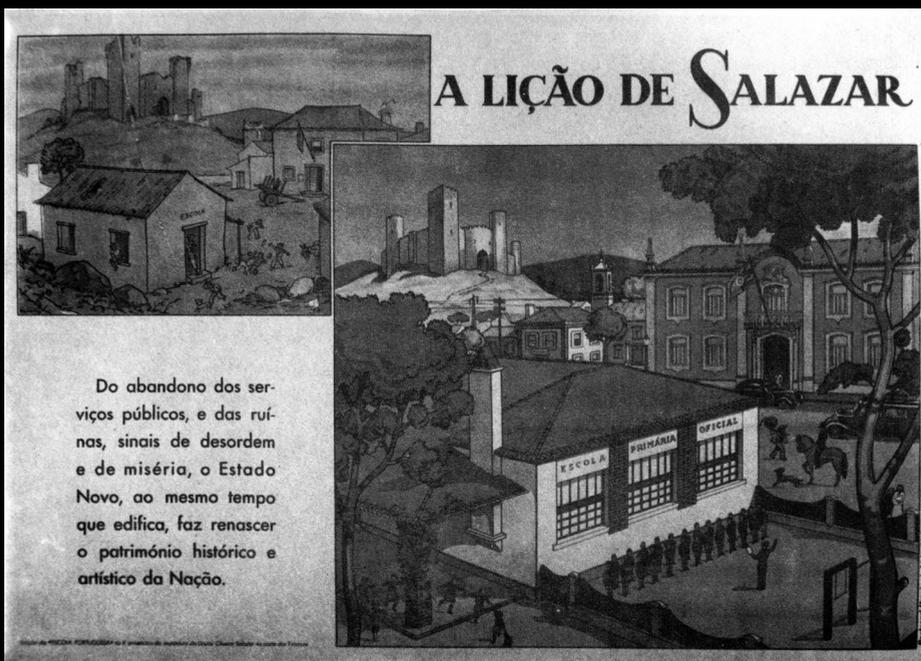


Figura 96 – A Lição de Salazar, Renascimento do Património Histórico e Artístico, Martins Barata, 1938.

POSFÁCIO*

No livro de Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos Correia, *Castelos de Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010), encontra-se na p. 244 (é pena que a imagem seja apresentada em formato pequeno, o que lhe retira visibilidade) a reprodução de um dos famosos cartazes da série intitulada “A lição de Salazar”. A temática é significativa: a imagem da família rural portuguesa, sob o lema “Deus, Pátria. Família. A trilogia da Educação Nacional”. Mas, neste caso e neste contexto, o que o autor deseja chamar especialmente a atenção é para o que se vê pela janela aberta nessa “casa portuguesa”: o castelo, no cimo do monte, onde está hasteada, na torre de menagem, a bandeira nacional.

Há, porém, outro cartaz do Estado Novo eventualmente mais significativo para o objectivo que o autor pretende, também inserido na mesma série. Nele vê-se, no canto superior esquerdo, uma vila arruinada, com uma escola pequena e degradada, onde os próprios alunos revelam uma atitude de indisciplina, e, no alto, o castelo, pouco cuidado e sem brilho nacional. E o mesmo sucedia com o edifício da Câmara, de onde uma bandeira esfarrapada pendia tristemente. Em contraste, na parte mais central do cartaz, está a mesma vila nos dias do “presente salazarista”, com uma bela “Escola Primária Oficial”, à frente da qual estão os alunos rigorosamente em ordem, perfilados militarmente, fardados da Mocidade Portuguesa. E o castelo lá está no alto do monte, imponente e restaurado, ao mesmo tempo que a sede do Município é agora um belo “palacete” onde se ergue a bandeira

* Este texto serviu de base à apresentação do livro, realizada no Teatro Académico Gil Vicente, no dia 20 de Outubro de 2010

portuguesa. O texto é elucidativo: “Do abandono dos serviços públicos, e das ruínas, sinais de desordem e de miséria, o Estado Novo, ao mesmo tempo que edifica, faz renascer o património histórico e artístico da Nação”.

Era assim, com base nesta propaganda bipolar, de “refundação nacional” *versus* desordem republicana (demoliberal), que se erguia o Estado Novo de Salazar. E o castelo ocupava um lugar de honra nessa propaganda, que se afirma sobretudo no Duplo Centenário da Independência e da Restauração de Portugal, imagem que é evidente também no cinema (a nova arma ao serviço do regime), no filme de António Lopes Ribeiro, *A Vida e a Morte do Engenheiro Duarte Pacheco* (1944). De resto, nos castelos uma lápide assinala normalmente a passagem de portugueses que ali reflectiram sobre a nossa história no ano de 1940 e Guimarães, Feira, São Jorge ou Leiria surgem constantemente no imaginário da propaganda do Estado Novo, aliando o passado que era o modelo das “novas ideias”, numa lógica cristã-integralista, e o presente e o futuro, das novas estradas, da produção industrial ou agrícola, que consta também dos cartazes de “A lição de Salazar”. O castelo era, porém, *o símbolo*, símbolo da defesa da Pátria. Por isso, na *Revista dos Centenários*, publicada em 1939-1940, surgem vários artigos sob o tema “Castelos de Portugal”.

Luís Miguel Correia, que tem trabalhado como arquitecto em trabalhos de restauro e leu quase tudo sobre o tema dos castelos, deu-lhe uma importância especial neste estudo exemplar, agora publicado. Poderia tratar-se, neste tempo marcado pelo “signo de Bolonha” (em que se prevêem teses de mestrado que serão simples relatórios), ou mesmo em tempo normal, de uma tese de doutoramento, mas o autor (ou as circunstâncias universitárias) quis somente, com humildade, que fosse uma tese de mestrado!

Obviamente não é apenas o Estado Novo que realça no seu estudo sobre os castelos, estudo que limita cronologicamente de 1509 (ano do famoso *Livro das Fortalezas*, de Duarte D’Armas), altura em que se começam a estudar e a identificar os castelos, até 1949, pouco depois do ano dos Centenários (1940), já no pós-guerra, em que o Estado Novo começava a sofrer os primeiros ataques de uma oposição organizada. Mas partimos daí, neste breve comentário, porque o Estado Novo nacionalista, à maneira de um “fascismo à portuguesa”, realçou o seu significado, através da “mentira”,

como diria António Ferro, na sua procura, primeiro, de uma novidade da palavra, da imagem que, segundo ele, deveria caracterizar a arte, afastando-a o mais possível da “realidade”, e, depois, da propaganda oficial, que sabia ser a “ficção” de emitir uma mensagem “para convencer” e não ser, por isso, a “verdade” ou “toda a verdade”. E, neste caso, a “mentira” aproxima-se do significado que correntemente também lhe damos, porque — como prova o autor deste livro — não se pode considerar que Salazar, os seus artistas, engenheiros e arquitectos tenham inaugurado a prática do restauro e da construção de uma nova arquitectura ou de uma arquitectura tradicional modelada segundo a “casa portuguesa”. Se este movimento, normalmente personificado por Raul Lino, é já do fim do século XIX, o interesse pelos monumentos, seja pela sua ruína romântica, seja pela sua classificação e restauro, vem de mais longe. Luís Mouzinho de Albuquerque, um dos mais avançados políticos da primeira metade do século do Liberalismo, “um intelectual na Revolução” (como lhe chamou a sua biógrafa, Magda Pinheiro), fora do governo ou dentro dele, foi dos primeiros a tentar classificar os monumentos, recorrendo, em 1836, à Academia das Ciências. Mas foi apenas o princípio.

Herculano ou Garrett, como bons escritores do Romantismo, reconhecem os valores “liberais” da Idade Média, embora Herculano, mais do que Garrett, se preocupe com o património na sua revista *O Panorama*; o príncipe D. Fernando II, de Saxe-Coburgo-Gotha, sonha com o castelo romântico, à maneira germânica; o conde Raczinsky, diplomata russo, escreve o seu *Dictionnaire historico-artistique du Portugal* (1847); Joaquim de Vasconcelos, que se formara na Alemanha e que casara com Carolina Michaëlis, é sensível ao mundo do património artístico, como será a sua mulher defensora do património literário português, nomeadamente na sua revista *Lusitânia*; José Mendes Leal escreverá o livro *Monumentos Nacionais* (1868); Joaquim Possidónio da Silva percorrerá o país a fazer o levantamento dos monumentos nacionais; Sousa Viterbo, Ramalho Ortigão, António Augusto Gonçalves, Ernesto Korrodi farão parte da Comissão dos Monumentos Nacionais ou colaborarão no restauro dos monumentos, como a Sé Velha de Coimbra ou o castelo de Leiria; a Sociedade de Propaganda de Portugal, com Manuel Emídio da Silva e Raul Lino, despertará o interesse pelo

património regional, assim como Augusto Simões de Castro. Património e turismo unem-se num programa nacional, que se vai processando aos solavancos.

Por outro lado, José Leite de Vasconcelos (1858-1941), primeiro director do Museu Etnográfico Português, criado em 20 de Dezembro de 1893, e fundador da revista *O Arqueólogo Português*, que é praticamente a primeira revista que se publicou em Portugal na área da História, Arqueologia e Etnografia, dá expressão a essa via de conhecer o país em busca do património. Mas, na área de Arqueologia, desde 1876 a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses já publicava o seu *Boletim*, que, 1922, veio a ter continuidade na revista *Arqueologia e História*, da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Entretanto, de 1903 a 1917 publicou-se o *Arquivo Histórico Português*, dirigido por Anselmo Braamcamp Freire, historiador erudito de significativa produção, não só na referida revista, que é geralmente considerada a primeira revista de História publicada em Portugal, mas também em obras de grande vulto (por exemplo *Brasões da Sala de Cintra*, 1899-1905). Fidelino de Figueiredo foi director da *Revista de História* (1912-1927/28), em que houve um verdadeiro espírito interdisciplinar.

O Estado Novo não foi, pois, o oposto da República e do Liberalismo (ou da Monarquia Constitucional) em relação à defesa dos monumentos, como fez crer a propaganda salazarista. Fortemente nacionalistas, as medidas tomadas logo por António José de Almeida, como ministro do Interior do Governo Provisório da I República, interessaram-se pela organização dos Museus e Escolas de Belas Artes e pela preservação do património, proibindo a exportação de objectos de arte ou tomando posição contra a delapidação dos monumentos, mesmo em nome dos valores republicanos, como, por exemplo, sucedia com a destruição das coroas nos edifícios públicos.

Enfim, no final do século XIX e inícios do século XX, no declínio e fim da Monarquia Constitucional e na Primeira República, cujo centenário estamos a celebrar, há uma veia nacionalista, que se revela até ao fim do regime, e então com mais força e significado, até que, em plena Ditadura Militar, no mesmo ano em que surge a Junta de Educação Nacional (1929), que marca a organização dos serviços de fomento à investigação científica,

é criada a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Era ministro da Instrução Pública um germanófilo, Gustavo Cordeiro Ramos.

Muito mais do que foi dito, mesmo que não tivesse sido dito tudo, foi investigado e escrito pelo mestre Luís Miguel Vasconcelos Correia, cuja tese continua afinal a investigação de alguns outros pesquisadores, como Maria João Baptista Neto ou Miguel Tomé, que se dedicaram ao estudo do restauro de edifícios nacionais, ou como José-Augusto França, Margarida Acciaiuoli ou Nuno Rosmaninho que, no campo da história da arte, têm pensado sobre estes temas, sobretudo na ligação da arte e do património com as ideologias.

No fundo, não sendo um historiador de formação, o livro, agora publicado, de Luís Miguel Correia, surge como a obra de um verdadeiro historiador, o que prova os grandes benefícios da interdisciplinaridade. Ainda bem que teses deste tipo são publicadas pela imprensa, pois esse acto só pode honrar qualquer editora. Por isso, o Professor João Gouveia Monteiro, autor de duas obras sobre os castelos medievais, não poderia ser insensível à sua edição, inserida nesta colecção de “Investigação” da Imprensa da Universidade de Coimbra, de que é director.

Coimbra, 20 de Outubro de 2010

Luís Reis Torgal

Professor catedrático da FLUC

Coordenador de investigação do CEIS20

(Página deixada propositadamente em branco)

ANEXOS

(Página deixada propositadamente em branco)

DOCUMENTO 1

Silva, H.G. (1935b). O Boletim dos Monumentos Nacionais. Monumentos Nacionais – Orientação Técnica a seguir no seu Restauo. In *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A Igreja de Leça do Bailio* (1, pp.5-20). Lisboa: MOP/DGEMN.

O BOLETIM DOS MONUMENTOS NACIONAIS

Após alguns anos de trabalho útil e árduo, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais julga chegado o momento de submeter à apreciação do País certos factos que melhor traduzem o resultado do seu esforço e cujo conhecimento tem sido limitado até agora àqueles a quem o dever, o interesse profissional, o culto da arte ou a curiosidade inteligente do Passado agrupam usualmente em torno de iniciativas oficiais ou particulares destinadas a amparar e também a dignificar os monumentos de Portugal: funcionários, architectos e outros artistas, arqueólogos, estudiosos ou simples amadores. É esse o fim que declaradamente pretende atingir a publicação iniciada com o presente volume.

Não se procura – deve ser supérfluo acentuá-lo – fazer uma obra de ostensão, mas somente de elucidação. Os monumentos que o Passado nos legou constituem, como se sabe, um dos mais preciosos quinhões da nossa herança de povo civilizador, de povo-guia; são, por assim dizer, páginas vivas da história da nacionalidade. Religiosos ou militares, em todos palpita a mesma fé e transluz o mesmo ideal. Sem embargo disso, conta-se por séculos o tempo em que jazeram arredados da veneração ou sequer da comiserção geral – esquecidos como verdadeiros mausoléus, do alto pensamento que os gerou. – As raras vozes que se erguiam para reclamar a sua conservação não achavam eco nos lugares onde deviam ser escutadas; e, se excepcionalmente alguma hesitante obra de defesa se empreendia, quase sempre a desorientação comum, secundada pela ignorância dos interventores, a tornava inútil e até por vezes nociva. Assim, alguns edifícios monumentais, que o tempo havia de certo modo respeitado, muitas vezes foram vítimas daqueles que pretenderam defendê-los.

Nos templos – catedrais, simples igrejas ou pequenas capelas – multiplicaram--se as obras “de adaptação” ao gosto moderno ou a pretendidas exigências culturais, e os atentados de lesa-arte, lesando simultaneamente as tradições históricas e até a dignidade da inteligência, foram tantos como as obras. Nos monumentos militares – fortalezas, castelos ou paços acastelados – desaparecido o espírito guerreiro dos velhos tempos, algumas obras de actualização, igualmente deformadoras, se fizeram também, sob a influência de necessidades criadas por novos costumes; mas, nesses, o mal mais comum foi a destruição pseudolegal, ordenada por certas câmaras municipais em honra do Progresso ou praticadas pelas mesmas câmaras e simples particulares

em benefício de interesses mais ou menos ilegítimos. Assim, algumas muralhas históricas, antigas cantarias de reconhecido valor artístico ou documental, foram aproveitadas para calçamento de ruas, edificação de casebres ou de muros de vedação, lajeamento de eiras e lagares... E até houve municípios que transformaram antigos recintos fortificados em cemitérios paroquiais.

Deste modo, por todo o País, com o intuito (verdadeiro ou fingido) de servir a Religião e o Progresso, muitos foram os que disputaram ao Tempo, com ufania de benfeitores, o direito de destruir ou prejudicar alguns dos nossos mais belos monumentos. Ia já adiantada a faina demolidora quando a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais foi chamada a promover, metodizar, executar a necessária obra de defesa e restauração. Uma nova actividade se desenvolveu então, à sombra do Estado, guiada pelo dever, engrandecida pelo culto da Arte e da Tradição, aquecida pela mais viva fé nacionalista.

E é, em suma, a história resumida dessa actividade, quase desconhecida ainda, que documentalmente se fará neste Boletim – não em busca de fáceis aplausos, mas sim com o desejo são de que o País testemunhe, como interessado, o esforço feito para conservação do seu património artístico e melhor avalie, pela extensão e pelo sentido desse esforço, o que é e o que vale aquilo que possui.

MONUMENTOS NACIONAIS ORIENTAÇÃO TÉCNICA A SEGUIR NO SEU RESTAURO

I

Ousada é, sem dúvida, a empresa a que o Governo se dedicou a partir de 1926, primeiro pelo Ministério da Instrução Pública e depois de 1929 pelo então Ministério do Comércio e Comunicações, hoje Ministério das Obras Públicas e Comunicações, visando o restauro de todo o nosso Património Artístico Monumental.

A obra realizada nos últimos anos é das que afirmam que o País, sem deixar de acalentar os naturais anseios pelas conquistas da civilização moderna, voltou ao Passado no culto dos seus Monumentos, restaurando uns, conservando outros, dando, enfim, a todos a pureza da sua traça primitiva.

E esta obra impunha-se, como uma das mais importantes, dando a todos a certeza de que o nosso Património Artístico e Monumental vai sendo refeito dos atentados que contra ele foram cometidos nos séculos XVII e XVIII.

A quase totalidade dos nossos Monumentos estava irreconhecível.

Anteriormente a 1926 as pessoas que, por sensibilidade artística ou por amor à sua terra, olhavam com carinho e respeito os nossos Monumentos, não podiam deixar de sentir um misto de revolta e desolação ao presenciarem o seu permanente desabar, a sua completa ruína.

Era, pois, urgente iniciar a obra de salvação, sob pena de tudo se perder irremediavelmente.

E a oito anos decorridos é consolador verificar que uma longa obra foi, na verdade, realizada.

Sem dúvida que uma obra desta magnitude e importância, levada a efeito sem que tivessem sido consultados todos aqueles que se supõem elevados espíritos críticos, altas e imprescindíveis capacidades artísticas, não podia deixar, por parte de alguns, de suscitar

críticas, por vezes contraditórias. Outros, então, para reprovarem a orientação seguida, socorrem-se de opiniões, que reputam autorizadas, de sumidades que apresentam como os melhores arqueólogos e críticos de arte, tanto nacionais como estrangeiros, só para poderem afirmar que determinado restauro foi feito à luz de um falso critério artístico e que em determinada obra se deixaram de seguir os preceitos técnicos mais convenientes.

Por isso, se nos afigura que a tese Monumentos Nacionais; orientação técnica a seguir no seu restauro, não podia ser apresentada em momento mais oportuno.

II

É evidente que, fosse qual fosse a orientação a seguir nos trabalhos a executar, sempre essas críticas surgiriam de um ou outro lado.

De resto, tratando-se de um campo de acção em que as polémicas tão férteis são em incidentes, em que cada qual pretende impor o seu conceito, menosprezando o dos outros, é bom de ver que a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, através da qual tal obra tem vindo sendo realizada, de modo nenhum podia considerar-se intangível, e, por isso, nem por sombras pretende coarctar o direito de livre crítica a quem dele pretenda usar e até... abusar.

Mas seria um crime de lesa-arte se, deixando-se ilaquear pelas peias burocráticas, ou por quaisquer outras, não aproveitasse este momento de renovação nacional para acudir, de pronto, ao nosso Património Monumental, visto que amanhã poderia ser tarde, em virtude de ele ter desaparecido por completo.

E não será difícil demonstrar que a concentração de todas as obras de determinado ramo de construção civil num único organismo do Estado, sem a dispersão dos técnicos especializados que, infelizmente, não abundam, é duma grande eficiência.

E só com esta concentração seria possível, como foi, a realização dos trabalhos produzidos, na parte respeitante a Monumentos Nacionais, a partir de 1929.

E a verdade é que nunca quaisquer desses trabalhos foram executados pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais sem que houvessem sido precedidos de um meticoloso estudo, baseado nos ensinamentos colhidos pela experiência dos seus técnicos e até nas opiniões daqueles cuja autoridade, na verdade, se impõe.

E de que assim tem sido, é e continuará sendo, aí está a obra produzida a atestá-lo bem alto, de norte a sul do País.

Ela oferece-se à contemplação embevecida de artistas e de técnicos, de leigos e de simples curiosos. Mas que sobretudo aqueles que conheciam os nossos Monumentos e o seu deplorável estado antes de 1926 e reclamavam providências no sentido de se lhes acudir, se dêem ao trabalho de os visitar hoje, pois poderão observar de visu como se fez o seu restauro e quais as directrizes que a ele presidiram.

E já que se ousa criticar a orientação seguida não poderemos deixar de, ainda que a traços largos, salientar quais foram essas directrizes antes e depois de 1926, para que o País melhor se aperceba das razões que obrigaram a seguir um e outro critério, tão diferentes eles são.

E como desejamos, com toda a probidade, citar factos concretos, que melhor façam ressaltar essa diferenciação de critérios, na impossibilidade de nos referirmos a todas as obras executadas, escolhemos apenas algumas das que maior valor revestem, quer pela natureza

dos trabalhos executados, quer pela importância dos Monumentos em que essa execução teve lugar:

a) *Sé de Lisboa.*

Os trabalhos de restauro realizados antes de 1926 mostram à evidência que não havia, por parte do restaurador, o que pudesse chamar-se um verdadeiro critério artístico. Não tendo sido feitas as indispensáveis pesquisas nem um estudo sério do Monumento, foram possíveis entre outras anomalias as seguintes: a construção de uma agulha em forma de pirâmide, em cimento armado, e as cachorradas das torres da fachada principal; a execução de um vão de janela no braço norte do Cruzeiro e outro de porta, cuja ornamentação rica em nada se harmoniza com a simplicidade do românico da Sé, como se observa, aliás, nas outras que foram encontradas no mesmo cruzeiro; o lanço de muralha sul que tinha sido aberto numa extensão de doze metros para que de fora se observasse a charola gótica.

E podem apontar-se ainda, entre outras obras de mau restauro, a entrada do pórtico lateral norte e o altar exterior da Capela Bartolomeu Joanes; a obra do pórtico da entrada principal que estava pronto a assentar e que ainda se pode observar no pequeno Museu dos Claustros.

O critério seguido depois de 1926, após um consciencioso estudo, tem consistido em eliminar todos os erros antes praticados. Foi assim que a agulha teve de ser demolida; a muralha foi reconstituída; o pórtico principal já se encontra também concluído e executado em conformidade com os elementos descobertos pelas escavações e demolições levadas a efeito no local.

Será ainda demolida a cachorrada das torres de modo que as ameias fiquem à face com o paramento das paredes, como era de uso fazer-se no coroamento das muralhas, visto que somente no princípio do século XIV a cachorrada de cantaria veio a aparecer.

O interior da Sé de Lisboa estava também completamente deturpado, com as paredes e as colunas cobertas de estuques e talhas sem valor.

Tudo está sendo reconstituído carinhosamente. E é fácil verificar-se a forma escrupulosa como se procede ao restauro, dispensando-lhe uma cuidadosa atenção para que a obra seja realizada em conformidade com os elementos existentes.

b) *Mosteiro e Igreja de Alcobaça.*

Erros graves foram também cometidos, antes de 1926, neste interessantíssimo Monumento, pois chegou a ser consentida a demolição de uma das mais belas escadas de puro estilo renascença que ligava o claustro inferior ao superior. E, para cúmulo, substituiu-se pela actual escada, pura fantasia, com a agravante de se ter cortado um tramo do dormitório, exemplar do estilo românico, único no mundo.

Há-de manter-se esta obra assim, a atestar o desvairamento de uma época, conservando-se mutilada uma das mais belas peças do nosso Património Monumental?

Claro que ninguém, de bom senso, poderá admitir a conservação de semelhante monstruosidade, pois ela não atestaria somente a incompetência daqueles que a fizeram, mas faria crer até na conviência dos que têm a seu cargo a conservação e restauro dos nossos Monumentos, continuando a tolerá-la.

Podemos ainda apontar outros graves erros, tais como a abertura de dois falsos pórticos, em estilo desconhecido, sendo um para acesso a uma escada de serviço e outro que comunica

com a sala onde estão os túmulos, além da reconstrução imprópria da cobertura do claustro superior em maceira, sem barrotaria à vista.

As obras já realizadas depois de 1926 mostram que a orientação seguida no restauro dos Monumentos em nada se compara com o critério anteriormente adoptado.

Interiormente a Igreja encontrava-se apenas mutilada e enxertada na sua estrutura geral; mas a charola encontrava-se coberta em toda a sua altura de um retábulo de valor do século XVII.

Neste restauro houve, sem dúvida, hesitação, pois apresentava-se o problema delicado de saber se devia conservar-se o retábulo encobrindo a charola ou antes destruir o retábulo fazendo ressurgir a charola em toda a sua imponência.

Um argumento decisivo fez optar pela segunda solução.

A Igreja do Mosteiro de Alcobaça apresentava uma maravilhosa unidade arquitectónica à qual unicamente faltava o seu coroamento – a “charola”.

E não possuindo Portugal outro Monumento de tanta imponência e tamanha unidade de estilo, desapareceu o retábulo e a Igreja ficou completa.

c) *Mosteiro da Batalha.*

Nem este grandioso Monumento foi poupado, aos erros graves que foram cometidos antes de 1926. Foi demolida uma porta da época de ligação do claustro com a adega e esta dividida, sem qualquer razão, em armazém e Sala D. Fernando, que comunica com o claustro pela actual porta de estilo desconhecido.

Havia ainda a notar o encaixe do púlpito no pilar de ligação das naves lateral e central com a nave cruzeira e a alteração do pavimento de toda a abside, inutilizando os primitivos altares para dar lugar aos de madeira. Mas hoje pode admirar-se a reconstituição destas últimas obras e ninguém de boa fé poderá deixar de reconhecer que o restauro se impõe pelo cuidado e precisão com que foi efectuado.

Há ainda a notar o modo como foi feito o restauro dos imponentes vitrais, que, com uma inconsciência assombrosa, haviam sido substituídos por simples vidraças de cores berrantes, assentes em grossos caixilhos de madeira.

Compare-se o vitral restaurado da Casa do Capítulo com as vidraças ainda existentes e ninguém deixará de colher desse cotejo mais um precioso elemento de informação para melhor compreender quão distanciados estão os métodos adoptados antes e depois daquela época, no restauro dos nossos Monumentos.

d) *Castelo de Leiria.*

Neste Monumento os erros ressaltam mesmo para aqueles que não se têm dedicado ou não têm acompanhado as obras de restauro.

A destacar-se está a construção, na Torre de Menagem, de um alpendre de madeira e telha, que é uma fantasia; a construção de um piso em betão armado num canto da referida Torre, a fim de servir de miradouro e que foi elevada de 2,5m; a cobertura e pavimentos da Torre em betão armado em vez de madeiramento, como era uso na época; construção do pavimento da Alcáçova real em betão em vez de madeira, como se verifica com os elementos existentes nas paredes para a colocação das linhas e barrotaria; a falsa construção de uma escada de acesso à Alcáçova, sem haver qualquer vestígio; a não menos falsa reconstituição de uma casa medieval de guarda, da qual não há também vestígios.

Nas obras de restauro que estão sendo realizadas não poderá deixar-se de demolir tudo quanto foi executado sem o objectivo de uma reconstituição séria.

e) *Sé do Porto.*

A Sé Catedral do Porto, majestoso edifício de estilo românico da transição, com um belo Claustro Gótico, antes do início do restauro pouco revelava da sua estrutura primitiva.

Nos séculos XVII e XVIII a Sé do Porto, tanto interior como exteriormente, havia sido decorada com numerosa talha sem valor, com estuques, com acrescentos inúteis e afrontosos da estabilidade da primeira traça e sob tudo isto jaziam os primitivos pilares, capitéis, ameias, frestas, abóbadas, enfim todos os elementos construtivos e decorativos da Igreja primitiva.

A obra a realizar era simples à primeira vista: apear-se-iam os acrescentos, retirar-se-ia a talha, picar-se-ia o estuque e ressurgiria, por fim, intacta, a unidade arquitectural da primeira Igreja.

Mas os pilares haviam sido picados para o estuque aderir melhor; os capitéis, as molduras, os frisos, toda a decoração sofrera o mesmo desacato!

Algumas frestas tinham sido alargadas para darem mais luz, outras haviam desaparecido.

Mas felizmente os seus elementos encontraram-se ao apear das paredes, dos vários acrescentos que a igreja suportara.

Pesquisando-se com afinco, foram-se juntando pedras que formavam frestas; ao desmanchar o estuque, apareceram restos de frisos decorativos; ao apear o claustro superior, verificou-se que o pavimento do claustro gótico havia subido; e ao retirar altares das naves surgiu, sepulto sob os ricos azulejos do século XVII que ornamentavam o claustro, o mais valioso achado – uma série de arcadas falsas, iguais às do claustro, circundando-o, e que estavam apenas mutiladas. E ainda, ao dismantelar a escada da porta principal da igreja, apareceram entre os seus alicerces todos os elementos do pórtico primitivo – arquivoltas, capitéis, colunas, frisos, etc.

Com todos os elementos encontrados começou a restauração do Monumento.

Mas para se verificar quanto de seriedade há na obra de restauro basta citar o exemplo da Galilé lateral barroca, obra do século XVIII, do notável arquitecto italiano Nasoni, que ficará intacta, atendendo a que o critério restaurador seguido não é o de demolir a esmo as construções de valor artístico existentes, mas sim manter e reparar aquelas que estão nitidamente definidas dentro de um estilo qualquer, quer se encontrem independentes, quer se achem, como no caso da Galilé, ligadas a monumentos de caracteres absolutamente opostos.

f) *Igreja de Cedofeita do Porto.*

Antes do início do restauro estava a Igreja circundada por um amontoado pobre de dependências em péssimo estado de conservação, ameaçando ruína próxima e portanto a sua desapareição completa.

Foi a obra iniciada desafrentando a Igreja dos acrescentos, tendo-se realizado uma importante obra de consolidação. Tornou-se necessário apear a capela-mor, cuja abóbada, devido ao desaprumo das paredes laterais, corria grave risco de derrocada.

E, ao apear as paredes, apareceram sob espessa camada de cal as arcadas falsas e as frestas primitivas da capela, as primeiras das quais quase intactas nas paredes laterais, mas na parede testeira só com leves mas definidos indícios.

As frestas apenas alargadas conservando, porém, intactos uma ombreira, o peitoril e as primeiras aduelas do arco.

Ao levantar-se de novo a capela-mor com todas as pedras primitivas, que houve o cuidado de colocar no lugar que inicialmente ocupavam, todos aqueles elementos se valorizaram e enriqueceram o Monumento que parecia extraordinariamente singelo.

Identicamente se procedeu na *DOMUS de Bragança*, obra aliás de fácil solução, atendendo a que a estrutura geral se mantinha intacta e apenas alguns pormenores tinham sido alterados ou mutilados.

Não obstante isso e apesar de constantes viagens efectuadas nestes últimos dezasseis anos pelos técnicos que tinham a seu cargo o restauro dos Monumentos, nada se tinha feito a favor dessa jóia, única de Portugal, pois só agora nos é dado admirá-la em toda a sua plenitude de beleza.

A mesma orientação foi seguida com tantos outros monumentos em que se têm efectuado obras de restauro ou de conservação.

Para não nos alongarmos demasiadamente, limitar-nos-emos a citar a *Sé de Silves*, o *Castelo de Óbidos*, a *Igreja de S.ta Clara de Santarém*, a *Sé de Coimbra*, as Igrejas de *S.ta Clara-a-Velha de Coimbra*, *Lourosa*, *Leça do Bailio*, *S.ta Clara de Vila do Conde*, *Cete*, *Paço de Sousa*, *Travanca*, *Ferreira*, *Roriz*, *Bravães*, o *Castelo de Guimarães*, as Igrejas de *Nossa Senhora de Oliveira em Guimarães*, *S. Frutuoso em Braga*, *Matriz de Caminha* e outras mais.

III

E é essa mesma orientação que tem de imprimir-se, necessariamente, às obras a efectuar ainda, pois o critério a seguir na obra do restauro dos nossos Monumentos ressalta claramente da descrição indicada e não pode deixar de consistir senão em proceder-se sempre, antes do início de quaisquer trabalhos, a um exame minucioso do estado do Monumento e das possibilidades de uma restauração solidamente baseada em elementos que não ofereçam dúvidas.

Seguidamente apeiam-se os acrescentos inúteis e reparam-se as mutilações sofridas. E para reconstituir qualquer janela, fresta, coluna, capitel, etc., para os integrar no carácter architectónico do Monumento, obedece-se sempre e rigorosamente aos elementos obtidos durante as pesquisas e que serviram de base ao estudo do restauro.

Por isso não podemos deixar de chegar às seguintes conclusões:

1) – IMPORTA RESTAURAR E CONSERVAR, COM VERDADEIRA DEVOÇÃO PATRIÓTICA, OS NOSSOS MONUMENTOS NACIONAIS, DE MODO QUE, QUER COMO PADRÕES IMORREDOUROS DAS GLÓRIAS PÁTRIAS QUE A MAIORIA DELES ATESTA, QUER COMO OPULENTOS MANANCIAS DE BELEZA ARTÍSTICA, ELES POSSAM INFLUIR NA EDUCAÇÃO DAS GERAÇÕES FUTURAS, NO DUPLO E ALEVANTADO CULTO DE RELIGIÃO DA PÁTRIA E DA ARTE;

2) – O CRITÉRIO A PRESIDIR A ESSAS DELICADAS OBRAS DE RESTAURO NÃO PODERÁ DESVIAR-SE DO SEGUIDO COM ASSINALADO ÊXITO, NOS ÚLTIMOS TEMPOS, DE MODO A INTEGRAR-SE O MONUMENTO NA SUA

BELEZA PRIMITIVA, EXPURGANDO-O DE EXCRESCÊNCIAS POSTERIORES
E REPARANDO AS MUTILAÇÕES SOFRIDAS, QUER PELA ACÇÃO DO TEMPO,
QUER POR VANDALISMO DOS HOMENS;

3) – SERÃO MANTIDAS E REPARADAS AS CONSTRUÇÕES DE VALOR
ARTÍSTICO EXISTENTES, NITIDAMENTE DEFINIDAS DENTRO DE UM ESTILO
QUALQUER, EMBORA SE ENCONTREM LIGADAS A MONUMENTOS DE
CARACTERES ABSOLUTAMENTE OPOSTOS.

Henrique Gomes da Silva

Eng. Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DOCUMENTO 2

Silva, H.G. (1941). A Reintegração dos Monumentos. In *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A Igreja Matriz da Atalaia* (24, pp.I-XIV). Lisboa: MOP/DGEMN.

A REINTEGRAÇÃO DOS MONUMENTOS

No primeiro número do *Boletim* publicado em Setembro de 1935, relativo à *Igreja de Leça do Bailio*, lê-se nas págs. 19 e 20 a propósito da “orientação técnica a seguir no restauro dos Monumentos Nacionais”:

1) «IMPORTA RESTAURAR E CONSERVAR, COM VERDADEIRA DEVOÇÃO PATRIÓTICA, OS NOSSOS MONUMENTOS NACIONAIS, DE MODO QUE, QUER COMO PADRÕES IMORREDOUROS DAS GLÓRIAS PÁTRIAS QUE A MAIORIA DELAS ATESTA, QUER COMO OPULENTOS MANANCIAS DE BELEZA ARTÍSTICA, ELES POSSAM INFLUIR NA EDUCAÇÃO DAS GERAÇÕES FUTURAS, NO DUPLO E ALEVANTADO CULTO DE RELIGIÃO DA PÁTRIA E DA ARTE»;

2) «O CRITÉRIO A PRESIDIR A ESSAS DELICADAS OBRAS DE RESTAURO NÃO PODERÁ DESVIAR-SE DO SEGUIDO COM ASSINALADO ÊXITO, NOS ÚLTIMOS TEMPOS, DE MODO A INTEGRAR-SE O MONUMENTO NA SUA BELEZA PRIMITIVA, EXPURGANDO-O DE EXCRESCÊNCIAS POSTERIORES E REPARANDO AS MUTILAÇÕES SOFRIDAS, QUER PELA ACÇÃO DO TEMPO, QUER POR VANDALISMO DOS HOMENS»;

3) «SERÃO MANTIDAS E REPARADAS AS CONSTRUÇÕES DE VALOR ARTÍSTICO EXISTENTES, NITIDAMENTE DEFINIDAS DENTRO DE UM ESTILO QUALQUER, EMBORA SE ENCONTREM LIGADAS A MONUMENTOS DE CARACTERES ABSOLUTAMENTE OPOSTOS».

Ao ser iniciada a reintegração dos Monumentos recebeu-se que uma obra de demolição antecederse a do restauro e, em tão alto grau que não se pouparia qualquer construção nitidamente definida dentro de um estilo qualquer.

O problema não tinha passado despercebido àqueles que, merecendo a confiança do Governo, se tornaram responsáveis pela renovação dos nossos Monumentos e foi posto com toda a clareza,

como se verifica das conclusões acima transcritas, para evitar entusiasmos que conduzissem aos restauros integrais, como então se afirmava e hoje volta a afirmar-se, não hesitando alguns críticos em classificar de «FÚRIA DEMOLIDORA» tudo quanto se tem feito.

Na verdade o assunto é dos que mais se presta à crítica e, caso a esta nos tornássemos indiferentes, não seria para admirar que o número de adeptos fosse aumentando.

É muito interessante dizer que se deve, simplesmente, conservar os Monumentos, não lhes mexendo, sequer, para evitar o desaparecimento do pitoresco que lhes dão as ervas, os musgos, as silvas e até as figueiras e as oliveiras cujas raízes têm provocado a ruína de muitas paredes.

Sem dúvida há artistas que olham para este conjunto com um sentimento diferente do daqueles que, tendo pelas belezas arquitectónicas um elevado culto, têm, além disso, a noção exacta do estado em que se encontram as construções.

De que nos vale o pitoresco se, como tantas vezes tem acontecido, o desmoronamento das paredes, das muralhas, e das coberturas têm sido por vezes de tal natureza que só ruínas ficam restando da construção?

Há quem defenda a tese de que as construções posteriores, anexadas ao Monumento, mostram uma obra do seu tempo, e, por consequência, não devem ser demolidas.

Analisando, porém, detalhadamente o que nela há de teórico, concluiremos que não é de aconselhar segui-la em todos os casos.

Os nossos Monumentos sofreram a acção destruidora do tempo e dos homens. É certo que em diversas épocas lhes foram feitas várias modificações, donde resultaram os diferentes estilos que se encontram em muitas das nossas igrejas e castelos.

Há, contudo, a distinguir, entre os trabalhos executados, aqueles que, na verdade, representam obras de real valor e que foram influenciados pelo estilo da época e outros que foram feitos, por conveniência, sem se atender às boas regras da construção e com a aparência de terem sido orientados por simples curiosos.

Quanto aos primeiros, sem dúvida têm sido mantidos em todos os restauros até hoje efectuados. Bastará folhear a colecção, já numerosa, dos *Boletins* publicados para se verificar que não há exagero nesta afirmação e percorrer os Monumentos em restauro para se ter a certeza de quanto isto é verdadeiro.

É um erro supor-se que a reintegração dos nossos antigos Monumentos foi inspirada «NO TRADICIONALISMO DOS ANTIGOS EGÍPCIOS OU QUE SE SEGUIU O CRITÉRIO DE RAFAEL QUE SE PROPÔS FAZER A RECONSTITUIÇÃO IDEAL COMPLETA DE QUE FORA A ANTIGA ROMA, PRECEITUANDO AO MESMO TEMPO COMO DEVERIAM SER EXECUTADOS OS LEVANTAMENTOS DE CADA CONSTRUÇÃO DESCOBERTA, COM SUAS PLANTAS, ALÇADOS E SECÇÕES», ou, então, que foi orientada pelo que se fez desde a «IDADE MÉDIA ATÉ AO SÉCULO PASSADO, EM QUE MUITAS IGREJAS FORAM TRANSFORMADAS OU POR EXIGÊNCIAS DO CULTO OU MOTIVADO PELO DESEJO DE AS TORNAR MAIS SUMPTUOSAS E É ASSIM QUE APARECEM, EM VÁRIAS IGREJAS, CAPELAS-MORES CONSTRUÍDAS NO ESTILO ROMÂNICO COM A FACHADA EM ESTILO GÓTICO».

Sendo certo que «DESDE OS MEADOS DO SÉCULO XVIII COMEÇARAM A APARECER VÁRIAS FANTASIAS EM QUE APARECIAM COMBINAÇÕES DE ESTILOS QUE ERAM VERDADEIROS CAPRICHOS DE GENTE PODEROSA», a verdade é que nenhuma relação têm com o restauro dos Monumentos.

E tanto assim é que «EM 1827 O CLARO ESPÍRITO DE GOETHE CRITICAVA OS EXCESSOS DESTAS RECONSTITUIÇÕES ARQUEOLÓGICAS DIZENDO QUE ADMITIA QUE ALGUÉM GOSTASSE DE TER NA SUA MORADIA, ENTRE MUITAS OUTRAS SALAS, UM APOSENTO

GÓTICO OU CHINÊS, COMO RETIRO DE DEVANEIO OCASIONAL MAS DE ISTO NÃO DEVEIA PASSAR; A IMITAÇÃO DO ANTIGO NAS ARTES PLÁSTICAS COMO SISTEMA, MERECE A GOETHE A SUA INTEIRA REPROVAÇÃO».

E também não é verdade ter-se seguido o mesmo critério que «NO MEADO DO SÉCULO XIX COM OS TRABALHOS DO ARQUITECTO ERUDITO VIOLLET-LE-DUC EM QUE VEIO A ÉPOCA DOS RESTAUROS INTEGRAIS E ENTÃO, A PUREZA DO ESTILO QUE FOI A DESGRAÇA DE MUITOS MONUMENTOS».

Efectivamente com o início da obra de reintegração dos Monumentos, logo surgiram as críticas pela dúvida que havia sobre a orientação que iria seguir-se e foi, na previsão de certo irrequietismo, elaborada a tese, publicada no n.º 1 do Boletim, que estabelecia as normas a seguir nos restauros.

Um dia, o saudoso Dr. José de Figueiredo chamou a atenção da Direcção-Geral para o que constava sobre as barbaridades que se estavam cometendo nos Monumentos com os novos métodos de restauro.

José de Figueiredo, espírito excepcionalmente culto e dotado de uma sensibilidade artística sem igual, era combativo mas leal e a sua irritabilidade aparecia, por vezes, motivada pelas informações menos verdadeiras de algumas pessoas que também queriam ser ouvidas sobre os trabalhos de reintegração que estavam sendo efectuados.

A obra de José de Figueiredo jamais se apagará. Todos lhe ficamos a dever grandes ensinamentos e uma das suas glórias foi a luta permanente, por vezes com risco da própria vida, para salvar notáveis obras da Arte.

Tendo inspecionado alguns Monumentos e, convencido da seriedade dos seus restauros, foi o primeiro a sugerir a demolição de vários enxertos que destoavam da sua arquitectura, concordando com a orientação que estava sendo seguida e, desde então, teve a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em José de Figueiredo o seu maior defensor.

A publicação do *Boletim* dos Monumentos teve em vista não só documentar as obras realizadas mas, muito especialmente, dar elementos detalhados para que a crítica se pudesse pronunciar.

E a verdade é que, durante alguns anos, quase não houve uma nota discordante na apreciação da obra realizada.

Ultimamente, porém, apesar de se darem, desde longa data, todos os elementos para uma perfeita apreciação, apareceram descontentes e uma crítica desfavorável foi feita na Academia de Belas-Artes por um ilustre académico de cuja «COMUNICAÇÃO», publicada no IX Boletim da Academia, foram transcritos os períodos atrás destacados.

Um critério único não é possível impor-se na reintegração de todos os Monumentos.

As construções anexas que foram adossadas não são todas da mesma natureza; se há, de facto, partes de Monumentos que foram substituídas por outras de estilo diverso, mas de real valor arquitectónico, que devem ser mantidas, há, contudo, aquelas que nenhum valor têm e, a manterem-se, só redundariam em prejuízo do Monumento.

Diz o ilustre académico: «FOI COM OS TRABALHOS DO ARQUITECTO – ERUDITO VIOLLET-LE-DUC NOS MEADOS DO SÉCULO XIX QUE DESAPARECERAM TODOS OS ESCRÚPULOS QUE HAVIAM DADO LUGAR À CRÍTICA DE GOETHE».

«APARECERAM OS RESTAUROS INTEGRAIS E TUDO SE SACRIFICOU À «PUREZA DO ESTILO» E, ENTÃO, FOI A DESGRAÇA DE MUITOS MONUMENTOS. IGREJAS HOUE QUE

COM ESTA «LIMPEZA», PERDERAM O QUE TINHAM DE MELHOR – AUTENTICIDADE, EVOCÇÃO, POESIA, CONVENIÊNCIA DE ORDEM PRÁTICA, PITORESCO».

«MONUMENTOS HÁ QUE FORAM QUASE INTEIRAMENTE CONSTRUÍDOS DE NOVO. ESTES MONUMENTOS NOVIANTIGOS, INTEGRADOS NA SUA FORMA PRIMITIVA, ESGARAVATADOS, DEENCASCADOS E NOVAMENTE REVESTIDOS DE UMA PELE NOVA, RESTITUEM-NOS, TALVEZ, A SUA PRIMITIVA FORMA ARQUEOLÓGICA, MAS PERDEM FATALMENTE A VIDA PROFUNDA QUE OS ANIMAVA».

Os críticos precisam conhecer os nossos Monumentos e proceder a estudo sobre cada um deles para se poderem pronunciar sobre a melhor orientação a seguir no seu restauro. Para se fazer esse estudo, era preciso conhecer o estado em que muitos deles se encontravam e outros mais ainda se encontram e que pode resumir-se do seguinte modo:

1.º – Em estado de completo abandono, sem cobertura, ou com cobertura em mau estado, de paredes direitas ou arruinadas, mas com pormenores intactos classificados, tais como fachada principal, capela-mor, etc.

2.º – Com anexos ou alterações interiores que não definem qualquer época e encobrem obras intactas de um estilo definido e de valor.

3.º – Com obras de várias épocas bem definidas.

No primeiro caso, encontravam-se incluídas, por exemplo, as *Igrejas matriz da Batalha* e *S. Pedro de Leiria* e não era possível deslocar os pórticos e as Capelas para qualquer Museu, além de que perderiam todo o interesse sob o ponto de vista de evocção, poesia, conveniência de ordem prática e pitoresco.

Restauradas como foram, conseguiu-se que ficassem valorizados os elementos classificados, e o seu estado actual dá-lhes evocção, poesia e pitoresco, o que não acontecia anteriormente em que o pitoresco se resumia nas ervas que cobriam todo o pavimento. Como conveniência de ordem prática, havemos de concordar que actualmente nelas se pode exercer o culto ao passo que antigamente os dois templos, em ruínas, para nada serviam.

No segundo caso, temos patente o exemplo da Igreja de Leça do Bailio, Monumento já restaurado, em que a abside e as absidiólas se encontravam com as janelas entaipadas porque lhes tinham sido encostadas umas barracas, adaptadas a pocilgas, tapando completamente o exterior.

Há edificações que não representam nenhuma época. Para atender a necessidades de ocasião foram construídas por simples curiosos que não hesitaram em encostá-las aos Monumentos e, nalguns casos, tão numerosas que quase os faziam desaparecer.

A evocção que tal emaranhado nos dava era a de que uma época de insensibilidade, falta de cultura e de incompetência tinha atravessado o País, pois foram permitidas verdadeiras barbaridades que só aqueles que têm acompanhado esta obra poderão fazer uma ideia exacta.

E, então, havia de manter-se construções incaracterísticas que entaipavam obras de real valor, obras de uma época definida em que a Arte fazia evocar o génio criador, o equilíbrio da construção, a pureza, a graça e a imponência dos seus detalhes?

É evidente que não.

A comprovar esta afirmação aí está o *Castelo de S. Jorge* que de tal forma estava soterrado e rodeado de abarracamentos, quer exterior, quer interiormente, que um dia alguém fez esta observação: Então construíram um Castelo novo? E a uma pergunta sobre se alguma vez o tinha ido ver foi respondido que não. Estava certo para esse e outros que nunca tinham tido o desejo ou ensejo de o conhecer. O Castelo estava escondido e o simples

desaparecimento dos barracões que o rodeavam fê-lo ressuscitar, impondo-o como o mais belo de Portugal.

Percorra-se o Castelo de S. Jorge numa manhã serena ou ao entardecer ou mesmo numa noite clara de luar e, quem quer que seja, não poderá negar autenticidade, evocação, poesia e pitoresco àquele antigo e monumental Castelo.

Como este tantos outros que se encontram nas mesmas condições e o mesmo sucede com as igrejas. Recordaremos a de Cedofeita rodeada de velhas e desmanteladas casas, num conjunto que nada tinha nem de evocador nem de poético.

A igreja foi desafrontada dos acrescentos, tendo-se realizado uma importante obra de consolidação. Era tal o estado em que se encontrava a Capela-mor, que a abóbada, devido ao desaparecimento das paredes laterais, corria grave risco de derrocada.

A poesia para nada servia neste caso. Tornava-se indispensável apelar as paredes, e ainda bem, porque apareceram sob a espessa camada de cal as arcadas falsas e as frestas primitivas da Capela, as primeiras das quais quase intactas nas paredes laterais, e com leves mas definidos indícios na parede testeira.

No terceiro caso, aquele em que junto do Monumento há construções de várias épocas bem definidas e de grande valor artístico, não há exemplo de que tais obras não tenham sido mantidas e reparadas.

Os exemplos apontados pelo ilustre crítico que parece reear que a «FÚRIA DEMOLIDORA» vá destruir fachadas de igreja que se erguiam na Arte Gótica logo em seguida às Capelas-mores que se construíam na Arte Românica, não têm razão de ser porque todos sabem o critério que preside ao restauro das obras a cargo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o qual nunca poderá conduzir à insensatez de destruir construções de valor artístico existentes, nitidamente definidas dentro de um estilo qualquer, embora se encontrem ligados a Monumentos de caracteres opostos. E, deste modo, para quê falar «NOS DOIS LADOS DO POLÍGONO DA SEVERA E PRIMITIVA IGREJA DOS TEMPLÁRIOS EM TOMAR QUE FORAM ROMPIDOS PARA LHE ANEXAR SOBERBO CORO EM QUE EXPANDE O MAIS EXTRAVAGANTE LABOR DE FASE NATURALÍSTICA DO ESTILO MANUELINO E A DA PRÓPRIA CHAROLA QUE FOI RECOBERTA DE ORNAMENTAÇÃO EXUBERANTE QUE LHE FICOU IMPRIMINDO O ESTRANHO SABOR ORIENTAL E FANTÁSTICO?»

Para quê fazer referência «ÀS BASES ROMÂNICAS DOS PILARES DA *SÉ DE VIZEU* LAVRADAS DE NOVO AO GOSTO DA ÉPOCA DO REI D. MANUEL E A *IGREJA DO MOSTEIRO DE BELÉM* EM QUE ERA DERRUBADA A CAPELA-MOR MANUELINA, CONSIDERADA ENTÃO MUITO PEQUENA, PARA SE ERIGIR A QUE LÁ SE ENCONTRA EM ESTILO CLÁSSICO ITALIANIZANTE, COMPLETAMENTE DIVERSO DO DAS NAVES DO PRÓPRIO TEMPLO?»

Para quê apontar «O CURIOSO E TEMPORÃO EXEMPLO DA TENTATIVA DE CERTO ACOMODAMENTO DA FEIÇÃO ARQUEOLÓGICA NA FRONTARIA DA *IGREJA DO MOSTEIRO DE ALCobaça*, COMPOSTA DE NOVO NO SÉCULO XVII COM ALGUNS ELEMENTOS DE INSPIRAÇÃO GÓTICA TRATADAS LIBERRICAMENTE E SEM QUALQUER INTUITO DE ENGANAR A POSTERIDADE?»

Se há a certeza de que tais obras são intangíveis para quê considerá-las como base para a conclusão de que «MONUMENTOS HÁ QUE FORAM QUASE INTEIRAMENTE CONSTRUÍDOS DE NOVO SEGUNDO AS REGRAS DA CIÊNCIA ARQUEOLÓGICA DEPOIS DE HAVEREM SIDO «PURIFICADOS» DE TODAS AS EXCRESCÊNCIAS DE ÉPOCAS POSTERIORES À SUA FUNDAÇÃO?»

Para se concluir que «ESTES MONUMENTOS NOVIANTIGOS, INTEGRADOS NA SUA FORMA PRIMITIVA, ESGARAVATADOS, DESENCASCADOS E NOVAMENTE REVESTIDOS DE UMA PELE NOVA, RESTITUEM-NOS TALVEZ A SUA PRIMITIVA FORMA ARQUEOLÓGICA, MAS PERDEM FATALMENTE A VIDA PROFUNDA QUE OS ANIMAVA» era preciso que se fizesse uma análise a todos os Monumentos restaurados e aos que se encontram em restauro e, então, se veria que há frases académicas que estão muito longe de representar a verdade.

Interessante seria apresentar exemplos concretos de Monumentos já restaurados, apontando-lhes os defeitos, demonstrando que o critério seguido foi aquele que levou o ilustre académico à conclusão a que chegou. Mas se assim procedesse teria verificado quão diversas seriam as suas conclusões, pois até nos próprios Monumentos indicados teria visto o cuidado que há na execução das obras de reintegração.

A quem poderia passar pela imaginação que o critério restaurador fosse a ponto de demolir a Capela-mor dos Jerónimos?

Obras há, contudo, nesta igreja, que se fizeram e já entraram no esquecimento, como a abóbada do transepto que, caso não se lhe tivesse acudido imediatamente, teríamos a lamentar o seu desmoronamento. Teve de ser refeita em parte para que não ficasse naquele pitoresco estado que a incúria dos homens permitiu que acontecesse a tantos outros Monumentos.

O restauro dos confessionários cuja forma era inteiramente desconhecida e a transformação de uma porta de comunicação com o claustro em altar, idêntico ao que se encontra do lado oposto, não podem ser consideradas como obras que fizessem perder a sua autenticidade e utilidade prática.

E ao referir-se a Alcobaça, para falar na frontaria, de estilo diferente do da igreja, o ilustre crítico não levou ao conhecimento da douta Academia a demolição feita nos verdadeiros tempos de «FÚRIA DEMOLIDORA» de uma das mais belas escadas de puro estilo renascença que ligava o claustro térreo com o superior, tendo sido substituída por uma escada, pura fantasia, com a agravante de se ter cortado um tramo do dormitório, único exemplar do estilo românico. Ninguém poderá criticar a obra já realizada da demolição dessa monstruosa escada e a reconstituição do dormitório que se encontrava transformado em casa de habitação do Director do Asilo de Mendicidade e em camaratas dos asilados.

Nesta igreja houve, de facto, hesitação quando se apresentou o problema delicado de saber se devia conservar-se o retábulo que cobria a charola ou antes tirar o retábulo e fazer ressurgir a charola em toda a sua imponência.

Um argumento decisivo fez optar pela segunda solução.

A Igreja do Mosteiro de Alcobaça apresentava uma maravilhosa unidade arquitectónica à qual unicamente faltava o seu coroamento – a charola.

E não possuindo Portugal outro Monumento de tanta imponência e tamanha unidade de estilo, desapareceu o retábulo e a igreja ficou completa.

Na *Sé de Lisboa* quem não se lembra de uma agulha construída em cimento armado que existia numa das torres com as suas impróprias cachorradas?

Podem os críticos diferir quanto à existência ou não de agulhas ou coruchéus nas Torres da Sé, mas o que, com certeza, ninguém pode admitir é que elas fossem construídas em cimento armado.

Outras anomalias existiam tais como: a execução de um vão de janela no braço norte do cruzeiro e outra da porta, cuja ornamentação, rica mas sem carácter, em nada se harmonizava

com a simplicidade do românico da Sé (como se observou, aliás, nas outras que foram encontradas no mesmo Cruzeiro) e o lanço da muralha sul que tinha sido aberto numa extensão de 12 metros para que de fora se observasse a charola gótica.

O interior da Sé estava também completamente deturpado com as paredes e as colunas cobertas de estuques e talhas sem valor, além de que o seu estado de ruína era tal que se tornou necessária uma séria obra de consolidação.

O tecto da nave central, incaracterístico e sem que representasse qualquer época, foi apeado e completado por uma abóbada depois de se terem encontrado os elementos indispensáveis para a sua reconstituição.

Mas a sacristia manteve-se, apesar de ser de outra época, e a verdade é que o andar superior, sem valor, bem merecia ser demolido, como era desejo do Dr. José de Figueiredo, para que a fachada lateral da Sé ficasse em grande parte descoberta e com o seu ameado completo.

Manteve-se ainda a Capela-mor do século XVIII, apesar dos elementos existentes que poderiam servir para o restauro da Capela Gótica.

Verifica-se, assim, a forma escrupulosa como se procedeu ao restauro, mantendo e reparando as construções de valor artístico existentes nitidamente definidas dentro de um estilo qualquer.

Recordemos outro exemplo notável, a *Sé Catedral do Porto*, majestoso edifício do estilo românico de transição, com um belo claustro gótico, que antes do início do restauro pouco revelava da sua estrutura primitiva.

Nos séculos XVII e XVIII a Sé do Porto havia sido decorada interiormente com numerosa talha sem valor, com estuques, e, exteriormente, com acrescentos inúteis e afrontosos da estabilidade da primitiva traça, jazendo sob tudo isto os primitivos pilares, capitéis, ameias, frestas, abóbadas, enfim todos os elementos construtivos e decorativos da igreja primitiva.

A obra a realizar era simples à primeira vista; apear-se-iam os acrescentos, retirar-se-ia a talha, picar-se-ia o estuque e ressurgiria, por fim, intacta a unidade arquitectural da primeira igreja.

Mas os pilares haviam sido picados para o estuque aderir melhor; os capitéis, as molduras, os frisos, toda a decoração sofrera o mesmo desacato!

Algumas frestas tinham sido alargadas para darem mais luz, outras haviam desaparecido; mas, felizmente, os seus elementos encontraram-se ao apear das paredes e dos vários acrescentos que a igreja suportava.

Pesquisando-se com afinco, foram-se juntando pedras que formavam frestas; ao desmanchar o estuque, apareceram restos de frisos decorativos e ao retirar altares das naves surgiu, sepulto sob os ricos azulejos do século XVII que ornamentavam o claustro, uma série de arcadas falsas, iguais às que circundam o claustro e que estavam apenas mutiladas.

E ainda, ao dismantelar a escada da porta principal da igreja, apareceram, entre os seus alicerces, elementos do pórtico primitivo tais como arquivoltas, capitéis, colunas, frisos, etc.

Procedeu-se, então, com os elementos encontrados à restauração do monumento.

Mas para se verificar quanto de seriedade houve na obra de restauro basta citar os exemplos da Capela-mor, que foi mantida apesar do estilo diferente; a galilé lateral barroca, obra do século XVIII do arquitecto italiano Nasoni, que ficou intacta, e a fachada principal que não foi alterada, embora tivessem aparecido elementos para a reconstituição do pórtico primitivo.

Vários são já os exemplos em que se demonstra a seriedade que houve na obra de reintegração, mas àqueles que se propuserem defender o ponto de vista do ilustre académico,

que entende que se está transformando os Monumentos em noviantigos, pergunta-se quais os processos que seguiriam para manter autenticidade, evocação, poesia, conveniência de ordem prática e pitoresco nos Monumentos que estão em ruínas.

É, sem dúvida, muito interessante e de bom efeito a frase já corrente: deve-se «manter as ruínas».

Mas o que será «manter as ruínas» no nosso País? É deixar cair, arruinar, perder-se para sempre todo o Patrimônio Artístico da Nação?

Se uma ruína está a cair, só há uma forma de a manter: consolidá-la. Se se trata de uma muralha, tem de ser apeada e reconstruída; se se trata da cobertura de uma igreja tem também de ser apeada e reconstruída e a seriedade na obra de restauro está em fazer, escrupulosamente, as reintegrações, dispensando-lhe uma cuidadosa atenção para que os trabalhos sejam realizados em conformidade com os elementos existentes.

Fora disto é tudo poesia com a qual só se conseguiu que, durante mais de um século, os Monumentos ficassem abandonados e no estado de ruína em que estavam os que têm sido restaurados e se encontram ainda aqueles que aguardam a obra de salvação para lhe dar autenticidade, evocação, utilidade prática e pitoresco.

BIBLIOGRAFIA

Livros, revistas científicas e outras publicações

- Acciaiuoli, M. (1991). *Os Anos 40 em Portugal: O País, o Regime e as Artes: "Restauração e Celebração"*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Acciaiuoli, M. (1998). *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Aguiar, J. (2002). *Cor e Cidade Histórica: Estudos Cromáticos e Conservação do Património*. Porto: FAUP Publicações.
- Albuquerque, L.M. (1854). *Memória Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha*. Leiria: Typographia Leiriense.
- Almeida, J. (1946-1947). *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*. I, II e III. Lisboa: Edição do Autor.
- Alonso-Muñoyerro, S.M. (1993). La Restauración Monumental en España (1850-1939). In *Quaderns Científics i Tècnics de Restauració Monumental. III Simposi sobre Restauració Monumental: Estudis, Informes i Textos del Servei Patrimoni Arquitectònic Local* (5, pp.11-18). Barcelona: Diputació de Barcelona/Àrea de Cooperació/Servei de Patrimoni Arquitectònic Local.
- Anacleto, M.R. (1997). *Arquitectura Neomedieval Portuguesa: 1780-1924*. 1 e 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Andrade, A.A. (2001). *A Construção Medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Armas, D. (1990). *Livro das Fortalezas (Introdução de M.C. Branco)*. Lisboa: Edições Inapa. (Facsimile do original de 1509, Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo).
- Azevedo, R. (1937). Período de Formação Territorial: Expansão pela Conquista e sua Consolidação pelo Povoamento. As Terras Doadas. Agentes Colonizadores. In Baião, A., Cidade, H., & Múrias, M. (Dir.) *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (I, pp.7-64). Lisboa: Editorial Ática.
- Barbosa, I.V. (1886). *Monumentos de Portugal: Históricos, Artísticos e Archeológicos*. Lisboa: Castro Irmão.
- Barbosa, P.G. (1997). Sistemas Defensivos de Fronteira, na "Reconquista" (Séculos IX – Inícios do XII). In *Preparação e Formação Militar em Portugal: Actas do VIII Colóquio de História Militar* (pp.31-49). Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- Barroca, M.J. (1994). *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico: Séc. IX a XII*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

- Barroca, M.J. (1995). *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)* [Texto Policopiado]. I, II, III e IV. Porto: Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto.
- Barroca, M.J. (1998). D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa. In *Revista da Faculdade de Letras do Porto – História* (II Série, 15-1, pp.801-822). Porto: Universidade do Porto.
- Barroca, M.J. (2002). Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (Sécs. XII a XIV), In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos* (pp.535-548). Lisboa: Edições Colibri.
- Barroca, M.J. (2003). Uma Paisagem com Castelos. In *Arquitectando Espaços: Da Natureza à Metápolis* (pp.173-181). Porto/Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Beça, H. (1923). *Castelos de Hespanha, Castelos de Portugal*. Porto: Tipografia Artes e Letras.
- Beckford, W. (1834). *Italy with Sketches of Spain and Portugal*. London: Richard Bentley.
- Beckford, W. (1956), *Excursion à Alcobaça et Batalha*. Paris/Lisboa: Sociéte d'édition Les Belles Lettres/Livraria Bertrand.
- Blanco, J.R. (1997). Restauración Arquitectónica desde los Orígenes hasta Nuestros Dias. Conceptos, Teoría e Historia. In *Teoría e Historia de la Restauracion. Master en Restauraciony Rehabilitacion del Patrimonio* (pp.102-169). Madrid: Editorial Munilla-Lería.
- Boito, C. (2000). *Conserver ou Restaurer: Les Dilemmes du Patrimoine*. Besançon: Les Éditions de l'Imprimeur.
- Branco, M.B. (1893). *Portugal e os Estrangeiros*. 1 e 2. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Brandi, C. (2006). *Teoria do Restauro*. Amadora: Edições Orion.
- Bucho, D.A. (2000). *Herança Cultural e Práticas do Restauro Arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo: Intervenção nas Fortificações do Distrito de Portalegre*. Évora: Dissertação de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico, Universidade de Évora.
- Caetano, J.O. (1990). A Ordem de Santiago e a Arte. In *A Ordem de Santiago; História e a Arte*. Palmela.
- Calado, M. (1989). Contra-Reforma. In *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- Cantone, G. (1978). *La Città di Marmo*. Roma: Officina Edizione.
- Carneiro, P.D. (1999). A Imprensa Ilustrada. “Do Prelo à Tela e ao Mármore...”. In *As Belas-Artes do Romantismo em Portugal* (pp.78-86). Lisboa: Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura.
- Cascais, J.C. (1854). Monumentos. In *O Panorama* (XI, pp.210-212). Lisboa.
- Castro, A. (1940). *A Exposição do Mundo Português e a sua Finalidade Nacional*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Catroga, F. (1977). *Os Inícios do Positivismo em Portugal*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Universidade de Coimbra.
- Cerejeira, M.G. (1917-1918). *O Renascimento em Portugal – Clenardo*. 1 e 2. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Cerejeira, M.G. (1936). *A Idade Média*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Chaves, L. (1922). A Política dos Monumentos. In *Arqueologia e História* (I, pp.76-83). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Chaves, L. (1933). As Injúrias do Homem nos Monumentos. In *Brotéria* (XVII, pp.208-219). Lisboa: Livraria Apostolado da Imprensa.
- Choy, F. (2000a). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- Choy, F. (2000b). Prélude. In *Conserver ou Restaurer: Les Dilemmes du Patrimoine* (pp.11-22). Besançon: Les Éditions de l'Imprimeur.

- Choay, F. (2002). *La Conférence d'Athènes: Sur la Conservation Artistique et Histoire des Monuments (1931)*. Besançon: Les Éditions de l'Imprimeur.
- Coelho, A.C. (1923). *A Protecção Legal aos Monumentos Nacionais, Bases para um Projecto de Lei*. Lisboa.
- Comissão dos Monumentos Nacionaes (CMN) (1881). Relatório e Mappas ácerca dos Edifícios que devem ser Classificados Monumentos Nacionaes, apresentada ao Governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, em conformidade da Portaria do Ministerio das Obras Publicas de 24 de Outubro de 1880. In *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (2ª Série, III-6, III-7 e III-9, pp.83-87, pp.100-103 e pp.135-140). Lisboa: Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.
- Comissão dos Monumentos Nacionaes (CMN) (1894). Questionário Geral. In *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (2ª Série, VIII, pp.1-5). Lisboa: Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.
- Comissão Executiva das Comemorações dos Centenários (CECC) (1939-1940). *Revista dos Centenários*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações dos Centenários (CECC).
- Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas (CEEOP) (1948). *Quinze Anos de Obras Públicas (1932-1947)*. 1 e 2. Lisboa.
- Cooper, E. (2004). Para mí, el Castillo es, en Primer Lugar, un Documento. in *Patrimonio* (19, pp.35-37). Valladolid: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León.
- Cordeiro, L. (1876a). *Relatório dirigido ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretario D'Estado dos Negócios do Reino pela Comissão Nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a Reforma do Ensino Artístico e a Organização do Serviço de Museus, Monumentos Históricos e Archeologia. Primeira Parte. Relatórios e Projectos*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Cordeiro, L. (1876b). *Relatório dirigido ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretario D'Estado dos Negócios do Reino pela Comissão Nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a Reforma do Ensino Artístico e a Organização do Serviço de Museus, Monumentos Históricos e Archeologia. Segunda Parte. Actas e Comunicações*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Correia, L.M. (1999). A Torre de Menagem do Castelo de Leiria. In *Monumentos* (10, pp.90-93). Lisboa: DGEMN.
- Correia, L.M. (2000). O Castelo de Leiria. in *Monumentos* (13, pp.122-127). Lisboa: DGEMN.
- Correia, L.M. (2001). Arquitectura e Restauo da Torre de Menagem. In *Torre de Menagem do Castelo de Leiria* (pp.27-30). Leiria: Câmara Municipal de Leiria.
- Correia, L.M. (2002a). Sobre a Intervenção no Património em Portugal: Uma Questão de Identidade. In *Quaderns Científics i Tècnics de Restauració Monumental – I Biennial de la Restauració Monumental: L'Hospitalet de Llobregat (Barcelona), del 23 al 26 de Novembre del 2000* (13, pp.353-358). Barcelona: Diputació de Barcelona/Àrea de Cooperació/Servei de Patrimoni Arquitectònic Local.
- Correia, L.M. (2002b). Igreja Matriz da Batalha. In *Monumentos* (16, pp.114-121). Lisboa: DGEMN.
- Correia, L.M. (2003). Torre de Menagem. Castelo de Pombal. Um olhar [in]discreto. In *Monumentos* (18, pp.118-121). Lisboa: DGEMN.
- Correia, L.M. (2006). La Torre del Homenage del Castillo de Pombal. Una Mirada (In)Discreta. In *Loggia* (19, pp.86-95). València: Universidad Politecnica de Valencia.
- Correia, L.M. (2008). *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Ciências da Construção, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

- Correia, L.M., & Costa, A. (1999). O Castelo de Porto de Mós. In *Monumentos* (11, pp.90-95). Lisboa: DGEMN.
- Costa, A.A. (1999). A Vanguarda Nacionalista. In *Caminhos do Património* (pp.67-68). Lisboa: DGEMN/Livros Horizonte.
- Costa, L.V. (1997a). *Alfredo de Andrade: 1839-1915: Da Pintura à Invenção do Património*. Lisboa: Vega.
- Costa, L.V. (1997b). *Ernesto Korrodi: 1889-1944: Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Cruzen, E.B. (2005). O Sistema Defensivo Português nos Séculos XIII e XIV: A Defesa do Sul de Portugal contra Castela. In *Actas del III Congreso de Castellología Ibérica* (pp.289-303). Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos/Diputación Provincial de Guadalajara.
- Cruz, M.B. (1980). *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Cruz, M.B. (1982). O Integralismo Lusitano e o Estado Novo. in *Fascismo em Portugal* (pp.105-139). Lisboa: A Regra do Jogo.
- Cruz, M.B. (1988). *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Cunha, L.M. (1994). *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*. Braga: Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade do Minho.
- Cunha, L.M. (1995). Entre Ideologia e Propaganda: A Construção do Herói Nacional. In *Jornadas Interdisciplinares Poder e Sociedade*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Custódio, J. (1993). De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1873-1964). In *Dar Futuro ao Património* (pp.33-71). Lisboa: IPPAR.
- D'Eça, A. (1925). *Castles of Portugal*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Denis, F. (1846). *Portugal*. Paris : Firmin Didot Frères.
- Dias, N.P. (1990). As Cidades de Fronteira de Portugal com a Galiza. In *Separata dos Cadernos do Noroeste* (3 (1-2), pp.81-102). Braga: Universidade do Minho.
- Díez, I.O. (1995). *Historia de la Restauración Monumental en España (1835-1936)*. Madrid: Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales.
- Dirección General de la Vivienda, la Arquitectura y el Urbanismo (DGVAU) (2001). *Veinte Años de Restauración Monumental de España: Catálogo de la Exposición: Madrid 1958*. Madrid: Ministério de Fomento/Centro de Publicaciones.
- Durand, R. (1982). *Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XIIe et XIIIe Siècles*. Paris: Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fernandes, I.C. (2005). La Restauración de los Castillos de Portugal (Años 30-60 del Siglo XX). In *Arquitectura Fortificada: Conservación, Restauración y Uso de los Castillos: Actas del Simposio Internacional* (pp.159-194). Valladolid: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León.
- Fernandes, I.C., & Oliveira, L.O. (2005). As Ordens Militares no Reino de Portugal. In *As Ordens Militares na Europa Medieval* (pp.137-166). Lisboa: Chaves Ferreira.
- Ferro, A. (1934). *Decálogo do Estado Novo*. Lisboa: SPN.
- Ferro, A. (1978). *Salazar*. Aveiro: Edições do Templo.
- Figueiredo, R.M. (2002). *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Fino, G.C. (1908). *Collecção da Legislação Relativa aos Serviços do Ministério das Obras Públicas. Legislação de 1907* (xiv, pp.1-2). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Frade, C.C. (1999). *A Componente Ambiental no Ordenamento do Território*. Lisboa: Conselho Económico e Social.

- França, J.A. (1966). *A Arte em Portugal no Século XIX*. 1 e 2. Lisboa: Bertrand.
- França, J.A. (1991). *A Arte em Portugal no Século XX*. 3ª Ed. Venda Nova: Bertrand.
- França, J.A. (1993). *O Romantismo em Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- Freire, A.B. (1909). Povoação de Trás-os-Montes no XVI século. In *Arquivo Histórico Português* (7, pp.241-290). Lisboa.
- Fuschini, A. (1904). *A Arquitectura Religiosa da Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Garrett, A. (1846). *Viagens na Minha Terra*. Lisboa: Publicações Europa América.
- Gomes, R.C. (1991). A Construção das Fronteiras, in *A Memória da Nação: Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia* (pp.357-382). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Gomes, R.C. (1995). *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Lisboa: Difel.
- Gomes, R.C. (2001). *Castelos da Raia. Vol.I: Beira*. 2ª ed. Lisboa: IPPAR.
- Gomes, R.C. (2003). *Castelos da Raia. Vol.II: Trás-os-Montes*. Lisboa: IPPAR.
- Gomes, S.A. (1995). *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.
- González-Varas, I. (1996). *Restauración Monumental en España durante el Siglo XIX: Teoría, Fuentes e Ideología*. Valladolid: Ámbito Ediciones.
- González-Varas, I. (1999). *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, Historia, Principios y Normas*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Grave, J. (1932). *Castellos Portuguezes*. Porto: Lello & Irmão.
- Guillaume, M. (2003). *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras.
- Guitart, C. (1984). Un Tipo Frecuente de Castillo Medieval a ambos lados de la Frontera Hispano-Portuguesa. in *Actas del I Simpósio sobre Castillos de la Raya entre Portugal e España* (pp.85-91). Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos.
- Gusmão, A. (1949a). O Restauro dos Monumentos Nacionais. in *República* (10 de Fevereiro de 1949, pp.4-5). Lisboa.
- Gusmão, A. (1949b). Ainda o Restauro dos Monumentos Nacionais. in *República* (13 de Março de 1949, pp.3 e 7). Lisboa.
- Herculano, A. (1837). A Architectura Gothica. In *O Panorama* (Vol.I, 1, pp.2-4). Lisboa.
- Herculano, A. (1838a). Os Monumentos. In *O Panorama* (Vol.II, 69, pp.266-268). Lisboa.
- Herculano, A. (1838b). Os Monumentos (II). In *O Panorama* (Vol.II, 70, pp.275-277). Lisboa.
- Herculano, A. (1839a). Mais um Brado a Favor dos Monumentos (I). In *O Panorama* (Vol.III, 93, pp.43-45). Lisboa.
- Herculano, A. (1839b). Mais um Brado a Favor dos Monumentos (II). In *O Panorama* (Vol.III, 93, pp.50-52). Lisboa.
- Herculano, A. (1843). Conhecimentos Uteis. A Eschola Polytechnica e o Monumento. In *Revista Universal Lisbonense* (Vol.II, 38). Lisboa.
- Herculano, A. (1982-1987). *Opúsculos*. Lisboa: Editorial Presença.
- Holstein, S. (1875). *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Históricos e da Arqueologia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Hugo, V. (1985-1990). Guerre aux Démolisseurs. In *Oeuvres Complètes de Victor Hugo 1802-1885. Critique* (8, pp.177-189). Paris: Éditions Robert Laffont.
- Hugo, V. (2004). *Nossa Senhora de Paris*. Navarra: Mediasat Group.
- Imprensa Nacional (1910). *Monumentos Nacionaes Portuguezes. Legislação*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Jokilehto, J. (2002). *History of Architectural Conservation*. 3ª Ed. London: Butterworth-Heinemann.
- Korrodi, E. (1898). *Estudos de Reconstrucção sobre o Castelo de Leiria: Reconstituição Graphica de um Notavel Exemplo de Construcção Civil e Militar Portugueza*. Zurich: Instituto Polygraphico.

- Kulmacz, M.C. (2003). *Arte e Património em Portugal: Olhares Norte-Europeus (da Segunda Metade do Século XVIII a meados do Século XIX)*. Porto: Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Larcher, J.N. (1933-1935). *Castelos de Portugal*. 1, 2 e 3. Coimbra: Atlântida.
- Larcher, J.N. (1934). *Em Prol dos Castelos de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Larcher, J.N. (1937). *Em Defesa dos Castelos Portugueses*. Figueira da Foz: Tipografia Popular.
- Leal, J.M. (1868). *Monumentos Nacionais*. Lisboa: Typ. Franco-Portuguesa.
- Lima, J.C. (1940). A Beleza das Exposições Comemorativas. In *Brotéria* (XXXI, pp.626-647). Lisboa: Livraria Apostolada da Imprensa.
- Lynch, D. (2007). Entrevista a David Lynch In *Expresso* (suplemento Actual, 31 de Março de 2007). Lisboa.
- Magalhães, L. (1904). O Paço de Sintra. In *Portugal Artístico, 1 de Junho de 1904* (8, pp.225-232). Porto.
- Marques, A.O. (1987). Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. In *Nova História de Portugal* (4). Lisboa: Editorial Presença.
- Marques, A.O., Gonçalves, I., & Andrade, A.A. (1990). *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas: Séculos XII-XV*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- Marques, J. (1988). Povoamento e Defesa na Estruturação do Estado Medieval Português. In *Separata da Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto* (8, pp.9-34). Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Marques, J. (1990). A Presença da Igreja na História Militar Portuguesa: Das Origens aos Finais do Século XIV. In *Para uma Visão Global da História Militar: Actas do I Colóquio de História Militar* (pp.81-100). Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- Matilla, E.R. (2005). As Ordens Militares Ibéricas na Idade Média. In *As Ordens Militares na Europa Medieval* (pp.101-136). Lisboa: Chaves Ferreira.
- Mattoso, J. (1985). *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mattoso, J. (1993-1994). *História de Portugal*. I e II. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mattoso, J., & Rosas, F. (1993-1994). *História de Portugal*. VII. Lisboa: Editorial Estampa.
- Medina, J. (1977a). *Herculano e a Geração de 70*. Lisboa: Terra Livre.
- Medina, J. (1977b). *Salazar em França*. Lisboa: Ática.
- Medina, J. (1978). *Salazar e os Fascistas*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Medina, J. (1979). O Integralismo Republicano. In *Diário de Notícias* (2.º Caderno – História, 17 de Abril de 1979). Lisboa.
- Medina, J. (1985). *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Medina, J. (1993a). Deus, Pátria, Família: Ideologia e Mentalidade do Salazarismo. In *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias* (pp.11-142). Lisboa: Edicible.
- Medina, J. (1993b). *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Cosmos.
- Mesquita, M.D. (1993). *Arquitectura e Renovação: Aspectos do Restauro Arquitectónico em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Prova Complementar de Doutoramento em História de Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Ministério da Educação Nacional (MEN) (s.d.). *O Livro da Terceira Classe*. Lisboa: MEN.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria / Conselho de Monumentos Nacionais (MOPCI/CsMN) (1909). *Classificação dos Monumentos Nacionais*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- Ministério das Obras Públicas / Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (MOP/DGEMN) (1935-1990). *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: MOP/DGEMN.
- Ministério das Obras Públicas / Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (MOP/DGEMN) (1949a). *Castelos Medievais de Portugal*. Porto: Marânus.
- Ministério das Obras Públicas / Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (MOP/DGEMN) (1949b). *Obras em Monumentos Nacionais. Congresso Internacional de História de Arte*. Porto: Marânus.
- Ministério das Obras Públicas / Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (MOP/DGEMN) (1965a). *Viagem de Estudo em Portugal*. Porto: MOP/DGEMN.
- Ministério das Obras Públicas / Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (MOP/DGEMN) (1965b). *Castelos de Portugal*. Lisboa: MOP/DGEMN.
- Montalembert, C. (1833). Du Vandalisme en France. Lettre a M. Victor Hugo. In *Revue dès Deus Mondes* (1). Paris.
- Monteiro, J.G. (1997). *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Monteiro, J.G. (1999). *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média: Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*. Lisboa: Edições Colibri.
- Monteiro, J.G. (2002). Reformas Góticas nos Castelos Portugueses ao longo do Séc. xiv e na primeira metade do Séc. xv. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos* (pp.659-666). Lisboa: Edições Colibri.
- Monteiro, J.G., & Pontes, M.L. (2002). *Castelos Portugueses*. Lisboa: IPPAR.
- Morais, A.B. (1987). Vinte Anos de Cinema Português, 1930-1950: Conteúdos e Políticas. In *O Estado Novo: Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959* (2, pp.187-208). Lisboa: Editorial Fragmentos.
- Moreira, R. (1989). *Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Moreno, H.B. (1984). Os Castelos Portugueses (1350-1450). In *Livro do Congresso. Segundo Congresso sobre os Monumentos Militares Portugueses* (pp.113-117). Lisboa: Património XXI – Associação Portuguesa para a Protecção e Desenvolvimento da Cultura.
- Moreno, H.B. (1994a). Alcaidarias dos Castelos durante a Regência do Infante D. Pedro. In *Actas del I Congresso de Castellologia Ibérica* (pp.33-48). Palencia: Diputación Provincial de Palencia.
- Moreno, H.B. (1994b). Alcaidarias dos Castelos durante a Regência do Infante D. Pedro. In *Do Infante e Tordesilhas: Actas do V Colóquio de História Militar* (pp.367-382). Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- Moreno, H.B. (1995). A Consolidação de Portugal na Idade Média. In *Portugal na História Militar: Actas do VI Colóquio de História Militar* (pp.283-288). Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- Moreno, H.B. (2003a). *Demarcações de Fronteiras: De Castro Marim a Montalvão*. I. Porto: Centro de Investigação e Documentação de História Medieval da Universidade Portucalense.
- Moreno, H.B. (2003b). *Demarcações de Fronteiras: De Vila Velha de Ródão a Castelo Rodrigo*. II. Porto: Centro de Investigação e Documentação de História Medieval da Universidade Portucalense.
- Moreno, H.B. (2003c). *Demarcações de Fronteiras: Lugares de Trás-os-Montes e Entre-Douro-e-Minho*. III. Porto: Centro de Investigação e Documentação de História Medieval da Universidade Portucalense.

- Moreno-Navarro, A.G. (1999). *La Restauración Objetiva (Método SCCM de Restauración Monumental): Memoria SPAL 1993-1998*. I. Barcelona: Diputación de Barcelona/Área de Cooperación/Servicio de Patrimonio Arquitectónico Local.
- Murphy, J. (1795a). *Plans, Elevations Sections and Views of the Church of Batalba*. London: I. & J. Taylor.
- Murphy, J. (1795b). *Travels in Portugal (In the Years 1789-1790)*. London: A. Strattan, T. Caldell Jun. e W. Davies.
- Murphy, J. (1798). *A General View of the State of Portugal*. London: T. Caldell Jun. e W. Davies.
- Navareño Mateos, A. (1988). El Castillo Bajomedieval, Arquitectura y Táctica Militar. In *Gladius* (Tomo Especial, pp.113-152).
- Neto, M.J. (1996). *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Neto, M.J. (1997). *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Séc. XIX*. Porto: Editorial Estampa.
- Neto, M.J. (1999). A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1999). In *Caminhos do Património* (pp.23-43). Lisboa: DGEMN/Livros Horizonte.
- Neto, M.J. (2001). *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP Publicações.
- Nunes, A.P. (1988). *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*. Lisboa: Estado-Maior do Exército/Direcção do Serviço Histórico Militar.
- Nunes, A.P. (2005). *Dicionário de Arquitectura Militar*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Ó, J.R. (1987). Modernidade e Tradição – Algumas Reflexões em torno da Exposição do Mundo Português. In *O Estado Novo: Das Origens ao Fim da Autarquia 1926-1959* (2, pp.177-185). Lisboa: Editorial Fragmentos.
- Ó, J.R. (1999). *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural durante a “Política do Espírito”: Ideologia, Instituições, Agentes e Práticas. 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa.
- O Século (1936). Ano x da Revolução Nacional. In *O Século* (29 de Maio de 1936, pp.1-2). Lisboa.
- Oliveira, N.V. (2000). *Castelos da Ordem do Templo em Portugal 1120-1314*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História de Arte Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Oliveira, N.V. (2002). A Influência do Oriente em Portugal através da Arquitectura Militar Templária: O Paralelo entre Chastel Blanc e Castelo Branco. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos* (pp.909-913). Lisboa: Edições Colibri.
- Ortigão, R. (1896). *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: A. Maria Pereira.
- Ortigão, R. (1905). Um Brado a Favor dos Monumentos. In *Diário de Notícias* (Maio de 1905, 17). Lisboa.
- Ortigão, R. (1942). Turismo em Portugal. In *Panorama*. Lisboa.
- Palacio P.N. (1987). La Restauración Monumental como Proceso Histórico: El Caso Español, 1800-1950. In *Curso de Mecánica y Tecnología de los Edificios Antiguos* (pp.285-325). Madrid: Servicio de Publicaciones del Colegio de Arquitectos de Madrid (COAM).
- Pereira, G. (1900). *Monumentos Nacionaes*. Lisboa: Conselho Superior de Monumentos Nacionais.
- Pereira, G. (1908). Monumentos Nacionaes. In *A Architectura Portuguesa* (Ano I, 3, p.11). Lisboa.
- Pessanha, J. (1911). Melhoramentos Locaes. In *Arte* (7º Ano, 73, p.2). Porto.

- Price, U. (1794). *An essay on the Picturesque, as compared with the Sublime and the Beautiful, and on the use of Studying Pictures, for the Purpose of Improving Real Landscape*. London: J. Robson.
- Quadros, A. (1963). A Arquitectura Românica e a Alma Portuguesa. In *Panorama* (4ª Série, 13, pp.8-9). Lisboa: SNI.
- Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (RAACAP) (1911). Reorganização dos Serviços Artísticos e Archeológicos. In *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes* (5ª Série, XII, 7, pp.313-319, 322-324 e 327-329). Lisboa: Typ. do Commercio.
- Raczynski, A. (1846). *Les Arts en Portugal – Les Arts en Portugal : Lettres Adressées a la Société Artistique et Scientifique de Berlin et Accompagnées de Documents*. Paris: Jules Renouard.
- Raczynski, A. (1847). *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*. Paris: Jules Renouard.
- Ribeiro, I. (1994). *Raul Lino, Pensador Nacionalista da Arquitectura*. 2ª Ed. Porto: FAUP Publicações.
- Riegl, A. (1984). *Le Culte Moderne des Monuments: son Essence et sa Genèse*. Paris: Éditions du Seuil.
- Riley, C.G. (1991). A Guerra e o Espaço na Fronteira Medieval Beirã. In *Separata da Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense* (VI, pp.145-159). Porto: Universidade Portucalense.
- Rodrigues, J. (1999). A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o Restauro dos Monumentos Medievais durante o Estado Novo. In *Caminhos do Património* (pp.69-82). Lisboa: DGEMN/Livros Horizonte.
- Rodrigues, P.A. (1998). *Património, Identidade e História: O Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais do Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Rosas, F. (1988). *Cartazes de Propaganda Política do Estado Novo (1933-1949)*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Rosas, L.M. (1995). *Monumentos Pátrios: A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro: 1835-1928*. Porto: Dissertação de Doutoramento em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Rosas, L.M. (1999). A Consagração do Monumento Histórico em Portugal no Século XIX: A Palavra e a Imagem. In *As Belas-Artes do Romantismo em Portugal* (pp.88-93). Lisboa: Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura.
- Rosas, L.M. (2002). Prefácio. In *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)* (pp.7-8). Porto: FAUP Publicações.
- Rosas, L.M. (2004). “Monumentos Pátrios”: Entrevista com Lúcia Rosas. In *Via Panorâmica: Revista de Estudos Anglo-Americanos* (I, pp.211-224). Porto: Departamento de Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Rosmaninho, A.N. (2006). *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Rossa, W. (1989). Elementos da Estrutura Urbana de Belém até ao Século XVIII. In *Catálogo da Exposição do Concurso para o Projecto do Centro Cultural de Belém* (pp.123-128). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- Rossa, W. (2002). *A Urbe e o Traço. Uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português*. Coimbra: Almedina.
- Rossa, W., & Trindade, L. (2006). Questões e Antecedentes da “Cidade Portuguesa”: O Conhecimento sobre o Urbanismo Medieval e a sua Expressão Morfológica. In *Murphy* (1, pp.70-109). Coimbra: Edarq/Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ruskin, J. (1989). *The Seven Lamps of Architecture*. New York: Dover Publications.
- Salazar, A.O. (1935-1937a). *Discursos e Notas Políticas*. 2ª Ed. 1. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, A.O. (1935-1937b). Era de Restauração Era de Engrandecimento. In *Discursos e Notas Políticas* (2, pp.145-149). 2ª Ed. Coimbra: Coimbra Editora.

- Santos, L.R., & Queiroz, C. (1940). *Paisagem e Monumentos de Portugal*. Lisboa: SPN.
- Santos, R. (1927). As Origens do Românico em Portugal. In *Ilustração Moderna* (2º Ano, 11, pp.258-259 e p. 262). Porto: Marques Abreu.
- Santos, R. (1943). O Espírito e a Essência da Arte em Portugal. In *Conferências de Arte* (2ª Série, D). Lisboa: Sá da Costa.
- Sardinha, A. (1922-1923). A Religião da Beleza. In *Nação Portuguesa* (II Série, II, pp.602-613). Lisboa: Secretariado Nacional de Informação (SNI) (1945). O que Eles Fizeram... O que Nós Fizemos. In *Cadernos da Revolução Nacional*. Lisboa: SNI.
- Silva, H.G. (1935a). Monumentos Nacionais – Orientação Técnica a seguir no seu Restauro. In *I Congresso da União Nacional* (IV, pp.53-64). Lisboa: Edição da União Nacional.
- Silva, H.G. (1935b). O Boletim dos Monumentos Nacionais. Monumentos Nacionais – Orientação Técnica a seguir no seu Restauro. In *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A Igreja de Leça do Bailio* (1, pp.5-20). Lisboa: MOP/DGEMN.
- Silva, H.G. (1941). A Reintegração dos Monumentos. In *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A Igreja Matriz da Atalaia* (24, pp.I-XIV). Lisboa: MOP/DGEMN.
- Silva, H.G. (1949a). Com a Obra Realizada dos Monumentos Nacionais elevou-se muito alto o nível da nossa Cultura. In *Diário Popular* (29 de Janeiro de 1949, pp.1 e 5). Lisboa.
- Silva, H.G. (1949b). O Restauro dos Monumentos Nacionais, uma Carta do Eng. Gomes da Silva acerca da Obra realizada em todo o País. In *Diário Popular* (21 de Fevereiro de 1949, pp.3 e 9). Lisboa.
- Silva, J.C. (2002). *Paços Medievais Portugueses*. 2ª ed., Lisboa: IPPAR.
- Silva, J.P. (1869). *Dissertation Artistique sur l'Architecture en Portugal depuis le XI^{ème} au XVII^{ème} siècle dans le Congrès International des Architectes* Lisbonne: Imprimerie Franco-Portugaise.
- Silva, J.P. (1885). Extracto do Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionaes apresentado ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria, em 1884, pelo Presidente da referida Comissão, que foi auctorisado a fazer esta Publicação. In *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (2ª Série, IV-10 e IV-11, pp.153-158 e pp.166-174). Lisboa: Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.
- Simões, A.F. (1875). *Da Architectura Religiosa em Coimbra durante a Edade Media*. Coimbra: Imprensa Universitária.
- Soromenho, M., & Silva, N.V. (1993). Da Idade Média ao Século XVIII. In *Dar Futuro ao Património* (pp.22-32). Lisboa: IPPAR.
- Sousa, B.V. (2005). *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento – Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tavares, M.J. (1983). A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385. In *Revista de História Económica e Social* (12, pp.45-89). Lisboa: Editora Sá da Costa.
- Távora, F. (1996). *Da Organização do Espaço*. 3ª Ed., Porto: FAUP Publicações.
- Tomé, M. (1998). *Património e Restauro em Portugal 1920-1995*. Porto: Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Tomé, M. (2002). *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações.
- Torgal, L.R. (1989). *História e Ideologia*. Coimbra: Minerva.
- Torgal, L.R. (1996). Cinema e Propaganda no Estado Novo: A “Conversão dos Descrentes”. In *Separata da Revista de História das Ideias* (18, pp.277-337). Coimbra.
- Ustároz, A. (1997). *La Lección da las Ruinas: Presencia del Pensamiento Griego y del Pensamiento Romano en la Arquitectura*. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos.

- Vasconcelos, J. (1885). *Da Architectura Manuelina. Historia da Arte em Portugal (sexto estudo)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Vasconcelos, J. (1918). *Arte Românica em Portugal*. Porto: Ed. Marques de Abreu.
- Vieira, A.S. (1997). *Architecture Writings*. Milão: Skira.
- Villena, L. (1984). Elementos Peculiares en los Castillos Medievales de la Raya Portugal-España. In *Actas del I Simpósio sobre Castillos de la Raya entre Portugal e España* (pp.173-184). Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos.
- Viollet-le-Duc, E.E. (1967). *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siècle*. 8. Paris: F. Nobelet.
- Viollet-le-Duc, E.E. (2000). *Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios.
- Viterbo, S. (1912). A Lição dos Monumentos. In *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes* (5ª Série, XII, 2, pp.439-442). Lisboa: Typ. do Commercio.
- Wind, E. (1968). *Pagan Misteries in the Renaissance*. New York: The Norton Library.
- Woolf, S. (1987). Fascismo e Autoritarismo: Em busca de uma tipologia do Fascismo Europeu. In *O Estado Novo: Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959* (1, pp.15-21). Lisboa: Editorial Fragmentos.
- Yourcenar, M. (1988). *Memórias de Adriano*. 6ª Ed. Lisboa: Editora Ulisseia.
- Zumthor, P. (2005). *Pensar a Arquitectura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Zumthor, P. (2006). *Atmosferas*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Imprensa: jornais e revistas

- A Architectura Portugueza* (1908-1958).
- A Ilustração* (1845-1846).
- A Revista Universal Lisbonense* (1841-1859).
- Archivo Pittoresco* (1857-1868).
- Archivo Popular, Semanário Pittoresco* (1837-1843)
- Arte* (1905-1912).
- Ilustração Moderna* (1898-1903 e 1926-1932).
- Jornal de Bellas Artes ou Mnémossine Lusitana* (1816-1817)
- Museu Pittoresco* (1840-1842).
- O Occidente* (1878-1915).
- O Panorama* (1837-1868).
- O Recreio, Jornal das Famílias* (1835).
- Panorama* (1941-1973).
- Portugal Pittoresco* (1879).
- Universo Pittoresco, Jornal de Instrução e Recreio* (1839-1844).

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Castelo de Sortelha, planta.....	19
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 2 – Castelo de Sortelha	19
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", www.monumentos.pt/ (ID Especifico: FOTO.091484)	
Figura 3 – Castelo de Leiria, planta	20
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 4 – Castelo de Leiria.....	20
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 5 – Castelo de Castelo Novo, antes das intervenções.....	24
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", www.monumentos.pt/ (ID Especifico: FOTO.074294)	
Figura 6 – Castelo de Castelo Novo, depois das intervenções	24
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", www.monumentos.pt/ (ID Especifico: FOTO.074272)	
Figura 7 – Castelo de D. Sesnando, Castelo de Penela.....	39
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", www.monumentos.pt/ (ID Especifico: FOTO.103795)	
Figura 8 – Castelo de Pombal, planta.....	42
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 9 – Castelo de Pombal	43
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 21 (Setembro de 1940), fig.21)	
Figura 10 – Castelo de Longroiva	46
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", www.monumentos.pt/ (ID Especifico: FOTO.090661)	
Figura 11 – Castelo do Sabugal, planta	62
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 57 (Setembro de 1949), fig.3)	
Figura 12 – Castelo do Sabugal.....	62
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 57 (Setembro de 1949), fig.20)	
Figura 13 – Castelo de Ourém	80
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", www.monumentos.pt/ (ID Especifico: FOTO.523840)	
Figura 14 – Castelo de Penedono, planta.....	81
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 15 – Castelo de Penedono.....	81
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 16 – Rede dos castelos portugueses, 1350-1450	99
Figura 17 – Castelo de Palmela, planta	103
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", www.monumentos.pt/ (ID Especifico: DESENHO.048063)	
Figura 18 – Castelo de Palmela.....	103
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", www.monumentos.pt/ (ID Especifico: FOTO.515240)	
Figura 19 – Castelo de Penha Garcia, planta	111
Fonte: "Imagem cedida pelo ANTT", PT/TT/CF/159, <i>Livro das Fortalezas</i> (Armas, 1509, fl.127)	

Figura 20 – Castelo de Mértola, planta.....	111
Fonte: “Imagem cedida pelo ANTT”, PT/TT/CF/159, <i>Livro das Fortalezas</i> (Armas, 1509, fl.121v)	
Figura 21 – Castelo de Mourão, planta.....	113
Fonte: “Imagem cedida pelo ANTT”, PT/TT/CF/159, <i>Livro das Fortalezas</i> (Armas, 1509, fl.122v)	
Figura 22 – Castelo de Serpa, planta.....	114
Fonte: “Imagem cedida pelo ANTT”, PT/TT/CF/159, <i>Livro das Fortalezas</i> (Armas, 1509, fl.121v)	
Figura 23 – Castelo de Freixo de Espada à Cinta, planta.....	116
Fonte: “Imagem cedida pelo ANTT”, PT/TT/CF/159, <i>Livro das Fortalezas</i> (Armas, 1509, fl.129)	
Figura 24 – Castelo de Castro Marim, planta.....	117
Fonte: “Imagem cedida pelo ANTT”, PT/TT/CF/159, <i>Livro das Fortalezas</i> (Armas, 1509, fl.121)	
Figura 25 – Castelo de Monção, planta.....	118
Fonte: “Imagem cedida pelo ANTT”, PT/TT/CF/159, <i>Livro das Fortalezas</i> (Armas, 1509, fl.133)	
Figura 26 – Castelo de Olivença, planta.....	119
Fonte: “Imagem cedida pelo ANTT”, PT/TT/CF/159, <i>Livro das Fortalezas</i> (Armas, 1509, fl.123v)	
Figura 27 – Castelo de Vimioso, planta.....	126
Fonte: “Imagens cedidas pelo ANTT”, PT/TT/CF/159, <i>Livro das Fortalezas</i> (Armas, 1509, fl.130)	
Figura 28 – Castelo de Vimioso, vista panorâmica SE.....	126
Fonte: “Imagens cedidas pelo ANTT”, PT/TT/CF/159, <i>Livro das Fortalezas</i> (Armas, 1509, fl.85)	
Figura 29 – Castelo de Alpalhão, planta.....	127
Fonte: “Imagens cedidas pelo ANTT”, PT/TT/CF/159, <i>Livro das Fortalezas</i> (Armas, 1509, fl.125)	
Figura 30 – Castelo de Alpalhão, vista panorâmica NE.....	127
Fonte: “Imagens cedidas pelo ANTT”, PT/TT/CF/159, <i>Livro das Fortalezas</i> (Armas, 1509, fl.42)	
Figura 31 – Castelo de Leiria, Alexandre-Jean Noël, 1780.....	165
Fonte: Gomes (1995, p.9)	
Figura 32 – Mosteiro da Batalha.....	184
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, www.monumentos.pt/ (ID Especifico: FOTO.523359)	
Figura 33 – Castelo de Guimarães.....	211
Fonte: <i>O Occidente</i> (1878-1915, Vol. 12, 387 (Setembro de 1889), p.213)	
Figura 34 – Castelo de Elvas.....	223
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, www.monumentos.pt/ (ID Especifico: FOTO.165889)	
Figura 35 – Lourosa, assistência à conferência de Marques de Abreu, sentados da esquerda para a direita, Baltazar da Silva Castro, Henrique Gomes da Silva, Alfredo de Magalhães, Aguiar Barreiros e José Vilaça.....	236
Fonte: <i>Ilustração Moderna</i> (1926-1932, Vol. 3, 5º ano (Junho de 1930), 44, p.139)	
Figura 36 – Paço de Sousa, Adães Bermudes e Baltazar da Silva Castro.....	238
Fonte: <i>Ilustração Moderna</i> (1926-1932, Vol. 2, 4º ano (Agosto de 1929), 36, p.431)	
Figura 37 – A Lição de Salazar, Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional, Martins Barata, 1938.....	244
Fonte: Rosas (1988, <i>Cartaz</i> 72)	
Figura 38 – Primeira reunião dos membros da Comissão Nacional dos Centenários. Entre os presentes encontram-se, da esquerda para a direita, Oliveira Salazar, Duarte Pacheco, António Ferro e Henrique Gomes da Silva.....	257
Fonte: <i>Revista dos Centenários</i> (CECC, 1939-1940, Ano I (Janeiro de 1939), 1, p.21)	
Figura 39 – Cartaz do Arquitecto Keil do Amaral e de Maria Pires Keil do Amaral, de Lisboa.....	272
Fonte: <i>Revista dos Centenários</i> (CECC, 1939-1940, Ano I (Fevereiro-Março de 1939), 2, p.35)	
Figura 40 – Castelos classificados entre 1910 e 1949.....	279
Figura 41 – Castelo da Feira, Zona Especial de Protecção.....	285
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 37-38 (Setembro-Dezembro de 1944), fig.1)	
Figura 42 – Castelo de Óbidos.....	289
Fonte: Santos e Queirós (1940, p.XXVIII, fig.42)	
Figura 43 – Castelo dos Mouros.....	290
Fonte: Santos e Queirós (1940, p.XVIII, fig.26)	
Figura 44 – Castelo de S. Jorge.....	301
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, www.monumentos.pt/ (ID Especifico: FOTO.514720)	

Figura 45 – Castelo de S. Jorge.....	314
Fonte: <i>Revista dos Centenários</i> (CECC, 1939-1940, Ano II (Junho de 1940), 18, p.39)	
Figura 46 – Castelo de Guimarães.....	315
Fonte: <i>Revista dos Centenários</i> (CECC, 1939-1940, Ano II (Junho de 1940), 18, p.25)	
Figura 47 – Castelo de Leiria.....	335
Fonte: <i>O Occidente</i> (1878-1915, Vol. 12, 381 (Julho de 1889), p.164)	
Figura 48 – Castelo de Leiria.....	337
Fonte: D'Eça (1925, p.17)	
Figura 49 – Castelo de Leiria.....	340
Fonte: Grave (193?, p.38)	
Figura 50 – Castelo de Leiria.....	343
Fonte: <i>Revista dos Centenários</i> (CECC, 1939-1940, Ano I (Maio de 1939), 5, p.21)	
Figura 51 – Castelo de Leiria, Ernesto Korrodi, 1898.....	346
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", www.monumentos.pt/ (ID Especifico: DESENHO.008747)	
Figura 52 – Henrique Gomes da Silva.....	359
Fonte: <i>Ilustração Moderna</i> (1926-1932, Vol. 3, 7º ano (Novembro-Dezembro de 1932), 58, p.477)	
Figura 53 – Castelos com intervenções entre 1929 e 1949.....	374
Figura 54 – Castelo de Bragança, planta.....	383
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 55 – Castelo de Bragança, vista panorâmica.....	383
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 56 – Castelo de Porto de Mós, planta.....	384
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 57 – Castelo de Porto de Mós, vista panorâmica.....	384
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 58 – Castelo de S. Jorge, planta.....	385
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 59 – Castelo de S. Jorge, vista panorâmica.....	385
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 60 – Castelo de Sesimbra, planta.....	386
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 61 – Castelo de Sesimbra, vista panorâmica.....	386
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 62 – Castelo de Belmonte, planta.....	387
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 63 – Castelo de Belmonte, vista panorâmica.....	387
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 64 – Castelo de Silves, planta.....	388
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 65 – Castelo de Silves, vista panorâmica.....	388
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Castelos Medievais de Portugal</i> (MOP/DGEMN, 1949a)	
Figura 66 – Castelo de Elvas, vista panorâmica S.....	395
Fonte: "Imagens cedidas pelo ANTT", PT/TT/CF/159, <i>Livro das Fortalezas</i> (Armas, 1509, fl.25)	
Figura 67 – Castelo de Elvas, alçado poente.....	395
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 54 (Dezembro de 1948), fig.6)	
Figura 68 – Castelo de Elvas, vista panorâmica.....	396
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 54 (Dezembro de 1948), fig.13)	
Figura 69 – Castelo do Sabugal, vista panorâmica O.....	396
Fonte: "Imagens cedidas pelo ANTT", PT/TT/CF/159, <i>Livro das Fortalezas</i> (Armas, 1509, fl.65)	
Figura 70 – Castelo do Sabugal, alçado poente.....	397
Fonte: "Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN", <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 57 (Setembro de 1949), fig.8)	

Figura 71 – Castelo do Sabugal, vista panorâmica	397
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 57 (Setembro de 1949), fig.18)	
Figura 72 – Castelo de Pombal, alçado sul	399
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 21 (Setembro de 1940), fig.9)	
Figura 73 – Castelo de Pombal, vista panorâmica	399
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 21 (Setembro de 1940), fig.17)	
Figura 74 – Castelo de S. Jorge, alçado norte	400
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 25-26 (Setembro-Dezembro de 1941), fig.11)	
Figura 75 – Castelo de S. Jorge, vista panorâmica.....	400
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 25-26 (Setembro-Dezembro de 1941), fig.20)	
Figura 76 – Castelo de Silves, alçado norte	401
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 51 (Março de 1948), fig.8)	
Figura 77 – Castelo de Silves, vista panorâmica	401
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 51 (Março de 1948), fig.12)	
Figura 78 – Castelo de Guimarães, planta, antes das obras	404
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 8 (Junho de 1937), fig.1)	
Figura 79 – Castelo de Guimarães, planta, depois das obras.....	404
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 8 (Junho de 1937), fig.2)	
Figura 80 – Castelo de Guimarães, vista panorâmica, antes das obras.....	405
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 8 (Junho de 1937), fig.21)	
Figura 81 – Castelo de Guimarães, vista panorâmica, depois das obras	405
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 8 (Junho de 1937), fig.22)	
Figura 82 – Castelo de S. Jorge, planta, antes das obras	407
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 25-26 (Setembro-Dezembro de 1941), fig.1)	
Figura 83 – Castelo de S. Jorge, planta, depois das obras	407
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 25-26 (Setembro-Dezembro de 1941), fig.2)	
Figura 84 – Castelo de S. Jorge, vista panorâmica, antes das obras.....	408
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 25-26 (Setembro-Dezembro de 1941), fig.21)	
Figura 85 – Castelo de S. Jorge, vista panorâmica, depois das obras	408
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 25-26 (Setembro-Dezembro de 1941), fig.22)	
Figura 86 – Castelo de Lanhoso, planta, antes das obras	411
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 29 (Setembro de 1942), fig.1)	
Figura 87 – Castelo de Lanhoso, planta, depois das obras.....	411
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 29 (Setembro de 1942), fig.2)	
Figura 88 – Castelo de Lanhoso, vista panorâmica, antes das obras	412
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 29 (Setembro de 1942), fig.24)	

Figura 89 – Castelo de Lanhoso, vista panorâmica, depois das obras.....	412
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 29 (Setembro de 1942), fig.25)	
Figura 90 – Castelo de Óbidos.....	421
Fonte: <i>O Occidente</i> (1878-1915, Vol. 36, 1258 (Dezembro de 1913), p.381)	
Figura 91 – Castelo de Óbidos.....	421
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, www.monumentos.pt/ (ID Especifico: FOTO.500571)	
Figura 92 – Castelo de Sesimbra, vista panorâmica, antes das obras	426
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 34-35 (Dezembro de 1943 / Março de 1944), fig.48)	
Figura 93 – Castelo de Sesimbra, vista panorâmica, depois das obras.....	426
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 34-35 (Dezembro de 1943 / Março de 1944), fig.49)	
Figura 94 – Castelo da Feira, vista panorâmica, antes das obras	427
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 37-38 (Setembro-Dezembro de 1944), fig.53)	
Figura 95 – Castelo da Feira, vista panorâmica, depois das obras.....	427
Fonte: “Imagem cedida pelo IHRU – Arquivo da ex-DGEMN”, <i>Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i> (MOP/DGEMN, 1935-1990, 37-38 (Setembro-Dezembro de 1944), fig.54)	
Figura 96 – A Lição de Salazar, Renascimento do Património Histórico e Artístico, Martins Barata, 1938.....	428
Fonte: Rosas (1988, Cartaz 68)	

(Página deixada propositadamente em branco)

LISTA DE SIGLAS

AGEMN	Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
ANBA	Academia Nacional de Belas-Artes
ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo
ARHP	Academia Real de História Portuguesa
CAA	Conselho de Arte e Arqueologia
CAN	Conselho de Arte Nacional
CECC	Comissão Executiva das Comemorações dos Centenários
CEEOP	Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas
CGEMN	Conselho Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
CMAA	Comissão Municipal de Arte e Arqueologia
CMN	Comissão dos Monumentos Nacionais
CSAA	Conselho Superior de Arte e Arqueologia
CSBA	Conselho Superior de Belas-Artes
CSMN	Conselho Superior dos Monumentos Nacionais
CsMN	Conselho de Monumentos Nacionais
CSOPM	Conselho Superior de Obras Públicas e Minas
DEMN	Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGBA	Direcção-Geral das Belas-Artes
DGEMN	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGESBA	Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas-Artes
DGVAU	Dirección General de la Vivienda, la Arquitectura y el Urbanismo
FCTUC	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
FPI	Fichas do Património Imóvel
IGBA	Inspecção-Geral de Belas-Artes
IGE	Instituto Geográfico do Exército
IGP	Instituto Geográfico Português
IHRU	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
IIP	Imóvel de Interesse Público
IPA	Inventário do Património Arquitectónico
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
JNE	Junta Nacional de Educação
MCC	Ministério do Comércio e Comunicações
MEN	Ministério da Educação Nacional
MF	Ministério das Finanças
MG	Ministério da Guerra
MIP	Ministério da Instrução Pública
MIPBA	Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes
MN	Monumento Nacional
MOP	Ministério das Obras Públicas
MOPC	Ministério das Obras Públicas e Comunicações

MOPCI	Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria
RAACAP	Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses
SNI	Secretariado Nacional de Informação
SPN	Secretariado da Propaganda Nacional
UN	União Nacional
ZEP	Zonas Especiais de Protecção

ÍNDICE DOS ELEMENTOS QUE PODERÁ TRANSFERIR DO SITE DA IUC
[HTTP://WWW.UC.PT/IMPRESA_UC/CATALOGO/INVESTIGACAO/CASTELOS](http://www.uc.pt/imprensa_uc/catalogo/investigacao/castelos)

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01 – Evolução da constituição da rede dos castelos portugueses
- Gráfico 02 – Evolução da constituição da rede dos castelos portugueses por províncias
- Gráfico 03 – Evolução da classificação da rede dos castelos portugueses
- Gráfico 04 – Evolução da classificação da rede dos castelos portugueses por províncias
- Gráfico 05 – Evolução do número de intervenções em monumentos (1929-1960)
- Gráfico 06 – Evolução do número de intervenções nos principais grupos de imóveis classificados (1929-1960)
- Gráfico 07 – Evolução das despesas com intervenções em monumentos (1929-1960)
- Gráfico 08 – Evolução das despesas nos principais grupos de imóveis classificados (1929-1960)
- Gráfico 09 – Evolução das intervenções na rede dos castelos portugueses entre 1929 e 1960
- Gráfico 10 – Evolução das intervenções na rede dos castelos portugueses por províncias entre 1929 e 1949
- Gráfico 11 – Classificações e intervenções na rede dos castelos portugueses por províncias entre 1929 e 1949

LISTA DE MAPAS

- Mapa 01 – Portugal
- Mapa 02 – Ordens Militares em Portugal. Implantação territorial nos séculos XII-XIII
- Mapa 03 – Ordem do Templo em Portugal. Implantação territorial nos séculos XII-XIII
- Mapa 04 – Ordem do Hospital em Portugal. Implantação territorial nos séculos XII-XIII
- Mapa 05 – Ordem de Avis em Portugal. Implantação territorial nos séculos XII-XIII
- Mapa 06 – Ordem de Santiago em Portugal. Implantação territorial nos séculos XII-XIII
- Mapa 07 – Intervenções em fortificações no período dionisino
- Mapa 08 – Intervenções de conservação e reforço em castelos e cercas (1357-1448)
- Mapa 09 – Povoamento de castelos e cercas no reinado de D. Fernando (1367-1383)
- Mapa 10 – Castelos que foram palco das principais operações militares (1367-1449)
- Mapa 11 – Castelos que constam do *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas (1990)

- Mapa 12 – Castelos portugueses – 1350 a 1450, Moreno (1984)
- Mapa 13 – Principais castelos e fortalezas ainda utilizados nos séculos XIV e XV, Marques (1987)
- Mapa 14 – Castelos portugueses – 1350 a 1450, Moreno (1994a e 1994b)
- Mapa 15 – Rede dos castelos portugueses, 1350-1450, Monteiro (1999)
- Mapa 16 – Castelos da Raia, *Beira e Trás-os-Montes*, Gomes (2001 e 2003)
- Mapa 17 – Rede dos castelos portugueses, 1350-1450
- Mapa 18 – Classificação da rede dos castelos portugueses pela lista de 30 de Dezembro de 1880
- Mapa 19 – Classificação da rede dos castelos portugueses pelo Decreto de 16 de Junho de 1910
- Mapa 20 – Classificação da rede dos castelos portugueses entre 1911 e 1928
- Mapa 21 – Classificação da rede dos castelos portugueses entre 1929 e 1940
- Mapa 22 – Classificação da rede dos castelos portugueses entre 1941 e 1949
- Mapa 23 – Classificação da rede dos castelos portugueses entre 1910 e 1949 e ZEP até 1949
- Mapa 24 – Castelos que constam da revista *O Occidente* (1878-1915)
- Mapa 25 – Castelos que constam em *Castles of Portugal*, D'Eça (1925)
- Mapa 26 – Castelos que constam em *Castellos Portuguezes*, Grave (193?)
- Mapa 27 – Castelos que constam na *Revista dos Centenários*, CECC (1939-1940)
- Mapa 28 – Castelos que constam do *Catálogo Analítico*, Rosas (1995)
- Mapa 29 – Castelos que integram o Inventário do Património Arquitectónico (IPA) da DGEMN
- Mapa 30 – Intervenções na rede dos castelos portugueses entre 1929 e 1940
- Mapa 31 – Castelos que foram objecto de comparticipação em 23 de Fevereiro de 1939, CECC (1939-1940)
- Mapa 32 – Intervenções na rede dos castelos portugueses entre 1941 e 1949
- Mapa 33 – Castelos que integram a exposição *Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947*, CEEOP (1948)
- Mapa 34 – Castelos que constam dos *Boletins* da DGEMN até 1949, MOP/DGEMN (1935-1990)
- Mapa 35 – Castelos que constam em *Castelos Medievais de Portugal*, MOP/DGEMN (1949a)
- Mapa 36 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1929
- Mapa 37 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1930
- Mapa 38 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1931
- Mapa 39 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1932
- Mapa 40 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1933
- Mapa 41 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1934
- Mapa 42 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1935
- Mapa 43 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1936
- Mapa 44 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1937
- Mapa 45 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1938
- Mapa 46 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1939
- Mapa 47 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1940
- Mapa 48 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1941
- Mapa 49 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1942
- Mapa 50 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1943
- Mapa 51 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1944
- Mapa 52 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1945
- Mapa 53 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1946
- Mapa 54 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1947
- Mapa 55 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1948
- Mapa 56 – Intervenções na rede dos castelos portugueses em 1949
- Mapa 57 – Classificações e intervenções na rede dos castelos portugueses entre 1929 e 1949
- Mapa 58 – Classificações e intervenções na rede dos castelos portugueses entre 1950 e 1960
- Mapa 59 – Classificações e intervenções na rede dos castelos portugueses entre 1929 e 1960

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01 – Designação e localização da rede dos castelos portugueses
- Quadro 02 – Conjunto de dados que definem a estratégia e caracterização do castelo em Portugal
- Quadro 03 – Constituição da rede dos castelos portugueses
- Quadro 04 – Classificação da rede dos castelos portugueses
- Quadro 05 – Conjunto de dados e publicações que descrevem os castelos antes das intervenções da DGEMN
- Quadro 06 – Conjunto de dados e publicações que descrevem as intervenções da DGEMN
- Quadro 07 – Intervenções na rede dos castelos portugueses entre 1929 e 1940
- Quadro 08 – Intervenções na rede dos castelos portugueses entre 1941 e 1949 e no período de 1929 a 1960
- Quadro 09 – Síntese dos dados

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 01 – Castelo de Guimarães, sobreposição de plantas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 02 – Castelo de Guimarães, sobreposição de vistas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 03 – Castelo de Pombal, sobreposição de plantas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 04 – Castelo de Pombal, sobreposição de vistas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 05 – Castelo de S. Jorge, sobreposição de plantas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 06 – Castelo de S. Jorge, sobreposição de vistas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 07 – Castelo de Lanhoso, sobreposição de plantas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 08 – Castelo de Lanhoso, sobreposição de vistas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 09 – Castelo de Sesimbra, sobreposição de plantas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 10 – Castelo de Sesimbra, sobreposição de vistas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 11 – Castelo da Feira, sobreposição de plantas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 12 – Castelo da Feira, sobreposição de vistas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 13 – Castelo de Belver, sobreposição de plantas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 14 – Castelo de Belver, sobreposição de vistas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 15 – Castelo de Silves, sobreposição de plantas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 16 – Castelo de Silves, sobreposição de vistas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 17 – Castelo de Elvas, sobreposição de plantas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 18 – Castelo de Elvas, sobreposição de vistas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 19 – Castelo do Sabugal, sobreposição de plantas, *antes* e *depois* das intervenções
- Imagem 20 – Castelo do Sabugal, sobreposição de vistas, *antes* e *depois* das intervenções

Série
Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press
2011

